JORNAL OFICIAL
Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso

Índice

Camara Municipal de Arenápolis 4
Camara Municipal de Cáceres 4
Camara Municipal de Cláudia 4
Camara Municipal de Peixoto de Azevedo 4
Camara Municipal de Santa Rita do Trivelato 7
Consórcio Intermunicipal Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Vale do Guaporé 8
Consórcio Intermunicipal Portal da Amazônia 8
Consorcio Público de Saúde Vale do Teles Pires 8
Prefeitura Municipal de Acorizal 9
Prefeitura Municipal de Água Boa 10
Prefeitura Municipal de Alto Garças 11
Prefeitura Municipal de Alto Paraguai 11
Prefeitura Municipal de Alto Taquari 12
Prefeitura Municipal de Araguaiana 13
Prefeitura Municipal de Araguainha 16
Prefeitura Municipal de Araputanga 17
Prefeitura Municipal de Arenápolis 18
Prefeitura Municipal de Aripuanã 19
Prefeitura Municipal de Barra do Bugres 32
Prefeitura Municipal de Barra do Garças 38
Prefeitura Municipal de Cáceres 40
Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte 43
Prefeitura Municipal de Carlinda 81
Prefeitura Municipal de Chapada dos Guimarães 126
Prefeitura Municipal de Cláudia 127
Prefeitura Municipal de Cocalinho 128
Prefeitura Municipal de Colíder 128
Prefeitura Municipal de Colniza 129
Prefeitura Municipal de Comodoro 130
Prefeitura Municipal de Confresa 130
Prefeitura Municipal de Cotriguaçu 135
Prefeitura Municipal de Curvelândia 141
Prefeitura Municipal de Diamantino 142
Prefeitura Municipal de Feliz Natal 154
Prefeitura Municipal de Gaúcha do Norte 155
Prefeitura Municipal de Glória d´Oeste 156
Prefeitura Municipal de Indiavaí 158
Prefeitura Municipal de Ipiranga do Norte 158
Prefeitura Municipal de Itanhangá 160
Prefeitura Municipal de Itiquira 160
Prefeitura Municipal de Jangada 160
Prefeitura Municipal de Juara 161
Prefeitura Municipal de Juscimeira 170
Prefeitura Municipal de Lambari d´Oeste 172
Prefeitura Municipal de Marcelândia 174
Prefeitura Municipal de Mirassol d´Oeste 232
Prefeitura Municipal de Nobres 242
Prefeitura Municipal de Nortelândia 243
Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento 244
Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes 262
Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia 264
Prefeitura Municipal de Nova Guarita 268

Prefeitura Municipal de Nova Lacerda 268
Prefeitura Municipal de Nova Marilândia 269
Prefeitura Municipal de Nova Maringá 271
Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde 272
Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena 273
Prefeitura Municipal de Nova Xavantina 277
Prefeitura Municipal de Novo Mundo 278
Prefeitura Municipal de Novo São Joaquim 278
Prefeitura Municipal de Paranatinga 286
Prefeitura Municipal de Pedra Preta 294
Prefeitura Municipal de Poconé 295
Prefeitura Municipal de Pontal do Araguaia 295
Prefeitura Municipal de Ponte Branca 297
Prefeitura Municipal de Porto Alegre do Norte 298
Prefeitura Municipal de Porto Esperidião 299
Prefeitura Municipal de Porto Estrela 300
Prefeitura Municipal de Porto dos Gaúchos 301
Prefeitura Municipal de Poxoréu 304
Prefeitura Municipal de Reserva do Cabaçal 304
Prefeitura Municipal de Ribeirãozinho 306
Prefeitura Municipal de Rondolândia 319
Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Xingu 320
Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato 320
Prefeitura Municipal de Santa Terezinha 329
Prefeitura Municipal de Santo Antônio de Leverger 329
Prefeitura Municipal de São Félix do Araguaia 330
Prefeitura Municipal de São José do Rio Claro 331
Prefeitura Municipal de São José do Xingu 332
Prefeitura Municipal de São José dos Quatro Marcos 335
Prefeitura Municipal de Serra Nova Dourada 336
Prefeitura Municipal de Tabaporã 337
Prefeitura Municipal de Tangará da Serra 338
Prefeitura Municipal de Terra Nova do Norte 346
Prefeitura Municipal de Tesouro 346
Prefeitura Municipal de Vale de São Domingos 346
Prefeitura Municipal de Várzea Grande 348
Prefeitura Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade 351
Prefeitura Municipal de Vila Rica 354

APRESENTAÇÃO

DIRETORIA DA AMM BIÊNIO 2017/2018

Presidente de Honra: Deputado Ondanir Bortolini, Nininho

Presidente: Neurilan Fraga - Prefeito de Nortelândia

Primeiro Vice-Presidente: Mauro Rosa da Silva - Água Boa

Segundo Vice-Presidente: Luciane Borba Azóia Bezerra - Juara

Terceiro Vice-Presidente: Thelma Pimentel Figueiredo - Chapada dos Guimarães

Quarto Vice-Presidente: Josair Geremias Lopes - Dom Aquino

Quinto Vice-Presidente: Arnóbio Vieira de Andrade - Marcelândia

Secretário Geral: Adalto José Zago - Apiacás

Primeiro Secretário: Altir Antônio Peruzzo - Juína

Segundo Secretário: Atail Marques do Amaral - Poconé

Tesoureiro Geral: Marcos de Sá Fernandes da Silva - Santa Cruz do Xingu

Primeiro Tesoureiro: Silvio José de Morais Filho - Araguainha

Segundo Tesoureiro: Beatriz de Fátima S. Lemes - Nova Monte Verde

CONSELHO FISCAL

1. Juvenal Alexandre da Silva - Nova Marilândia
2. Mauriza Augusta de Oliveira - Nova Brasilândia
3. José Mauro Figueiredo - Arenápolis

SUPLENTES DO CONSELHO FISCAL

1. Jossimar José Fernandes - Nortelândia
2. Leocir Hanel - Nobres
3. Eugênio Pelachim - Porto Estrela

Gerência de Comunicação
Gerente de Comunicação
Malu Sousa

Responsável pelo atendimento
Noides Cenio da Silva

Entre em Contato: jornaloficial@amm.org.br (65) - 2123 - 1270

O Diário Oficial dos Municípios do Estado do Mato Grosso
é uma solução voltada à modernização e transparência da gestão municipal

CAMARA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS

CAMARA MUNICIPAL DE ARENAPOLIS
ATO DE PROMULGAÇÃO

ATO DE PROMULGAÇÃO

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores de Arenápolis/MT, em razão da inércia do Prefeito José Mauro Figueiredo, e dando cumprimento ao que dispõe a segunda parte do §7º, do artigo 51, da Lei Orgânica, PROMULGO a seguinte lei.

LEI Nº 1.307 DE 25 DE JULHO DE 2017.

***EMENTA:* Dispõe sobre a concessão de folga ao servidor público municipal no dia de seu aniversário no município de Arenápolis-MT, e dá outras providências".**

A CÂMARA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS-MT, SOBERANAMENTE APROVA:

Art. 1º - O Servidor Público Municipal da Esfera do Poder Executivo e Legislativo de Arenápolis-MT, terá folga no dia de seu aniversário.

Art. 2º - Caso o aniversário do Servidor recair em dias de sábado, domingo ou feriados, o mesmo não será transferido para o próximo dia útil.

Art. 3º - O Servidor para ter direito a folga, comunicará seu chefe imediato da data de seu aniversário com intervalo mínimo de uma semana da data do aniversário.

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Arenápolis, em 25 de julho de 2017.

Edilson Pires dos Santos

Presidente

CAMARA MUNICIPAL DE CÁCERES

CAMARA MUNICIPAL DE CÁCERES
RETIFICAÇÃO À PORTARIA Nº 114/2017

ONDE SE LIA: Portaria nº 114/2017, **LEIA – SE:** Portaria nº 117/2017,

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas prerrogativas legais e regimentais,

R E S O L V E:

Conforme o Artigo 133, do Regimento Interno, Suspender a Sessão Ordinária do dia 17 de julho de 2017, em decorrência do Luto do Vereador Presidente Domingos Oliveira dos Santos pela morte de seu Pai Sr. Francisco Joaquim dos Santos.

Ficando a Sessão Ordinária do dia 17 de julho, designada para o dia 18 de julho no mesmo horário.

Câmara Municipal de Cáceres-MT, 17 de julho de 2017.

Domingos Oliveira dos Santos

Presidente

CAMARA MUNICIPAL DE CÁCERES
RETIFICAÇÃO À PORTARIA Nº 115/2017

ONDE SE LIA: Portaria nº 115/2017, **LEIA – SE:** Portaria nº 118/2017,

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas prerrogativas legais e regimentais,

R E S O L V E:

1. Designar o servidor **HENRIQUE BARCELOS MORAES**, para desenvolver atividades durante as sessões em período noturno, nos termos do artigo 1º, §3º e artigo 5º, IV, da Lei nº 2.524, de 03/03/2016, a partir da data de 18/07/2017.

2. Esta Portaria entrará em vigor a partir de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registrada e Publicada, cumpra-se.

Cáceres-MT,18 de Julho de 2017.

Domingos Oliveira dos Santos

Presidente

CAMARA MUNICIPAL DE CÁCERES
RETIFICAÇÃO À PORTARIA Nº 116/2017

ONDE SE LIA: Portaria nº 116/2017, **LEIA – SE:** Portaria nº 119/2017,

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas prerrogativas legais e regimentais,

R E S O L V E:

Art. 1º Conforme o Artigo 133, do Regimento Interno, Suspender a Sessão Ordinária do dia 18 de julho de 2017, em decorrência do Luto do Vereador Presidente Domingos Oliveira dos Santos pela morte de seu Pai Sr. Francisco Joaquim dos Santos.

Art. 2º Ficando a Sessão Ordinária do dia 18 de julho, designada para o dia 20 de julho no mesmo horário, onde se lia anulando então a Portaria nº 114/2017, **leia – se anulando então a Portaria nº 117/2017.**

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor a partir de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Cáceres-MT, 18 de julho de 2017.

Domingos Oliveira dos Santos

Presidente

CAMARA MUNICIPAL DE CLÁUDIA

CÂMARA MUNICIPAL
CAMARA MUNICIPAL DE CLÁUDIA - RGF - ANEXO 01

RGF – ANEXO 01 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$ 1,00 DESPESA COM PESSOAL LIQUIDADAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses) DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I) 679.663,62 Pessoal Ativo 679.663,62 Pessoal Inativo e Pensionistas Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Tercerização (§ 1º do art. 18 da LRF) DESPESA NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II) Indenizações por Demissão e Incentivos a Demissão Voluntária Decorrentes de Decisão Judicial Despesas de Exercícios Anteriores Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL TOTAL 679.663,62 679.663,62 DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II) DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (IIIa + IIIb) 40.507.174,87 1,68 6,00 2.430.430,49 5,70 2.308.908,97 RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V) % DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV / V) * 100 LIMITE MAXIMO (incisos I, II e III, do art. 20 da LRF) - LIMITE PRUDENCIAL (§ único do art. 22 da LRF) - % % Fonte: CAMARA MUNICIPAL DE CLAUDIA LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - 90,00 % 2.187.387,

CAMARA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO

DECRETO Nº 075, DE 24 DE JULHO DE 2017.

"Altera os incisos IV e V, do artigo 1º, do Decreto 033 de 05 de Abril de 2017, que nomeia membros do Conselho Municipal do Fundo Estadual de Transporte e Habitação – FETHAB de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, e da outras providências. "

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E

Considerando as disposições da Lei nº 948, de 31 de Março de 2017, que dispõe sobre o Conselho Municipal do Fundo Estadual de Transporte e Habitação – FETHAB de Peixoto de Azevedo - MT;

Considerando a composição do Conselho Municipal do Fundo Estadual de Transporte e Habitação - FETHAB, conforme determina o artigo 1º, § 1º e § 2º, da Lei Municipal nº 948/2017;

Considerando a necessidade de início dos trabalhos, bem como as indicações e o interesse do setor público;

D E C R E T A

Art. 1º - Fica alterado os incisos IV e V, do artigo 1º, do Decreto nº 033 de 05 de Abril de 2017, que nomeia membros do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável de Peixoto de Azevedo - MT, qual passa a ter a seguinte redação:

"**Art. 1**º - Compõem o Conselho Municipal do Fundo Estadual de Transporte e Habitação – FETHAB de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, para o cumprimento do mandato dois anos, 05 (cinco) representantes do Poder Executivo Municipal e 05 (cinco) representantes das entidades da Sociedade Civil os seguintes membros abaixo relacionados:

REPRESENTANTES DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL:

I.	**Representantes da Secretaria Municipal de Transporte Rodoviário**	
	Presidente	**Paulo dos Reis Costa Junior**
	Suplente	**Jackson Maciel da Silva**
II.	**Representantes da Secretaria Municipal de Planejamento e Fazenda**	
	Titular	**Jose Carlos Ferreira Alberto**
	Suplente	**Claudio Jose Carvalho Bessa**
III.	**Representantes da Secretaria Municipal de Assistência Social, trabalho e Cidadania**	
	Titular	**Marisete Teresinha Alberti de Souza**
	Suplente	**Lionice Dornelas Laurentino da Silva**
IV.	**Representantes da Secretaria Municipal de Agricultura, Industria e Comércio**	
	Titular	**Wanderson Guimarães Fonseca**
	Suplente	**Celso Jose D'all Áqua**
V.	**Representantes da Secretaria Municipal de Educação e Cultura**	
	Titular	Maria dos Santos Lopes da Silva
	Suplente	Gabriel Alexandre dos Santos

REPRESENTANTES DAS ENTIDADES DA SOCIEDADE CIVIL:

I.	**Representantes da Câmara Municipal**	
	Titular	**Alexsandro Manhanguanha**
	Suplente	**Ambrósio Pereira de Carvalho**
II.	**Representantes do Sindicato dos Trabalhadores Rurais**	
	Titular	Francisca da Silva Ribeiro
	Suplente	**Antenor Inácio Konrat**
III.	**Representantes da Associação AGRIPAC**	
	Titular	Pedrinho Dirceu de Medeiros
	Suplente	**Francisco Alves Camelo**
IV.	**Representantes da Associação de Pais e Amigos Excepcionais - APAE**	
	Titular	Evandro Kommers
	Suplente	Lisolete Ines Zanella Reina
V.	**Representantes do Rotary**	
	Titular	Edevan Cezar de Assis
	Suplente	Gustavo Pruinelli

Art. 2º -Ficam **nomeados** os membros do Conselho Municipal do Fundo Estadual de Transporte e Habitação – FETHAB de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, de acordo com a estrutura representativa composta no artigo 1º deste Decreto e **empossados** os membros, para cumprimento dos seus respectivos mandatos. "

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, aos 24 dias do mês de Julho de 2017.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO

DECRETO Nº 077, DE 24 DE JULHO DE 2017.

"Altera o artigo 1º do Decreto nº 072, de 19 de Julho de 2017, que designa o comitê de Coordenação e o Comitê Executivo para coordenação, discussão, avaliação, aprovação e execução das atividades necessárias à elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico de Peixoto de Azevedo – MT e dá outras providências. "

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUÍÇÕES LEGAIS, E

Considerando o disposto na Lei Federal Nº 11.445/2007;

Considerando a C.I nº 371, de 20/07/2017, da Secretaria Municipal de Administração;

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica alterado o artigo 1º do Decreto nº 072, de 19 de Julho de 2017, qual passa ter a seguinte redação:

"Art. 1º - Fica instituído o Comitê de Coordenação para elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico, composto pelos seguintes membros:

I - Representante do Núcleo Intersetorial de Cooperação Técnica - FUNASA;

II - Representante do Governo do Estado de Mato Grosso – Secretaria de Estado das Cidades – SECID;

III - Elizabeth dos Santos Costa (Câmara Municipal de Peixoto de Azevedo);

IV - Edmir Teixeira dos Santos (Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento);

V - Afonsina Aparecida Fermino Crescencio (Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Mineração e Turismo);

VI - Wanderson Guimarães Fonseca (Secretaria Municipal de Agricultura, Indústria e Comércio);

VII - Adriana Gonçalves Pinheiro (Assessora Pedagógica);

§ 1º - São atribuições do Comitê de Coordenação ao que se refere o *caput* deste artigo:

I - Coordenar, discutir, avaliar e aprovar o trabalho produzido pelo Comitê Executivo;

II - Analisar e sugerir alternativas, buscando promover a integração das ações de saneamento sob os aspectos de viabilidade técnica, operacional, financeira e ambiental.

Art. 2º - Fica instituído o Comitê Executivo para elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico, composto pelos seguintes membros:

I - Anni Karini Reina (Assessora Téc. Gestão Pública);

II - Celso José Dall'Acqua (Engenheiro Agrônomo);

III - Marlene Lopes Barbosa (Agente Comunitário de Saúde);

IV - Marlei de Jesus Bieleski (Coordenadora da Vigilância Sanitária);

§ 1º - São atribuições específicas do Comitê Executivo a que se refere o *caput* deste artigo:

I - Executar em conjunto com a equipe executora, as atividades previstas nas etapas de elaboração do Plano, apreciando e validando cada produto a ser entregue, submetendo-o à avaliação do Comitê de Coordenação;

II - Observar os prazos indicados no cronograma de execução.

Art. 3º - A designação dos membros dos comitês previstos neste Decreto não importará em qualquer vantagem pecuniária ou acréscimo remuneratório, a qualquer título.**"**

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 24 de Julho de 2017.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO

DECRETO Nº 073, DE 19 DE JULHO DE 2017.

"DISPÕE SOBRE A INSTITUIÇÃO DO GABINETE DE GESTÃO INTEGRADA MUNICIPAL NA ESTRUTURA DO GABINETE DO PREFEITO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. "

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR MAURICIO FERREIRA DE SOUZA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E

Considerando o artigo 6º, inciso I, da Lei nº 11530, de 24 de Outubro de 2007, do Governo Federal;

Considerando a C.I nº 209, de 04/07/2017, do Gabinete do Prefeito;

D E C R E T A

Art. 1º -Fica instituído, sem aumento de despesa e sem criação de cargos, na estrutura do Gabinete do Prefeito, o Gabinete de Gestão Integrada Municipal.

Art. 2º - O funcionamento do Gabinete de Gestão Integrada Municipal será norteado pelos princípios de ação integrada, da interdisciplinaridade e da pluriagencialidade, visando à definição coletiva das prioridades de ação.

Art. 3º - Compete ao Gabinete de Gestão Integrada Municipal:

I - Promover a articulação conjunta das diversas estratégias de prevenção da violência, reforçando as potencialidades na obtenção dos melhores resultados;

II - Analisar as informações coletadas e armazenadas pelas instituições de Segurança Pública;

III - Discutir conjuntamente os problemas, o intercâmbio de informações a definição de prioridades de ação e a articulação dos programas de prevenção da violência no âmbito municipal;

IV - Promover a integração sinérgica na efetiva pratica dinâmica e regular de cooperação das relações e ações dos múltiplos órgãos das diferentes esferas governamentais (municipal, estadual e federal) no Munícipio;

V - Tornar mais ágil e eficaz a comunicação entre os órgãos que o integram, a fim de apoiar as secretarias municipais e polícias estaduais e federais na fiscalização administrativa e na prevenção e repressão da violência e da criminalidade;

VI - Contribuir para a harmonização da atuação e integração operacional dos órgãos municipais, estaduais e federais de prevenção, investigação, informação e repressão ao crime, respeitando suas competências e atribuições;

VII - monitorar e avaliar os dados estatísticos de criminalidade no município, a fim de subsidiar a ação governamental municipal e de propor programas, projetos e ações que contribuam na diminuição da criminalidade e violência no município;

VIII - propor programas, projetos e ações que contribuam na gestão municipal da política de segurança cidadã e prevenção da violência;

IX - Padronizar os procedimentos administrativos tendo em vista a maior eficiência da integração entre os diversos organismos que compõem o GGIM;

X - Propor instruções referentes à divisão das tarefas de fiscalização entre os vários organismos de policiamento administrativo municipal e de prevenção da violência;

XI - Padronizar e aperfeiçoar os procedimentos operacionais de interlocução entre as ações de segurança cidadã e fiscalização de posturas urbanas e seus demandantes internos ou externos;

XII - Viabilizar a criação e o desenvolvimento de um banco de dados de ações de segurança cidadã e fiscalização de posturas urbanas, interligado entre os diversos órgãos que compõem o GGIM;

XIII - Exercer outras atividades correlatas.

Art. 4º - O gabinete de Gestão Integrada Municipal contará com a seguinte estrutura de gerenciamento e execução:

I - Coordenador Geral;

II - Coordenador Executivo;

III - Assessor de Coordenação;

§ 1º - Caberá ao Prefeito o cargo de Coordenador Geral, bem como nomear os demais membros da Coordenação do Gabinete Integrado.

§ 2º - A Coordenação Executiva será responsável por articular os programas, projetos e ações governamentais promovendo a política municipal de segurança cidadã e prevenção da violência e a execução do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI).

§ 3º - Poderão ser criadas Câmaras Técnicas para o desenvolvimento de projetos e ações que contribuam na gestão municipal da política de segurança cidadã.

Art. 5º - O Gabinete de Gestão Integrada Municipal será composto pelos seguintes membros:

I – Secretaria Municipal de Administração;

II - Secretária Municipal de Assistência Social, Trabalho e Cidadania;

III - Secretário Municipal de Educação e Cultura;

Art. 6º - O Gabinete de Gestão Integrada Municipal tem assegurado, na sua composição, a participação dos seguintes Órgãos e Instituições que atuam no Município:

I - Delegacia de Polícia Civil;

II - Comando do 22º Batalhão de Policia Militar;

III - Poder Judiciário;

IV - Ministério Público Estadual;

V - Defensoria Pública;

§ 1º - Poderão participar, ainda, como convidados especiais, outros dirigentes de Órgãos vinculados à área de segurança pública.

§ 2º - Cada órgão deverá designar um titular e um suplente.

Art. 7º - As funções dos membros do Gabinete de Gestão Integrada Municipal não serão remuneradas a qualquer título, sendo, porém, consideradas serviço público relevante.

Art. 8º - O Gabinete de Gestão Integrada Municipal vincula-se a estrutura do Gabinete do Prefeito, para fins de suporte administrativo operacional e financeiro.

Art. 9º - O funcionamento do Gabinete de Gestão Integrada Municipal será disciplinado por Regimento Interno a ser publicado mediante decreto.

Art. 10º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 19 de Julho de 2017.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO

DECRETONº 076, DE 24 DE JULHO DE 2017.

"Altera o artigo 2º do Decreto nº 014, de 31 de Janeiro de 2017, que institui Comissão Técnica para elaboração do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos do município de Peixoto de Azevedo - MT, e dá outras providências. "

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E

Considerando as disposições legais contidas na Lei Federal nº 12.305, de 02 de Agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de Fevereiro de 1989; e dá outras providências;

Considerando a necessidade de elaboração do plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos, nos termos dos artigos 18 a 24, da Lei Federal nº 12.305, de 02 de Agosto de 2010;

Considerando as indicações e os interesses do setor público;

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica alterado o artigo 2º do Decreto nº 014, de 31 de Janeiro de 2017, que institui comissão Técnica para elaboração do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos do município de Peixoto de Azevedo - MT, passando ter a seguinte redação:

"Art. 1º - Fica instituída a Comissão Especial Técnica para elaboração do plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos de Peixoto de Azevedo, em conformidade com a legislação federal.

Art. 2º - A comissão será coordenada pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Mineração, composta pelos seguintes órgãos municipais e representantes:

Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Mineração	
Representante	**Afonsina Aparecida Fermino Crescencio**
Cordenadoria de Defesa Civil	
Representante	**Vanderlei Ferrari**
Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento	
Representante	**Carlos Urbiné da Silva**
Secretaria Municipal de Agricultura, Industria e Comércio	
Representante	**Wanderson Guimarães Fonseca**
Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos	
Representante	**Gabriel Alexandre dos Santos**
Secretaria Municipal de Planejamento e Fazenda	
Representante	**Carlos Abraão Gaia**
Secretaria Municipal de Administração	
Representante	**Regiane Matos Davi**
Assessoria Jurídica	
Representante	**Ariene Franciany de Abreu**
Secretaria Municipal de Educação e Cultura	
Representante	**Carolina Rafaela Vieira dos Santos**

Art. 2º -Para a consecução de seus objetivos, a comissão estabelecerá as articulações necessárias com órgãos ou entidades dos setores público e privado, organizações sociais, sociedade civil organizada e população.

Art. 3º - A participação da comissão de que trata este Decreto será considerada de relevante interesse público, não sendo remunerada a qualquer título.

Art. 4º - A Comissão acima nomeada terá o prazo de 180 (cento e oitenta) dias para conclusão dos trabalhos, contados a partir da publicação deste. **"**

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, 24 de Julho de 2017.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO

PORTARIA Nº 1183, DE 20 DE JULHO DE 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art. 1º -**Nomear** Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, para o exercício de 2017, composta com os seguintes membros abaixo relacionados:

Presidente : Aline Vanessa Mochi

Secretário : Hallison da Silva Conceição

Membro : Emerson Nunes Freitas

Suplente: Aline Gleyss dos Santos Mascarenhas

Art. 2º - **Designar**, como **Pregoeiro** e **Equipe de Apoio**, os Servidores:

Pregoeiro : Emerson Nunes Freitas

Equipe : Hallison da Silva Conceição

Equipe : Aline Vanessa Mochi

Equipe : Kleber Monteiro Guerzoni

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir desta data, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 20 de Julho de 2.017.

Maurício Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

CAMARA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO

CAMARA MUNICIPAL
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL N° 001/2017

A Comissão Permanente de Licitação da **CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO**, no exercício das atribuições que lhe confere a Portaria nº 001/2017, torna público para conhecimento dos interessados, que no Pregão presencial **Nº 001/2017**, cujo objeto é a "Contratação de Prestação de Serviços Técnico Especializado de Consultoria e Assessoria Contábil, em Cumprimento a Lei Nº 4.320/64, Lei de Responsabilidade Fiscal e Normativas do TCE-MT" para atender a Câmara Municipal de Santa Rita do Trivelato - MT, realizada no dia 24/07/2017 as 09h, na Avenida Flavio Luiz, Nº 2060. Sagrou - se vencedora a empresa: **FORGOV CONSULTORIA E CONTABILIDADE LTDA -MT,** Inscritano **CNPJ 20.936.958/0001-04,** cujo valoré de **R$ 50.400,00** (Cinqüenta mil e quatrocentos reais).

Santa Rita do Trivelato/MT, em 24 de Julho de 2017.

CAMARA MUNICIPAL
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL N.º 001/2017

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICO ESPECIALIZADO DE CONSULTORIA E ASSESSORIA CONTABIL, EM CUMPRIMENTO A LEI Nº 4.320/64 E LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL E NORMATIVA DO TCE-MT.

Tendo em vista o que consta nos autos deste processo, e diante do resultado apresentado pela pregoeira oficial, "**HOMOLOGO**" o presente certame para que produza todos os efeitos legais previstos em Lei.

Santa Rita do Trivelato, 25 de Julho de 2017.

JOÃO FRANCISCO BATISTELA

PRESIDENTE

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL E AMBIENTAL DO VALE DO GUAPORÉ

AVISO DE LICITAÇÃO EDITAL PREGÃO PRESENCIAL 10/2017

AVISO DE LICITAÇÃO EDITAL PREGÃO PRESENCIAL 10/2017

O Consorcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental Vale do Guaporé, torna público que fará realizar Pregão Presencial 10/2017.

ABERTURA: 08 de agosto de 2017 ás 08:00 horas;

CREDENCIAMENTO: das 07:15 ás 07:30 horas;

OBJETO: **Contratação de empresa para prestação de serviços técnicos profissionais de assessoria e consultoria contábil, envolvendo contabilização da execução orçamentária, financeira e patrimonial, atendendo à Lei nº 4.320/64 e as normas do PCASP, incluindo a preparação da folha de vencimentos mensais (CLT).**

Os interessados em adquirir o Edital completo e maiores informações (65) 3259-4375 ou no site: cidesa_afc@outlook.com

Nova Lacerda-MT 25 de julho de 2017.

JACSON DOUGLAS NUNES CORDEIRO

Pregoeiro

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL PORTAL DA AMAZÔNIA

PORTARIA 006/2017

PORTARIA 006/2017

O EXMO. PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL PORTAL DA AMAZÔNIA SR. MAURICIO FERREIRA DE SOUZA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

RESOLVE:

Artigo 1º - **EXONERAR** do Cargo de **ADVOGADO**, do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Sustentável Portal da Amazônia, o Sr. **EDWIN DE ALMEIDA COSTA,** brasileiro, portador da Cédula de Identidade nº. 1168490-9 SSP/MT e do CPF nº. 862.621.221-68.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Presidente, Colider, Estado de Mato Grosso, em 21 de julho de 2017.

_____

MAURÍCIO FERREIRA DE SOUZA

PRESIDENTE

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE.

Publicado e afixado no mural deste Consórcio no período de 21/07/2017 à 21/09/2017.

CONSORCIO PÚBLICO DE SAÚDE VALE DO TELES PIRES

AVISO DE CANCELAMENTO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO N. 006/2017

CONSÓRCIO PÚBLICO DE SAÚDE VALE DO TELES PIRES

ESTADO DE MATO GROSSO

AVISO DE CANCELAMENTO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO N. 006/2017

O **CONSÓRCIO PÚBLICO DE SAÚDE VALE DO TELES PIRE**S, inscrito no CNPJ/MF n. 23.019.551/0001-00, através da Pregoeira, Angélica Tamara dos Santos, designada pela Portaria nº 019/2016, torna público para o conhecimento dos interessados o CANCELAMENTO do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2017**, referente Registro de Preços para futura e eventual aquisição de móveis e equipamentos permanentes para atender as demandas das secretarias municipais de Saúde dos municípios integrantes deste Consórcio, tendo em vista a necessidade de alteração do conteúdo do Edital e anexos. Assim sendo, será publicado novo edital oportunamente divulgado através do Diário Oficial de Contas-TCE-MT, do Jornal Oficial dos Municípios – AMM, do site www.consorciovaledotelespires.com.br, e site www.bllcompras.org.br.

Sorriso-MT, 25 de julho de 2017.

Angélica Tamara dos Santos

Pregoeira

TERMO DE CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS Nº 003/2016, (PREGÃO ELETRÔNICO 003/2016).

TERMO

TERMO DE CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS Nº 003/2016, (PREGÃO ELETRÔNICO 003/2016).

O CONSÓRCIO PÚBLICO DE SAÚDE VALE DO TELES PIRES, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ nº 23.019.551/0001-00, situado na Castro Alves, 331, Centro, Sorriso-MT, através de seu presidente, no uso de suas atribuições, com fundamento no artigo 21 do Decreto 7.892/2013, CANCELA, por este ato, a contar do dia 25 de Julho de 2017, o Registro de Preços das empresas abaixo, constantes da Ata de Registro de Preços.

ATAS – CONTRATO	EMPRESA
003/2016 – 100/2016	DISTRIBUIDORA GOLDEPLUS
003/2016 – 101/2016	DISTRIBUIDORA RINALDI E COGO
003/2016 – 102/2016	DISTRIBUIDORA PRESTOMEDI
003/2016 – 103/2016	PRO-REMEDIOS DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS
003/2016 – 104/2016	DISTRIBUIDORA TIRADENTES
003/2016 – 105/2016	DISTRIBUIDORA MACROSUL
003/2016 – 106/2016	DISTRIBUIDORA HIPERDENTAL
003/2016 – 107/2016	DISTRIBUIDORA CARMO HOSPITALAR
003/2016 – 108/2016	DISTRIBUIDORA CIENTIFICA
003/2016 – 109/2016	DISTRIBUIDORA DELTAMED
003/2016 – 110/2016	DISTRIBUIDORA DIMACI
003/2016 – 111/2016	DISTRIBUIDORA FG BRASIL
003/2016 – 112/2016	DISTRIBUIDORA RECMED

003/2016 – 113/ 2016	DISTRIBUIDORA PLASMEDIC
003/2016 –114/ 2016	DISTRIBUIDORA FILGUEIRA E SANTANA
003/2016- 115/ 2016	DISTRIBUIDORA L.P COMERCIO

SORRISO, 25 de Julho de 2017

ARI GENEZIO LAFIN

PRESIDENTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE ACORIZAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE ACORIZAL/MT EXTRATO/TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 004/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE ACORIZAL/MT EXTRATO/TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 004/2017

Considerando estarem presentes todos os pressupostos autorizativos da legislação que regula a matéria, **RATIFICO**, nos termos do Parecer Jurídico anexo aos autos e **AUTORIZO** a Contratação por **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO** da pessoa jurídica **DIGORESTE ASSOCIADOS**, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 23.427.605/0001-69, tendo como objeto a prestação de serviço especializado de assessoria e consultoria técnica em Gestão Pública, na área de Licitações Públicas para compras ou serviços e de Contratos Administrativos (Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1.993, e Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2.002), para atender as necessidades da Prefeitura de Acorizal. Essa ratificação e autorização se fundamenta no art. 25, II, combinado com art. 13, inciso III, da Lei nº 8.666/93 e legislação pertinente. O contrato terá vigência de **01/07/2017 até 30/11/2017**, com valor global de **R$ 20.000,00 (vinte mil reais)**, que será pago com a seguinte Dotação Orçamentária do Projeto Atividade 2069, Fonte 999, Despesa 33. 90.39, para exercício 2017. Para a eficácia dos atos, determino que a presente ratificação e autorização seja publicada, conforme art. 26 da Lei n º 8.666/93.

Acorizal-MT, 29 de junho de 2017.

CLODOALDO MONTEIRO DA SILVA Prefeito Municipal de Acorizal/ MT

DECRETO Nº 022, DE 03 DE JULHO DE 2017.

DECRETO Nº 022, DE 03 DE JULHO DE 2017.

“Regulamenta o lançamento, a cobrança e a forma de pagamento do IPTU relativo ao exercício de 2017 no município de Acorizal e dá outras providências. ”

O Prefeito Municipal de Acorizal, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 41, inciso VI da Lei Orgânica Municipal,

Considerando o disposto no Código Tributário Municipal, Lei Complementar nº 001/2012, sobretudo o que dispõe os Artigos 234 ao 249, que tratam do Imposto Predial e Territorial Urbano, relativo ao lançamento, cobrança e forma de pagamento.

Decreta:

Art. 1º - O Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU será lançado no mês de julho de 2017 em Cota Única ou em até 04 (quatro) parcelas mensais e consecutivas, sendo vedada parcela inferior a R$ 50,00 (cinquenta reais).

Art. 2º - Será emitido Documento de Arrecadação Municipal - DAM, na forma de carne, com a Cota Única e as parcelas, para os imóveis prediais, os quais serão enviados para o endereço do contribuinte que constar do Cadastro Imobiliário do Município.

§ 1º - As guias para pagamento do IPTU de imóveis territoriais deverão ser retiradas nos postos de atendimentos indicados pelo Município ou via Internet no site www.acorizal.mt.gov.br.

§ 2º - Os contribuintes que não receberem o carne referente ao IPTU do seu imóvel predial até 30 (trinta) de agosto de 2017 deverão retirar o Documento de Arrecadação - DAM na Prefeitura Municipal de Acorizal, Coordenadoria de Tributos, nos postos de atendimentos indicados pelo Município ou através do site www.acorizal.mt.gov.br, para fazer jus ao desconto concedido.

Art. 3º - A data de vencimento da Cota Única, com desconto, e da primeira parcela do IPTU 2017 será dia 15.09.2017 e a das demais parcelas serão conforme especificado no quadro abaixo:

PARCELA	VENCIMENTO
00 e 01	15.09.2017
02	15.10.2017
03	15.11.2017
04	15.12.2017

Parágrafo único - O valor mínimo da parcela não será inferior a R$ 50,00 (cinquenta reais), nos termos do Art. 1º caput.

Art. 4º - Aos contribuintes do IPTU, que efetuarem pagamento em Cota Única, até a data de seu vencimento, será concedido desconto no percentual de 20% (vinte por cento) sobre o valor devido.

§ Único - Após 15 de setembro de 2017 não será concedido o desconto, citado no caput deste artigo, para o pagamento da Cota Única do IPTU 2017, exceto no caso previsto no § 2º do art. 5º deste Decreto.

Art. 5º - O contribuinte ou seu representante legal ou o locatário do imóvel que não concordar com o valor do IPTU lançado, poderá requerer revisão até o dia 15 de setembro de 2017.

§ 1º O pedido de revisão, devidamente fundamentado e instruído com a documentação comprobatória das alegações, deverá ser protocolizado na Diretoria de Tributação do Munícipio – Central de Cadastro Imobiliário, na Rua Aquino Monteiro, s/nº, Bairro Nova Acorizal, em Acorizal-MT.

§ 2º - Se o pedido de revisão, protocolizado dentro do prazo previsto no caput deste artigo, for parcial ou integralmente procedente, será concedido prazo de 30 (trinta) dias, a partir da ciência do contribuinte a decisão, para pagamento da Cota Única com o desconto previsto neste Decreto sem juros e sem multa.

§ 3º - Se o pedido de revisão for considerado improcedente, será concedido prazo de 30 (trinta) dias, a partir da ciência do contribuinte a decisão, para pagamento sem desconto e sem acréscimo de juros e multa.

§ 4º - O pedido de revisão protocolizado fora do prazo previsto no caput deste artigo não será conhecido, mas a autoridade competente poderá rever o lançamento, de oficio, com base nas informações prestadas pelo contribuinte, sem prejuízo dos acréscimos legais.

§ 5º - No caso previsto no § 4º deste artigo, se a autoridade competente mantiver o lançamento, será exigido o pagamento do imposto, sem desconto e com a incidência de juros e multa moratórios, nos termos da Lei Complementar nº 001/2012-CTM.

Art. 6º - Será considerado ciente do despacho ou da decisão em face do pedido de revisão do IPTU 2017, o contribuinte, seu representante legal ou o locatário do imóvel subscritor do requerimento inicial, na data que o interessado for comunicado através de e-mail ou telefone que indicar para essa comunicação, em seu requerimento.

Art. 7º - As isenções previstas no Art. 248 da Lei Complementar nº 001/2012, deverá ser requerida no período de 15.09.2017 a 31.12.2017.

Art. 8º - Ficam isentos do Imposto Predial e Territorial Urbano, nos termos do art. 248 da Lei Complementar nº 001/2012, os aposentados pensionistas, que percebam benefícios até o limite de 01 (um) salário mínimo.

§ Único – A isenção de que trata o caput deste artigo, abrange única e exclusivamente o imóvel onde reside o beneficiário, excluindo-se os demais imóveis territoriais, prediais, comerciais, unidades autônomas desdobradas com cadastro individualizado para fins tributários e chácaras de recreio.

Art. 9º - Para aferição da pontuação para enquadramento do padrão da edificação, será utilizada a Tabela I constante do Anexo I deste Decreto.

Art. 10 - Para fins de lançamento do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana do exercício de 2017 será utilizado o percentual de 100% (cem por cento) do valor venal do imóvel, apurado através da Planta de Valores Genéricos, atualizada nos termos da legislação tributária vigente.

Art. 11 - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Acorizal-MT, 24 de julho de 2017.

Clodoaldo Monteiro da Silva

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA

PEDIDO DE LICENÇA PRÉVIA E DE INSTALAÇÃO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA, com **CNPJ: 15.023.898 / 0001-90,** torna público que Requereu junto à SEMA-MT, a **RENOVAÇÃO da LI** – Licença de Instalação, para implantação do LOTEAMENTO – **RESIDENCIAL DÉLCIO EDUARDO MENDEL** localizado em Área Urbana no município de Água Boa – MT.

AVISO DE LICITAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA MT.

AVISO DE LICITAÇÃO.

A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Água Boa, Estado de Mato Grosso, torna público que fará realizar-se na sala de Licitações; a seguinte Licitação regida pela Lei nº. 8.666/93 de 21 de junho de 1993 e atualizada pela Lei nº. 8.883/94 e suas alterações posteriores.

MODALIDADE: Concorrência nº. 003/2017.

TIPO: Concorrência para alienação.

OBJETO: Alienação de lotes urbanos dotados de infraestrutura, destinados à ocupação comercial e industrial, situada na zona urbana do município de Água Boa, denominada Setor Industrial “Cidade Água Boa – MT”.

REALIZAÇÃO: 31/08/2017.

HORAS: 08h30min, horário local.

O Edital contendo as instruções estará à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Água Boa MT, no horário de atendimento até o terceiro dia que anteceder o recebimento dos envelopes e também através do site www.aguaboa.mt.gov.br e dos e-mail licitacao@aguaboa.mt.gov.br.

Água Boa - MT, 25 de julho de 2017.

Vera Lucia Fries

Presidente da Comissão de Licitação.

RESULTADO DE LICITAÇÃO.

MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO 005/2017

A Pregoeira da Prefeitura Municipal de Água Boa, Estado de Mato Grosso, designado pela Portaria nº. 4032/2017; torna público o resultado da sessão que se realizou na data de 19/06/2017, licitação na modalidade de Pregão Eletrônico nº 005/2017, e teve como vencedores as empresas: ANA MARIA PIRES BELEM -ME CNPJ: 04.360.651/0001-43 nos ITENS 12, 16 E 17. HGC TAVEIRA COMERCIO DE MOVEIS EIRELI-EPP, CNPJ: 05.258.798/0001-90, nos ITENS 5, 8 E 14. ATI COMERCIO DE MOVEIS E INFORMATICA LTDA-EPP, CNPJ: 12.544.341/0001-07, nos ITENS 6, 7, 11 E 19. D A ARAGÃO COMERCIO-ME, CNPJ: 19.127.086/0001-46, nos ITENS 2 E 3. MAGITECH DISTRIBUIDORA DE ELETRONICOS EIRELI-EPP, CNPJ: 19.910.840/0001-10, nos ITENS 4. CCK COEMRCIAL EIRELI-EPP, CNPJ: 22.065.938/0001-22, nos ITENS 10.

Água Boa, 24 de julho de 2017.

Ivania Cezira Volpi

Pregoeira

PLANEJAMENTO E FINANCAS
AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 049/2017

A Prefeitura Municipal de Água Boa, estado de Mato Grosso, através do seu Pregoeiro Oficial, nomeado pela Portaria nº. 196/2017, comunica aos interessados que está aberta licitação na modalidade de Pregão Presencial regida pela n°. Lei 10.520 de 17 de julho e 2.002, com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666/93, e suas alterações posteriores e demais disposições aplicáveis.

MODALIDADE: Pregão Presencial para Registro de preço nº. 049/2017

TIPO: Menor Preço por Lote

OBJETO: O Registro de Preço para Futuras e Eventuais locações de ônibus e micro-ônibus para a Prefeitura Municipal.

REALIZAÇÃO: 10/08/2017

INICIO ABERTURA DOS ENVELOPES: 08h30min

O Edital contendo as instruções estará à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Água Boa MT, no horário das 07h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min horas até o terceiro dia que anteceder o recebimento dos envelopes e também através do site www.aguaboa.mt.gov.br e do e-mail: pregao@aguaboa.mt.gov.br.

Água Boa - MT, 25 de julho de 2017.

Marcos da Silva **Pregoeiro**

LEI Nº 1353, DE 20 DE JULHO DE 2017.

(Projeto de Lei nº 1382, de 26 de junho de 2017, do Executivo)

Autoriza desafetação complementar de área adjacentes a quadra F-17 e da outras providencias.

MAURO ROSA DA SILVA, Prefeito do Município de Água Boa, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são atribuídas por lei, faz saber que a Câmara Municipal, em sessão de 07 de julho de 2017, aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. Ficam desafetadas da primitiva condição de bens indisponíveis as áreas adjacentes à quadra F -17, localizadas no Bairro Primavera, áreas públicas ocupadas, correspondentes a ruas e calçadas, com 513,70 m2 (quinhentos e treze metros e setenta centímetros quadrados) e 1.257,66 m2 (hum mil duzentos e cinquenta e sete metros e sessenta e seis centímetros quadrados), representadas pelos mapas e memorias especificados nos anexos 01 e 02.

Art. 2º - As áreas identificadas nos Anexos I e II serão transformadas em ZEIS- Zonas de Especial Interesse Social, cujos usos serão aqueles definidos pela Lei Municipal 047/2009.

Art. 3º - Especificamente para as áreas contempladas nesta Lei, será reconhecido o parcelamento do solo, da forma em que se encontram ocupadas atualmente.

Art. 4º: Ficam proibidos novos parcelamentos do solo para os imóveis beneficiados.

Art. 5º -O município concorda que a regularização fundiária seja promovida por usucapião extraordinário extrajudicial de maneira coletiva, no Cartório de Registro de imóveis, mediante realização de ato notarial pelo Cartório 2º Oficio e avaliado pelo Cartório de Registro de Imóveis da Comarca.

Art. 6°. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contraria.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ÁGUA BOA, aos 20 de julho de 2017.

MAURO ROSA DA SILVA

Prefeito Municipal

LUIZ OMAR PICHETTI

Secretário Municipal de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS

PREFFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS/SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE RESULTADO

DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 33/2017A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Alto Garças – MT, através da PORTARIA N° 268 DE 30 DE JUNHO DE 2017 torna público ao interessados que o Processo de Dispensa de Licitação N°33/2017, cujo objeto é a **AQUISIÇÃO DE REAGENTES E MATERIAIS PARA REALIZAÇÃO DE EXAMES NO LABORATÓRIO MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS/MT.**Sagra – se vencedor a empresa M.S. DIAGNOSTICA LTDA sob CNPJ n. 00.970. 175/0003-93, com o valor de R$ 14.785,00 (Quatorze Mil e Setecentos e Oitenta e Cinco Reais).Alto Garças – MT, 24 de Julho de 2017.NÁJELA DAYANE VIANA DA SILVA BARROS- Presidente da CPL.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS - SECRETATIRA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE RESULTADO CHAMADA PUBLICA Nº001/2017

AVISO DE RESULTADO

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 047/2017

CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2017

A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Alto Garças – MT, através da Portaria n° 268, de 30 de junho de 2017, torna público ao interessados que o Processo Administrativo n. 47/2017, Chamada Pública n. 001/2017, cujo objeto:**CONTRATAÇÃO DE 04 (QUATRO) PROFISSIONAIS MÉDICOS, NA ESPECIALIDADE CLÍNICO GERAL, PROFISSIONAIS DE NÍVEL SUPERIOR, TITULARES DE DIPLOMA, DEVIDAMENTE REGISTRADOS NO CRM (CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA), SENDO QUE 01 (UM) PROFISSIONAL IRÁ PRESTAR SERVIÇOS SOMENTE EM UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE, 01 (UM) PROFISSIONAL IRÁ PRESTAR SERVIÇOS EM UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE E REALIZAR PLANTÕES NO CENTRO DE SAÚDE/ PRONTO ATENDIMENTO E OS OUTROS 02(DOIS) IRÃO PRESTAR SERVIÇOS COMO PLANTONISTAS NO CENTRO DE SAÚDE/PRONTO ATENDIMENTO MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS – MT E PRESTAR SERVIÇOS MÉDICOS POR 40 (QUARENTA) HORAS SEMANAIS CADA, TAMBÉM NO CENTRO DE SAÚDE/PRONTO ATENDIMENTO MUNICIPAL**, de acordo com Termo de Referência e demais condições estabelecidas no Edital e seus anexos, obteve o seguinte resultado: a empresa **JORGE L DIAZ BARZAGA - ME**, devidamente inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ sob nº 28.037.958/0001-76, está credenciada para prestação de serviços relativo a **Planilha Medico 4** os itens **09** e **10**. Alto Garças – MT, 25 de julho de 2017. **): Nájela Dayane Viana Silva Barros**- Presidente da CPL.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI

JURIDICO
VIII TERMO ADITIVO DE PRAZO DE CONTRATO E EXECUÇÃO AO CONTRATO N. 084/2014

VIII TERMO ADITIVO DE PRAZO DE CONTRATO E EXECUÇÃO

AO CONTRATO N. 084/2014

CONTRATANTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI, pessoa jurídica de direito público, estabelecida na Cidade de Alto Paraguai, Comarca de Diamantino, Estado de Mato Grosso, inscrita no CNPJ sob o nº 03.648.532/ 000128, neste representada pela Prefeita Municipal **DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES**.

CONTRATADA

LIMA MURÇA & murça ltda – me, inscrita sob o CNPJ: **16.885.249/ 0001-61**, situada na Avenida Agrícola Paes de Barros. N. 2120, sala 01, Bairro Santa Izabel, em Cuiabá – MT, neste ato representado por ELVIS MURÇA, solteiro, empresário, portador do RG n. 1321146-3 e CPF n. 713. 119.201-53, residente e domiciliado a Rua dos Prazeres, n.32, Qdra. 18, Bairro Santa Amália em Cuiabá – MT.

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

DA PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE CONTRATO E EXECUÇÃO

Pelo presente TERMO ADITIVO, as partes resolvem, de comum acordo, prorrogar o PRAZO DE CONTRATO E DE EXECUÇÃO DA OBRA pelo **período de 22/04/2017 a 19/10/2017** do **contrato n. 084/2014,** em conformidade com ofício apresentado pela empresa, ora CONTRATADA, assim como ofício e relatório do Sr. Engenheiro Civil – JONAS BOTAN, CREA MT 034430, em conformidade com a Lei 8666/93 e Cláusula 9.2 do presente contrato.

CLAUSULA PRIMEIRA

DO FUNDAMENTO LEGAL

No que concerne à prorrogação do prazo da vigência do contrato, verifica-se que a possibilidade da solicitação ora formulada se encontra consubstanciada no artigo 57, § 1º, II e § 2º da Lei 8666/93 que assim determina:

Art. 57. A duração dos contratos regidos por esta Lei ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, exceto quanto aos relativos:

(...) § 1o Os prazos de início de etapas de execução, de conclusão e de entrega admitem prorrogação, mantidas as demais cláusulas do contrato e assegurada a manutenção de seu equilíbrio econômicofinanceiro, desde que ocorra algum dos seguintes motivos, devidamente autuados em processo:

II - superveniência de fato excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução do contrato;

§ 2o Toda prorrogação de prazo deverá ser justificada por escrito e previamente autorizada pela autoridade competente para celebrar o contrato.

Parágrafo Único. O presente termo aditivo se restringe somente a prorrogação de prazo, sem aditamento de seu valor e a possibilidade jurídica resta amparada no art. 57, II, §2º da Lei 8.666/93.

CLAUSULA TERCEIRA

DA JUSTIFICATIVA

Justifica-se a presente alteração contratual referente à dilação do prazo de vigência devido ao atraso na liberação do terreno onde foi locado a UBS comprometendo o inicio e o andamento da obra, em conformidade com in-

formação exarada pelo próprio engenheiro civil JONAS BOTAN, parecer técnico n. 008/2017 emitido em 06/04/2017.

CLAUSULA SEGUNDA

DA RATIFICAÇÃO DAS CLÁUSULAS CONTRATUAIS

Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições estabelecidas no contrato inicial, firmado entre as partes.

E, para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se o presente termo aditivo em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que surtam um só efeito, as quais, depois de lidas, são assinadas pelos representantes das partes, CONTRATANTE e CONTRATADA, e pelas testemunhas abaixo.

Alto Paraguai, em 21 de abril de 2017.

_____ **PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI** **DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES** **CONTRATANTE**	_____ **LIMA MURÇA & murça ltda – me** CNPJ: **16.885.249/0001-61** CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Nome:_____ **CPF:.**_____	**Nome** _____ **CPF:** _____

JONAS BOTAN

ENGENHEIRO CIVIL

CREA MT 034430

JURIDICO
II TERMO ADITIVO DE PRAZO DO CONTRATO 020/2016

II TERMO ADITIVO DE PRAZO DO CONTRATO 020/2016

Por este instrumento particular de Contrato por PRAZO DETERMINADO que entre si fazem de um lado o Município de Alto Paraguai - MT, com sede administrativa nesta cidade, sita à Avenida Presidente Médice, n. 470, Bairro Bela Vista inscrito no CNPJ/MF n° 03.648..532/0001-28, neste ato representado pela Prefeita Municipal, Sra. **DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES**, de ora em diante denominada **CONTRATANTE** e de outro lado o Sr. **JADSON CHAVES DO NASCIMENTO ,** brasileiro, portador do RG nº 1584566-4 SSP/MT E CPF n007668781-39 , residente e domiciliada na Rua Cinco, Bela Vista em Alto Paraguai - MT, a seguir denominado **CONTRATADO** , ajustam o presente **TERMO DE ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO N. 020/20116 de comum acordo, mediante as clausulas e condições a seguirem estabelecidas:**

FINALIDADE E JUSTIFICATIVA

O presente termo aditivo tem por finalidade formalizar e disciplinar o relacionamento contratual, com vistas á execução dos trabalhos definidos e especificados na clausula primeira do contrato nº **020/2017**- DO OBJETO, com fulcro na Lei Municipal 376/2014 que dispõe sobre a contratação temporária e Lei 8666/93 sendo perfeitamente possível realizar o aditamento do presente contrato, ressaltando que o serviço prestado pelo CONTRATADO (A) é de relevante necessidade, sendo essencial a sua continuidade, sendo imperioso aditivar o presente contrato para que se possa dar continuidade aos serviços oferecidos a população de Alto Paraguai – MT, INEXISTINDO SERVIDOR EFETIVO PARA A REALIZAÇÃO DO OBJETO CONTRATADO.

I – DO OBJETO

Pelo presente TERMO ADITIVO, as partes resolvem, de comum acordo, prorrogar até a data de 09/09/2017 o prazo de vigência do contrato n. 020/**2016, conforme justificativa apresentada pela Sec. Mun. De Assistência Social, e amparo legal na Lei 8666/93 e legislação municipal correlata.**

Parágrafo único. O presente termo aditivo poderá ter seu término antecipado se no curso do mesmo, for finalizado processo seletivo ou concurso público para preenchimento da vaga ora contratada, sem direitos rescisórios ao CONTRATADO.

II – DAS DEMAIS CLAÚSULAS

Todas as demais cláusulas e subclausulas do contrato em referência, ficam inalteradas por este instrumento, pelo presente termo aditivo, ratificado.

IV – DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Diamantino/MT, para dirimir qualquer dúvida oriunda da execução deste instrumento, com renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E assim, por estarem de acordo com todas as cláusulas e condições as partes, através de seus representantes designados, firmam o presente termo aditivo, em 02 (duas) vias, de igual teor e forma para que produza os efeitos legais, na presença das testemunhas abaixo identificadas.

Alto Paraguai – MT, 09 de junho de 2017..

_____	_____
DIANE VIEIRA DE V. ALVES	**JADSON CHAVES DO NASCIMENTO**
PREFEITA MUNICIPAL	
CONTRATANTE	CONTRATADO

Testemunhas:

_____	_____
CPF: _____	CPF: _____

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO TAQUARI

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL 047/2017 – EDITAL RESUMIDO

PREGÃO PRESENCIAL 047/2017 – EDITAL RESUMIDO Objeto: CONTRATAÇÃO DE **MICRO EMPRESA E/OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE** ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PARA ESGOTAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL DE DETRITOS ORIUNDOS DE FOSSAS SÉPTICAS, CAIXAS DE GORDURA, BANHEIROS QUÍMICOS, BUEIROS E SUCÇÃO DE AGUA NA REDE DE ABASTECIMENTO, PARA ATENDER DIVERSOS ÓRGÃOS DESTE MUNICÍPIO, conforme anexo I. Abertura às 07h30min (Horário de Mato Grosso) dia 08/08/2017. O edital e seus anexos poderão ser adquiridos na Sede da Prefeitura, das 07h30min às 11h30min e das 13:00 as 17:00, junto ao Pregoeiro ou pelo site: www.altotaquari.mt.gov.br. Informações complementares poderão ser obtidas com o Pregoeiro, em horário comercial, de Segunda a Sexta através dos fones 066-3496-1448/1471 na Prefeitura Municipal de Alto Taquari. Alto Taquari – MT, 25 de julho de 2017 – Raimundo da Silva Carvalho - Pregoeiro.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO TAQUARI – MT AVISO DE RESULTADO – PREGÃO PRESENCIAL– Nº044/2017

A Prefeitura Municipal de Alto Taquari, através de seu Pregoeiro e equipe de apoio no uso de suas atribuições legais, regido pela portaria n° 110/2017 de 24/04/2017, torna público aos interessados que o PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS N° 044/2017, cujo certame se deu às 07:00h00min, no dia 19/07/2017; sagrou-se vencedores os proponentes: **MASSON FERNANDES & VITORINO LTDA - ME**, com o valor de **R$ 9.646,60** (nove mil e seiscentos e quarenta e seis reais e sessenta centavos), **ADARI BARBOSA DE QUEIROZ** com o valor de **R$ 13.257,74** (treze mil duzentos e cinquenta e sete reis e setenta e quatro centavos),

AÇÃO COMÉRCIO E SERVIÇOS DE MÓVEIS E INFORMÁTICA LTDA EPP com o valor de **R$ 5.257,00** (cinco mil duzentos e cinquenta e sete reais), **NA CONTRA MÃO CONFECÇÕES LTDA ME R$** com o valor de **R$ 10.109,58** (dez mil cento e nove reais e cinquenta e oito centavos), **MARIA JOSÉ DOS REIS NETO COMERCIO REPRESENTAÇÕES** com o valor de **R$ 8.390,83** (oito mil trezentos e noventa reais e oitenta e três centavos). A licitação foi realizada com Pregão Presencial, pelo critério do tipo menor preço por item, sendo a presente contratação homologada pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, em 25 de julho de 2017. Maiores informações fone (66)3496-1575/1471 - Alto Taquari – MT, 25 de Julho de 2017. Cacilda Ferreira dos Santos **–** Pregoeira.

PORTARIA Nº 274/2017 DE 25 DE JULHO DE 2017

"Designa instauração de processo disciplinar."

O Prefeito Municipal de Alto Taquari, Estado de Mato Grosso, IVAN MARION DE BORBA, no uso de suas atribuições legais, e, considerando o que restou apurado em sindicância administrativa.

RESOLVE:

1. Instaurar Processo Disciplinar em desfavor do servidor ROBISON JUNIO ALVES DOS SANTOS por prática de atos de improbidade administrativa constantes da Lei 8.429/92 em seus artigos 9º a 11 e violação dos artigos 17.9, I e 17.11 da Lei Municipal 482/2007. 2. Manter o servidor afastado de suas funções até a conclusão do referido processo, que não deverá exceder o limite legal, sem prejuízo dos seus vencimentos; 3. Esta Portaria entre em vigor a partir da data de sua publicação.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Ivan Marion de Borba

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL 050/2017 – EDITAL RESUMIDO

PREGÃO PRESENCIAL 050/2017 – EDITAL RESUMIDO Objeto: CONTRATAÇÃO DE MICRO EMPRESA E/OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE PARA AQUISIÇÃO DE CAMISETAS PARA A SECRETARIA DE PROMOÇÃO SOCIAL, conforme anexo I. Abertura às 07h30min (Horário de Mato Grosso) dia 09/08/2017. O edital e seus anexos poderão ser adquiridos na Sede da Prefeitura, das 07h30min às 11h30min e das 13:00 as 17:00, junto ao Pregoeiro ou pelo site: www.altotaquari.mt.gov.br. Informações complementares poderão ser obtidas com o Pregoeiro, em horário comercial, de Segunda a Sexta através dos fones 066-3496-1448/1471 na Prefeitura Municipal de Alto Taquari. Alto Taquari – MT, 25 de julho de 2017 – Cacilda Ferreira dos Santos - Pregoeira.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO TAQUARI – MT AVISO DE RESULTADO – PREGÃO PRESENCIAL– Nº043/2017

A Prefeitura Municipal de Alto Taquari, através de seu Pregoeiro e equipe de apoio no uso de suas atribuições legais, regido pela portaria n° 110/2017 de 24/04/2017, torna público aos interessados que o PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS N° 043/2017, cujo certame se deu às 13:00h00min, no dia 19/07/2017; sagrou-se vencedores os proponentes: **MASSON FERNANDES & VITORINO LTDA - ME**, com o valor de **R$ 2.082,00** (dois mil e oitenta e dois reais), **ADARI BARBOSA DE QUEIROZ** com o valor de **R$ 10.794,68** (dez mil setecentos e noventa e quatro mil e sessenta e oito centavos), **SYLVIA MAIA SANTOS BERIGO ME** com o valor de **R$ 5.234,46** (cinco mil duzentos e trinta e quatro reais e quarenta e seis centavos), **JULIANO VEZENTIN EIRELI ME** com o valor de **R$ 6.960,00** (seis mil novecentos e sessenta reais), **ECOPEL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA ME** com o valor de **R$ 590,00** (quinhentos e noventa reais). A licitação foi realizada com Pregão Presencial, pelo critério do tipo menor preço por item, sendo a presente contratação homologada pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, em 25 de julho de 2017. Maiores informações fone (66)3496-1575/1471 - Alto Taquari – MT, 25 de Julho de 2017. Cacilda Ferreira dos Santos **–** Pregoeira.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAIANA

DEPERTAMENTO PESSOAL
RESOLUÇÃO N° 005/2017

RESOLUÇÃO N° 005/2017

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE ARAGUAIANA MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei nº 227/96 de 26 de Junho de 1996.

CONSIDERANDO a Lei Municipal n° 227/96 de 26 de Junho de 1996, o art. 1°, parágrafo 1° quanto a criação do Conselho Municipal de Assistência Social e funcionamento do mesmo em caráter permanente, promovendo a deliberativa e normatiza da Assistência Social no Âmbito Municipal formulando estratégias de controle e divulgação dos direitos e deveres dos usuários garantidos pela política nacional de Assistência Social.

RESOLVE:

Art. 1°, Fica aprovado a implantação do programa PRO FAMÍLIA no município de Araguaiana – MT.

Parágrafo único, Esta **Resolução de n° 005/2017** foi apresentada, avaliada e aprovada por unanimidade de votos no Plenário do Conselho Municipal de Assistência Social de Araguaiana – MT em 5º Reunião Ordinária do dia 22 de Junho de 2017.

Art. 2°, Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registrada, Publicada, CUMPRA –SE

Araguaiana – MT, 22 de Junho de 2017.

Maria Belinha Ribeiro de Souza

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

DEPERTAMENTO PESSOAL
ERRATA A LEI MUNICIPAL Nº 734/2017

Errata a Lei Municipal nº 734/2017

Considerando que houve alguns erros de digitação no texto da Lei nº 734/2017, assim efetuamos a correção da referida Lei corrigindo-os.

ONDE SE LÊ:

"Art. 1° - Fica o poder Executivo Municipal autorizado à proceder abertura de um crédito adicional especial no valor de R$ 525.000,00 (quinhentos e vinte e cinco mil reais), para atender as seguintes Dotações Orçamentárias, não prevista no Orçamento atual".

Órgão: 05 – Secretaria Municipal de Educação

Unidade: 002 – Ensino Fundamental

Função: 12 – Educação

Sub-Função: 361 – Ensino Fundamental

Programa: 0042 – Ensino Fundamental

Projeto/Atividade: 1.022 – Aquisição de Maquinas, Equipamentos, Moveis e Utensílios.

Elem. de Despesa: 4.4.9.0.5.2.00.00 – Equipamentos e Material Permanente.

Convênio Criança Feliz

R$ 20.000,00 (vinte mil reais), Fonte de Recursos 124

Órgão: 09 – Secretaria Municipal de Turismo Cultura e Meio Ambiente

Unidade: 001 – Gabinete do Secretário

Função: 04 – Administração

Sub-Função: 695 – Turismo

Programa: 0093 – Incentivo ao Turismo

Projeto/Atividade: 2.052 – Manutenção e Encargos com Secretaria de Turismo.

Elem. de Despesa: 3.3.9.0.3.0.00.00 – Material de Consumo.

Elem. de Despesa: 3.3.9.0.3.9.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.

Convênio I Aventura Tour de Montain Bike do Vale do Araguaia

R$ 60.000,00 (sessenta mil reais), Fonte de Recursos 124

Órgão: 09 – Secretaria Municipal de Turismo Cultura e Meio Ambiente

Unidade: 001 – Gabinete do Secretário

Função: 13 – Cultura

Sub-Função: 392 – Difusão Cultural

Programa: 0048 – Cultura

Projeto/Atividade: 1.027 – Realização de Eventos Culturais, Educacionais, Esportivos.

Elem. de Despesa: 3.3.9.0.3.9.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.

Convênio – Dia do Evangélico

R$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais), Fonte de Recursos 124

Órgão: 09 – Secretaria Municipal de Turismo Cultura e Meio Ambiente

Unidade: 001 – Gabinete do Secretário

Função: 13 – Cultura

Sub-Função: 392 – Difusão Cultural

Programa: 0048 – Cultura

Projeto/Atividade: 1.027 – Realização de Eventos Culturais, Educacionais, Esportivos.

Elem. de Despesa: 3.3.9.0.3.0.00.00 – Material de Consumo.

Elem. de Despesa: 3.3.9.0.3.9.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.

Convênio – Temporada de Praia/2017

R$ 50.000,00 (cinqüenta mil reais), Fonte de Recursos 124

Órgão: 10 – Secretaria Municipal de Obras Serviços Urbanos Transporte e Agricultura

Unidade: 001 – Gabinete do Secretário

Função: 15 – Urbanismo

Sub-Função: 451 – Infra – Estrutura Urbana

Programa: 0066 – Obras Publicas de Infra – Estrutura Urbana e Rural

Projeto/Atividade: 1.052 – Revitalização e Urbanização de Ruas e Avenidas.

Elem. de Despesa: 3.3.9.0.3.0.00.00 – Material de Consumo.

Elem. de Despesa: 3.3.9.0.3.9.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.

Elem. de Despesa: 4.4.9.0.5.1.00.00 – Obras e Instalações.

Convênio Lama Asfáltica

R$ 140.000,00 (cento e quarenta mil reais), - Fonte de Recursos 124

Órgão: 10 – Secretaria Municipal de Obras Serviços Urbanos Transporte e Agricultura

Unidade: 001 – Gabinete do Secretário

Função: 15 – Urbanismo

Sub-Função: 451 – Infra – Estrutura Urbana

Programa: 0066 – Obras Publicas de Infra – Estrutura Urbana e Rural

Projeto/Atividade: 1.052 – Revitalização e Urbanização de Ruas e Avenidas.

Elem. de Despesa: 3.3.9.0.3.0.00.00 – Material de Consumo.

Elem. de Despesa: 3.3.9.0.3.9.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.

Elem. de Despesa: 4.4.9.0.5.1.00.00 – Obras e Instalações.

Convênio Revitalização e Urbanização da Avenida Presidente Vargas

R$ 220.000,00 (duzentos e vinte mil reais), - Fonte de Recursos 124

LER-SE-Á:

“Art. 1° - Fica o poder Executivo Municipal autorizado à proceder abertura de um crédito adicional especial no valor de R$ 725.000,00 (setecentos e vinte e cinco mil reais), para atender as seguintes Dotações Orçamentárias, não prevista no Orçamento atual”.

Órgão: 05 – Secretaria Municipal de Educação

Unidade: 002 – Ensino Fundamental

Função: 12 – Educação

Sub-Função: 361 – Ensino Fundamental

Programa: 0042 – Ensino Fundamental

Projeto/Atividade: 1.022 – Aquisição de Maquinas, Equipamentos, Moveis e Utensílios.

Elem. de Despesa: 4.4.9.0.5.2.00.00 – Equipamentos e Material Permanente.

Convênio Criança Feliz

R$ 20.000,00 (vinte mil reais), Fonte de Recursos 124

Órgão: 09 – Secretaria Municipal de Turismo Cultura e Meio Ambiente

Unidade: 001 – Gabinete do Secretário

Função: 04 – Administração

Sub-Função: 695 – Turismo

Programa: 0093 – Incentivo ao Turismo

Projeto/Atividade: 2.053 – Realização de Eventos.

Elem. de Despesa: 3.3.9.0.3.0.00.00 – Material de Consumo.

Elem. de Despesa: 3.3.9.0.3.9.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.

Realização da Festa do Peão – Convênio 730/2017 - FUNDEIC

R$ 200.000,00 (duzentos mil reais), Fonte de Recursos 124

Órgão: 09 – Secretaria Municipal de Turismo Cultura e Meio Ambiente

Unidade: 001 – Gabinete do Secretário

Função: 04 – Administração

Sub-Função: 695 – Turismo

Programa: 0093 – Incentivo ao Turismo

Projeto/Atividade: 2.052 – Manutenção e Encargos com Secretaria de Turismo.

Elem. de Despesa: 3.3.9.0.3.0.00.00 – Material de Consumo.

Elem. de Despesa: 3.3.9.0.3.9.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.

Convênio I Aventura Tour de Montain Bike do Vale do Araguaia

R$ 60.000,00 (sessenta mil reais), Fonte de Recursos 124

Órgão: 09 – Secretaria Municipal de Turismo Cultura e Meio Ambiente

Unidade: 001 – Gabinete do Secretário

Função: 13 – Cultura

Sub-Função: 392 – Difusão Cultural

Programa: 0048 – Cultura

Projeto/Atividade: 2.024 – Manutenção e Encargos com Departamento de Cultura.

Elem. de Despesa: 3.3.9.0.3.9.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.

Convênio – Dia do Evangélico

R$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais), Fonte de Recursos 124

Órgão: 09 – Secretaria Municipal de Turismo Cultura e Meio Ambiente

Unidade: 001 – Gabinete do Secretário

Função: 13 – Cultura

Sub-Função: 392 – Difusão Cultural

Programa: 0048 – Cultura

Projeto/Atividade: 2.024 – Manutenção e Encargos com Departamento de Cultura.

Elem. de Despesa: 3.3.9.0.3.0.00.00 – Material de Consumo.

Elem. de Despesa: 3.3.9.0.3.9.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.

Convênio – Temporada de Praia/2017

R$ 50.000,00 (cinqüenta mil reais), Fonte de Recursos 124

Órgão: 10 – Secretaria Municipal de Obras Serviços Urbanos Transporte e Agricultura

Unidade: 001 – Gabinete do Secretário

Função: 15 – Urbanismo

Sub-Função: 451 – Infra – Estrutura Urbana

Programa: 0066 – Obras Publicas de Infra – Estrutura Urbana e Rural

Projeto/Atividade: 1.052 – Revitalização e Urbanização de Ruas e Avenidas.

Elem. de Despesa: 3.3.9.0.3.0.00.00 – Material de Consumo.

Elem. de Despesa: 3.3.9.0.3.9.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.

Elem. de Despesa: 4.4.9.0.5.1.00.00 – Obras e Instalações.

Convênio Lama Asfáltica

R$ 140.000,00 (cento e quarenta mil reais), - Fonte de Recursos 124

Órgão: 10 – Secretaria Municipal de Obras Serviços Urbanos Transporte e Agricultura

Unidade: 001 – Gabinete do Secretário

Função: 15 – Urbanismo

Sub-Função: 451 – Infra – Estrutura Urbana

Programa: 0066 – Obras Publicas de Infra – Estrutura Urbana e Rural

Projeto/Atividade: 1.052 – Revitalização e Urbanização de Ruas e Avenidas.

Elem. de Despesa: 3.3.9.0.3.0.00.00 – Material de Consumo.

Elem. de Despesa: 3.3.9.0.3.9.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.

Elem. de Despesa: 4.4.9.0.5.1.00.00 – Obras e Instalações.

Convênio Revitalização e Urbanização da Avenida Presidente Vargas

R$ 220.000,00 (duzentos e vinte mil reais), - Fonte de Recursos 124

Araguaiana/MT, 10 de Julho de 2017

GETULIO DUTRA VIEIRA NETO

Prefeito Municipal

DEPERTAMENTO PESSOAL
LEI MUNICIPAL Nº 734/2017 ARAGUAIANA MT, 03 DE JULHO DE 2017.

Lei Municipal nº 734/2017 Araguaiana MT, 03 de Julho de 2017.

"Autoriza o Poder Executivo Abrir Crédito Adicional Suplementar/Especial por Excesso de Arrecadação e da Outras Providencias."

O Sr. **GETÚLIO DUTRA VIERIA NETO**, Prefeito Municipal de ARAGUAIANA/MT, no uso de suas atribuições conferidas em lei **Faz saber** que a CÂMARA MUNICIPAL, **aprovou** e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado à proceder abertura de um credito adicional especial no valor de **R$ 725.000,00** (setecentos e vinte e cinco mil reais), para atender as seguintes Dotações Orçamentárias, não prevista no Orçamento atual.

Órgão: 05 – Secretaria Municipal de Educação

Unidade: 002 – Ensino Fundamental

Função: 12 – Educação

Sub-Função: 361 – Ensino Fundamental

Programa: 0042 – Ensino Fundamental

Projeto/Atividade: 1.022 – Aquisição de Maquinas, Equipamentos, Moveis e Utensílios.

Elem. de Despesa: 4.4.9.0.5.2.00.00 – Equipamentos e Material Permanente.

Convênio Criança Feliz

R$ 20.000,00 (vinte mil reais), Fonte de Recursos 124

Órgão: 09 – Secretaria Municipal de Turismo Cultura e Meio Ambiente

Unidade: 001 – Gabinete do Secretário

Função: 04 – Administração

Sub-Função: 695 – Turismo

Programa: 0093 – Incentivo ao Turismo

Projeto/Atividade: 2.052 – Manutenção e Encargos com Secretaria de Turismo.

Elem. de Despesa: 3.3.9.0.3.0.00.00 – Material de Consumo.

Elem. de Despesa: 3.3.9.0.3.9.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.

Realização da Festa do Peão – Convênio 730/2017 - FUNDEIC

R$ 200.000,00 (duzentos mil reais), Fonte de Recursos 124.

Órgão: 09 – Secretaria Municipal de Turismo Cultura e Meio Ambiente

Unidade: 001 – Gabinete do Secretário

Função: 04 – Administração

Sub-Função: 695 – Turismo

Programa: 0093 – Incentivo ao Turismo

Projeto/Atividade: 2.052 – Manutenção e Encargos com Secretaria de Turismo.

Elem. de Despesa: 3.3.9.0.3.0.00.00 – Material de Consumo.

Elem. de Despesa: 3.3.9.0.3.9.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.

Convênio I Aventura Tour de Montain Bike do Vale do Araguaia

R$ 60.000,00 (sessenta mil reais), Fonte de Recursos 124.

Órgão: 09 – Secretaria Municipal de Turismo Cultura e Meio Ambiente

Unidade: 001 – Gabinete do Secretário

Função: 13 – Cultura

Sub-Função: 392 – Difusão Cultural

Programa: 0048 – Cultura

Projeto/Atividade: 2.024 – Manutenção e Encargos com Departamento de Cultura.

Elem. de Despesa: 3.3.9.0.3.9.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.

Convênio – Dia do Evangélico

R$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais), Fonte de Recursos 124

Órgão: 09 – Secretaria Municipal de Turismo Cultura e Meio Ambiente

Unidade: 001 – Gabinete do Secretário

Função: 13 – Cultura

Sub-Função: 392 – Difusão Cultural

Programa: 0048 – Cultura

Projeto/Atividade: 2.024 – Manutenção e Encargos com Departamento de Cultura.

Elem. de Despesa: 3.3.9.0.3.0.00.00 – Material de Consumo.

Elem. de Despesa: 3.3.9.0.3.9.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.

Convênio – Temporada de Praia/2017

R$ 50.000,00 (cinqüenta mil reais), Fonte de Recursos 124.

Órgão: 10 – Secretaria Municipal de Obras Serviços Urbanos Transporte e Agricultura

Unidade: 001 – Gabinete do Secretário

Função: 15 – Urbanismo

Sub-Função: 451 – Infra – Estrutura Urbana

Programa: 0066 – Obras Públicas de Infra – Estrutura Urbana e Rural

Projeto/Atividade: 1.052 – Revitalização e Urbanização de Ruas e Avenidas.

Elem. de Despesa: 3.3.9.0.3.0.00.00 – Material de Consumo.

Elem. de Despesa: 3.3.9.0.3.9.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.

Elem. de Despesa: 4.4.9.0.5.1.00.00 – Obras e Instalações.

Convênio Lama Asfáltica

R$ 140.000,00 (cento e quarenta mil reais), - Fonte de Recursos 124

Órgão: 10 – Secretaria Municipal de Obras Serviços Urbanos Transporte e Agricultura

Unidade: 001 – Gabinete do Secretário

Função: 15 – Urbanismo

Sub-Função: 451 – Infra – Estrutura Urbana

Programa: 0066 – Obras Publicas de Infra – Estrutura Urbana e Rural

Projeto/Atividade: 1.052 – Revitalização e Urbanização de Ruas e Avenidas.

Elem. de Despesa: 3.3.9.0.3.0.00.00 – Material de Consumo.

Elem. de Despesa: 3.3.9.0.3.9.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.

Elem. de Despesa: 4.4.9.0.5.1.00.00 – Obras e Instalações.

Convênio Revitalização e Urbanização da Avenida Presidente Vargas

R$ 220.000,00 (duzentos e vinte mil reais), - Fonte de Recursos 124

Art. 2º - Para cobertura do Credito aberto no Artigo anterior será utilizado recursos provenientes do **Excesso de Arrecadação,** nos termos do Art. 43. §§ 1º, inciso II e 3º da Lei 4.320/64, salientando que o CONVÊNIO 730/2017, somente agora no mês de Junho foi autenticado pelo concedente.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação retroagindo o crédito do Convênio n° 730/2017 – FUNDEIC, para o mês de Maio do corrente ano revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Araguaiana, Estado de Mato Grosso, aos três dias do mês de Julho do ano de dois mil e dezessete.

GETÚLIO DUTRA VIEIRA NETO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA

AVISO DE LICITAÇÃO PRORROGAÇÃO DE ITENS PREGÃO PRESENCIAL Nº. 04/2017 REGISTRO DE PREÇOS

O Município de Araguainha – MT, torna público aos interessados que fará realizar no dia 07**/08/2017**, ás **14h00** mim (Horário de Brasília), na sede da Prefeitura Municipal de Araguainha, à Rua Bahia, 426 - Centro, Licitação na modalidade Pregão Presencial, Registro de Preços, do Tipo Menor Preço Por Item do Lote, dos itens abaixo relacionados, que tem por objeto: Gêneros Alimentícios; Material de Limpeza; Artigos, Utensílios e Utilidades de Uso Doméstico e Pessoal; Recipientes e Materiais para Acondicionamento e Embalagem; Condutores Elétricos e Equipamentos de Força E Distribuição; Equipamentos para Refeitório, Copa e Cozinha; Artigos de Higiene e Gás de Cozinha Engarrafado, para serem usados pelas secretarias Municipais**,** conforme especificações contidas no Anexo do edital. Poderão participar do Pregão Presencial, todas as Empresas, que manifestarem interesse 24 horas antes da abertura do certamente, conforme lei n°. 8.666/93. Maiores informações pelo telefone 66 3476-1210, Setor de Licitações, e-mail licitacao@araguainha.mt.gov.br

LOTE 01: GENEROS ALIMENTICIOS

ITEM	CÓDIGO PRODUTO	DESCRIÇÃO	QUANT.	UNID.	Valor Unitário Médio	Valor Total Médio
29	**172512-2**	FEIJAO CARIOCA TIPO 1 1ª QUALIDADE EMBALAGEM 1KG	1.080	UN	5,3510	5.779,0800
35	**62333-4**	GORDURA VEGETAL 1ª QUALIDADE EMBALAGEM 500G	40	UN	4,8570	194,2800

LOTE 03: Generos Alimentícios - Carnes

ITEM	CÓDIGO PRODUTO	DESCRIÇÃO	QUANT.	UNID.	Valor Unitário Médio	Valor Total Médio
01	**299434-8**	CARNE BOVINA DE 1ª	1.800	KG	19,4420	34.995,6000
02	**174732-0**	CARNE BOVINA DE 2ª	1.200	KG	14,9950	17.994,0000

03	**172508-4**	CARNE BOVINA – COSTELA	600	KG	10,0880	6.052,8000
04	**421721-7**	CARNE BOVINA MOIDA	1.000	KG	15,4750	15.475,0000

LOTE 05: Material de Limpeza

ITEM	CÓDIGO PRODUTO	DESCRIÇÃO	QUANT.	UNID.	Valor Unitário Médio	Valor Total Médio
08	**221995-6**	DETERGENTE LIQUIDO LIMPEZA PESADA EMBALAGEM 500ML	1.382	UN	6,1500	8.499,3000
10	**153624-9**	ESCOVA PARA LIMPEZA GERAL	118	UN	2,3200	273,7600
14	**156802-7**	LIMPA VIDROS EMBALAGEM DE 500ML	60	UN	3,1250	187,5000

LOTE 09: EQUIPAMENTOS PARA REFEITORIO, COPA E COZINHA

ITEM	CÓDIGO PRODUTO	DESCRIÇÃO	QUANT.	UNID.	Valor Unitário Médio	Valor Total Médio
08	**22265-8**	GARFOS DESCARTAVEIS	3.200	UN	2,2500	7.200,0000
13	**374026-9**	JARRA PLASTICA COM TAMPA E ALCA 4L	17	UN	14,6330	248,7610

LOTE 10: Artigos de Higiene

ITEM	CÓDIGO PRODUTO	DESCRIÇÃO	QUANT.	UNID.	Valor Unitário Médio	Valor Total Médio
02	**14409-6**	SABONETE TABLETE DE 90G	622	UN	2,0080	1.248,9760

LOTE 11: Gas de Cozinha Engarrafado

ITEM	CÓDIGO PRODUTO	DESCRIÇÃO	QUANT.	UNID.	Valor Unitário Médio	Valor Total Médio
01	**145822-1**	GAS DE COZINHA ENGARRAFADO 13KG	160	UN	84,0000	13.440,0000

Araguainha – MT, 24 de Julho de 2017.

Vander Lúcio Nunes de Jesus

PREGOEIRO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA INEXIGIBILIDADE 003– PROCESSO DE CREDENCIAMENTO 001/2017 – AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Araguainha – MT, torna público que estará realizando credenciamento na sede da Prefeitura Municipal de Araguainha, à Rua Bahia, 430 - Centro, através da sua Comissão Permanente de Licitação e da Comissão de Credenciamento, para quem possa interessar que realizará de acordo coma as disposições deste edital e nos termos da Lei 8.666/93 e todas as suas alterações, em específico no seu Artigo 25, “caput”, bem como Lei Federal nº. 8080/90, artigos 24 e 25 o **credenciamento de empresas de Assistência Médico-Hospitalar para prestar serviços médicos,** através de requisições/autorizações emitidas pela Secretaria Municipal de Saúde. A documentação para o Credenciamento deverá ser entregue na Prefeitura Municipal de Araguainha, no Departamento de Licitação, a partir do dia 26/07/2017 até o dia 07/08/2017, das 14h30minh às 17h00minh, no endereço acima citado.

Araguainha - MT, 24 de julho de 2017.

VALDEVINO RODRIGUES DE SOUZA FILHO

Presidente da CPL

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPUTANGA

GABINETE - DEPTO JURIDICO
DECRETO MUNICIPAL Nº 40/2017

DECRETO MUNICIPAL Nº 40/2017

REVOGA O DECRETO Nº 033/2009 E DISPÕE SOBRE A REGULAMENTAÇÃO DO ART. 16, §1º DA LEI MUNICIPAL Nº 636/2005, ACERCA DA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E POR DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA, PREVISTA PELO ART. 81, I, IV, 83 E 96 DA LEI MUNICIPAL Nº 135/1992, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOEL MARINS DE CARVALHO, Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Araputanga**:**

CONSIDERANDO a previsão do Art. 83 da Lei Municipal nº 135/1992, o qual determina a concessão de licença para tratamento da saúde ao servidor, com base em perícia médica, sem prejuízo da remuneração a que fizer jus;

CONSIDERANDO a previsão do art. 96 da mesma lei, o qual determina a concessão de licença por doença em pessoa da família;

CONSIDERANDO o disposto no §1º ao art. 16 da Lei Municipal nº 636/2005, o qual atribui ao município a responsabilidade pelos pagamentos dos atestados de até 30 (trinta) dias dos servidores públicos;

CONSIDERANDO, por fim,a necessidade de se regulamentar o procedimento para a concessão das Licenças para tratamento de Saúde e em pessoa da família, posto que as disposições do Decreto nº 033/2009 não contempla todas as situação;

DECRETA:

Art. 1º - Fica regulamentado através do presente Decreto os procedimentos necessários para a concessão ao servidor público das licenças para tratamento de sua saúde ou de pessoa da família, previstas nos arts. 81, I, IV, 83 e 96 da Lei Municipal nº 135/1992.

Art. 2º - O servidor público faz jus à concessão de Licença para Tratamento de Saúde, prevista no art. 81, I e 83 da Lei Municipal nº 135/1992, sem prejuízo de sua remuneração, quando preenchido os requisitos constantes da presente regulamentação.

Art. 3º - É responsabilidade do Servidor Público, quando acometido de quaisquer problemas de saúde que necessite de licença das funções exercidas, protocolizar Atestado Médico no primeiro dia útil seguinte a ausência das funções, junto ao seu chefe imediato.

§1º - Os Atestados Médicos para serem válidos deverão ser emitidos em Papel Timbrado, constando o nome do servidor público, a data e à hora do atendimento, a menção expressa da incapacidade de exercer suas funções e o período desta incapacidade, o CID (quando autorizado pelo servidor), nome legível, CRM, assinatura e/ou carimbo do médico.

§2º - O prazo mencionado no caput deste artigo para o protocolo do Atestado Médico junto ao chefe imediato poderá ser prorrogado mediante justificativa plausível, fundamentada e por escrito.

Art. 4º - É responsabilidade do Chefe Imediato que recebeu atestado médico protocolizado por servidor público, encaminhar o atestado ao Departamento de Recursos Humanos, com cópia ao Secretário Municipal correspondente, até o dia útil seguinte ao de seu recebimento.

Parágrafo Único - O prazo mencionado no caput deste artigo poderá ser prorrogado mediante justificativa plausível, fundamentada e por escrito.

Art. 5º - Os atestados médicos cujo prazo de Licença seja superior a 05 (cinco) dias serão encaminhados pelo Departamento de Recursos Humanos ao médico competente credenciado por esta Prefeitura, para que se promova competente Perícia Médica, emitindo láudo convalidando ou não as informações do atestado Médico.

§ 1º - Caso não convalidado pelo médico credenciado pela perícia, os atestados serão desconsiderados, devendo o servidor público retornar as suas atividades tão logo for comunicado pelo Departamento de Recursos Humanos.

§2º - Os atestados com prazo de afastamento superior a 30 (trinta) dias e inferiores a 60 (sessenta) dias convalidados pela perícia médica, serão encaminhados ao PREVIARA, conforme disposições da Lei Municipal nº 636/2005.

§3º - Os servidores com atestados com prazo de afastamento superior a 60 (sessenta) dias serão submetidos a perícia médica realizada pela Junta Médica instituída pelo PREVIARA.

Art. 6º - Conforme disposição do Art. 96 da Lei Municipal nº 135/1992, poderá ser concedida licença por motivo de doença em pessoa da família, sem prejuízo da remuneração.

Parágrafo Único – Para o deferimento da Licença supramencionada, o Departamento de Recursos Humanos solicitará a qualquer Assitente Social desta Prefeitura que emita parecer esclarecendo se o familar doente é de 1º grau (Pais, Filhos(as), Conjuge ou companheiro), o prazo da licença, se a assistência direta do servidor público é indispensável e se não pode ser prestada simultaneamente ao exercício do cargo.

Art. 7º - O não cumprimento dos prazos estabelecidos neste Decreto, bem comoa recusa ou não comparecimento em quaisquer das perícias médicas acarretará o indeferimento imediato da licença requerida.

Art. 8º - Os servidores que de alguma forma tentarem fraudar ou criar qualquer situação ilícita para conseguirem o afastamento por meio das licenças aqui regulamentadas, estarão sujeitos as penas dispostas no Regime Jurídico Único desta municipalidade, bem como as demais cominações legais pertinentes ao caso.

Art. 9º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário, especificamente o Decreto Municipal nº 033/2009.

Gabinete do Prefeito Municipal de Araputanga, estado do Mato Grosso, aos dez (10) dias do mês de julho (07) do ano de dois mil e dezessete (2017).

Joel Marins de Carvalho

Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N.º 179/2017

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DO GESTOR MUNICPAL DE CONVÊNIOS NO ÂMBITO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPUTANGA/MT E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

JOEL MARINS DE CARVALHO, Prefeito Municipal do Município de Araputanga Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições conferidas por lei:

RESOLVE: Art. 1.º- Nomear o servidor **Bruno de Larranhagas Cruz,** matrícula nº 2032, **para exercer a função de Gestor Municipal de Convênios,** da Prefeitura Municipal de Araputanga/MT, com opção apenas pela percepção dos vencimentos do seu cargo em comissão de Diretor.

Art. 2.º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Registra-se, Publique-se, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso, aos vinte e quatro (24) dias do mês de julho (07) do ano de dois mil e dezessete (2017).

JOEL MARINS DE CARVALHO

Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N.º 178/2017

DISPÕE SOBRE NOMEAÇAO DE SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOEL MARINS DE CARVALHO, Prefeito Municipal do Município de Araputanga Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições conferidas por lei:

RESOLVE: Art. 1.º- Nomear a servidora **FABIANA DA SILVA RAMOS,** ocupante do cargo efetivo de Auxiliar Administrativo, **para responder pela Diretoria de Recursos Humanos**, por 20 (vinte) dias durante o período das férias regulamentares do Sr. Ovídio de Freitas Godoy, **a partir de 24/07/2017**.

Art. 2.º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Registra-se, Publique-se, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso, aos vinte e um (21) dias do mês de julho (07) do ano de dois mil e dezessete (2017).

JOEL MARINS DE CARVALHO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS

AVISO DE RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL 039/2017

OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MERENDA ESCOLAR PARA TODAS AS ESCOLAS MUNICIPAIS DE ARENÁPOLIS-MT.

Data da realização: 25/07/2017

PARTICIPANTES VENCEDORES: JOÃO DA SILVA REZENDE, inscrita no CPF sob nº. 620.671.177-34, novalor global de **R$ 8.155,36 (oito mil e cento e cinqüenta e cinco reais e trinta e seis centavos)** e a empresa **SCARLATH RODRIGUES SILVA 03927588148, inscrita no CNPJ sob nº. 26.938.396/0001-06,** novalor global de **R$ 33.277,17 (trinta e três mil duzentos e setenta e sete reais e dezessete centavos).**

ARENÁPOLIS MT, 25 de julho de 2017.

REGINA LUCIA DE SOUZA

PREGOEIRA

AVISO DE LICITAÇÃO- CONVITE 004/2017

MODALIDADE: CONVITE Nº 004/2017

TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS DE CONSERVAÇÃO DE PAVIMENTO E DIVERSAS RUAS (RUA GUILHERME GRUNNWALD, RUA PEDRO PEDROSSIAN, RUA PRES. JOÃO GOULART, RUA PRESIDENTE DUTRA, RUA PREFEITO CAIO) DO MUNICIPIO DE ARENÁPOLIS-MT.

O **MUNICÍPIO DE ARENAPOLIS- MT**, através de sua Comissão Permanente de Licitação, torna público a todos os interessados que realizará **às 09:00 horas, do dia 04 de Agosto de 2017**. LICITAÇÃO NA MODALIDADE CONVITE, regida pela Lei 8.666/93, para contratação do objeto supracitado.

Foram convidados três participantes nos termos do § 3º do art. 22 da Lei 8. 666/93, ficando o convite estendido aos demais cadastrados no ramo que manifestarem seu interesse com antecedência de até 24 horas daquela marcada para apresentação das propostas.

Outras informações e edital completo poderão ser retiradas na sala de licitação da Prefeitura, com a Comissão Permanente de Licitação

Arenápolis- MT, 25 de julho de 2017.

NUBIA GONÇALVES CAMPOS

PRESIDENTE DA CPL

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS
EXTRATO PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA

A Prefeitura Municipal de Arenápolis, CNPJ nº **24.977.654/0001-38,** torna público que requereu junto a SEMA – Secretaria Estadual do Meio Ambiente, a Licença Previa eLicença de Instalação (LP) E (LI), referente a **Pavimentação Asfáltica, Drenagem de Águas Pluviais, Sinalização e Passeio Público** de Diversas Ruasno município de Arenápolis/MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIPUANÃ

GABINETE DO PREFEITO
PRIMEIRO ADITIVO Nº. 129/2017

AO CONTRATO Nº. 078/2017 PARA CADASTRO DE RESERVA DE PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO – PROCESSO SELETIVO Nº 001/2017; JOCELIA DE SOUSA SILVA; VIGÊNCIA: 21/07/2017 A 30/08/2017.

LICITAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIPUANÃ AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL/REGISTRO DE PREÇO Nº 054/2017

A Prefeitura Municipal de Aripuanã-MT, através de seu Pregoeiro nomeado pela Portaria 9.245/2017, torna público que estará realizando licitação na Modalidade Pregão Presencial/Registro de Preço, regido pela Lei 10.520/2002, Decreto Nº 7.892/2013, Decreto 8.250/2014, Decreto 8.538/2015, Decreto Municipal 1.392/2008 e subsidiada pela Lei 8.666/1993 e suas alterações. **Objeto: Registro de Preço para a futura e eventual aquisição de materiais de consumo para a confecção de manilhas, reparos de sarjetas, boca de lobo e bueiros atendendo as necessidades da Secretaria Municipal de Infraestrutura deste Município.** Início da Sessão: **Dia 15/08/2017, às 08h00min (oito horas),** horário local, na sala do Setor de licitações desta Prefeitura. O Edital poderá ser adquirido pelo endereço eletrônico **www.prefeituradearipuana.com.br**, e alternativamente em via impressa, na Prefeitura Municipal de Aripuanã no horário de 07h00min as 11h00min e das 13h00min as 17h00min ou através do endereço eletrônico licitacao@prefeituradearipuana.com.br. Maiores informações pelo telefone (066) 3565-3900.

Aripuanã-MT, 25 de Julho de 2017.

Daniel Botoni

Pregoeiro

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL Nº. 008/2017 DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

O Prefeito Municipal de Aripuanã **JONAS RODRIGUES DA SILVA** no uso de suas atribuições legais, com fulcro no Decreto Municipal nº. 1.128/2006 e em conformidade com o disposto no Parágrafo Quarto, do Artigo 9º e o Parágrafo Único, do Artigo 48, da Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000, - L.R.F., **CONVIDA a população do Município de Aripuanã, de forma especial a sociedade civil organizada, para Audiência Pública** com o objetivo de **Apresentar, Debater, Prestar Esclarecimentos e Recolher Sugestões para Elaboração do Plano Plurianual – PPA - Quadriênio 2018/2021.**

Nomeando como Presidente da referida Audiência Pública a Senhora **Márcia Aparecida Thomazi**, no local, data e horário, a saber:

Local – Escola Municipal José de Alencar - Comunidade Lontra

Data – 08 de Agosto de 2017

Horário – 19h: 00min

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 24 dias do mês de julho de 2017.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL Nº. 013/2017 DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

O Prefeito Municipal de Aripuanã **JONAS RODRIGUES DA SILVA** no uso de suas atribuições legais, com fulcro no Decreto Municipal nº. 1.128/2006 e em conformidade com o disposto no Parágrafo Quarto, do Artigo 9º e o Parágrafo Único, do Artigo 48, da Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000, - L.R.F., **CONVIDA a população do Município de Aripuanã, de forma especial a sociedade civil organizada, para Audiência Pública** com o objetivo de **Apresentar, Debater, Prestar Esclarecimentos e Recolher Sugestões para Elaboração do Plano Plurianual – PPA - Quadriênio 2018/2021.**

Nomeando como Presidente da referida Audiência Pública a Senhora **Márcia Aparecida Thomazi**, no local, data e horário, a saber:

Local – Câmara Municipal de Aripuanã, Rua:Antônio Paulo da Costa Bilego nº 168, Centro.

Data –12 de Agosto de 2017

Horário – 19h: 30min

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 24 dias do mês de julho de 2017.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL Nº. 012/2017 DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

O Prefeito Municipal de Aripuanã **JONAS RODRIGUES DA SILVA** no uso de suas atribuições legais, com fulcro no Decreto Municipal nº. 1.128/2006 e em conformidade com o disposto no Parágrafo Quarto, do Artigo 9º e o Parágrafo Único, do Artigo 48, da Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000, - L.R.F., **CONVIDA a população do Município de Aripuanã, de forma especial a sociedade civil organizada, para Audiência Pública** com o objetivo de **Apresentar, Debater, Prestar Esclarecimentos e Recolher Sugestões para Elaboração do Plano Plurianual – PPA - Quadriênio 2018/2021.**

Nomeando como Presidente da referida Audiência Pública a Senhora **Márcia Aparecida Thomazi**, no local, data e horário, a saber:

Local - Centro Viva, R: Cerejeiras c/Av. Presidente Tancredo Neves, Jardim Boa Esperança**.**

Data –12 de Agosto de 2017

Horário – 17h: 00min

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 24 dias do mês de julho de 2017.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL Nº. 011/2017 DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

O Prefeito Municipal de Aripuanã **JONAS RODRIGUES DA SILVA** no uso de suas atribuições legais, com fulcro no Decreto Municipal nº. 1.128/2006 e em conformidade com o disposto no Parágrafo Quarto, do Artigo 9º e o Parágrafo Único, do Artigo 48, da Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000, - L.R.F., **CONVIDA a população do Município de Aripuanã, de forma especial a sociedade civil organizada, para Audiência Pública** com o objetivo de **Apresentar, Debater, Prestar Esclarecimentos e Recolher Sugestões para Elaboração do Plano Plurianual – PPA - Quadriênio 2018/2021.**

Nomeando como Presidente da referida Audiência Pública a Senhora **Márcia Aparecida Thomazi**, no local, data e horário, a saber:

Local – Salão da Igreja Católica da Comunidade Nossa Senhora de Guadalupe - Morena

Data –11 de Agosto de 2017

Horário – 19h: 00min

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 24 dias do mês de julho de 2017.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL Nº. 010/2017 DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

O Prefeito Municipal de Aripuanã **JONAS RODRIGUES DA SILVA** no uso de suas atribuições legais, com fulcro no Decreto Municipal nº. 1.128/2006 e em conformidade com o disposto no Parágrafo Quarto, do Artigo 9º e o Parágrafo Único, do Artigo 48, da Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000, - L.R.F., **CONVIDA a população do Município de Aripuanã, de forma especial a sociedade civil organizada, para Audiência Pública** com o objetivo de **Apresentar, Debater, Prestar Esclarecimentos e Recolher Sugestões para Elaboração do Plano Plurianual – PPA - Quadriênio 2018/2021.**

Nomeando como Presidente da referida Audiência Pública a Senhora **Márcia Aparecida Thomazi**, no local, data e horário, a saber:

Local – Escola Municipal Deoclides de Macedo - Comunidade Milagrosa

Data –10 de Agosto de 2017

Horário – 19h: 00min

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 24 dias do mês de julho de 2017.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
RELATORIO RESUMIDO EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA FAPEMA - 3 BIMESTRE

FUNDO MUN DE PREV DE SERV DE ARIPUANA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - DESPESAS

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A AGOSTO DE 2017 - BIMESTRE JULHO/AGOSTO

RREO – ANEXO 01 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º) R$ 1,00

DESPESAS	Dotação Inicial (d)	Dotação Atualizada (e)	Despesas Empenhadas			Despesas Liquidadas			Despesas Pagas Até o Bimestre (j)	Inscritas em Restos a Pagar Não Processadas (k)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)	Saldo (g) = (e - f)	No Bimestre	Até o Bimestre (h)	Saldo (i) = (e - h)		
DESPESAS (Exceto Intra-Orçamentárias) (VIII)	1.586.000,00	2.116.000,00	94.103,98	1.037.692,84	1.078.307,16		829.390,35	1.286.609,65	829.390,35	
DESPESAS CORRENTES	1.586.000,00	2.116.000,00	94.103,98	1.037.692,84	1.078.307,16		829.390,35	1.286.609,65	829.390,35	
Pessoal e Encargos Sociais	1.192.000,00	1.722.000,00	94.103,98	806.058,64	915.941,36		710.649,72	1.011.350,28	710.649,72	
Juros e Encargos da Dívida										
Outras Despesas Correntes	394.000,00	394.000,00		231.634,20	162.365,80		118.740,63	275.259,37	118.740,63	
DESPESAS DE CAPITAL										
Investimentos										
Inversões Financeiras										
Amortização da Dívida										
RESERVA DE CONTINGÊNCIA										
DESPESAS(Intra-Orçamentárias)(IX)										
SUBTOTAL DAS DESPESAS(X)=(VIII + IX)	1.586.000,00	2.116.000,00	94.103,98	1.037.692,84	1.078.307,16		829.390,35	1.286.609,65	829.390,35	
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA - Refinanciamento (XI)										
Amortização da Dívida Interna										
Dívida Mobiliária										
Outras Dívidas										
Amortização da Dívida Externa										
Dívida Mobiliária										
Outras Dívidas										
SUBTOTAL C/REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	1.586.000,00	2.116.000,00	94.103,98	1.037.692,84	1.078.307,16		829.390,35	1.286.609,65	829.390,35	
SUPERÁVIT (XIII)				3.028.607,86			3.236.910,35		3.236.910,35	
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	1.586.000,00	2.116.000,00	94.103,98	4.066.300,70	-1.950.300,70		4.066.300,70	-1.950.300,70	4.066.300,70	
RESERVA DO RPPS	3.374.000,00	2.844.000,00			2.844.000,00			2.844.000,00		
TOTAL DA DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS										

JONAS RODRIGUES DA SILVA
Prefeito(a)

DENEVAL RODRIGUES DA SILVA
Secretario(a)

LILIAN JAQUELINE BILIERI GIACOBBO
Contador(a)

Emissão: 25/07/2017 13:38:51

Page 1 de 1

Homologado

FUNDO MUN DE PREV DE SERV DE ARIPUANA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - RECEITAS

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A AGOSTO DE 2017 - BIMESTRE JULHO/AGOSTO

RREO – ANEXO 01 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º) R$ 1,00

RECEITAS	Previsão Inicial	Previsão Atualizada (a)	Receitas Realizadas				Saldo a Realizar (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b / a)	Até o Bimestre (c)	% (c / a)	
RECEITAS (Exceto Intra-Orçamentárias) (I)	3.228.000,00	3.228.000,00	119.137,19	3,69	2.894.293,97	89,66	333.706,03
RECEITAS CORRENTES	3.228.000,00	3.228.000,00	119.137,19	3,69	2.894.293,97	89,66	333.706,03
RECEITA TRIBUTARIA							
Impostos							
Taxas							
Contribuição de Melhoria							
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	1.411.000,00	1.411.000,00	119.137,19	8,44	789.159,03	55,92	621.840,97
Contribuições Sociais	1.411.000,00	1.411.000,00	119.137,19	8,44	789.159,03	55,92	621.840,97
Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico							
Contribuição de Iluminação Pública							
RECEITA PATRIMONIAL	1.652.000,00	1.652.000,00			2.052.740,63	124,25	-400.740,63
Receitas Imobiliárias							
Receitas de Valores Mobiliários	1.652.000,00	1.652.000,00			2.052.740,63	124,25	-400.740,63
Receitas de Concessões e Permissões							
Compensações Financeiras							
Receita Decorrente do Direito de Exploração de Bens Pú							
Receita de Cessão de Direitos							
Outras Receitas Patrimoniais							
RECEITA AGROPECUÁRIA							
Receita da Produção Vegetal							
Receita da Produção Animal e Derivados							
Outras Receitas Agropecuárias							
RECEITA INDUSTRIAL							
Receita da Indústria Extrativa Mineral							
Receita da Indústria de Transformação							
Receita da Indústria de Construção							
Outras Receitas Industriais							
RECEITA DE SERVIÇOS							
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES							
Transferências Intergovernamentais							
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências do Exterior							
Transferências de Pessoas							
Transferências de Convênios							
Transferências para o Combate à Fome							
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	165.000,00	165.000,00			52.394,31	31,75	112.605,69
Multa de Juros de Mora					3,04	304,00	-3,04
Indenizações e Restituições	165.000,00	165.000,00			52.391,27	31,75	112.608,73
Receita da Dívida Ativa							
Receitas Decorrentes de Aportes Periódicos para Amorti							
Receitas Correntes Diversas							
RECEITAS DE CAPITAL							
OPERAÇÕES DE CRÉDITO							
Operações de Crèdito Internas							
Operações de Crèdito Externas							
ALIENAÇÃO DE BENS							
Alienação de Bens Móveis							
Alienação de Bens Imóveis							
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS							
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL							
Transferências Intergovernamentais							
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências do Exterior							
Transferências de Pessoas							
Transferências de Outras Instituições Públicas							
Transferências de Convênios							
Transferências para o Combate a Fome							
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL							
Integralização do Capital Social							
Dív. Atv. Prov. da Amortiz. de Emp. e Financ.							
Restituições							
Receita Auferida por Detentores de Títulos do Tesouro N							
Receitas da Alienação de Certificados de Potencial Adici							
Outras Receitas de Capital							
RECEITAS (Intra-Orçamentárias) (II)	1.732.000,00	1.732.000,00	182.021,49	10,50	1.172.006,73	67,66	559.993,27
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III)=(I + II)	4.960.000,00	4.960.000,00	301.158,68	6,07	4.066.300,70	81,98	893.699,30
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - Refinanciamento (IV)							
Operações de Crèdito Internas							
Mobiliária							
Contratual							
Operações de Crèdito Externas							
Mobiliária							
Contratual							
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	4.960.000,00	4.960.000,00	301.158,68	6,07	4.066.300,70	81,98	893.699,30
DÉFICIT (VI)							

Emissão: 25/07/2017 13:39:14 Page 1 de 4

Homologado

FUNDO MUN DE PREV DE SERV DE ARIPUANA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - RECEITAS

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A AGOSTO DE 2017 - BIMESTRE JULHO/AGOSTO

RREO – ANEXO 01 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º) R$ 1,00

TOTAL(VII) = (V + VI)	4.960.000,00	4.960.000,00	301.158,68	6,07	4.066.300,70	81,98	893.699,30

FUNDO MUN DE PREV DE SERV DE ARIPUANA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - RECEITAS

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A AGOSTO DE 2017 - BIMESTRE JULHO/AGOSTO

RREO – ANEXO 01 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º) R$ 1,00

SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES			301.158,68		4.066.300,70		
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS							
Superàvit Financeiro			301.158,68		4.066.300,70		
Reabertura de Crèditos Adicionais							
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	Previsão Inicial	Previsão Atualizada (a)	Receitas Realizadas				Saldo a Realizar (c - a)
			No Bimestre (b)	% (b / a)	Atè o Bimestre (c)	% (c / a)	
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (II)	1.732.000,00	1.732.000,00	182.021,49	10,50	1.172.006,73	67,66	559.993,27
RECEITAS CORRENTES	1.732.000,00	1.732.000,00	182.021,49	10,50	1.172.006,73	67,66	559.993,27
RECEITA TRIBUTARIA							
Impostos							
Taxas							
Contribuição de Melhoria							
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	1.732.000,00	1.732.000,00	182.021,49	10,50	1.172.006,73	67,66	559.993,27
Contribuições Sociais	1.732.000,00	1.732.000,00	182.021,49	10,50	1.172.006,73	67,66	559.993,27
Contribuição de Intervenção no Domínio Econòmico							
Contribuição de Iluminação Pùblica							
RECEITA PATRIMONIAL							
Receitas Imobiliàrias							
Receitas de Valores Mobiliários							
Receitas de Concessões e Permissões							
Compensações Financeiras							
Receita Decorrente do Direito de Exploração de Bens Pú							
Receita de Cessão de Direitos							
Outras Receitas Patrimoniais							
RECEITA AGROPECUÁRIA							
Receita da Produção Vegetal							
Receita da Produção Animal e Derivados							
Outras Receitas Agropecuàrias							
RECEITA INDUSTRIAL							
Receita da Indústria Extrativa Mineral							
Receita da Indústria de Transformação							
Receita da Indústria de Construção							
Outras Receitas Industriais							
RECEITA DE SERVIÇOS							
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES							
Transferências Intergovernamentais							
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências do Exterior							
Transferências de Pessoas							
Transferências de Convênios							
Transferências para o Combate à Fome							
OUTRAS RECEITAS CORRENTES							
Multa de Juros de Mora							
Indenizações e Restituições							
Receita da Dívida Ativa							
Receitas Decorrentes de Aportes Periódicos para Amorti							
Receitas Correntes Diversas							
RECEITAS DE CAPITAL							
OPERAÇÕES DE CRÉDITO							
Operações de Crèdito Internas							
Operações de Crèdito Externas							
ALIENAÇÃO DE BENS							
Alienação de Bens Móveis							
Alienação de Bens Imóveis							
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS							
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL							
Transferências Intergovernamentais							
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências do Exterior							
Transferências de Pessoas							
Transferências de Outras Instituições Públicas							
Transferências de Convênios							
Transferências para o Combate a Fome							
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL							
Integralização do Capital Social							
Div. Atv. Prov. da Amortiz. de Emp. e Financ.							
Restituições							
Receita Auferida por Detentores de Títulos do Tesouro N							
Receitas da Alienação de Certificados de Potencial Adici							
Outras Receitas de Capital							
TOTAL DAS RECEITAS INTRA-ORÇAMENTARIAS	**1.732.000,00**	1.732.000,00	182.021,49	**10,50**	**1.172.006,73**	**67,66**	**559.993,27**

Emissão: 25/07/2017 13:39:14 Page 3 de 4

Homologado

FUNDO MUN DE PREV DE SERV DE ARIPUANA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - RECEITAS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO DE 2017 - BIMESTRE JULHO/AGOSTO

RREO – ANEXO 01 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º) R$ 1,00

JONAS RODRIGUES DA SILVA	DENEVAL RODRIGUES DA SILVA	LILIAN JAQUELINE BILIERI GIACOBBO
Prefeito(a)	Secretario(a)	Contador(a)

Emissão: 25/07/2017 13:39:14 Page 4 de 4
Homologado

FUNDO MUN DE PREV DE SERV DE ARIPUANA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A JUNHO DE 2017 - BIMESTRE MAIO/JUNHO

RREO – Anexo 02 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") R$ 1,00

FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Empenhadas			SALDO (c) = (a-b)	Despesas Liquidadas			SALDO (e) = (a-d)	INSC. RESTOS A PAGAR NÃO PROC. (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/total d)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	4.960.000,00	4.960.000,00	280.571,28	943.588,86	100,00	4.016.411,14	315.490,67	829.390,35	100,00	4.130.609,65	
LEGISLATIVA											
JUDICIÁRIA											
ESSENCIAL A JUSTIÇA											
ADMINISTRAÇÃO											
DEFESA NACIONAL											
SEGURANÇA PÚBLICA											
RELAÇÕES EXTERIORES											
ASSISTÊNCIA SOCIAL											
PREVIDÊNCIA SOCIAL	1.586.000,00	1.586.000,00	280.571,28	943.588,86	100,00	642.411,14	315.490,67	829.390,35	100,00	756.609,65	
PREVIDENCIA DO REGIME ESTATUTARIO	1.586.000,00	1.586.000,00	280.571,28	943.588,86	100,00	642.411,14	315.490,67	829.390,35	100,00	756.609,65	
SAÚDE											
TRABALHO											
EDUCAÇÃO											
CULTURA											
DIREITOS DA CIDADANIA											
URBANISMO											
HABITAÇÃO											
SANEAMENTO											
GESTÃO AMBIENTAL											
CIÊNCIA E TECNOLOGIA											
AGRICULTURA											
ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA											
INDÚSTRIA											
COMÉRCIO E SERVIÇOS											
COMUNICAÇÕES											
ENERGIA											
TRANSPORTE											
DESPORTO E LAZER											
ENCARGOS ESPECIAIS											
RESERVA DE CONTINGÊNCIA											
RESERVA DO R.P.P.S.	3.374.000,00	3.374.000,00				3.374.000,00				3.374.000,00	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)											
TOTAL (III) = (I + II)	4.960.000,00	4.960.000,00	280.571,28	943.588,86	100,00	4.016.411,14	315.490,67	829.390,35	100,00	4.130.609,65	

Emissão: 25/07/2017 13:40:07 Page 1 de 2

Homologado

FUNDO MUN DE PREV DE SERV DE ARIPUANA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO DE 2017 - BIMESTRE MAIO/JUNHO

RREO – Anexo 02 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") R$ 1,00

JONAS RODRIGUES DA SILVA	DENEVAL RODRIGUES DA SILVA	LILIAN JAQUELINE BILIERI GIACOBBO
Prefeito(a)	Secretario(a)	Contador(a)

Homologado

FUNDO MUN DE PREV DE SERV DE ARIPUANA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LIQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
AGOSTO/2016 A JULHO/2017

RREO – ANEXO 03 (LRF, Art. 53, inciso I) R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES)	PREVISÃO ATUALIZADA 2017
	AGO/16	SET/16	OUT/16	NOV/16	DEZ/16	JAN/17	FEV/17	MAR/17	ABR/17	MAI/17	JUN/17	JUL/17		
RECEITAS CORRENTES (I)	325.660,29	572.013,91	366.735,32	140.165,52	912.218,19	614.331,34	892.983,99	502.725,84	186.624,98	164.615,83	413.874,80	119.137,19	5.211.087,20	3.228.000,00
Receita Tributária														
IPTU														
ISS														
ITBI														
IRRF														
Outras Rec. Tributarias														
Receita Contribuições	118.731,35	119.044,59	114.608,51	114.569,75	129.856,25	39.333,37	118.446,35	146.102,02	115.826,37	129.351,82	120.961,91	119.137,19	1.385.969,48	1.411.000,00
Receita Patrimonial	206.928,94	452.969,32	252.126,81	25.595,77	782.361,94	574.602,61	771.450,81	356.202,46	70.374,21	34.421,00	245.689,54		3.772.723,41	1.652.000,00
Receita Agropecuária														
Receita Industrial														
Receita Serviços														
Transferências Correntes														
Cota Parte do FPM														
Cota Parte do ICMS														
Cota Parte do IPVA														
Cota Parte do ITR														
Transf. LC 87/1966														
Transf. LC 61/1989														
Transferências FUNDEB														
Outras Transf. Correntes														
Outras Receitas Correntes						395,36	3.086,83	421,36	424,40	843,01	47.223,35		52.394,31	165.000,00
DEDUÇÕES (I)	118.731,35	119.044,59	114.608,51	114.569,75	129.856,25	39.333,37	118.446,35	146.102,02	115.826,37	129.351,82	120.961,91	119.137,19	1.385.969,48	1.411.000,00
Cont. Pla. Seg. Soc. Serv.	118.731,35	119.044,59	114.608,51	114.569,75	129.856,25	39.333,37	118.446,35	146.102,02	115.826,37	129.351,82	120.961,91	119.137,19	1.385.969,48	1.411.000,00
Comp. Financ. Reg. Prev.														
Ded. Rec. p/ Form. FUNDEB														
RECEITA CORRENTE LIQUIDA(III) = (I - II)														

JONAS RODRIGUES DA SILVA
Prefeito(a)

DENEVAL RODRIGUES DA SILVA
Secretario(a)

LILIAN JAQUELINE BILIERI GIACOBBO
Contador(a)

Emissão: 25/07/2017 13:41:38 Page 1 de 1

Homologado

FUNDO MUN DE PREV DE SERV DE ARIPUANA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÀRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
FUNDO MUN DE PREV DE SERV DE ARIPUANA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO À JUNHO DE 2017 - BIMESTRE MAIO/JUNHO

RREO – ANEXO 04 (LRF, art. 53, inciso **II**) R$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre 2017	Até o Bimestre 2016
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	3.228.000,00	3.228.000,00	2.775.156,78	2.996.867,60
RECEITAS CORRENTES	3.228.000,00	3.228.000,00	2.775.156,78	2.996.867,60
Receita de Contribuições dos Segurados	1.411.000,00	1.411.000,00	670.021,84	800.221,08
Pessoal Civil	1.411.000,00	1.411.000,00	670.021,84	800.221,08
Ativo	1.409.000,00	1.409.000,00	670.021,84	607.863,44
Inativo	1.000,00	1.000,00		
Pensionista	1.000,00	1.000,00		192.357,64
Pessoal Militar				
Ativo				
Inativo				
Pensionista				
Outras Receitas de Contribuições				
Receita Patrimonial	1.652.000,00	1.652.000,00	2.052.740,63	2.196.645,85
Receitas Imobiliárias				
Receitas de Valores Mobiliários	1.652.000,00	1.652.000,00	2.052.740,63	2.196.645,85
Outras Receitas Patrimoniais				
Receita de Serviços				
Outras Receitas Correntes	165.000,00	165.000,00	52.394,31	0,67
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	165.000,00	165.000,00	51.688,52	
Demais Receitas Correntes			705,79	0,67
RECEITAS DE CAPITAL				
Alienação de Bens, Direitos e Ativos				
Amortização de Empréstimos				
Outras Receitas de Capital				
( ) DEDUÇÕES DA RECEITA				
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	1.732.000,00	1.732.000,00	989.985,24	840.663,53
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (III) = (I + II)	4.960.000,00	4.960.000,00	3.765.142,02	3.837.531,13

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
			Até o Bimestre 2017	Até o Bimestre 2016	Até o Bimestre 2017	Até o Bimestre 2016	Até o Bimestre 2017	Até o Bimestre 2016
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIA) (IV)	1.586.000,00	1.586.000,00	943.588,86	806.773,21	829.390,35	789.399,03		
ADMINISTRAÇÃO								
Despesas Correntes								
Despesas de Capital								
PREVIDÊNCIA	1.586.000,00	1.586.000,00	943.588,86	806.773,21	829.390,35	789.399,03		
Pessoal Civil	1.473.000,00	1.586.000,00	943.588,86	806.773,21	829.390,35	789.399,03		
Aposentadorias	637.000,00	637.000,00	425.520,00	329.123,12	425.520,00	329.123,12		
Pensões	130.000,00	130.000,00	91.531,74	80.759,76	91.531,74	80.759,76		
Outros Benefícios Previdenciários	706.000,00	819.000,00	426.537,12	396.890,33	312.338,61	379.516,15		
Pessoal Militar								
Reformas								
Pensões								
Outros Benefícios Previdenciários								

Emissão: 25/07/2017 13:42:08 Page 1 de 3

Homologado

FUNDO MUN DE PREV DE SERV DE ARIPUANA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÀRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
FUNDO MUN DE PREV DE SERV DE ARIPUANA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO À JUNHO DE 2017 - BIMESTRE MAIO/JUNHO

RREO – ANEXO 04 (LRF, art. 53, inciso **II**) R$ 1,00

Outras Despesas Previdenciárias	113.000,00							
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS	113.000,00							
Demais Despesas Previdenciárias								
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)								
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (VI) = (IV + V)	1.586.000,00	1.586.000,00	943.588,86	806.773,21	829.390,35	789.399,03		
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III VI)	3.374.000,00	3.374.000,00	2.821.553,16	3.030.757,92	2.935.751,67	3.048.132,10		

APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	RECEITAS REALIZADAS
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS	108.866,22
Plano Financeiro	105.983,35
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	
Recursos para Formação de Reserva	105.983,35
Outros Aportes para o RPPS	
Plano Previdenciário	2.882,87
Recursos para Cobertura de Déficit	
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	2.882,87
Outros Aportes para o RPPS	

RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
VALOR	0,00

BENS E DIREITOS DO RPPS	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	2017	2016
CAIXA		
BANCOS CONTA MOVIMENTO		
INVESTIMENTOS		
OUTROS BENS E DIREITOS		

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS ATUALIZADAS	
			Até o Bimestre 2017	Até o Bimestre 2016
RECEITAS CORRENTES (VIII)	1.732.000,00	1.732.000,00	989.985,24	840.663,53
Receita de Contribuições	1.732.000,00	1.732.000,00	989.985,24	840.663,53
Patronal	1.580.000,00	1.580.000,00	880.978,81	753.026,52
Pessoal Civil	1.580.000,00	1.580.000,00	880.978,81	753.026,52
Ativo	1.580.000,00	1.580.000,00	880.978,81	753.026,52
Inativo				
Pensionista				
Pessoal Militar				
Ativo				
Inativo				
Militar				

Emissão: 25/07/2017 13:42:08 Page 2 de 3

Homologado

FUNDO MUN DE PREV DE SERV DE ARIPUANA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
FUNDO MUN DE PREV DE SERV DE ARIPUANA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO À JUNHO DE 2017 - BIMESTRE MAIO/JUNHO

RREO – ANEXO 04 (LRF, art. 53, inciso II) R$ 1,00

Para Cobertura de Déficit Atuarial	152.000,00	152.000,00	109.006,43	87.637,01
Em Regime de Débitos e Parcelamentos				
Receita Patrimonial				
Receita de Serviços				
Outras Receitas Correntes				
RECEITAS DE CAPITAL (IX)				
Alienação de Bens				
Amortização de Empréstimos				
Outras Receitas de Capital				
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA (X)				
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XI) = (VIII + IX - X)	1.732.000,00	1.732.000,00	989.985,24	840.663,53

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
			Até o Bimestre 2017	Até o Bimestre 2016	Até o Bimestre 2017	Até o Bimestre 2016	Até o Bimestre 2017	Até o Bimestre 2016
ADMINISTRAÇÃO (XII)								
Despesas Correntes								
Despesas de Capital								
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XIII) = (XII)								

Fonte: FUNDO MUN DE PREV DE SERV DE ARIPUANA

JONAS RODRIGUES DA SILVA
Prefeito(a)

DENEVAL RODRIGUES DA SILVA
Secretario(a)

LILIAN JAQUELINE BILIERI GIACOBBO
Contador(a)

Emissão: 25/07/2017 13:42:08 Page 3 de 3

Homologado

GABINETE DO PREFEITO
SÉTIMO ADITIVO Nº. 131/2017

AO CONTRATO N°. 216/2015 QUE ENTRE SI FAZEM A PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIPUANÃ PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRA NA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE OBRA DE CONSTRUÇÃO DE MURO E CALÇADA NA ESCOLA MUNICIPAL WILMA CALVI BATTISTI INCLUINDO MAO DE OBRA E MATERIAIS CONFORME PLANILHA ORÇAMENTÁRIA E PROJETO ARQUITETÔNICO EM ANEXO PARA ATENDIMENTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DESTE MUNICÍPIO DE ARIPUANÃ; PK CONSTRUÇÕES CIVIS LTDA - EPP; *ADITIVO DE PRAZO DE VIGÊNCIA E EXECUÇÃO DE 25/07/2017 A 03/09/2017.*

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL Nº. 009/2017 DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

O Prefeito Municipal de Aripuanã **JONAS RODRIGUES DA SILVA** no uso de suas atribuições legais, com fulcro no Decreto Municipal nº. 1.128/2006 e em conformidade com o disposto no Parágrafo Quarto, do Artigo 9º e o Parágrafo Único, do Artigo 48, da Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000, - L.R.F., **CONVIDA a população do Município de Aripuanã, de forma especial a sociedade civil organizada, para Audiência Pública** com o objetivo de **Apresentar, Debater, Prestar Esclarecimentos e Recolher Sugestões para Elaboração do Plano Plurianual – PPA - Quadriênio 2018/2021.**

Nomeando como Presidente da referida Audiência Pública a Senhora **Márcia Aparecida Thomazi**, no local, data e horário, a saber:

Local – Salão da Igreja Católica da Comunidade São Sebastião – Distrito de Conselvan

Data – 09 de Agosto de 2017

Horário – 19h: 00min

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 24 dias do mês de julho de 2017.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
QUARTO ADITIVO Nº. 130/2017

AO CONTRATO Nº 194/2016 PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE CONSTRUÇÃO DE PISO E ARQUIBANCADA NO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL ALBERTINA FELÍCIO, COM ÁREA DE 310,80M², INCLUINDO MÃO DE OBRA E MATERIAIS CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO E PLANILHA ORÇAMENTARIA, REFERENTE AO PROGRAMA BRASIL CARINHOSO; JV DE OLIVEIRA SILVA ME; ADITIVO DE PRAZO DE VIGÊNCIA 25/07/2017 A 03/09/2017.

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 058/2017

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES
GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 058/2017

(Que Dispõe Sobre Crédito Adicional Suplementar)

RAIMUNDO NONATO DE ABREU SOBRINHO, Prefeito Municipal de Barra do Bugres, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 42 da Lei nº 4.320/64, Lei Municipal nº. 2.258/2016.

D/E/C/R/E/T/A:

Art. 1º - Fica aberto na Contabilidade da Prefeitura Municipal de Barra do Bugres, Estado de Mato Grosso, Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 748.777,00 (setecentos e quarenta e oito mil e setecentos e setenta e sete reais), para atender as seguintes dotações:

07 - SECRETARIA MUN.DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E CONTROLE
07.001.0.0.04.122.3000.2018- MANUT. DA SEC. PLANEJ. ORÇAMENTO E CONTROLE
3.1.90.11.00.00 – 0100000000 - VENC. E VANTAGENS FIXAS – P. CIVIL .....R$ 100.000,00

08 - SECRETARIA MUN.DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO
08.001.0.0.04.122.5040.2019- MANUT. DA SEC. DE EDUC., CULTURA E DESPORTO
3.3.90.39.00.00 – 0101000000 – O. SERVIÇOS DE TERCEIROS – P. JURÍDICA R$ 50.000,00

08.003.0.0.12.361.5010.2028- MANUTENÇÃO DO FUNDEB - 60%
3.1.90.04.00.00 – 0101000000 - Contratação por Tempo Determin .....R$ 78.000,00

08.003.0.0.12.361.5010.2029- MANUTENÇÃO FUNDEB 40%
3.1.90.11.00.00 - 0119037000- VENC. E VANTAGENS FIXAS – P. CIVIL .....R$ 150.000,00

09 - SECRETARIA MUN.DE SAÚDE
09.002.0.0.10.122.6080.2094- MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE SAÚDE
3.1.91.13.00.00 – 0102000000 - OBRIGAÇÕES PATRONAIS .....R$100.000,00
3.3.90.30.00.00 - 0102000000 - MATERIAL DE CONSUMO.....R$ 19.990,00

09.002.0.0.10.302.6030.1120- MANUTENÇÃO DO LABORATÓRIO MUNICIPAL
3.3.90.39.00.00 - 0102000000- O. SERVIÇOS DE TERCEIROS – P. JURÍDICA ..R$ 12.000,00

09.002.0.0.10.302.6030.2066- MANUT. DO CENTRO INTEG. DE ESPEC. MÉDICAS
3.1.91.13.00.00 – 0102000000 - OBRIGAÇÕES PATRONAIS .....R$ 20.000,00

09.002.0.0.10.302.6030.2150- MANUT. AÇÕES DA MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE
3.3.90.30.00.00 – 0114000000 - MATERIAL DE CONSUMO .....R$30.000,00
3.3.90.36.00.00 – 0114000000 - O. SERV. DE TERCEIROS – P. FÍSICA.....R$ 50.000,00

09.002.0.0.10.303.6060.2074- MANUTENÇÃO DA FARMÁCIA MUNICIPAL

3.3.90.36.00.00 – 0102000000 - O. SERV. DE TERCEIROS – P. FÍSICA .....R$ 1.000,00

09.002.0.0.10.304.6040.2070- MANUTENÇÃO DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA
3.3.90.36.00.00 – 0114000000 - O. SERV. DE TERCEIROS – P. FÍSICA .....R$ 1.800,00

11 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E TURISMO
11.001.0.0.04.122.6130.2081- MANUT. ATIVID. DA SEC. DE IND.COM. TURISMO
3.3.90.36.00.00 - 0100000000 - O. SERV. DE TERCEIROS – P. FÍSICA .....R$ 17.500,00

12 - SECRETARIA DE INFRA - ESTRUTURA E SERVICOS URBANOS
12.003.0.0.04.122.8050.2052- MANUTENÇÃO DO CEMITÉRIO MUNICIPAL
3.3.90.39.00.00 - 0100000000- O. SERV. DE TERCEIROS – P JURÍDICA .....R$ 30.000,00

12.003.0.0.15.452.8020.2057- MANUTENÇÃO DE PRAÇAS E JARDINS
3.3.90.39.00.00 – 0100000000 - O. SERV. DE TERCEIROS – P JURÍDICA .....R$ 10.000,00

15 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
15.001.0.0.04.122.3010.2127- MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
3.3.90.14.00.00 - 0100000000- DIÁRIAS - PESSOAL CIVIL R$.....10.000,00
3.3.90.36.00.00 – 0100000000 - O. SERV. DE TERCEIROS – P. FÍSICA .....R$ 13.997,00
3.3.90.39.00.00 – 0100000000 - O. SERV. DE TERCEIROS – P JURÍDICA .....R$ 54.490,00

T O T A L R$ 748.777,00

Art. 2º - As Despesas decorrentes com a execução do Artigo 1º) deste Decreto, correrão por conta das anulações parciais ou totais das seguintes dotações orçamentárias:

05 - SECRETARIA MUN.DE GOVERNO
05.001.0.0.04.122.3010.2007- MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE GOVERNO
3.1.90.11.00.00 – 0100000000 – VENC. E VANT. FIXAS – P. CIVIL .....R$ 100.000,00

06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
06.004.0.0.04.123.3020.1039- IPTU PREMIADO
3.3.90.31.00.00 – 0100000000 - PREM. CULT., ARTÍSTICAS, CIENTIF. DESPORT. E OUTRAS .....R$ 39.990,00

06.004.0.0.04.123.3020.2151- NOTA FISCAL BARRABUGRENSE PREMIADA
3.3.90.31.00.00 - 0100000000 - PREM. CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTIF. DESPORT. E OUTRAS .....R$ 20.000,00
(vinte mil reais)

08 - SECRETARIA MUN.DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO
08.002.0.0.12.365.5020.1108- PRO-INFÂNCIA – CONST. DE UNID. ESCOLARES (PAR)
4.4.90.51.00.00 – 0122054000 - OBRAS E INSTALAÇÕES .....R$ 150.000,00

08.004.0.0.27.812.5050.1030- CONST., REFOR. DE QUADRAS POLIESPORTIVA ESTADIO MUNICIPAL

4.4.90.51.00.00 – 0124000000 - OBRAS E INSTALAÇÕES .....R$78.000,00

09 - SECRETARIA MUN.DE SAÚDE
09.002.0.0.10.122.6080.2094- MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE SAÚDE
3.3.90.32.00.00 – 0102000000 - MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA .....R$19.990,00

09.002.0.0.10.302.6030.1120- MANUTENÇÃO DO LABORATÓRIO MUNICIPAL
3.3.90.39.00.00 – 0114000000 - O. SERV. DE TERCEIROS – P. JURÍDICA .....R$ 12.000,00

09.002.0.0.10.302.6030.2066- MANUT. DO CENTRO INTEG. DE ESPEC. MÉDICAS
3.1.91.13.00.00 – 0114000000 - OBRIGAÇÕES PATRONAIS .....R$20.000,00

09.002.0.0.10.302.6030.2079- CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
3.3.70.41.00.00 – 0102000000 – CONTRIBUIÇÕES .....R$ 182.800,00

09.002.0.0.10.302.6030.2150- MANUT. DAS AÇÕES DA MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE
3.3.90.39.00.00 – 0102000000 – O. SERV. DE TERC. – P. JURÍDICA .....R$ 50.000,00

11 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E TURISMO
11.001.0.0.23.695.7010.1022- FEST BUGRES
3.3.90.36.00.00 – 0100000000 - O. SERV. DE TERC. – P. JURÍDICA .....R$ 17.500,00

12 - SECRETARIA DE INFRA - ESTRUTURA E SERVICOS URBANOS
12.003.0.0.15.451.8020.2058- MANUT. E CONSER. DA REDE E ILUMINAÇÃO PÚBLICA
3.3.90.39.00.00 – 0100000000 - O. SERV. DE TERC. – P. JURÍDICA .....R$ 40.000,00

15 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
15.001.0.0.04.122.3010.1113- REALIZAÇÃO DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO
3.3.90.30.00.00 – 0100000000 - MATERIAL DE CONSUMO .....R$ 1.999,00
3.3.90.36.00.00 – 0100000000 – O. SERV. DE TERCEIROS – P. FÍSICA .....R$ 1.999,00
3.3.90.39.00.00 - 0100000000 - O. SERV. DE TERC. – P. JURÍDICA .....R$ 9.999,00

15.001.0.0.04.122.3010.2127- MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
4.4.90.52.00.00 – 0100000000 – EQUIP. E MATERIAL PERMANENTE .....R$ 4.000,00

15.003.0.0.04.126.3010.2012- T.I – MANUT. DO DEPTO DE TÉCNOL. DA INFORMAÇÃO
3.3.90.36.00.00 – 0100000000 - O. SERV. DE TERCEIROS – P. FÍSICA .....R$ 500,00

T O T A L R$ 748.777,00

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES
GABINETE DO PREFEITO

Prefeitura Municipal de Barra do Bugres, Estado de Mato Grosso, em 01 de junho de 2017.

RAIMUNDO NONATO DE ABREU SOBRINHO
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta Secretaria na data supra.

VALDINEY GOMES PAULINO
Sec. Mun. de Planejamento, Orçamento e Controle

Praça Ângelo Masson, nº. 1000, Centro, Barra do Bugres – MT CEP: 78.390-000
Email: gabinete@barradobugres.mt.gov.br Pabx: (65)3361-1921/1922

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
ANEXO I RREO 3 BIM

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES
MATO GROSSO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORCAMENTÁRIA - DEMONSTRATIVO I

Data.: 24/07/2017
Hora.: 10:22:58
1 de 1

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
(Artigo 52, Incisos II, alíneas "c", da L.C. 101/00)

ADMINISTRAÇÃO DIRETA, INDIRETA E FUNDACIONAL

Município: PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES
Período: 3.o Bimestre - 2017

Receitas / Categoria Econômica/Fontes	Previsão		Realização		Previsão a Realizar
	Inicial	Atualizada	Bimestre	Exercício	
RECEITAS CORRENTES	**75.322.400,08**	**75.322.400,08**	**12.039.495,27**	**34.147.543,06**	**41.174.857,02**
RECEITA TRIBUTARIA	7.379.383,74	7.379.383,74	1.136.430,01	2.926.366,04	4.453.017,70
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	789.974,85	789.974,85	104.330,50	347.844,17	442.130,68
RECEITA PATRIMONIAL	459.274,56	459.274,56	95.094,91	322.517,67	136.756,89
Receitas de Servicos	2.028.983,49	2.028.983,49	626.453,58	1.525.277,19	503.706,30
TRANSFERENCIAS CORRENTES	63.395.493,70	63.395.493,70	9.891.579,55	28.583.239,64	34.812.254,06
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.269.289,74	1.269.289,74	185.606,72	442.298,35	826.991,39
RECEITAS DE CAPITAL	**5.150.863,01**	**5.150.863,01**	**297.716,50**	**379.316,50**	**4.771.546,51**
OPERACOES DE CREDITOS	350.000,00	350.000,00	0,00	0,00	350.000,00
ALIENACAO DE BENS	180.000,00	180.000,00	0,00	0,00	180.000,00
TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	4.568.523,77	4.568.523,77	297.716,50	379.316,50	4.189.207,27
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	52.339,24	52.339,24	0,00	0,00	52.339,24
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORCAMENTARIAS	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
CONTRIBUICOES INTRA-ORCAMENTARIAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas e Juros de Mora da Contribuição Patronal - BAI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUCAO DA RECEITA CORRENTE	**(7.353.869,83)**	**(7.353.869,83)**	**(1.194.596,16)**	**(3.569.664,73)**	**(3.784.205,10)**
Transferencias Correntes	(7.353.869,83)	(7.353.869,83)	(1.194.596,16)	(3.569.664,73)	(3.784.205,10)
SOMA	73.119.393,26	73.119.393,26	11.142.615,61	30.957.194,83	42.162.198,43
DÉFICIT	0,00	0,00	225.731,90	2.922.411,21	0,00
TOTAL	73.119.393,26	73.119.393,26	11.368.347,51	33.879.606,04	42.162.198,43

Despesas / Categoria Econômica / Grupo Natureza	Dotação		Empenhada		Liquidada		Previsão a Realizar
	Inicial	Atualizada	Bimestre	Exercício	Bimestre	Exercício	
DESPESAS CORRENTES	**64.681.249,09**	**66.095.739,09**	**11.034.778,47**	**32.846.321,65**	**11.806.455,99**	**29.669.148,78**	**33.249.417,44**
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	39.063.747,15	39.724.747,15	6.598.725,15	19.039.580,95	6.611.812,62	19.038.077,28	20.685.166,20
JUROS E ENCARGOS DA DIVÍDA	237.389,64	262.389,64	42.874,26	118.854,91	42.874,26	101.935,38	143.534,73
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	25.380.112,30	26.108.602,30	4.393.179,06	13.687.885,79	5.151.769,11	10.529.136,12	12.420.716,51
DESPESAS DE CAPITAL	**4.684.083,09**	**4.019.593,09**	**333.569,04**	**1.033.284,39**	**338.607,42**	**1.010.426,32**	**2.986.308,70**
INVESTIMENTOS	4.284.083,09	3.408.593,09	128.507,55	462.205,03	133.545,93	439.346,96	2.946.388,06
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCI	400.000,00	611.000,00	205.061,49	571.079,36	205.061,49	571.079,36	39.920,64
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	**750.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	750.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SOMA	70.115.332,18	70.115.332,18	11.368.347,51	33.879.606,04	12.145.063,41	30.679.575,10	36.235.726,14
SUPERÁVIT	3.004.061,08	3.004.061,08	0,00	0,00	(1.002.447,80)	277.619,73	5.926.472,29
TOTAL	73.119.393,26	73.119.393,26	11.368.347,51	33.879.606,04	11.142.615,61	30.957.194,83	42.162.198,43

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
ANEXO II RREO 3 BIM

Tabela 2 - Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção

MUNICIPIO DE BARRA DO BUGRES - MT
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2017 - BIMESTRE MAIO / JUNHO 2017

RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") — Em Reais

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS No Bimestre	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (b)	DESPESAS EMPENHADAS % (b/total b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS No Bimestre	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS % (d/total d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS[1] (f)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	**70.115.332,18**	**70.115.332,18**	**11.368.347,51**	**33.879.606,04**	**100,00%**	**36.235.726,14**	**12.145.063,41**	**30.679.575,10**	**100,00%**	**39.405.747,08**	**-175.882,41**
ADMINISTRAÇÃO	**18.492.741,78**	**19.585.741,78**	**3.011.704,03**	**11.466.002,67**	**33,84%**	**8.119.739,11**	**3.408.898,80**	**9.763.810,87**	**31,83%**	**9.791.920,91**	**-397.194,77**
Planejamento e Orçamento	293.156,47	313.156,47	52.901,56	144.900,92	0,43%	168.255,55	66.487,16	143.826,67	0,47%	169.329,80	-13.585,60
Administração Geral	17.240.796,24	18.234.286,24	2.852.283,71	10.967.133,76	32,37%	7.267.152,48	3.235.675,33	9.267.684,04	30,21%	8.966.602,20	-383.391,62
Controle Interno	675.693,88	675.693,88	87.969,64	302.476,53	0,89%	373.217,35	88.187,19	301.918,70	0,98%	373.775,18	-217,55
Tecnologia da Informação	153.095,19	308.595,19	14.489,12	42.094,88	0,12%	266.500,31	14.489,12	40.984,88	0,13%	267.610,31	0,00
Comunicação Social	30.000,00	24.000,00	4.060,00	9.396,58	0,03%	14.603,42	4.060,00	9.396,58	0,03%	14.603,42	0,00
Administração Financeira	100.000,00	30.010,00	0,00	0,00	0,00%	30.010,00	0,00	0,00	0,00%	30.010,00	0,00
SEGURANÇA PÚBLICA	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00%**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00%**	**0,00**	**0,00**
Policiamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00
ASSISTÊNCIA SOCIAL	**3.482.111,79**	**3.446.111,79**	**575.653,57**	**1.433.539,88**	**4,23%**	**2.012.571,91**	**600.833,53**	**1.300.833,79**	**4,24%**	**2.145.278,00**	**575.653,53**
Assistência à Criança e ao Adolescente	415.289,22	415.289,22	103.591,07	164.352,80	0,49%	250.936,42	117.109,01	163.720,79	0,53%	251.568,43	-13.517,94
Assistencia Especial	3.066.822,57	3.030.822,57	472.062,50	1.269.187,08	3,75%	1.761.635,49	483.724,52	1.137.113,00	3,71%	1.893.709,57	-11.662,02
SAÚDE	**20.854.238,83**	**20.666.238,83**	**2.976.300,97**	**8.185.996,67**	**24,16%**	**12.480.242,16**	**3.004.998,47**	**7.608.832,35**	**24,80%**	**13.057.406,48**	**-28.697,50**
Adminsitração Geral	2.018.165,15	2.400.365,15	572.837,27	1.640.595,79	4,84%	759.769,36	616.706,02	1.530.102,01	4,99%	870.263,14	-43.868,75
Atenção Básica	4.701.119,05	4.786.119,05	778.008,47	2.045.725,30	6,04%	2.740.393,75	761.433,09	1.835.684,00	5,98%	2.950.435,05	16.575,38
Vigilância Epidemiológica	162.927,61	382.927,61	35.709,83	101.867,04	0,30%	281.060,57	35.658,83	101.503,33	0,33%	281.424,28	51,00
Vigilância Sanitária	811.038,07	812.838,07	123.554,12	375.779,10	1,11%	437.058,97	125.104,66	371.422,27	1,21%	441.415,80	-1.550,54
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	12.620.453,11	11.706.058,11	1.426.386,14	3.878.290,07	11,45%	7.827.768,04	1.404.553,52	3.656.850,50	11,92%	8.049.207,61	21.832,62
Normatização e Fiscalização	30.500,00	30.500,00	0,00	183,80	0,00%	30.316,20	0,00	0,00	0,00%	30.500,00	0,00
Transporte Rodoviário	17.115,00	17.115,00	0,00	0,00	0,00%	17.115,00	0,00	0,00	0,00%	17.115,00	0,00
Suporte Profilático e Terapêutico	492.920,84	530.315,84	39.805,14	143.555,57	0,42%	386.760,27	61.542,35	113.270,24	0,37%	417.045,60	-21.737,21
EDUCAÇÃO	**17.762.644,68**	**17.638.644,68**	**3.248.118,53**	**8.769.506,59**	**25,88%**	**8.869.138,09**	**3.395.556,92**	**8.437.272,32**	**27,50%**	**9.201.372,36**	**-147.438,39**
Ensino Fundamental	15.985.362,24	16.176.571,92	3.031.821,27	8.355.815,15	24,66%	7.820.756,77	3.223.000,45	8.154.355,62	26,58%	8.022.216,30	-191.179,18
Ensino Superior	165.000,00	165.000,00	4.450,00	43.266,73	0,13%	121.733,27	13.436,72	32.713,40	0,11%	132.286,60	-8.986,72
Educação Infantil	1.612.282,44	1.297.072,76	211.847,26	370.424,71	1,09%	926.648,05	159.119,75	250.203,30	0,82%	1.046.869,46	52.727,51
Infra-Estrutura Urbana	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00
CULTURA	**295.263,07**	**280.263,07**	**16.861,62**	**56.885,09**	**0,17%**	**223.377,98**	**16.861,62**	**56.885,09**	**0,19%**	**223.377,98**	**0,00**
Difusão Cultural	295.263,07	280.263,07	16.861,62	56.885,09	0,17%	223.377,98	16.861,62	56.885,09	0,19%	223.377,98	0,00
URBANISMO	**3.068.874,82**	**3.354.574,82**	**525.716,56**	**1.650.611,01**	**4,87%**	**1.703.963,81**	**715.030,52**	**1.423.078,27**	**4,64%**	**1.931.496,55**	**-189.313,96**
Infra-Estrutura Urbana	995.510,32	955.510,32	105.581,24	145.407,30	0,43%	810.103,02	105.755,26	134.843,62	0,44%	820.666,70	-174,02
Serviços Urbanos	2.073.364,50	2.399.064,50	420.135,32	1.505.203,71	4,44%	893.860,79	609.275,26	1.288.234,65	4,20%	1.110.829,85	-189.139,94
HABITAÇÃO	**310.000,00**	**310.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00%**	**310.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00%**	**310.000,00**	**0,00**
Habitação Urbana	250.000,00	250.000,00	0,00	0,00	0,00%	250.000,00	0,00	0,00	0,00%	250.000,00	0,00
Saneamento Básico Urbano	60.000,00	60.000,00	0,00	0,00	0,00%	60.000,00	0,00	0,00	0,00%	60.000,00	0,00
SANEAMENTO	**774.636,28**	**624.636,28**	**71.711,12**	**180.073,90**	**0,53%**	**444.562,38**	**49.690,72**	**156.419,46**	**0,51%**	**468.216,82**	**22.020,40**
Saneamento Básico Urbano	514.636,28	514.636,28	71.711,12	180.073,90	0,53%	334.562,38	49.690,72	156.419,46	0,51%	358.216,82	22.020,40
Infra-Estrutura Urbana	260.000,00	110.000,00	0,00	0,00	0,00%	110.000,00	0,00	0,00	0,00%	110.000,00	0,00
GESTÃO AMBIENTAL	**50.000,00**	**28.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00%**	**28.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00%**	**28.000,00**	**0,00**
Preservação e Conservação Ambiental	50.000,00	28.000,00	0,00	0,00	0,00%	28.000,00	0,00	0,00	0,00%	28.000,00	0,00
AGRICULTURA	**651.478,70**	**651.478,70**	**29.175,86**	**55.083,94**	**0,16%**	**596.394,76**	**18.683,15**	**37.080,46**	**0,12%**	**614.398,24**	**10.492,71**
Promoção da Produção Vegetal	400.000,00	400.000,00	0,00	0,00	0,00%	400.000,00	0,00	0,00	0,00%	400.000,00	0,00
Promoção da Produção Animal	75.000,00	75.000,00	0,00	0,00	0,00%	75.000,00	0,00	0,00	0,00%	75.000,00	0,00
Extensão Rural	176.478,70	176.478,70	29.175,86	55.083,94	0,16%	121.394,76	18.683,15	37.080,46	0,12%	139.398,24	10.492,71
COMÉRCIO E SERVIÇOS	**736.100,54**	**555.600,54**	**129.615,05**	**238.814,13**	**0,70%**	**316.786,41**	**200.565,05**	**231.319,95**	**0,75%**	**324.280,59**	**-70.950,00**
Promoção Comercial	36.100,54	36.100,54	360,00	1.156,90	0,00%	34.943,64	360,00	1.156,90	0,00%	34.943,64	0,00
Turismo	700.000,00	519.500,00	129.255,05	237.657,23	0,70%	281.842,77	200.205,05	230.163,05	0,75%	289.336,95	-70.950,00
TRANSPORTE	**1.897.297,67**	**1.826.097,67**	**459.505,38**	**1.003.394,94**	**2,96%**	**822.702,73**	**424.929,96**	**868.029,31**	**2,83%**	**958.068,36**	**34.575,42**
Transporte Rodoviário	1.897.297,67	1.826.097,67	459.505,38	1.003.394,94	2,96%	822.702,73	424.929,96	868.029,31	2,83%	958.068,36	34.575,42
DESPORTO E LAZER	**352.554,38**	**274.554,38**	**76.049,07**	**149.762,95**	**0,44%**	**124.791,43**	**61.078,92**	**122.998,49**	**0,40%**	**151.555,89**	**14.970,15**
Desporto Comunitário	352.554,38	274.554,38	76.049,07	149.762,95	0,44%	124.791,43	61.078,92	122.998,49	0,40%	151.555,89	14.970,15
Lazer	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00
ENCARGOS ESPECIAIS	**637.389,64**	**873.389,64**	**247.935,75**	**689.934,27**	**2,04%**	**183.455,37**	**247.935,75**	**673.014,74**	**2,19%**	**200.374,90**	**0,00**
Serviço da Dívida Interna	637.389,64	873.389,64	247.935,75	689.934,27	2,04%	183.455,37	247.935,75	673.014,74	2,19%	200.374,90	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	**750.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00%**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00%**	**0,00**	**0,00**
RESERVA DO RPPS	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00%**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00%**	**0,00**	**0,00**
TOTAL	**70.115.332,18**	**70.115.332,18**	**11.368.347,51**	**33.879.606,04**	**-**	**36.235.726,14**	**12.145.063,41**	**30.679.575,10**	**-**	**39.405.747,08**	**-175.882,41**

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
ANEXO III RREO 3 BIM

Tabela 3 - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida

MUNICIPIO DE BARRA DO BUGRES - MT
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JULHO DE 2016 A JUNHO DE 2017

RREO - Anexo 3 (LRF, Art. 53, inciso I) — Em Reais

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES)	PREVISÃO ATUALIZADA 2017
	Julho 16	Agosto 16	Setembro 16	Outubro 16	Novembro 16	Dezembro 16	Janeiro 17	Fevereiro 17	Março 17	Abril 17	Maio 17	Junho 17		
RECEITAS CORRENTES (I)	**6.930.479,13**	**6.263.367,32**	**5.586.467,05**	**6.922.722,95**	**9.058.147,54**	**14.031.609,00**	**6.232.318,60**	**6.831.424,13**	**6.285.852,92**	**5.843.337,05**	**6.881.442,70**	**6.072.611,29**	**86.939.779,68**	**75.322.400,08**
Receita Tributária	**520.461,76**	**908.581,15**	**399.123,86**	**639.170,09**	**1.016.682,03**	**748.758,43**	**312.695,96**	**404.814,15**	**621.569,76**	**450.856,16**	**645.988,46**	**490.441,55**	**7.159.143,36**	**7.379.383,74**
IPTU	32.657,34	294.398,38	44.671,49	39.630,63	18.742,40	23.341,44	31,87	0,00	0,00	0,00	953,22	18.387,82	472.814,59	549.700,66
ISS	185.289,53	192.882,02	168.622,06	171.701,01	174.910,28	344.110,53	228.260,85	183.123,99	199.102,37	216.634,32	185.260,19	231.779,84	2.481.676,99	3.523.923,12
ITBI	117.167,30	127.185,92	11.092,74	238.838,51	638.404,79	37.538,96	7.043,21	24.664,71	118.934,79	16.955,78	218.927,97	19.517,43	1.576.272,11	802.167,74
IRRF	127.030,87	163.577,81	138.123,06	159.394,86	139.327,35	317.517,31	6.891,45	130.386,27	150.406,92	158.822,65	162.622,95	177.647,38	1.831.748,88	1.673.377,28
Outras Receitas Tributárias	58.316,72	130.537,02	36.614,51	29.605,08	45.297,21	26.250,19	70.468,58	66.639,18	153.125,68	58.443,41	78.224,13	43.109,08	796.630,79	830.214,94
Receita de Contribuições	**271.384,93**	**235.742,05**	**237.224,12**	**414.480,74**	**246.116,87**	**298.022,64**	**237.418,71**	**253.023,11**	**239.935,35**	**257.887,81**	**245.272,88**	**256.117,20**	**3.192.626,41**	**789.974,85**
Receita Patrimonial	**721.993,08**	**484.951,01**	**605.188,67**	**393.924,02**	**297.784,27**	**864.052,43**	**712.064,82**	**1.011.838,69**	**558.486,94**	**284.394,44**	**179.131,05**	**433.463,00**	**6.547.272,42**	**459.274,56**
Receita Agropecuária	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Receita Industrial	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Receita de Serviços	**231.832,73**	**224.364,42**	**207.192,08**	**191.241,96**	**143.946,68**	**203.865,05**	**252.249,92**	**186.434,68**	**245.818,60**	**214.320,41**	**307.441,26**	**319.012,32**	**2.727.720,11**	**2.028.983,49**
Transferências Correntes	**5.010.427,66**	**4.335.763,45**	**4.101.254,80**	**5.167.229,54**	**7.316.487,95**	**11.758.851,43**	**4.661.677,02**	**4.899.212,69**	**4.552.954,38**	**4.578.587,47**	**5.404.166,18**	**4.487.413,37**	**66.274.025,94**	**63.395.493,70**
Cota-Parte do FPM	1.454.188,81	1.179.115,94	958.856,84	1.163.951,53	2.123.613,18	3.319.723,00	1.415.394,89	1.813.690,80	1.135.283,96	1.367.824,14	1.551.560,41	1.430.097,63	18.913.301,13	16.234.979,65
Cota-Parte do ICMS	1.444.935,01	1.127.372,79	1.326.134,91	1.167.516,33	2.146.473,94	1.538.900,47	1.527.920,73	881.744,40	1.537.472,65	1.177.403,77	1.519.844,35	1.255.471,40	16.651.190,75	17.337.539,83
Cota-Parte do IPVA	194.748,59	157.286,69	98.847,90	77.764,37	63.784,39	68.145,15	214.371,86	273.610,62	208.753,58	228.511,95	332.055,58	125.523,07	2.043.403,75	1.760.335,35
Cota-Parte do ITR	2.280,96	3.203,25	10.299,05	919.014,31	108.988,16	127.233,67	51.734,62	5.187,48	8.727,40	2.874,11	9.066,65	9.714,72	1.258.324,38	1.207.998,18
Transferências da LC 87/1996	6.328,87	6.328,87	6.328,87	6.328,87	6.328,87	6.328,87	6.209,39	6.209,39	6.209,39	6.209,39	6.209,39	6.209,39	75.229,56	83.434,46
Transferências da LC 61/1989	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do FUNDEB	896.911,71	843.897,54	768.835,77	667.431,82	1.334.046,75	1.241.801,49	839.829,81	864.306,16	553.427,53	885.834,40	936.895,47	786.381,14	10.619.599,59	10.038.508,25
Outras Transferências Correntes	1.011.033,71	1.018.558,37	931.951,46	1.165.222,31	1.533.252,66	5.456.718,78	606.215,72	1.054.463,84	1.103.079,87	909.929,71	1.048.534,33	874.016,02	16.712.976,78	16.732.697,98
Outras Receitas Correntes	**174.378,97**	**73.965,24**	**36.483,52**	**116.676,60**	**37.129,74**	**158.059,02**	**56.212,17**	**76.100,81**	**67.087,89**	**57.290,76**	**99.442,87**	**86.163,85**	**1.038.991,44**	**1.269.289,74**
DEDUÇÕES (II)	**705.684,16**	**681.300,81**	**662.909,52**	**1.033.530,33**	**1.078.994,71**	**1.103.371,55**	**814.775,23**	**781.031,04**	**769.061,11**	**754.952,50**	**879.437,13**	**712.218,61**	**9.977.266,70**	**7.353.869,83**
Contrib. do Servidor para o Plano de Previdência	185.866,82	186.639,40	182.816,10	366.615,33	189.157,10	241.750,15	171.649,02	184.942,58	189.771,79	198.387,92	195.689,94	201.369,64	2.494.655,79	
Compensação Financ. entre Regimes Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dedução de Receita para Formação do FUNDEB	519.817,34	494.661,41	480.093,42	666.915,00	889.837,61	861.621,40	643.126,21	596.088,46	579.289,32	556.564,58	683.747,19	510.848,97	7.482.610,91	7.353.869,83
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	**6.224.794,97**	**5.582.066,51**	**4.923.557,53**	**5.889.192,62**	**7.979.152,83**	**12.928.237,45**	**5.417.543,37**	**6.050.393,09**	**5.516.791,81**	**5.088.384,55**	**6.002.005,57**	**5.360.392,68**	**76.962.512,98**	**67.968.530,25**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO GARÇAS

PORTARIA Nº 12.889, DE 14 DE JULHO DE 2017.

PORTARIA Nº 12.889, DE 14 DE JULHO DE 2017.

Designa servidores para comporem a comissão que menciona.

O Prefeito Municipal de Barra do Garças, Estado de Mato Grosso, Sr. ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS, no uso de suas atribuições legais e,

CONSIDERANDO o disposto na Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993.

R e s o l v e:

Art. 1º - Designar os servidores **VILMA VANETE SASSO**, **PAULO HENRIQUE FERNANDES BORGES** e **DOUGLAS OLIVEIRA DA CRUZ** para, sob a presidência da primeira, comporem a Comissão Permanente de Licitação (CPL).

Art. 2º - Designar, com vistas ao cumprimento ao Decreto Municipal n.º 3.771, de 27 de junho de 2016, especialmente ao seu artigo 3º, o membro **DOUGLAS OLIVEIRA DA CRUZ**, para secretariar os trabalhos da CPL.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições contrárias, especialmente a Portaria n.º 12.827, de 19 de junho de 2017.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito do Município de Barra do Garças, Estado de Mato Grosso, em 14 de julho de 2017.

ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS

Prefeito do Município de Barra do Garças/MT

DECRETO N.º 3.889, DE 10 DE JULHO DE 2017.

DECRETO N.º 3.889, DE 10 DE JULHO DE 2017.

Dispõe sobre alteração de dispositivos do Decreto n.º 3.881, de 23 de junho de 2017.

O Prefeito do Município de Barra do Garças, Estado de Mato Grosso, **Sr. Roberto Ângelo de Farias**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal;

Considerando o disposto no §1º, artigo 1º e artigo 9º, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal);

Considerando a necessidade de limitação de empenho e movimentação financeira, principalmente de gastos com pessoal, conforme Comunicado Preventivo do Controle Interno Municipal, exarado no memorando n.º 109/SCI/2017, ações estas cujo o objetivo primordial é manter o equilíbrio das contas públicas para o exercício financeiro de 2017 em atendimento as normas legais vigentes.

DECRETA:

Art. 1º - O inciso I, do artigo 5º, do Decreto n.º 3.881, de 23 de junho de 2017, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 5º -Para fins de limitação de empenho e de movimentação financeira, fica o Poder Executivo autorizado a contingenciar os empenhos das seguintes despesas:

I. gastos com diárias de viagens, cursos e adiantamentos, sendo este último liberado apenas para atendimento das unidades administrativas/orçamentárias de assistência social, saúde, educação, obras, urbanização, finanças e emergências do Gabinete do Executivo;

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições contrárias.

Gabinete do Prefeito do Município de Barra do Garças, Estado de Mato Grosso, em 10 de julho de 2017.

ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS

Prefeito do Município de Barra do Garças/MT

DECRETO N.º 3.893, DE 14 DE JULHO DE 2017.

DECRETO N.º 3.893, DE 14 DE JULHO DE 2017.

Dispõe sobre revogação do Decreto n.º 3.818, de 23 de novembro de 2016.

O Prefeito do Município de Barra do Garças, Estado de Mato Grosso, **Sr. Roberto Ângelo de Farias**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e,

CONSIDERANDO a homologação da Instrução Normativa – SCI/ADM/SMS/ - nº 002/2017 - versão 01/2017, por meio do Decreto n.º 3.892, de 11 de julho de 2017, que rege, dentre outros assuntos, a matéria disposta no Decreto n.º 3.818, de 23 de novembro de 2016.

CONSIDERANDO o controle de mérito administrativo da Administração Pública, que tem por objetivo a verificação da eficiência, da oportu-

nidade, da conveniência e do resultado do ato controlado, e que, portanto, permite à Administração Pública, por oportunidade e conveniência da conduta administrativa, revogar seus próprios atos.

DECRETA:

Art. 1º - Revogar, a partir desta data, em todos os seus termos e efeitos, o Decreto n.º 3.818, de 23 de novembro de 2.016.

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições contrárias.

Gabinete do Prefeito do Município de Barra do Garças, Estado de Mato Grosso, em 14 de julho de 2017.

ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS

Prefeito do Município de Barra do Garças/MT

PORTARIA Nº12.910 DE 24 DE JULHO DE 2.017.

PORTARIA Nº12.910 DE 24 DE JULHO DE 2.017.

Dispõe sobre nomeação para exercer o cargo em comissão que menciona.

O Prefeito do Município de Barra do Garças, Estado de Mato Grosso, Sr. ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS, no uso de suas atribuições legais,

R e s o l v e:

Art. 1º -Nomear, a partir de 06 de julho de 2017, para exercer, em comissão, o cargo de Assistente em Contabilidade (DAS-3), junto da Secretaria Municipal de Saúde, a Sr.ª **ELAINE MENDES PEREIRA.**

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 06 de julho de 2017.

Art. 3º - Revogam-se as disposições contrárias.

Registre-se, Publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito do Município de Barra do Garças, Estado de Mato Grosso, em 24 de julho de 2017.

ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS

Prefeito do Município de Barra do Garças/MT

PORTARIA N.º 57 DE 21 DE JULHO DE 2017

PORTARIA N.º 57 DE 21 DE JULHO DE 2017

"Dispõe sobre a averbação de tempo de contribuição do ***Sr. Onildo Beltrão Lopes"***

A Secretária Municipal de Administração, Sra. Daiana Gabriela de Souza Almeida, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Municipal 083 de 27 de dezembro de 2004,

Resolve:

Art. 1º Determina averbar o tempo de contribuição considerado e confirmado em 5.845 (cinco mil, oitocentos e quarenta e cinco) dias, correspondentes a 16 (dezesseis) anos, 00 (zero) meses e 05 (cinco) dias, conforme CERTIDÃO DE TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO de protocolo nº 10001010.1.00025/17-2, emitido pelo INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL – INSS e parecer jurídico expedido pela Procuradoria Jurídica Municipal.

Art.2º À Secretaria Municipal de Administração compete acompanhar e fazer cumprir o disposto nesta Portaria;

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

Barra do Garças/MT, 21 de julho de 2017.

Daiana Gabriela de Souza Almeida

Secretária de Administração

AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº 011/2017

AVISO DE LICITAÇÃO/EXTRATO DE EDITALTOMADA DE PREÇOS Nº 011/2017/PMBG-MT

O Município de Barra do Garças/MT torna público que será realizada Tomada de Preços nº 011/2017. Objeto:Contratação de empresa para reforma e adequação de acessibilidade e implantação de combate a incêndio e pânico nas Escolas Municipais deste Município de Barra do Garças-MT. **Data da sessão pública: 11/08/2017às 14 horas 00 minutos (horário de Brasília).** Edital e demais informações no Setor de Licitação, Rua: Carajás, n° 522, Centro, Barra do Garças – MT. Fone: 0XX.66.3402.2000 – Ramal – 2045/2052. Vilma Vanete Sasso (Presidente da Comissão Permanente de Licitação, 25/07/2017.

PORTARIA Nº 12.892, DE 14 DE JULHO DE 2017.

PORTARIA Nº 12.892, DE 14 DE JULHO DE 2017.

Dispõe sobre designação de função, sem ônus, à servidora que menciona.

O Prefeito Municipal de Barra do Garças, Estado de Mato Grosso, Sr. ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e, CONSIDERANDO o disposto no Decreto n.º 3.770, de 27 de junho de 2016, especialmente, no inciso IX, do artigo 1º, e no artigo 2º.

R e s o l v e:

Art. 1º - Designar, a partir desta data, **sem ônus**, a servidora, **Sr.ª SARAH CRISTINA DE OLIVEIRA**, para atuar como Gestora de Contratos Administrativos e Atas de Registros de Preços - ARP, junto da Secretaria Municipal de Administração.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições contrárias, especialmente a Portaria n.º 12.639, de 19 de abril de 2.017.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito do Município de Barra do Garças, Estado de Mato Grosso, em 14 de julho de 2017.

ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS

Prefeito

PORTARIA N.º 58 DE 21 DE JULHO DE 2017

PORTARIA N.º 58 DE 21 DE JULHO DE 2017

"Dispõe sobre a averbação de tempo de contribuição da ***Sra. Divina Maria de Fátima Ramos"***

A Secretária Municipal de Administração, Sra. Daiana Gabriela de Souza Almeida, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Municipal 083 de 27 de dezembro de 2004,

Resolve:

Art. 1º Determina averbar o tempo de contribuição considerado e confirmado em 1.844 (um mil, oitocentos e quarenta e quatro) dias, correspondentes a 05 (cinco) anos, 00 (zero) meses e 19 (dezenove) dias, conforme CERTIDÃO DE TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO de protocolo nº 10001010.1.00051/17-3, emitido pelo INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL – INSS e parecer jurídico expedido pela Procuradoria Jurídica Municipal.

Art.2º À Secretaria Municipal de Administração compete acompanhar e fazer cumprir o disposto nesta Portaria;

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

Barra do Garças/MT, 21 de julho de 2017.

Daiana Gabriela de Souza Almeida

Secretária de Administração

PORTARIA Nº 12.890, DE 14 DE JULHO DE 2017.

PORTARIA Nº 12.890, DE 14 DE JULHO DE 2017.

Dispõe sobre revogação da Portaria n.º 12.705, de 08 de maio de 2017.

O Prefeito Municipal de Barra do Garças, Estado de Mato Grosso, Sr. ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS, no uso de suas atribuições legais,

R e s o l v e:

Art. 1º - Revogar, a partir desta data, em todos os seus termos e efeitos, a Portaria n.º 12.705, de 08 de maio de 2017, que designa os membros **PATRÍCIA PARREIRA SARAIVA**, **ERNANDES GUIMARÃES COELHO** e **ANTONIO VICTOR FERREIRA DUARTE** para, sob a presidência da primeira, comporem a Comissão Especial de Padronização das Compras e Aquisições Públicas (CEP).

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições contrárias.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito do Município de Barra do Garças, Estado de Mato Grosso, em 14 de julho de 2017.

ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS

Prefeito do Município de Barra do Garças/MT

PORTARIA Nº 12.891, DE 14 DE JULHO DE 2017.

PORTARIA Nº 12.891, DE 14 DE JULHO DE 2017.

Dispõe sobre revogação da Portaria n.º 12.639, de 19 de abril de 2017, que delega função à servidora que menciona.

O Prefeito Municipal de Barra do Garças, Estado de Mato Grosso, Sr. ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas,

R e s o l v e:

Art. 1º - Revogar, a partir desta data, a Portaria n.º 12.639, de 19 de abril de 2.017, que designa a servidora, **Sr.ª PATRÍCIA PARREIRA SARAIVA**, para atuar como Gestora de Contratos Administrativos, junto da Secretaria Municipal de Administração.

Art. 2º -Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições contrárias.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito do Município de Barra do Garças, Estado de Mato Grosso, em 14 de julho de 2017.

ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS

Prefeito do Município de Barra do Garças/MT

AVISO DE LICITAÇÃO TP N° 012/2017

AVISO DE LICITAÇÃO/EXTRATO DE EDITALTOMADA DE PREÇOS Nº 012/2017/PMBG-MT

O Município de Barra do Garças/MT torna público que será realizada Tomada de Preços nº 012/2017. Objeto:Contratação de empresa para elaboração de projetos para: prevenção contra incêndio e pânico; construção da ponte sobre o córrego ariado e levantamento de carga e posto de transformação. **Data da sessão pública: 14/08/2017às 14 horas 00 minutos (horário de Brasília).** Edital e demais informações no Setor de Licitação, Rua: Carajás, n° 522, Centro, Barra do Garças – MT. Fone: 0XX.66.3402. 2000 – Ramal – 2045/2052. Vilma Vanete Sasso (Presidente da Comissão Permanente de Licitação, 25/07/2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES

INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE CÁCERES
PORTARIA N.º 207/2017

"Dispõe sobre a nomeação da Comissão Eleitoral, para elaboração de regulamento e realização das eleições para escolha dos membros dos Conselhos de Gestão e Fiscal do Instituto Municipal de Previdência Social de Cáceres, e dá outras providências".

A Diretora Executiva do PREVICÁCERES- Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Cáceres, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, nos termos do Art. 73, Inciso "IX" da Lei Complementar nº 062/2005.

Resolve,

Art. 1º -Nomear os Servidores VANESSA FERREIRA DA SILVA, Controle Interno; DENISE PEREIRA PACHECO, Contadora; e, ERIKA PINTO DE ARRUDA, Procuradora, para, sob a Presidência do primeiro, constituírem a Comissão Eleitoral designada para realizar o processo eleitoral de membros que comporão o Conselho de Gestão e do Conselho Fiscal do PREVICÁCERES - Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores de Cáceres-MT.

Art. 2° Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre, Publique e Cumpra-se.

Cáceres-MT, 17 de Julho de 2017.

LUANA APARECIDAORTEGA PIOVESAN

Diretora Executiva

Afixada em 17.07.17

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 337 DE 21 DE JULHO DE 2017.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258 de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO os artigos 19, 20 e 21 da Lei Complementar nº 47, de 29 de setembro de 2003 e os artigos 18, 19 e 20 da Lei Complementar nº 48, de 05 de setembro de 2003;

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Protocolo Geral sob nº 29441, de 24 de julho de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º Ficam Elevados o Nível e Classe dos servidores de carreira do Município de Cáceres, relacionados no anexo único da presente Portaria, em razão de nova habilitação específica alcançada e por tempo de serviços prestados, obedecendo aos critérios de promoção para cada Nível e Classe, no mês de **julho/2017**.

Art. 2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão à conta do Elemento de Despesa das respectivas Secretarias.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 21 de julho de 2017.

MAIKON CARLOS DE OLIVEIRA

Secretário Municipal de Administração

Afixado em: 21.07.17.

NOME	CARGO		ADMISSÃO	DE CLASSE	P/CLASSE
				NIVEL	NIVEL
GILBERTO JOSE DA COSTA	Advogado	Progressão de Classe	14/07/2005	D – II	E – II
LUCIANO MIRANDA MINERVINI	Auxiliar Administrativo	Progressão de Classe	01/02/1999	F – IV	G - IV
BERNADETE VITTORAZZI	Assistente Social N/S (40hs)	Progressão de Classe	11/07/2014	A – I	B – I
SARAH LAURENTINO SILVA MORENO	Auxiliar Administrativo	Progressão de Classe	01/07/1996	G – II	H - II
JOSE AUGUSTO DA SILVA	Auxiliar Administrativo	Progressão de Classe	01/07/1996	G – II	H – II
VICENTINA MARIA DA SILVA RIBEIRO	Auxiliar Administrativo	Progressão de Classe	01/07/1996	G – IV	H - IV
MARIA GISLAINE DE SANTANA	Auxiliar de Desenvolv.Infantil	Progressão de Nível	05/05/2009	C – II	C - III
EDNA DE SOUZA DANELICHEN	Auxiliar de Serviços Gerais(P/G.I)	Progressão de Classe	15/07/1999	F – I	G – I
ANA MARTA DE CAMPOS	Auxiliar de Serviços Gerais(P/G.I)	Progressão de Classe	20/07/1999	F – II	G – II
VALDINEIA DOS SANTOS GONÇALVES	Auxiliar de Serviços Gerais(P/G.I)	Progressão de Classe	18/07/2011	B – II	C – II
CLAUDIONOR ELIAS DE ARRUDA	Auxiliar de Serviços Gerais(P/G.I)	Progressão de Classe	08/07/2014	A – I	B – II
JOSE AILTON PEREIRA BARBOSA	Auxiliar de Serviços Gerais(P/G.I)	Progressão de Classe	15/07/2014	A – I	B – II
VANILSON DA SILVA SANTANA	Auxiliar de Serviços Gerais(P/G.I)	Progressão de Classe	08/07/2014	A – I	B – I
WILZA RENATA DE SOUZA	Auxiliar de Serviços Gerais(P/G.I)	Progressão de Nível	05/05/2009	C – II	C – III
BENEDITA LAGES DA SILVA	Auxiliar de Serviços Gerais(P/G.I)	Progressão de Nível	24/11/1986	J – III	J – IV
ELVIS DA SILVA SOARES	Auxiliar de Serviços Gerais(P/G.I)	Progressão de Nível	05/07/2010	C – III	C - IV
JOANICE BATISTA RIBEIRO	Auxiliar de Serviços Gerais(P/G.I)	Progressão de Nível	16/04/1966	H – III	H - IV
VANUZIA OLIVEIRA DE SOUZA	Auxiliar de Serviços Gerais(P/G.I)	Progressão de Nível	02/05/2012	B – I	B – III
RODINEIA RODRIGUES RAMOS	Auxiliar de Serviços Gerais(P/G.I)	Progressão de Nível	05/05/2009	C – III	C – IV
IVANIR VIANA E SILVA	Continuo (P/G.I)	Progressão de Classe	22/07/2014	A – I	B – I
NELI LEITE DOS SANTOS	Fiscal de Tributos	Progressão de Classe	26/07/1999	F – III	G – III
MARCOS VINICIUS CORREA DA COSTA	Fiscal de Tributos	Progressão de Classe	29/07/1999	F – I	G – I
DJONAS CAMILO DE GODOI	Guarda (P/G.I)	Progressão de Classe	11/07/2014	A – I	B – I
HORZEIA DA SILVA DUARTE CENA	Guarda (P/G.I)	Progressão de Classe	11/07/2014	A – I	B – I
JOSE SILICIO RODRIGUES	Guarda (P/G.I)	Progressão de Classe	07/07/2014	A – I	B – I
GEREMIAS FERREIRA DA SILVA	Guarda (P/G.I)	Progressão de Nível	02/05/2012	B – I	B – II
GILSON RIBEIRO	Guarda (P/G.I)	Progressão de Nível	06/12/2002	E – III	E - IV
SAMUEL DANCIGUER BARBOSA	Guarda(P/G.I)	Progressão de Nível	17/03/2003	E – II	E – III
ROMILDO GOVEIA	Guarda(P/G.I)	Progressão de Nível	17/03/2003	E – III	E – IV
RUBENS DANCIGUER BARBOSA	Guarda(P/G.I)	Progressão de Nível	05/05/2009	C – III	C – IV
RODRIGO ALEX RODRIGUES	Mecânico de Automóvel(P/G)	Progressão de Nível	05/08/2002	D – III	D - IV
ANDERSON LUIZ SVERSUT	Motorista	Progressão de Nível	09/09/2002	E – III	E – IV
JOSE HELENO DE JESUS	Motorista	Progressão de Classe	09/07/1996	G – I	H – I
EDUARDO DE ALMEIDA CARLINO	Motorista de ônibus	Progressão de Classe	19/07/2011	B – II	C – II
ABRAÃO PASTICK GONÇALVES	Motorista de ônibus	Progressão de Classe	19/07/2011	B – II	C – II
CARMELO MODESTO ALVES	Pedreiro (P/G)	Progressão de Nível	08/07/2014	A – I	B – II
ARCI REZENDE PEREIRA DA ROSA	Prof.Lic.em Pedag.c/Doc.(30hs)	Progressão de Classe	25/07/2011	B –IV	C – IV
ANA ADELIA DANTAS DA CRUZ	Técnico em Enfermagem (S/G.T.)	Progressão de Nível	12/11/2009	C – II	C – III
MARIA CLAUDINEIA RIBEIRO DOS SANTOS	Técnica em Enfermagem (S/G.T.)	Progressão de Classe	11/07/2014	A – I	B – I
NAIRLY VIEIRA DE MELO	Técnica em Enfermagem (S/G.T.)	Progressão de Nível	11/07/2014	A – I	B – II
ADERGINIA APARECIDA BARBOSA FLORENCIO	Técnica em Enfermagem (S/G.T.)	Progressão de Classe	11/07/2014	A – I	B – I
GILZA FERREIRA GOMES	Técnica em Enfermagem (S/G.T.)	Progressão de Nível	12/11/2009	C – II	C - III

SERVIÇO DE SANEAMENTO AMBIENTAL ÁGUAS DO PANTANAL RESPOSTA A PEDIDO DE ESCLARECIMENTO 2-TOMADA DE PREÇOS N° 02/2017 - PROC.ADMINISTR/PROTOCOLO N° 93/2016

PROMOTORA:

ÁGUAS DO PANTANAL–Serviços de Saneamento Ambiental de Cáceres-MT

OBJETO:

Tomada de Preços para**contratação de empresa para prestação de SERVIÇOS DE PUBLICIDADE, compreendendo o conjunto de atividades realizadas integradamente, que tenha por objetivo o estudo, o planejamento, a conceituação, a concepção, a criação, a execução interna, a intermediação e a supervisão da execução externa, bem como a distribuição de publicidadeda Autarquia "ÁGUAS DO PANTANAL" de CÁCERES-MT, contendo as especificações detalhadas no Projeto Básico n.º 01/2016, parte integrante do Edital (Anexo I).**

ESCLARECIMENTO A PEDIDO FORMULADO:

Havendo surgido apontamento de inconsistências relativamente ao tema, RATIFICAMOS o teor do item 2 do Briefing acostado como Anexo II do Edital norteador da Tomada de Preços nº 02/2017, que estipula em 30 (trinta) dias a duração da campanha a ser considerada na simulação do plano de mídia solicitado. Fica alterado, por via de consequência, o item 7 (pag. 54), de "Dois meses" como constou, para "Um mês", como acima definido, como prazo de duração da referida campanha.

OBSERVAÇÃO:

A pasta contendo o Edital norteador e seus Anexos poderão ser obtidos na Autarquia Municipal **ÁGUAS DO PANTANAL – Serviços de Sanea-**

mento Ambiental de Cáceres, Estado de Mato Grosso, em sua sede, localizada na Rua Antônio João, esq.c/Rua Voluntários da Pátria, s/nº - Centro - CEP 78200-000 – Fones (65) 3223-6900 – 3223-6500, na cidade de CÁCERES-MT, ou baixada no site www.aguasdopantanal.eco.br**.**

LOCAL E DATA:

Cáceres, 25 de julho de 2017.

RONALDO DE LIMA – Presidente da Comissão Permanente de Licitações

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CÁCERES PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES (SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CÁCERES)

Processo Seletivo Simplificado n.º 001/2.017 da Secretaria Municipal de Saúde de Cáceres/MT

Convocação para entrega da documentação

A Prefeitura Municipal de Cáceres/MT, através da Secretaria Municipal de Saúde, na pessoa da Secretária Municipal de Saúde, no uso de suas atribuições legais, em decorrência da necessidade temporária e de excepcional interesse público, convoca os(as) candidatos(as) abaixo relacionados para apresentarem a **documentação necessária para a contratação** (conforme relação abaixo especificada) nos dias **26, 27 e 28 de Julho de 2.017, das 07 às 11 horas**, no setor de Recursos Humanos na Secretaria Municipal de Saúde de Cáceres/MT:

MÉDICO(A)CLÍNICO GERAL

N.º	Nome do(a) candidato(a)	Situação
14	Daniela Menegucci	Classificado(a)
15	Karoline Emília Marqui Pegaiani	Classificado(a)

Documentação necessária para contratação:

(apresentar fotocópia)

1. Cédula de identidade (RG) e CPF; 2. Certidão de nascimento ou casamento, se for casado(a); 3. Título de eleitor; 4. Comprovante de quitação das obrigações eleitorais; 5. Certificado de reservista (para os homens); 6. Carteira de trabalho (páginas onde constam o número e a série, a identificação, o último registro do contrato de trabalho e a página posterior em branco); 7. Carteira de habilitação (CNH) para os contratados para o cargo de motorista; 8. Cadastro no PIS (ou NIS); 9. Certificado (diploma) e histórico de escolaridade de acordo com o cargo contratado; 10. Carteira do conselho de classe em Mato Grosso quando se tratar de profissão regulamentada, incluindo o comprovante de quitação de anuidade; 11. CPF dos pais, cônjuge, filhos e/ou dependentes; 12. Certidão de nascimento dos filhos; 13. Carteira de vacinação dos filhos menores de cinco anos; 14. Cartão de vacina de adulto (somente para os contratados pra trabalhar na área da saúde); 15. Comprovante de residência atualizado a data da contratação em nome do contratado; 16. Declaração de não acúmulo ilegal de cargo e emprego público, assinado pelo contratado e com firma reconhecida em cartório; 17. Atestado médico admissional, indicando aptidão ou não do candidato para o exercício das atribuições próprias do cargo (despesa por conta do contratado); 18. Certidão negativa dos últimos 05 (cinco) anos referentes à existência ou inexistência de ações cíveis e criminais de primeiro e segundo graus (Justiça Federal e Fórum Estadual/TJ); 19. Declaração de bens ou declaração de imposto de renda, com firma reconhecida; 20. Certidão negativa de débitos junto à Prefeitura de Cáceres, via original, emitida através do site da Prefeitura Municipal de Cáceres; 21. Número de telefone fixo e/ou celular para contato e endereço eletrônico (e-mail).

Cáceres/MT, 25 de julho de 2.017.

Evanilda Costa do Nascimento Félix

Secretária Municipal de Saúde

Evanilda Costa do Nascimento Félix

Presidente da Comissão do Seletivo

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
AVISO DE RETIFICAÇÃO PREGÃO ELETRONICO N° 70-2017 MENOR PREÇO POR ITEM

Interessada: Prefeitura Municipal de Finanças.

Objeto: Contratação de Serviços de Assessoria Contábil, Orçamentária e Financeira destinado a atender as atividades da Coordenação Contábil da Secretaria Municipal de Finanças da Prefeitura Municipal de Cáceres.

Realização: 15 de agosto de 2017 às 09:00 horário de Brasília.

Onde se lê: 8.5. Qualificação Técnica

8.5.1. A LICITANTE deverá demonstrar (comprovar) experiência na prestação de serviços de implantação, operação e/ou manutenção de sistemas similares em porte e complexidade ao objeto da licitação, que será comprovada através de atestado emitido por pessoa jurídica, de direito público ou privado.

8.5.2. Serviço de conexão à Internet com velocidade igual ou superior a 50 Mbps. Prazo máximo de reparo de 6 (seis) horas a partir da abertura do chamado.

8.5.3. Os atestados de capacidade técnica estarão sujeitos a diligência que poderá averiguar através de visita técnica a autenticidade das informações. Se durante esse processo, for constatada fraude em qualquer um dos documentos, a LICITANTE envolvida estará automaticamente desclassificada do processo licitatório em questão, além de estar sujeita às penalidades da lei.

8.5.4.A LICITANTE deverá apresentar Licença, Certificado, Declaração ou documento (s) equivalente (s) na forma da lei, fornecido pela Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL, dentro do prazo de validade, atestando que a LICITANTE está autorizada a prestar serviços de comunicação multimídia (SCM).

Leia-se: 8.5. Qualificação Técnica

8.5.1. A (s) empresa (s) licitante (s) deverá (ão) apresentar **atestado (s)** de capacidade técnica, pertinente e compatível l(is) com o objeto desta licitação, podendo o(s) mesmo(s) ser(em) emitido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, caso o(s) atestado(s) seja(m) emitido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito privado, deverá (ão) **obrigatoriamente** ser(em) apresentado(s) com firma reconhecida em cartório.

Observação: A pasta contendo o Edital e seus anexos poderão ser obtidos, na Prefeitura de Cáceres-MT, situada à Av. Getúlio Vargas nº 1895, CEP: 78200.000, ou baixadas no portal http://www.caceres.mt.gov/licitacao/ e na plataforma **www.bll.org.br.**

Local e Data: Prefeitura de Cáceres-MT, 25 de julho 2017.

Cristiane Cebalho de Oliveira

PREGOEIRA OFICIAL

Portaria nº 559 2016

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
ATO ADMINISTRATIVO PREGÃO ELETRONICO N°057/2017 - COM REGISTRO DE PREÇO - TIPO MENOR PREÇO POR ITEM.

Interessada: Todas as Secretarias.

Objeto: Registro de preço para futura e eventual serviços de fotocópia preto/branco, fotocópia colorida, encadernação grossa de até 450 folhas, encadernação fina de até 250 folhas, impressão de plotter, para atender as demandas das secretarias do município de Cáceres – MT.**Observação:** Considerando que a Empresa não apresentou a documentação no prazo de 08 (oito) dias fica este processo fracassado.

Local e Data: Prefeitura de Cáceres-MT, 25 de Julho 2017.

DEBHORA BELUSSI

PREGOEIRA OFICIAL

INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE CÁCERES
PORTARIA N.º 217/2017

"Dispõe sobre a nomeação de Comissão Organizadora do 5º Encontro de Gestores de Regimes Próprios de Previdência Social do Estado de Mato Grosso".

A Direção Executiva do Instituto de Previdência Social do Município de Cáceres, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, nos termos do Art. 73, Inciso "IX" da Lei Complementar 062/2005,

Resolve,

Art. 1º Nomear servidores do PREVI-CÁCERES para compor *a Comissão Organizadora do 5º Encontro de Gestores de Regimes Próprios de Previdência Social do Estado de Mato Grosso*, organizada de forma conjunta com outros gestores de RPPS's do Mato Grosso que serão, neste ano, representados pelos Institutos de Previdência Social dos Municípios de Cáceres, Tangará da Serra e Comodoro.

Art 2°. O PREVI-CÁCERES nomeia o servidor Sr. Anderson Luiz Caitano Riberio, que ocupa o cargo de Gerente de Administração e Finanças do RPPS de Cáceres e a subscritora, Sra. Luana Aparecida Ortega Piovesan, diretora executiva desta autarquia municipal, para compor equipe de organização, juntamente com outras entidades municipais.

Art. 3°. Compete a Comissão Organizadora do Evento para acompanhar a execução de todas as fases da realização do evento até a final prestação de contas dos recursos financeiros provenientes de patrocínio.

Art. 4°. As despesas contratadas deverão seguir estritamente ao que dispõe a Lei n°. 8.666/93 e suas alterações, ordenadas pelo responsável.

Art. 5º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se, em 13 de Julho de 2017.

LUANA APARECIDA ORTEGA PIOVESAN

Diretora Executiva

Afixada em: 14.07.2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANABRAVA DO NORTE

SEC. DE ADMINISTRAÇÃO/ RH
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO

SERVIDOR MUNICIPAL Nº.111/ 2017

O MUNICÍPIO DE CANABRAVA DO NORTE – MT, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o n° **37.465.200/0001-20**, com sede a Praça Frederico de Souza Brito, S/N°, neste ato representado pelo digníssimo Prefeito Municipal o Sr. **JOÃO CLEITON ARAUJO DE MEDEIROS**, brasileiro, casado e portador do CPF n° 011.173.691.96 e da cédula de Identidade n° 156380-3 SSP/MT denominado **CONTRATANTE**, e do outro lado a Sra. identificada abaixo:

NOME	CTPS/SERIE/UF	CPF
LILIAM ALVES MENDES	**66410/0020 - MT**	**047.403.811-41**
ENDEREÇO **RUA Dr.SEBASTIÃO JUNIOR-S/N – CENTRO-CANABRAVA DO NORTE-MT**		

Doravante denominada CONTRATADA, tem justo e contratada pelo presente instrumento as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO SUPORTE LEGAL

O presente contrato de serviços temporários está embasado na Lei Municipal n°.698/2017 que dispõem da contratação temporária de pessoal, e o regimento a ser cumprido tanto do Contratado quanto da Contratante, dar-se à em disposto da Lei Municipal 252/2005.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

O objeto do presente Contrato de Prestação de Serviços Temporários ao Município, no exercício das atribuições descritas abaixo, conforme Lei Autorizativa 698/2017 e demais Normas regulamentares.

CARGO/FUNÇÃO
MONITORA DE ALUNOS ESPECIAIS

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REGIME DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

Os serviços ora contratados serão executados de forma pessoal, conforme as disposições das Leis Municipais vigentes, normas internas e regulamentos da secretaria abaixo identificada e demais disposições deste instrumento, segundo as necessidades da mesma.

SECRETARIA/DEPARTAMENTO
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO,ESPORTE, LAZER E CULTURA - SMEELC

CLÁUSULA QUARTA – LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

O local da prestação dos serviços será determinado pela autoridade superior hierárquica a que estiver subordinado o contratado, atendendo a conveniência oportunidade e interesse da mesma.

CLÁUSULA QUINTA – DA CARGA HORÁRIA

A carga horária preestabelecida no ato da contratação corresponderá a 20 horas semanais.

CLÁUSULA SEXTA – DA REMUNERAÇÃO

O valor da remuneração identificada abaixo é conforme instituído nos anexos das Leis Municipais vigentes e a carga horária estabelecida no ato da contratação.

937,00(NOVECENTOS E TRINTA E SETE REAIS)

CLÁUSULA SÉTIMA – DO PAGAMENTO

O pagamento da remuneração a qual se refere este contrato será efetuado até o quinto dia útil do mês subseqüente ao vencido.

CLÁUSULA OITAVA – DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

O CONTRATADO, obrigatoriamente está vinculado ao RGPS – Regime Geral da Previdência Social, para o qual contribuirá, sendo descontado em sua remuneração mensal bruta, o percentual devido, conforme a legislação vigente.

CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO E DISTRATO

9.1- O presente contratado poderá ser rescindido:

Quando cessarem os motivos que ensejam sua celebração.

Pelo descumprimento de disposição legal e regulamentares aplicáveis, a relação ou das cláusulas contratuais.

9.2 - O distrato ocorrerá:

Por iniciativa do CONTRATANTE, desde que haja comunicação a CONTRATADA, com antecedência mínima de 30 dias.

Por iniciativa do CONTRATADO, com comunicação por escrito, com 30 (trinta) dias de antecedência ao Departamento de Recursos Humanos.

CLÁUSULA DÉCIMA –DA VIGÊNCIA

O presente instrumento de contrato tem sua vigência conforme períododescrito abaixo:

INICIO	TÉRMINO
08/05/2017	**08/05/2018**

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os recursos financeiros necessários e suficientes a contratação constam na Lei Orçamentária Municipal, que correrão a conta das seguintes dotações do Orçamento – Programa.

UNIDADE	PROJETO ATIVIDADE	CÓDIGO REDUZIDO	ELEMENTO
04	**2.013**	**069**	**3.1.90.04.00.00.00**

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO

As partes em comum acordo elegem o Foro da Comarca de Porto Alegre do Norte – MT para diminuir quaisquer dúvidas do presente instrumento de contrato.

E por estarem justas, e contratadas, as partes assinam o presente instrumento de contrato em 03 (três) vias de igual teor, para um só fim e efeito, na presença de 02 (duas) testemunhas que a tudo presenciaram.

Canabrava do Norte – MT, 08 de Maio de 2017.

_____

Prefeito Municipal

Contratante

_____

Contratado (a)

_____ _____

Testemunha Testemunha

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N. 281/2017

PORTARIA N. 281/2017, de 25 de julho de 2017.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE DIRETOR DE DEPARTAMENTO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, em conformidade com o art. 83º, II, III e XXX, da Lei Orgânica Municipal, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear o Sr. **CARLOS CARVALHO LIMA**, brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade – CI/RG n. 188160120017, emitido por GEJSPCII/MA, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda – CPF/MF n. 021.616.913-50, para exercer o cargo de **DIRETOR DE DEPARTAMENTO**, deste município.

Art. 2º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo os seus efeitos Jurídicos à data 16 de Julho de 2017, revogando-se as disposições em contrário.

Registra-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Canabrava do Norte-MT, em 25 de julho de 2017.

_____

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

SEC. DE ADMINISTRAÇÃO/ RH
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO

SERVIDOR MUNICIPAL Nº.113/ 2017

O MUNICÍPIO DE CANABRAVA DO NORTE – MT, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o n° **37.465.200/0001-20**, com sede a Praça Frederico de Souza Brito, S/N°, neste ato representado pelo digníssimo Prefeito Municipal o Sr. **JOÃO CLEITON ARAUJO DE MEDEIROS**, brasileiro, casado e portador do CPF n° 011.173.691.96 e da cédula de Identidade n° 156380-3 SSP/MT denominado **CONTRATANTE**, e do outro lado a Sra. identificada abaixo:

NOME	CTPS/SERIE/UF	CPF
ANDREIA ALVES MALTA	**15215/0025 - MT**	046.817.821-06
ENDEREÇO **RUA JOÃO DELFINO S/N – VILA SÃO JOÃO-CANABRAVA DO NORTE-MT**		

Doravante denominada CONTRATADA, tem justo e contratado pelo presente instrumento as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO SUPORTE LEGAL

O presente contrato de serviços temporários está embasado na Lei Municipal n°.698/2017 que dispõem da contratação temporária de pessoal, e o regimento a ser cumprido tanto do Contratado quanto da Contratante, dar-se à em disposto da Lei Municipal 252/2005.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

O objeto do presente Contrato de Prestação de Serviços Temporários ao Município, no exercício das atribuições descritas abaixo, conforme Lei Autorizativa 698/2017 e demais Normas regulamentares.

CARGO/FUNÇÃO
MONITORA DE ALUNOS ESPECIAIS

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REGIME DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

Os serviços ora contratados serão executados de forma pessoal, conforme as disposições das Leis Municipais vigentes, normas internas e regulamentos da secretaria abaixo identificada e demais disposições deste instrumento, segundo as necessidades da mesma.

SECRETARIA/DEPARTAMENTO
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO,ESPORTE, LAZER E CULTURA - SMEELC

CLÁUSULA QUARTA – LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

O local da prestação dos serviços será determinado pela autoridade superior hierárquica a que estiver subordinado o contratado, atendendo a conveniência oportunidade e interesse da mesma.

CLÁUSULA QUINTA – DA CARGA HORÁRIA

A carga horária preestabelecida no ato da contratação corresponderá a 20 horas semanais.

CLÁUSULA SEXTA – DA REMUNERAÇÃO

O valor da remuneração identificada abaixo é conforme instituído nos anexos das Leis Municipais vigentes e a carga horária estabelecida no ato da contratação.

937,00(NOVECENTOS E TRINTA E SETE REAIS)

CLÁUSULA SÉTIMA – DO PAGAMENTO

O pagamento da remuneração a qual se refere este contrato será efetuado até o quinto dia útil do mês subseqüente ao vencido.

CLÁUSULA OITAVA – DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

O CONTRATADO, obrigatoriamente está vinculado ao RGPS – Regime Geral da Previdência Social, para o qual contribuirá, sendo descontado em sua remuneração mensal bruta, o percentual devido, conforme a legislação vigente.

CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO E DISTRATO

9.1- O presente contratado poderá ser rescindido:

Quando cessarem os motivos que ensejam sua celebração.

Pelo descumprimento de disposição legal e regulamentares aplicáveis, a relação ou das cláusulas contratuais.

9.2 - O distrato ocorrerá:

Por iniciativa do CONTRATANTE, desde que haja comunicação a CONTRATADA, com antecedência mínima de 30 dias.

Por iniciativa do CONTRATADO, com comunicação por escrito, com 30 (trinta) dias de antecedência ao Departamento de Recursos Humanos.

CLÁUSULA DÉCIMA –DA VIGÊNCIA

O presente instrumento de contrato tem sua vigência conforme período descrito abaixo:

INICIO	TÉRMINO
08/05/2017	**08/05/2018**

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os recursos financeiros necessários e suficientes a contratação constam na Lei Orçamentária Municipal, que correrão a conta das seguintes dotações do Orçamento – Programa.

UNIDADE	PROJETO ATIVIDADE	CÓDIGO REDUZIDO	ELEMENTO
04	**2.013**	**069**	**3.1.90.04.00.00.00**

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO

As partes em comum acordo elegem o Foro da Comarca de Porto Alegre do Norte – MT para diminuir quaisquer dúvidas do presente instrumento de contrato.

E por estarem justas, e contratadas, as partes assinam o presente instrumento de contrato em 03 (três) vias de igual teor, para um só fim e efeito, na presença de 02 (duas) testemunhas que a tudo presenciaram.

Canabrava do Norte – MT, 08 de Maio de 2017.

_____

Prefeito Municipal

Contratante

_____

Contratado (a)

_____ _____

Testemunha Testemunha

TERMO DE CANCELAMENTO PR 38/2017

Referência: Processo Licitatório nº 640/2017 - Pregão Presencial nº 038/2017.

Objeto: Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa para prestação de serviços de realização de exames laboratoriais para atender as necessidades da prefeitura municipal de Canabrava do Norte durante o exercício de 2017.

O Prefeito Municipal de Canabrava do Norte, em respeito aos princípios gerais de direito público, às prescrições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 em Seu Artigo 9º, Inciso III, procede, em nome do Município de Canabrava do Norte e em defesa do interesse público, o **Cancelamento** do Processo Licitatório nº 640/2017, na modalidade de Pregão Presencial nº 038/2017, pelo fato de o possui como sócio administrador um servidor efetivo da Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte, conforme consta dos autos do Processo Licitatório mencionado.

Desta forma, em outro momento a Administração Pública providenciará a contratação do objeto em questão.

Não há prejuízo para o erário público.

Não há prejuízo a interesses pessoais de terceiros.

Não há e nem haverá prejuízo para o interesse público.

Canabrava do Norte-MT, em 29 de Junho de 2017.

João Cleiton Araújo de Medeiros

Prefeito Municipal de Canabrava do Norte

SEC. DE ADMINISTRAÇÃO/ RH
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO

SERVIDOR MUNICIPAL Nº 93/ 2017

O MUNICÍPIO DE CANABRAVA DO NORTE – MT, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o n° **37.465.200/0001-20**, com sede a Praça Frederico de Souza Brito, S/N°, neste ato representado pelo digníssimo Prefeito Municipal o Sr. **JOÃO CLEITON ARAUJO DE MEDEIROS**, brasileiro, casado e portador do CPF n° 011.173.691.96 e da cédula de Identidade n° 156380-3 SSP/MT denominado **CONTRATANTE**, e do outro lado a Sra. identificada abaixo:

NOME	CTPS/SERIE/UF	CPF
ELIDA LIMA DA SILVA	**69252/00024 - MT**	**048.235.311-24**
ENDEREÇO **AV.ANTONIO BOSAIPO S/N° - CENTRO – CANABRAVA DO NORTE- MT**		

Doravante denominada CONTRATADA, tem justo e contratado pelo presente instrumento as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO SUPORTE LEGAL

O presente contrato de serviços temporários está embasado na Lei Complementar Municipal n°.698/2017 que dispõem da contratação temporária de pessoal, e o regimento a ser cumprido tanto do Contratado quanto da Contratante, dar-se à em disposto da Lei Municipal 252/2005.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

O objeto do presente Contrato de Prestação de Serviços Temporários ao Município, no exercício das atribuições descritas abaixo, conforme Lei Autorizativa 698/2017 e demais Normas regulamentares.

CARGO/FUNÇÃO
AUXILIAR BUCAL

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REGIME DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

Os serviços ora contratados serão executados de forma pessoal, conforme as disposições das Leis Municipais vigentes, normas internas e regulamentos da secretaria abaixo identificada e demais disposições deste instrumento, segundo as necessidades da mesma.

SECRETARIA/DEPARTAMENTO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE -SMS

CLÁUSULA QUARTA – LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

O local da prestação dos serviços será determinado pela autoridade superior hierárquica a que estiver subordinado o contratado, atendendo a conveniência oportunidade e interesse da mesma.

CLÁUSULA QUINTA – DA CARGA HORÁRIA

A carga horária preestabelecida no ato da contratação corresponderá a 40 horas semanais.

CLÁUSULA SEXTA – DA REMUNERAÇÃO

O valor da remuneração identificada abaixo é conforme instituído nos anexos das Leis Municipais vigentes e a carga horária estabelecida no ato da contratação.

937,00 [Novecentos e Trinta e Sete Reais]

CLÁUSULA SÉTIMA – DO PAGAMENTO

O pagamento da remuneração a qual se refere este contrato será efetuado até o quinto dia útil do mês subseqüente ao vencido.

CLÁUSULA OITAVA – DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

ACONTRATADA, obrigatoriamente está vinculado ao RGPS – Regime Geral da Previdência Social, para o qual contribuirá, sendo descontado em sua remuneração mensal bruta, o percentual devido, conforme a legislação vigente.

CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO E DISTRATO

9.1- O presente contratado poderá ser rescindido:

Quando cessarem os motivos que ensejam sua celebração.

Pelo descumprimento de disposição legal e regulamentares aplicáveis, a relação ou das cláusulas contratuais.

9.2 - O distrato ocorrerá:

Por iniciativa do CONTRATANTE, desde que haja comunicação a CONTRATADA, com antecedência mínima de 30 dias.

Por iniciativa do CONTRATADO, com comunicação por escrito, com 30 (trinta) dias de antecedência ao Departamento de Recursos Humanos.

CLÁUSULA DÉCIMA –DA VIGÊNCIA

O presente instrumento de contrato tem sua vigência conforme período-descrito abaixo:

INICIO	TÉRMINO
08/05/2016	**08/05/2018**

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os recursos financeiros necessários e suficientes a contratação constam na Lei Orçamentária Municipal, que correrão a conta das seguintes dotações do Orçamento – Programa.

UNIDADE	PROJETO ATIVIDADE	CÓDIGO REDUZIDO	ELEMENTO
05	**2.023**	**151**	**3.1.90.04.00.00.00**

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO

As partes em comum acordo elegem o Foro da Comarca de Porto Alegre do Norte – MT para diminuir quaisquer dúvidas do presente instrumento de contrato.

E por estarem justas, e contratadas, as partes assinam o presente instrumento de contrato em 03 (três) vias de igual teor, para um só fim e efeito, na presença de 02 (duas) testemunhas que a tudo presenciaram.

Canabrava do Norte – MT, 08 de Maio de 2017.

_____

Prefeito Municipal

Contratante

_____

Contratado (a)

_____ _____

Testemunha Testemunha

SEC. DE ADMINISTRAÇÃO/ RH
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO

SERVIDOR MUNICIPAL Nº 104/ 2017

O MUNICÍPIO DE CANABRAVA DO NORTE – MT, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o n° **37.465.200/0001-20**, com sede a Praça Frederico de Souza Brito, S/N°, neste ato representado pelo digníssimo Prefeito Municipal o Sr. **JOÃO CLEITON ARAUJO DE MEDEIROS**, brasileiro, casado e portador do CPF n° 011.173.691.96 e da cédula de Identidade n° 156380-3 SSP/MT denominado **CONTRATANTE**, e do outro lado a Sr. identificada abaixo:

NOME	CTPS/SERIE/ UF	CPF
ANDRESSA LAIS RODRIGUES GONÇALVES	**15957/0022 - MT**	**063.889.861-70**
ENDEREÇO **RUA FAUSTINO PEREIRA DA SILVA-S/N – CENTRO-CANABRAVA DO NORTE-MT**		

Doravante denominada CONTRATADA, tem justo e contratado pelo presente instrumenta as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO SUPORTE LEGAL

O presente contrato de serviços temporários está embasado na Lei Complementar Municipal n°.698/2017 que dispõem da contratação temporária de pessoal, e o regimento a ser cumprido tanto do Contratado quanto da Contratante, dar-se à em disposto da Lei Municipal 252/2005.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

O objeto do presente Contrato de Prestação de Serviços Temporários ao Município, no exercício das atribuições descritas abaixo, conforme Lei Autorizativa 698/2017 e demais Normas regulamentares.

CARGO/FUNÇÃO
AGENTE ADMINISTRATIVO

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REGIME DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

Os serviços ora contratados serão executados de forma pessoal, conforme as disposições das Leis Municipais vigentes, normas internas e regulamentos da secretaria abaixo identificada e demais disposições deste instrumento, segundo as necessidades da mesma.

SECRETARIA/DEPARTAMENTO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SAD

CLÁUSULA QUARTA – LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

O local da prestação dos serviços será determinado pela autoridade superior hierárquica a que estiver subordinado o contratado, atendendo a conveniência oportunidade e interesse da mesma.

CLÁUSULA QUINTA – DA CARGA HORÁRIA

A carga horária preestabelecida no ato da contratação corresponderá a 40 horas semanais.

CLÁUSULA SEXTA – DA REMUNERAÇÃO

O valor da remuneração identificada abaixo é conforme instituído nos anexos das Leis Municipais vigentes e a carga horária estabelecida no ato da contratação.

1.043,00 (HUM MIL E QUARENTA E TRES REAIS)

CLÁUSULA SÉTIMA – DO PAGAMENTO

O pagamento da remuneração a qual se refere este contrato será efetuado até o quinto dia útil do mês subseqüente ao vencido.

CLÁUSULA OITAVA – DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

O CONTRATADO, obrigatoriamente está vinculado ao RGPS – Regime Geral da Previdência Social, para o qual contribuirá, sendo descontado em sua remuneração mensal bruta, o percentual devido, conforme a legislação vigente.

CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO E DISTRATO

9.1- O presente contratado poderá ser rescindido:

Quando cessarem os motivos que ensejam sua celebração.

Pelo descumprimento de disposição legal e regulamentares aplicáveis, a relação ou das cláusulas contratuais.

9.2 - O distrato ocorrerá:

Por iniciativa do CONTRATANTE, desde que haja comunicação a CONTRATADA, com antecedência mínima de 30 dias.

Por iniciativa do CONTRATADO, com comunicação por escrito, com 30 (trinta) dias de antecedência ao Departamento de Recursos Humanos.

CLÁUSULA DÉCIMA –DA VIGÊNCIA

O presente instrumento de contrato tem sua vigência conforme período-descrito abaixo:

INICIO	TÉRMINO
08/05/2016	**08/05/2018**

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os recursos financeiros necessários e suficientes a contratação constam na Lei Orçamentária Municipal, que correrão a conta das seguintes dotações do Orçamento – Programa.

UNIDADE	PROJETO ATIVIDADE	CÓDIGO REDUZIDO	ELEMENTO
06	**2.026**	**211**	**3.1.90.04.00.00.00**

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO

As partes em comum acordo elegem o Foro da Comarca de Porto Alegre do Norte – MT para diminuir quaisquer dúvidas do presente instrumento de contrato.

E por estarem justas, e contratadas, as partes assinam o presente instrumento de contrato em 03 (três) vias de igual teor, para um só fim e efeito, na presença de 02 (duas) testemunhas que a tudo presenciaram.

Canabrava do Norte – MT, 08 de Maio de 2017.

_____

Prefeito Municipal

Contratante

_____

Contratado (a)

_____ _____

Testemunha Testemunha

SEC. DE ADMINISTRAÇÃO/ RH
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO

SERVIDOR MUNICIPAL Nº. 82/ 2017

O MUNICÍPIO DE CANABRAVA DO NORTE – MT, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o n° **37.465.200/0001-20**, com sede a Praça Frederico de Souza Brito, S/N°, neste ato representado pelo digníssimo Prefeito Municipal o Sr. **JOÃO CLEITON ARAUJO DE MEDEIROS**, brasileiro, casado e portador do CPF n° 011.173.691.96e da cédula de Identidade n° 156380-3 SSP/MT denominado **CONTRATANTE**, e do outro lado o Sr. identificado abaixo:

NOME	CTPS/SERIE/UF	CPF
CELSO ALVES REGE	**5157286/00050 - MT**	**049.827.311-36**
ENDEREÇO **RUA JOÃO AMANCIO S/N° - VILA SÃO JOÃO – CANABRAVA DO NORTE- MT**		

Doravante denominado CONTRATADO, tem justo e contratado pelo presente instrumenta as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO SUPORTE LEGAL

O presente contrato de serviços temporários está embasado na Lei Municipal n°.698/2017 que dispõem da contratação temporária de pessoal, e o regimento a ser cumprido tanto do Contratado quanto da Contratante, dar-se à em disposto da Lei Municipal 252/2005.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

O objeto do presente Contrato de Prestação de Serviços Temporários ao Município, no exercício das atribuições descritas abaixo, conforme Lei Autorizativa 698/2017 e demais Normas regulamentares.

CARGO/FUNÇÃO
TECNICO DE ELABORAÇÃO DE PROJETOS RURAIS

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REGIME DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

Os serviços ora contratados serão executados de forma pessoal, conforme as disposições das Leis Municipais vigentes, normas internas e regulamentos da secretaria abaixo identificada e demais disposições deste instrumento, segundo as necessidades da mesma.

SECRETARIA/DEPARTAMENTO
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E AGRICULTURA - SEMAA

CLÁUSULA QUARTA – LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

O local da prestação dos serviços será determinado pela autoridade superiorhierárquica a que estiver subordinado o contratado, atendendo a conveniência oportunidade e interesse da mesma.

CLÁUSULA QUINTA – DA CARGA HORÁRIA

A carga horária preestabelecida no ato da contratação corresponderá a 30 horas semanais.

CLÁUSULA SEXTA – DA REMUNERAÇÃO

O valor da remuneração identificada abaixo é conforme instituído nos anexos das Leis Municipais vigentes e a carga horária estabelecida no ato da contratação.

2.500,00 [Dois Mil e Quinhentos Reais]

CLÁUSULA SÉTIMA – DO PAGAMENTO

O pagamento da remuneração a qual se refere este contrato será efetuado até o quinto dia útil do mês subseqüente ao vencido.

CLÁUSULA OITAVA – DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

OCONTRATADO, obrigatoriamente está vinculado ao RGPS – Regime Geral da Previdência Social, para o qual contribuirá, sendo descontado em sua remuneração mensal bruta, o percentual devido, conforme a legislação vigente.

CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO E DISTRATO

9.1- O presente contratado poderá ser rescindido:

Quando cessarem os motivos que ensejam sua celebração.

Pelo descumprimento de disposição legal e regulamentares aplicáveis, a relação ou das cláusulas contratuais.

9.2 - O distrato ocorrerá:

Por iniciativa do CONTRATANTE, desde que haja comunicação ao CONTRATADO, com antecedência mínima de 30 dias.

Por iniciativa do CONTRATADO, com comunicação por escrito, com 30 (trinta) dias de antecedência ao Departamento de Recursos Humanos.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA VIGÊNCIA

O presente instrumento de contrato tem sua vigência conforme período descrito abaixo:

INICIO	TÉRMINO
08/05/2017	**08/05/2018**

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os recursos financeiros necessários e suficientes a contratação constam na Lei Orçamentária Municipal, que correrão a conta das seguintes dotações do Orçamento – Programa.

UNIDADE	PROJETO ATIVIDADE	CÓDIGO REDUZIDO	ELEMENTO
06	**2026**	**0211**	**31.90.04.00.00.00**

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO

As partes em comum acordo elegem o Foro da Comarca de Porto Alegre do Norte – MT para diminuir quaisquer dúvidas do presente instrumento de contrato.

E por estarem justas, e contratadas, as partes assinam o presente instrumento de contrato em 03 (três) vias de igual teor, para um só fim e efeito, na presença de 02 (duas) testemunhas que a tudo presenciaram.

Canabrava do Norte – MT, 08 de Maio de 2017.

_____

Prefeito Municipal

Contratante

_____

Contratado (a)

_____ _____

Testemunha Testemunha

SEC. DE ADMINISTRAÇÃO/ RH
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO

SERVIDOR MUNICIPAL Nº 92/ 2017

O MUNICÍPIO DE CANABRAVA DO NORTE – MT, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o n° **37.465.200/0001-20**, com sede a Praça Frederico de Souza Brito, S/N°, neste ato representado pelo digníssimo Prefeito Municipal o Sr. **JOÃO CLEITON ARAUJO DE MEDEIROS**, brasileiro, casado e portador do CPF n° 011.173.691.96 e da cédula de Identidade n° 156380-3 SSP/MT denominado **CONTRATANTE**, e do outro lado a Sra. identificada abaixo:

NOME	CTPS/SERIE/UF	CPF
FRANCINETE PEREIRA DA COSTA SILVA	**69252/00026 - MT**	**014.705.871-65**
ENDEREÇO **AV.MANOEL BATISTA S/N° - CENTRO – CANABRAVA DO NORTE- MT**		

Doravante denominada CONTRATADA, tem justo e contratado pelo presente instrumenta as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO SUPORTE LEGAL

O presente contrato de serviços temporários está embasado na Lei Complementar Municipal n°.698/2017 que dispõem da contratação temporária de pessoal, e o regimento a ser cumprido tanto do Contratado quanto da Contratante, dar-se à em disposto da Lei Municipal 252/2005.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

O objeto do presente Contrato de Prestação de Serviços Temporários ao Município, no exercício das atribuições descritas abaixo, conforme Lei Autorizativa 698/2017 e demais Normas regulamentares.

CARGO/FUNÇÃO
AGENTE DE COMBATE A ENDEMIA-ACE

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REGIME DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

Os serviços ora contratados serão executados de forma pessoal, conforme as disposições das Leis Municipais vigentes, normas internas e regulamentos da secretaria abaixo identificada e demais disposições deste instrumento, segundo as necessidades da mesma.

SECRETARIA/DEPARTAMENTO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE -SMS

CLÁUSULA QUARTA – LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

O local da prestação dos serviços será determinado pela autoridade superior hierárquica a que estiver subordinado o contratado, atendendo a conveniência oportunidade e interesse da mesma.

CLÁUSULA QUINTA – DA CARGA HORÁRIA

A carga horária preestabelecida no ato da contratação corresponderá a 40 horas semanais.

CLÁUSULA SEXTA – DA REMUNERAÇÃO

O valor da remuneração identificada abaixo é conforme instituído nos anexos das Leis Municipais vigentes e a carga horária estabelecida no ato da contratação.

998,26 [Novecentos e Noventa e Oito Reais e Vinte e Seis Centavos]

CLÁUSULA SÉTIMA – DO PAGAMENTO

O pagamento da remuneração a qual se refere este contrato será efetuado até o quinto dia útil do mês subseqüente ao vencido.

CLÁUSULA OITAVA – DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

ACONTRATADA, obrigatoriamente está vinculado ao RGPS – Regime Geral da Previdência Social, para o qual contribuirá, sendo descontado em sua remuneração mensal bruta, o percentual devido, conforme a legislação vigente.

CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO E DISTRATO

9.1- O presente contratado poderá ser rescindido:

Quando cessarem os motivos que ensejam sua celebração.

Pelo descumprimento de disposição legal e regulamentares aplicáveis, a relação ou das cláusulas contratuais.

9.2 - O distrato ocorrerá:

Por iniciativa do CONTRATANTE, desde que haja comunicação a CONTRATADA, com antecedência mínima de 30 dias.

Por iniciativa do CONTRATADO, com comunicação por escrito, com 30 (trinta) dias de antecedência ao Departamento de Recursos Humanos.

CLÁUSULA DÉCIMA –DA VIGÊNCIA

O presente instrumento de contrato tem sua vigência conforme períododescrito abaixo:

INICIO	TÉRMINO
08/05/2016	**08/05/2018**

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os recursos financeiros necessários e suficientes a contratação constam na Lei Orçamentária Municipal, que correrão a conta das seguintes dotações do Orçamento – Programa.

UNIDADE	PROJETO ATIVIDADE	CÓDIGO REDUZIDO	ELEMENTO
05	**2023**	**151**	**3.1.90.04.00.00.00**

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO

As partes em comum acordo elegem o Foro da Comarca de Porto Alegre do Norte – MT para diminuir quaisquer dúvidas do presente instrumento de contrato.

E por estarem justas, e contratadas, as partes assinam o presente instrumento de contrato em 03 (três) vias de igual teor, para um só fim e efeito, na presença de 02 (duas) testemunhas que a tudo presenciaram.

Canabrava do Norte – MT, 08 de Maio de 2017.

_____

Prefeito Municipal

Contratante

_____

Contratado (a)

_____ _____

Testemunha Testemunha

SEC. DE ADMINISTRAÇÃO/ RH
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO

SERVIDOR MUNICIPAL Nº.120/2017

O MUNICÍPIO DE CANABRAVA DO NORTE – MT, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o n° **37.465.200/0001-20**, com sede a Praça Frederico de Souza Brito, S/N°, neste ato representado pelo digníssimo Prefeito Municipal o Sr. **JOÃO CLEITON ARAUJO DE MEDEIROS**, brasileiro, casado e portador do CPF n° 011.173.691.96 e da cédula de Identidade n° 156380-3 SSP/MT denominado **CONTRATANTE**, e do outro lado a Sra. identificada abaixo:

NOME	CTPS/SERIE/UF	CPF
CLEIMOM FERREIRA DE SOUZA	**83533/0029 - PA**	**708.247.892-53**
ENDEREÇO **RUA FAUSTINO FERREIRA DA SILVA-S/N – CENTRO-CANABRAVA DO NORTE-MT**		

Doravante denominada CONTRATADA, tem justo e contratada pelo presente instrumenta as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO SUPORTE LEGAL

O presente contrato de serviços temporários está embasado na Lei Municipal n°.698/2017 que dispõem da contratação temporária de pessoal, e o regimento a ser cumprido tanto do Contratado quanto da Contratante, dar-se à em disposto da Lei Municipal 252/2005.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

O objeto do presente Contrato de Prestação de Serviços Temporários ao Município, no exercício das atribuições descritas abaixo, conforme Lei Autorizativa 698/2017 e demais Normas regulamentares.

CARGO/FUNÇÃO
PROFESSOR LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REGIME DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

Os serviços ora contratados serão executados de forma pessoal, conforme as disposições das Leis Municipais vigentes, normas internas e regulamentos da secretaria abaixo identificada e demais disposições deste instrumento, segundo as necessidades da mesma.

SECRETARIA/DEPARTAMENTO
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO,ESPORTE, LAZER E CULTURA - SMEELC

CLÁUSULA QUARTA – LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

O local da prestação dos serviços será determinado pela autoridade superior hierárquica a que estiver subordinado o contratado, atendendo a conveniência oportunidade e interesse da mesma.

CLÁUSULA QUINTA – DA CARGA HORÁRIA

A carga horária preestabelecida no ato da contratação corresponderá a 30 horas semanais.

CLÁUSULA SEXTA – DA REMUNERAÇÃO

O valor da remuneração identificada abaixo é conforme instituído nos anexos das Leis Municipais vigentes e a carga horária estabelecida no ato da contratação.

2.586,16(DOIS MIL QUINHENTOS E OITENTA E SEIS REAIS E DEZESSEIS CENTAVOS)

CLÁUSULA SÉTIMA – DO PAGAMENTO

O pagamento da remuneração a qual se refere este contrato será efetuado até o quinto dia útil do mês subseqüente ao vencido.

CLÁUSULA OITAVA – DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

O CONTRATADO, obrigatoriamente está vinculado ao RGPS – Regime Geral da Previdência Social, para o qual contribuirá, sendo descontado em sua remuneração mensal bruta, o percentual devido, conforme a legislação vigente.

CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO E DISTRATO

9.1- O presente contratado poderá ser rescindido:

Quando cessarem os motivos que ensejam sua celebração.

Pelo descumprimento de disposição legal e regulamentares aplicáveis, a relação ou das cláusulas contratuais.

9.2 - O distrato ocorrerá:

Por iniciativa do CONTRATANTE, desde que haja comunicação a CONTRATADA, com antecedência mínima de 30 dias.

Por iniciativa do CONTRATADO, com comunicação por escrito, com 30 (trinta) dias de antecedência ao Departamento de Recursos Humanos.

CLÁUSULA DÉCIMA –DA VIGÊNCIA

O presente instrumento de contrato tem sua vigência conforme período descrito abaixo:

INICIO	TÉRMINO
08/05/2017	**08/05/2018**

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os recursos financeiros necessários e suficientes a contratação constam na Lei Orçamentária Municipal, que correrão a conta das seguintes dotações do Orçamento – Programa.

UNIDADE	PROJETO ATIVIDADE	CÓDIGO REDUZIDO	ELEMENTO
04	**2.013**	**069**	**3.1.90.04.00.00.00**

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO

As partes em comum acordo elegem o Foro da Comarca de Porto Alegre do Norte – MT para diminuir quaisquer dúvidas do presente instrumento de contrato.

E por estarem justas, e contratadas, as partes assinam o presente instrumento de contrato em 03 (três) vias de igual teor, para um só fim e efeito, na presença de 02 (duas) testemunhas que a tudo presenciaram.

Canabrava do Norte – MT, 08 de Maio de 2017.

_____

Prefeito Municipal

Contratante

_____

Contratado (a)

_____ _____

Testemunha Testemunha

SEC. DE ADMINISTRAÇÃO/ RH
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO

SERVIDOR MUNICIPAL Nº. 88/ 2017

O MUNICÍPIO DE CANABRAVA DO NORTE – MT, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o n° **37.465.200/0001-20**, com sede a Praça Frederico de Souza Brito, S/N°, neste ato representado pelo digníssimo Prefeito Municipal o Sr. **JOÃO CLEITON ARAUJO DE MEDEIROS**, brasileiro, casado e por-

tador do CPF n° 011.173.691.96 e da cédula de Identidade n° 156380-3 SSP/MT denominado **CONTRATANTE**, e do outro lado a Sra. identificada abaixo:

NOME	CTPS/SERIE/UF	CPF
HENISLENE PEREIRA BARROS	**24444/00021 - DF**	**003.686.591-51**
ENDEREÇO **AV.PEDRO FERREIRA LUZ S/N° - CENTRO – CANABRAVA DO NORTE- MT**		

Doravante denominada CONTRATADA, tem justo e contratado pelo presente instrumenta as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO SUPORTE LEGAL

O presente contrato de serviços temporários está embasado na Lei Complementar Municipal n°.698/2017 que dispõem da contratação temporária de pessoal, e o regimento a ser cumprido tanto do Contratado quanto da Contratante, dar-se à em disposto da Lei Municipal 252/2005.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

O objeto do presente Contrato de Prestação de Serviços Temporários ao Município, no exercício das atribuições descritas abaixo, conforme Lei Autorizativa 698/2017 e demais Normas regulamentares.

CARGO/FUNÇÃO
TECNICA EM ENFERMAGEM

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REGIME DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

Os serviços ora contratados serão executados de forma pessoal, conforme as disposições das Leis Municipais vigentes, normas internas e regulamentos da secretaria abaixo identificada e demais disposições deste instrumento, segundo as necessidades da mesma.

SECRETARIA/DEPARTAMENTO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE -SMS

CLÁUSULA QUARTA – LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

O local da prestação dos serviços será determinado pela autoridade superior hierárquica a que estiver subordinado o contratado, atendendo a conveniência oportunidade e interesse da mesma.

CLÁUSULA QUINTA – DA CARGA HORÁRIA

A carga horária preestabelecida no ato da contratação corresponderá a 40 horas semanais.

CLÁUSULA SEXTA – DA REMUNERAÇÃO

O valor da remuneração identificada abaixo é conforme instituídonos anexos das Leis Municipais vigentes e a carga horária estabelecida no ato da contratação.

1.200,79 [Hum Mil e Duzentos Reais e Setenta e Nove Centavos]

CLÁUSULA SÉTIMA – DO PAGAMENTO

O pagamento da remuneração a qual se refere este contrato será efetuado até o quinto dia útil do mês subseqüente ao vencido.

CLÁUSULA OITAVA – DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

ACONTRATADA, obrigatoriamente está vinculado ao RGPS – Regime Geral da Previdência Social, para o qual contribuirá, sendo descontado em sua remuneração mensal bruta, o percentual devido, conforme a legislação vigente.

CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO E DISTRATO

9.1- O presente contratado poderá ser rescindido:

Quando cessarem os motivos que ensejam sua celebração.

Pelo descumprimento de disposição legal e regulamentares aplicáveis, a relação ou das cláusulas contratuais.

9.2 - O distrato ocorrerá:

Por iniciativa do CONTRATANTE, desde que haja comunicação a CONTRATADA, com antecedência mínima de 30 dias.

Por iniciativa do CONTRATADO, com comunicação por escrito, com 30 (trinta) dias de antecedência ao Departamento de Recursos Humanos.

CLÁUSULA DÉCIMA –DA VIGÊNCIA

O presente instrumento de contrato tem sua vigência conforme período descrito abaixo:

INICIO	TÉRMINO
08/05/2016	**08/05/2018**

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os recursos financeiros necessários e suficientes a contratação constam na Lei Orçamentária Municipal, que correrão a conta das seguintes dotações do Orçamento – Programa.

UNIDADE	PROJETO ATIVIDADE	CÓDIGO REDUZIDO	ELEMENTO
05	**2023**	**151**	**3.1.90.04.00.00.00**

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO

As partes em comum acordo elegem o Foro da Comarca de Porto Alegre do Norte – MT para diminuir quaisquer dúvidas do presente instrumento de contrato.

E por estarem justas, e contratadas, as partes assinam o presente instrumento de contrato em 03 (três) vias de igual teor, para um só fim e efeito, na presença de 02 (duas) testemunhas que a tudo presenciaram.

Canabrava do Norte – MT, 08 de Maio de 2017.

_____

Prefeito Municipal

Contratante

_____

Contratado (a)

_____ _____

Testemunha Testemunha

SEC. DE ADMINISTRAÇÃO/ RH
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO

SERVIDOR MUNICIPAL Nº.123/2017

O MUNICÍPIO DE CANABRAVA DO NORTE – MT, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o n° **37.465.200/0001-20**, com sede a Praça Frederico de Souza Brito, S/N°, neste ato representado pelo digníssimo Prefeito Municipal o Sr. **JOÃO CLEITON ARAUJO DE MEDEIROS**, brasileiro, casado e portador do CPF n° 011.173.691.96 e da cédula de Identidade n° 156380-3 SSP/MT denominado **CONTRATANTE**, e do outro lado o Sr. identificado abaixo:

NOME	CTPS/SERIE/UF	CPF
HERMES FERREIRA DE PAULA	**7770018/0030 - GO**	**574.911.511-91**
ENDEREÇO **RUA Dr.SEBASTIÃO JUNIOR-S/N – CENTRO-CANABRAVA DO NORTE-MT**		

Doravante denominado CONTRATADO, tem justo e contratado pelo presente instrumento as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO SUPORTE LEGAL

O presente contrato de serviços temporários está embasado na Lei Municipal n°.698/2017 que dispõem da contratação temporária de pessoal, e o regimento a ser cumprido tanto do Contratado quanto da Contratante, dar-se à em disposto da Lei Municipal 252/2005.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

O objeto do presente Contrato de Prestação de Serviços Temporários ao Município, no exercício das atribuições descritas abaixo, conforme Lei Autorizativa 698/2017 e demais Normas regulamentares.

CARGO/FUNÇÃO
MOTORISTA DE VEICULOS LEVES

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REGIME DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

Os serviços ora contratados serão executados de forma pessoal, conforme as disposições das Leis Municipais vigentes, normas internas e regulamentos da secretaria abaixo identificada e demais disposições deste instrumento, segundo as necessidades da mesma.

SECRETARIA/DEPARTAMENTO
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO,ESPORTE, LAZER E CULTURA - SMEELC

CLÁUSULA QUARTA – LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

O local da prestação dos serviços será determinado pela autoridade superior hierárquica a que estiver subordinado o contratado, atendendo a conveniência oportunidade e interesse da mesma.

CLÁUSULA QUINTA – DA CARGA HORÁRIA

A carga horária preestabelecida no ato da contratação corresponderá a 40 horas semanais.

CLÁUSULA SEXTA – DA REMUNERAÇÃO

O valor da remuneração identificada abaixo é conforme instituído nos anexos das Leis Municipais vigentes e a carga horária estabelecida no ato da contratação.

1.165,95 (HUM MIL CENTO E SESSENTA E CINCO REAIS E NOVENTA E CINCO CENTAVOS)

CLÁUSULA SÉTIMA – DO PAGAMENTO

O pagamento da remuneração a qual se refere este contrato será efetuado até o quinto dia útil do mês subseqüente ao vencido.

CLÁUSULA OITAVA – DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

O CONTRATADO, obrigatoriamente está vinculado ao RGPS – Regime Geral da Previdência Social, para o qual contribuirá, sendo descontado em sua remuneração mensal bruta, o percentual devido, conforme a legislação vigente.

CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO E DISTRATO

9.1- O presente contratado poderá ser rescindido:

Quando cessarem os motivos que ensejam sua celebração.

Pelo descumprimento de disposição legal e regulamentares aplicáveis, a relação ou das cláusulas contratuais.

9.2 - O distrato ocorrerá:

Por iniciativa do CONTRATANTE, desde que haja comunicação a CONTRATADA, com antecedência mínima de 30 dias.

Por iniciativa do CONTRATADO, com comunicação por escrito, com 30 (trinta) dias de antecedência ao Departamento de Recursos Humanos.

CLÁUSULA DÉCIMA –DA VIGÊNCIA

O presente instrumento de contrato tem sua vigência conforme período descrito abaixo:

INICIO	TÉRMINO
08/05/2017	**08/05/2018**

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os recursos financeiros necessários e suficientes a contratação constam na Lei Orçamentária Municipal, que correrão a conta das seguintes dotações do Orçamento – Programa.

UNIDADE	PROJETO ATIVIDADE	CÓDIGO REDUZIDO	ELEMENTO
04	**2.013**	**069**	**3.1.90.04.00.00.00**

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO

As partes em comum acordo elegem o Foro da Comarca de Porto Alegre do Norte – MT para diminuir quaisquer dúvidas do presente instrumento de contrato.

E por estarem justas, e contratadas, as partes assinam o presente instrumento de contrato em 03 (três) vias de igual teor, para um só fim e efeito, na presença de 02 (duas) testemunhas que a tudo presenciaram.

Canabrava do Norte – MT, 08 de Maio de 2017.

_____

Prefeito Municipal

Contratante

_____

Contratado (a)

_____ _____

Testemunha Testemunha

SEC. DE ADMINISTRAÇÃO/ RH
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO

SERVIDOR MUNICIPAL Nº.116/ 2017

O MUNICÍPIO DE CANABRAVA DO NORTE – MT, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o n° **37.465.200/0001-20**, com sede a Praça Frederico de Souza Brito, S/N°, neste ato representado pelo digníssimo Prefeito Municipal o Sr. **JOÃO CLEITON ARAUJO DE MEDEIROS**, brasileiro, casado e portador do CPF n° 011.173.691.96 e da cédula de Identidade n° 156380-3 SSP/MT denominado **CONTRATANTE**, e do outro lado a Sra. identificada abaixo:

NOME	CTPS/SERIE/UF	CPF
DALVA GOMES DA LUZ MARINHO	**51696/0015 - MT**	**000.083.291-09**
ENDEREÇO		
RUA CASSIMIRO DUARTE-S/N – CENTRO-CANABRAVA DO NORTE-MT		

Doravante denominada CONTRATADA, tem justo e contratada pelo presente instrumento as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO SUPORTE LEGAL

O presente contrato de serviços temporários está embasado na Lei Municipal n°.698/2017 que dispõem da contratação temporária de pessoal, e o regimento a ser cumprido tanto do Contratado quanto da Contratante, dar-se à em disposto da Lei Municipal 252/2005.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

O objeto do presente Contrato de Prestação de Serviços Temporários ao Município, no exercício das atribuições descritas abaixo, conforme Lei Autorizativa 698/2017 e demais Normas regulamentares.

CARGO/FUNÇÃO
PROFESSOR LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REGIME DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

Os serviços ora contratados serão executados de forma pessoal, conforme as disposições das Leis Municipais vigentes, normas internas e regulamentos da secretaria abaixo identificada e demais disposições deste instrumento, segundo as necessidades da mesma.

SECRETARIA/DEPARTAMENTO
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO,ESPORTE, LAZER E CULTURA - SMEELC

CLÁUSULA QUARTA – LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

O local da prestação dos serviços será determinado pela autoridade superior hierárquica a que estiver subordinado o contratado, atendendo a conveniência oportunidade e interesse da mesma.

CLÁUSULA QUINTA – DA CARGA HORÁRIA

A carga horária preestabelecida no ato da contratação corresponderá a 30 horas semanais.

CLÁUSULA SEXTA – DA REMUNERAÇÃO

O valor da remuneração identificada abaixo é conforme instituído nos anexos das Leis Municipais vigentes e a carga horária estabelecida no ato da contratação.

2.586,16(DOIS MIL QUINHENTOS E OITENTA E SEIS REAIS E DEZESSEIS CENTAVOS)

CLÁUSULA SÉTIMA – DO PAGAMENTO

O pagamento da remuneração a qual se refere este contrato será efetuado até o quinto dia útil do mês subseqüente ao vencido.

CLÁUSULA OITAVA – DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

O CONTRATADO, obrigatoriamente está vinculado ao RGPS – Regime Geral da Previdência Social, para o qual contribuirá, sendo descontado em sua remuneração mensal bruta, o percentual devido, conforme a legislação vigente.

CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO E DISTRATO

9.1- O presente contratado poderá ser rescindido:

Quando cessarem os motivos que ensejam sua celebração.

Pelo descumprimento de disposição legal e regulamentares aplicáveis, a relação ou das cláusulas contratuais.

9.2 - O distrato ocorrerá:

Por iniciativa do CONTRATANTE, desde que haja comunicação a CONTRATADA, com antecedência mínima de 30 dias.

Por iniciativa do CONTRATADO, com comunicação por escrito, com 30 (trinta) dias de antecedência ao Departamento de Recursos Humanos.

CLÁUSULA DÉCIMA –DA VIGÊNCIA

O presente instrumento de contrato tem sua vigência conforme período descrito abaixo:

INICIO	TÉRMINO
08/05/2017	**08/05/2018**

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os recursos financeiros necessários e suficientes a contratação constam na Lei Orçamentária Municipal, que correrão a conta das seguintes dotações do Orçamento – Programa.

UNIDADE	PROJETO ATIVIDADE	CÓDIGO REDUZIDO	ELEMENTO
04	**2.013**	**069**	**3.1.90.04.00.00.00**

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO

As partes em comum acordo elegem o Foro da Comarca de Porto Alegre do Norte – MT para diminuir quaisquer dúvidas do presente instrumento de contrato.

E por estarem justas, e contratadas, as partes assinam o presente instrumento de contrato em 03 (três) vias de igual teor, para um só fim e efeito, na presença de 02 (duas) testemunhas que a tudo presenciaram.

Canabrava do Norte – MT, 08 de Maio de 2017.

_____

Prefeito Municipal

Contratante

_____

Contratado (a)

_____ _____

Testemunha Testemunha

SEC. DE ADMINISTRAÇÃO/ RH
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO

SERVIDOR MUNICIPAL Nº 107/ 2017

O MUNICÍPIO DE CANABRAVA DO NORTE – MT, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o n° **37.465.200/0001-20**, com sede a Praça Frederico de Souza Brito, S/N°, neste ato representado pelo digníssimo Prefeito Municipal o Sr. **JOÃO CLEITON ARAUJO DE MEDEIROS**, brasileiro, casado e portador do CPF n° 011.173.691.96 e da cédula de Identidade n° 156380-3 SSP/MT denominado **CONTRATANTE**, e do outro lado o Sr. identificado abaixo:

NOME	CTPS/SERIE/UF	CPF
ISRAEL GOMES DA LUZ	**27451/0011 - MT**	**956.840.771-53**
ENDEREÇO **AV.ULISSES GUIMARAES-S/N – CENTRO-CANABRAVA DO NORTE-MT**		

Doravante denominada CONTRATADO, tem justo e contratado pelo presente instrumento as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO SUPORTE LEGAL

O presente contrato de serviços temporários está embasado na Lei Complementar Municipal n°.698/2017 que dispõem da contratação temporária de pessoal, e o regimento a ser cumprido tanto do Contratado quanto da Contratante, dar-se à em disposto da Lei Municipal 252/2005.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

O objeto do presente Contrato de Prestação de Serviços Temporários ao Município, no exercício das atribuições descritas abaixo, conforme Lei Autorizativa 698/2017 e demais Normas regulamentares.

CARGO/FUNÇÃO
PROFESSOR LICENCIATURA PLENA EM CIENCIAS NATURAIS E MATEMATICA

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REGIME DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

Os serviços ora contratados serão executados de forma pessoal, conforme as disposições das Leis Municipais vigentes, normas internas e regulamentos da secretaria abaixo identificada e demais disposições deste instrumento, segundo as necessidades da mesma.

SECRETARIA/DEPARTAMENTO
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO,ESPORTE, LAZER E CULTURA - SMEELC

CLÁUSULA QUARTA – LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

O local da prestação dos serviços será determinado pela autoridade superior hierárquica a que estiver subordinado o contratado, atendendo a conveniência oportunidade e interesse da mesma.

CLÁUSULA QUINTA – DA CARGA HORÁRIA

A carga horária preestabelecida no ato da contratação corresponderá a 20 horas semanais.

CLÁUSULA SEXTA – DA REMUNERAÇÃO

O valor da remuneração identificada abaixo é conforme instituído nos anexos das Leis Municipais vigentes e a carga horária estabelecida no ato da contratação.

1.724,10(HUM MIL SETECENTOS E VINTE E QUATRO REAIS E DEZ CENTAVOS)

CLÁUSULA SÉTIMA – DO PAGAMENTO

O pagamento da remuneração a qual se refere este contrato será efetuado até o quinto dia útil do mês subseqüente ao vencido.

CLÁUSULA OITAVA – DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

O CONTRATADO, obrigatoriamente está vinculado ao RGPS – Regime Geral da Previdência Social, para o qual contribuirá, sendo descontado em sua remuneração mensal bruta, o percentual devido, conforme a legislação vigente.

CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO E DISTRATO

9.1- O presente contratado poderá ser rescindido:

Quando cessarem os motivos que ensejam sua celebração.

Pelo descumprimento de disposição legal e regulamentares aplicáveis, a relação ou das cláusulas contratuais.

9.2 - O distrato ocorrerá:

Por iniciativa do CONTRATANTE, desde que haja comunicação a CONTRATADA, com antecedência mínima de 30 dias.

Por iniciativa do CONTRATADO, com comunicação por escrito, com 30 (trinta) dias de antecedência ao Departamento de Recursos Humanos.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA VIGÊNCIA

O presente instrumento de contrato tem sua vigência conforme período descrito abaixo:

INICIO	TÉRMINO
08/05/2017	**08/05/2018**

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os recursos financeiros necessários e suficientes a contratação constam na Lei Orçamentária Municipal, que correrão a conta das seguintes dotações do Orçamento – Programa.

UNIDADE	PROJETO ATIVIDADE	CÓDIGO REDUZIDO	ELEMENTO
04	**2.013**	**069**	**3.1.90.04.00.00.00**

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO

As partes em comum acordo elegem o Foro da Comarca de Porto Alegre do Norte – MT para diminuir quaisquer dúvidas do presente instrumento de contrato.

E por estarem justas, e contratadas, as partes assinam o presente instrumento de contrato em 03 (três) vias de igual teor, para um só fim e efeito, na presença de 02 (duas) testemunhas que a tudo presenciaram.

Canabrava do Norte – MT, 08 de Maio de 2017.

_____

Prefeito Municipal

Contratante

_____

Contratado (a)

_____ _____

Testemunha Testemunha

SEC. DE ADMINISTRAÇÃO/ RH
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO

SERVIDOR MUNICIPAL Nº.112/ 2017

O MUNICÍPIO DE CANABRAVA DO NORTE – MT, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o n° **37.465.200/0001-20**, com sede a Praça Frederico de Souza Brito, S/N°, neste ato representado pelo digníssimo Prefeito Municipal o Sr. **JOÃO CLEITON ARAUJO DE MEDEIROS**, brasileiro, casado, portador do CPF n° 011.173.691.96 e da cédula de Identidade n° 156380-3 SSP/MT denominado **CONTRATANTE**, e do outro lado a Sra. identificada abaixo:

NOME	CTPS/SERIE/UF	CPF:
DEIZINERE DA VEIGA FERREIRA	**15215/0025 - MT**	045.532.241-43
ENDEREÇO **AV. ULISSES GUIMARAES-S/N – CENTRO-CANABRAVA DO NORTE-MT**		

Doravante denominada CONTRATADA, tem justo e contratada pelo presente instrumento as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO SUPORTE LEGAL

O presente contrato de serviços temporários está embasado na Lei Municipal n°.698/2017 que dispõem da contratação temporária de pessoal, e o regimento a ser cumprido tanto do Contratado quanto da Contratante, dar-se à em disposto da Lei Municipal 252/2005.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

O objeto do presente Contrato de Prestação de Serviços Temporários ao Município, no exercício das atribuições descritas abaixo, conforme Lei Autorizativa 698/2017 e demais Normas regulamentares.

CARGO/FUNÇÃO
MONITORA DE ALUNOS ESPECIAIS

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REGIME DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

Os serviços ora contratados serão executados de forma pessoal, conforme as disposições das Leis Municipais vigentes, normas internas e regulamentos da secretaria abaixo identificada e demais disposições deste instrumento, segundo as necessidades da mesma.

SECRETARIA/DEPARTAMENTO
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO,ESPORTE, LAZER E CULTURA - SMEELC

CLÁUSULA QUARTA – LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

O local da prestação dos serviços será determinado pela autoridade superior hierárquica a que estiver subordinado o contratado, atendendo a conveniência oportunidade e interesse da mesma.

CLÁUSULA QUINTA – DA CARGA HORÁRIA

A carga horária preestabelecida no ato da contratação corresponderá a 20 horas semanais.

CLÁUSULA SEXTA – DA REMUNERAÇÃO

O valor da remuneração identificada abaixo é conforme instituído nos anexos das Leis Municipais vigentes e a carga horária estabelecida no ato da contratação.

937,00(NOVECENTOS E TRINTA E SETE REAIS)

CLÁUSULA SÉTIMA – DO PAGAMENTO

O pagamento da remuneração a qual se refere este contrato será efetuado até o quinto dia útil do mês subseqüente ao vencido.

CLÁUSULA OITAVA – DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

O CONTRATADO, obrigatoriamente está vinculado ao RGPS – Regime Geral da Previdência Social, para o qual contribuirá, sendo descontado em sua remuneração mensal bruta, o percentual devido, conforme a legislação vigente.

CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO E DISTRATO

9.1- O presente contratado poderá ser rescindido:

Quando cessarem os motivos que ensejam sua celebração.

Pelo descumprimento de disposição legal e regulamentares aplicáveis, a relação ou das cláusulas contratuais.

9.2 - O distrato ocorrerá:

Por iniciativa do CONTRATANTE, desde que haja comunicação a CONTRATADA, com antecedência mínima de 30 dias.

Por iniciativa do CONTRATADO, com comunicação por escrito, com 30 (trinta) dias de antecedência ao Departamento de Recursos Humanos.

CLÁUSULA DÉCIMA –DA VIGÊNCIA

O presente instrumento de contrato tem sua vigência conforme período descrito abaixo:

INICIO	TÉRMINO
08/05/2017	**08/05/2018**

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os recursos financeiros necessários e suficientes a contratação constam na Lei Orçamentária Municipal, que correrão a conta das seguintes dotações do Orçamento – Programa.

UNIDADE	PROJETO ATIVIDADE	CÓDIGO REDUZIDO	ELEMENTO
04	**2.013**	**069**	**3.1.90.04.00.00.00**

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO

As partes em comum acordo elegem o Foro da Comarca de Porto Alegre do Norte – MT para diminuir quaisquer dúvidas do presente instrumento de contrato.

E por estarem justas, e contratadas, as partes assinam o presente instrumento de contrato em 03 (três) vias de igual teor, para um só fim e efeito, na presença de 02 (duas) testemunhas que a tudo presenciaram.

Canabrava do Norte – MT, 08 de Maio de 2017.

_____

Prefeito Municipal

Contratante

_____

Contratado (a)

_____ _____

Testemunha Testemunha

SEC. DE ADMINISTRAÇÃO/ RH
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO

SERVIDOR MUNICIPAL Nº.85/ 2017

O MUNICÍPIO DE CANABRAVA DO NORTE – MT, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o n° **37.465.200/0001-20**, com sede a Praça Frederico de Souza Brito, S/N°, neste ato representado pelo digníssimo Prefeito Municipal o Sr. **JOÃO CLEITON ARAUJO DE MEDEIROS**, brasileiro, casado e portador do CPF n° 011.173.691.96e da cédula de Identidade n° 156380-3 SSP/MT denominado **CONTRATANTE**, e do outro lado a Sra. identificada abaixo:

NOME	CTPS/SERIE/UF	CPF
YANKA SILVA CABRAL	**15795/00022 - GO**	**058.950.421-55**
ENDEREÇO **RUA FAUSTINO FERREIRA DA SILVA S/N-CENTRO – CANABRAVA DO NORTE- MT**		

Doravante denominado CONTRATADA, tem justo e contratado pelo presente instrumenta as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO SUPORTE LEGAL

O presente contrato de serviços temporários está embasado na Lei Complementar Municipal n°.698/2017 que dispõem da contratação temporária de pessoal, e o regimento a ser cumprido tanto do Contratado quanto da Contratante, dar-se à em disposto da Lei Municipal 252/2005.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

O objeto do presente Contrato de Prestação de Serviços Temporários ao Município, no exercício das atribuições descritas abaixo, conforme Lei Autorizativa 698/2017 e demais Normas regulamentares.

CARGO/FUNÇÃO
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REGIME DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

Os serviços ora contratados serão executados de forma pessoal, conforme as disposições das Leis Municipais vigentes, normas internas e regulamentos da secretaria abaixo identificada e demais disposições deste instrumento, segundo as necessidades da mesma.

SECRETARIA/DEPARTAMENTO
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, SERVIÇOS PUBLICOS E URBANOS - SINSPU

CLÁUSULA QUARTA – LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

O local da prestação dos serviços será determinado pela autoridade superior hierárquica a que estiver subordinado o contratado, atendendo a conveniência oportunidade e interesse da mesma.

CLÁUSULA QUINTA – DA CARGA HORÁRIA

A carga horária preestabelecida no ato da contratação corresponderá a 40 horas semanais.

CLÁUSULA SEXTA – DA REMUNERAÇÃO

O valor da remuneração identificada abaixo é conforme instituídonos anexos das Leis Municipais vigentes e a carga horária estabelecida no ato da contratação.

937,00 [Novecentos e Trinta e Sete Reais]

CLÁUSULA SÉTIMA – DO PAGAMENTO

O pagamento da remuneração a qual se refere este contrato será efetuado até o quinto dia útil do mês subsequente ao vencido.

CLÁUSULA OITAVA – DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

OCONTRATADO, obrigatoriamente está vinculado ao RGPS – Regime Geral da Previdência Social, para o qual contribuirá, sendo descontado em sua remuneração mensal bruta, o percentual devido, conforme a legislação vigente.

CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO E DISTRATO

9.1- O presente contratado poderá ser rescindido:

Quando cessarem os motivos que ensejam sua celebração.

Pelo descumprimento de disposição legal e regulamentares aplicáveis, a relação ou das cláusulas contratuais.

9.2 - O distrato ocorrerá:

Por iniciativa do CONTRATANTE, desde que haja comunicação ao CONTRATADO, com antecedência mínima de 30 dias.

Por iniciativa do CONTRATADO, com comunicação por escrito, com 30 (trinta) dias de antecedência ao Departamento de Recursos Humanos.

CLÁUSULA DÉCIMA –DA VIGÊNCIA

O presente instrumento de contrato tem sua vigência conforme período descrito abaixo:

INICIO	TÉRMINO
10/05/2016	**10/05/2018**

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os recursos financeiros necessários e suficientes a contratação constam na Lei Orçamentária Municipal, que correrão a conta das seguintes dotações do Orçamento – Programa.

UNIDADE	PROJETO ATIVIDADE	CÓDIGO REDUZIDO	ELEMENTO
07	**2.081**	**259**	**3.1.90.04.00.00.00**

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO

As partes em comum acordo elegem o Foro da Comarca de Porto Alegre do Norte – MT para diminuir quaisquer dúvidas do presente instrumento de contrato.

E por estarem justas, e contratadas, as partes assinam o presente instrumento de contrato em 03 (três) vias de igual teor, para um só fim e efeito, na presença de 02 (duas) testemunhas que a tudo presenciaram.

Canabrava do Norte – MT, 10 de Maio de 2017.

_____

Prefeito Municipal

Contratante

_____

Contratado (a)

_____ _____

Testemunha Testemunha

SEC. DE ADMINISTRAÇÃO/ RH
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO

SERVIDOR MUNICIPAL Nº 103/ 2017

O MUNICÍPIO DE CANABRAVA DO NORTE – MT, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o n° **37.465.200/0001-20**, com sede a Praça Frederico de Souza Brito, S/N°, neste ato representado pelo digníssimo Prefeito Municipal o Sr. **JOÃO CLEITON ARAUJO DE MEDEIROS**, brasileiro, casado e portador do CPF n° 011.173.691.96 e da cédula de Identidade n° 156380-3 SSP/MT denominado **CONTRATANTE**, e do outro lado o Sr. identificado abaixo:

NOME	CTPS/SERIE/UF	CPF
IURI FERREIRA PERES	**59113/0020 - MT**	**064.525.801-67**
ENDEREÇO **RUA Dr.SEBASTIÃO JUNIOR-S/N – CENTRO-CANABRAVA DO NORTE-MT**		

Doravante denominado CONTRATADO, tem justo e contratado pelo presente instrumento as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO SUPORTE LEGAL

O presente contrato de serviços temporários está embasado na Lei Municipal n°.698/2017 que dispõem da contratação temporária de pessoal, e o regimento a ser cumprido tanto do Contratado quanto da Contratante, dar-se à em disposto da Lei Municipal 252/2005.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

O objeto do presente Contrato de Prestação de Serviços Temporários ao Município, no exercício das atribuições descritas abaixo, conforme Lei Autorizativa 698/2017 e demais Normas regulamentares.

CARGO/FUNÇÃO
OFFICE BOY

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REGIME DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

Os serviços ora contratados serão executados de forma pessoal, conforme as disposições das Leis Municipais vigentes, normas internas e regulamentos da secretaria abaixo identificada e demais disposições deste instrumento, segundo as necessidades da mesma.

SECRETARIA/DEPARTAMENTO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SAD

CLÁUSULA QUARTA – LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

O local da prestação dos serviços será determinado pela autoridade superior hierárquica a que estiver subordinado o contratado, atendendo a conveniência oportunidade e interesse da mesma.

CLÁUSULA QUINTA – DA CARGA HORÁRIA

A carga horária preestabelecida no ato da contratação corresponderá a 40 horas semanais.

CLÁUSULA SEXTA – DA REMUNERAÇÃO

O valor da remuneração identificada abaixo é conforme instituído nos anexos das Leis Municipais vigentes e a carga horária estabelecida no ato da contratação.

998,26 (NOVECENTOS E NOVENTA E OITO REAIS E VINTE E SEIS CENTAVOS)

CLÁUSULA SÉTIMA – DO PAGAMENTO

O pagamento da remuneração a qual se refere este contrato será efetuado até o quinto dia útil do mês subseqüente ao vencido.

CLÁUSULA OITAVA – DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

O CONTRATADO, obrigatoriamente está vinculado ao RGPS – Regime Geral da Previdência Social, para o qual contribuirá, sendo descontado em sua remuneração mensal bruta, o percentual devido, conforme a legislação vigente.

CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO E DISTRATO

9.1- O presente contratado poderá ser rescindido:

Quando cessarem os motivos que ensejam sua celebração.

Pelo descumprimento de disposição legal e regulamentares aplicáveis, a relação ou das cláusulas contratuais.

9.2 - O distrato ocorrerá:

Por iniciativa do CONTRATANTE, desde que haja comunicação a CONTRATADA, com antecedência mínima de 30 dias.

Por iniciativa do CONTRATADO, com comunicação por escrito, com 30 (trinta) dias de antecedência ao Departamento de Recursos Humanos.

CLÁUSULA DÉCIMA –DA VIGÊNCIA

O presente instrumento de contrato tem sua vigência conforme período descrito abaixo:

INICIO	TÉRMINO
08/05/2017	**08/05/2018**

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os recursos financeiros necessários e suficientes a contratação constam na Lei Orçamentária Municipal, que correrão a conta das seguintes dotações do Orçamento – Programa.

UNIDADE	PROJETO ATIVIDADE	CÓDIGO REDUZIDO	ELEMENTO
03	**2.006**	**39**	**3.1.90.04.00.00.00**

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO

As partes em comum acordo elegem o Foro da Comarca de Porto Alegre do Norte – MT para diminuir quaisquer dúvidas do presente instrumento de contrato.

E por estarem justas, e contratadas, as partes assinam o presente instrumento de contrato em 03 (três) vias de igual teor, para um só fim e efeito, na presença de 02 (duas) testemunhas que a tudo presenciaram.

Canabrava do Norte – MT, 08 de Maio de 2017.

_____

Prefeito Municipal

Contratante

_____

Contratado (a)

_____ _____

Testemunha Testemunha

SEC. DE ADMINISTRAÇÃO/ RH
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO

SERVIDOR MUNICIPAL Nº 91/ 2017

O MUNICÍPIO DE CANABRAVA DO NORTE – MT, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o n° **37.465.200/0001-20**, com sede a Praça Frederico de Souza Brito, S/N°, neste ato representado pelo digníssimo Prefeito Municipal o Sr. **JOÃO CLEITON ARAUJO DE MEDEIROS**, brasileiro, casado e portador do CPF n° 011.173.691.96 e da cédula de Identidade n° 156380-3 SSP/MT denominado **CONTRATANTE**, e do outro lado a Sr. identificada abaixo:

NOME	CTPS/SERIE/UF	CPF
VALDINEIA DA SILVA CARVALHO	**08298/00016 - MT**	**722.429.901-44**
ENDEREÇO **AV.ULISSES GUIMARÂES S/N° - CENTRO – CANABRAVA DO NORTE- MT**		

Doravante denominada CONTRATADA, tem justo e contratado pelo presente instrumenta as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO SUPORTE LEGAL

O presente contrato de serviços temporários está embasado na Lei Complementar Municipal n°.698/2017 que dispõem da contratação temporária de pessoal, e o regimento a ser cumprido tanto do Contratado quanto da Contratante, dar-se à em disposto da Lei Municipal 252/2005.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

O objeto do presente Contrato de Prestação de Serviços Temporários ao Município, no exercício das atribuições descritas abaixo, conforme Lei Autorizativa 698/2017 e demais Normas regulamentares.

CARGO/FUNÇÃO
TECNICA EM ENFERMAGEM

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REGIME DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

Os serviços ora contratados serão executados de forma pessoal, conforme as disposições das Leis Municipais vigentes, normas internas e regulamentos da secretaria abaixo identificada e demais disposições deste instrumento, segundo as necessidades da mesma.

SECRETARIA/DEPARTAMENTO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE -SMS

CLÁUSULA QUARTA – LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

O local da prestação dos serviços será determinado pela autoridade superior hierárquica a que estiver subordinado o contratado, atendendo a conveniência oportunidade e interesse da mesma.

CLÁUSULA QUINTA – DA CARGA HORÁRIA

A carga horária preestabelecida no ato da contratação corresponderá a 40 horas semanais.

CLÁUSULA SEXTA – DA REMUNERAÇÃO

O valor da remuneração identificada abaixo é conforme instituído nos anexos das Leis Municipais vigentes e a carga horária estabelecida no ato da contratação.

1.200,79 [Hum Mil e Duzentos Reais e Setenta e Nove Centavos]

CLÁUSULA SÉTIMA – DO PAGAMENTO

O pagamento da remuneração a qual se refere este contrato será efetuado até o quinto dia útil do mês subseqüente ao vencido.

CLÁUSULA OITAVA – DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

ACONTRATADA, obrigatoriamente está vinculado ao RGPS – Regime Geral da Previdência Social, para o qual contribuirá, sendo descontado em sua remuneração mensal bruta, o percentual devido, conforme a legislação vigente.

CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO E DISTRATO

9.1- O presente contratado poderá ser rescindido:

Quando cessarem os motivos que ensejam sua celebração.

Pelo descumprimento de disposição legal e regulamentares aplicáveis, a relação ou das cláusulas contratuais.

9.2 - O distrato ocorrerá:

Por iniciativa do CONTRATANTE, desde que haja comunicação a CONTRATADA, com antecedência mínima de 30 dias.

Por iniciativa do CONTRATADO, com comunicação por escrito, com 30 (trinta) dias de antecedência ao Departamento de Recursos Humanos.

CLÁUSULA DÉCIMA –DA VIGÊNCIA

O presente instrumento de contrato tem sua vigência conforme períododescrito abaixo:

INICIO	TÉRMINO
08/05/2016	**08/05/2018**

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os recursos financeiros necessários e suficientes a contratação constam na Lei Orçamentária Municipal, que correrão a conta das seguintes dotações do Orçamento – Programa.

UNIDADE	PROJETO ATIVIDADE	CÓDIGO REDUZIDO	ELEMENTO
05	**2023**	**151**	**3.1.90.04.00.00.00**

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO

As partes em comum acordo elegem o Foro da Comarca de Porto Alegre do Norte – MT para diminuir quaisquer dúvidas do presente instrumento de contrato.

E por estarem justas, e contratadas, as partes assinam o presente instrumento de contrato em 03 (três) vias de igual teor, para um só fim e efeito, na presença de 02 (duas) testemunhas que a tudo presenciaram.

Canabrava do Norte – MT, 08 de Maio de 2017.

_____

Prefeito Municipal

Contratante

_____

Contratado (a)

_____ _____

Testemunha Testemunha

SEC. DE ADMINISTRAÇÃO/ RH
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO

SERVIDOR MUNICIPAL Nº 99/ 2017

O MUNICÍPIO DE CANABRAVA DO NORTE – MT, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o n° **37.465.200/0001-20**, com sede a Praça Frederico de Souza Brito, S/N°, neste ato representado pelo digníssimo Prefeito Municipal o Sr. **JOÃO CLEITON ARAUJO DE MEDEIROS**, brasileiro, casado e portador do CPF n° 011.173.691.96 e da cédula de Identidade n° 156380-3 SSP/MT denominado **CONTRATANTE**, e do outro lado o Sr. identificado abaixo:

NOME	CTPS/SERIE/UF	CPF
UMBERTO GONÇALVES BORGES	**15371/0004 - GO**	**555.295.771.72**
ENDEREÇO **DISTRITO DE PRIMAVERA DO FONTOURA-CANABRAVA DO NORTE-MT**		

Doravante denominado CONTRATADO, tem justo e contratado pelo presente instrumento as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO SUPORTE LEGAL

O presente contrato de serviços temporários está embasado na Lei Complementar Municipal n°.698/2017 que dispõem da contratação temporária de pessoal, e o regimento a ser cumprido tanto do Contratado quanto da Contratante, dar-se à em disposto da Lei Municipal 252/2005.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

O objeto do presente Contrato de Prestação de Serviços Temporários ao Município, no exercício das atribuições descritas abaixo, conforme Lei Autorizativa 698/2017 e demais Normas regulamentares.

CARGO/FUNÇÃO
MOTORISTA DE AMBULANCIA-PRIMAVERA DO FONTOURA

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REGIME DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

Os serviços ora contratados serão executados de forma pessoal, conforme as disposições das Leis Municipais vigentes, normas internas e regulamentos da secretaria abaixo identificada e demais disposições deste instrumento, segundo as necessidades da mesma.

SECRETARIA/DEPARTAMENTO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE -SMS

CLÁUSULA QUARTA – LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

O local da prestação dos serviços será determinado pela autoridade superior hierárquica a que estiver subordinado o contratado, atendendo a conveniência oportunidade e interesse da mesma.

CLÁUSULA QUINTA – DA CARGA HORÁRIA

A carga horária preestabelecida no ato da contratação corresponderá a 40 horas semanais.

CLÁUSULA SEXTA – DA REMUNERAÇÃO

O valor da remuneração identificada abaixo é conforme instituído nos anexos das Leis Municipais vigentes e a carga horária estabelecida no ato da contratação.

1.174,50 [Hum Mil Cento e Setenta e Quatro Reais e Cinqüenta Centavos]

CLÁUSULA SÉTIMA – DO PAGAMENTO

O pagamento da remuneração a qual se refere este contrato será efetuado até o quinto dia útil do mês subseqüente ao vencido.

CLÁUSULA OITAVA – DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

O CONTRATADO, obrigatoriamente está vinculado ao RGPS – Regime Geral da Previdência Social, para o qual contribuirá, sendo descontado em sua remuneração mensal bruta, o percentual devido, conforme a legislação vigente.

CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO E DISTRATO

9.1- O presente contratado poderá ser rescindido:

Quando cessarem os motivos que ensejam sua celebração.

Pelo descumprimento de disposição legal e regulamentares aplicáveis, a relação ou das cláusulas contratuais.

9.2 - O distrato ocorrerá:

Por iniciativa do CONTRATANTE, desde que haja comunicação a CONTRATADA, com antecedência mínima de 30 dias.

Por iniciativa do CONTRATADO, com comunicação por escrito, com 30 (trinta) dias de antecedência ao Departamento de Recursos Humanos.

CLÁUSULA DÉCIMA –DA VIGÊNCIA

O presente instrumento de contrato tem sua vigência conforme período descrito abaixo:

INICIO	TÉRMINO
08/05/2016	**08/05/2018**

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os recursos financeiros necessários e suficientes a contratação constam na Lei Orçamentária Municipal, que correrão a conta das seguintes dotações do Orçamento – Programa.

UNIDADE	PROJETO ATIVIDADE	CÓDIGO REDUZIDO	ELEMENTO
05	**2.023**	**151**	**3.1.90.04.00.00.00**

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO

As partes em comum acordo elegem o Foro da Comarca de Porto Alegre do Norte – MT para diminuir quaisquer dúvidas do presente instrumento de contrato.

E por estarem justas, e contratadas, as partes assinam o presente instrumento de contrato em 03 (três) vias de igual teor, para um só fim e efeito, na presença de 02 (duas) testemunhas que a tudo presenciaram.

Canabrava do Norte – MT, 08 de Maio de 2017.

_____

Prefeito Municipal

Contratante

_____

Contratado (a)

_____ _____

Testemunha Testemunha

SEC. DE ADMINISTRAÇÃO/ RH
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO

SERVIDOR MUNICIPAL Nº 105/ 2017

O MUNICÍPIO DE CANABRAVA DO NORTE – MT, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o n° **37.465.200/0001-20**, com sede a Praça Frederico de Souza Brito, S/N°, neste ato representado pelo digníssimo Prefeito Municipal o Sr. **JOÃO CLEITON ARAUJO DE MEDEIROS**, brasileiro, casado e portador do CPF n° 011.173.691.96 e da cédula de Identidade n° 156380-3 SSP/MT denominado **CONTRATANTE**, e do outro lado a Sr. identificada abaixo:

NOME	CTPS/SERIE/UF	CPF
THAIS FREITAS GONÇALVES	**7219535/0050**	**068.238.981-19**
ENDEREÇO **AV.AUREA TAVARES DE AMORIM-S/N – CENTRO-CANABRAVA DO NORTE-MT**		

Doravante denominada CONTRATADA, tem justo e contratado pelo presente instrumenta as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO SUPORTE LEGAL

O presente contrato de serviços temporários está embasado na Lei Municipal n°.698/2017 que dispõem da contratação temporária de pessoal, e o regimento a ser cumprido tanto do Contratado quanto da Contratante, dar-se à em disposto da Lei Municipal 252/2005.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

O objeto do presente Contrato de Prestação de Serviços Temporários ao Município, no exercício das atribuições descritas abaixo, conforme Lei Autorizativa 698/2017 e demais Normas regulamentares.

CARGO/FUNÇÃO
AGENTE DE CÓMBATE A ENDEMIAS

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REGIME DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

Os serviços ora contratados serão executados de forma pessoal, conforme as disposições das Leis Municipais vigentes, normas internas e regulamentos da secretaria abaixo identificada e demais disposições deste instrumento, segundo as necessidades da mesma.

SECRETARIA/DEPARTAMENTO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE - SMS

CLÁUSULA QUARTA – LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

O local da prestação dos serviços será determinado pela autoridade superior hierárquica a que estiver subordinado o contratado, atendendo a conveniência oportunidade e interesse da mesma.

CLÁUSULA QUINTA – DA CARGA HORÁRIA

A carga horária preestabelecida no ato da contratação corresponderá a 40 horas semanais.

CLÁUSULA SEXTA – DA REMUNERAÇÃO

O valor da remuneração identificada abaixo é conforme instituído nos anexos das Leis Municipais vigentes e a carga horária estabelecida no ato da contratação.

998,26 (NOVECENTOS E VINTE E OITO REAIS E VINTE E SEIS CENTAVOS)

CLÁUSULA SÉTIMA – DO PAGAMENTO

O pagamento da remuneração a qual se refere este contrato será efetuado até o quinto dia útil do mês subseqüente ao vencido.

CLÁUSULA OITAVA – DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

O CONTRATADO, obrigatoriamente está vinculado ao RGPS – Regime Geral da Previdência Social, para o qual contribuirá, sendo descontado em sua remuneração mensal bruta, o percentual devido, conforme a legislação vigente.

CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO E DISTRATO

9.1- O presente contratado poderá ser rescindido:

Quando cessarem os motivos que ensejam sua celebração.

Pelo descumprimento de disposição legal e regulamentares aplicáveis, a relação ou das cláusulas contratuais.

9.2 - O distrato ocorrerá:

Por iniciativa do CONTRATANTE, desde que haja comunicação a CONTRATADA, com antecedência mínima de 30 dias.

Por iniciativa do CONTRATADO, com comunicação por escrito, com 30 (trinta) dias de antecedência ao Departamento de Recursos Humanos.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA VIGÊNCIA

O presente instrumento de contrato tem sua vigência conforme período descrito abaixo:

INICIO	TÉRMINO
08/05/2017	**08/05/2018**

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os recursos financeiros necessários e suficientes a contratação constam na Lei Orçamentária Municipal, que correrão a conta das seguintes dotações do Orçamento – Programa.

UNIDADE	PROJETO ATIVIDADE	CÓDIGO REDUZIDO	ELEMENTO
05	**2.023**	**151**	**3.1.90.04.00.00.00**

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO

As partes em comum acordo elegem o Foro da Comarca de Porto Alegre do Norte – MT para diminuir quaisquer dúvidas do presente instrumento de contrato.

E por estarem justas, e contratadas, as partes assinam o presente instrumento de contrato em 03 (três) vias de igual teor, para um só fim e efeito, na presença de 02 (duas) testemunhas que a tudo presenciaram.

Canabrava do Norte – MT, 08 de Maio de 2017.

_____

Prefeito Municipal

Contratante

_____

Contratado (a)

_____ _____

Testemunha Testemunha

SEC. DE ADMINISTRAÇÃO/ RH
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO

SERVIDOR MUNICIPAL Nº.115/ 2017

O MUNICÍPIO DE CANABRAVA DO NORTE – MT, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o n° **37.465.200/0001-20**, com sede a Praça Frederico de Souza Brito, S/N°, neste ato representado pelo digníssimo Prefeito Municipal o Sr. **JOÃO CLEITON ARAUJO DE MEDEIROS**, brasileiro, casado e portador do CPF n° 011.173.691.96 e da cédula de Identidade n° 156380-3 SSP/MT denominado **CONTRATANTE**, e do outro lado a Sra. identificada abaixo:

NOME	CTPS/SERIE/UF	CPF
IVONE ALVES DE SOUZA	**30076/0012/MT**	**700.073.651-87**
ENDEREÇO		
RUA NORBERTO CAMILO-S/N – CENTRO-CANABRAVA DO NORTE-MT		

Doravante denominada CONTRATADA, tem justo e contratado pelo presente instrumento as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO SUPORTE LEGAL

O presente contrato de serviços temporários está embasado na Lei Municipal n°.698/2017 que dispõem da contratação temporária de pessoal, e o regimento a ser cumprido tanto do Contratado quanto da Contratante, dar-se à em disposto da Lei Municipal 252/2005.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

O objeto do presente Contrato de Prestação de Serviços Temporários ao Município, no exercício das atribuições descritas abaixo, conforme Lei Autorizativa 698/2017 e demais Normas regulamentares.

CARGO/FUNÇÃO
PROFESSOR LICENCIATURA PLENA EM CIENCIAS HUMANAS E SOCIAIS

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REGIME DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

Os serviços ora contratados serão executados de forma pessoal, conforme as disposições das Leis Municipais vigentes, normas internas e regulamentos da secretaria abaixo identificada e demais disposições deste instrumento, segundo as necessidades da mesma.

SECRETARIA/DEPARTAMENTO
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO,ESPORTE, LAZER E CULTURA - SMEELC

CLÁUSULA QUARTA – LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

O local da prestação dos serviços será determinado pela autoridade superior hierárquica a que estiver subordinado o contratado, atendendo a conveniência oportunidade e interesse da mesma.

CLÁUSULA QUINTA – DA CARGA HORÁRIA

A carga horária preestabelecida no ato da contratação corresponderá a 20 horas semanais.

CLÁUSULA SEXTA – DA REMUNERAÇÃO

O valor da remuneração identificada abaixo é conforme instituído nos anexos das Leis Municipais vigentes e a carga horária estabelecida no ato da contratação.

1.724,10 (HUM MIL SETECENTOS E VINTE E QUATRO REAIS E DEZ CENTAVOS)

CLÁUSULA SÉTIMA – DO PAGAMENTO

O pagamento da remuneração a qual se refere este contrato será efetuado até o quinto dia útil do mês subseqüente ao vencido.

CLÁUSULA OITAVA – DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

O CONTRATADO, obrigatoriamente está vinculado ao RGPS – Regime Geral da Previdência Social, para o qual contribuirá, sendo descontado em sua remuneração mensal bruta, o percentual devido, conforme a legislação vigente.

CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO E DISTRATO

9.1- O presente contratado poderá ser rescindido:

Quando cessarem os motivos que ensejam sua celebração.

Pelo descumprimento de disposição legal e regulamentares aplicáveis, a relação ou das cláusulas contratuais.

9.2 - O distrato ocorrerá:

Por iniciativa do CONTRATANTE, desde que haja comunicação a CONTRATADA, com antecedência mínima de 30 dias.

Por iniciativa do CONTRATADO, com comunicação por escrito, com 30 (trinta) dias de antecedência ao Departamento de Recursos Humanos.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA VIGÊNCIA

O presente instrumento de contrato tem sua vigência conforme período-descrito abaixo:

INICIO	TÉRMINO
08/05/2017	**08/05/2018**

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os recursos financeiros necessários e suficientes a contratação constam na Lei Orçamentária Municipal, que correrão a conta das seguintes dotações do Orçamento – Programa.

UNIDADE	PROJETO ATIVIDADE	CÓDIGO REDUZIDO	ELEMENTO
04	**2.013**	**069**	**3.1.90.04.00.00.00**

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO

As partes em comum acordo elegem o Foro da Comarca de Porto Alegre do Norte – MT para diminuir quaisquer dúvidas do presente instrumento de contrato.

E por estarem justas, e contratadas, as partes assinam o presente instrumento de contrato em 03 (três) vias de igual teor, para um só fim e efeito, na presença de 02 (duas) testemunhas que a tudo presenciaram.

Canabrava do Norte – MT, 08 de Maio de 2017.

_____

Prefeito Municipal

Contratante

_____

Contratado (a)

_____ _____

Testemunha Testemunha

SEC. DE ADMINISTRAÇÃO/ RH
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO

SERVIDOR MUNICIPAL Nº.108/ 2017

O MUNICÍPIO DE CANABRAVA DO NORTE – MT, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o n° **37.465.200/0001-20**, com sede a Praça Frederico de Souza Brito, S/N°, neste ato representado pelo digníssimo Prefeito Municipal o Sr. **JOÃO CLEITON ARAUJO DE MEDEIROS**, brasileiro, casado e portador do CPF n° 011.173.691.96 e da cédula de Identidade n° 156380-3 SSP/MT denominado **CONTRATANTE**, e do outro lado a Sr. identificada abaixo:

NOME	CTPS/SERIE/UF	CPF
SUNAMARA SOUSA FEITOSA DE MORAES	**88239/0025 - MT**	**046.833.981-76**
ENDEREÇO **RUA TOCANTINS Nº.1190 SETOR DOS ESPORTES-PORTO ALEGRE DO NORTE-MT**		

Doravante denominada CONTRATADA, tem justo e contratada pelo presente instrumento as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO SUPORTE LEGAL

O presente contrato de serviços temporários está embasado na Lei Municipal n°.698/2017 que dispõem da contratação temporária de pessoal, e o regimento a ser cumprido tanto do Contratado quanto da Contratante, dar-se à em disposto da Lei Municipal 252/2005.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

O objeto do presente Contrato de Prestação de Serviços Temporários ao Município, no exercício das atribuições descritas abaixo, conforme Lei Autorizativa 698/2017 e demais Normas regulamentares.

CARGO/FUNÇÃO
PROFESSOR LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REGIME DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

Os serviços ora contratados serão executados de forma pessoal, conforme as disposições das Leis Municipais vigentes, normas internas e regulamentos da secretaria abaixo identificada e demais disposições deste instrumento, segundo as necessidades da mesma.

SECRETARIA/DEPARTAMENTO
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO,ESPORTE, LAZER E CULTURA - SMEELC

CLÁUSULA QUARTA – LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

O local da prestação dos serviços será determinado pela autoridade superior hierárquica a que estiver subordinado o contratado, atendendo a conveniência oportunidade e interesse da mesma.

CLÁUSULA QUINTA – DA CARGA HORÁRIA

A carga horária preestabelecida no ato da contratação corresponderá a 30 horas semanais.

CLÁUSULA SEXTA – DA REMUNERAÇÃO

O valor da remuneração identificada abaixo é conforme instituído nos anexos das Leis Municipais vigentes e a carga horária estabelecida no ato da contratação.

2.586,16(DOIS MIL QUINHENTOS E OITENTA E SEIS REAIS E DEZESSEIS CENTAVOS)

CLÁUSULA SÉTIMA – DO PAGAMENTO

O pagamento da remuneração a qual se refere este contrato será efetuado até o quinto dia útil do mês subseqüente ao vencido.

CLÁUSULA OITAVA – DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

O CONTRATADO, obrigatoriamente está vinculado ao RGPS – Regime Geral da Previdência Social, para o qual contribuirá, sendo descontado em sua remuneração mensal bruta, o percentual devido, conforme a legislação vigente.

CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO E DISTRATO

9.1- O presente contratado poderá ser rescindido:

Quando cessarem os motivos que ensejam sua celebração.

Pelo descumprimento de disposição legal e regulamentares aplicáveis, a relação ou das cláusulas contratuais.

9.2 - O distrato ocorrerá:

Por iniciativa do CONTRATANTE, desde que haja comunicação a CONTRATADA, com antecedência mínima de 30 dias.

Por iniciativa do CONTRATADO, com comunicação por escrito, com 30 (trinta) dias de antecedência ao Departamento de Recursos Humanos.

CLÁUSULA DÉCIMA –DA VIGÊNCIA

O presente instrumento de contrato tem sua vigência conforme período-descrito abaixo:

INICIO	TÉRMINO
08/05/2017	**08/05/2018**

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os recursos financeiros necessários e suficientes a contratação constam na Lei Orçamentária Municipal, que correrão a conta das seguintes dotações do Orçamento – Programa.

UNIDADE	PROJETO ATIVIDADE	CÓDIGO REDUZIDO	ELEMENTO
04	**2.013**	**069**	**3.1.90.04.00.00.00**

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO

As partes em comum acordo elegem o Foro da Comarca de Porto Alegre do Norte – MT para diminuir quaisquer dúvidas do presente instrumento de contrato.

E por estarem justas, e contratadas, as partes assinam o presente instrumento de contrato em 03 (três) vias de igual teor, para um só fim e efeito, na presença de 02 (duas) testemunhas que a tudo presenciaram.

Canabrava do Norte – MT, 08 de Maio de 2017.

_____

Prefeito Municipal

Contratante

_____

Contratado (a)

_____ _____

Testemunha Testemunha

SEC. DE ADMINISTRAÇÃO/ RH
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO

SERVIDOR MUNICIPAL Nº.89/ 2017

O MUNICÍPIO DE CANABRAVA DO NORTE – MT, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o n° **37.465.200/0001-20**, com sede a Praça Frederico de Souza Brito, S/N°, neste ato representado pelo digníssimo Prefeito Municipal o Sr. **JOÃO CLEITON ARAUJO DE MEDEIROS**, brasileiro, casado e portador do CPF n° 011.173.691.96 e da cédula de Identidade n° 156380-3 SSP/MT denominado **CONTRATANTE**, e do outro lado a Sra. identificada abaixo:

NOME	CTPS/SERIE/UF	CPF
ROSIRENE DIAS DA SILVA	**15120/00021 - MT**	**013.221.871-26**
ENDEREÇO **AV.AUREA TAVARES DE AMORIM S/N° - VILA SÃO JOÃO – CANABRAVA DO NORTE- MT**		

Doravante denominada CONTRATADA, tem justo e contratado pelo presente instrumento as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO SUPORTE LEGAL

O presente contrato de serviços temporários está embasado na Lei Complementar Municipal n°.698/2017 que dispõem da contratação temporária de pessoal, e o regimento a ser cumprido tanto do Contratado quanto da Contratante, dar-se à em disposto da Lei Municipal 252/2005.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

O objeto do presente Contrato de Prestação de Serviços Temporários ao Município, no exercício das atribuições descritas abaixo, conforme Lei Autorizativa 698/2017 e demais Normas regulamentares.

CARGO/FUNÇÃO
TECNICA EM ENFERMAGEM

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REGIME DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

Os serviços ora contratados serão executados de forma pessoal, conforme as disposições das Leis Municipais vigentes, normas internas e regulamentos da secretaria abaixo identificada e demais disposições deste instrumento, segundo as necessidades da mesma.

SECRETARIA/DEPARTAMENTO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE -SMS

CLÁUSULA QUARTA – LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

O local da prestação dos serviços será determinado pela autoridade superior hierárquica a que estiver subordinado o contratado, atendendo a conveniência oportunidade e interesse da mesma.

CLÁUSULA QUINTA – DA CARGA HORÁRIA

A carga horária preestabelecida no ato da contratação corresponderá a 40 horas semanais.

CLÁUSULA SEXTA – DA REMUNERAÇÃO

O valor da remuneração identificada abaixo é conforme instituído nos anexos das Leis Municipais vigentes e a carga horária estabelecida no ato da contratação.

1.200,79 [Hum Mil e Duzentos Reais e Setenta e Nove Centavos]

CLÁUSULA SÉTIMA – DO PAGAMENTO

O pagamento da remuneração a qual se refere este contrato será efetuado até o quinto dia útil do mês subseqüente ao vencido.

CLÁUSULA OITAVA – DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

ACONTRATADA, obrigatoriamente está vinculado ao RGPS – Regime Geral da Previdência Social, para o qual contribuirá, sendo descontado em sua remuneração mensal bruta, o percentual devido, conforme a legislação vigente.

CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO E DISTRATO

9.1- O presente contratado poderá ser rescindido:

Quando cessarem os motivos que ensejam sua celebração.

Pelo descumprimento de disposição legal e regulamentares aplicáveis, a relação ou das cláusulas contratuais.

9.2 - O distrato ocorrerá:

Por iniciativa do CONTRATANTE, desde que haja comunicação a CONTRATADA, com antecedência mínima de 30 dias.

Por iniciativa do CONTRATADO, com comunicação por escrito, com 30 (trinta) dias de antecedência ao Departamento de Recursos Humanos.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA VIGÊNCIA

O presente instrumento de contrato tem sua vigência conforme período-descrito abaixo:

INICIO	TÉRMINO
08/05/2016	**08/05/2018**

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os recursos financeiros necessários e suficientes a contratação constam na Lei Orçamentária Municipal, que correrão a conta das seguintes dotações do Orçamento – Programa.

UNIDADE	PROJETO ATIVIDADE	CÓDIGO REDUZIDO	ELEMENTO
05	**2023**	**151**	**3.1.90.04.00.00.00**

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO

As partes em comum acordo elegem o Foro da Comarca de Porto Alegre do Norte – MT para diminuir quaisquer dúvidas do presente instrumento de contrato.

E por estarem justas, e contratadas, as partes assinam o presente instrumento de contrato em 03 (três) vias de igual teor, para um só fim e efeito, na presença de 02 (duas) testemunhas que a tudo presenciaram.

Canabrava do Norte – MT, 08 de Maio de 2017.

_____

Prefeito Municipal

Contratante

_____

Contratado (a)

_____ _____

Testemunha Testemunha

SEC. DE ADMINISTRAÇÃO/ RH
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO

SERVIDOR MUNICIPAL Nº 106/ 2017

O MUNICÍPIO DE CANABRAVA DO NORTE – MT, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o n° **37.465.200/0001-20**, com sede a Praça Frederico de Souza Brito, S/N°, neste ato representado pelo digníssimo Prefeito Municipal o Sr. **JOÃO CLEITON ARAUJO DE MEDEIROS**, brasileiro, casado e portador do CPF n° 011.173.691.96 e da cédula de Identidade n° 156380-3 SSP/MT denominado **CONTRATANTE**, e do outro lado a Sr. identificada abaixo:

NOME	CTPS/SERIE/ UF	CPF
ROSANGELA CONCEIÇÃO MIOTTI DE SOUSA AGUIAR	**2248297/0021-0 - MT**	**790.182. 461-15**
ENDEREÇO **AV.SABINO BRITO S/N CENTRO-PORTO ALEGRE DO NORTE-MT**		

Doravante denominada CONTRATADA, tem justo e contratada pelo presente instrumento as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO SUPORTE LEGAL

O presente contrato de serviços temporários está embasado na Lei Complementar Municipal n°.698/2017 que dispõem da contratação temporária de pessoal, e o regimento a ser cumprido tanto do Contratado quanto da Contratante, dar-se à em disposto da Lei Municipal 252/2005.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

O objeto do presente Contrato de Prestação de Serviços Temporários ao Município, no exercício das atribuições descritas abaixo, conforme Lei Autorizativa 698/2017 e demais Normas regulamentares.

CARGO/FUNÇÃO
ODONTOLOGA

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REGIME DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

Os serviços ora contratados serão executados de forma pessoal, conforme as disposições das Leis Municipais vigentes, normas internas e regulamentos da secretaria abaixo identificada e demais disposições deste instrumento, segundo as necessidades da mesma.

SECRETARIA/DEPARTAMENTO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE - SMS

CLÁUSULA QUARTA – LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

O local da prestação dos serviços será determinado pela autoridade superior hierárquica a que estiver subordinado o contratado, atendendo a conveniência oportunidade e interesse da mesma.

CLÁUSULA QUINTA – DA CARGA HORÁRIA

A carga horária preestabelecida no ato da contratação corresponderá a 30 horas semanais.

CLÁUSULA SEXTA – DA REMUNERAÇÃO

O valor da remuneração identificada abaixo é conforme instituído nos anexos das Leis Municipais vigentes e a carga horária estabelecida no ato da contratação.

3.043,20(TRES MIL E QUARENTA E TRES REAIS E VINTE CENTAVOS)

CLÁUSULA SÉTIMA – DO PAGAMENTO

O pagamento da remuneração a qual se refere este contrato será efetuado até o quinto dia útil do mês subseqüente ao vencido.

CLÁUSULA OITAVA – DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

O CONTRATADO, obrigatoriamente está vinculado ao RGPS – Regime Geral da Previdência Social, para o qual contribuirá, sendo descontado em sua remuneração mensal bruta, o percentual devido, conforme a legislação vigente.

CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO E DISTRATO

9.1- O presente contratado poderá ser rescindido:

Quando cessarem os motivos que ensejam sua celebração.

Pelo descumprimento de disposição legal e regulamentares aplicáveis, a relação ou das cláusulas contratuais.

9.2 - O distrato ocorrerá:

Por iniciativa do CONTRATANTE, desde que haja comunicação a CONTRATADA, com antecedência mínima de 30 dias.

Por iniciativa do CONTRATADO, com comunicação por escrito, com 30 (trinta) dias de antecedência ao Departamento de Recursos Humanos.

CLÁUSULA DÉCIMA –DA VIGÊNCIA

O presente instrumento de contrato tem sua vigência conforme período descrito abaixo:

INICIO	TÉRMINO
08/05/2016	**08/05/2018**

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os recursos financeiros necessários e suficientes a contratação constam na Lei Orçamentária Municipal, que correrão a conta das seguintes dotações do Orçamento – Programa.

UNIDADE	PROJETO ATIVIDADE	CÓDIGO REDUZIDO	ELEMENTO
05	**2.023**	**151**	**3.1.90.04.00.00.00**

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO

As partes em comum acordo elegem o Foro da Comarca de Porto Alegre do Norte – MT para diminuir quaisquer dúvidas do presente instrumento de contrato.

E por estarem justas, e contratadas, as partes assinam o presente instrumento de contrato em 03 (três) vias de igual teor, para um só fim e efeito, na presença de 02 (duas) testemunhas que a tudo presenciaram.

Canabrava do Norte – MT, 08 de Maio de 2017.

_____

Prefeito Municipal

Contratante

_____

Contratado (a)

_____ _____

Testemunha Testemunha

SEC. DE ADMINISTRAÇÃO/ RH
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO

SERVIDOR MUNICIPAL Nº.119/2017

O MUNICÍPIO DE CANABRAVA DO NORTE – MT, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o n° **37.465.200/0001-20**, com sede a Praça Frederico de Souza Brito, S/N°, neste ato representado pelo digníssimo Prefeito Municipal o Sr. **JOÃO CLEITON ARAUJO DE MEDEIROS**, brasileiro, casado e portador do CPF n° 011.173.691.96 e da cédula de Identidade n° 156380-3 SSP/MT denominado **CONTRATANTE**, e do outro lado a Sra. identificada abaixo:

NOME	CTPS/SERIE/UF	CPF
ROSALINA ALVES BARRETO	**15732/0022 - MT**	**006.646.671-71**
ENDEREÇO **AV.AUREA TAVARES DE AMORIM-S/N – CENTRO-CANABRAVA DO NORTE-MT**		

Doravante denominada CONTRATADA, tem justo e contratada pelo presente instrumento as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO SUPORTE LEGAL

O presente contrato de serviços temporários está embasado na Lei Municipal n°.698/2017 que dispõem da contratação temporária de pessoal, e o regimento a ser cumprido tanto do Contratado quanto da Contratante, dar-se à em disposto da Lei Municipal 252/2005.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

O objeto do presente Contrato de Prestação de Serviços Temporários ao Município, no exercício das atribuições descritas abaixo, conforme Lei Autorizativa 698/2017 e demais Normas regulamentares.

CARGO/FUNÇÃO
PROFESSOR LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REGIME DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

Os serviços ora contratados serão executados de forma pessoal, conforme as disposições das Leis Municipais vigentes, normas internas e regulamentos da secretaria abaixo identificada e demais disposições deste instrumento, segundo as necessidades da mesma.

SECRETARIA/DEPARTAMENTO
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO,ESPORTE, LAZER E CULTURA - SMEELC

CLÁUSULA QUARTA – LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

O local da prestação dos serviços será determinado pela autoridade superior hierárquica a que estiver subordinado o contratado, atendendo a conveniência oportunidade e interesse da mesma.

CLÁUSULA QUINTA – DA CARGA HORÁRIA

A carga horária preestabelecida no ato da contratação corresponderá a 30 horas semanais.

CLÁUSULA SEXTA – DA REMUNERAÇÃO

O valor da remuneração identificada abaixo é conforme instituído nos anexos das Leis Municipais vigentes e a carga horária estabelecida no ato da contratação.

2.586,16(DOIS MIL QUINHENTOS E OITENTA E SEIS REAIS E DEZESSEIS CENTAVOS)

CLÁUSULA SÉTIMA – DO PAGAMENTO

O pagamento da remuneração a qual se refere este contrato será efetuado até o quinto dia útil do mês subseqüente ao vencido.

CLÁUSULA OITAVA – DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

O CONTRATADO, obrigatoriamente está vinculado ao RGPS – Regime Geral da Previdência Social, para o qual contribuirá, sendo descontado em sua remuneração mensal bruta, o percentual devido, conforme a legislação vigente.

CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO E DISTRATO

9.1- O presente contratado poderá ser rescindido:

Quando cessarem os motivos que ensejam sua celebração.

Pelo descumprimento de disposição legal e regulamentares aplicáveis, a relação ou das cláusulas contratuais.

9.2 - O distrato ocorrerá:

Por iniciativa do CONTRATANTE, desde que haja comunicação a CONTRATADA, com antecedência mínima de 30 dias.

Por iniciativa do CONTRATADO, com comunicação por escrito, com 30 (trinta) dias de antecedência ao Departamento de Recursos Humanos.

CLÁUSULA DÉCIMA –DA VIGÊNCIA

O presente instrumento de contrato tem sua vigência conforme período descrito abaixo:

INICIO	TÉRMINO
08/05/2017	**08/05/2018**

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os recursos financeiros necessários e suficientes a contratação constam na Lei Orçamentária Municipal, que correrão a conta das seguintes dotações do Orçamento – Programa.

UNIDADE	PROJETO ATIVIDADE	CÓDIGO REDUZIDO	ELEMENTO
04	**2.013**	**096**	**3.1.90.04.00.00.00**

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO

As partes em comum acordo elegem o Foro da Comarca de Porto Alegre do Norte – MT para diminuir quaisquer dúvidas do presente instrumento de contrato.

E por estarem justas, e contratadas, as partes assinam o presente instrumento de contrato em 03 (três) vias de igual teor, para um só fim e efeito, na presença de 02 (duas) testemunhas que a tudo presenciaram.

Canabrava do Norte – MT, 08 de Maio de 2017.

_____

Prefeito Municipal

Contratante

_____

Contratado (a)

_____ _____

Testemunha Testemunha

SEC. DE ADMINISTRAÇÃO/ RH
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO

SERVIDOR MUNICIPAL Nº 98/ 2017

O MUNICÍPIO DE CANABRAVA DO NORTE – MT, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o n° **37.465.200/0001-20**, com sede a Praça Frederico de Souza Brito, S/N°, neste ato representado pelo digníssimo Prefeito Municipal o Sr. **JOÃO CLEITON ARAUJO DE MEDEIROS**, brasileiro, casado e portador do CPF n° 011.173.691.96 e da cédula de Identidade n° 156380-3 SSP/MT denominado **CONTRATANTE**, e do outro lado o Sr. identificado abaixo:

NOME	CTPS/SERIE/UF	CPF
DENISMAR GONÇALVES DINIZ	**86143/00023 - MT**	**008.852.271-74**
ENDEREÇO **DISTRITO DE PRIMAVERA DO FONTOURA-CANABRAVA DO NORTE-MT**		

Doravante denominado CONTRATADO, tem justo e contratado pelo presente instrumenta as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO SUPORTE LEGAL

O presente contrato de serviços temporários está embasado na Lei Complementar Municipal n°.698/2017 que dispõem da contratação temporária de pessoal, e o regimento a ser cumprido tanto do Contratado quanto da Contratante, dar-se à em disposto da Lei Municipal 252/2005.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

O objeto do presente Contrato de Prestação de Serviços Temporários ao Município, no exercício das atribuições descritas abaixo, conforme Lei Autorizativa 698/2017 e demais Normas regulamentares.

CARGO/FUNÇÃO
MOTORISTA DE AMBULANCIA-PRIMAVERA DO FONTOURA

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REGIME DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

Os serviços ora contratados serão executados de forma pessoal, conforme as disposições das Leis Municipais vigentes, normas internas e regulamentos da secretaria abaixo identificada e demais disposições deste instrumento, segundo as necessidades da mesma.

SECRETARIA/DEPARTAMENTO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE -SMS

CLÁUSULA QUARTA – LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

O local da prestação dos serviços será determinado pela autoridade superior hierárquica a que estiver subordinado o contratado, atendendo a conveniência oportunidade e interesse da mesma.

CLÁUSULA QUINTA – DA CARGA HORÁRIA

A carga horária preestabelecida no ato da contratação corresponderá a 40 horas semanais.

CLÁUSULA SEXTA – DA REMUNERAÇÃO

O valor da remuneração identificada abaixo é conforme instituído nos anexos das Leis Municipais vigentes e a carga horária estabelecida no ato da contratação.

1.174,50 [Hum Mil Cento e Setenta e Quatro Reais e Cinqüenta Centavos]

CLÁUSULA SÉTIMA – DO PAGAMENTO

O pagamento da remuneração a qual se refere este contrato será efetuado até o quinto dia útil do mês subseqüente ao vencido.

CLÁUSULA OITAVA – DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

O CONTRATADO, obrigatoriamente está vinculado ao RGPS – Regime Geral da Previdência Social, para o qual contribuirá, sendo descontado em sua remuneração mensal bruta, o percentual devido, conforme a legislação vigente.

CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO E DISTRATO

9.1- O presente contratado poderá ser rescindido:

Quando cessarem os motivos que ensejam sua celebração.

Pelo descumprimento de disposição legal e regulamentares aplicáveis, a relação ou das cláusulas contratuais.

9.2 - O distrato ocorrerá:

Por iniciativa do CONTRATANTE, desde que haja comunicação a CONTRATADA, com antecedência mínima de 30 dias.

Por iniciativa do CONTRATADO, com comunicação por escrito, com 30 (trinta) dias de antecedência ao Departamento de Recursos Humanos.

CLÁUSULA DÉCIMA –DA VIGÊNCIA

O presente instrumento de contrato tem sua vigência conforme período descrito abaixo:

INICIO	TÉRMINO
08/05/2017	**08/05/2018**

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os recursos financeiros necessários e suficientes a contratação constam na Lei Orçamentária Municipal, que correrão a conta das seguintes dotações do Orçamento – Programa.

UNIDADE	PROJETO ATIVIDADE	CÓDIGO REDUZIDO	ELEMENTO
05	**2.023**	**151**	**3.1.90.04.00.00.00**

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO

As partes em comum acordo elegem o Foro da Comarca de Porto Alegre do Norte – MT para diminuir quaisquer dúvidas do presente instrumento de contrato.

E por estarem justas, e contratadas, as partes assinam o presente instrumento de contrato em 03 (três) vias de igual teor, para um só fim e efeito, na presença de 02 (duas) testemunhas que a tudo presenciaram.

Canabrava do Norte – MT, 08 de Maio de 2017.

_____

Prefeito Municipal

Contratante

_____

Contratado (a)

_____ _____

Testemunha Testemunha

SEC. DE ADMINISTRAÇÃO/ RH
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO

SERVIDOR MUNICIPAL Nº 94/ 2017

O MUNICÍPIO DE CANABRAVA DO NORTE – MT, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o n° **37.465.200/0001-20**, com sede a Praça Frederico de Souza Brito, S/N°, neste ato representado pelo digníssimo Prefeito Municipal o Sr. **JOÃO CLEITON ARAUJO DE MEDEIROS**, brasileiro, casado e portador do CPF n° 011.173.691.96 e da cédula de Identidade n° 156380-3 SSP/MT denominado **CONTRATANTE**, e do outro lado a Sr. identificada abaixo:

NOME	CTPS/SERIE/UF	CPF
POLYANA CARDOSO MONTEIRO	**85.463/00009 - TO**	**055.139.703-92**
ENDEREÇO **AV.JOAO SACERDOTE DE SOUZAS/N° - CENTRO – CANABRAVA DO NORTE-MT**		

Doravante denominada CONTRATADA, tem justo e contratado pelo presente instrumenta as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO SUPORTE LEGAL

O presente contrato de serviços temporários está embasado na Lei Complementar Municipal n°.698/2017 que dispõem da contratação temporária de pessoal, e o regimento a ser cumprido tanto do Contratado quanto da Contratante, dar-se à em disposto da Lei Municipal 252/2005.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

O objeto do presente Contrato de Prestação de Serviços Temporários ao Município, no exercício das atribuições descritas abaixo, conforme Lei Autorizativa 698/2017 e demais Normas regulamentares.

CARGO/FUNÇÃO
AUXILIAR BUCAL

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REGIME DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

Os serviços ora contratados serão executados de forma pessoal, conforme as disposições das Leis Municipais vigentes, normas internas e regulamentos da secretaria abaixo identificada e demais disposições deste instrumento, segundo as necessidades da mesma.

SECRETARIA/DEPARTAMENTO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE -SMS

CLÁUSULA QUARTA – LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

O local da prestação dos serviços será determinado pela autoridade superior hierárquica a que estiver subordinado o contratado, atendendo a conveniência oportunidade e interesse da mesma.

CLÁUSULA QUINTA – DA CARGA HORÁRIA

A carga horária preestabelecida no ato da contratação corresponderá a 40 horas semanais.

CLÁUSULA SEXTA – DA REMUNERAÇÃO

O valor da remuneração identificada abaixo é conforme instituído nos anexos das Leis Municipais vigentes e a carga horária estabelecida no ato da contratação.

937,00 [Novecentos e Trinta e Sete Reais]

CLÁUSULA SÉTIMA – DO PAGAMENTO

O pagamento da remuneração a qual se refere este contrato será efetuado até o quinto dia útil do mês subseqüente ao vencido.

CLÁUSULA OITAVA – DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

ACONTRATADA, obrigatoriamente está vinculado ao RGPS – Regime Geral da Previdência Social, para o qual contribuirá, sendo descontado em sua remuneração mensal bruta, o percentual devido, conforme a legislação vigente.

CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO E DISTRATO

9.1- O presente contratado poderá ser rescindido:

Quando cessarem os motivos que ensejam sua celebração.

Pelo descumprimento de disposição legal e regulamentares aplicáveis, a relação ou das cláusulas contratuais.

9.2 - O distrato ocorrerá:

Por iniciativa do CONTRATANTE, desde que haja comunicação a CONTRATADA, com antecedência mínima de 30 dias.

Por iniciativa do CONTRATADO, com comunicação por escrito, com 30 (trinta) dias de antecedência ao Departamento de Recursos Humanos.

CLÁUSULA DÉCIMA –DA VIGÊNCIA

O presente instrumento de contrato tem sua vigência conforme períododescrito abaixo:

INICIO	TÉRMINO
08/05/2017	**08/05/2018**

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os recursos financeiros necessários e suficientes a contratação constam na Lei Orçamentária Municipal, que correrão a conta das seguintes dotações do Orçamento – Programa.

UNIDADE	PROJETO ATIVIDADE	CÓDIGO REDUZIDO	ELEMENTO
05	**2.023**	**151**	**3.1.90.04.00.00.00**

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO

As partes em comum acordo elegem o Foro da Comarca de Porto Alegre do Norte – MT para diminuir quaisquer dúvidas do presente instrumento de contrato.

E por estarem justas, e contratadas, as partes assinam o presente instrumento de contrato em 03 (três) vias de igual teor, para um só fim e efeito, na presença de 02 (duas) testemunhas que a tudo presenciaram.

Canabrava do Norte – MT, 08 de Maio de 2017.

_____

Prefeito Municipal

Contratante

_____

Contratado (a)

_____ _____

Testemunha Testemunha

SEC. DE ADMINISTRAÇÃO/ RH
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO

SERVIDOR MUNICIPAL Nº. 84/ 2017

O MUNICÍPIO DE CANABRAVA DO NORTE – MT, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o n° **37.465.200/0001-20**, com sede a Praça Frederico de Souza Brito, S/N°, neste ato representado pelo digníssimo Prefeito Municipal o Sr. **JOÃO CLEITON ARAUJO DE MEDEIROS**, brasileiro, casado e portador do CPF n° 011.173.691.96e da cédula de Identidade n° 156380-3 SSP/MT denominado **CONTRATANTE**, e do outro lado a Sra. identificada abaixo:

NOME	CTPS/SERIE/UF	CPF
JESSICA DA SILVA SIQUEIRA	**23627/00022 - GO**	**042.713.381-50**
ENDEREÇO **RUA FAUSTINO FERREIRA DA SILVA S/N-CENTRO – CANABRAVA DO NORTE- MT**		

Doravante denominado CONTRATADA, tem justo e contratada pelo presente instrumento as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO SUPORTE LEGAL

O presente contrato de serviços temporários está embasado na Lei Complementar Municipal n°.698/2017 que dispõem da contratação temporária de pessoal, e o regimento a ser cumprido tanto do Contratado quanto da Contratante, dar-se à em disposto da Lei Municipal 252/2005.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

O objeto do presente Contrato de Prestação de Serviços Temporários ao Município, no exercício das atribuições descritas abaixo, conforme Lei Autorizativa 698/2017 e demais Normas regulamentares.

CARGO/FUNÇÃO
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REGIME DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

Os serviços ora contratados serão executados de forma pessoal, conforme as disposições das Leis Municipais vigentes, normas internas e regulamentos da secretaria abaixo identificada e demais disposições deste instrumento, segundo as necessidades da mesma.

SECRETARIA/DEPARTAMENTO
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, SERVIÇOS PUBLICOS E URBANOS - SINSPU

CLÁUSULA QUARTA – LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

O local da prestação dos serviços será determinado pela autoridade superior hierárquica a que estiver subordinado o contratado, atendendo a conveniência oportunidade e interesse da mesma.

CLÁUSULA QUINTA – DA CARGA HORÁRIA

A carga horária preestabelecida no ato da contratação corresponderá a 40 horas semanais.

CLÁUSULA SEXTA – DA REMUNERAÇÃO

O valor da remuneração identificada abaixo é conforme instituído nos anexos das Leis Municipais vigentes e a carga horária estabelecida no ato da contratação.

937,00 [Novecentos e Trinta e Sete Reais]

CLÁUSULA SÉTIMA – DO PAGAMENTO

O pagamento da remuneração a qual se refere este contrato será efetuado até o quinto dia útil do mês subsequente ao vencido.

CLÁUSULA OITAVA – DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

OCONTRATADO, obrigatoriamente está vinculado ao RGPS – Regime Geral da Previdência Social, para o qual contribuirá, sendo descontado em sua remuneração mensal bruta, o percentual devido, conforme a legislação vigente.

CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO E DISTRATO

9.1- O presente contratado poderá ser rescindido:

Quando cessarem os motivos que ensejam sua celebração.

Pelo descumprimento de disposição legal e regulamentares aplicáveis, a relação ou das cláusulas contratuais.

9.2 - O distrato ocorrerá:

Por iniciativa do CONTRATANTE, desde que haja comunicação ao CONTRATADO, com antecedência mínima de 30 dias.

Por iniciativa do CONTRATADO, com comunicação por escrito, com 30 (trinta) dias de antecedência ao Departamento de Recursos Humanos.

CLÁUSULA DÉCIMA –DA VIGÊNCIA

O presente instrumento de contrato tem sua vigência conforme período-descrito abaixo:

INICIO	TÉRMINO
10/05/2016	**10/05/2018**

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os recursos financeiros necessários e suficientes a contratação constam na Lei Orçamentária Municipal, que correrão a conta das seguintes dotações do Orçamento – Programa.

UNIDADE	PROJETO ATIVIDADE	CÓDIGO REDUZIDO	ELEMENTO
07	**2028**	**259**	**3.1.90.04.00.00.00.**

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO

As partes em comum acordo elegem o Foro da Comarca de Porto Alegre do Norte – MT para diminuir quaisquer dúvidas do presente instrumento de contrato.

E por estarem justas, e contratadas, as partes assinam o presente instrumento de contrato em 03 (três) vias de igual teor, para um só fim e efeito, na presença de 02 (duas) testemunhas que a tudo presenciaram.

Canabrava do Norte – MT, 10 de Maio de 2017.

_____

Prefeito Municipal

Contratante

_____

Contratado (a)

_____

_____

Testemunha Testemunha

SEC. DE ADMINISTRAÇÃO/ RH
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO

SERVIDOR MUNICIPAL Nº.124/2017

O MUNICÍPIO DE CANABRAVA DO NORTE – MT, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o n° **37.465.200/0001-20**, com sede a Praça Frederico de Souza Brito, S/N°, neste ato representado pelo digníssimo Prefeito Municipal o Sr. **JOÃO CLEITON ARAUJO DE MEDEIROS**, brasileiro, casado e portador do CPF n° 011.173.691.96 e da cédula de Identidade n° 156380-3 SSP/MT denominado **CONTRATANTE**, e do outro lado a Sra. identificada abaixo:

NOME	CTPS/SERIE/UF	CPF
PATIELE VIEIRA ROCHA	_____	**045.013.881-02**
ENDEREÇO **AV.AUREA TAVARES DE AMORIM-S/N – CENTRO-CANABRAVA DO NORTE-MT**		

Doravante denominada CONTRATADA, tem justo e contratada pelo presente instrumento as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO SUPORTE LEGAL

O presente contrato de serviços temporários está embasado na Lei Municipal n°.698/2017 que dispõem da contratação temporária de pessoal, e o regimento a ser cumprido tanto do Contratado quanto da Contratante, darse à em disposto da Lei Municipal 252/2005.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

O objeto do presente Contrato de Prestação de Serviços Temporários ao Município, no exercício das atribuições descritas abaixo, conforme Lei Autorizativa 698/2017 e demais Normas regulamentares.

CARGO/FUNÇÃO
MONITORA DE ALUNOS ESPECIAIS

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REGIME DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

Os serviços ora contratados serão executados de forma pessoal, conforme as disposições das Leis Municipais vigentes, normas internas e regulamentos da secretaria abaixo identificada e demais disposições deste instrumento, segundo as necessidades da mesma.

SECRETARIA/DEPARTAMENTO
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO,ESPORTE, LAZER E CULTURA - SMEELC

CLÁUSULA QUARTA – LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

O local da prestação dos serviços será determinado pela autoridade superior hierárquica a que estiver subordinado o contratado, atendendo a conveniência oportunidade e interesse da mesma.

CLÁUSULA QUINTA – DA CARGA HORÁRIA

A carga horária preestabelecida no ato da contratação corresponderá a 20 horas semanais.

CLÁUSULA SEXTA – DA REMUNERAÇÃO

O valor da remuneração identificada abaixo é conforme instituído nos anexos das Leis Municipais vigentes e a carga horária estabelecida no ato da contratação.

937,00(NOVECENTOS E TRINTA E SETE REAIS)

CLÁUSULA SÉTIMA – DO PAGAMENTO

O pagamento da remuneração a qual se refere este contrato será efetuado até o quinto dia útil do mês subseqüente ao vencido.

CLÁUSULA OITAVA – DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

O CONTRATADO, obrigatoriamente está vinculado ao RGPS – Regime Geral da Previdência Social, para o qual contribuirá, sendo descontado em sua remuneração mensal bruta, o percentual devido, conforme a legislação vigente.

CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO E DISTRATO

9.1- O presente contratado poderá ser rescindido:

Quando cessarem os motivos que ensejam sua celebração.

Pelo descumprimento de disposição legal e regulamentares aplicáveis, a relação ou das cláusulas contratuais.

9.2 - O distrato ocorrerá:

Por iniciativa do CONTRATANTE, desde que haja comunicação a CONTRATADA, com antecedência mínima de 30 dias.

Por iniciativa do CONTRATADO, com comunicação por escrito, com 30 (trinta) dias de antecedência ao Departamento de Recursos Humanos.

CLÁUSULA DÉCIMA –DA VIGÊNCIA

O presente instrumento de contrato tem sua vigência conforme período-descrito abaixo:

INICIO	TÉRMINO
08/05/2017	**08/05/2018**

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os recursos financeiros necessários e suficientes a contratação constam na Lei Orçamentária Municipal, que correrão a conta das seguintes dotações do Orçamento – Programa.

UNIDADE	PROJETO ATIVIDADE	CÓDIGO REDUZIDO	ELEMENTO
04	**2.013**	**069**	**3.1.90.04.00.00.00**

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO

As partes em comum acordo elegem o Foro da Comarca de Porto Alegre do Norte – MT para diminuir quaisquer dúvidas do presente instrumento de contrato.

E por estarem justas, e contratadas, as partes assinam o presente instrumento de contrato em 03 (três) vias de igual teor, para um só fim e efeito, na presença de 02 (duas) testemunhas que a tudo presenciaram.

Canabrava do Norte – MT, 08 de Maio de 2017.

_____

Prefeito Municipal

Contratante

_____

Contratado (a)

_____ _____

Testemunha Testemunha

SEC. DE ADMINISTRAÇÃO/ RH
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO

SERVIDOR MUNICIPAL Nº 102/ 2017

O MUNICÍPIO DE CANABRAVA DO NORTE – MT, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o n° **37.465.200/0001-20**, com sede a Praça Frederico de Souza Brito, S/N°, neste ato representado pelo digníssimo Prefeito Municipal o Sr. **JOÃO CLEITON ARAUJO DE MEDEIROS**, brasileiro, casado e portador do CPF n° 011.173.691.96 e da cédula de Identidade n° 156380-3 SSP/MT denominado **CONTRATANTE**, e do outro lado o Sr. identificado abaixo:

NOME	CTPS/SERIE/UF	CPF
OZEIAS TRINDADE VALVERDE	**12613/0022 - MT**	**031.594.651-28**
ENDEREÇO **SITIO TRINDDE – PA MANAH I -CANABRAVA DO NORTE-MT**		

Doravante denominado CONTRATADO, tem justo e contratado pelo presente instrumento as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO SUPORTE LEGAL

O presente contrato de serviços temporários está embasado na Lei Municipal n°.698/2017 que dispõem da contratação temporária de pessoal, e o regimento a ser cumprido tanto do Contratado quanto da Contratante, dar-se à em disposto da Lei Municipal 252/2005.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

O objeto do presente Contrato de Prestação de Serviços Temporários ao Município, no exercício das atribuições descritas abaixo, conforme Lei Autorizativa 698/2017 e demais Normas regulamentares.

CARGO/FUNÇÃO
FISCAL DE TRIBUTOS MUNICIPAL

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REGIME DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

Os serviços ora contratados serão executados de forma pessoal, conforme as disposições das Leis Municipais vigentes, normas internas e regulamentos da secretaria abaixo identificada e demais disposições deste instrumento, segundo as necessidades da mesma.

SECRETARIA/DEPARTAMENTO
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS - SEFIN

CLÁUSULA QUARTA – LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

O local da prestação dos serviços será determinado pela autoridade superior hierárquica a que estiver subordinado o contratado, atendendo a conveniência oportunidade e interesse da mesma.

CLÁUSULA QUINTA – DA CARGA HORÁRIA

A carga horária preestabelecida no ato da contratação corresponderá a 40 horas semanais.

CLÁUSULA SEXTA – DA REMUNERAÇÃO

O valor da remuneração identificada abaixo é conforme instituído nos anexos das Leis Municipais vigentes e a carga horária estabelecida no ato da contratação.

1.043,00(HUM MIL E QUARENTA E TRES REAIS)

CLÁUSULA SÉTIMA – DO PAGAMENTO

O pagamento da remuneração a qual se refere este contrato será efetuado até o quinto dia útil do mês subseqüente ao vencido.

CLÁUSULA OITAVA – DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

O CONTRATADO, obrigatoriamente está vinculado ao RGPS – Regime Geral da Previdência Social, para o qual contribuirá, sendo descontado em sua remuneração mensal bruta, o percentual devido, conforme a legislação vigente.

CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO E DISTRATO

9.1- O presente contratado poderá ser rescindido:

Quando cessarem os motivos que ensejam sua celebração.

Pelo descumprimento de disposição legal e regulamentares aplicáveis, a relação ou das cláusulas contratuais.

9.2 - O distrato ocorrerá:

Por iniciativa do CONTRATANTE, desde que haja comunicação a CONTRATADA, com antecedência mínima de 30 dias.

Por iniciativa do CONTRATADO, com comunicação por escrito, com 30 (trinta) dias de antecedência ao Departamento de Recursos Humanos.

CLÁUSULA DÉCIMA –DA VIGÊNCIA

O presente instrumento de contrato tem sua vigência conforme período-descrito abaixo:

INICIO	TÉRMINO
08/05/2017	**08/05/2018**

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os recursos financeiros necessários e suficientes a contratação constam na Lei Orçamentária Municipal, que correrão a conta das seguintes dotações do Orçamento – Programa.

UNIDADE	PROJETO ATIVIDADE	CÓDIGO REDUZIDO	ELEMENTO
03	**2006**	**39**	**3.1.90.04.00.00.00**

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO

As partes em comum acordo elegem o Foro da Comarca de Porto Alegre do Norte – MT para diminuir quaisquer dúvidas do presente instrumento de contrato.

E por estarem justas, e contratadas, as partes assinam o presente instrumento de contrato em 03 (três) vias de igual teor, para um só fim e efeito, na presença de 02 (duas) testemunhas que a tudo presenciaram.

Canabrava do Norte – MT, 08 de Maio de 2017.

_____

Prefeito Municipal

Contratante

_____

Contratado (a)

_____ _____

Testemunha Testemunha

SEC. DE ADMINISTRAÇÃO/ RH
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO

SERVIDOR MUNICIPAL Nº.125/2017

O MUNICÍPIO DE CANABRAVA DO NORTE – MT, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o n° **37.465.200/0001-20**, com sede a Praça Frederico de Souza Brito, S/N°, neste ato representado pelo digníssimo Prefeito Municipal o Sr. **JOÃO CLEITON ARAUJO DE MEDEIROS**, brasileiro, casado e portador do CPF n° 011.173.691.96 e da cédula de Identidade n° 156380-3 SSP/MT denominado **CONTRATANTE**, e do outro lado a Sra. identificada abaixo:

NOME	CTPS/SERIE/UF	CPF
NURIA LOUZEIRO DE OLIVEIRA	**15779/0022/MT**	**039.962.151-26**
ENDEREÇO **AV.ANTONIO BOSAIPO-S/N – CENTRO-CANABRAVA DO NORTE-MT**		

Doravante denominada CONTRATADA, tem justo e contratada pelo presente instrumento as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO SUPORTE LEGAL

O presente contrato de serviços temporários está embasado na Lei Municipal n°.698/2017 que dispõem da contratação temporária de pessoal, e o regimento a ser cumprido tanto do Contratado quanto da Contratante, dar-se à em disposto da Lei Municipal 252/2005.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

O objeto do presente Contrato de Prestação de Serviços Temporários ao Município, no exercício das atribuições descritas abaixo, conforme Lei Autorizativa 698/2017 e demais Normas regulamentares.

CARGO/FUNÇÃO
MONITORA DE ALUNOS ESPECIAIS

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REGIME DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

Os serviços ora contratados serão executados de forma pessoal, conforme as disposições das Leis Municipais vigentes, normas internas e regulamentos da secretaria abaixo identificada e demais disposições deste instrumento, segundo as necessidades da mesma.

SECRETARIA/DEPARTAMENTO
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO,ESPORTE, LAZER E CULTURA - SMEELC

CLÁUSULA QUARTA – LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

O local da prestação dos serviços será determinado pela autoridade superior hierárquica a que estiver subordinado o contratado, atendendo a conveniência oportunidade e interesse da mesma.

CLÁUSULA QUINTA – DA CARGA HORÁRIA

A carga horária preestabelecida no ato da contratação corresponderá a 20 horas semanais.

CLÁUSULA SEXTA – DA REMUNERAÇÃO

O valor da remuneração identificada abaixo é conforme instituído nos anexos das Leis Municipais vigentes e a carga horária estabelecida no ato da contratação.

937,00(NOVECENTOS E TRINTA E SETE REAIS)

CLÁUSULA SÉTIMA – DO PAGAMENTO

O pagamento da remuneração a qual se refere este contrato será efetuado até o quinto dia útil do mês subseqüente ao vencido.

CLÁUSULA OITAVA – DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

O CONTRATADO, obrigatoriamente está vinculado ao RGPS – Regime Geral da Previdência Social, para o qual contribuirá, sendo descontado em sua remuneração mensal bruta, o percentual devido, conforme a legislação vigente.

CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO E DISTRATO

9.1- O presente contratado poderá ser rescindido:

Quando cessarem os motivos que ensejam sua celebração.

Pelo descumprimento de disposição legal e regulamentares aplicáveis, a relação ou das cláusulas contratuais.

9.2 - O distrato ocorrerá:

Por iniciativa do CONTRATANTE, desde que haja comunicação a CONTRATADA, com antecedência mínima de 30 dias.

Por iniciativa do CONTRATADO, com comunicação por escrito, com 30 (trinta) dias de antecedência ao Departamento de Recursos Humanos.

CLÁUSULA DÉCIMA –DA VIGÊNCIA

O presente instrumento de contrato tem sua vigência conforme período descrito abaixo:

INICIO	TÉRMINO
08/05/2017	**08/05/2018**

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os recursos financeiros necessários e suficientes a contratação constam na Lei Orçamentária Municipal, que correrão a conta das seguintes dotações do Orçamento – Programa.

UNIDADE	PROJETO ATIVIDADE	CÓDIGO REDUZIDO	ELEMENTO
04	**2.013**	**069**	**3.1.90.04.00.00.00**

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO

As partes em comum acordo elegem o Foro da Comarca de Porto Alegre do Norte – MT para diminuir quaisquer dúvidas do presente instrumento de contrato.

E por estarem justas, e contratadas, as partes assinam o presente instrumento de contrato em 03 (três) vias de igual teor, para um só fim e efeito, na presença de 02 (duas) testemunhas que a tudo presenciaram.

Canabrava do Norte – MT, 08 de Maio de 2017.

_____

Prefeito Municipal

Contratante

_____

Contratado (a)

_____ _____

Testemunha Testemunha

SEC. DE ADMINISTRAÇÃO/ RH
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO

SERVIDOR MUNICIPAL Nº.117/ 2017

O MUNICÍPIO DE CANABRAVA DO NORTE – MT, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o n° **37.465.200/0001-20**, com sede a Praça Frederico de Souza Brito, S/N°, neste ato representado pelo digníssimo Prefeito Municipal o Sr. **JOÃO CLEITON ARAUJO DE MEDEIROS**, brasileiro, casado e portador do CPF n° 011.173.691.96 e da cédula de Identidade n° 156380-3 SSP/MT denominado **CONTRATANTE**, e do outro lado a Sra. identificada abaixo:

NOME	CTPS/SERIE/UF	CPF
NATALIA MOLINA SCHEIDER	**5684370-0050 - MT**	**044.577.891-19**
ENDEREÇO **AV.JOAO SACERDOTE DE SOUZA-S/N – CENTRO-CANABRAVA DO NORTE-MT**		

Doravante denominada CONTRATADA, tem justo e contratada pelo presente instrumento as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO SUPORTE LEGAL

O presente contrato de serviços temporários está embasado na Lei Municipal n°.698/2017 que dispõem da contratação temporária de pessoal, e o regimento a ser cumprido tanto do Contratado quanto da Contratante, dar-se à em disposto da Lei Municipal 252/2005.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

O objeto do presente Contrato de Prestação de Serviços Temporários ao Município, no exercício das atribuições descritas abaixo, conforme Lei Autorizativa 698/2017 e demais Normas regulamentares.

CARGO/FUNÇÃO
NUTRICIONISTA

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REGIME DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

Os serviços ora contratados serão executados de forma pessoal, conforme as disposições das Leis Municipais vigentes, normas internas e regulamentos da secretaria abaixo identificada e demais disposições deste instrumento, segundo as necessidades da mesma.

SECRETARIA/DEPARTAMENTO
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO,ESPORTE, LAZER E CULTURA - SMEELC

CLÁUSULA QUARTA – LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

O local da prestação dos serviços será determinado pela autoridade superior hierárquica a que estiver subordinado o contratado, atendendo a conveniência oportunidade e interesse da mesma.

CLÁUSULA QUINTA – DA CARGA HORÁRIA

A carga horária preestabelecida no ato da contratação corresponderá a 30 horas semanais.

CLÁUSULA SEXTA – DA REMUNERAÇÃO

O valor da remuneração identificada abaixo é conforme instituído nos anexos das Leis Municipais vigentes e a carga horária estabelecida no ato da contratação.

2.282,04(DOIS MIL DUZENTOS E OITENTA E DOIS REIAS E QUATRO CENTAVOS

CLÁUSULA SÉTIMA – DO PAGAMENTO

O pagamento da remuneração a qual se refere este contrato será efetuado até o quinto dia útil do mês subseqüente ao vencido.

CLÁUSULA OITAVA – DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

O CONTRATADO, obrigatoriamente está vinculado ao RGPS – Regime Geral da Previdência Social, para o qual contribuirá, sendo descontado em sua remuneração mensal bruta, o percentual devido, conforme a legislação vigente.

CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO E DISTRATO

9.1- O presente contratado poderá ser rescindido:

Quando cessarem os motivos que ensejam sua celebração.

Pelo descumprimento de disposição legal e regulamentares aplicáveis, a relação ou das cláusulas contratuais.

9.2 - O distrato ocorrerá:

Por iniciativa do CONTRATANTE, desde que haja comunicação a CONTRATADA, com antecedência mínima de 30 dias.

Por iniciativa do CONTRATADO, com comunicação por escrito, com 30 (trinta) dias de antecedência ao Departamento de Recursos Humanos.

CLÁUSULA DÉCIMA –DA VIGÊNCIA

O presente instrumento de contrato tem sua vigência conforme período descrito abaixo:

INICIO	TÉRMINO
08/05/2017	**08/05/2018**

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os recursos financeiros necessários e suficientes a contratação constam na Lei Orçamentária Municipal, que correrão a conta das seguintes dotações do Orçamento – Programa.

UNIDADE	PROJETO ATIVIDADE	CÓDIGO REDUZIDO	ELEMENTO
04	**2.013**	**069**	**3.1.90.04.00.00.00**

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO

As partes em comum acordo elegem o Foro da Comarca de Porto Alegre do Norte – MT para diminuir quaisquer dúvidas do presente instrumento de contrato.

E por estarem justas, e contratadas, as partes assinam o presente instrumento de contrato em 03 (três) vias de igual teor, para um só fim e efeito, na presença de 02 (duas) testemunhas que a tudo presenciaram.

Canabrava do Norte – MT, 08 de Maio de 2017.

_____

Prefeito Municipal

Contratante

_____

Contratado (a)

_____ _____

Testemunha Testemunha

SEC. DE ADMINISTRAÇÃO/ RH
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO

SERVIDOR MUNICIPAL Nº 96/ 2017

O MUNICÍPIO DE CANABRAVA DO NORTE – MT, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o n° **37.465.200/0001-20**, com sede a Praça Frederico de Souza Brito, S/N°, neste ato representado pelo digníssimo Prefeito Municipal o Sr. **JOÃO CLEITON ARAUJO DE MEDEIROS**, brasileiro, casado e portador do CPF n° 011.173.691.96 e da cédula de Identidade n° 156380-3 SSP/MT denominado **CONTRATANTE**, e do outro lado a Sra. identificada abaixo:

NOME	CTPS/SERIE/UF	CPF
MARLON SILVA DE SOUSA	**89280/00019 - MT**	**023.539.421-13**
ENDEREÇO **DISTRITO DE PRIMAVERA DO FONTOURA-CANABRAVA DO NORTE-MT**		

Doravante denominada CONTRATADA, tem justo e contratado pelo presente instrumenta as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO SUPORTE LEGAL

O presente contrato de serviços temporários está embasado na Lei Complementar Municipal n°.698/2017 que dispõem da contratação temporária de pessoal, e o regimento a ser cumprido tanto do Contratado quanto da Contratante, dar-se à em disposto da Lei Municipal 252/2005.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

O objeto do presente Contrato de Prestação de Serviços Temporários ao Município, no exercício das atribuições descritas abaixo, conforme Lei Autorizativa 698/2017 e demais Normas regulamentares.

CARGO/FUNÇÃO
ENFERMEIRO

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REGIME DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

Os serviços ora contratados serão executados de forma pessoal, conforme as disposições das Leis Municipais vigentes, normas internas e regulamentos da secretaria abaixo identificada e demais disposições deste instrumento, segundo as necessidades da mesma.

SECRETARIA/DEPARTAMENTO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE –SMS/DISTRITO DE PRIMAVERA DO FONTOURA

CLÁUSULA QUARTA – LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

O local da prestação dos serviços será determinado pela autoridade superior hierárquica a que estiver subordinado o contratado, atendendo a conveniência oportunidade e interesse da mesma.

CLÁUSULA QUINTA – DA CARGA HORÁRIA

A carga horária preestabelecida no ato da contratação corresponderá a 40 horas semanais.

CLÁUSULA SEXTA – DA REMUNERAÇÃO

O valor da remuneração identificada abaixo é conforme instituído nos anexos das Leis Municipais vigentes e a carga horária estabelecida no ato da contratação.

4.629,62 [Quatro Mil Seiscentos e Vinte e Nove Reais e Sessenta e Dois Centavos]

CLÁUSULA SÉTIMA – DO PAGAMENTO

O pagamento da remuneração a qual se refere este contrato será efetuado até o quinto dia útil do mês subseqüente ao vencido.

CLÁUSULA OITAVA – DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

ACONTRATADA, obrigatoriamente está vinculado ao RGPS – Regime Geral da Previdência Social, para o qual contribuirá, sendo descontado em sua remuneração mensal bruta, o percentual devido, conforme a legislação vigente.

CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO E DISTRATO

9.1- O presente contratado poderá ser rescindido:

Quando cessarem os motivos que ensejam sua celebração.

Pelo descumprimento de disposição legal e regulamentares aplicáveis, a relação ou das cláusulas contratuais.

9.2 - O distrato ocorrerá:

Por iniciativa do CONTRATANTE, desde que haja comunicação a CONTRATADA, com antecedência mínima de 30 dias.

Por iniciativa do CONTRATADO, com comunicação por escrito, com 30 (trinta) dias de antecedência ao Departamento de Recursos Humanos.

CLÁUSULA DÉCIMA –DA VIGÊNCIA

O presente instrumento de contrato tem sua vigência conforme períododescrito abaixo:

INICIO	TÉRMINO
08/05/2016	**08/05/2018**

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os recursos financeiros necessários e suficientes a contratação constam na Lei Orçamentária Municipal, que correrão a conta das seguintes dotações do Orçamento – Programa.

UNIDADE	PROJETO ATIVIDADE	CÓDIGO REDUZIDO	ELEMENTO
05	**2.023**	**151**	**3.1.90.04.00.00.00**

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO

As partes em comum acordo elegem o Foro da Comarca de Porto Alegre do Norte – MT para diminuir quaisquer dúvidas do presente instrumento de contrato.

E por estarem justas, e contratadas, as partes assinam o presente instrumento de contrato em 03 (três) vias de igual teor, para um só fim e efeito, na presença de 02 (duas) testemunhas que a tudo presenciaram.

Canabrava do Norte – MT, 08 de Maio de 2017.

_____

Prefeito Municipal

Contratante

_____

Contratado (a)

_____ _____

Testemunha Testemunha

SEC. DE ADMINISTRAÇÃO/ RH
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO

SERVIDOR MUNICIPAL Nº.114/ 2017

O MUNICÍPIO DE CANABRAVA DO NORTE – MT, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o n° **37.465.200/0001-20**, com sede a Praça Frederico de Souza Brito, S/N°, neste ato representado pelo digníssimo Prefeito Municipal o Sr. **JOÃO CLEITON ARAUJO DE MEDEIROS**, brasileiro, casado e portador do CPF n° 011.173.691.96 e da cédula de Identidade n° 156380-3 SSP/MT denominado **CONTRATANTE**, e do outro lado a Sra. identificada abaixo:

NOME	CTPS/SERIE/UF	CPF
MARIA EUSELIA VIEIRA DA SILVA	**15921/0022- MT**	**921.517.521-00**
ENDEREÇO **RUA SEM DENOMINAÇÃO Nº.33 – CENTRO-CANABRAVA DO NORTE-MT**		

Doravante denominada CONTRATADA, tem justo e contratada pelo presente instrumento as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO SUPORTE LEGAL

O presente contrato de serviços temporários está embasado na Lei Municipal n°.698/2017 que dispõem da contratação temporária de pessoal, e o regimento a ser cumprido tanto do Contratado quanto da Contratante, dar-se à em disposto da Lei Municipal 252/2005.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

O objeto do presente Contrato de Prestação de Serviços Temporários ao Município, no exercício das atribuições descritas abaixo, conforme Lei Autorizativa 698/2017 e demais Normas regulamentares.

CARGO/FUNÇÃO
PROFESSOR LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REGIME DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

Os serviços ora contratados serão executados de forma pessoal, conforme as disposições das Leis Municipais vigentes, normas internas e regulamentos da secretaria abaixo identificada e demais disposições deste instrumento, segundo as necessidades da mesma.

SECRETARIA/DEPARTAMENTO
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO,ESPORTE, LAZER E CULTURA - SMEELC

CLÁUSULA QUARTA – LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

O local da prestação dos serviços será determinado pela autoridade superior hierárquica a que estiver subordinado o contratado, atendendo a conveniência oportunidade e interesse da mesma.

CLÁUSULA QUINTA – DA CARGA HORÁRIA

A carga horária preestabelecida no ato da contratação corresponderá a 30 horas semanais.

CLÁUSULA SEXTA – DA REMUNERAÇÃO

O valor da remuneração identificada abaixo é conforme instituído nos anexos das Leis Municipais vigentes e a carga horária estabelecida no ato da contratação.

2.586,16(DOIS MIL QUINHENTOS E OITENTA E SEIS REAIS E DEZESSEIS CENTAVOS)

CLÁUSULA SÉTIMA – DO PAGAMENTO

O pagamento da remuneração a qual se refere este contrato será efetuado até o quinto dia útil do mês subseqüente ao vencido.

CLÁUSULA OITAVA – DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

O CONTRATADO, obrigatoriamente está vinculado ao RGPS – Regime Geral da Previdência Social, para o qual contribuirá, sendo descontado em sua remuneração mensal bruta, o percentual devido, conforme a legislação vigente.

CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO E DISTRATO

9.1- O presente contratado poderá ser rescindido:

Quando cessarem os motivos que ensejam sua celebração.

Pelo descumprimento de disposição legal e regulamentares aplicáveis, a relação ou das cláusulas contratuais.

9.2 - O distrato ocorrerá:

Por iniciativa do CONTRATANTE, desde que haja comunicação a CONTRATADA, com antecedência mínima de 30 dias.

Por iniciativa do CONTRATADO, com comunicação por escrito, com 30 (trinta) dias de antecedência ao Departamento de Recursos Humanos.

CLÁUSULA DÉCIMA –DA VIGÊNCIA

O presente instrumento de contrato tem sua vigência conforme períododescrito abaixo:

INICIO	TÉRMINO
08/05/2017	**08/05/2018**

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os recursos financeiros necessários e suficientes a contratação constam na Lei Orçamentária Municipal, que correrão a conta das seguintes dotações do Orçamento – Programa.

UNIDADE	PROJETO ATIVIDADE	CÓDIGO REDUZIDO	ELEMENTO
04	**2.013**	**069**	**3.1.90.04.00.00.00**

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO

As partes em comum acordo elegem o Foro da Comarca de Porto Alegre do Norte – MT para diminuir quaisquer dúvidas do presente instrumento de contrato.

E por estarem justas, e contratadas, as partes assinam o presente instrumento de contrato em 03 (três) vias de igual teor, para um só fim e efeito, na presença de 02 (duas) testemunhas que a tudo presenciaram.

Canabrava do Norte – MT, 08 de Maio de 2017.

_____

Prefeito Municipal

Contratante

_____

Contratado (a)

_____ _____

Testemunha Testemunha

SEC. DE ADMINISTRAÇÃO/ RH
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO

SERVIDOR MUNICIPAL Nº. 90/ 2017

O MUNICÍPIO DE CANABRAVA DO NORTE – MT, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o n° **37.465.200/0001-20**, com sede a Praça Frederico de Souza Brito, S/N°, neste ato representado pelo digníssimo Prefeito Municipal o Sr. **JOÃO CLEITON ARAUJO DE MEDEIROS**, brasileiro, casado e portador do CPF n° 011.173.691.96 e da cédula de Identidade n° 156380-3 SSP/MT denominado **CONTRATANTE**, e do outro lado a Sr. identificada abaixo:

NOME	CTPS/SERIE/UF	CPF
DEOCLECELINA JANUARIO DE MATOS	**42899/00027 - GO**	**004.606.151-73**
ENDEREÇO **AV.AMARO FRANCISCO DA SILVA S/N° - CENTRO – CANABRAVA DO NORTE- MT**		

Doravante denominada CONTRATADA, tem justo e contratado pelo presente instrumento as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO SUPORTE LEGAL

O presente contrato de serviços temporários está embasado na Lei Municipal n°.698/2017 que dispõem da contratação temporária de pessoal, e o regimento a ser cumprido tanto do Contratado quanto da Contratante, dar-se à em disposto da Lei Municipal 252/2005.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

O objeto do presente Contrato de Prestação de Serviços Temporários ao Município, no exercício das atribuições descritas abaixo, conforme Lei Autorizativa 698/2017 e demais Normas regulamentares.

CARGO/FUNÇÃO
TECNICA EM ENFERMAGEM

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REGIME DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

Os serviços ora contratados serão executados de forma pessoal, conforme as disposições das Leis Municipais vigentes, normas internas e regulamentos da secretaria abaixo identificada e demais disposições deste instrumento, segundo as necessidades da mesma.

SECRETARIA/DEPARTAMENTO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE -SMS

CLÁUSULA QUARTA – LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

O local da prestação dos serviços será determinado pela autoridade superior hierárquica a que estiver subordinado o contratado, atendendo a conveniência oportunidade e interesse da mesma.

CLÁUSULA QUINTA – DA CARGA HORÁRIA

A carga horária preestabelecida no ato da contratação corresponderá a 40 horas semanais.

CLÁUSULA SEXTA – DA REMUNERAÇÃO

O valor da remuneração identificada abaixo é conforme instituído nos anexos das Leis Municipais vigentes e a carga horária estabelecida no ato da contratação.

1.200,79 [Hum Mil e Duzentos Reais e Setenta e Nove Centavos]

CLÁUSULA SÉTIMA – DO PAGAMENTO

O pagamento da remuneração a qual se refere este contrato será efetuado até o quinto dia útil do mês subseqüente ao vencido.

CLÁUSULA OITAVA – DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

ACONTRATADA, obrigatoriamente está vinculado ao RGPS – Regime Geral da Previdência Social, para o qual contribuirá, sendo descontado em sua remuneração mensal bruta, o percentual devido, conforme a legislação vigente.

CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO E DISTRATO

9.1- O presente contratado poderá ser rescindido:

Quando cessarem os motivos que ensejam sua celebração.

Pelo descumprimento de disposição legal e regulamentares aplicáveis, a relação ou das cláusulas contratuais.

9.2 - O distrato ocorrerá:

Por iniciativa do CONTRATANTE, desde que haja comunicação a CONTRATADA, com antecedência mínima de 30 dias.

Por iniciativa do CONTRATADO, com comunicação por escrito, com 30 (trinta) dias de antecedência ao Departamento de Recursos Humanos.

CLÁUSULA DÉCIMA –DA VIGÊNCIA

O presente instrumento de contrato tem sua vigência conforme períododescrito abaixo:

INICIO	TÉRMINO
08/05/2016	**08/05/2018**

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os recursos financeiros necessários e suficientes a contratação constam na Lei Orçamentária Municipal, que correrão a conta das seguintes dotações do Orçamento – Programa.

UNIDADE	PROJETO ATIVIDADE	CÓDIGO REDUZIDO	ELEMENTO
05	**2023**	**151**	**3.1.90.04.00.00.00**

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO

As partes em comum acordo elegem o Foro da Comarca de Porto Alegre do Norte – MT para diminuir quaisquer dúvidas do presente instrumento de contrato.

E por estarem justas, e contratadas, as partes assinam o presente instrumento de contrato em 03 (três) vias de igual teor, para um só fim e efeito, na presença de 02 (duas) testemunhas que a tudo presenciaram.

Canabrava do Norte – MT, 08 de Maio de 2017.

_____

Prefeito Municipal

Contratante

_____

Contratado (a)

_____ _____

Testemunha Testemunha

SEC. DE ADMINISTRAÇÃO/ RH
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO

SERVIDOR MUNICIPAL Nº.86/ 2017

O MUNICÍPIO DE CANABRAVA DO NORTE – MT, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o n° **37.465.200/0001-20**, com sede a Praça Frederico de Souza Brito, S/N°, neste ato representado pelo digníssimo Prefeito Municipal o Sr. **JOÃO CLEITON ARAUJO DE MEDEIROS**, brasileiro, casado e portador do CPF n° 011.173.691.96e da cédula de Identidade n° 156380-3 SSP/MT denominado **CONTRATANTE**, e do outro lado o Sr. identificado abaixo:

NOME	CTPS/SERIE/UF	CPF
JOÃO LUIZ ELIAS DE ALMEIDA	**67707/00026 - MT**	**023.146.191-70**
ENDEREÇO **RUA TORQUATO DO NASCIMENTO S/N-CENTRO – CANABRAVA DO NORTE-MT**		

Doravante denominado CONTRATADO, tem justo e contratado pelo presente instrumenta as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO SUPORTE LEGAL

O presente contrato de serviços temporários está embasado na Lei Complementar Municipal n°.698/2017 que dispõem da contratação temporária de pessoal, e o regimento a ser cumprido tanto do Contratado quanto da Contratante, dar-se à em disposto da Lei Municipal 252/2005.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

O objeto do presente Contrato de Prestação de Serviços Temporários ao Município, no exercício das atribuições descritas abaixo, conforme Lei Autorizativa 698/2017 e demais Normas regulamentares.

CARGO/FUNÇÃO
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REGIME DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

Os serviços ora contratados serão executados de forma pessoal, conforme as disposições das Leis Municipais vigentes, normas internas e regulamentos da secretaria abaixo identificada e demais disposições deste instrumento, segundo as necessidades da mesma.

SECRETARIA/DEPARTAMENTO
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, SERVIÇOS PUBLICOS E URBANOS - SINSPU

CLÁUSULA QUARTA – LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

O local da prestação dos serviços será determinado pela autoridade superior hierárquica a que estiver subordinado o contratado, atendendo a conveniência oportunidade e interesse da mesma.

CLÁUSULA QUINTA – DA CARGA HORÁRIA

A carga horária preestabelecida no ato da contratação corresponderá a 40 horas semanais.

CLÁUSULA SEXTA – DA REMUNERAÇÃO

O valor da remuneração identificada abaixo é conforme instituído nos anexos das Leis Municipais vigentes e a carga horária estabelecida no ato da contratação.

937,00 [Novecentos e Trinta e Sete Reais]

CLÁUSULA SÉTIMA – DO PAGAMENTO

O pagamento da remuneração a qual se refere este contrato será efetuado até o quinto dia útil do mês subsequente ao vencido.

CLÁUSULA OITAVA – DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

OCONTRATADO, obrigatoriamente está vinculado ao RGPS – Regime Geral da Previdência Social, para o qual contribuirá, sendo descontado em sua remuneração mensal bruta, o percentual devido, conforme a legislação vigente.

CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO E DISTRATO

9.1- O presente contratado poderá ser rescindido:

Quando cessarem os motivos que ensejam sua celebração.

Pelo descumprimento de disposição legal e regulamentares aplicáveis, a relação ou das cláusulas contratuais.

9.2 - O distrato ocorrerá:

Por iniciativa do CONTRATANTE, desde que haja comunicação ao CONTRATADO, com antecedência mínima de 30 dias.

Por iniciativa do CONTRATADO, com comunicação por escrito, com 30 (trinta) dias de antecedência ao Departamento de Recursos Humanos.

CLÁUSULA DÉCIMA –DA VIGÊNCIA

O presente instrumento de contrato tem sua vigência conforme período descrito abaixo:

INICIO	TÉRMINO
08/05/2016	**08/05/2018**

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os recursos financeiros necessários e suficientes a contratação constam na Lei Orçamentária Municipal, que correrão a conta das seguintes dotações do Orçamento – Programa.

UNIDADE	PROJETO ATIVIDADE	CÓDIGO REDUZIDO	ELEMENTO
07	**2.081**	**259**	**3.1.90.04.00.00.00**

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO

As partes em comum acordo elegem o Foro da Comarca de Porto Alegre do Norte – MT para diminuir quaisquer dúvidas do presente instrumento de contrato.

E por estarem justas, e contratadas, as partes assinam o presente instrumento de contrato em 03 (três) vias de igual teor, para um só fim e efeito, na presença de 02 (duas) testemunhas que a tudo presenciaram.

Canabrava do Norte – MT, 08 de Maio de 2017.

_____

Prefeito Municipal

Contratante

_____

Contratado (a)

_____ _____

Testemunha Testemunha

SEC. DE ADMINISTRAÇÃO/ RH
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO

SERVIDOR MUNICIPAL Nº.87/ 2017

O MUNICÍPIO DE CANABRAVA DO NORTE – MT, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o n° **37.465.200/0001-20**, com sede a Praça Frederico de Souza Brito, S/N°, neste ato representado pelo digníssimo Prefeito Municipal o Sr. **JOÃO CLEITON ARAUJO DE MEDEIROS**, brasileiro, casado, portador do CPF n° 011.173.691.96 e da cédula de Identidade n° 156380-3 SSP/MT denominado **CONTRATANTE**, e do outro lado o Sr. identificado abaixo:

NOME	CTPS/SERIE/UF	CPF
JOSE ALVES CARDOSO	**17315/00019 - MT**	**550.849.231-34**
ENDEREÇO **RUA FAUSTINO FERREIRA DA SILVA S/N-CENTRO – CANABRAVA DO NORTE- MT**		

Doravante denominado CONTRATADO, tem justo e contratado pelo presente instrumenta as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO SUPORTE LEGAL

O presente contrato de serviços temporários está embasado na Lei Complementar Municipal n°.698/2017 que dispõem da contratação temporária de pessoal, e o regimento a ser cumprido tanto do Contratado quanto da Contratante, dar-se à em disposto da Lei Municipal 252/2005.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

O objeto do presente Contrato de Prestação de Serviços Temporários ao Município, no exercício das atribuições descritas abaixo, conforme Lei Autorizativa 698/2017 e demais Normas regulamentares.

CARGO/FUNÇÃO
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REGIME DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

Os serviços ora contratados serão executados de forma pessoal, conforme as disposições das Leis Municipais vigentes, normas internas e regulamentos da secretaria abaixo identificada e demais disposições deste instrumento, segundo as necessidades da mesma.

SECRETARIA/DEPARTAMENTO
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, SERVIÇOS PUBLICOS E URBANOS - SINSPU

CLÁUSULA QUARTA – LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

O local da prestação dos serviços será determinado pela autoridade superior hierárquica a que estiver subordinado o contratado, atendendo a conveniência oportunidade e interesse da mesma.

CLÁUSULA QUINTA – DA CARGA HORÁRIA

A carga horária preestabelecida no ato da contratação corresponderá a 40 horas semanais.

CLÁUSULA SEXTA – DA REMUNERAÇÃO

O valor da remuneração identificada abaixo é conforme instituídonos anexos das Leis Municipais vigentes e a carga horária estabelecida no ato da contratação.

937,00 [Novecentos e Trinta e Sete Reais]

CLÁUSULA SÉTIMA – DO PAGAMENTO

O pagamento da remuneração a qual se refere este contrato será efetuado até o quinto dia útil do mês subseqüente ao vencido.

CLÁUSULA OITAVA – DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

OCONTRATADO, obrigatoriamente está vinculado ao RGPS – Regime Geral da Previdência Social, para o qual contribuirá, sendo descontado em sua remuneração mensal bruta, o percentual devido, conforme a legislação vigente.

CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO E DISTRATO

9.1- O presente contratado poderá ser rescindido:

Quando cessarem os motivos que ensejam sua celebração.

Pelo descumprimento de disposição legal e regulamentares aplicáveis, a relação ou das cláusulas contratuais.

9.2 - O distrato ocorrerá:

Por iniciativa do CONTRATANTE, desde que haja comunicação ao CONTRATADO, com antecedência mínima de 30 dias.

Por iniciativa do CONTRATADO, com comunicação por escrito, com 30 (trinta) dias de antecedência ao Departamento de Recursos Humanos.

CLÁUSULA DÉCIMA –DA VIGÊNCIA

O presente instrumento de contrato tem sua vigência conforme período descrito abaixo:

INICIO	TÉRMINO
08/05/2016	**08/05/2018**

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os recursos financeiros necessários e suficientes a contratação constam na Lei Orçamentária Municipal, que correrão a conta das seguintes dotações do Orçamento – Programa.

UNIDADE	PROJETO ATIVIDADE	CÓDIGO REDUZIDO	ELEMENTO
07	**2081**	**259**	**3.1.90.04.00.00.00**

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO

As partes em comum acordo elegem o Foro da Comarca de Porto Alegre do Norte – MT para diminuir quaisquer dúvidas do presente instrumento de contrato.

E por estarem justas, e contratadas, as partes assinam o presente instrumento de contrato em 03 (três) vias de igual teor, para um só fim e efeito, na presença de 02 (duas) testemunhas que a tudo presenciaram.

Canabrava do Norte – MT, 10 de Maio de 2017.

_____

Prefeito Municipal

Contratante

_____

Contratado (a)

_____ _____

Testemunha Testemunha

SEC. DE ADMINISTRAÇÃO/ RH
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO

SERVIDOR MUNICIPAL Nº 101/ 2017

O MUNICÍPIO DE CANABRAVA DO NORTE – MT, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o n° **37.465.200/0001-20**, com sede a Praça Frederico de Souza Brito, S/N°, neste ato representado pelo digníssimo Prefeito Municipal o Sr. **JOÃO CLEITON ARAUJO DE MEDEIROS**, brasileiro, casado e portador do CPF n° 011.173.691.96 e da cédula de Identidade n° 156380-3 SSP/MT denominado **CONTRATANTE**, e do outro lado o Sr. identificado abaixo:

NOME	CTPS/SERIE/UF	CPF
LYONARD SILVIO DA SILVA	**099166/0024 - MA**	**437.941.223-72**
ENDEREÇO **RUA TORQUATO DO NASCIMENTO S/N – CENTRO-CANABRAVA DO NORTE-MT**		

Doravante denominado CONTRATADO, tem justo e contratado pelo presente instrumento as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO SUPORTE LEGAL

O presente contrato de serviços temporários está embasado na Lei Municipal n°.698/2017 que dispõem da contratação temporária de pessoal, e o regimento a ser cumprido tanto do Contratado quanto da Contratante, darse à em disposto da Lei Municipal 252/2005.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

O objeto do presente Contrato de Prestação de Serviços Temporários ao Município, no exercício das atribuições descritas abaixo, conforme Lei Autorizativa 698/2017 e demais Normas regulamentares.

CARGO/FUNÇÃO
TECNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REGIME DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

Os serviços ora contratados serão executados de forma pessoal, conforme as disposições das Leis Municipais vigentes, normas internas e regulamentos da secretaria abaixo identificada e demais disposições deste instrumento, segundo as necessidades da mesma.

SECRETARIA/DEPARTAMENTO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SAD

CLÁUSULA QUARTA – LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

O local da prestação dos serviços será determinado pela autoridade superior hierárquica a que estiver subordinado o contratado, atendendo a conveniência oportunidade e interesse da mesma.

CLÁUSULA QUINTA – DA CARGA HORÁRIA

A carga horária preestabelecida no ato da contratação corresponderá a 20 horas semanais.

CLÁUSULA SEXTA – DA REMUNERAÇÃO

O valor da remuneração identificada abaixo é conforme instituído nos anexos das Leis Municipais vigentes e a carga horária estabelecida no ato da contratação.

1.500,00(HUM MIL E QUINHENTOS REAIS)

CLÁUSULA SÉTIMA – DO PAGAMENTO

O pagamento da remuneração a qual se refere este contrato será efetuado até o quinto dia útil do mês subseqüente ao vencido.

CLÁUSULA OITAVA – DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

O CONTRATADO, obrigatoriamente está vinculado ao RGPS – Regime Geral da Previdência Social, para o qual contribuirá, sendo descontado em sua remuneração mensal bruta, o percentual devido, conforme a legislação vigente.

CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO E DISTRATO

9.1- O presente contratado poderá ser rescindido:

Quando cessarem os motivos que ensejam sua celebração.

Pelo descumprimento de disposição legal e regulamentares aplicáveis, a relação ou das cláusulas contratuais.

9.2 - O distrato ocorrerá:

Por iniciativa do CONTRATANTE, desde que haja comunicação a CONTRATADA, com antecedência mínima de 30 dias.

Por iniciativa do CONTRATADO, com comunicação por escrito, com 30 (trinta) dias de antecedência ao Departamento de Recursos Humanos.

CLÁUSULA DÉCIMA-DA VIGÊNCIA

O presente instrumento de contrato tem sua vigência conforme período descrito abaixo:

INICIO	TÉRMINO
08/05/2017	**08/05/2018**

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os recursos financeiros necessários e suficientes a contratação constam na Lei Orçamentária Municipal, que correrão a conta das seguintes dotações do Orçamento – Programa.

UNIDADE	PROJETO ATIVIDADE	CÓDIGO REDUZIDO	ELEMENTO
03	**2.006**	**39**	**3.1.90.04.00.00.00**

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO

As partes em comum acordo elegem o Foro da Comarca de Porto Alegre do Norte – MT para diminuir quaisquer dúvidas do presente instrumento de contrato.

E por estarem justas, e contratadas, as partes assinam o presente instrumento de contrato em 03 (três) vias de igual teor, para um só fim e efeito, na presença de 02 (duas) testemunhas que a tudo presenciaram.

Canabrava do Norte – MT, 08 de Maio de 2017.

_____

Prefeito Municipal

Contratante

_____

Contratado (a)

_____ _____

Testemunha Testemunha

SEC. DE ADMINISTRAÇÃO/ RH
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO

SERVIDOR MUNICIPAL Nº. 83/ 2017

O MUNICÍPIO DE CANABRAVA DO NORTE – MT, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o n° **37.465.200/0001-20**, com sede a Praça Frederico de Souza Brito, S/N°, neste ato representado pelo digníssimo Prefeito Municipal o Sr. **JOÃO CLEITON ARAUJO DE MEDEIROS**, brasileiro, casado e portador do CPF n° 011.173.691.96e da cédula de Identidade n° 156380-3 SSP/MT denominado **CONTRATANTE**, e do outro lado o Sr. identificado abaixo:

NOME	CTPS/SERIE/UF	CPF
JOSE FRANCISCO PEREIRA DA COSTA	**80985/00030 - GO**	**939.760.891-68**
ENDEREÇO **RUA Dr.SEBASTIÃO JUNIOR S/N°.69-CENTRO – CANABRAVA DO NORTE- MT**		

Doravante denominado CONTRATADO, tem justo e contratado pelo presente instrumento as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO SUPORTE LEGAL

O presente contrato de serviços temporários está embasado na Lei Municipal n°.698/2017 que dispõem da contratação temporária de pessoal, e o regimento a ser cumprido tanto do Contratado quanto da Contratante, dar-se à em disposto da Lei Municipal 252/2005.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

O objeto do presente Contrato de Prestação de Serviços Temporários ao Município, no exercício das atribuições descritas abaixo, conforme Lei Autorizativa 698/2017 e demais Normas regulamentares.

CARGO/FUNÇÃO
AGRÔNOMO

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REGIME DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

Os serviços ora contratados serão executados de forma pessoal, conforme as disposições das Leis Municipais vigentes, normas internas e regulamentos da secretaria abaixo identificada e demais disposições deste instrumento, segundo as necessidades da mesma.

SECRETARIA/DEPARTAMENTO
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E AGRICULTURA - SEMAA

CLÁUSULA QUARTA – LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

O local da prestação dos serviços será determinado pela autoridade superior hierárquica a que estiver subordinado o contratado, atendendo a conveniência oportunidade e interesse da mesma.

CLÁUSULA QUINTA – DA CARGA HORÁRIA

A carga horária preestabelecida no ato da contratação corresponderá a 40 horas semanais.

CLÁUSULA SEXTA – DA REMUNERAÇÃO

O valor da remuneração identificada abaixo é conforme instituído nos anexos das Leis Municipais vigentes e a carga horária estabelecida no ato da contratação.

3.137,53 [Três Mil Cento e Trinta e Sete Reais e Cinqüenta e Três Centavos]

CLÁUSULA SÉTIMA – DO PAGAMENTO

O pagamento da remuneração a qual se refere este contrato será efetuado até o quinto dia útil do mês subsequente ao vencido.

CLÁUSULA OITAVA – DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

OCONTRATADO, obrigatoriamente está vinculado ao RGPS – Regime Geral da Previdência Social, para o qual contribuirá, sendo descontado em sua remuneração mensal bruta, o percentual devido, conforme a legislação vigente.

CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO E DISTRATO

9.1- O presente contratado poderá ser rescindido:

Quando cessarem os motivos que ensejam sua celebração.

Pelo descumprimento de disposição legal e regulamentares aplicáveis, a relação ou das cláusulas contratuais.

9.2 - O distrato ocorrerá:

Por iniciativa do CONTRATANTE, desde que haja comunicação ao CONTRATADO, com antecedência mínima de 30 dias.

Por iniciativa do CONTRATADO, com comunicação por escrito, com 30 (trinta) dias de antecedência ao Departamento de Recursos Humanos.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA VIGÊNCIA

O presente instrumento de contrato tem sua vigência conforme período descrito abaixo:

INICIO	TÉRMINO
08/05/2016	**08/05/2018**

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os recursos financeiros necessários e suficientes a contratação constam na Lei Orçamentária Municipal, que correrão a conta das seguintes dotações do Orçamento – Programa.

UNIDADE	PROJETO ATIVIDADE	CÓDIGO REDUZIDO	ELEMENTO
06	**2026**	**211**	**3.1.90.04.00.00.00**

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO

As partes em comum acordo elegem o Foro da Comarca de Porto Alegre do Norte – MT para diminuir quaisquer dúvidas do presente instrumento de contrato.

E por estarem justas, e contratadas, as partes assinam o presente instrumento de contrato em 03 (três) vias de igual teor, para um só fim e efeito, na presença de 02 (duas) testemunhas que a tudo presenciaram.

Canabrava do Norte – MT, 08 de Maio de 2017.

_____

Prefeito Municipal

Contratante

_____

Contratado (a)

_____ _____

Testemunha Testemunha

SEC. DE ADMINISTRAÇÃO/ RH
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO

SERVIDOR MUNICIPAL Nº 101/ 2017

O MUNICÍPIO DE CANABRAVA DO NORTE – MT, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o n° **37.465.200/0001-20**, com sede a Praça Frederico de Souza Brito, S/N°, neste ato representado pelo digníssimo Prefeito Municipal o Sr. **JOÃO CLEITON ARAUJO DE MEDEIROS**, brasileiro, casado e portador do CPF n° 011.173.691.96 e da cédula de Identidade n° 156380-3 SSP/MT denominado **CONTRATANTE**, e do outro lado o Sr. identificado abaixo:

NOME	CTPS/SERIE/UF	CPF
LYONARD SILVIO DA SILVA	**099166/0024 - MA**	**437.941.223-72**
ENDEREÇO **RUA TORQUATO DO NASCIMENTO S/N – CENTRO-CANABRAVA DO NORTE-MT**		

Doravante denominado CONTRATADO, tem justo e contratado pelo presente instrumento as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO SUPORTE LEGAL

O presente contrato de serviços temporários está embasado na Lei Municipal n°.698/2017 que dispõem da contratação temporária de pessoal, e o regimento a ser cumprido tanto do Contratado quanto da Contratante, dar-se à em disposto da Lei Municipal 252/2005.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

O objeto do presente Contrato de Prestação de Serviços Temporários ao Município, no exercício das atribuições descritas abaixo, conforme Lei Autorizativa 698/2017 e demais Normas regulamentares.

CARGO/FUNÇÃO
TECNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REGIME DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

Os serviços ora contratados serão executados de forma pessoal, conforme as disposições das Leis Municipais vigentes, normas internas e regulamentos da secretaria abaixo identificada e demais disposições deste instrumento, segundo as necessidades da mesma.

SECRETARIA/DEPARTAMENTO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SAD

CLÁUSULA QUARTA – LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

O local da prestação dos serviços será determinado pela autoridade superior hierárquica a que estiver subordinado o contratado, atendendo a conveniência oportunidade e interesse da mesma.

CLÁUSULA QUINTA – DA CARGA HORÁRIA

A carga horária preestabelecida no ato da contratação corresponderá a 20 horas semanais.

CLÁUSULA SEXTA – DA REMUNERAÇÃO

O valor da remuneração identificada abaixo é conforme instituído nos anexos das Leis Municipais vigentes e a carga horária estabelecida no ato da contratação.

1.500,00(HUM MIL E QUINHENTOS REAIS)

CLÁUSULA SÉTIMA – DO PAGAMENTO

O pagamento da remuneração a qual se refere este contrato será efetuado até o quinto dia útil do mês subseqüente ao vencido.

CLÁUSULA OITAVA – DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

O CONTRATADO, obrigatoriamente está vinculado ao RGPS – Regime Geral da Previdência Social, para o qual contribuirá, sendo descontado em sua remuneração mensal bruta, o percentual devido, conforme a legislação vigente.

CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO E DISTRATO

9.1- O presente contratado poderá ser rescindido:

Quando cessarem os motivos que ensejam sua celebração.

Pelo descumprimento de disposição legal e regulamentares aplicáveis, a relação ou das cláusulas contratuais.

9.2 - O distrato ocorrerá:

Por iniciativa do CONTRATANTE, desde que haja comunicação a CONTRATADA, com antecedência mínima de 30 dias.

Por iniciativa do CONTRATADO, com comunicação por escrito, com 30 (trinta) dias de antecedência ao Departamento de Recursos Humanos.

CLÁUSULA DÉCIMA-DA VIGÊNCIA

O presente instrumento de contrato tem sua vigência conforme período descrito abaixo:

INICIO	TÉRMINO
08/05/2017	**08/05/2018**

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os recursos financeiros necessários e suficientes a contratação constam na Lei Orçamentária Municipal, que correrão a conta das seguintes dotações do Orçamento – Programa.

UNIDADE	PROJETO ATIVIDADE	CÓDIGO REDUZIDO	ELEMENTO
03	**2.006**	**39**	**3.1.90.04.00.00.00**

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO

As partes em comum acordo elegem o Foro da Comarca de Porto Alegre do Norte – MT para diminuir quaisquer dúvidas do presente instrumento de contrato.

E por estarem justas, e contratadas, as partes assinam o presente instrumento de contrato em 03 (três) vias de igual teor, para um só fim e efeito, na presença de 02 (duas) testemunhas que a tudo presenciaram.

Canabrava do Norte – MT, 08 de Maio de 2017.

_____

Prefeito Municipal

Contratante

_____

Contratado (a)

_____ _____

Testemunha Testemunha

SEC. DE ADMINISTRAÇÃO/ RH
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO

SERVIDOR MUNICIPAL Nº.122/2017

O MUNICÍPIO DE CANABRAVA DO NORTE – MT, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o n° **37.465.200/0001-20**, com sede a Praça Frederico de Souza Brito, S/N°, neste ato representado pelo digníssimo Prefeito Municipal o Sr. **JOÃO CLEITON ARAUJO DE MEDEIROS**, brasileiro, casado e portador do CPF n° 011.173.691.96 e da cédula de Identidade n° 156380-3 SSP/MT denominado **CONTRATANTE**, e do outro lado o Sr. identificado abaixo:

NOME	CTPS/SERIE/UF	CPF
JOSEILTON DOS SANTOS NASCIMENTO	**43677/0012 - MT**	**914.612.271-00**
ENDEREÇO		
AV.ANTONIO BOSAIPO S/N – CENTRO-CANABRAVA DO NORTE-MT		

Doravante denominado CONTRATADO, tem justo e contratado pelo presente instrumento as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO SUPORTE LEGAL

O presente contrato de serviços temporários está embasado na Lei Municipal n°.698/2017 que dispõem da contratação temporária de pessoal, e o regimento a ser cumprido tanto do Contratado quanto da Contratante, dar-se à em disposto da Lei Municipal 252/2005.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

O objeto do presente Contrato de Prestação de Serviços Temporários ao Município, no exercício das atribuições descritas abaixo, conforme Lei Autorizativa 698/2017 e demais Normas regulamentares.

CARGO/FUNÇÃO
MOTORISTA TRANSPORTE ESCOLAR

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REGIME DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

Os serviços ora contratados serão executados de forma pessoal, conforme as disposições das Leis Municipais vigentes, normas internas e regulamentos da secretaria abaixo identificada e demais disposições deste instrumento, segundo as necessidades da mesma.

SECRETARIA/DEPARTAMENTO
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO,ESPORTE, LAZER E CULTURA - SMEELC

CLÁUSULA QUARTA – LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

O local da prestação dos serviços será determinado pela autoridade superior hierárquica a que estiver subordinado o contratado, atendendo a conveniência oportunidade e interesse da mesma.

CLÁUSULA QUINTA – DA CARGA HORÁRIA

A carga horária preestabelecida no ato da contratação corresponderá a 30 horas semanais.

CLÁUSULA SEXTA – DA REMUNERAÇÃO

O valor da remuneração identificada abaixo é conforme instituído nos anexos das Leis Municipais vigentes e a carga horária estabelecida no ato da contratação.

1.174,50(HUM MIL CENTO E SETENTA E QUATRO REAIS E CINQUENTA CENTAVOS)

CLÁUSULA SÉTIMA – DO PAGAMENTO

O pagamento da remuneração a qual se refere este contrato será efetuado até o quinto dia útil do mês subseqüente ao vencido.

CLÁUSULA OITAVA – DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

O CONTRATADO, obrigatoriamente está vinculado ao RGPS – Regime Geral da Previdência Social, para o qual contribuirá, sendo descontado em sua remuneração mensal bruta, o percentual devido, conforme a legislação vigente.

CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO E DISTRATO

9.1- O presente contratado poderá ser rescindido:

Quando cessarem os motivos que ensejam sua celebração.

Pelo descumprimento de disposição legal e regulamentares aplicáveis, a relação ou das cláusulas contratuais.

9.2 - O distrato ocorrerá:

Por iniciativa do CONTRATANTE, desde que haja comunicação a CONTRATADA, com antecedência mínima de 30 dias.

Por iniciativa do CONTRATADO, com comunicação por escrito, com 30 (trinta) dias de antecedência ao Departamento de Recursos Humanos.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA VIGÊNCIA

O presente instrumento de contrato tem sua vigência conforme período descrito abaixo:

INICIO	TÉRMINO
08/05/2017	**08/05/2018**

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os recursos financeiros necessários e suficientes a contratação constam na Lei Orçamentária Municipal, que correrão a conta das seguintes dotações do Orçamento – Programa.

UNIDADE	PROJETO ATIVIDADE	CÓDIGO REDUZIDO	ELEMENTO
04	**2.013**	**069**	**3.1.90.04.00.00.00**

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO

As partes em comum acordo elegem o Foro da Comarca de Porto Alegre do Norte – MT para diminuir quaisquer dúvidas do presente instrumento de contrato.

E por estarem justas, e contratadas, as partes assinam o presente instrumento de contrato em 03 (três) vias de igual teor, para um só fim e efeito, na presença de 02 (duas) testemunhas que a tudo presenciaram.

Canabrava do Norte – MT, 08 de Maio de 2017.

_____

Prefeito Municipal

Contratante

_____

Contratado (a)

_____ _____

Testemunha Testemunha

SEC. DE ADMINISTRAÇÃO/ RH
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO

SERVIDOR MUNICIPAL Nº.121/2017

O MUNICÍPIO DE CANABRAVA DO NORTE – MT, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o n° **37.465.200/0001-20**, com sede a Praça Frederico de Souza Brito, S/N°, neste ato representado pelo digníssimo Prefeito Municipal o Sr. **JOÃO CLEITON ARAUJO DE MEDEIROS**, brasileiro, casado e portador do CPF n° 011.173.691.96 e da cédula de Identidade n° 156380-3 SSP/MT denominado **CONTRATANTE**, e do outro lado a Sra. identificada abaixo:

NOME	CTPS/SERIE/UF	CPF
LUCIA MARIA PEREIRA REGO	**17309/0019 - MT**	**003.567.641-84**
ENDEREÇO **AV.AUREA TAVARES DE AMORIM-S/N – CENTRO-CANABRAVA DO NORTE-MT**		

Doravante denominada CONTRATADA, tem justo e contratada pelo presente instrumento as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO SUPORTE LEGAL

O presente contrato de serviços temporários está embasado na Lei Municipal n°.698/2017 que dispõem da contratação temporária de pessoal, e o regimento a ser cumprido tanto do Contratado quanto da Contratante, dar-se à em disposto da Lei Municipal 252/2005.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

O objeto do presente Contrato de Prestação de Serviços Temporários ao Município, no exercício das atribuições descritas abaixo, conforme Lei Autorizativa 698/2017 e demais Normas regulamentares.

CARGO/FUNÇÃO
PROFESSOR LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REGIME DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

Os serviços ora contratados serão executados de forma pessoal, conforme as disposições das Leis Municipais vigentes, normas internas e regulamentos da secretaria abaixo identificada e demais disposições deste instrumento, segundo as necessidades da mesma.

SECRETARIA/DEPARTAMENTO
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO,ESPORTE, LAZER E CULTURA - SMEELC

CLÁUSULA QUARTA – LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

O local da prestação dos serviços será determinado pela autoridade superior hierárquica a que estiver subordinado o contratado, atendendo a conveniência oportunidade e interesse da mesma.

CLÁUSULA QUINTA – DA CARGA HORÁRIA

A carga horária preestabelecida no ato da contratação corresponderá a 30 horas semanais.

CLÁUSULA SEXTA – DA REMUNERAÇÃO

O valor da remuneração identificada abaixo é conforme instituído nos anexos das Leis Municipais vigentes e a carga horária estabelecida no ato da contratação.

2.586,16(DOIS MIL QUINHENTOS E OITENTA E SEIS REAIS E DEZESSEIS CENTAVOS)

CLÁUSULA SÉTIMA – DO PAGAMENTO

O pagamento da remuneração a qual se refere este contrato será efetuado até o quinto dia útil do mês subseqüente ao vencido.

CLÁUSULA OITAVA – DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

O CONTRATADO, obrigatoriamente está vinculado ao RGPS – Regime Geral da Previdência Social, para o qual contribuirá, sendo descontado em sua remuneração mensal bruta, o percentual devido, conforme a legislação vigente.

CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO E DISTRATO

9.1- O presente contratado poderá ser rescindido:

Quando cessarem os motivos que ensejam sua celebração.

Pelo descumprimento de disposição legal e regulamentares aplicáveis, a relação ou das cláusulas contratuais.

9.2 - O distrato ocorrerá:

Por iniciativa do CONTRATANTE, desde que haja comunicação a CONTRATADA, com antecedência mínima de 30 dias.

Por iniciativa do CONTRATADO, com comunicação por escrito, com 30 (trinta) dias de antecedência ao Departamento de Recursos Humanos.

CLÁUSULA DÉCIMA –DA VIGÊNCIA

O presente instrumento de contrato tem sua vigência conforme período descrito abaixo:

INICIO	TÉRMINO
08/05/2017	**08/05/2018**

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os recursos financeiros necessários e suficientes a contratação constam na Lei Orçamentária Municipal, que correrão a conta das seguintes dotações do Orçamento – Programa.

UNIDADE	PROJETO ATIVIDADE	CÓDIGO REDUZIDO	ELEMENTO
04	**2.013**	**069**	**3.1.90.04.00.00.00**

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO

As partes em comum acordo elegem o Foro da Comarca de Porto Alegre do Norte – MT para diminuir quaisquer dúvidas do presente instrumento de contrato.

E por estarem justas, e contratadas, as partes assinam o presente instrumento de contrato em 03 (três) vias de igual teor, para um só fim e efeito, na presença de 02 (duas) testemunhas que a tudo presenciaram.

Canabrava do Norte – MT, 08 de Maio de 2017.

_____

Prefeito Municipal

Contratante

_____

Contratado (a)

_____ _____

Testemunha Testemunha

SEC. DE ADMINISTRAÇÃO/ RH
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO

SERVIDOR MUNICIPAL Nº 95/ 2017

O MUNICÍPIO DE CANABRAVA DO NORTE – MT, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o n° **37.465.200/0001-20**, com sede a Praça Frederico de Souza Brito, S/N°, neste ato representado pelo digníssimo Prefeito Municipal o Sr. **JOÃO CLEITON ARAUJO DE MEDEIROS**, brasileiro, casado e portador do CPF n° 011.173.691.96 e da cédula de Identidade n° 156380-3 SSP/MT denominado **CONTRATANTE**, e do outro lado a Sr. identificada abaixo:

NOME	CTPS/SERIE/UF	CPF
JOYCE NASCIMENTO BRAGA	**5883212/001-0 - GO**	**014.769.331-46**
ENDEREÇO **AV.SANTA INÊS/N° - SETOR ALVORADA– PORTO ALEGRE DO NORTE- MT**		

Doravante denominada CONTRATADA, tem justo e contratado pelo presente instrumenta as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO SUPORTE LEGAL

O presente contrato de serviços temporários está embasado na Lei Complementar Municipal n°.698/2017 que dispõem da contratação temporária de pessoal, e o regimento a ser cumprido tanto do Contratado quanto da Contratante, dar-se à em disposto da Lei Municipal 252/2005.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

O objeto do presente Contrato de Prestação de Serviços Temporários ao Município, no exercício das atribuições descritas abaixo, conforme Lei Autorizativa 698/2017 e demais Normas regulamentares.

CARGO/FUNÇÃO
PSICOLOGA

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REGIME DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

Os serviços ora contratados serão executados de forma pessoal, conforme as disposições das Leis Municipais vigentes, normas internas e regulamentos da secretaria abaixo identificada e demais disposições deste instrumento, segundo as necessidades da mesma.

SECRETARIA/DEPARTAMENTO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE -SMS

CLÁUSULA QUARTA – LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

O local da prestação dos serviços será determinado pela autoridade superior hierárquica a que estiver subordinado o contratado, atendendo a conveniência oportunidade e interesse da mesma.

CLÁUSULA QUINTA – DA CARGA HORÁRIA

A carga horária preestabelecida no ato da contratação corresponderá a 20 horas semanais.

CLÁUSULA SEXTA – DA REMUNERAÇÃO

O valor da remuneração identificada abaixo é conforme instituído nos anexos das Leis Municipais vigentes e a carga horária estabelecida no ato da contratação.

2.282,04 [Dois Mil Duzentos e Oitenta e Dois Reais e Quatro Centavos]

CLÁUSULA SÉTIMA – DO PAGAMENTO

O pagamento da remuneração a qual se refere este contrato será efetuado até o quinto dia útil do mês subseqüente ao vencido.

CLÁUSULA OITAVA – DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

ACONTRATADA, obrigatoriamente está vinculado ao RGPS – Regime Geral da Previdência Social, para o qual contribuirá, sendo descontado em sua remuneração mensal bruta, o percentual devido, conforme a legislação vigente.

CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO E DISTRATO

9.1- O presente contratado poderá ser rescindido:

Quando cessarem os motivos que ensejam sua celebração.

Pelo descumprimento de disposição legal e regulamentares aplicáveis, a relação ou das cláusulas contratuais.

9.2 - O distrato ocorrerá:

Por iniciativa do CONTRATANTE, desde que haja comunicação a CONTRATADA, com antecedência mínima de 30 dias.

Por iniciativa do CONTRATADO, com comunicação por escrito, com 30 (trinta) dias de antecedência ao Departamento de Recursos Humanos.

CLÁUSULA DÉCIMA-DA VIGÊNCIA

O presente instrumento de contrato tem sua vigência conforme período descrito abaixo:

INICIO	TÉRMINO
08/05/2017	**08/05/2018**

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os recursos financeiros necessários e suficientes a contratação constam na Lei Orçamentária Municipal, que correrão a conta das seguintes dotações do Orçamento – Programa.

UNIDADE	PROJETO ATIVIDADE	CÓDIGO REDUZIDO	ELEMENTO
05	**2.023**	**151**	**3.1.90.04.00.00.00**

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO

As partes em comum acordo elegem o Foro da Comarca de Porto Alegre do Norte – MT para diminuir quaisquer dúvidas do presente instrumento de contrato.

E por estarem justas, e contratadas, as partes assinam o presente instrumento de contrato em 03 (três) vias de igual teor, para um só fim e efeito, na presença de 02 (duas) testemunhas que a tudo presenciaram.

Canabrava do Norte – MT, 08 de Maio de 2017.

_____

Prefeito Municipal

Contratante

_____

Contratado (a)

_____ _____

Testemunha Testemunha

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N. 280/2017

PORTARIA N. 280/2017, de 24 de julho de 2017.

EXONERA, A PEDIDO, O SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, JULIANA DIAS PEREIRA, DO CARGO EFETIVO DE RECEPCIONISTA, LOTADO NA SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E AGRICULTURA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, em conformidade com o art. 83º, II, III e XXX, da Lei Orgânica Municipal, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar, a pedido, a partir de 24 de julho de 2017, a servidora pública municipal **JULIANA DIAS PEREIRA,** brasileira, casada, portadora da Cédula de Identidade Civil CI-RG sob nº **17026369** Órgão Expedidor SSP/MT e Inscrita no Cadastro de Pessoa Física CPF/MF. Sob. Nº. **010.097.951-39**, matriculada nº 1768, ocupante do cargo de **RECEPCIONISTA**, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte – MT, admitido em 01/08/2007, lotado na Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Agricultura.

Art. 2º. Declara a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Canabrava do Norte – MT.

Art. 3º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registra-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Canabrava do Norte-MT, em 24 de julho de 2017.

_____

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS

Prefeito

SEC. DE ADMINISTRAÇÃO/ RH
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO

SERVIDOR MUNICIPAL Nº 100/ 2017

O MUNICÍPIO DE CANABRAVA DO NORTE – MT, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o n° **37.465.200/0001-20**, com sede a Praça Frederico de Souza Brito, S/N°, neste ato representado pelo digníssimo Prefeito Municipal o Sr. **JOÃO CLEITON ARAUJO DE MEDEIROS**, brasileiro, casado e portador do CPF n° 011.173.691.96 e da cédula de Identidade n° 156380-3 SSP/MT denominado **CONTRATANTE**, e do outro lado a Sr. identificada abaixo:

NOME	CTPS/SERIE/UF	CPF
LETICIA SANTOS LIMA	**15824/0022 - MT**	**046.606.071-86**
ENDEREÇO **RUA Dr.SEBASTIÃO JUNIOR-S/N – CENTRO-CANABRAVA DO NORTE-MT**		

Doravante denominada CONTRATADA, tem justo e contratado pelo presente instrumento as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO SUPORTE LEGAL

O presente contrato de serviços temporários está embasado na Lei Municipal n°.698/2017 que dispõem da contratação temporária de pessoal, e o regimento a ser cumprido tanto do Contratado quanto da Contratante, dar-se à em disposto da Lei Municipal 252/2005.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

O objeto do presente Contrato de Prestação de Serviços Temporários ao Município, no exercício das atribuições descritas abaixo, conforme Lei Autorizativa 698/2017 e demais Normas regulamentares.

CARGO/FUNÇÃO
NUTRICIONISTA

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REGIME DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

Os serviços ora contratados serão executados de forma pessoal, conforme as disposições das Leis Municipais vigentes, normas internas e regulamentos da secretaria abaixo identificada e demais disposições deste instrumento, segundo as necessidades da mesma.

SECRETARIA/DEPARTAMENTO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE -SMS

CLÁUSULA QUARTA – LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

O local da prestação dos serviços será determinado pela autoridade superior hierárquica a que estiver subordinado o contratado, atendendo a conveniência oportunidade e interesse da mesma.

CLÁUSULA QUINTA – DA CARGA HORÁRIA

A carga horária preestabelecida no ato da contratação corresponderá a 30 horas semanais.

CLÁUSULA SEXTA – DA REMUNERAÇÃO

O valor da remuneração identificada abaixo é conforme instituído nos anexos das Leis Municipais vigentes e a carga horária estabelecida no ato da contratação.

2.282,04 [Dois Mil e Duzentos e Dois Reais e Quatro Centavos]

CLÁUSULA SÉTIMA – DO PAGAMENTO

O pagamento da remuneração a qual se refere este contrato será efetuado até o quinto dia útil do mês subseqüente ao vencido.

CLÁUSULA OITAVA – DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

O CONTRATADO, obrigatoriamente está vinculado ao RGPS – Regime Geral da Previdência Social, para o qual contribuirá, sendo descontado em sua remuneração mensal bruta, o percentual devido, conforme a legislação vigente.

CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO E DISTRATO

9.1- O presente contratado poderá ser rescindido:

Quando cessarem os motivos que ensejam sua celebração.

Pelo descumprimento de disposição legal e regulamentares aplicáveis, a relação ou das cláusulas contratuais.

9.2 - O distrato ocorrerá:

Por iniciativa do CONTRATANTE, desde que haja comunicação a CONTRATADA, com antecedência mínima de 30 dias.

Por iniciativa do CONTRATADO, com comunicação por escrito, com 30 (trinta) dias de antecedência ao Departamento de Recursos Humanos.

CLÁUSULA DÉCIMA –DA VIGÊNCIA

O presente instrumento de contrato tem sua vigência conforme período descrito abaixo:

INICIO	TÉRMINO
08/05/2017	**08/05/2018**

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os recursos financeiros necessários e suficientes a contratação constam na Lei Orçamentária Municipal, que correrão a conta das seguintes dotações do Orçamento – Programa.

UNIDADE	PROJETO ATIVIDADE	CÓDIGO REDUZIDO	ELEMENTO
05	**2.023**	**151**	**3.1.90.04.00.00.00**

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO

As partes em comum acordo elegem o Foro da Comarca de Porto Alegre do Norte – MT para diminuir quaisquer dúvidas do presente instrumento de contrato.

E por estarem justas, e contratadas, as partes assinam o presente instrumento de contrato em 03 (três) vias de igual teor, para um só fim e efeito, na presença de 02 (duas) testemunhas que a tudo presenciaram.

Canabrava do Norte – MT, 08 de Maio de 2017.

_____

Prefeito Municipal

Contratante

_____

Contratado (a)

_____ _____

Testemunha Testemunha

SEC. DE ADMINISTRAÇÃO/ RH
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO

SERVIDOR MUNICIPAL Nº.118/ 2017

O MUNICÍPIO DE CANABRAVA DO NORTE – MT, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o n° **37.465.200/0001-20**, com sede a Praça Frederico de Souza Brito, S/N°, neste ato representado pelo digníssimo Prefeito Municipal o Sr. **JOÃO CLEITON ARAUJO DE MEDEIROS**, brasileiro, casado e por-

tador do CPF n° 011.173.691.96 e da cédula de Identidade n° 156380-3 SSP/MT denominado **CONTRATANTE**, e do outro lado a Sra. identificada abaixo:

NOME	CTPS/SERIE/UF	CPF
JOSELITA TEIXEIRA DE OLIVEIRA	**81944/0022 - MT**	**659.829.915-20**
ENDEREÇO **AV.AUREA TAVARES DE AMORIM-S/N – CENTRO-CANABRAVA DO NORTE-MT**		

Doravante denominada CONTRATADA, tem justo e contratado pelo presente instrumento as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO SUPORTE LEGAL

O presente contrato de serviços temporários está embasado na Lei Municipal n°.698/2017 que dispõem da contratação temporária de pessoal, e o regimento a ser cumprido tanto do Contratado quanto da Contratante, darse à em disposto da Lei Municipal 252/2005.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

O objeto do presente Contrato de Prestação de Serviços Temporários ao Município, no exercício das atribuições descritas abaixo, conforme Lei Autorizativa 698/2017 e demais Normas regulamentares.

CARGO/FUNÇÃO
PROFESSOR LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REGIME DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

Os serviços ora contratados serão executados de forma pessoal, conforme as disposições das Leis Municipais vigentes, normas internas e regulamentos da secretaria abaixo identificada e demais disposições deste instrumento, segundo as necessidades da mesma.

SECRETARIA/DEPARTAMENTO
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO,ESPORTE, LAZER E CULTURA - SMEELC

CLÁUSULA QUARTA – LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

O local da prestação dos serviços será determinado pela autoridade superior hierárquica a que estiver subordinado o contratado, atendendo a conveniência oportunidade e interesse da mesma.

CLÁUSULA QUINTA – DA CARGA HORÁRIA

A carga horária preestabelecida no ato da contratação corresponderá a 30 horas semanais.

CLÁUSULA SEXTA – DA REMUNERAÇÃO

O valor da remuneração identificada abaixo é conforme instituído nos anexos das Leis Municipais vigentes e a carga horária estabelecida no ato da contratação.

2.586,16(DOIS MIL QUINHENTOS E OITENTA E SEIS REAIS E DEZESSEIS CENTAVOS)

CLÁUSULA SÉTIMA – DO PAGAMENTO

O pagamento da remuneração a qual se refere este contrato será efetuado até o quinto dia útil do mês subseqüente ao vencido.

CLÁUSULA OITAVA – DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

O CONTRATADO, obrigatoriamente está vinculado ao RGPS – Regime Geral da Previdência Social, para o qual contribuirá, sendo descontado em sua remuneração mensal bruta, o percentual devido, conforme a legislação vigente.

CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO E DISTRATO

9.1- O presente contratado poderá ser rescindido:

Quando cessarem os motivos que ensejam sua celebração.

Pelo descumprimento de disposição legal e regulamentares aplicáveis, a relação ou das cláusulas contratuais.

9.2 - O distrato ocorrerá:

Por iniciativa do CONTRATANTE, desde que haja comunicação a CONTRATADA, com antecedência mínima de 30 dias.

Por iniciativa do CONTRATADO, com comunicação por escrito, com 30 (trinta) dias de antecedência ao Departamento de Recursos Humanos.

CLÁUSULA DÉCIMA-DA VIGÊNCIA

O presente instrumento de contrato tem sua vigência conforme período descrito abaixo:

INICIO	TÉRMINO
08/05/2016	**08/05/2018**

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os recursos financeiros necessários e suficientes a contratação constam na Lei Orçamentária Municipal, que correrão a conta das seguintes dotações do Orçamento – Programa.

UNIDADE	PROJETO ATIVIDADE	CÓDIGO REDUZIDO	ELEMENTO
04	**2.013**	**069**	**3.1.90.04.00.00.00**

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO

As partes em comum acordo elegem o Foro da Comarca de Porto Alegre do Norte – MT para diminuir quaisquer dúvidas do presente instrumento de contrato.

E por estarem justas, e contratadas, as partes assinam o presente instrumento de contrato em 03 (três) vias de igual teor, para um só fim e efeito, na presença de 02 (duas) testemunhas que a tudo presenciaram.

Canabrava do Norte – MT, 08 de Maio de 2017.

_____

Prefeito Municipal

Contratante

_____

Contratado (a)

_____ _____

Testemunha Testemunha

SEC. DE ADMINISTRAÇÃO/ RH
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO

SERVIDOR MUNICIPAL Nº 97/ 2017

O MUNICÍPIO DE CANABRAVA DO NORTE – MT, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o n° **37.465.200/0001-20**, com sede a Praça Frederico de Souza Brito, S/N°, neste ato representado pelo digníssimo Prefeito Municipal o Sr. **JOÃO CLEITON ARAUJO DE MEDEIROS**, brasileiro, casado e portador do CPF n° 011.173.691.96 e da cédula de Identidade n° 156380-3 SSP/MT denominado **CONTRATANTE**, e do outro lado o Sr. identificado abaixo:

NOME	CTPS/SERIE/UF	CPF
JUSTINO DUART CORDEIRO	**3576268/0050 - MT**	**932.961.001.30**
ENDEREÇO **AV.SANTA INÊS S/N° - SETOR ALVORADA– PORTO ALEGRE DO NORTE- MT**		

Doravante denominada CONTRATADA, tem justo e contratado pelo presente instrumenta as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO SUPORTE LEGAL

O presente contrato de serviços temporários está embasado na Lei Municipal n°.698/2017 que dispõem da contratação temporária de pessoal, e o regimento a ser cumprido tanto do Contratado quanto da Contratante, darse à em disposto da Lei Municipal 252/2005.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

O objeto do presente Contrato de Prestação de Serviços Temporários ao Município, no exercício das atribuições descritas abaixo, conforme Lei Autorizativa 698/2017 e demais Normas regulamentares.

CARGO/FUNÇÃO
MOTORISTA DE AMBULANCIA

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REGIME DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

Os serviços ora contratados serão executados de forma pessoal, conforme as disposições das Leis Municipais vigentes, normas internas e regulamentos da secretaria abaixo identificada e demais disposições deste instrumento, segundo as necessidades da mesma.

SECRETARIA/DEPARTAMENTO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE -SMS

CLÁUSULA QUARTA – LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

O local da prestação dos serviços será determinado pela autoridade superior hierárquica a que estiver subordinado o contratado, atendendo a conveniência oportunidade e interesse da mesma.

CLÁUSULA QUINTA – DA CARGA HORÁRIA

A carga horária preestabelecida no ato da contratação corresponderá a 40 horas semanais.

CLÁUSULA SEXTA – DA REMUNERAÇÃO

O valor da remuneração identificada abaixo é conforme instituído nos anexos das Leis Municipais vigentes e a carga horária estabelecida no ato da contratação.

1.174,50 [Hum Mil Cento e Setenta e Quatro Reais e Cinqüenta Centavos]

CLÁUSULA SÉTIMA – DO PAGAMENTO

O pagamento da remuneração a qual se refere este contrato será efetuado até o quinto dia útil do mês subseqüente ao vencido.

CLÁUSULA OITAVA – DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

O CONTRATADO, obrigatoriamente está vinculado ao RGPS – Regime Geral da Previdência Social, para o qual contribuirá, sendo descontado em sua remuneração mensal bruta, o percentual devido, conforme a legislação vigente.

CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO E DISTRATO

9.1- O presente contratado poderá ser rescindido:

Quando cessarem os motivos que ensejam sua celebração.

Pelo descumprimento de disposição legal e regulamentares aplicáveis, a relação ou das cláusulas contratuais.

9.2 - O distrato ocorrerá:

Por iniciativa do CONTRATANTE, desde que haja comunicação a CONTRATADA, com antecedência mínima de 30 dias.

Por iniciativa do CONTRATADO, com comunicação por escrito, com 30 (trinta) dias de antecedência ao Departamento de Recursos Humanos.

CLÁUSULA DÉCIMA –DA VIGÊNCIA

O presente instrumento de contrato tem sua vigência conforme período-descrito abaixo:

INICIO	TÉRMINO
08/05/2016	**08/05/2018**

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os recursos financeiros necessários e suficientes a contratação constam na Lei Orçamentária Municipal, que correrão a conta das seguintes dotações do Orçamento – Programa.

UNIDADE	PROJETO ATIVIDADE	CÓDIGO REDUZIDO	ELEMENTO
05	**2.023**	**151**	**3.1.90.04.00.00.00**

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO

As partes em comum acordo elegem o Foro da Comarca de Porto Alegre do Norte – MT para diminuir quaisquer dúvidas do presente instrumento de contrato.

E por estarem justas, e contratadas, as partes assinam o presente instrumento de contrato em 03 (três) vias de igual teor, para um só fim e efeito, na presença de 02 (duas) testemunhas que a tudo presenciaram.

Canabrava do Norte – MT, 08 de Maio de 2017.

_____

Prefeito Municipal

Contratante

_____

Contratado (a)

_____ _____

Testemunha Testemunha

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA

DECRETO Nº 357/2017

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CARLINDA/MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO, Prefeita Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

DECRETA:

Artigo 1º - Fica **EXONERADO A PEDIDO** o Senhor **SERGIO SANTANA DE OLIVEIRA** no cargo de **SECRETÁRIO ADJUNTO**, lotado no Gabinete do Prefeito.

Artigo 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Artigo 3º - Este Decreto entra em vigor na data de 27 de julho de 2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA-MT

Em, 18 de julho de 2017.

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO

Prefeita Municipal

RELATORIO DE GESTÃO FISCAL SIMPLIFICADO REFERENTE AO 1º SEMESTRE DO EXERCICIO DE 2017

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório de Gestão Fiscal Simplificado
Prefeitura Municipal de Carlinda - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2017
Período de referência: 1º semestre

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal

Despesa com Pessoal	Despesa Executada com Pessoal	
	Despesas Executadas - Últimos 12 Meses	
	DESPESAS LIQUIDADAS (a)	DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
Despesa com Pessoal (Últimos 12 Meses)	-	-
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	14.219.971,53	0,00
Pessoal Ativo	13.143.765,91	
Pessoal Inativo e Pensionistas	1.076.205,62	
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)		
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	1.076.205,62	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária		
Decorrentes de Decisão Judicial de Período Anterior ao da Apuração		
Despesas de Exercícios Anteriores de Período Anterior ao da Apuração		
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	1.076.205,62	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	13.143.765,91	0,00

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal

DTP e Apuração do Cumprimento do Limite Legal	DTP e Apuração do Cumprimento do Limite Legal	
	Valor	% sobre a RCL Ajustada
DTP e Apuração do Cumprimento do Limite Legal	-	-
RECEITA CORRENTE LIQUIDA - RCL (IV)	27.340.298,67	
(-) Transferências Obrigatórias da União Relativas às Emendas Individuais (V) (§13º, art. 166 da CF)	0,00	
= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA (VI)	27.340.298,67	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VII) = (IIIa + IIIb)	13.143.765,91	48,07
LIMITE MÁXIMO (VIII) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	14.763.761,28	54,00
LIMITE PRUDENCIAL (IX) = (0,95 x VIII) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	14.025.573,22	51,30
LIMITE DE ALERTA (X) = (0,90 x VIII) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	13.287.385,15	48,60

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal

Notas Explicativas	Valores
	30/06/2017
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório de Gestão Fiscal Simplificado
Prefeitura Municipal de Carlinda - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2017
Período de referência: 1º semestre

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.2 - Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal

Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal	Apuração da Trajetória de Retorno ao Limite da DTP								
	Exercício de Descumprimento do Limite			Exercício do Primeiro Período Seguinte			Exercício do Segundo Período Seguinte		
	No Quadrimestre/Semestre			Primeiro Período Seguinte			Segundo Período Seguinte		
	Limite Máximo (a)	% DTP (b)	% Excedente (c) = (b-a)	Redutor Mínimo de 1/3 do Excedente (d) = (1/3*c)	Limite (e) = (b-d)	% DTP (f)	Redutor Residual (g) = (f-a)	Limite (h) = (a)	% DTP (i)
Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Percentual Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal									

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório de Gestão Fiscal Simplificado**
	Prefeitura Municipal de Carlinda - MT (Poder Executivo)
	CNPJ:
	Exercício: 2017
	Período de referência: 1º semestre

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.2 - Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal

Notas Explicativas	Valores
	30/06/2017
Notas Explicativas	-
Identificação do Quadrimestre em que Excedeu o Limite e dos Períodos de Retorno	
Notas Explicativas	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório de Gestão Fiscal Simplificado
Prefeitura Municipal de Carlinda - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2017
Período de referência: 1º semestre

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.4 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal - Ente Consorciado | CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO ALTO TAPAJÓS

Despesa com Pessoal Executada em Consórcios Públicos	Despesa Executada com Pessoal			
	VALORES TRANSFERIDOS POR CONTRATO DE RATEIO	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)		
		LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)	TOTAL (c = a + b)
Despesa com Pessoal Executada em Consórcios Públicos	-	-	-	-
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (**I**)				
Pessoal Ativo				
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º art. 18 da LRF)				
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (**II**)				
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária				
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração				
Despesas de Exercícios Anteriores de Período Anterior ao da Apuração				
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (**III**) = (**I** - **II**)				

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

Relatório de Gestão Fiscal Simplificado
Prefeitura Municipal de Carlinda - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2017
Período de referência: 1º semestre

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.4 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal - Ente Consorciado

Notas Explicativas	Valores
	30/06/2017
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

RGF-Anexo 02 | Tabela 2.3 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - Municípios Semestral

Tabela 2.0 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida	Cálculo da Dívida Consolidada Líquida		
	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2017	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
Dívida Consolidada	-	-	-
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (**I**)	3.340,14	1.399,08	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	3.340,14	1.399,08	0,00
Empréstimos	3.340,14	1.399,08	0,00
Internos	3.340,14	1.399,08	0,00
Externos	0,00	0,00	0,00
Reestruturação da Dívida de Estados e Municípios	0,00	0,00	0,00
Financiamentos	0,00	0,00	0,00
Internos	0,00	0,00	0,00
Externos	0,00	0,00	0,00
Parcelamento e Renegociação de Dívidas	0,00	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
De Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não Financeira	0,00	0,00	0,00
Demais Dívidas Contratuais	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (inclusive) Vencidos e Não Pagos	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (**II**)	19.060.390,94	19.635.065,12	0,00
Disponibilidade de Caixa	19.060.390,94	19.635.065,12	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	19.082.438,30	19.642.979,80	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	22.047,36	7.914,68	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (**III**) = (**I** - **II**)	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	26.095.804,41	27.340.298,67	0,00
% da DC sobre a RCL (**I**/RCL)	0,01	0,01	0,00
% da DCL sobre a RCL (**III**/RCL)	0,00	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL	31.314.965,29	32.808.358,40	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso **III** do § 1º do art. 59 da LRF)	28.183.468,76	29.527.522,56	0,00
Outros Valores Não Integrantes da DC	-	-	-
Precatórios Anteriores a 05/05/2000	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Não incluídos na DC)	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00
Insuficiência Financeira	0,00	0,00	0,00
Depósitos	0,00	38.059,08	0,00
RP Não-Processados	52.220,91	0,00	0,00
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO			

RGF-Anexo 02 | Tabela 2.3 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - Municípios Semestral

Notas Explicativas	Valores
	30/06/2017
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório de Gestão Fiscal Simplificado
Prefeitura Municipal de Carlinda - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2017
Período de referência: 1º semestre

RGF-Anexo 02 | Tabela 2.4 - Trajetória de Retorno ao Limite da Dívida Consolidada Líquida - Municípios Semestral

Tabela 2.1 - Trajetória de Retorno ao Limite da Dívida Consolidada Líquida	Apuração da Trajetória de Retorno ao Limite da DCL											
	Exercício de Descumprimento do Limite			Exercício do Primeiro Período Seguinte			Exercício do Segundo Período Seguinte			Exercício do Terceiro Período Seguinte		
	Quadrimestre/Semestre em que Excedeu o Limite			Primeiro Período Seguinte			Segundo Período Seguinte			Terceiro Período Seguinte		
	Limite Máximo (a)	% DCL (b)	% Excedente (c) = (b - a)	Redutor Mínimo de 25% do Excedente (d) = (0,25*c)	Limite (e) = (b - d)	% DCL (f)	Redutor Residual (g) = (f - a)	Limite (h) = (e)	% DCL (i)	Redutor Residual (j) = (i - a)	Limite (k) = (a)	% DCL (j)
Trajetória de Retorno ao Limite da Dívida Consolidada Líquida	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Valores Percentuais												

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório de Gestão Fiscal Simplificado**
	Prefeitura Municipal de Carlinda - MT (Poder Executivo)
	CNPJ:
	Exercício: 2017
	Período de referência: 1º semestre

RGF-Anexo 02 | Tabela 2.4 - Trajetória de Retorno ao Limite da Dívida Consolidada Líquida - Municípios Semestral

Notas Explicativas	Valores
	30/06/2017
Notas Explicativas	-
Identificação do Quadrimestre em que Excedeu o Limite e dos Períodos de Retorno	
Notas Explicativas	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — Tesouro Nacional	
	Relatório de Gestão Fiscal Simplificado
	Prefeitura Municipal de Carlinda - MT (Poder Executivo)
	CNPJ:
	Exercício: 2017
	Período de referência: 1º semestre

RGF-Anexo 02 | Tabela 2.5 - Trajetória de Ajuste da Dívida Consolidada Líquida em cada Exercício Financeiro - Municípios Semestral



siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

Relatório de Gestão Fiscal Simplificado
Prefeitura Municipal de Carlinda - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2017
Período de referência: 1º semestre

RGF-Anexo 02 | Tabela 2.5 - Trajetória de Ajuste da Dívida Consolidada Líquida em cada Exercício Financeiro - Municípios Semestral

Notas Explicativas	Valores
	30/06/2017
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

RGF-Anexo 03 | Tabela 3.1 - Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores - Municípios Semestral

Garantias Concedidas e Contragarantias Recebidas	Saldos das Garantias Concedidas e Contragarantias Recebidas		
	Saldo Exercício Anterior	Saldos do Exercício de 2017	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
Garantias Concedidas	-	-	-
Garantias Concedidas	-	-	-
EXTERNAS (**I**)	0,00	0,00	0,00
Aval ou Fiança em Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (**II**)	0,00	0,00	0,00
Aval ou Fiança em Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (**III**) = (**I** + **II**)	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (**IV**)	26.095.804,41	27.340.298,67	0,00
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL (**III**/**IV**)	0,00	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - <%>	5.741.076,97	6.014.865,71	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso **III** do § 1º do art. 59 da LRF) - <%>	5.166.969,27	5.413.379,14	0,00
Contragarantias Recebidas	-	-	-
Contragarantias Recebidas	-	-	-
EXTERNAS (V)	0,00	0,00	0,00
Aval ou Fiança em Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (**VI**)	0,00	0,00	0,00
Aval ou Fiança em Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS (**VII**) = (V + **VI**)	0,00	0,00	0,00

RGF-Anexo 03 | Tabela 3.1 - Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores - Municípios Semestral

Notas Explicativas	Valores
	30/06/2017
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

RGF-Anexo 04 | Tabela 4.1 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Municípios Semestral

Operações de Crédito	Valor Realizado no Período	
	VALOR REALIZADO	
	No Semestre de Referência	Até o Semestre de Referência (a)
Operações de Crédito	-	-
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Assunção Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Operações de Crédito Previstas no art. 7º § 3º da RSF nº 43/2001	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipações de Receitas pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Operações de Crédito Previstas no art. 7º § 3º da RSF nº 43/2001	0,00	0,00
TOTAL (**I**)	0,00	0,00

RGF-Anexo 04 | Tabela 4.1 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Municípios Semestral

Apuração do Cumprimento dos Limites	Apuração do Cumprimento dos Limites	
	VALOR	% SOBRE A RCL
Apuração do Cumprimento dos Limites	-	-
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	27.340.298,67	
OPERAÇÕES VEDADAS (**II**)	0,00	0,00
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (**III**) = (Ia + **II**)	0,00	0,00
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS	4.374.447,79	16,00

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

Relatório de Gestão Fiscal Simplificado
Prefeitura Municipal de Carlinda - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2017
Período de referência: 1º semestre

Apuração do Cumprimento dos Limites	Apuração do Cumprimento dos Limites	
	VALOR	% SOBRE A RCL
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF)	3.937.003,01	14,40
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA		
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	1.913.820,91	7,00

RGF-Anexo 04 | Tabela 4.1 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Municípios Semestral

Outras Operações Que Integram a Dívida Consolidada	Valor Realizado no Período	
	VALOR REALIZADO	
	No Semestre de Referência	Até o Semestre de Referência (a)
Outras Operações Que Integram a Dívida Consolidada	-	-
Parcelamentos de Dívidas	0,00	0,00
Tributos	0,00	0,00
Contribuições Previdenciárias	0,00	0,00
FGTS	0,00	0,00
Operações de Reestruturação e Recomposição do Principal de Dívidas	0,00	0,00

RGF-Anexo 04 | Tabela 4.1 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Municípios Semestral

Notas Explicativas	Valores
	30/06/2017
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

RGF-Anexo 06 | Tabela 6.4 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal - Município de Semestral

Receita Corrente Líquida	Valor Até o Semestre
	Valor Até o Semestre
Receita Corrente Líquida	-
Receita Corrente Líquida	27.340.298,67
Receita Corrente Líquida Ajustada	27.340.298,67

RGF-Anexo 06 | Tabela 6.4 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal - Município de Semestral

Despesa com Pessoal	Valor Realizado no Período	
	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
Despesa com Pessoal	-	-
Despesa Total com Pessoal - DTP	13.143.765,91	48,07
Limite Máximo (incisos I II e III art. 20 da LRF) - <%>	14.763.761,28	54,00
Limite Prudencial (parágrafo único art. 22 da LRF) - <%>	14.025.573,22	51,30

RGF-Anexo 06 | Tabela 6.4 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal - Município de Semestral

Dívida Consolidada	Comparativo do Saldo da Dívida	
	Saldo no Semestre	
	Saldo Exercício até o Primeiro Semestre	Saldo Exercício até o Segundo Semestre
Dívida Consolidada	-	-
Dívida Consolidada Líquida	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	32.808.358,40	0,00

RGF-Anexo 06 | Tabela 6.4 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal - Município de Semestral

Garantias de Valores	Comparativo do Saldo de Garantia	
	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2017	
	Saldo Exercício até o Primeiro Semestre	Saldo Exercício até o Segundo Semestre
Garantias de Valores	-	-
Total das Garantias Concedidas	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	6.014.865,71	0,00

RGF-Anexo 06 | Tabela 6.4 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal - Município de Semestral

Operações de Crédito	Valor Realizado no Período	
	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito	-	-
Operações de Crédito Internas e Externas		
Operações de Crédito por Antecipação da Receita		
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	4.374.447,79	16,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	1.913.820,91	7,00

RGF-Anexo 06 | Tabela 6.4 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal - Município de Semestral

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório de Gestão Fiscal Simplificado**
	Prefeitura Municipal de Carlinda - MT (Poder Executivo)
	CNPJ:
	Exercício: 2017
	Período de referência: 1º semestre

Restos a Pagar	Restos a Pagar e Disponibilidade de Caixa	
	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Restos a Pagar	-	-
Valor Total		

RGF-Anexo 06 | Tabela 6.4 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal - Município de Semestral

Notas Explicativas	Valores
	30/06/2017
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

Lista de Assinaturas

Assinatura: 1
Assinatura: 2
Assinatura: 3
Assinatura: 4
Assinatura: 5
Assinatura: 6

As assinaturas digitais podem ser verificadas no arquivo PDF.

RELATORIO RESUMIDO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA SIMPLIFICADO REFERENTE AO 3º BIMESTRE DO EXERCICIO 2017

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Carlinda - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2017
Período de referência: 3º bimestre

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

Receitas Orçamentárias	Estágios da Receita Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Receitas Orçamentárias	-	-	-	-	-	-	-
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	28.558.000,00	28.558.000,00	4.376.035,77	15,32	12.684.559,73	44,42	15.873.440,27
RECEITAS CORRENTES	27.398.000,00	27.398.000,00	4.301.035,77	15,70	12.460.659,73	45,48	14.937.340,27
RECEITA TRIBUTÁRIA	1.307.000,00	1.307.000,00	222.358,64	17,01	606.894,55	46,43	700.105,45
Impostos	1.170.000,00	1.170.000,00	195.888,17	16,74	508.408,86	43,45	661.591,14
Taxas	136.500,00	136.500,00	26.470,47	19,39	98.485,69	72,15	38.014,31
Contribuição de Melhoria	500,00	500,00		0,00		0,00	500,00
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	717.000,00	717.000,00	150.750,38	21,03	548.322,56	76,47	168.677,44
Contribuições Sociais	687.000,00	687.000,00	120.700,87	17,57	418.319,93	60,89	268.680,07
Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico							
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	30.000,00	30.000,00	30.049,51	100,17	130.002,63	433,34	-100.002,63
RECEITA PATRIMONIAL	3.231.000,00	3.231.000,00	150.896,10	4,67	1.168.488,93	36,16	2.062.511,07
Receitas Imobiliárias	500,00	500,00		0,00		0,00	500,00
Receitas de Valores Mobiliários	3.229.500,00	3.229.500,00	150.813,82	4,67	1.168.242,09	36,17	2.061.257,91
Receita de Concessões e Permissões	1.000,00	1.000,00	82,28	8,23	246,84	24,68	753,16
Compensações Financeiras							
Receita Decorrente do Direito de Exploração de Bens Públicos em Áreas de Domínio Público							
Receita da Cessão de Direitos							
Outras Receitas Patrimoniais							
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Receita da Produção Vegetal							
Receita da Produção Animal e Derivados							
Outras Receitas Agropecuárias							
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Receita da Indústria Extrativa Mineral							
Receita da Indústria de Transformação							
Receita da Indústria de Construção							
Outras Receitas Industriais							
RECEITA DE SERVIÇOS	12.500,00	12.500,00	4.405,81	35,25	11.733,25	93,87	766,75
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	21.880.500,00	21.880.500,00	3.723.445,14	17,02	9.987.373,59	45,65	11.893.126,41
Transferências Intergovernamentais	21.080.500,00	21.080.500,00	3.422.888,02	16,24	9.604.439,07	45,56	11.476.060,93
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências do Exterior							
Transferências de Pessoas							
Transferências de Convênios	800.000,00	800.000,00	300.557,12	37,57	382.934,52	47,87	417.065,48
Transferências para o Combate à Fome							
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	250.000,00	250.000,00	49.179,70	19,67	137.846,85	55,14	112.153,15
Multas e Juros de Mora	76.000,00	76.000,00	14.905,41	19,61	50.996,80	67,10	25.003,20
Indenizações e Restituições	51.000,00	51.000,00	4.119,94	8,08	15.076,84	29,56	35.923,16
Receita da Dívida Ativa	114.000,00	114.000,00	30.154,35	26,45	71.773,21	62,96	42.226,79
Receitas Decorrentes de Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS							
Receitas Correntes Diversas	9.000,00	9.000,00		0,00		0,00	9.000,00

Documento gerado em 25/07/2017 09:26:34

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Carlinda - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2017
Período de referência: 3º bimestre

Receitas Orçamentárias	Estágios da Receita Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS DE CAPITAL	1.160.000,00	1.160.000,00	75.000,00	6,47	223.900,00	19,30	936.100,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Operações de Crédito Internas							
Operações de Crédito Externas							
ALIENAÇÃO DE BENS	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
Alienação de Bens Móveis	10.000,00	10.000,00		0,00		0,00	10.000,00
Alienação de Bens Imóveis							
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS							
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	1.150.000,00	1.150.000,00	75.000,00	6,52	223.900,00	19,47	926.100,00
Transferências Intergovernamentais							
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências do Exterior							
Transferências de Pessoas							
Transferências de Outras Instituições Públicas							
Transferências de Convênios	1.150.000,00	1.150.000,00	75.000,00	6,52	223.900,00	19,47	926.100,00
Transferências para o Combate à Fome							
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Integralização do Capital Social							
Div. Atv. Prov. da Amortiz. de Emp. e Financ.							
Receita Auferida por Detentores de Títulos do Tesouro Nacional Resgatados							
Receitas de Alienação de Certificados de Potencial Adicional de Construção - CEPAC							
Outras Receitas de Capital							
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	1.142.000,00	1.142.000,00	226.843,33	19,86	790.831,87	69,25	351.168,13
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	29.700.000,00	29.700.000,00	4.602.879,10	15,50	13.475.391,60	45,37	16.224.608,40
OPERAÇÕES DE CRÉDITO/REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Mobiliária							
Contratual							
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Mobiliária							
Contratual							
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	29.700.000,00	29.700.000,00	4.602.879,10	15,50	13.475.391,60	45,37	16.224.608,40
DÉFICIT (VI)							
TOTAL (VII) = (V + VI)	29.700.000,00	29.700.000,00	4.602.879,10	15,50	13.475.391,60	45,37	16.224.608,40
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00			0,00		
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS							
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais							
Reabertura de Créditos Adicionais							

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

Despesas Orçamentárias	Estágios da Despesa Orçamentária									
	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)			
Despesas Orçamentárias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Carlinda - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2017
Período de referência: 3º bimestre

Despesas Orçamentárias	Estágios da Despesa Orçamentária									
	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)			
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	27.033.000,00	29.201.489,68	4.887.648,98	15.191.662,74	14.009.826,94	4.929.614,92	12.897.975,44	16.303.514,24	12.750.523,08	0,00
DESPESAS CORRENTES	24.762.000,00	26.090.466,58	4.462.452,12	13.766.655,57	12.323.811,01	4.613.859,80	11.839.710,06	14.250.756,52	11.692.257,70	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	14.665.800,00	15.760.901,08	2.554.166,07	7.524.921,90	8.235.979,18	2.554.166,07	7.524.921,90	8.235.979,18	7.462.964,54	
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	12.000,00	12.000,00		6.145,33	5.854,67	1.395,26	5.166,59	6.833,41	5.166,59	
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	10.084.200,00	10.317.565,50	1.908.286,05	6.235.588,34	4.081.977,16	2.058.298,47	4.309.621,57	6.007.943,93	4.224.126,57	
DESPESAS DE CAPITAL	2.246.000,00	3.086.023,10	425.196,86	1.425.007,17	1.661.015,93	315.755,12	1.058.265,38	2.027.757,72	1.058.265,38	0,00
INVESTIMENTOS	2.210.000,00	3.060.023,10	425.196,86	1.403.066,11	1.656.956,99	310.902,06	1.041.835,11	2.018.187,99	1.041.835,11	
INVERSÕES FINANCEIRAS										
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	36.000,00	26.000,00		21.941,06	4.058,94	4.853,06	16.430,27	9.569,73	16.430,27	
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	25.000,00	25.000,00			25.000,00			25.000,00		
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)										
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	27.033.000,00	29.201.489,68	4.887.648,98	15.191.662,74	14.009.826,94	4.929.614,92	12.897.975,44	16.303.514,24	12.750.523,08	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA/REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária										
Outras Dívidas										
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária										
Outras Dívidas										
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	27.033.000,00	29.201.489,68	4.887.648,98	15.191.662,74	14.009.826,94	4.929.614,92	12.897.975,44	16.303.514,24	12.750.523,08	0,00
SUPERÁVIT (XIII)										
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	27.033.000,00	29.201.489,68	4.887.648,98	15.191.662,74		4.929.614,92	12.897.975,44		12.750.523,08	0,00
RESERVA DO RPPS	2.667.000,00	2.667.000,00			2.667.000,00			2.667.000,00		

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

Receitas Intra Orçamentárias	Estágios da Receita Intra-Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Receitas Intra Orçamentárias	-	-	-	-	-	-	-
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	1.142.000,00	1.142.000,00	226.843,33	19,86	790.831,87	69,25	351.168,13
RECEITAS CORRENTES	1.142.000,00	1.142.000,00	226.843,33	19,86	790.831,87	69,25	351.168,13
RECEITA TRIBUTÁRIA	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Impostos							
Taxas							
Contribuição de Melhoria							
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	1.142.000,00	1.142.000,00	226.843,33	19,86	790.831,87	69,25	351.168,13
Contribuições Sociais	1.142.000,00	1.142.000,00	226.843,33	19,86	790.831,87	69,25	351.168,13
Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico							
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública							
RECEITA PATRIMONIAL	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Receitas Imobiliárias							
Receitas de Valores Mobiliários							
Receita de Concessões e Permissões							
Compensações Financeiras							
Receita Decorrente do Direito de Exploração de Bens Públicos em Áreas de Domínio Público							
Receita da Cessão de Direitos							
Outras Receitas Patrimoniais							
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Carlinda - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2017
Período de referência: 3º bimestre

Receitas Intra Orçamentárias	Estágios da Receita Intra-Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Receita da Produção Vegetal							
Receita da Produção Animal e Derivados							
Outras Receitas Agropecuárias							
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Receita da Indústria Extrativa Mineral							
Receita da Indústria de Transformação							
Receita da Indústria de Construção							
Outras Receitas Industriais							
RECEITA DE SERVIÇOS							
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Transferências Intergovernamentais							
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências do Exterior							
Transferências de Pessoas							
Transferências de Convênios							
Transferências para o Combate à Fome							
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Multas e Juros de Mora							
Indenizações e Restituições							
Receita da Dívida Ativa							
Receitas Decorrentes de Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS							
Receitas Correntes Diversas							
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Operações de Crédito Internas							
Operações de Crédito Externas							
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Alienação de Bens Móveis							
Alienação de Bens Imóveis							
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS							
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Transferências Intergovernamentais							
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências do Exterior							
Transferências de Pessoas							
Transferências de Outras Instituições Públicas							
Transferências de Convênios							
Transferências para o Combate à Fome							
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Integralização do Capital Social							
Div. Atv. Prov. da Amortiz. de Emp. e Financ.							
Receita Auferida por Detentores de Títulos do Tesouro Nacional Resgatados							
Receitas de Alienação de Certificados de Potencial Adicional de Construção - CEPAC							
Outras Receitas de Capital							

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Carlinda - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2017
Período de referência: 3º bimestre

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

Despesas Intra Orçamentárias	Estágios da Despesa Intra-Orçamentária									
	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)			
Despesas Intra Orçamentárias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS										
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA										
OUTRAS DESPESAS CORRENTES										
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVESTIMENTOS										
INVERSÕES FINANCEIRAS										
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA										

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado**
	Prefeitura Municipal de Carlinda - MT (Poder Executivo)
	CNPJ:
	Exercício: 2017
	Período de referência: 3º bimestre

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

Notas Explicativas	Valores
	30/06/2017
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Carlinda - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2017
Período de referência: 3º bimestre

RREO-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção | Total das Despesas Exceto Intra-Orçamentárias

Função/Subfunção	Execução da Despesa										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/total d)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	29.700.000,00	31.868.489,68	4.887.648,98	15.191.662,74	100,00	16.676.826,94	4.929.614,92	12.897.975,44	100,00	18.970.514,24	0,00
Legislativa	1.020.000,00	1.092.000,00	150.190,34	522.271,21	3,44	569.728,79	165.739,22	469.596,35	3,64	622.403,65	0,00
Ação Legislativa	1.020.000,00	1.092.000,00	150.190,34	522.271,21	3,44	569.728,79	165.739,22	469.596,35	3,64	622.403,65	
Controle Externo											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Judiciária	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Ação Judiciária											
Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Essencial à Justiça	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Defesa da Ordem Jurídica											
Representação Judicial e Extrajudicial											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Administração	4.428.000,00	5.188.822,52	738.980,03	2.246.326,64	14,79	2.942.495,88	842.898,49	1.823.371,77	14,14	3.365.550,75	0,00
Planejamento e Orçamento											
Administração Geral	1.955.000,00	2.074.034,11	201.717,11	524.544,84	3,45	1.549.489,27	172.524,24	490.350,97	3,80	1.583.683,14	
Administração Financeira	2.473.000,00	3.114.788,41	537.262,92	1.721.781,80	11,33	1.393.006,61	670.374,25	1.332.920,80	10,33	1.781.867,61	
Controle Interno											
Normatização e Fiscalização											
Tecnologia da Informação											
Ordenamento Territorial											
Formação de Recursos Humanos											
Administração de Receitas											
Administração de Concessões											
Comunicação Social											
Demais Subfunções											
Defesa Nacional	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Defesa Área											
Defesa Naval											
Defesa Terrestre											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Segurança Pública	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Policiamento											
Defesa Civil											
Informação e Inteligência											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Relações Exteriores	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Relações Diplomáticas											
Cooperação Internacional											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Assistência Social	1.172.900,00	1.417.602,43	238.673,25	643.185,02	4,23	774.417,41	236.094,35	563.726,48	4,37	853.875,95	0,00
Assistência ao Idoso	7.500,00	25.905,00	18.404,06	18.404,06	0,12	7.500,94	18.404,06	18.404,06	0,14	7.500,94	
Assistência ao Portador de Deficiência											
Assistência à Criança e ao Adolescente	146.000,00	167.446,93	15.442,44	80.937,10	0,53	86.509,83	18.788,35	67.918,84	0,53	99.528,09	
Assistência Comunitária	1.019.400,00	1.224.250,50	204.826,75	543.843,86	3,58	680.406,64	198.901,94	477.403,58	3,70	746.846,92	
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Previdência Social	4.800.000,00	4.800.000,00	276.749,70	858.512,57	5,65	3.941.487,43	283.556,84	836.840,92	6,49	3.963.159,08	0,00
Previdência Básica											
Previdência do Regime Estatutário	4.800.000,00	4.800.000,00	276.749,70	858.512,57	5,65	3.941.487,43	283.556,84	836.840,92	6,49	3.963.159,08	
Previdência Complementar											
Previdência Especial											
Administração Geral											

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Carlinda - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2017
Período de referência: 3º bimestre

Função/Subfunção	Execução da Despesa										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/total d)		
Demais Subfunções											
Saúde	6.113.000,00	6.450.869,65	1.101.864,60	3.539.953,35	23,30	2.910.916,30	957.607,23	2.888.908,46	22,40	3.561.961,19	0,00
Atenção Básica	4.428.000,00	4.789.681,86	761.381,06	2.793.676,44	18,39	1.996.005,42	702.982,43	2.432.851,00	18,86	2.356.830,86	
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	1.196.000,00	1.105.642,85	270.036,03	556.398,75	3,66	549.244,10	189.130,88	333.475,19	2,59	772.167,66	
Suporte Profilático e Terapêutico	106.000,00	127.397,62	36.831,50	75.736,11	0,50	51.661,51	28.411,61	28.685,82	0,22	98.711,80	
Vigilância Sanitária	318.000,00	362.728,32	32.582,18	113.108,24	0,74	249.620,08	36.167,43	92.981,57	0,72	269.746,75	
Vigilância Epidemiológica	50.000,00	50.419,00	1.033,81	1.033,81	0,01	49.385,19	914,88	914,88	0,01	49.504,12	
Alimentação e Nutrição											
Administração Geral											
Demais Subfunções	15.000,00	15.000,00				15.000,00				15.000,00	
Trabalho	249.000,00	249.000,00	0,00	249.000,00	1,64	0,00	38.924,10	92.056,34	0,71	156.943,66	0,00
Proteção e Benefícios ao Trabalhador	249.000,00	249.000,00		249.000,00	1,64	0,00	38.924,10	92.056,34	0,71	156.943,66	
Relações de Trabalho											
Empregabilidade											
Fomento ao Trabalho											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Educação	7.803.100,00	8.019.891,11	1.461.729,90	4.591.489,37	30,22	3.428.401,74	1.461.380,27	3.969.518,69	30,78	4.050.372,42	0,00
Ensino Fundamental	6.339.100,00	6.547.317,47	1.240.626,06	3.724.896,44	24,52	2.822.421,03	1.184.153,08	3.185.015,29	24,69	3.362.302,18	
Ensino Médio											
Ensino Profissional		25.000,00	-20.200,00	4.800,00	0,03	20.200,00	2.400,00	4.800,00	0,04	20.200,00	
Ensino Superior	10.000,00					0,00				0,00	
Educação Infantil	1.353.500,00	1.297.073,64	241.303,84	711.792,93	4,69	585.280,71	247.627,19	697.703,40	5,41	599.370,24	
Educação de Jovens e Adultos											
Educação Especial	100.500,00	150.500,00		150.000,00	0,99	500,00	27.200,00	82.000,00	0,64	68.500,00	
Educação Básica											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Cultura	10.000,00	17.204,00	5.743,00	11.358,64	0,07	5.845,36	8.143,00	10.954,20	0,08	6.249,80	0,00
Patrimônio Histórico Artístico e Arqueológico											
Difusão Cultural	10.000,00	17.204,00	5.743,00	11.358,64	0,07	5.845,36	8.143,00	10.954,20	0,08	6.249,80	
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Direitos da Cidadania	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Custódia e Reintegração Social											
Direitos Individuais Coletivos e Difusos											
Assistência aos Povos Indígenas											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Urbanismo	816.500,00	775.663,37	14.410,26	207.160,03	1,36	568.503,34	85.884,26	165.768,43	1,29	609.894,94	0,00
Infra-Estrutura Urbana	442.000,00	451.163,37	13.640,00	59.627,00	0,39	391.536,37	39.775,00	59.627,00	0,46	391.536,37	
Serviços Urbanos	374.500,00	324.500,00	770,26	147.533,03	0,97	176.966,97	46.109,26	106.141,43	0,82	218.358,57	
Transportes Coletivos Urbanos											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Habitação	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00		5.000,00	0,00	0,00		5.000,00	0,00
Habitação Rural											
Habitação Urbana	5.000,00	5.000,00				5.000,00				5.000,00	
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Saneamento	51.500,00	76.500,00	24.498,40	24.498,40	0,16	52.001,60	24.498,40	24.498,40	0,19	52.001,60	0,00
Saneamento Básico Rural											
Saneamento Básico Urbano	51.500,00	76.500,00	24.498,40	24.498,40	0,16	52.001,60	24.498,40	24.498,40	0,19	52.001,60	
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Gestão Ambiental	146.000,00	222.020,00	217.840,00	217.840,00	1,43	4.180,00	217.840,00	217.840,00	1,69	4.180,00	0,00
Preservação e Conservação Ambiental											
Controle Ambiental											
Recuperação de Áreas Degradadas	146.000,00	222.020,00	217.840,00	217.840,00	1,43	4.180,00	217.840,00	217.840,00	1,69	4.180,00	
Recursos Hídricos											
Meteorologia											
Administração Geral											
Demais Subfunções											

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Carlinda - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2017
Período de referência: 3º bimestre

Função/Subfunção	Execução da Despesa										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/total d)		
Ciência e Tecnologia	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Desenvolvimento Científico											
Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia											
Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Agricultura	537.500,00	621.282,42	59.661,60	198.711,40	1,31	422.571,02	55.190,97	158.227,27	1,23	463.055,15	0,00
Abastecimento											
Extensão Rural											
Irrigação											
Promoção da Produção Agropecuária											
Defesa Agropecuária											
Administração Geral	537.500,00	621.282,42	59.661,60	198.711,40	1,31	422.571,02	55.190,97	158.227,27	1,23	463.055,15	
Demais Subfunções											
Organização Agrária	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Reforma Agrária											
Colonização											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Indústria	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Promoção Industrial											
Produção Industrial											
Mineração											
Propriedade Industrial											
Normalização e Qualidade											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Comércio e Serviços	166.000,00	201.550,56	21.555,92	82.335,36	0,54	119.215,20	27.705,51	82.020,58	0,64	119.529,98	0,00
Promoção Comercial											
Comercialização											
Comércio Exterior											
Serviços Financeiros											
Turismo	166.000,00	201.550,56	21.555,92	82.335,36	0,54	119.215,20	27.705,51	82.020,58	0,64	119.529,98	
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Comunicações	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Comunicações Postais											
Telecomunicações											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Energia	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Conservação de Energia											
Energia Elétrica											
Petróleo											
Biocombustíveis											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Transporte	2.137.500,00	2.485.393,17	559.677,67	1.682.313,00	11,07	803.080,17	489.162,78	1.500.815,96	11,64	984.577,21	0,00
Transporte Aéreo											
Transporte Rodoviário	2.137.500,00	2.485.393,17	559.677,67	1.682.313,00	11,07	803.080,17	489.162,78	1.500.815,96	11,64	984.577,21	
Transporte Ferroviário											
Transporte Hidroviário											
Transportes Especiais											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Desporto e Lazer	171.000,00	182.690,45	16.074,31	88.621,36	0,58	94.069,09	28.741,18	72.334,73	0,56	110.355,72	0,00
Desporto de Rendimento											
Desporto Comunitário	171.000,00	182.690,45	16.074,31	88.621,36	0,58	94.069,09	28.741,18	72.334,73	0,56	110.355,72	
Lazer											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Encargos Especiais	48.000,00	38.000,00	0,00	28.086,39	0,18	9.913,61	6.248,32	21.596,86	0,17	16.403,14	0,00
Refinanciamento da Dívida Interna											

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Carlinda - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2017
Período de referência: 3º bimestre

Função/Subfunção	Execução da Despesa										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/total d)		
Refinanciamento da Dívida Externa											
Serviço da Dívida Interna	48.000,00	38.000,00		28.086,39	0,18	9.913,61	6.248,32	21.596,86	0,17	16.403,14	
Serviço da Dívida Externa											
Transferências											
Outros Encargos Especiais											
Transferências para a Educação Básica											
Demais Subfunções											
Reserva de Contingência	25.000,00	25.000,00				25.000,00				25.000,00	
Reserva do RPPS											
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)											
TOTAL (III) = (I + II)	29.700.000,00	31.868.489,68	4.887.648,98	15.191.862,74	100,00	16.676.826,94	4.929.614,92	12.897.975,44	100,00	18.970.514,24	0,00

RREO-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção | Total de Despesas

Função/Subfunção - Intra	Execução da Despesa - Intra										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/total d)		
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Legislativa	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Ação Legislativa											
Controle Externo											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Judiciária	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Ação Judiciária											
Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Essencial à Justiça	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Defesa da Ordem Jurídica											
Representação Judicial e Extrajudicial											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Administração	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Planejamento e Orçamento											
Administração Geral											
Administração Financeira											
Controle Interno											
Normatização e Fiscalização											
Tecnologia da Informação											
Ordenamento Territorial											
Formação de Recursos Humanos											
Administração de Receitas											
Administração de Concessões											
Comunicação Social											
Demais Subfunções											
Defesa Nacional	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Defesa Área											
Defesa Naval											
Defesa Terrestre											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Segurança Pública	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Policiamento											
Defesa Civil											
Informação e Inteligência											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Relações Exteriores	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Relações Diplomáticas											

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Carlinda - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2017
Período de referência: 3º bimestre

Função/Subfunção - Intra	Execução da Despesa - Intra										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/ b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/ d)		
Cooperação Internacional											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Assistência Social	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Assistência ao Idoso											
Assistência ao Portador de Deficiência											
Assistência à Criança e ao Adolescente											
Assistência Comunitária											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Previdência Social	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Previdência Básica											
Previdência do Regime Estatutário											
Previdência Complementar											
Previdência Especial											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Atenção Básica											
Assistência Hospitalar e Ambulatorial											
Suporte Profilático e Terapêutico											
Vigilância Sanitária											
Vigilância Epidemiológica											
Alimentação e Nutrição											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Trabalho	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Proteção e Benefícios ao Trabalhador											
Relações de Trabalho											
Empregabilidade											
Fomento ao Trabalho											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Educação	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Ensino Fundamental											
Ensino Médio											
Ensino Profissional											
Ensino Superior											
Educação Infantil											
Educação de Jovens e Adultos											
Educação Especial											
Educação Básica											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Cultura	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Patrimônio Histórico Artístico e Arqueológico											
Difusão Cultural											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Direitos da Cidadania	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Custódia e Reintegração Social											
Direitos Individuais Coletivos e Difusos											
Assistência aos Povos Indígenas											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Urbanismo	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Infra-Estrutura Urbana											
Serviços Urbanos											
Transportes Coletivos Urbanos											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Habitação	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Habitação Rural											

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Carlinda - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2017
Período de referência: 3º bimestre

Função/Subfunção - Intra	Execução da Despesa - Intra										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/ b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/ d)		
Habitação Urbana											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Saneamento	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Saneamento Básico Rural											
Saneamento Básico Urbano											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Gestão Ambiental	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Preservação e Conservação Ambiental											
Controle Ambiental											
Recuperação de Áreas Degradadas											
Recursos Hídricos											
Meteorologia											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Ciência e Tecnologia	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Desenvolvimento Científico											
Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia											
Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Agricultura	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Abastecimento											
Extensão Rural											
Irrigação											
Promoção da Produção Agropecuária											
Defesa Agropecuária											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Organização Agrária	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Reforma Agrária											
Colonização											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Indústria	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Promoção Industrial											
Produção Industrial											
Mineração											
Propriedade Industrial											
Normalização e Qualidade											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Comércio e Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Promoção Comercial											
Comercialização											
Comércio Exterior											
Serviços Financeiros											
Turismo											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Comunicações	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Comunicações Postais											
Telecomunicações											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Energia	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Conservação de Energia											
Energia Elétrica											
Petróleo											
Biocombustíveis											
Administração Geral											
Demais Subfunções											

Documento gerado em 25/07/2017 09:26:34

Página 12 de 31

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Carlinda - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2017
Período de referência: 3º bimestre

Função/Subfunção - Intra	Execução da Despesa - Intra										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/a)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/a)		
Transporte	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Transporte Aéreo											
Transporte Rodoviário											
Transporte Ferroviário											
Transporte Hidroviário											
Transportes Especiais											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Desporto e Lazer	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Desporto de Rendimento											
Desporto Comunitário											
Lazer											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Encargos Especiais	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Refinanciamento da Dívida Interna											
Refinanciamento da Dívida Externa											
Serviço da Dívida Interna											
Serviço da Dívida Externa											
Transferências											
Outros Encargos Especiais											
Transferências para a Educação Básica											
Demais Subfunções											

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado**
	Prefeitura Municipal de Carlinda - MT (Poder Executivo)
	CNPJ:
	Exercício: 2017
	Período de referência: 3º bimestre

RREO-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção

Notas Explicativas	Valores
	30/06/2017
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Carlinda - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2017
Período de referência: 3º bimestre

RREO-Anexo 03 | Tabela 3.0 - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida - Municípios

Especificação	Evolução da Receita Corrente Líquida													
	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES)	PREVISÃO ATUALIZADA 2017
	<MR-11>	<MR-10>	<MR-9>	<MR-8>	<MR-7>	<MR-6>	<MR-5>	<MR-4>	<MR-3>	<MR-2>	<MR-1>	<MR>		
Especificação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RECEITAS CORRENTES (I)	2,577,620,49	2,304,695,04	2,174,231,75	2,433,276,67	3,075,382,98	4,637,698,49	2,115,712,78	2,579,585,81	2,093,428,82	2,276,538,83	2,686,945,23	2,104,096,31	31,059,213,20	30,416,500,00
Receita Tributária	71,837,20	182,024,33	128,431,50	174,794,51	111,545,21	128,605,68	44,263,41	85,981,49	111,843,00	142,448,01	158,729,42	63,629,22	1,404,132,98	1,307,000,00
IPTU	492,52	98,142,06	52,239,21	22,016,09	14,187,36	13,370,80	2,648,12	82,24	1,207,84	28,77	35,23		204,450,24	200,000,00
ISS	16,334,67	20,970,99	23,957,90	109,924,11	43,572,99	29,051,19	21,191,56	22,386,52	29,778,67	28,807,75	36,427,81	22,427,95	404,832,11	380,000,00
ITBI	23,354,90	21,051,43	13,342,65	17,138,76	21,032,77	20,395,41	12,650,15	7,945,82	10,217,69	63,955,28	76,807,99	6,445,47	294,338,32	250,000,00
IRRF	29,708,69	26,074,41	28,303,68	17,729,46	29,666,21	57,170,87	1,003,85	47,562,91	34,801,79	28,251,73	28,198,45	25,545,27	354,017,32	340,000,00
Outras Receitas Tributárias	1,946,42	15,785,44	10,588,06	7,986,09	3,085,88	8,617,41	6,769,73	8,004,00	35,837,01	21,404,48	17,259,94	9,210,53	146,494,99	137,000,00
Receita de Contribuições	74,485,60	65,522,87	73,727,62	66,381,75	68,463,15	130,329,38	4,524,17	111,123,90	78,390,30	203,533,81	88,381,57	62,368,81	1,027,232,93	717,000,00
Receita Patrimonial	316,491,75	157,783,83	235,822,57	139,416,47	67,504,47	349,907,90	280,217,51	447,470,68	214,082,59	75,822,05	60,247,37	90,648,73	2,435,415,92	3,231,000,00
Receita Agropecuária														
Receita Industrial														
Receita de Serviços	430,00		950,00	360,00	400,00	1,621,26	955,00	2,105,00	1,673,14	2,594,30	3,264,09	1,141,72	15,494,51	12,500,00
Transferências Correntes	1,979,556,47	1,763,713,71	1,590,240,38	1,921,833,31	2,692,670,42	3,767,124,86	1,770,910,96	1,917,895,33	1,657,468,32	1,823,296,12	2,348,152,14	1,865,298,77	25,098,160,79	24,899,000,00
Cota-Parte do FPM	475,396,83	589,557,98	479,428,44	581,975,76	1,061,806,60	1,305,691,65	707,697,46	906,845,39	567,641,97	683,912,07	775,780,20	715,048,81	8,850,783,16	9,000,000,00
Cota-Parte do ICMS	398,653,29	311,038,80	365,876,70	322,114,30	592,205,81	424,578,08	427,995,06	247,740,25	431,977,65	330,810,51	427,024,71	371,904,71	4,651,919,87	4,800,000,00
Cota-Parte do IPVA	38,781,27	33,239,65	25,001,93	16,712,34	11,594,62	10,791,68	32,243,00	42,110,10	40,343,05	49,307,33	60,829,14	27,910,10	388,864,21	380,000,00
Cota-Parte do ITR	82,37	1,652,02	15,804,58	183,134,23	26,889,85	26,491,46	14,520,08	189,95	2,341,94	3,257,27	4,641,03	377,95	279,382,73	300,000,00
Transferências da LC nº 87/1996	1,746,12	1,746,12	1,746,12	1,746,12	1,746,12	1,746,12	1,744,63	1,744,63	1,744,63	1,744,63	1,744,63	1,744,63	20,944,50	22,500,00
Transferências da LC nº 61/1989													0,00	
Transferências do FUNDEB	383,566,56	360,894,90	328,794,51	285,428,89	570,508,48	531,059,53	353,472,87	362,764,36	232,283,19	371,800,15	393,231,34	330,057,89	4,503,862,67	4,800,000,00
Outras Transferências Correntes	681,330,03	465,584,24	373,588,10	530,721,67	427,918,94	1,466,766,34	233,237,86	356,500,65	381,135,89	382,464,16	684,901,09	418,254,68	6,402,403,65	5,596,500,00
Outras Receitas Correntes	134,819,47	135,650,30	145,059,68	130,490,63	134,799,73	260,109,41	14,841,73	15,009,41	29,971,47	26,844,54	28,170,64	21,009,06	1,078,776,07	250,000,00
DEDUÇÕES (II)	249,157,19	252,902,39	246,773,63	287,518,20	407,311,66	479,800,66	241,364,14	350,849,88	287,200,07	317,934,83	331,298,63	266,803,25	3,718,914,53	3,595,500,00
Contrib. do Servidor para o Plano de Previdência	66,225,29	65,455,58	69,202,17	66,381,75	68,463,15	130,329,38	4,524,17	111,123,90	78,390,30	103,580,69	77,294,79	43,406,08	884,377,25	687,000,00
Compensações Financ. entre Regimes Previdência														
Dedução de Receita para Formação do FUNDEB	182,931,90	187,446,81	177,571,46	221,136,45	338,848,51	349,471,28	236,839,97	239,725,98	208,809,77	214,354,14	254,003,84	223,397,17	2,834,537,26	2,908,500,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - I)	2,328,463,30	2,051,792,65	1,927,458,12	2,145,758,47	2,668,071,32	4,157,897,83	1,874,348,64	2,228,735,93	1,806,228,75	1,958,604,00	2,355,646,60	1,837,293,06	27,340,298,67	26,821,000,00

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado**
	Prefeitura Municipal de Carlinda - MT (Poder Executivo)
	CNPJ:
	Exercício: 2017
	Período de referência: 3º bimestre

RREO-Anexo 03 | Tabela 3.0 - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida - Municípios

Notas Explicativas	Valores
	30/06/2017
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Carlinda - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2017
Período de referência: 3º bimestre

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS

Receitas Previdenciárias - RPPS - Plano Previdenciário	Execução da Receita			
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre / 2017	Até o Bimestre / 2016
Receitas	-	-	-	-
RECEITAS CORRENTES (I)	4.800.000,00	4.800.000,00	2.253.800,19	0,00
Receita de Contribuições dos Segurados	687.000,00	687.000,00	418.319,93	0,00
Civil	687.000,00	687.000,00	418.319,93	0,00
Ativo	685.000,00	685.000,00	418.319,93	
Inativo	1.000,00	1.000,00		
Pensionista	1.000,00	1.000,00		
Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo				
Inativo				
Pensionista				
Receita de Contribuições Patronais	1.142.000,00	1.142.000,00	790.831,87	0,00
Civil	1.100.000,00	1.100.000,00	769.235,01	0,00
Ativo	1.100.000,00	1.100.000,00	769.235,01	
Inativo				
Pensionista				
Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo				
Inativo				
Pensionista				
Em Regime de Parcelamento de Débitos Previdenciário	42.000,00	42.000,00	21.596,86	
Receita Patrimonial	2.968.000,00	2.968.000,00	1.044.648,39	0,00
Receitas Imobiliárias				
Receitas de Valores Mobiliários	2.968.000,00	2.968.000,00	1.044.648,39	
Outras Receitas Patrimoniais				
Receita de Serviços				
Receita de Aporte Periódico de Valores Predefinidos				
Outras Receitas Correntes	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS				
Demais Receitas Correntes	3.000,00	3.000,00		
RECEITAS DE CAPITAL (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos				
Amortização de Empréstimos				
Outras Receitas de Capital				
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II)	4.800.000,00	4.800.000,00	2.253.800,19	0,00

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Carlinda - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2017
Período de referência: 3º bimestre

Despesas Previdenciárias - RPPS - Plano Previdenciário	Execução da Despesa							
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
			Até o Bimestre / 2017	Até o Bimestre / 2016	Até o Bimestre / 2017	Até o Bimestre / 2016	Em 2017	Em 2016
Despesas	-	-	-	-	-	-	-	-
ADMINISTRAÇÃO (IV)	433.000,00	433.000,00	125.795,95	0,00	104.124,30	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	303.000,00	303.000,00	118.508,59		96.836,94			
Despesas de Capital	130.000,00	130.000,00	7.287,36		7.287,36			
PREVIDÊNCIA (V)	1.700.000,00	1.700.000,00	732.716,62	0,00	732.716,62	0,00	0,00	0,00
Benefícios - Civil	1.700.000,00	1.700.000,00	732.716,62	0,00	732.716,62	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	850.000,00	850.000,00	424.119,77		424.119,77			
Pensões	250.000,00	250.000,00	101.101,50		101.101,50			
Outros Benefícios Previdenciários	600.000,00	600.000,00	207.495,35		207.495,35			
Benefícios - Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas								
Pensões								
Outros Benefícios Previdenciários								
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS								
Demais Despesas Previdenciárias								
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	2.133.000,00	2.133.000,00	858.512,57	0,00	836.840,92	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)	2.667.000,00	2.667.000,00	1.395.287,62	0,00	1.416.959,27	0,00		

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Carlinda - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2017
Período de referência: 3º bimestre

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS

Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - Plano Previdenciário	Previsão Orçamentária
	Previsão Orçamentária
Recursos RPPS Arrecadados em Exercícios Anteriores	-
VALOR	

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS

Reserva Orçamentária do RPPS - Plano Previdenciário	Previsão Orçamentária
	Previsão Orçamentária
Reserva Orçamentária do RPPS	-
VALOR	

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS

Aportes de Recursos para o Plano Previdenciário do RPPS	Aportes de Recursos
	Aportes Realizados
Aportes de Recursos para o Plano Previdenciário do RPPS	-
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar	
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos	
Outros Aportes para o RPPS	
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS

Bens e Direitos do RPPS - Plano Previdenciário	Período de Referência	
	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	2017	2016
Bens e Direitos do RPPS	-	-
Caixa e Equivalentes de Caixa	533.135,38	
Investimentos e Aplicações	16.703.120,80	
Outros Bens e Direitos		

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Carlinda - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2017
Período de referência: 3º bimestre

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS

Receitas Previdenciárias - RPPS - Plano Financeiro	Execução da Receita			
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre / 2017	Até o Bimestre / 2016
Receitas	-	-	-	-
RECEITAS CORRENTES (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00	0,00	0,00
Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo				
Inativo				
Pensionista				
Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo				
Inativo				
Pensionista				
Receita de Contribuições Patronais	0,00	0,00	0,00	0,00
Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo				
Inativo				
Pensionista				
Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo				
Inativo				
Pensionista				
Em Regime de Parcelamento de Débitos				
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias				
Receitas de Valores Mobiliários				
Outras Receitas Patrimoniais				
Receita de Serviços				
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS				
Demais Receitas Correntes				
RECEITAS DE CAPITAL (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos				
Amortização de Empréstimos				
Outras Receitas de Capital				
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (X) = (VIII + IX)	0,00	0,00	0,00	0,00

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS

Despesas Previdenciárias - RPPS - Plano Financeiro	Execução da Despesa							
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
			Até o Bimestre / 2017	Até o Bimestre / 2016	Até o Bimestre / 2017	Até o Bimestre / 2016	Em 2017	Em 2016
Despesas	-	-	-	-	-	-	-	-

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Carlinda - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2017
Período de referência: 3º bimestre

Despesas Previdenciárias - RPPS - Plano Financeiro	Execução da Despesa							
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
			Até o Bimestre / 2017	Até o Bimestre / 2016	Até o Bimestre / 2017	Até o Bimestre / 2016	Em 2017	Em 2016
ADMINISTRAÇÃO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes								
Despesas de Capital								
PREVIDÊNCIA (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Benefícios - Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias								
Pensões								
Outros Benefícios Previdenciários								
Benefícios - Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas								
Pensões								
Outros Benefícios Previdenciários								
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS								
Demais Despesas Previdenciárias								
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (XIII) = (XI + XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (XIV) = (X - XIII)								

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Carlinda - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2017
Período de referência: 3º bimestre

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS

Aportes de Recursos para o Plano Financeiro do RPPS	Aportes de Recursos
	Aportes Realizados
Aportes de Recursos para o Regime Próprio de Previdência do Servidor	-
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	
Recursos para Formação de Reserva	

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS

Notas Explicativas	Valores
	30/06/2017
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

RREO-Anexo 05 | Tabela 5.0 - Demonstrativo do Resultado Nominal

Dívida Fiscal Líquida	Saldo		
	Saldo		
	Em 31/Dez/2016 (a)	No Bimestre Anterior (b)	No Bimestre (c)
Dívida Fiscal Líquida	-	-	-
Dívida Consolidada (**I**)	3.340,14	1.007,18	1.399,08
DEDUÇÕES (**II**)	19.060.390,94	20.102.601,03	19.635.065,12
Disponibilidade de Caixa	19.060.390,94	20.102.601,03	19.635.065,12
Disponibilidade de Caixa Bruta	19.082.438,30	20.110.515,71	19.642.979,80
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	22.047,36	7.914,68	7.914,68
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
Dívida Consolidada Líquida (**III**) = (**I** - **II**)	0,00	0,00	0,00
Receita de Privatizações (**IV**)	0,00	0,00	0,00
Passivos Reconhecidos (V)	18.234,36	5.601,82	1.399,08
Dívida Fiscal Líquida (**VI**) = (**III** + **IV** - V)	-18.234,36	-5.601,82	-1.399,08

RREO-Anexo 05 | Tabela 5.0 - Demonstrativo do Resultado Nominal

Resultado Nominal	Período de Referência	
	Período de Referência	
	No Bimestre (VIc - VIb)	Até o Bimestre (VIc - VIa)
Resultado Nominal	-	-
VALOR	4.202,74	16.835,28

RREO-Anexo 05 | Tabela 5.0 - Demonstrativo do Resultado Nominal

Discriminação da Meta Fiscal	Valor Realizado no Período
	Valor Corrente
Discriminação da Meta Fiscal	-
Meta de Resultado Nominal fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o Exercício de Referência	-16.604,45

RREO-Anexo 05 | Tabela 5.0 - Demonstrativo do Resultado Nominal

Notas Explicativas	Valores
	30/06/2017
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.0 - Demonstrativo do Resultado Primário - Municípios

Receitas Primárias	Receitas Realizadas		
	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
		Até o Bimestre / 2017	Até o Bimestre / 2016
Receitas Primárias	-	-	-
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (**I**)	25.530.500,00	12.120.283,87	12.184.453,09
Receitas Tributárias	1.307.000,00	606.894,55	490.434,42
IPTU	200.000,00	4.002,20	6.336,49
ISS	380.000,00	161.020,26	158.867,20
ITBI	250.000,00	178.022,40	113.081,54
IRRF	340.000,00	165.364,00	134.426,85
Outras Receitas Tributárias	137.000,00	98.485,69	77.722,34
Receitas de Contribuições	1.859.000,00	1.339.154,43	919.523,52
Receitas Previdenciárias	1.829.000,00	1.209.151,80	911.554,52
Outras Receitas de Contribuições	30.000,00	130.002,63	7.969,00
Receita Patrimonial Líquida	1.500,00	246,84	350,00
Receita Patrimonial	3.231.000,00	1.168.488,93	1.899.008,21
(-) Aplicações Financeiras	3.229.500,00	1.168.242,09	1.898.658,21
Transferências Correntes	22.100.500,00	10.024.407,95	10.484.972,51

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Carlinda - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2017
Período de referência: 3º bimestre

Receitas Primárias	Receitas Realizadas		
	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
		Até o Bimestre / 2017	Até o Bimestre / 2016
Cota-Parte do FPM	7.200.000,00	3.484.993,04	3.174.003,38
Cota-Parte do ICMS	3.840.000,00	1.789.962,44	1.992.186,11
Cota-Parte do IPVA	380.000,00	252.742,72	
Convênios Corrente	800.000,00	382.934,52	164.505,08
Outras Transferências Correntes	9.880.500,00	4.113.775,23	5.154.277,94
Demais Receitas Correntes	262.500,00	149.580,10	289.172,64
Dívida Ativa	114.000,00	71.773,21	167.790,94
Diversas Receitas Correntes	148.500,00	77.806,89	121.381,70
RECEITAS DE CAPITAL (II)	1.160.000,00	223.900,00	225.000,00
Operações de Crédito (III)			
Amortização de Empréstimos (IV)			
Alienação de Bens (V)	10.000,00		
Transferências de Capital	1.150.000,00	223.900,00	225.000,00
Convênios Capital	1.150.000,00	223.900,00	225.000,00
Outras Transferências de Capital			
Outras Receitas de Capital			
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	1.150.000,00	223.900,00	225.000,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	26.680.500,00	12.344.183,87	12.409.453,09

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Carlinda - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2017
Período de referência: 3º bimestre

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.0 - Demonstrativo do Resultado Primário - Municípios

Despesas Primárias	Execução da Despesa						
	DOTAÇÃO ATUALIZADA	Despesas Empenhadas		DESPESAS LIQUIDADAS		Despesas Inscritas em Restos a Pagar Não Processados	
		Até o Bimestre / 2017	Até o Bimestre / 2016	Até o Bimestre / 2017	Até o Bimestre / 2016	Em 2017	Em 2016
Despesas Primárias	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS CORRENTES (VIII)	26.090.466,58	13.766.655,57	13.790.238,55	11.839.710,06	11.270.312,77	0,00	0,00
Pessoal e Encargos Sociais	15.760.901,08	7.524.921,90	6.543.747,36	7.524.921,90	6.543.747,36		
Juros e Encargos da Dívida (IX)	12.000,00	6.145,33	7.362,00	5.166,59	4.689,46		
Outras Despesas Correntes	10.317.565,50	6.235.588,34	7.239.129,19	4.309.621,57	4.721.875,95		
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	26.078.466,58	13.760.510,24	13.782.876,55	11.834.543,47	11.265.623,31	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	3.086.023,10	1.425.007,17	1.552.722,01	1.058.265,38	959.080,94	0,00	0,00
Investimentos	3.060.023,10	1.403.066,11	1.522.722,01	1.041.835,11	941.788,83		
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)							
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)							
Demais Inversões Financeiras							
Amortização da Dívida (XIV)	26.000,00	21.941,06	30.000,00	16.430,27	17.292,11		
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	3.060.023,10	1.403.066,11	1.522.722,01	1.041.835,11	941.788,83	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	25.000,00						
RESERVA DO RPPS (XVII)							
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	29.163.489,68	15.163.576,35	15.305.598,56	12.876.378,58	12.207.412,14	0,00	0,00
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-2.482.989,68	-2.819.392,48	-2.896.145,47	-532.194,71	202.040,95		
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES							

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado**
	Prefeitura Municipal de Carlinda - MT (Poder Executivo)
	CNPJ:
	Exercício: 2017
	Período de referência: 3º bimestre

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.0 - Demonstrativo do Resultado Primário - Municípios

Discriminação da Meta Fiscal	Valor Realizado no Período
	Valor Corrente
Discriminação da Meta Fiscal	-
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO PARA O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	-3.159.000,00

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.0 - Demonstrativo do Resultado Primário - Municípios

Notas Explicativas	Valores
	30/06/2017
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Carlinda - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2017
Período de referência: 3º bimestre

RREO-Anexo 07 | Tabela 7.0 - Demonstrativo dos Restos à Pagar por Poder e Órgão - Municípios

Poder/Órgão	Poder/Órgão											
	Poder/Órgão											
	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS						
	Inscritos		Pagos (c)	Cancelados (d)	Saldo e = (a+ b) - (c + d)	Inscritos		Liquidados (h)	Pagos (i)	Cancelados (j)	Saldo k = (f + g) - (i + j)	Saldo Total L = (e + k)
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro de 2016 (b)				Em Exercícios Anteriores (f)	Em 31 de Dezembro de 2016 (g)					
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	3.864,68	18.182,68	14.132,68	0,00	7.914,68	0,00	52.220,91	52.220,91	52.220,91	0,00	0,00	7.914,68
PODER EXECUTIVO	3.864,68	18.182,68	14.132,68	0,00	7.914,68	0,00	52.220,91	52.220,91	52.220,91	0,00	0,00	7.914,68
PODER LEGISLATIVO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Câmara Municipal												
Tribunal de Contas do Município												
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)												
TOTAL (III) = (I + II)	3.864,68	18.182,68	14.132,68	0,00	7.914,68	0,00	52.220,91	52.220,91	52.220,91	0,00	0,00	7.914,68

RREO-Anexo 07 | Tabela 7.0 - Demonstrativo dos Restos à Pagar por Poder e Órgão - Municípios

Poder/Órgão - Intra	Poder/Órgão - Intra											
	Poder/Órgão Intra											
	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS						
	Inscritos		Pagos (c)	Cancelados (d)	Saldo e = (a + b) - (c + d)	Inscritos		Liquidados (h)	Pagos (i)	Cancelados (j)	Saldo k = (f + g) - (i + j)	Saldo Total L = (e + k)
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro de 2016 (b)				Em Exercícios Anteriores (f)	Em 31 de Dezembro de 2016 (g)					
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PODER EXECUTIVO												
PODER LEGISLATIVO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Câmara Municipal												
Tribunal de Contas do Município												

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado**
	Prefeitura Municipal de Carlinda - MT (Poder Executivo)
	CNPJ:
	Exercício: 2017
	Período de referência: 3º bimestre

RREO-Anexo 07 | Tabela 7.0 - Demonstrativo dos Restos à Pagar por Poder e Órgão - Municípios

Notas Explicativas	Valores
	30/06/2017
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

RREO-Anexo 13 | Tabela 13.0 - Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas

Impactos das Contratações de PPP	Especificação de PPP		
	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	REGISTROS EFETUADOS EM 2017	
		No Bimestre	Até o Bimestre
Impactos das Contratações de PPP	-	-	-
TOTAL DE ATIVOS	0,00	0,00	0,00
Ativos Constituídos pela SPE			
TOTAL DE PASSIVOS	0,00	0,00	0,00
Obrigações decorrentes de Ativos Constituídos pela SPE			
Provisões de PPP			
Outros Passivos			
ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	0,00	0,00	0,00
Obrigações Contratuais			
Garantias Concedidas			

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Carlinda - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2017
Período de referência: 3º bimestre

RREO-Anexo 13 | Tabela 13.0 - Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas | Do Ente Federado, exceto estatais não dependentes (I)

Despesas de PPP	Despesas de PPP										
	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE (EC)	<EC + 1>	<EC + 2>	<EC + 3>	<EC + 4>	<EC + 5>	<EC + 6>	<EC + 7>	<EC + 8>	<EC + 9>

RREO-Anexo 13 | Tabela 13.0 - Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas | Das Estatais Não-Dependentes

Despesas de PPP das Estatais Não-dependentes	Despesas de PPP										
	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE (EC)	<EC + 1>	<EC + 2>	<EC + 3>	<EC + 4>	<EC + 5>	<EC + 6>	<EC + 7>	<EC + 8>	<EC + 9>

RREO-Anexo 13 | Tabela 13.0 - Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas

Total das Despesas de PPP	Despesas de PPP										
	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE (EC)	<EC + 1>	<EC + 2>	<EC + 3>	<EC + 4>	<EC + 5>	<EC + 6>	<EC + 7>	<EC + 8>	<EC + 9>
Total das Despesas de PPP	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL DAS DESPESAS											
PPP A CONTRATAR (II)											
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL) (III)											
TOTAL DAS DESPESAS CONSIDERADAS PARA O LIMITE (IV = I + II)											
TOTAL DAS DESPESAS / RCL (%) (V) = (IV) / (III)											

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Carlinda - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2017
Período de referência: 3º bimestre

RREO-Anexo 13 | Tabela 13.0 - Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas

Notas Explicativas	Valores
	30/06/2017
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Balanço Orçamentário	Período
	Até o Bimestre
Balanço Orçamentário	-
RECEITAS	
Previsão Inicial	29.700.000,00
Previsão Atualizada	29.700.000,00
Receitas Realizadas	13.475.391,60
Déficit Orçamentário	
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)	
DESPESAS	
Dotação Inicial	29.700.000,00
Créditos Adicionais	2.168.489,68
Dotação Atualizada	31.868.489,68
Despesas Empenhadas	15.191.662,74
Despesas Liquidadas	12.897.975,44
Despesas Pagas	12.750.523,08
Superávit Orçamentário	

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Despesas por Função/Subfunção	Período
	Até o Bimestre
Despesas por Função/Subfunção	-
Despesas Empenhadas	15.191.662,74
Despesas Liquidadas	12.897.975,44

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Receita Corrente Líquida - RCL	Valores
	30/06/2017
Receita Corrente Líquida - RCL	-
Receita Corrente Líquida	27.340.298,67

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Receitas e Despesas dos Regimes de Previdência	Período
	Até o Bimestre
Receitas e Despesas dos Regimes de Previdência	-
Regime Geral de Previdência Social	
Receitas Previdenciárias Realizadas (I)	
Despesas Previdenciárias Liquidadas (II)	
Resultado Previdenciário (III) = (I - II)	0,00
Regime Próprio de Previdência dos Servidores	
Receitas Previdenciárias Realizadas (IV)	2.253.800,19
Despesas Previdenciárias Liquidadas (V)	836.840,92
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)	1.416.959,27

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Resultados Nominal e Primário	Verificação das Metas dos Resultados Nominal e Primário		
	Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultados Nominal e Primário	-	-	-
Resultado Nominal	-16.604,45	16.835,28	-101,39
Resultado Primário	-3.159.000,00	-532.194,71	16,85

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Restos a Pagar por Poder e Ministério Público	Estágios dos Restos a Pagar			
	Inscrição	Cancelamento Até o Bimestre	Pagamento Até o Bimestre	Saldo a Pagar
Restos a Pagar por Poder e Ministério Público	-	-	-	-
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Executivo				
Poder Legislativo				
Poder Judiciário				

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Carlinda - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2017
Período de referência: 3º bimestre

Restos a Pagar por Poder e Ministério Público	Estágios dos Restos a Pagar			
	Inscrição	Cancelamento Até o Bimestre	Pagamento Até o Bimestre	Saldo a Pagar
Ministério Público				
Defensoria Pública				
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Executivo				
Poder Legislativo				
Poder Judiciário				
Ministério Público				
Defensoria Pública				
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Despesas com Ações Típicas de MDE	Apuração das Despesas com Ensino		
	Valor Apurado Até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre
Despesas com Ações Típicas de MDE	-	-	-
Mínimo Anual de <18% / 25%> das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	3.028.179,59	25,00	40,09
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Ensino Fundamental e Médio			
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental	1.620.867,12	60,00	79,31
Complementação da União ao FUNDEB			

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital	Apuração das Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital	
	Valor Apurado Até o Bimestre	Saldo Não Realizado
Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital	-	-
Receitas de Operações de Crédito		
Despesa de Capital Líquida		

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Projeção Atuarial dos Regimes de Previdência	Exercício de Apuração			
	Exercício	10º Exercício	20º Exercício	35º Exercício
Projeção Atuarial dos Regimes de Previdência	-	-	-	-
Regime Geral de Previdência Social				
Receitas Previdenciárias (**I**)				
Despesas Previdenciárias (**II**)				
Resultado Previdenciário (**III**) = (**I** - **II**)	0,00	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias (**IV**)				
Despesas Previdenciárias (V)				
Resultado Previdenciário (**VI**) = (**IV** - V)	0,00	0,00	0,00	0,00

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Receita da Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos	Apuração da Receita da Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos	
	Valor Apurado Até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita da Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos	-	-
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos		
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos		

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde	Apuração das Despesas com Saúde		
	Valor Apurado Até o Bimestre	Limite Constitucional Anual Percentual Aplicado até o Bimestre Saúde	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde	-	-	-
Despesas com Ações e Serviços Oúblicos de Saúde Executadas com Recursos de Impostos	1.480.563,55	15,00	19,60

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Despesas de Caráter Continuado Derivadas de PPP	Valor Realizado no Período
	Valor Apurado no Exercício Corrente
Despesas de Caráter Continuado Derivadas de PPP	-
Total das Despesas/RCL (%)	

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado**
	Prefeitura Municipal de Carlinda - MT (Poder Executivo)
	CNPJ:
	Exercício: 2017
	Período de referência: 3º bimestre

Notas Explicativas	Valores
	30/06/2017
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

Lista de Assinaturas

Assinatura: 1
Assinatura: 2
Assinatura: 3
Assinatura: 4
Assinatura: 5
Assinatura: 6

As assinaturas digitais podem ser verificadas no arquivo PDF.

PORTARIA Nº 197/2017

SÚMULA: "CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CARLINDA-MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO, Prefeita Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

CONSIERANDO requerimento protocolado no departamento de Recursos Humanos na data de 07 de julho de 2017;

RESOLVE:

Artigo1º- Fica **CONCEDIDA** Licença Prêmio a servidora **MARILENE GOMES DA SIVA COSTA** no cargo de **TÉCNICA EM AGROPECUÁRIA** lotada na Secretaria Municipal de Agricultura.

Artigo2º - A licença a ser gozada se refere ao qüinqüênio ininterrupto do exercício que será concedida da seguinte forma:

Quinquênio 2011/2016: Período de gozo: 24 de julho de 2017 a 21 de outubro de 2017.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Artigo 4º - Esta Portaria entrara em vigor a partir da data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA-MT

Em, 24 de julho de 2017.

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO

Prefeita Municipal

AVISO DE PRORROGAÇÃO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

AVISO DE PRORROGAÇÃO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL N.º 039/2017

A Prefeitura Municipal de Carlinda – MT, através de sua Pregoeira torna Público para conhecimento dos interessados, que por motivo de não comparecimento de empresas licitantes interessadas, que **FICA PRORROGADA** a abertura do Pregão Presencial nº 039/2017, para REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE BORRACHARIA, PARA CONSERTO DE PNEUS NOS VEÍCULOS DA FROTA MUNICIPAL. O referido procedimento realizar-se-á às **08:00 HORAS (HORÁRIO OFICIAL DE CARLINDA – MT), DO DIA 10 DE AGOSTO DE 2017**, na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Carlinda, sito a Av. Tancredo de

Almeida neves, s/nº, Centro – Carlinda – MT. O Edital poderá ser obtido junto à Prefeitura Municipal, durante o horário de expediente e também estará disponível no site http://www.carlinda.mt.gov.br. Maiores informações através do telefone (066) 3525-2000.

Carlinda - MT, 25 de Julho de 2017.

Daniele Paula Maltezo Pregoeira

Deise Dione Mutschallficial

Membro

Patrícia Zapelini Corti

Membro

DECRETO Nº360/2017

SÚMULA: "NOMEIA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE BENS IMÓVEIS RURAIS E URBANOS PARA FINS DE INCIDÊNCIA E COBRANÇA DO I.T.B.I "INTER VIVOS", E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO, Prefeita Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

DECRETA:

Art. 1º. Fica constituída a Comissão **para exercer a função de avaliadores de imóveis rurais e urbanos, para fins de incidência e cobrança do I.T.B.I – "inter vivos" as seguintes pessoas:**

I – ALINE CAROLINA DA SILVA;

II – GERALDO SEBASTIÃO DE DEUS BENTO;

III – ELISELY DA SILA RAMOS.

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação ou afixação, revogando-se as disposições em contrário, em especial ao Decreto 190/2017 de 13 de março de 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA-MT

Em, 21 de julho de 2017.

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADA DOS GUIMARÃES

DECRETO MUNICIPAL N.º 039/2017

DECRETO MUNICIPAL N.º 039/2017

Instaura Processo de Correição no âmbito do Serviço Autônomo de Água e Esgoto - SAAE

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA, Prefeita Municipal de CHAPADA DOS GUIMARÃES, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais previstas na Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO a necessidade de promover a coordenação, articulação e harmonização das atividades de fiscalização e controle dos procedimentos adotados pelo Serviço Autônomo de Água e Esgoto.

CONSIDERANDO ainda a necessidade de prevenção e apuração de irregularidades, por meio da instauração e condução de procedimentos correicionais.

RESOLVE:

Art. 1.° - Instaurar Procedimento de Correição no âmbito do Serviço Autônomo de Água e Esgoto – SAAE.

Parágrafo Único. A atividade de correição utilizará como instrumentos a investigação preliminar, a inspeção, a sindicância ou o processo administrativo geral.

Art. 2.º - Fica constituída a Comissão de Correição, composta pelo Procurador Geral do Município, Sr. Renato de Almeida Orro Ribeiro, Diretor Administrativo e Financeiro do SAAE, Sr. Djalma de Alcântara Mascarenhas e pela Assessora Jurídica, Sra. Marli Aparecida da Costa.

Art. 3º - Compete a Comissão de Correição:

I - Requisitar informações ou processos em quaisquer órgãos ou entidades da Administração pública estadual, sempre que necessário ao exercício de suas atividades;

II - Propor medidas que visem inibir, reprimir e diminuir a prática de faltas ou irregularidades cometidas por servidores contra o patrimônio público;

III - Propor a Prefeita Municipal e ao Diretor Geral do SAAE a instauração de Processo Administrativo Disciplinar para apuração de responsabilidade de servidores públicos, no âmbito dos órgãos e entidades da Administração Pública direta e autárquica do Poder Executivo Municipal;

IV – Propor a adoção de medidas de controle e gestão dos gastos do SAAE;

V – Sugerir a adoção de procedimentos relacionados ao processo de compras do SAAE;

VI – Sugerir o cancelamento ou revogação de contratos firmados entre o SAAE e Terceiros.

Art. 4.º - A Comissão terá o prazo de 30 (trinta) para conclusão dos trabalhos.

Art. 5.º - O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Pedro Reindel em Chapada dos Guimarães, 24 de julho de 2017.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA

Prefeita Municipal de Chapada dos Guimarães

PORTARIA N.º 003/2017/GAB/SIND

PORTARIA N.º 003/2017/GAB/SIND

Instaura Sindicância Administrativa, nomeia Comissão Especial Sindicante e dá outras providências.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA, Prefeita Municipal de CHAPADA DOS GUIMARÃES, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais previstas na Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o que consta do ofício nº 333/SMS/2017, dando conta da cobrança efetivada pela Empresa Arlete a Costa – ME, inscrita no CNPJ sob o nº 03.312.016/0001-28, no valor de R$ 2.461,00, relativa aos serviços de conserto de equipamentos odontológicos realizados na gestão de 2016.

RESOLVE:

Art. 1.º - Determinar a instauração de Sindicância Investigativa para apurar a realização de eventuais serviços prestados pela empresa Arlete a Costa ME, inscrita no CNPJ sob o nº 03.312.016/0001-28, conforme consta da nota fiscal nº 155 emitida em 16 de dezembro de 2016.

Art. 2º. – Designar os servidores Renato de Almeida Orro Ribeiro - Procurador Geral do Município (Presidente), Marli Aparecida da Costa - Assessora Jurídica (membro) e Izabel Cristina Masson da Cruz – Chefe de Gabinete (membro) para compor a Comissão Especial de Sindicância.

Art. 3º. A Comissão, ora constituída, terá o prazo de 30 (trinta) dias, a partir da data da publicação desta Portaria, para concluir a apuração dos fatos, dando ciência a Prefeita Municipal para as providências cabíveis.

Paço Municipal Pedro Reindel em Chapada dos Guimarães, 18 de julho de 2017.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA

Prefeita Municipal de Chapada dos Guimarães

PORTARIA N.º 004/2017/GAB/PAD

PORTARIA N.º 004/2017/GAB/PAD

Instaura Processo Administrativo Disciplinar e dá outras providências.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA, Prefeita Municipal de CHAPADA DOS GUIMARÃES, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais previstas na Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o que consta no ofício nº 526/SMS/2017 oriundo da Secretária Municipal de Saúde, dando conta de que a servidora Emineia de Moura Hoffmann não vem cumprindo a sua carga horária e falta ao trabalho sem apresentar justificativa.

CONSIDERANDO que a servidora Emineia de Moura Hoffmann está acumulando o cargo de Enfermeira com o de Policial Militar do Estado de Mato Grosso, o que é incompatível pela natureza do vínculo com o Estado.

RESOLVE:

Art. 1.º - Determinar a instauração de Processo Administrativo Disciplinar em desfavor da servidora Emineia de Moura Hoffmann por, em tese, ter violado os preceitos estabelecido no art. 126, incisos I, III, IV, VI, IX e X e art. 127, incisos X, e XIX do Estatuto do Servidor Público Municipal, Lei Complementar 581/91.

Art. 2º. – Designar os servidores Fabiana Zancheta (Presidente), Ana Amorim Rodrigues (membro) e Edson Miranda Rodrigues (membro) para compor a Comissão Processante, conforme estabelecido na Portaria 72/2017 de 08 de junho de 2017.

Art. 3º. A Comissão, ora constituída, terá o prazo de 60 (sessenta) dias, a partir da data da publicação desta Portaria, para concluir a apuração dos fatos.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Pedro Reindel em Chapada dos Guimarães, 25 de julho de 2017.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA

Prefeita Municipal de Chapada dos Guimarães

PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA

AVISO DE LICITAÇÃO– PREGÃO PRESENCIAL Nº 052/2017 REGISTRO DE PREÇOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA - ESTADO DE MATO GROSSO

AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE – PREGÃO PRESENCIAL Nº 052/2017 REGISTRO DE PREÇOS

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIARES E COMERCIAIS DA ESTAÇÃO DE TRANSBORDO DO MUNICÍPIO DE CLÁUDIA/MT ATÉ O LOCAL DE DESTINAÇÃO FINAL - ATERRO SANITÁRIO, LOCALIZADO NO DISTRITO DE PRIMAVERA, PERTENCENTE À CIDADE DE SORRISO – MT. A Prefeitura Municipal de Cláudia/MT torna público que no dia 08 de AGOSTO de 2017, estará recebendo as propostas e documentos de habilitação, para abertura às 08h00min do Pregão Presencial, para as contratações supracitadas. O Edital estará disponível no site WWW.CLAUDIA.MT.GOV.BR. Maiores informações poderão ser obtidas junto à Comissão Permanente de Licitação, na Prefeitura Municipal, em horário de expediente, através do telefone (66) 3546-3100.

Cláudia/MT, 25 de Agosto de 2017.

ALTAMIR KURTEN

Prefeito Municipal

ALINE MASS SERAFIM HOFFMANN

Pregoeira

AVISO DE LICITAÇÃO– PREGÃO PRESENCIAL Nº 053/2017 REGISTRO DE PREÇOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA - ESTADO DE MATO GROSSO

AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE – PREGÃO PRESENCIAL Nº 053/2017 REGISTRO DE PREÇOS

Objeto: Registro de Preços para futura e eventual contratação de Empresa para Prestação de Serviços de Coleta de Resíduos Sólidos na Estação de Transbordo do Município, e destinação final dos resíduos sólidos domiciliares e comerciais (classificados segundo NBR 10.004 como classe IIA e IIB) gerados na área urbana do Município de Cláudia – MT. A Prefeitura Municipal de Cláudia/MT, torna público que no dia 08 de Agosto de 2017, estará recebendo propostas, para abertura ás 10h30min do Pregão Presencial, para as contratações supracitadas. O Edital estará disponível no site WWW.CLAUDIA.MT.GOV.BR. Maiores informações poderão ser obtidas junto à Comissão Permanente de Licitação, na Prefeitura Municipal em horário de expediente através do telefone (066) 3546-3100.

Cláudia/MT, 25 de Agosto de 2017.

ALTAMIR KURTEN

Prefeito Municipal

ALINE MASS SERAFIM HOFFMANN

Pregoeira

PREVI-CLAUDIA
PORTARIA DE RETIFICAÇÃO Nº 55/2017

PORTARIA N.º 055/2017.

"Retifica os termos e artigos da portaria nº 034/2014 de 21/07/2014, que dispõe sobre a concessão do benefício de pensão por morte, da Servidora Rita de Cássia Epaminondas de Carvalho Bianchini em favor do cônjuge* Pedro Giachini e *da filha menor Anna Laura Sizuko de Carvalho Popoli".

A Diretora Executiva do ***PREVI-CLÁUDIA*** *Fundo Municipal de Previdência Social dos servidores do Município de CLÁUDIA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos do* ***Art. 40, § 7º, Inciso II da Constituição da República Federativa****, com redação determinada pela Emenda Constitucional n.º 41de 19 de dezembro de 2003,* ***e Artigos 7º, Inciso I e 31, Inciso II da Lei Municipal n.º 473/2013 de 24 de Abril de 2.013,*** *que Estrutura o Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de CLÁUDIA, e ainda a Lei Municipal n.º 012/2013, de 11 de dezembro de 2013, que dispõe sobre o Estatuto do Servidor e a Lei Municipal n.º 013/2013 que dispõe sobre o Plano de Cargos e Carreiras.*

Resolve,

Art. 1° *Conceder o benefício de Pensão por Morte em decorrência do falecimento da servidora* **RITA DE CASSIA EPAMINONDAS DE CARVALHO GIACHINI**, portadora do RG n.º 1855079-7 SSP/MT, inscrita no CPF nº. 474.838.221-04, efetivada em 31/01/2013, de acordo com a Portaria n.º 119/2013 e Termo de Posse n.º 252/2013, nomeada para a função de Educador Físico, nível A Classe 1, Lotada na Secretaria Municipal de Saú-

de, devidamente matriculada sob nº 393 e Segurada deste Fundo Municipal de Previdência Social ,*com proventos integrais em favor do beneficiário vitalício Sr. Pedro Giachini, cônjuge, RG 0808450-5 SSP/MT e CPF nº 477.122.019-00, o equivalente a 50%, (cinquenta por cento) e a beneficiaria temporária menor Anna Laura Sizuko de Carvalho Popoli, RG 37.079. 642-1 SSP/SP, CPF Nº 028.028.811-59, o equivalente a 50%, (cinquenta por cento), conforme Processo PREVI-CLAUDIA n.º 2014.05.0000002P, a partir de 04.07.2014 até posterior deliberação.*

Art. 2.° A parcela de pensão do dependente da beneficiária temporária extingue-se ao completar a maioridade civil.

Art. 3. ° Ao extinguir a parcela de pensão, proceder-se-á a novo rateio da pensão, em favor do pensionista remanescente.

Parágrafo único - Com a extinção da quota do último pensionista, extinta ficará também a pensão.

Art. 4. ° Esta portaria entra em vigor com data retroativa a 04 de julho de 2014, revogadas as disposições em contrário

Registre, publique e cumpra-se.

CLÁUDIA – MT, 24 de Julho de 2017.

Sheila Yotzchetz

Diretora Executiva do PREVI-CLÁUDIA

RG: 7.247.529-1 SSP/PR

CPF: 033.243.079-02

Endereço : Rua Arthur Bernardes nº 1617.

Telefone : (066 3546-2429) (066 9959-7495).

e-mail : sheilayotzchetz@hotmail.com

HOMOLOGO:

ALTAMIR KURTEN

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE COCALINHO

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº. 053/2017

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Nº. 053/2017

O MUNICÍPIO DE COCALINHO, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa à Avenida Araguaia nº 676, CEP: 78680-000, devidamente inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ sob o № 00.965.145/0001-27, neste ato representado, na forma de sua Lei Orgânica, pela Prefeita Municipal Senhora Dalva Maria de Lima Peres, portador da Cédula de Identidade – Registro Geral № 1.982.506 SSP-GO e inscrito no Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda sob o №556.892.561-53, residente e domiciliada à Av. Araguaia, doravante denominada simplesmente de **CONTRATANTE**, e do outro lado o Senhor **JOÃO DUTRA DA SILVA,** brasileiro, portador da cédula de identidade RG nº. 4581425 SSP – GO, e do CPF nº. 000.907.291-88, residente e domiciliado, na Rua cinco s/n Centro Cocalinho-MT, chamado simplesmente de **CONTRATADO**, resolvem celebrar o presente contrato nos termos do processo Licitatório n° 06/2017 de 26 de junho de 2017, realizado na modalidade de Carta Convite com abertura em 06 de junho de 2017, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas, e, aplica-se a Lei nº 8.666, de 21/06/1993 com suas alterações posteriores e o Código Civil Brasileiro ao presente contrato e em especial aos seus casos omissos.

1 - CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

– Consiste o objeto do presente contrato**: CONTRATAÇÃO DE 01(um) PROFISSIONAL PARA MINISTRAR AULAS DE VIOLÃO COM CARGA HORARIA DE 8(OITO) HORAS SENANAIS EM ATENDIDOS NA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL, PELO PERÍODO DE 12 MESES.**

2 - CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR, DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E DO REAJUSTAMENTO DO PREÇO.

2.1 O valor mensal para a execução do presente contrato é de R$ 1.000,00 (Um mil reais) mensais totalizando um valor de R$ 12.000,00 (Doze mil reais)

2.2 O pagamento será feito até o dia 10 do mês subsequente tomando por base, o dia 30 do mês anterior com recursos próprios do Município e do Governo Federal.

Cocalinho – MT, 07 de julho de 2017.

Dalva Maria de Lima Peres

Prefeita Municipal

_____

João Dutra da Silva

CONTRATADO

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÍDER

DEPARTAMENTO DE PROJETOS
DECRETO Nº. 061/2017 "REGULAMENTA O ART. 69 DA LEI Nº 2.408/2010, QUE DISPÕE SOBRE A AJUDA DE CUSTO AOS SERVIDORES QUE NO INTERESSE DO SERVIÇO VENHAM A EXERCÊ-LO FORA DA SEDE DO MUNICÍPIO DE COLIDER-

NOBORU TOMIYOSHI, Prefeito Municipal de Colider, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Constituição Federal, Estadual, Lei Orgânica Municipal e pela Lei nº 2.408/2010,

DECRETA:

Art. 1º - A ajuda de custo, instituída pelo art. 69 da Lei nº 2.408/2010, consiste na indenização parcial das despesas realizadas pelo servidor público ativo com alimentação nos seus deslocamentos para exercer suas atividades e prestar seus serviços fora da sede do Município.

Art. 2º - O pagamento da ajuda de custo será efetivado mensalmente em conformidade com o relatório apresentado pelo servidor e aprovado pelo Secretário Municipal da respectiva pasta.

Art. 3º - O relatório das despesas referente ao mês anterior deverá ser apresentado até o dia 10 (dez) do mês subsequente ao setor competente para a inclusão em folha de pagamento do interessado.

Art. 4º - A ajuda de custo de que trata o presente Decreto fica instituída no valor de R$ 19,32 (Dezenove reais e trinta e dois centavos) por dia de deslocamento e será anualmente atualizado tendo como índice o IPCA do ano anterior.

Art. 5º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 03 de julho de 2017, revogando-se as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 058/2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, em 13 de julho de 2017.

NOBORU TOMIYOSHI

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PREVI – LIDER- FUNDO MUN DE PREVIDENCIA SOCIAL DE COLIDER EXTRATO DO CONTRATO 005/2017

OBJETO: Contrato consiste na prestação de serviços de assessoria nas áreas previdenciárias, na concessão de benefícios, assessoria jurídica e locação do sistema previdenciário do PREVI-LIDER- FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL localizado no município de Colíder/MT.

CONTRATADA: P. H. DA C. FERREIRA ASSESSORIA PUBLICA.

VALOR GLOBAL: 33.900,00 (trinta e três mil e novecentos reais)

LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº. 075/2017

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COLIDER – MT

CONTRATADA: MAC COMERCIO DE MÓVEIS EIRELI - EPP

OBJETO:fornecimento de cadeiras para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Colider/MT.

VALOR: R$ R$ 32.429,03 (trinta e dois mil quatrocentos e vinte e nove reais e três centavos).

VIGÊNCIA: 31.12.2017

DATA DE ASSINATURA: 24.07.2017 I

LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº. 074/2017

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COLIDER – MT

CONTRATADA: ALFA COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA – ME

OBJETO: aquisição de 01 (uma) pá carregadeira nova, para ser utilizada no aterro sanitário do município de Colider/MT.

VALOR: R$ 348.130,00 (trezentos e quarenta e oito mil cento e trinta reais).

VIGÊNCIA: 31.12.2017

DATA DE ASSINATURA: 18.07.2017

LICITAÇÃO
PORTARIA/SMPFA Nº 139/2017

ATO DE DESIGNAÇÃO – FISCAL DE CONTRATO

O Secretario Municipal de Planejamento, Fazenda e Administração do Município Colíder-MT, Senhor **Vanderlei Aparecido Borges da Silva**, no uso de suas atribuições resolve NOMEAR, o Servidor **BALDONEDO CHAGAS (**titular), e o servidor **ARISTEU DE JESUS** (suplente), Fiscal do Contrato Administrativo de Fornecimento de cadeiras para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Colider/MT. Nº **075/2017.** Que representará a Administração Municipal perante o contratado e zelará pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previsto na Portaria.

CONTRATADO: MAC. COMERCIO DE MÓVEIS EIRELI - EPP

VALOR: R$=32.429,03 (trinta e dois mil quatrocentos e vinte e nove reais e três centavos).

VIGÊNCIA: 31.12.2017

LICITAÇÃO
PORTARIA/SMPFA Nº 137/2017

ATO DE DESIGNAÇÃO – FISCAL DE CONTRATO

O Secretario Municipal de Planejamento, Fazenda e Administração do Município Colíder-MT, Senhor **Vanderlei Aparecido Borges da Silva**, no uso de suas atribuições resolve NOMEAR, o Servidor **SERGIO DORINI FILHO (**titular), e o servidor **LINDOMAR GONCALVES** (suplente), Fiscal do Contrato Administrativo nº **074/2017** Aquisição de 01 (uma) pá carregadeira nova, para ser utilizada no aterro sanitário do município de Colider/MT Através da Ata de Registro de Preços nº 130/2017 oriunda do Processo Licitatório Modalidade Pregão Eletrônico nº 018/2016 realizado pelo 9° Batalhão de Engenharia de Construção. Que representará a Administração Municipal perante o contratado e zelará pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previsto na Portaria.

CONTRATADO: ALFA COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA – ME

VALOR: R$= 348.130,00 (Trezentos e Quarenta e Oito Mil Cento e Trinta Reais).

VIGÊNCIA: 31.12.2017

LICITAÇÃO
PORTARIA/SMPFA Nº 138/2017

ATO DE DESIGNAÇÃO – FISCAL DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

O Secretario Municipal de Planejamento, Fazenda e Administração do Município Colíder-Mt, Senhor Vanderlei Aparecido Borges da Silva, no uso de suas atribuições resolve NOMEAR, o Servidor **SERGIO DORINI FILHO** (titular),e oservidor **UERITON VALERI** (suplente), Fiscal da Ata de Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa para locação de caminhões e maquinas, para prestar serviços gerais para o município de Colider/MT. Nº. 017/2017. Que representará a Administração Municipal perante o contratado e zelará pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstas na Portaria.

DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:POSTAL TERRAPLANAGEM LTDA – EPP

VALOR: R$ =1.191.355,00 (Um Milhão Cento e Noventa Mil Trezentos e Cinquenta e Cinco Reais)

VIGÊNCIA: 19/07/2018

DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:TOCANTINS LTDA – ME

VALOR: R$ =149.240,00 (Cento e Quarenta e Nove Mil Duzentos e Quarenta Reais)

VIGÊNCIA: 19/07/2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº 055/2017

Procedimento nº 17.521/2017

A Prefeitura Municipal de Colniza/MT faz saber aos interessados que se fará ***LICITAÇÃO NA MODALIDADE DE PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS VISANDO FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA.***Conforme especificações constantes do anexo I, parte integrante do edital. Rege a presente licitação, a Lei Federal 10.520/02, o Decreto Municipal nº. 160/2009, 142/2015 subsidiariamente, a Lei nº. 8.666/93 e demais legislações aplicáveis. A abertura desta licitação ocorrerá no dia **09 de Agosto de 2017 08h00min (oito) horas,** no Departamento de Licitação da Prefeitura Municipal de Colniza – MT. O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados no Setor de licitação, impresso, de segunda a quinta-feira, no horário de 7h00min às 13h00min ou via site www.colniza.mt.gov.br. É necessário que, seja informado ao Departamento de Licitação **via e-mail: licitação@colniza.org** a retirada do mesmo, para que possamos comunicar possíveis alterações que se fizerem necessárias. Este setor de licitação não se responsabilizará pela falta de informações relativas ao procedimento àqueles interessados que não confirmarem, pelos meios expostos, a retirada do Edital. Quaisquer dúvidas contatar pelo telefone **(066) 3571- 1000.**

Colniza- MT, 25 de Julho de 2017.

Mauricio R. V. de Jesus

Pregoeiro Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

EXTRATO DE AVISO DE RESULTADO PREGÃO 057/2017

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 057/2017

A Prefeitura Municipal de Comodoro - MT torna público aos interessados que a licitação realizada no dia 25/07/2017 às 08:00 horas, na modalidade de Pregão Presencial para Registro de Preço EDITAL n° 057/2017, tendo como objeto:**REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE HOSPEDAGENS PARA ATENDER DIVERSAS SECRETARIAS** consagrarou-se vencedora a empresa licitante**: A C O DA SILVA HERMES & CIA LTDA – ME.**

Comodoro – MT, 25 de julho de 2017.

ARYADNE GUILHERME DA SILVA

PREGOEIRA

EXTRATO ADITIVO 102/2017

SEGUNDO TERMO ADITIVO Nº. 102/2017 AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 069/2017 E ADITIVO Nº 083/2017

DATA: 20/07/2017

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

CONTRATADA: C L TRANPORTES E LOCAÇÕES LTDA – ME

OBJETO: Alteração do Contrato de Prestação de Serviços nº069/2017, sendo a substituição do caminhão IVECO/TECTOR 240E25, Placa NDR 8629, espécie: CAR/CAMINHÃO/ BASCULANTE, ano: 2010/2010 que constava inicialmente no processo licitatório na modalidade Pregão Presencial nº042/2017, pelo veículo FORD/CARGO 2628, Placa: NJB 2568, espécie: CAR/CAMINHÃO/ BASCULANTE, ano: 2008/2009.

EXTRATO TERMO DE ERRATA DE ADITIVO 100/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO/MT

TERMO DE ERRATA

Foi publicado no dia 21 de julho 2017, na página 87, do Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, o extrato de aditivo nº. 100/2017

Onde se lê:

DÉCIMO QUINTO TERMO ADITIVO Nº 100/2017 AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 095/2013 E ADITIVOS NºS. 114/2013, 010, 130, 269/2014, 027, 177/2015, 255 E 294/2015, 074, 145 E 323/2016, 027, 066 E 099/2017

DATA: 17/07/2017

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

CONTRATADA: Élio Rangel Filho – ME

OBJETO: Aditivo de prazo e valor do Contrato original n. º 095/2013 e aditivos nºs. 114/2013, 010, 130, 269/2014, 027, 177, 255, 294, 074, 145 e 323/2016, 027,066 e 099/2017, para prestação de serviços de sonorização, para atender as festividades e divulgações sobre eventos que serão realizados pelo Município, atendendo a Secretaria Municipal de Administração, Educação e Cultura e Saúde, no valor de R$ 46.500,00 (quarenta e seis mil e quinhentos reais). Vigorando de 18/07/2017 à 18/01/2017

DOTAÇÃO: 03.03.2.011.33.90.39 (108) – 06.02.2.019.33.90.39 (235) – 07.06.2.210.33.90.39 (399)

Leia-se:

DÉCIMO QUINTO TERMO ADITIVO Nº 100/2017 AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 095/2013 E ADITIVOS NºS. 114/2013, 010, 130, 269/2014, 027, 177/2015, 255 E 294/2015, 074, 145 E 323/2016, 027, 066 E 099/2017

DATA: 17/07/2017

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

CONTRATADA: Élio Rangel Filho – ME

OBJETO: Aditivo de prazo e valor do Contrato original n. º 095/2013 e aditivos nºs. 114/2013, 010, 130, 269/2014, 027, 177, 255, 294, 074, 145 e 323/2016, 027, 066 e 099/2017, para prestação de serviços de sonorização, para atender as festividades e divulgações sobre eventos que serão realizados pelo Município, atendendo a Secretaria Municipal de Administração, Educação e Cultura e Saúde, no valor de R$38.750,00 (trinta e oito mil setecentos e cinquenta reais), vigorando de 18/07/2017 à 18/12/2017

DOTAÇÃO: 03.03.2.011.33.90.39 (108) – 06.02.2.019.33.90.39 (235) – 07.06.2.210.33.90.39 (399)

EXTRATO DE EDITAL PREGÃO PRESENCIAL 062/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 062/2017

O Município de Comodoro, Estado de Mato Grosso, através da Pregoeira Aryadne Guilherme da Silva, torna público aos interessados que realizará licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO - EDITAL n° 062/2017, tendo como objeto: **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE INFORMATICA, PEÇAS E ACESSÓRIOS, MATERIAIS PERMANENTES PARA ATENDER A DIVERSAS SECRETARIAS.,** cuja abertura ocorrerá às 08:00 horas do dia 09/08/2017, na sede da Prefeitura Municipal, situada à Rua Espírito Santo nº 199 E – Centro – CEP: 78.310-000 - Comodoro – MT. O Edital completo encontra-se à disposição dos interessados na sala de Licitações e no site: www.comodoro.mt.gov.br. Qualquer informação poderá ser obtida pelo telefone (0xx65) 3283-2404 com a Pregoeira/Equipe de Apoio das 8:00 às 11:00 horas.

Comodoro – MT, 25 de julho de 2017.

Aryadne Guilherme da Silva

Pregoeira

EXTRATO DE AVISO DE RESULTADO PREGÃO 058/2017

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 058/2017

A Prefeitura Municipal de Comodoro - MT torna público aos interessados que a licitação realizada no dia 25/07/2017 às 10:00 horas, na modalidade de Pregão Presencial para Registro de Preço EDITAL n° 058/2017, tendo como objeto:**REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CHAVEIRO E REFRIGERAÇÃO ATENDENDO A DIVERSAS SECRETARIAS** consagrarou-se vencedora a empresa licitante**: REFRIPLEX REFRIGERAÇÃO LTDA – ME.**

Comodoro – MT, 25 de julho de 2017.

ARYADNE GUILHERME DA SILVA

PREGOEIRA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA

ADMINISTRAÇÃO / LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 034/2017

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 0951/2017

DO OBJETO Registro de preços para contratação de empresa para prestação de serviços de transporte de encomendas e cargas para atender as necessidades das Secretarias do poder executivo Municipal.

VIGÊNCIA: 12 meses;

DATA: Confresa, 25 de julho de 2017;

PARTES: Prefeitura Municipal de Confresa-MT

FORO: Porto Alegre do Norte - MT

CONTRATADO: VIAÇÃO ARAÉS LTDA – EPP CNPJ: 03.515.370/0001-50

ADMINISTRAÇÃO / LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 033/2017

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 044/2017

DO OBJETO Registro de preços para contratação de empresa para aquisição peças para atender as necessidades das Secretarias do poder executivo Municipal.

VIGÊNCIA: 12 meses;

DATA: Confresa, 25 de julho de 2017;

PARTES: Prefeitura Municipal de Confresa-MT

FORO: Porto Alegre do Norte - MT

CONTRATADO: RM COMERCIO DE PEÇAS PNEUS E LUBR. EIRELI – ME CNPJ: 22.104.298/0001-12

ADMINISTRAÇÃO / LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 029/2017

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 0388/2017

DO OBJETO Registro de preços para possível e eventual contratação de emissora de TV para atender as necessidades das Secretarias do poder executivo Municipal.

VIGÊNCIA: 12 meses;

DO VALOR: R$ 271.995,00;

DATA: Confresa, 25 de julho de 2017;

PARTES: Prefeitura Municipal de Confresa-MT

FORO: Porto Alegre do Norte - MT

CONTRATADO: L F DE SOUZA RODRIGUES – ME CNPJ: 11.056.646/0001-07

ADMINISTRAÇÃO / LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 032/2017

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 044/2017

DO OBJETO Registro de preços para contratação de empresa para aquisição peças para atender as necessidades das Secretarias do poder executivo Municipal.

VIGÊNCIA: 12 meses;

DATA: Confresa, 25 de julho de 2017;

PARTES: Prefeitura Municipal de Confresa-MT

FORO: Porto Alegre do Norte - MT

CONTRATADO: TRICATE COMERCIO DE PEÇAS TRATORES LTDA CNPJ: 70.430.558/0001-92

ADMINISTRAÇÃO / LICITAÇÕES
EXTRATO DE CONTRATO CPL Nº. 223/2017

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 86/2016

DO OBJETO: contratação de horas maquinas, para uso da Secretaria Municipal de viação, obras.

VIGÊNCIA: 26/07/2017 a 26/07/2018;

DO VALOR GLOBAL: R$ 840.767,00

DATA: Confresa, 20 de julho de 2017

PARTES: Prefeitura Municipal de Confresa – **Contratado:** E.V. DOS SANTOS COMERCIO E SERVIÇOS DA CONSTRUÇÃO EIRELI-ME. **CNPJ:** 03.093.902/0001-08

FORO: Porto Alegre do Norte - MT

ADMINISTRAÇÃO / LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 71/2017

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL – SRP Nº 71/2017

A Prefeitura de Confresa, Estado de Mato Grosso, através do Pregoeiro, torna público que fará realizar no dia 09 de agosto de 2017, às 13:00hs (horario local), na sala da Comissão Permanente de Licitações, situada na Rua Mato Grosso, nº 93, Centro na cidade de Confresa-MT, a Reunião para realização do **PREGÃO PRESENCIAL Nº 71/2017 - SRP do tipo Menor Preço Por Item** de acordo com as Leis em vigência. O Edital e seus anexos estarão disponíveis na sala do Departamento de Licitações e Contratos no endereço citado acima e no site www.confresa.mt.gov.br no link do Portal da Transparência, de segunda à sexta-feira, tel. Contato (66) 3564-2014.

OBJETO: PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE SENDO EQUIPAMENTOS HOSPITALAR E MOVEIS DESTINADO AS UNIDADES " E.S FAMILIA VILA NOVA, JARDIM PLANALTO E NOVO PLANALTO CONFORME PROPOSTA DO M.S. 13963.182000- 1160-02, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE. CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CONFRESA- MT .

Confresa-MT, 26 de agosto de 2017.

Reinaldo Heverton Ferraz de Oliveira

Pregoeiro

ADMINISTRAÇÃO / LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 72/2017

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL – SRP Nº 72/2017

A Prefeitura de Confresa, Estado de Mato Grosso, através do Pregoeiro, torna público que fará realizar no dia 10 de agosto de 2017, às 09:00hs, na sala da Comissão Permanente de Licitações, situada na Rua Mato Grosso, nº 93, Centro na cidade de Confresa-MT, a Reunião para realização do **PREGÃO PRESENCIAL Nº 72/2017 - SRP do tipo Menor Preço Por Item** de acordo com as Leis em vigência. O Edital e seus anexos estarão disponíveis na sala do Departamento de Licitações e Contratos no endereço citado acima e no site www.confresa.mt.gov.br no link do Portal da Transparência, de segunda à sexta-feira, tel. Contato (66) 3564-2014.

OBJETO: PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA AQUISICAO COM PAGAMENTO DE FORMA PARCELA DE UM CAVALO MECANICO (USADO), CARROCERIA PLATAFORMA E TANQUE PIPA (NOVOS) PARA USO DA SECRETARIA MUNICIPAL VIACAO OBRAS, SERVICOS PUBLICOS.

Confresa-MT, 26 de agosto de 2017.

Reinaldo Heverton Ferraz de Oliveira

Pregoeiro

ADMINISTRAÇÃO / LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 73/2017

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL – SRP Nº 73/2017

A Prefeitura de Confresa, Estado de Mato Grosso, através do Pregoeiro, torna público que fará realizar no dia 10 de agosto de 2017, às 14:00hs, na sala da Comissão Permanente de Licitações, situada na Rua Mato Grosso, nº 93, Centro na cidade de Confresa-MT, a Reunião para realização do **PREGÃO PRESENCIAL Nº 73/2017 - SRP do tipo Menor Preço Por Item** de acordo com as Leis em vigência. O Edital e seus anexos estarão disponíveis na sala do Departamento de Licitações e Contratos no endereço citado acima e no site www.confresa.mt.gov.br no link do Portal da Transparência, de segunda à sexta-feira, tel. Contato (66) 3564-2014.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE CARGAS DE GÁS DE COZINHA (GLP) COMPOSIÇÃO BÁSICA DE PROPANO E BUTANO (GÁS DE COZINHA) UNIDADE DE FORNECIMENTO BOTIJÕES DE 13 KGS, RETORNÁVEL, APLICAÇÃO EM FOGÕES DOMÉSTICOS, PARA ATENDER A DEMANDA DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE CONFRESA-MT.

Confresa-MT, 26 de agosto de 2017.

Reinaldo Heverton Ferraz de Oliveira

Pregoeiro

ADMINISTRAÇÃO / LICITAÇÕES
AVISO DE RESULTADO DE PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 65/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA/MT

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 65/2017

PROCESSO Nº 1354/2017

A Prefeitura Municipal de Confresa/MT torna público, para o conhecimento dos interessados, o resultado do processo licitatório na modalidade Pregão Presencial SRP Nº 65/2017 conforme segue:

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAR SERVICO DE MANUTENCAO PREVENTIVA E CORRETIVA DOS APARELHOS DE ARCONDICIONADO MODELOS DE PAREDE E SPLIT, COM FORNECIMENTO DE PEÇAS, PERTENCENTES A PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA/MT.

ADJUDICADO para a empresa: **DIOGO FRANCISCO DE OLIVEIRA - ME**, CNPJ nº 14.433.443/0001-80, Vencedora dos Itens 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13 e 14 no valor global de R$ 865.590,00 (oitocentos e sessenta e cinco mil quinhentos e noventa reais), para um período de 12 meses, visto que a empresa atendeu todos os requisitos do Edital e seus Anexos.

_____

Reinaldo Heverton Ferraz de Oliveira

Pregoeiro

ADMINISTRAÇÃO / LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 028/2017

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 0275/2017

DO OBJETO Registro de preços para possível e eventual contratação de empresa para locação de veículos para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Obras.

VIGÊNCIA: 12 meses;

DO VALOR: R$ 657.960,00;

DATA: Confresa, 25 de julho de 2017;

PARTES: Prefeitura Municipal de Confresa-MT

FORO: Porto Alegre do Norte - MT

CONTRATADOS: GILMAR PEREIRA DE QUEIROZ 26381796120 CNPJ: 21.007.780/0001-71 / LOCADORA E INCORPORA RB ARAGUAIA LTDA – ME CNPJ: 20.405.861/0001-67

ADMINISTRAÇÃO / LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 030/2017

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 044/2017

DO OBJETO Registro de preços para contratação de empresa para aquisição peças para atender as necessidades das Secretarias do poder executivo Municipal.

VIGÊNCIA: 12 meses;

DATA: Confresa, 25 de julho de 2017;

PARTES: Prefeitura Municipal de Confresa-MT

FORO: Porto Alegre do Norte - MT

CONTRATADO: BATISTA DE SOUZA E CIA LTDA – ME CNPJ: 13.062.376/0001 - 72

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO 097-2017

DECRETO N.097/2017

NOMEIA OS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CONFRESA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, Prefeito Municipal de Confresa, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º. Ficam nominadas as pessoas abaixo relacionadas para comporem o CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE CONFRESA-MT:

Representantes do Governo:

Titular: Gilson G. Souza - Secretaria Municipal de Saúde

Suplente: Edna Maria Teixeira Reis Gomes - Secretaria Municipal de Saúde

Titular: Noeli Barbosa de Paula - Secretaria Municipal de Planejamento

Suplente: José Aldeir da S. Medeiros - Secretaria Municipal de Administração

Titular: Elpidilundes Carvalho da Costa - Hospital Municipal

Suplente: Simony Silva Oliveira - Instituto Federal

Titular: Juliana Mara Vieira Melo - CISAX

Suplente: Francisco José dos Santos - CEFAPRO

Representante dos Trabalhadores da Saúde:

Titular: Márcio Ferreira Damasceno - Ensino Fundamental

Suplente: Walsilene Consolação Silva - Ensino Fundamental

Titular: Sueli Francisca Santos Barbaresco - Ensino Médio

Suplente: Adriana Souza Resplande - Ensino Médio

Titular: Cleyton Geovani Kremer - Ensino Superior

Suplente: Antônia Lucilene P. Pinto - Ensino Superior

Titular: Luzia Mendes dos Santos - Agente Comunitário de Saúde

Suplente: Joaquina Barros de Melo - Agente Comunitário de Saúde

Representante dos Usuários:

Titular: Jairo Miguel da Cunha - Igreja Católica

Suplente: Joaquim Xavier Neto - Igreja Católica

Titular: Célia Simões de Oliveira - Pastoral da Criança

Suplente: Elezenira Maria de Jesus - Pastoral da Criança

Titular: Edivaldo Soares Silva - Igreja Batista

Suplente: Vânia Maria - Igreja Batista

Titular: Lúcia Geraldo Ribeiro - APAE

Suplente: Eliane Oliveira Araújo Alves - Conselho do Idoso

Titular: Severiano Gomes de Oliveira - Sindicato dos Trabalhadores Rurais

Suplente: Antônio Batista Ataídes - Sindicato dos Trabalhadores Rurais

Titular: Sanlloran dos Santos Ferreira - Etnia Kanela

Suplente: Kaorewyei Reginaldo Tapirapé - Etnia Tapirapé

Titular: Fagner Ferreira Neves – Assembléia de Deus CiadSeta

Suplente: Jalis Alves Oliveira - Assembléia de Deus Madureira

Titular: Ivanete Machado - APROFERA

Suplente: Edmar Ferreira da Silva - Associação Bairro Jardim Planalto

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Confresa, em 19 de julho de 2017.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO / LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 031/2017

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 044/2017

DO OBJETO Registro de preços para contratação de empresa para aquisição peças para atender as necessidades das Secretarias do poder executivo Municipal.

VIGÊNCIA: 12 meses;

DATA: Confresa, 25 de julho de 2017;

PARTES: Prefeitura Municipal de Confresa-MT

FORO: Porto Alegre do Norte - MT

CONTRATADO: TATIANA SIQUEIRA SANTIAGO EIRELI CNPJ: 07.838.209/0001-78

ADMINISTRAÇÃO / LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 038/2017

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 418/2017

DO OBJETO Aquisição de Materiais Permanentes para uso pela a Secretaria Municipal de Saúde.

VIGÊNCIA: 12 meses;

DATA: Confresa, 25 de julho de 2017;

PARTES: Prefeitura Municipal de Confresa-MT

FORO: Porto Alegre do Norte - MT

CONTRATADOS: O GOIANO PRODUTOS E SERVIÇOS EIRELI-ME CNPJ: 01.139.803/0001-94 / LUMINATA DISTRIBUIDORA EIRELI-ME **CNPJ:** 17.930.584./0001-05 **/** EDIVANDA VIEIRA LANG ME **CNPJ:** 04.937.862/0001-04 **/** MV ATACADISTA DE MOVEIS LTDA ME **CNPJ:** 19.071.986/0001-28 **/** OP QUIRINO DISTRIBUIDORA EIRELI ME **CNPJ:** 22.228.679/0001-03 **/** MCM TECNOLOGIA REPRESENTAÇÕES LTDA **CNPJ:** 10.904.569/0001-35 **/** RETFARMA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTO E PRODUTOS HOSPITALAR LTDA ME **CNPJ:** 12.313.826/0001-90 **/** OCIDENTAL DISTRIBUIDORA EIRELI – EPP **CNPJ:** 07.152.178/0001-05 **/** CECI DECOR LTDA – ME **CNPJ:** 26.797.971/0001-06 **/** JARAGUA MERCANTIL LTDA EPP **CNPJ:** 13.390.706/0001-59

ADMINISTRAÇÃO / LICITAÇÕES
AVISO DE ADESÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 014/2017, REFERENTE AO PREGÃO PRESENCIAL SPR Nº 011/2017, ATRAVÉS DO ORGÃO GERENCIADOR PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA/MT.

AVISO DEADESÃO ATA DE REGISTRO PREÇOS Nº 014/2017 REFERENTE AO PREGÃO PRESENCIAL – SRP Nº 011/2017 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA/MT CUJO OBJETO "VEÍCULO PICK-UP ZERO KM, CABINE DUPLA 4X4 DIESEL, MÍNIMO DE 140 CV, CÂMBIO MANUAL, 05 LUGARES, AR-CONDICIONADO, DIREÇÃO HIDRÁULICA, TRIO ELÉTRICO, (TRAVA, VIDRO E ALARME) FREIOS ABS E AIR-BAG DUP., PROTETOR DE CAÇAMBA E ESTRIBOS LATERAIS" PARA ATENDIMENTO A NECESSIDADES DO GABINETE DO SECRETÁRIO MUNICIPAL VIAÇÃO E OBRAS.

A Prefeitura de Confresa/MT, declara que aderiu a **ATA DE REGISTRO PREÇOS Nº 014/2017 REFERENTE AO PREGÃO PRESENCIAL – SRP Nº 011/2017 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA/MT CUJO OBJETO "VEÍCULO PICK-UP ZERO KM, CABINE DUPLA 4X4 DIESEL, MÍNIMO DE 140 CV, CÂMBIO MANUAL, 05 LUGARES, AR-CONDICIONADO, DIREÇÃO HIDRÁULICA, TRIO ELÉTRICO, (TRAVA, VIDRO E ALARME) FREIOS ABS E AIR-BAG DUP., PROTETOR DE CAÇAMBA E ESTRIBOS LATERAIS" PARA ATENDIMENTO A NECESSIDADES DO GABINETE DO SECRETÁRIO MUNICIPAL VIAÇÃO E OBRAS**, com um valor Global Estimado de R$ 125.190,00 (cento e vinte e cinco mil cento e noventa reais).

Empresa Detentora da Ata de Registro de Preços: Central Veículos Comercio e Participações LTDA ME

CNPJ sob nº 08.467.819/0001-75

Endereço: Rua 01, nº 811, Esq. c/ Rua 14, Centro, Água Boa/MT, CEP 78.635-000

Confresa/MT, 25 de julho de 2017

Reinaldo Heverton Ferraz de Oliveira

Pregoeiro.

ADMINISTRAÇÃO / LICITAÇÕES
AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 067/2017

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL – SRP Nº 67/2017

A Prefeitura de Confresa, Estado de Mato Grosso, através do Pregoeiro, torna público que fará realizar no dia 08 de agosto de 2017, às 08:00hs, na sala da Comissão Permanente de Licitações, situada na Rua Mato Grosso, nº 93, Centro na cidade de Confresa-MT, a Reunião para realização do **PREGÃO PRESENCIAL Nº 67/2017 - SRP do tipo Menor Preço Por Item** de acordo com as Leis em vigência. O Edital e seus anexos estarão disponíveis na sala do Departamento de Licitações e Contratos no endereço citado acima e no site www.confresa.mt.gov.br no link do Portal da Transparência, de segunda à sexta-feira, tel. Contato (66) 3564-2014.

OBJETO: CONTRATAÇAO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LAVA JATO DESTINADO A MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS DA FROTA MUNICIPAL DA PREFEITURA DE CONFRESA/MT.

Confresa-MT, 26 de agosto de 2017.

Reinaldo Heverton Ferraz de Oliveira

Pregoeiro

ADMINISTRAÇÃO / LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 037/2017

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 1317/2017

DO OBJETO Aquisição de Brita para uso pela a Secretaria Municipal de Obras.

VIGÊNCIA: 12 meses;

DATA: Confresa, 25 de julho de 2017;

DO VALOR: R$ 200.690,00

PARTES: Prefeitura Municipal de Confresa-MT

FORO: Porto Alegre do Norte - MT

CONTRATADO: BRITASA MINERADORA LTDA. CNPJ: 02.943.563/0001-49

ADMINISTRAÇÃO / LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 026/2017

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 0342/2017

DO OBJETO Registro de preços para possível e eventual aquisição de Materiais de Construção e outros para atender as necessidades do Poder Executivo Municipal.

VIGÊNCIA: 12 meses;

DO VALOR: R$ 2.263.832,38;

DATA: Confresa, 25 de julho de 2017;

PARTES: Prefeitura Municipal de Confresa-MT

FORO: Porto Alegre do Norte - MT

CONTRATADOS: ELETRICA RADIANTE – MATERIAIS ELETRICOS LTDA - EPP

15.984.883/0001-99 **/** SIMONE OLIVEIRA MATOS – ME 04.946.819/0001-05

ADMINISTRAÇÃO / LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 036/2017

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 1361/2017

DO OBJETO Aquisição de CM-30 e RR2-C para uso pela a Secretaria Municipal de Obras.

VIGÊNCIA: 12 meses;

DATA: Confresa, 25 de julho de 2017;

DO VALOR: R$ 690.200,00

PARTES: Prefeitura Municipal de Confresa-MT

FORO: Porto Alegre do Norte - MT

CONTRATADO: EMAM – EMULSÕES E TRANSPORTES LTDA. CNPJ: 04.420.916/0003-13

ADMINISTRAÇÃO / LICITAÇÕES
EXTRATO DE CONTRATO CPL Nº. 222/2017

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 88/2016

DO OBJETO: contratação de Serviços Médicos para uso da Secretaria Municipal de Saúde.

VIGÊNCIA: 18/07/2017 a 15/11/2017;

DO VALOR GLOBAL: R$ 140.000,00

DATA: Confresa, 20 de julho de 2017

PARTES: Prefeitura Municipal de Confresa – **Contratado:** LUIZ MARQUES DA SILVA. **CPF:** 363.665.449-72

FORO: Porto Alegre do Norte - MT

ADMINISTRAÇÃO / LICITAÇÕES
EXTRATO DE CONTRATO CPL Nº. 221/2017

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 88/2016

DO OBJETO: contratação de Serviços Médicos para uso da Secretaria Municipal de Saúde.

VIGÊNCIA: 18/07/2017 a 15/12/2017;

DO VALOR GLOBAL: R$ 90.725,00

DATA: Confresa, 20 de julho de 2017

PARTES: Prefeitura Municipal de Confresa – **Contratado:** ALYNE RAKUEL RAMALHO ROCHA. **CPF:** 654.406.843-87

FORO: Porto Alegre do Norte - MT

ADMINISTRAÇÃO / LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 027/2017

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 0293/2017

DO OBJETO Registro de preços para possível e eventual contratação de empresa para locação de caminhão tipo toco para atender as necessidades do Poder Executivo Municipal.

VIGÊNCIA: 12 meses;

DO VALOR: R$ 58.800,00;

DATA: Confresa, 25 de julho de 2017;

PARTES: Prefeitura Municipal de Confresa-MT

FORO: Porto Alegre do Norte - MT

CONTRATADO: JOÃO OLÍMPIO TRANQUEIRA SILVA. CPF: 095.374.141-91

ADMINISTRAÇÃO / LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 035/2017

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 1180/2017

DO OBJETO Registro de preços para contratação de empresa prestação de serviços de transporte escolar para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação.

VIGÊNCIA: 12 meses;

DATA: Confresa, 25 de julho de 2017;

DO VALOR: R$ 37.240,00

PARTES: Prefeitura Municipal de Confresa-MT

FORO: Porto Alegre do Norte - MT

CONTRATADO: DANIEL FERREIRA DE MELO 05602329854 CNPJ: 28.051.904/0001-65

RESULTADO DA CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2017

A Prefeitura Municipal de Confresa-MT, por meio da **COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES**, torna público para conhecimento de todos os interessados o resultado da Chamada Pública nº 001/2017.

DO OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, destinado ao atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar, em atendimento a Lei nº. 11.947/2009 e Resolução FNDE/CD nº 26/2013.

DOS CREDENCIADOS E VALORES:

Nome do Agricultor Familiar	CNPJ/CPF	DAP	Produto	Unid	Quant	Preço Proposto	Valor Total
Kassio Lima Soares	052.913.821-20	IN-MT0075000-00668-170815	Filé de Peixe	Kg	300	25,00	7.500,00
Lourival Lucio da Silva	619.021.101-10	SDW06190211011004071608 41	Filé de Peixe	Kg	300	25,00	7.500,00
Raimundo Lima de Oliveira	280.730.961-53	SDW02807309615323091411 36	Alface	Pés	1.000	3,69	3.690,00
José Deusamar Furquim Miranda	071.622.001-68	SDW00716220016823111602 26	Mandioca	Kg	150	3,40	510,00
Junior Maciel Lins	981.913.731-49	SDW09819137314909051604 39	Mandioca	Kg	150	3,40	510,00
Izailton de Matos Rodrigues	971.829.901-72	SDW09718299017229091509 27	Frango Caipira Melhorado	Kg	900	14,00	12.600,00
Ivone Maria Alves	782.253.881-00	SDW07822538810007101404 38	Poupa de Cupuaçu	Kg	80	18,66	1.492,80
Ivanir Antônio Gallo	460.184.251-49	SDW04601842514907111410 48	Poupa de Fruta de Abacaxi, Goiaba, Caju, Tamarindo.	Kg	1.071	18,66	19.984,86
Associação Família Casadão	07.530.605/0001-33	SDW07530605000107111412 21	Poupas de Fruta	Kg	549	18,66	10.244,34
Manoel Rodrigues de Souza	002.284.081-80	SDW00022840818029091509 39	Banana Maça	Kg	1.500	3,43	5.145,00

Confresa-MT, 17 de Julho de 2017.

Iranizo Matos Rodrigues

Presidente da CPL.

ADMINISTRAÇÃO / LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL SRP - Nº 70/2017

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL – SRP Nº 70/2017

A Prefeitura de Confresa, Estado de Mato Grosso, através do Pregoeiro, torna público que fará realizar no dia 09 de agosto de 2017, às 08:00hs, na sala da Comissão Permanente de Licitações, situada na Rua Mato Grosso, nº 93, Centro na cidade de Confresa-MT, a Reunião para realização do **PREGÃO PRESENCIAL Nº 70/2017 - SRP do tipo Menor Preço Por Item** de acordo com as Leis em vigência. O Edital e seus anexos estarão disponíveis na sala do Departamento de Licitações e Contratos no endereço citado acima e no site www.confresa.mt.gov.br no link do Portal da Transparência, de segunda à sexta-feira, tel. Contato (66) 3564-2014.

OBJETO: PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS PARA: EVENTUAL E FUTURA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE FORNECIMENTO POR LOCAÇÃO DE MICRO-COMPUTADORES E NOTEBOOK PARA ATENDIMENTO AS DIVERSAS SECRETARIA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA/MT.

Confresa-MT, 26 de agosto de 2017.

Reinaldo Heverton Ferraz de Oliveira

Pregoeiro

ADMINISTRAÇÃO / LICITAÇÕES
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 174/2017

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 329/2017

DO OBJETO DO CONTRATO: Locação de Imóvel para instalação e funcionamento da POLITEC-MT

DO OBJETO DO ADITIVO: Prorrogação de Vigência por mais 90 dias.

DA VIGÊNCIA: 27/07/2017 à 25/10/2017

DATA: Confresa, 25 de julho de 2017

PARTES: Prefeitura Municipal de Confresa – **Contratado:** Daniela Parreira Gonçalves Gome **CPF:** 022.184.071-08

FUNDAMENTO LEGAL: art. 57, inc. II, da Lei nº 8.666/1993

FORO: Porto Alegre do Norte – MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU

SEC. GOVERNO
LEI Nº 972/2017

SÚMULA: Autoriza o Executivo Municipal a Abrir Credito Especial para Alteração e Inclusão no Plano Plurianual - PPA – Lei 816/2013 que dispõe sobre o Plano Plurianual para o período 2014 a 2017, e a Meta e Prioridade na Lei de Diretrizes Orçamentárias n° 935/2016 e Lei Orçamentária Anual 932/2016 para criação de dotação orçamentária para o auxílio-alimentação aos servidores públicos efetivos e contratados da Prefeitura Municipal e dá outras providências.”

Jair Klasner– Prefeito Municipal de Cotriguaçu, no uso e gozo de suas atribuições,

Faço saber que a Câmara Municipal de Cotriguaçu aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Autoriza o Poder Executivo Municipal a abrir Crédito Adicional Especial, destinados à suplementação de despesas no valor de valor de R$ 130.000,00 (Cento e trinta mil reais).

Suplementação de Despesas:

Órgão : 02- Gabinete do Prefeito

Órgão Unidade: 01- Gabinete do Prefeito

Projeto/ atividade: 2084 Gestão e Manutenção do Gabinete Municipal

Dotação Orçamentária: 3390.46.00 Auxilio Alimentação ---------- R$ 2.000,00

Órgão : 03- Secretaria Municipal de Governo

Órgão Unidade: 01- Divisão de Governo

Projeto/ atividade: 2087 Gestão e Manutenção de Governo

Dotação Orçamentária: 3390.46.00 Auxilio Alimentação ---------- R$ 2.000,00

Órgão : 04- Secretaria Municipal de Administração

Órgão Unidade: 01- Gestão e Manutenção da Administração

Projeto/ atividade 2067: Gestão e Manutenção da Administração

Dotação Orçamentária: 3390.46.00 Auxilio Alimentação ----------R$ 6.000,00

Órgão : 05- Secretaria Municipal de Finanças

Órgão Unidade: 01- Divisão de Finanças

Projeto/ atividade: 2062 Gestão e Manutenção de Finanças

Dotação Orçamentária: 3390.46.00 Auxilio Alimentação----------R$ 8.000,00

Órgão : 06- Secretaria Municipal de Educação e Cultura

Órgão Unidade: 01- Divisão de Educação e Cultura

Projeto/ atividade: 2066 Gestão e Manutenção da Educação e Cultura

Dotação Orçamentária: 3390.46.00 Auxilio Alimentação ----------R$9.000,00

Órgão : 06- Secretaria de Educação e Cultura

Órgão Unidade: 06.02- Fundeb 60%

Projeto/ atividade: 2045- Fundeb 60%

Dotação Orçamentária: 3390.46.00 Auxilio Alimentação ----------R$ 20.000,00

Órgão : 06- Secretaria de Educação e Cultura

Órgão Unidade: 06.03- Fundeb 40%

Projeto/ atividade: 2046- Fundeb 40%

Dotação Orçamentária: 3390.46.00 Auxilio Alimentação ----------R$ 10.000,00

Órgão : 06- Secretaria de Educação e Cultura

Órgão Unidade:06. 11- Programa de Incentivo a Atividades Culturais

Projeto/ atividade: 2051 Realização de Eventos Culturais

Dotação Orçamentária: 3390.46.00 Auxilio Alimentação ----------R$ 1.000,00

Órgão : 07- Secretaria de Saúde e Saneamento Básico

Órgão Unidade: 07.01- Secretaria Municipal de Saúde

Projeto/ atividade: 2067- Gestão e Manutenção da Saúde e Saneamento Básico

Dotação Orçamentária: 3390.46.00 Auxilio Alimentação ----------R$ 12.000,00

Órgão : 07- Secretaria de Saúde e Saneamento Básico

Órgão Unidade:07. 02- Fundo Municipal de Saúde

Projeto/ atividade: 2067- Gestão e Manutenção de Saúde e Saneamento Básico

Dotação Orçamentária: 3390.46.00 Auxilio Alimentação ----------R$ 15.000,00

Órgão : 07- Secretaria de Saúde e Saneamento Básico

Órgão Unidade:07.02- Fundo Municipal de Saúde

Projeto/ atividade: 2088- Gestão e Manutenção do PACS- Agente Comunitário de Saúde

Dotação Orçamentária: 3390.46.00 Auxilio Alimentação----------R$ 8.000,00

Órgão : 08- Secretaria Municipal de Gestão Social e Trabalho

Órgão Unidade: 08.03- Fundo Municipal de Assistência Social

Projeto/ atividade: 2068- Gestão e Manutenção da Assistência Social e Trabalho

Dotação Orçamentária: 3390.46.00 Auxilio Alimentação ----------R$ 7.000,00

Órgão : 09- Secretaria Municipal de Infra Estrutura

Órgão Unidade: 09.04- Divisão de Infra Estrutura

Projeto/ atividade: 2065 -Gestão e Manutenção da Infra Estrutura

Dotação Orçamentária: 3390.46.00 Auxilio Alimentação ----------R$ 10.000,00

Órgão : 12- Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico , Agricultura

Órgão Unidade: 12.01- Divisão Agricultura

Projeto/ atividade: 2063- Gestão e Manutenção da Agricultura

Dotação Orçamentária: 3390.46.00 Auxilio Alimentação ----------R$ 7.000,00

Órgão : 13- Secretaria Municipal de Meio Ambiente

Órgão Unidade: 13.01- Divisão de Meio Ambiente

Projeto/ atividade: 2063- Gestão e Manutenção

Dotação Orçamentária: 3390.46.00 Auxilio Alimentação ----------R$ 1.000,00

Órgão : 14- Secretaria Municipal da Cidade

Órgão Unidade:14. 01- Divisão da Secretaria da Cidade

Projeto/ atividade: 2102- Gestão e Manutenção das Atividades da Cidade

Dotação Orçamentária: 3390.46.00 Auxilio Alimentação ----------R$ 9.000,00

Órgão : 14- Secretaria Municipal da Cidade

Órgão Unidade:14. 02- Divisão de Esporte, Turismo e Lazer.

Projeto/ atividade: 2103- Gestão e Manutenção do Esporte, Turismo e Lazer

Dotação Orçamentária: 3390.46.00 Auxilio Alimentação ----------R$ 2.000,00

Órgão : 14- Secretaria Municipal da Cidade

Órgão Unidade:14. 03- 14.03- Divisão de Água e Esgoto Sanitário.

Projeto/ atividade: 2.104 - Gestão e Manutenção Água e Esgoto

Dotação Orçamentária: 3390.46.00 Auxilio Alimentação ----------R$ 1.000,00

Órgão : 01- PODER LEGISLATIVO

Órgão Unidade:01. 001- Poder Legislativo.

Projeto/ atividade: 2.072 - Manutenção Encargos com a Câmara Municipal

Dotação Orçamentária: 3390.46.00 Auxilio Alimentação ----------R$ 4.200,00

Art 2º) A suplementação decorrente do artigo anterior, ocorrerá a conta de Anulação parcial de Dotações abaixo discriminadas:

Órgão : 13- Secretaria Municipal de Meio Ambiente

Órgão Unidade:13. 01- Divisão de Meio Ambiente

Projeto/ atividade: 2023- Semeando Novos Rumos para Cotriguaçu

Dotação Orçamentária: 4490.39.00

Outros Serv. De Terc. Pessoa Jurídica----------R$ 85.000,00

Órgão : 12- Secretaria Municipal de Agricultura

Órgão Unidade:13. 01- Divisão de Agricultura

Projeto/ atividade: 2014- Orientação e Distribuição de Mudas

Dotação Orçamentária: 3390.30.00 Material de Consumo----------R$ 45.000,00

Órgão : 01- PODER LEGISLATIVO

Órgão Unidade:01. 001- Poder Legislativo.

Projeto/ atividade: 2.072 - Manutenção Encargos com a Câmara Municipal

Dotação Orçamentária: 3390.36.00 Outros Serv. de Terc. – Pessoa Física ------R$ 4.200,00

TOTAL GERAL DAS REDUÇÕES R$ 134.200,00

Art 3º - Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cotriguaçu/MT, 25 de julho de 2017

JAIR KLASNER

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se:

SEC. GOVERNO
DECRETO Nº 1.107/2017

Dispõe sobre a Convocação da 1ª Conferência Municipal de Vigilância em Saúde do Município de Cotriguaçu/MT e dá outras providências.

JAIR KLASNER, PREFEITO MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU/MT, no uso de suas atribuições legais.

DECRETA:

Art. 1° - Fica convocada a 1ª Conferência Municipal de Vigilância em Saúde do Município de Cotriguaçu/MT, aprovada pelo Conselho Municipal de Saúde.

Art. 2° - Conforme decisão do Conselho Municipal de Saúde, em 21/07/2017, RESOLUÇÃO Nº 008/2017/CMS, de 21 de julho de 2017, fica convocada a 1ª Conferência Municipal de Vigilância em Saúde do Município de Cotriguaçu/MT, com o tema: "Vigilância em Saúde: Direito, Conquistas e Defesa de um SUS Público de Qualidade", a realizar-se nos dias 21 e 22 de agosto de 2017.

Art. 3° - A **1ª Conferência Municipal de Vigilância em Saúde** será realizada no Centro de Convivência de Idosos, localizado na Rua Guido Drehmer Nº 33 Centro, Cotriguaçu/MT.

Art. 4° - A Conferência será presidida pela Secretária Municipal de Saúde e em sua ausência ou impedimento eventual, pelo Presidente do Conselho Municipal de Saúde e ou Coordenador Geral da Conferência.

Art. 5° - O Conselho Municipal de Saúde expedirá o Regimento Interno da 1ª Conferência Municipal de Vigilância em Saúde do Município de Cotriguaçu/MT a ser elaborado por Comissão que para esse fim, designará.

Art. 6º - As despesas com a realização da 1ª Conferência Municipal de Vigilância em Saúde do Município de Cotriguaçu/MT correrão por conta de recursos orçamentários consignados a Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 7º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Cotriguaçu-MT, 25 de Julho de 2017.

Jair Klasner

Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU

REGIMENTO INTERNO

RESOLUÇÃO 010/2017

SÚMULA: Altera o art. 170 da resolução 004/2015.

Art. 1 – Altera o artigo 170 da resolução 004/2015, que passará ter a seguinte redação.

Art. 170 - Indicação é a proposição em que o Vereador sugere medidas de interesse público aos poderes competentes.

§ único. Não é permitido dar forma de Indicação a assuntos reservados por este Regimento para constituir objeto de Requerimento ou Moção.

§ PRIMEIRO. Não é permitido dar forma de Indicação a assuntos reservados por este Regimento para constituir objeto de Requerimento ou Moção.

§ SEGUNDO. O Poder Executivo tem o prazo de 15 (quinze) dias para responder as indicações do caput, podendo tal prazo ser prorrogado mediante requerimento junto à presidência da Câmara Municipal.

Art. 2º – Ficam revogadas todos os precedentes regimentais anteriormente firmados.

Art. 3º – Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Cotriguaçu, 25 de julho de 2017.

Leani Friedrich Richter

Presidente da Câmara Municipal de Cotriguaçu

SEC. GOVERNO
LEI Nº 971/2017

SÚMULA: Abre Crédito Especial para Dotação Orçamentária por Fonte de Recursos referente a Repasse de Convenio do Estado, a ser firmado com a SINFRA- Secretaria de Estado de Infra Estrutura e Logística para aquisição de Óleo Diesel e o Município de Cotriguaçu/MT e dá outras providências."

Jair Klasner– Prefeito Municipal de Cotriguaçu, no uso e gozo de suas atribuições,

Faço saber que a Câmara Municipal de Cotriguaçu aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Autoriza o Poder Executivo Municipal a abrir Crédito Adicional Especial , destinados à suplementação de despesas no valor de R$ 255.653,62 (Duzentos e Cinquenta e cinco mil seiscentos e cinquenta e três reais e sessenta e dois centavos).

Suplementação de Despesas:

Órgão : 09- Secretaria Municipal de Infra Estrutura

Órgão Unidade: 04-Divisão de Infra Estrutura

Projeto/ atividade: 2084 Gestão e Manutenção da Infra Estrutura

Dotação Orçamentária: 3390.30.00 Material de Consumo ----------R$ 255.653,62

Fonte de Recurso: 0024- Transferência de Convênios Outros

Art 2º) A suplementação decorrente do artigo anterior, ocorrera a conta de Anulação parcial de Dotações abaixo discriminadas:

Órgão : 09- Secretaria Municipal de Infra Estrutura

Órgão Unidade: 04-Divisão de Infra Estrutura

Projeto/ atividade: 2084 Gestão e Manutenção da Infra Estrutura

Dotação Orçamentária: 3390.30.00 Material de Consumo ----------R$ 155.653,62

Dotação Orçamentária: 3390.36.00 Pessoa Física ----------R$ 35.000,00

Dotação Orçamentária:3390.39.00 Pessoa Jurídica----------R$ 65.000,00

Fonte de Recurso: 1000- Recursos Próprios

TOTAL GERAL DAS REDUÇÕES R$ 255.653,62

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cotriguaçu, Estado de Mato Grosso, 25 de julho de 2017

JAIR KLASNER

Prefeito Municipal

SEC. GOVERNO
LEI Nº 970/2017

INSTITUI A SEMANA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE DE COTRIGUAÇU, NO CALENDÁRIO OFICIAL DE EVENTOS DO MUNICÍPIO

JAIR KLASNER, Prefeito Municipal de Cotriguaçu, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º: Fica instituída, em Cotriguaçu, Estado de Mato Grosso, a Semana Municipal do Meio Ambiente, no calendário oficial de eventos da municipalidade.

Art. 2º - A Semana Municipal do Meio Ambiente tem por finalidade promover a participação da comunidade na preservação e conservação do patrimônio natural do Município.

Art. 3º A Semana Municipal do Meio Ambiente será realizada na primeira e/ou segunda semana do mês de junho, mês que se comemora o Dia Mundial do Meio Ambiente.

Art. 4º A coordenação da Semana Municipal do Meio Ambiente ficará a cargo do Conselho Municipal do Meio Ambiente. As ações inerente poderão contar com apoio de entidades governamentais e não-governamentais.

Art. 5º O Conselho Municipal de Meio Ambiente, em conjunto com esses parceiros, programará eventos, atividades, palestras, programas, exposições e projetos que promovam a educação ambiental, conservação, defesa, melhoria da qualidade do meio ambiente, preservação e conservação do equilíbrio ambiental, proteção à fauna e a flora.

Art. 6º Fica criado o Diploma do Mérito de Proteção à Natureza, a ser concedido pelo Prefeito do Município, anualmente, a 03 (três) personalidades ou entidades que se tenham distinguido por serviços relevantes prestados à comunidade de Cotriguaçu no que diz respeito à preservação e conservação da natureza, especialmente flora e fauna.

Art. 7º Os homenageados com o Diploma criado por esta lei serão escolhidos por uma Comissão composta por:

a) Presidente do Conselho Municipal do Meio Ambiente, que presidirá a Comissão;

b) Secretário Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Econômico e Assuntos Fundiários;

c) Secretário do Conselho Municipal de Meio Ambiente;

d) Três Membros do Conselho Municipal de Meio Ambiente;

e) Secretário Municipal de Educação e Cultura.

Parágrafo único Os critérios para apuração do mérito serão aprovados pela Comissão instituída por este artigo, sob a presidência do Presidente do Conselho Municipal de Meio Ambiente.

Art. 8º Os agraciados poderão receber premiações a serem definidas pela Comissão.

Art. 9º A escolha dos agraciados com os 03 (três) Diplomas a serem conferidos na forma desta lei será efetuada na Semana Municipal do Meio Ambiente.

Art. 10º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Art. 11º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cotriguaçu, aos 25 dias do mês de julho de 2017.

JAIR KLASNER

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se

SEC. GOVERNO
DECRETO Nº 1.108/2017

"DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO GRUPO DE TRABALHO PARA O LEVANTAMENTO SOCIOAMBIENTAL PARA A REGULARIZAÇÃO URBANA DA LOCALIDADE DE NOVA UNIÃO - MUNICÍPIO DE COTRIGUAÇU" E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JAIR KLASNER, Prefeito Municipal de Cotriguaçu - MT, no uso de suas atribuições legais:

CONSIDERANDO que o INCRA – Instituto de Reforma Agrária doou uma área com perímetro de Cento e setenta e cinco hectares, dezessete ares e cinquenta e um centiares, conforme Matrícula n.º 3.912 do 1º Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Cotriguaçu, localizada no núcleo urbano de Nova União, Município de Cotriguaçu, para fins de regularização urbana.

CONSIDERANDO que aludida área fora doada em dezembro de 2011, sem que a Prefeitura de Cotriguaçu, à época, tenha promovido a sua destinação social, dificultando o crescimento da localidade de Nova União.

CONSIDERANDO que já foi criado CONSELHO E O FUNDO MUNICIPAL DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL DO MUNICÍPIO DE COTRIGUAÇU-MT, por meio da Lei Municipal n.º 951/2017, de 21 de Fevereiro de 2017 consolidada, localizado em Nova União, Município de Cotriguaçu, com nova matricula aberta sob o n.º XXX, conforme memorial descritivo em anexo, dentro do "NÚCLEO NOVA UNIÃO", parte desmembrada do imóvel sob a matrícula nº 3. 912 do 1º Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Cotriguaçu.

CONSIDERANDO que a área urbana de Nova União é prioridade na política de regularização urbana de Cotriguaçu, conforme definido em reunião presidida pelo Exmo. Juiz Diretor do Fórum da Comarca de Cotriguaçu, DR. DANTE RODRIGO ARANHA DA SILVA.

CONSIDERANDO às sapientes ponderações do Exmo. Sr. Promotor da Comarca de Cotriguaçu, DR. CLÁUDIO ANGELO CORREA GONZAGA, de se observar as disposições 9º, 10, I, 11, § 2º da Lei 13465/2017, de observar a conservação ambiental para promover a regularização urbana de Nova União.

CONSIDERANDO a necessidade de se elaborar um "DIAGNÓSTICO SOCIOAMBIENTAL DAS ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE" na área urbana de Nova União.

CONSIDERANDO a implantação de medidas administrativas objetivando dar maior controle e celeridade à regularização área urbana de Nova União, com a finalidade de buscar a melhoria na qualidade de vida dos seus moradores, com a garantia de efetividade da conservação do meio ambiente;

CONSIDERANDO a necessidade de evitar os desvios de funções e as acumulações de funções;

CONSIDERANDO que compete ao Poder Público Municipal planejar, projetar e desenvolver mecanismos que visem resguardar o interesse público;

DECRETA:

Art. 1º - Fica criado o GRUPO DE TRABALHO para o levantamento socioambiental para a regularização urbana da localidade de Nova União - município de Cotriguaçu, tendo como finalidade:

I- Identificação de áreas degradadas na mancha urbana Nova União.

II- Identificação de meios físico, biótico e socioeconômico em toda a extensão do na mancha urbana Nova União;

III - Levantamento das áreas de preservação permanente degradadas em virtude de ocupação antrópica, poluição, desmatamentos etc;

IV- execução do projeto foram realizados trabalhos de campo com análise direta, indireta, entrevistas, fotografias além da aquisição e análise de imagens de satélite;

V – Levantamento das ocupações em APPs (Áreas de Preservação Permanente), bem como posições para mitigar os impactos ambientais, inclusive com proposições de remoções, se for o caso;

VI- Apresentação de propostas de criação de Zona de Proteção Ambiental (ZPA), em faixas bilaterais de glebas contínuas, ao longo dos cursos d'água, bem como a quantidade das distâncias mínimas preservadas a partir de suas margens.

VII - mapeamento das edificações existentes dentro dos limites da APP, a partir de vetorização direta sobre as fotos aéreas e medições realizadas diretamente em campo;

VIII – Apresar uma proposição de medidas para implementar medidas tendentes a recuperação das áreas degradadas, para se cumprir o objetivo maior que é a recuperação das APPs em toda a extensão da área urbana de Nova União, promovendo-se manutenção na continuidade da vida (fauna e flora) no loca

IX - Elaboração de um DIAGNÓSTICO SOCIOAMBIENTAL DAS ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE" na área urbana de Nova União.

X – Demais medidas que o grupo entender como conexas ou pré-requisito para a regularização fundiária de Nova União.

Art. 2º - Ficam nomeados os membros abaixo relacionados para comporem o Grupo de Trabalho ora criado:

I - um representante do Poder Judiciário;

II - um representante do Ministério Público;

III- um representante do Cartório do Registro de Imóveis;

IV- um representante do Poder Executivo Municipal

V – um representante do Poder Legislativo Municipal

VI- Dois representantes da Secretaria de Meio Ambiente do Município;

VII- Dois representantes do Conselho Municipal de Meio Ambiente;

VIII- Dois representantes dos moradores de Nova União

IX - outras entidades de direito público e/ou privado com interesses análogos.

Art. 3º - Fica autorizado o uso de equipamentos e bens públicos para que GRUPO DE TRABALHO possa executar seu múnus público.

Art. 4º - Fica autorizado o uso de recursos do Fundo do Meio Ambiente Municipal e do Fundo Municipal de Regularização Fundiária e Desenvolvimento Econômico Sustentável do Município de Cotriguaçu-MT, caso haja deliberação específica de cada conselho.

Art. 5º – O Grupo de Trabalho deverá apresentar o competente Relatório no prazo de 60 (sessenta) dias corridos, contados a partir da publicação deste Decreto.

Art. 6º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º - Revogam-se as disposições ao contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cotriguaçu-MT, 25 de julho de 2017.

JAIR KLASNER

Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO N° 030/2017

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU/MT E A EMPRESA: SOZO E FORLIN LTDA – ME, CNPJ: 00.070.595/0001-51 PARA: "ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 146/2016 FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM CONFECÇÃO DE ADESIVOS E CONVITES PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICIPIO DE COTRIGUAÇU/MT, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES, QUANTIDADES ESTIMADA E CONDIÇÕES CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA. O PRESENTE CONTRATO TEM O VALOR GLOBAL DE R$ 19.480,00 (DEZENOVE MIL QUATROCENTOS E OITENTA REAIS), CONFORME PROPOSTA APRESENTADA, QUE INTEGRA O PRESENTE INSTRUMENTO E QUE É DE PLENO CONHECIMENTO DAS PARTES. A PARIR DE 24/07/2017.

CÂMARA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU

RESOLUÇÃO Nº 011/2017

Ementa: *"Institui o auxílio-alimentação aos servidores públicos efetivos, e comissionados do Poder Legislativo do Município de Cotriguaçu - MT, nas condições que específica, e dá outras providências".*

A Câmara Municipal de Cotriguaçu, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

Resolve:

Art. 1º - Fica instituído o Auxilio Alimentação no Poder Legislativo de Cotriguaçu/MT, concedido aos servidores públicos efetivos e comissionados da Câmara Municipal de Cotriguaçu.

§ Único - O benefício a que se refere o *caput* deste artigo será concedido mensalmente, na forma de transferência bancária, no valor de R$ 100,00 (cem reais), a ser reajustado anualmente, por ato da Presidência, de acordo com índice oficial de inflação do período.

Art. 2º - Fica vedado o pagamento do auxílio-alimentação aos servidores que se encontrarem reclusos ou afastados a qualquer título e, ainda:

I - licenciado ou afastado do exercício do cargo ou função, em decorrência de licença para tratar da saúde de pessoa da família, após o trigésimo dia;

II - cedido para outro órgão público, exceto se houver lei específica;

III – licenciado por interesse particular do servidor;

§ 1º Os afastamentos a que se refere o *caput* deste artigo não abrangem os servidores requisitados pela Justiça Eleitoral para o período de eleições, quando convocados para participar de Tribunal de Júri ou para doar sangue e, ainda, os autorizados a se ausentarem do serviço pelo chefe do Poder Legislativo.

§ 2º Tem direito ao benefício do vale alimentação o servidor afastado para tratamento da própria saúde, também por motivo de acidente em serviço ou doença profissional, quando não puder haver readaptação de espécie alguma, ambos até o limite de vinte e quatro meses.

Art. 3º – Os valores recebidos a título de Auxilio alimentação não serão incorporados aos vencimentos dos servidores/empregados públicos para quaisquer fins, dentre eles o 13º e férias, e sobre eles não incidirão quaisquer encargos previdenciários ou fiscais.

Art. 4º - As despesas decorrentes com a execução desta resolução correrão por conta da seguinte dotação orçamentária, suplementada se necessário,

Órgão : 01- PODER LEGISLATIVO

Órgão Unidade: 01. 001- Poder Legislativo.

Projeto/ atividade: 2.072 - Manutenção Encargos com a Câmara Municipal

Dotação Orçamentária: 33.90.46.00 - Auxilio Alimentação

Art. 5º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições contrárias.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Câmara Municipal de Cotriguaçu/MT, aos vinte e cinco dias do mês de julho de 2017.

Leani Friedrich Richter

Presidente da Câmara Municipal de Cotriguaçu

SEC. GOVERNO
LEI Nº 973/2017

"Institui o auxílio-alimentação aos servidores públicos efetivos e contratados da Prefeitura Municipal e dá outras providências."

JAIR KLASNER, Prefeito Municipal de Cotriguaçu, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei, Faz Saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Esta Lei institui o benefício do auxílio-alimentação aos servidores efetivos e contratados da Prefeitura Municipal de Cotriguaçu.

§1º. O auxílio-alimentação não é devido aos ocupantes de cargos comissionados, exceto quando forem servidores efetivos no exercício de função ou cargo comissionado.

§2º. O auxílio-alimentação terá caráter indenizatório, com pagamento em pecúnia, com o objetivo de subsidiar as despesas de alimentação.

§3º. O auxílio-alimentação será concedido por dia efetivamente trabalhado, conforme apurado por atestado de frequência, aos ocupantes de cargos ou funções públicas na condição de ativos.

Art. 2º. O valor do auxílio-alimentação será de R$ 100,00 (cem reais), na razão de um auxílio-alimentação por mês, creditado diretamente na folha de pagamento, no mês subsequente à apuração dos dias trabalhados.

Parágrafo único. Na hipótese do servidor acumular cargos na forma da Constituição Federal, o mesmo fará jus à percepção de um único auxílio - alimentação.

Art. 3º. O auxílio alimentação de que trata a presente Lei não será:

I – incorporado ao vencimento, remuneração, proventos ou pensão;

II – configurado como rendimento tributável e nem sofrerá incidência de contribuição para o Plano de Seguridade do servidor público municipal;

III – caracterizado como salário-utilidade ou prestação de salário in natura;

IV – acumulável com outros de espécie semelhante, tais como vantagem pessoal originária de qualquer outra forma de auxílio;

V – considerado para efeitos de 13º (décimo terceiro) salário.

Parágrafo único. O auxílio – alimentação instituído pela presente Lei não detém natureza salarial ou remuneratória.

Art. 4º. O auxílio alimentação será custeado com recurso das secretarias a que pertença o servidor, ou nela esteja lotado.

Art. 5º. O servidor não fará jus ao auxílio - alimentação quando:

I – licenciado ou afastado do exercício do cargo ou função, em decorrência de licença para tratar da saúde de pessoa da família;

II – cedido para outro órgão público, exceto se houver Lei específica;

III- afastado e/ou licenciado a qualquer título;

IV – aos servidores públicos que tiverem faltado ao trabalho sem justificativa;

V – aos servidores que forem punidos administrativamente;

V – suspenso em decorrência de pena disciplinar;

VI – recluso.

VII – aos servidores inativos;

Parágrafo único. O disposto no caput não se aplica aos servidores requisitados pela Justiça Eleitoral para o período das eleições, quando convocados para participar do Tribunal de Júri e/ou para doar sangue.

Art. 6º. Os servidores em férias e/ou que tiverem suas faltas não abonadas pelo Secretário da pasta e/ou da autarquia, não terão direito ao auxílio - alimentação.

Art. 7º. O afastamento do servidor em decorrência da participação em cursos, treinamentos ou similares, por determinação do titular da pasta e/ou da autarquia, será considerado como dia trabalhado para fins de recebimento do auxílio-alimentação.

Art. 8º. O pagamento indevido do auxílio - alimentação constitui falta grave, sujeitando o servidor responsável pelo apontamento da frequência ou à autoridade que deu causa ao feito, às penalidades previstas em Lei.

§1º. Os valores pagos indevidamente serão restituídos no mês subsequente, de uma só vez, com o desconto na folha de pagamento.

§2º. Compete ao responsável pela gestão de pessoas ou recursos humanos acompanhar os apontamentos de licenças, afastamentos e faltas, ficando a chefia imediata corresponsável pela comunicação de fatos eventuais que ocorrerem.

Art. 9º. Considerar-se-á para o pagamento do auxilio – alimentação a frequência integral do servidor.

Art. 10. As despesas decorrentes com a execução da presente Lei correrão por conta do Elemento de Despesa própria – Auxílio Alimentação, de cada Secretaria e/ou autarquia.

Art. 11. O benefício de que trata esta lei poderá ser suspenso, por Lei, quando verificada a impossibilidade de sua manutenção.

Paragrafo Único – A Prefeitura Municipal de Cotriguaçu, para suspender o benefício por Lei, deverá comunicar os beneficiários com 60 (sessenta) dias de antecedência.

Art. 12. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cotriguaçu/MT, aos 25 dias do mês de Julho do ano de 2017.

JAIR KLASNER

Prefeito Municipal

TERMO DE CANCELAMENTO DO PROCESSO 065/2017 PREGÃO PRESENCIAL Nº 036/2017

Ao analisar detidamente os autos do Processo Administrativo Nº 065/2017, referente a Contratação de Empresa especializadas na formação de condutores na modalidade específica de condutores de transporte escolar, do Município de Cotriguaçu – MT, foi detectado a ocorrência de um lapso o qual deveria ter sido lançado na modalidade de Compra direta, como citado acima, devido ao lapso, foi lançado Pregão Presencial, tendo em vista a urgência do processo para o bom andamento e segurança das crianças que fazem o trajeto em ônibus escolares.

Diante do exposto com base no princípio Administrativo da autotutela resolvo, para evitar possíveis prejuízos ao erário público ou a particulares, cancelar o presente processo Licitatório.

Cotriguaçu-MT, 22 de Junho de 2017.

JAIR KLASNER

PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DO CONTRATO N° 031/2017

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU/MT E A EMPRESA: CONSTRUTORA LINEAR EIRELI - EPP CNPJ: 17.420.526/0001-23: PARA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA NO PERÍMETRO URBANO DE NOVA UNIÃO COM 1.995,34M² DE REGULARIZAÇÃO DO SUBLEITO E 1.813,57 M² DE REVESTIMENTO ASFÁLTICO TIPO TSD ESPESSURA DE 2,5 CM, MEIOS-FIOS EM CON-

CRETO (FCK 15 MPA) COM 10 CM DE LARGURA NA PARTE SUPERIOR E 15 CM DE LARGURA NA PARTE INFERIOR, SARJETAS COM LARGURA DE 20 CM TAMBÉM EM CONCRETO (FCK 30 MPA). AS RUAS POSSUEM LARGURA DE 7,00M ENTRE AS FACES EXTERNAS DOS MEIOS FIOS, E 6,30 DE REVESTIMENTO CONFORME PROJETO APRESENTADO. O PRESENTE CONTRATO TEM O VALOR GLOBAL DE R$ 249.940,65 (DUZENTOS E QUARENTA E NOVE MIL, NOVECENTOS E QUARENTA REAIS E SESSENTA E CINCO CENTAVOS), CONFORME PROPOSTA APRESENTADA, QUE INTEGRA O PRESENTE INSTRUMENTO E QUE É DE PLENO CONHECIMENTO DAS PARTES. A PARTIR DE 24/07/2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELÂNDIA

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA MUNICIPAL Nº. 316/2017

DESIGNA FISCAL DE CONTRATOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

SIDINEI CUSTÓDIO DA SILVA - Prefeito Municipal de Curvelândia-MT, no uso das atribuições legais que lhes são conferidas em Lei;

Considerando a necessidade da instituição de designar um fiscal para acompanhamento dos contratos celebrados a terceiros;

RESOLVE,

Art. 1º - Designar o servidor **UELITON LUIZ ROSSIN** matrícula funcional n° 1698, efetivo no cargo de Vigia, para acompanhamento e fiscalização do Contrato nº. 024/2017 .

Art. 2º - O Contrato 024/2017 tem como objeto, aquisição de 01(um) caminhão basculante para ser utilizado nas atividades desenvolvidas pela Secretaria de Obras e Serviços Públicos do município de Curvelândia – MT.

Art. 3º - O servidor ora designado, não será remunerado por esta atividade, receberá apenas a remuneração de seu cargo de origem.

Art. 4º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições ao contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Curvelândia - MT, 25 de julho de 2017.

_____

SIDINEI CUSTÓDIO DA SILVA

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA MUNICIPAL Nº. 318/2017

DESIGNA FISCAL DE CONTRATOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

SIDINEI CUSTÓDIO DA SILVA - Prefeito Municipal de Curvelândia-MT, no uso das atribuições legais que lhes são conferidas em Lei;

Considerando a necessidade da instituição de designar um fiscal para acompanhamento dos contratos celebrados a terceiros;

RESOLVE,

Art. 1º - Designar o servidor **UELITON LUIZ ROSSIN** matrícula funcional n° 1698, efetivo no cargo de Vigia, para acompanhamento e fiscalização do Contrato nº. 026/2017 .

Art. 2º - O Contrato 026/2017 tem como objeto, aquisição de 01(uma) pá carregadeira com recursos do FETHAB, para ser utilizado nas atividades desenvolvidas pela Secretaria de Obras e Serviços Públicos do município de Curvelândia – MT.

Art. 3º - O servidor ora designado, não será remunerado por esta atividade, receberá apenas a remuneração de seu cargo de origem.

Art. 4º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições ao contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Curvelândia - MT, 25 de julho de 2017.

_____

SIDINEI CUSTÓDIO DA SILVA

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA MUNICIPAL Nº. 317/2017

DESIGNA FISCAL DE CONTRATOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

SIDINEI CUSTÓDIO DA SILVA - Prefeito Municipal de Curvelândia-MT, no uso das atribuições legais que lhes são conferidas em Lei;

Considerando a necessidade da instituição de designar um fiscal para acompanhamento dos contratos celebrados a terceiros;

RESOLVE,

Art. 1º - Designar o servidor **ALEX LUIZ PIRES DE OLIVEIRA** matrícula funcional n° 1658, efetivo no cargo de Engenheiro Civil, para acompanhamento e fiscalização do Contrato nº. 025/2017 .

Art. 2º - O Contrato 025/2017 tem como objeto, aquisição de materiais para instalação de academia ao ar livre, no estádio municipal.

Art. 3º - O servidor ora designado, não será remunerado por esta atividade, receberá apenas a remuneração de seu cargo de origem.

Art. 4º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições ao contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Curvelândia - MT, 25 de julho de 2017.

_____

SIDINEI CUSTÓDIO DA SILVA

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA MUNICIPAL Nº. 313/2017

DESIGNA FISCAL DE CONTRATOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

SIDINEI CUSTÓDIO DA SILVA - Prefeito Municipal de Curvelândia-MT, no uso das atribuições legais que lhes são conferidas em Lei;

Considerando a necessidade da instituição de designar um fiscal para acompanhamento dos contratos celebrados a terceiros;

RESOLVE,

Art. 1º - Designar o servidor **ANTONIO FRADES DA SILVA** matrícula funcional n° 1861, efetivo no cargo de Operador de Máquinas, para acompanhamento e fiscalização do Contrato nº. 021/2017 .

Art. 2º - O Contrato 021/2017 tem como objeto, Prestação de serviços na manutenção das máquinas pesadas da frota da Prefeitura municipal de Curvelândia – MT

Art. 3º - O servidor ora designado, não será remunerado por esta atividade, receberá apenas a remuneração de seu cargo de origem.

Art. 4º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições ao contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Curvelândia - MT, 25 de julho de 2017.

_____

SIDINEI CUSTÓDIO DA SILVA

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N° 020/2017

A Prefeitura Municipal de Curvelândia-MT, através do Pregoeiro, torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará no dia 08/08/2017 às 08h30min, a Licitação na modalidade de Pregão Presencial, do tipo “Menor Preço por Item", exclusivo para micro e pequenas empresas, cujo objeto é o registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais de construção para serem utilizados na manutenção e conservação dos prédios públicos desta prefeitura. O edital completo estará à disposição dos interessados no Setor de Licitação, situado na rua São Bernardo nº 523, Centro, Curvelândia-MT, e gratuitamente no site: www.curvelandia.mt.gov.br. Maiores informações, através do e-mail: licitacao@curvelandia.mt.gov.br, ou pelo telefone (65) 3273-1275.

Curvelândia-MT, 25 de julho de 2017.

Gustavo Alves do Carmo

Pregoeiro Oficial

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA MUNICIPAL Nº. 314/2017

DESIGNA FISCAL DE CONTRATOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

SIDINEI CUSTÓDIO DA SILVA - Prefeito Municipal de Curvelândia-MT, no uso das atribuições legais que lhes são conferidas em Lei;

Considerando a necessidade da instituição de designar um fiscal para acompanhamento dos contratos celebrados a terceiros;

RESOLVE,

Art. 1º - Designar a servidora **MARIA SOCORRO DE SOUZA PEREIRA** matrícula funcional n° 1689, efetiva no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, para acompanhamento e fiscalização do Contrato nº. 022/2017 .

Art. 2º - O Contrato 022/2017 tem como objeto, aquisição de equipamentos e materiais permanentes para aprimoramento das condições de funcionamento da Unidade de Saúde da Família, conforme proposta nº 11708.596000/1150-01 do Ministério da Saúde atendendo a Secretaria Municipal de Saúde de Curvelândia – MT

Art. 3º - O servidor ora designado, não será remunerado por esta atividade, receberá apenas a remuneração de seu cargo de origem.

Art. 4º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições ao contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Curvelândia - MT, 25 de julho de 2017.

_____

SIDINEI CUSTÓDIO DA SILVA

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA MUNICIPAL Nº. 315/2017

DESIGNA FISCAL DE CONTRATOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

SIDINEI CUSTÓDIO DA SILVA - Prefeito Municipal de Curvelândia-MT, no uso das atribuições legais que lhes são conferidas em Lei;

Considerando a necessidade da instituição de designar um fiscal para acompanhamento dos contratos celebrados a terceiros;

RESOLVE,

Art. 1º - Designar a servidora **BRUNA ALVES PEREIRA** matrícula funcional n° 1692, efetiva no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, para acompanhamento e fiscalização do Contrato nº. 023/2017 .

Art. 2º - O Contrato 023/2017 tem como objeto, aquisição de equipamentos e materiais permanentes para aprimoramento das condições de funcionamento da Unidade de Saúde da Família, conforme proposta nº 11708.596000/1150-01 do Ministério da Saúde atendendo a Secretaria Municipal de Saúde de Curvelândia – MT

Art. 3º - O servidor ora designado, não será remunerado por esta atividade, receberá apenas a remuneração de seu cargo de origem.

Art. 4º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições ao contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Curvelândia - MT, 25 de julho de 2017.

_____

SIDINEI CUSTÓDIO DA SILVA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE CENTRO NORTE MT/ HOSPITAL SÃO JOÃO BATISTA
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO CENTRO NORTE DO ESTADO DE MATO GROSSO – CISCN – PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 009/2017

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO CENTRO NORTE DO ESTADO DE MATO GROSSO – CISCN – Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 009/2017

O Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região Centro Norte do Estado de Mato Grosso, Prefeito de Diamantino - MT, Sr. EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA, CPF 937.368.431-00, no uso de suas atribuições legais, vem dar publicidade ao presente termo aditivo ao contrato nº 09-2017: CONTRATADO: **AGNEVALDO DIAS DUARTE JUNIOR-ME,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 22.010.381/0001-22, situada à Rua Vila Nova, s/nº, Centro, CEP 78.420-000 no Município de Arenápolis – MT; OBJETO E VALORES: R$ 25.000,00. Pela execução do objeto, a contratada PRAZO: 30/06/2017 a 17/10/2017. Dotação Orçamentária 33.90.39.00 – Outros Serviços Terceiros Pessoa Jurídica.

Diamantino – MT, 30 de Junho de 2017.

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA

Presidente do CISCN

GABINETE
LEI Nº. 1.177/2017

Altera a redação do artigo 3º da lei 1.113 de 20 de junho de 2.016.

A CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINO, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, Faz saber que ela aprovou e o Prefeito Municipal sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - A redação do artigo 3º da Lei n.º 1.113 de 20 de junho de 2.016, passa a viger na seguinte forma:

Art. 3º *O presente Crédito Adicional Especial - Natureza de Despesa ampara-se nos Incisos II do artigo 41 e artigo 42 da Lei 4.320, de 1964 e os recursos orçamentários utilizados são os previstos no Artigo 43, § 1º, inciso II da Lei retro citada, ou seja, Excesso de Arrecadação com fonte de recurso específica vinculada.*

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Diamantino, 24 de julho de 2017.

Eduardo Capistrano de Oliveira

Prefeito Municipal

GABINETE
LEI Nº 1.176/2017

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Especial ao orçamento do exercício financeiro de 2017, e dá outras providências.

O Senhor **Eduardo Capistrano de Oliveira**, Prefeito Municipal de Diamantino, Estado de Mato Grosso no uso de suas atribuições faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprova e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir Crédito Adicional Especial no orçamento financeiro de 2017, alterando a Lei Municipal n° 1.142/2016 (LOA 2017), acrescentando recursos no orçamento do município, nas seguintes dotações:

06 - SECRETARIA MUNIC DE SAUDE E VIGILANCIA SANITARIA:

10.302.0040.1159 - MANUTENÇAO DO CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE:

3.3.71.70.00.00 – Rateio pela Participação em Consórcio Público

Fonte: 0.1.42 – Transferência de Recursos do SUS – Estado = R$ 1.700.000,00

Total Adicionado = R$ 1.700.000,00

Art. 2º Para cobertura ao crédito adicional especial, aberto no Artigo 1º, serão utilizados recursos conforme o artigo 43 da Lei Federal n°4.320/64, **inciso II – excesso de arrecadação e ou tendência de excesso**, conforme demonstrado no cálculo de tendência de excesso – Anexo I, na Fonte de Recurso 0.1.42 – Transferência de Recursos do SUS - Estado.

Art. 3º - Fica o Poder Executivo autorizado a alterar a Lei de Diretrizes Orçamentárias do exercício 2017, n° 1.117/2016 (LDO), atualizando o Anexo de Metas e Prioridades.

Art. 4º - Fica o Poder Executivo autorizado a proceder com a alteração dos Anexos da Lei do Plano Plurianual – PPA, Lei 944/2013, atualizando as metas físicas e financeiras correspondentes.

Art. 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Diamantino/MT, 24 de julho de 2017.

Eduardo Capistrano de Oliveira

Prefeito Municipal

ANEXO I – Demonstrativo de Tendência de Excesso de Arrecadação

(FONTE 0.1.42 – Transferência de Recursos do SUS - Estado)

FONTE:	**0142 =**	**Recursos do SUS - Estado**			
1. Receita:	**17.22.33: Transferências do SUS - Estado**				
R$ ORÇADO (a)	**Arrecadado Até 04/2016 (b)**	**Média do Período (c = b/4)**	**Tendência Exercício (d = c x 12)**	**Repasses Especiais (e)**	**Resultado (d + e - a)**
759.638,35	**2.227.274,60**	**556.818,65**	**6.681.823,80**	**-**	**5.922.185,45**

Total Geral:			
a	Receita Prevista Fonte 0.1.42	Anexo 10	**R$ 759.638,35**
b	Arrecadado no Período	1º Quadrimestre (jan/abr)	**R$ 2.227.274,60**
d	Repasses Especiais	Outras Previsões	**R$**
e	Previsão para o Exercício	(b x 3)	**R$ 6.681.823,80**
f	**Excesso Previsto**	(e – a)	**R$ 5.922.185,45**
g	**Crédito Adicional do Projeto**	Projeto de Lei	**R$ 1.700.000,00**
h	**Saldo Excesso para a Fonte após o Projeto**		**R$ 4.222.185,45**

Dados: Arrecadação conforme Anexo 10 – Lei 4.320/64 do mês de Abril 2017.

Importante: é parte integrante deste anexo (anexo I), o demonstrativo contábil Anexo 10 da Lei 4.320/64 inerente ao mês de Abril de 2017, grifado o grupo de Receitas que constituem a Fonte 0.1.42.

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E VIGILÂNCIA SANITÁRIA- RH
RESOLUÇÃO N° 015 DE 04 DE JULHO DE 2017

RESOLUÇÃO N° 015 DE 04 DE JULHO DE 2017

O CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE DIAMANTINO ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Municipal n. 126/94 e alterado pelas leis 141/94, de 14 de março de 1994 e 619/06 de Agosto/2006;

Considerando o artigo 1° da Lei Federal n° 8.142, de 28 de dezembro de 1990 e artigos 14, 15 da Lei Complementar Estadual n° 22, de 09 de novembro de 1992 e artigo 180 da Lei Orgânica Municipal, de 05 de novembro de 1990; e

Considerando a 5ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Saúde, realizada no dia 30/06/2017;

Resolve:

Art. 1° - APROVAR a Abertura de Crédito Adicional Especial para atender recursos financeiros do Bloco de Financiamento de Média e Alta Complexidade para confecção de Prótese Dentária.

Esta Resolução entrará em vigor a partir da data de sua assinatura.

Registrada, Publicada, Cumpra-se.

Diamantino-MT, 04 de Julho de 2017.

Jacildo de Siqueira Pinho

Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Diamantino MT

Homologo a Resolução nº 015 de 04 de Julho de 2017 do Conselho Municipal de Saúde de Diamantino.

Adélia Maria dos Santos

Secretário Municipal de Saúde de Diamantino MT

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE CENTRO NORTE MT/ HOSPITAL SÃO JOÃO BATISTA
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO CENTRO NORTE DO ESTADO DE MATO GROSSO – CISCN – PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 005/2017

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO CENTRO NORTE DO ESTADO DE MATO GROSSO – CISCN – Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 005/2017

O Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região Centro Norte do Estado de Mato Grosso, Prefeito de Diamantino - MT, Sr. EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA, CPF 937.368.431-00, no uso de suas atribuições legais, vem dar publicidade ao presente termo aditivo ao contrato nº 005-2017: CONTRATADO: **LAUREN IZABEL MEDEIROS COUTO-ME,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 12. 098.193/0001-44, situado à Rua Marechal Rondon, s/nº, Centro, CEP 78. 400-00 no Município de Diamantino – MT; OBJETO E VALORES: R$ 58. 500,00. Pela execução do objeto, a contratada PRAZO: 30/06/2017 a 17/ 10/2017. Dotação Orçamentária 33.90.39.00 – Outros Serviços Terceiros Pessoa Jurídica.

Diamantino – MT, 30 de Junho de 2017.

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA

Presidente do CISCN

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE CENTRO NORTE MT/ HOSPITAL SÃO JOÃO BATISTA
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO CENTRO NORTE DO ESTADO DE MATO GROSSO – CISCN – PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 007/2017

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO CENTRO NORTE DO ESTADO DE MATO GROSSO – CISCN – Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 007/2017

O Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região Centro Norte do Estado de Mato Grosso, Prefeito de Diamantino - MT, Sr. EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA, CPF 937.368.431-00, no uso de suas atribuições legais, vem dar publicidade ao presente termo aditivo ao contrato nº 007-2017: CONTRATADO: **LUIZ GASTON HINOJOSA NUNES - ME,**pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 23.045. 327/0001-85, situado à Rua 01, s/nº, Bairro Buriti, CEP 78.400-00 no Município de Diamantino – MT; OBJETO E VALORES: R$ 62.500,00. Pela execução do objeto, a contratada PRAZO: 30/06/2017 a 17/10/2017. Dotação Orçamentária 33.90.39.00 – Outros Serviços Terceiros Pessoa Jurídica.

Diamantino – MT, 30 de Junho de 2017.

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA

Presidente do CISCN

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE CENTRO NORTE MT/ HOSPITAL SÃO JOÃO BATISTA
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO CENTRO NORTE DO ESTADO DE MATO GROSSO – CISCN – PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 003/2017

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO CENTRO NORTE DO ESTADO DE MATO GROSSO – CISCN – Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 003/2017

O Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região Centro Norte do Estado de Mato Grosso, Prefeito de Diamantino - MT, Sr. EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA, CPF 937.368.431-00, no uso de suas atribuições legais, vem dar publicidade ao presente termo aditivo ao contrato nº 003-2017: CONTRATADO: EDNALDO FRANÇA DE OLIVEIRA ME, CNPJ 24.671.654/0001-05; OBJETO E VALORES: R$ 45.000,00. Pela execução do objeto, a contratada PRAZO: 30/06/2017 a 17/10/2017. Dotação Orçamentária 33.90.39.00 – Outros Serviços Terceiros Pessoa Jurídica.

Diamantino – MT, 30 de Junho de 2017.

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA

Presidente do CISCN

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE CENTRO NORTE MT/ HOSPITAL SÃO JOÃO BATISTA
RESOLUÇÃO Nº. 152/2017

RESOLUÇÃO Nº. 152/2017

O Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região Centro Norte de Mato Grosso, Sr. Eduardo Capistrano de Oliveira, no uso de suas atribuições legais, abre Crédito Adicional Suplementar e dá outras providências.

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear Comissão Especial para o levantamento do Inventário Físico Financeiro do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região Centro-Norte de Mato Grosso, composta dos seguintes servidores:

1. Presidente: Reneide Barros Silva Frota – CPF: 873.990.321-49

2. Secretário: Luciene Cresencia da Silva – CPF: 710.275.131-15

3. Membro: Regina Lucia Barros da Silva – CPF: 326.363.421-68

Art. 2º. A Comissão terá o prazo de 120(cento e vinte) dias, improrrogáveis, a contar desta data, para apresentar seu Relatório Final a Presidência do CISCN.

Art. 3º - Os membros da Comissão Especial de que trata esta Resolução, não serão remunerados pelo exercício de suas funções, sendo os serviços considerados como relevantes.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Diamantino – MT, 26 de Junho de 2017.

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA

Presidente do Consórcio

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE CENTRO NORTE MT/ HOSPITAL SÃO JOÃO BATISTA
RESOLUÇÃO Nº. 153/2017

RESOLUÇÃO Nº. 153/2017

O Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região Centro Norte de Mato Grosso, Sr. Eduardo Capistrano de Oliveira no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Autorizar a depreciação do patrimônio mês a mês no ano de 2017, e autoriza o lançamento na contabilidade.

Diamantino – MT, 26 de Junho de 2017.

Eduardo Capistrano de Oliveira

Presidente do Consórcio

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE CENTRO NORTE MT/ HOSPITAL SÃO JOÃO BATISTA
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO CENTRO NORTE DO ESTADO DE MATO GROSSO – CISCN – PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 006/2017

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO CENTRO NORTE DO ESTADO DE MATO GROSSO – CISCN – Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 006/2017

O Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região Centro Norte do Estado de Mato Grosso, Prefeito de Diamantino - MT, Sr. EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA, CPF 937.368.431-00, no uso de suas atribuições legais, vem dar publicidade ao presente termo aditivo ao contrato nº 06-2017: CONTRATADO: **LUZIA TAVEIRA LIMA SOUTO ME,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 09.445.575/0001-92, situado à Rua Treze de dezembro, s/nº, Centro, CEP 78.400-00 no Município de Diamantino – MT; OBJETO E VALORES: R$ 63.000,00. Pela execução do objeto, a contratada PRAZO: 30/06/2017 a 17/10/2017. Dotação Orçamentária 33.90.39.00 – Outros Serviços Terceiros Pessoa Jurídica.

Diamantino – MT, 30 de Junho de 2017.

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA

Presidente do CISCN

GABINETE
PORTARIA Nº. 0190/2017.

O Prefeito Municipal de Diamantino/MT, Sr. **EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE o seguinte:

Art. 1º - NOMEAR nos termos do Art. 1º, da Lei n.º 410/2001 membros para compor a Conselho Municipal de Cultura de Diamantino/MT:

Representantes do Governo:

I – Srª Edith Vanni Penhavel Marmos – CPF n.º 486.856.821-34 – Presidente Titular;

II – Sr. Odemar Mendes de Souza – CPF n.º 522.531.631-04 – Vice – Presidente;

III – Srª Mylene Wirgues Paese – CPF n.º 206.735.581-34 – Secretária Geral Titular;

IV – Srª Sandra Maria de Santana – CPF n.º 571.693.141-34 – Membro Suplente;

V – Srª Rosely Carris Montini – CPF n.º 138.187.718-47 – Membro Suplente;

VI – Srª Lenice Maria de Aquino – CPF n.º 977.734.331-00 – Membro Suplente;

Representantes da Sociedade Civil Organizada

I – Sr. Jacildo de Siqueira Pinho – CPF n.º 468.509.021-72 – Membro Titular – Representante da GRUCON;

II – Srª Célia Bárbara Couto – CPF n.º 346.729.791-04 – Membro Titular – Representante do SINTEP;

III – Srª Jurema Nunes Miranda – CPF n.º 486.881.691-87 – Membro Titular – Representante da APAE;

IV – Sr. Aparício Valeriano de Siqueira – CPF n.º 048.310.201-68 – Membro Suplente – Representante do SINTRAF;

V – Srª Rejane Gomes da Silva – CPF n.º 571.728.971-53 – Membro Suplente – Representante da Igreja ADMUH;

VI – Sr. Carlos Fernando Pereira – CPF n.º 304.145.479-34 – Membro Suplente – Representante da ONG Transformação;

Representantes Produtores de Cultura

I – Srª Donata Glorinha Ferreira do Nascimento – CPF nº 345.401.301-10 – Membro Titular;

II – Sr. Valdívio Cassio Santana Vaz – CPF n.º 850.784.381-87 – Membro Titular;

III – Sr. José Pinheiro Neto – CPF n.º 106.774.531-91 – Membro Titular;

IV – Sr. Joel Praxedes Capistrano – CPF n.º 346.755.821-68 – Membro Suplente;

V – Srª Maria Rosa Santana – CPF n.º 320.380.431-08 – Membro Suplente;

VI – Srª Arirce Ferreira da Silva – CPF n.º 383.866.231-87 – Membro Suplente;

Art. 2º - O Conselho será Presidido pela Srª Edith Penhavel Marmos, cujo mandato será de dois anos a contar da data de publicação da Portaria, passível de reeleição;

Parágrafo Uníco: § 1º do Art. 06 da Lei n.º 410/01 Havendo necessidade de substituição dos Conselheiros, a qualquer tempo e em função de justificativa acatada pelo Conselho, o Fórum correspondente poderá se reunir para eleger um ou mais substitutos, os quais cumprirão o tempo restante do mandato do(s) conselheiros(s) substituído(s).

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE.

Diamantino - MT, 24 de julho de 2017.

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE CENTRO NORTE MT/ HOSPITAL SÃO JOÃO BATISTA
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO CENTRO NORTE DO ESTADO DE MATO GROSSO – CISCN – PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 004/2017

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO CENTRO NORTE DO ESTADO DE MATO GROSSO – CISCN – Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 004/2017

O Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região Centro Norte do Estado de Mato Grosso, Prefeito de Diamantino - MT, Sr. EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA, CPF 937.368.431-00, no uso de suas atribuições legais, vem dar publicidade ao presente termo aditivo ao contrato nº 04-2017: CONTRATADO: **W.A DA SILVA CLÍNICA ME - CLIMED,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 01.097.830/0001-52, situado à Rua 13 de Junho, nº 1003, Loja 01,Centro Sul, CEP 78.020-000 no Município de Cuiabá – MT; OBJETO E VALORES: R$ 63.000,00. Pela execução do objeto, a contratada PRAZO: 30/06/2017 a 17/10/2017. Dotação Orçamentária 33.90.39.00 – Outros Serviços Terceiros Pessoa Jurídica.

Diamantino – MT, 30 de Junho de 2017.

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA

Presidente do CISCN

GABINETE
LEI Nº 1.178/2017

Institui o Conselho Municipal de Controle Social de Saneamento Básico, em conformidade com o disposto na Lei Federal nº 11.445/07, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico.

O Senhor **Eduardo Capistrano de Oliveira**, Prefeito Municipal de Diamantino, Estado de Mato Grosso no uso de suas atribuições faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprova e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído no âmbito do Município de Diamantino/MT, o CONSELHO MUNICIPAL DE CONTROLE SOCIAL DE SANEAMENTO BÁSICO, órgão colegiado de caráter consultivo, que terá como atribuições dentro do âmbito dos serviços prestados na área de saneamento básico, incluindo suas quatro modalidades:

I- Encaminhar reclamações e denunciar irregularidades na prestação dos serviços;

II- Divulgar à sociedade informações sobre a prestação dos serviços de saneamento básico que julgarem pertinentes;

III- Apresentar representações técnicas e participar dos processos de formulação de políticas, de planejamento e de avaliação relacionados aos serviços públicos de saneamento;

IV- Elaborar, deliberar e aprovar seu regimento interno e suas posteriores alterações;

V- Outras competências inerentes ao controle social dos contratos de prestação de serviços de saneamento básico.

VI- Do Poder Legislativo Municipal.

Art. 2º O Conselho Municipal de Controle Social será composto por um membro titular e seu respectivo suplente dos seguintes seguimentos:

I- Dos titulares dos serviços de saneamento básico;

II- De órgãos governamentais relacionados ao setor de saneamento básico;

III- Dos prestadores de serviços públicos de saneamento;

IV- Dos usuários de serviços de saneamento básico;

V- De entidades técnicas, organizações da sociedade civil e de defesa do consumidor relacionadas ao setor de saneamento básico.

§1º As entidades técnicas e organizações da sociedade civil que indicarem representantes no Conselho ora instituído deverão estar devidamente criadas e legalizadas, com registro em cartório, além de possuírem, em seus objetivos estatutários, atuação na área de saneamento básico, devidamente comprovada.

§2º O Conselho Municipal de Controle Social reunir-se-á ordinariamente 01 (uma) vez por ano, no período designado em seu Regimento Interno e, extraordinariamente, sempre que convocado.

§3º Caberá ao Município de Diamantino/MT fornecer toda a estrutura física e de pessoal para o regular funcionamento do Conselho Municipal pra instituído.

§4º As reuniões do Conselho Municipal de Controle Social serão públicas e presididas pelo Presidente eleito em primeira sessão.

§5º Cada um dos membros titulares do Conselho ora criado terá direito a um voto nas reuniões, sendo que o seu Presidente votará apenas em caso de desempate e os suplentes nas ausências e impedimentos dos titulares respectivos.

§6º Ninguém poderá representar ou votar em nome de duas ou mais entidades numa mesma reunião do Conselho.

§7º As formas de convocação e de funcionamento do Conselho Municipal de Controle Social serão definidas em seu Regimento Interno.

§8º Os trabalhos realizados junto ao Conselho ora criado serão considerados de relevância para o Município, não percebendo os seus membros remuneração ou gratificação de qualquer espécie.

§9º Os membros do Conselho ora instituído terão mandato de 02 (dois) anos, sendo permitida sua recondução, à exceção do titular dos serviços de saneamento básico, pois figura na qualidade de membro vitalício e de participação obrigatória, conforme descrito na Lei Federal nº 11.445/2007.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Diamantino/MT, 24 de julho de 2017.

Eduardo Capistrano de Oliveira

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO Nº086 /2017

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECER LICENÇA DE USO DO SISTEMA DE INFORMATIZADO DE GESTÃO EM SAÚDE, PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE DIAMANTINO-MT.

VALOR: R$ 229.000,00 (DUZENTOS E VINTE E NOVE MIL REAIS)

PRAZO: 21/07/2017 ATÉ 21/07/2018

CONTRATADO: INOVATUS SISTEMAS DE INFORMÁTICA LTDA-ME.

CONTRATANTE: EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA – PREFEITO MUNICIPAL

DIAMANTINO/MT, 21 DE JULHO DE 2017.

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 027/2017/SRP

A Prefeitura Municipal de DIAMANTINO /MT torna público que ás 08:00 horas do dia 09 de Agosto de 2017, estará abrindo o pregão presencial, para o**REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE CESTAS BÁSICAS PARA ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICIPIO DE DIAMANTINO MT.**O Edital poderá ser obtido junto à Comissão Permanente de Licitação do Poder Executivo de Diamantino, durante o horário de expediente e também estará disponível no site www.diamantino.mt.gov.br Maiores informações poderão ser solicitadas em horário de expediente através do telefone (65) 3336-6400/6423.

Diamantino /MT, 26 de Julho de 2017.

NICHOLAS DA COSTA MACHADO

Pregoeiro Oficial

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 042/2017 PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2017/SRP

OBJETO: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE INSUMOS HOSPITALARES PARA ATENDER A DEMANDA DO PRONTO ATENDIMENTO DO MUNICIPIO DE DIAMANTINO-MT.**

FORNECEDOR REGISTRADO: **COMERCIAL MARK ATACADISTA LTDA - ME**

CNPJ nº:: 09.315.996/0001-07.

Valor total da ata: R$ 195.315,85 (cento e noventa e cinco mil trezentos e quinze reais e oitenta e cinco centavos).

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.

Diamantino – MT, 25 de julho de 2017.

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 041/2017 PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2017/SRP

OBJETO: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE INSUMOS HOSPITALARES PARA ATENDER A DEMANDA DO PRONTO ATENDIMENTO DO MUNICIPIO DE DIAMANTINO-MT.**

FORNECEDOR REGISTRADO: **DELTA MED COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES**

CNPJ nº:: **08.835.955/0001-70**.

Valor total da ata: R$ 80.444,05 (oitenta mil quatrocentos e quarenta e quatro reais e cinco centavos).

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.

Diamantino – MT, 25 de julho de 2017.

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

SETOR RH
DECRETO Nº 092/2017

DISPÕE SOBRE A REENQUADRAMENTO DOS SERVIDORES EFETIVOS EM CONFORMIDADE COM A LEI MUNICIPAL 881/2013 E 1.164/2017.

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Diamantino – Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições que lhe conferem o art. 67, VI da Lei Orgânica do Município e;

DECRETA:

Art. 1º - Ficam reenquadrados os servidores efetivos relacionados, na tabela abaixo, anexa de acordo com a Lei Nº 1.164/2017.

Art. 2º- - Este Decreto entrará em vigor com efeito retroativo a 01/07/2017, revogadas as disposições em contrário.

Diamantino, 21 de Julho de 2017.

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E VIGILÂNCIA SANITÁRIA						
SERVIDOR	**CARGO**	**FUNÇÃO**	**CLASSE/NÍVEL ATUAL**	**REENQ.**	**SALÁRIO ATUAL**	**SAL. REENQ.**
ANA CAROLINA ARRAIS DE CARVALHO	TÉCNICO NIVEL SUPERIOR	ODONTÓLOGA	A/01	B/02	4.624,84	5.637,64
SUZANA DALMOLIN CAPISTRANO	TÉCNICO NÍVEL SUPERIOR	ODONTÓLOGA	A-02	B/02	4.902,32	5.637,64
EMERSON SILVA DA COSTA	AGENTE OPERACIONAL DE MANUTENÇÃO	MOTORISTA	B-04	C/04	2.000,53	2.261,44

Diamantino, 21 de Junho de 2017.

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 040/2017 PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2017/SRP

OBJETO: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE INSUMOS HOSPITALARES PARA ATENDER A DEMANDA DO PRONTO ATENDIMENTO DO MUNICIPIO DE DIAMANTINO-MT.**

FORNECEDOR REGISTRADO: **RINALDI & COGO LTDA - ME**

CNPJ nº:: 07.269.677/0001-79.

Valor total da ata: R$ 39.528,40 (trinta e nove mil quinhentos e vinte e oito reais e quarenta centavos).

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.

Diamantino – MT, 25 de julho de 2017.

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 039/2017 PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2017/SRP

OBJETO: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE INSUMOS HOSPITALARES PARA ATENDER A DEMANDA DO PRONTO ATENDIMENTO DO MUNICIPIO DE DIAMANTINO-MT.**

FORNECEDOR REGISTRADO: **FAMA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR EIRELI - ME**

CNPJ nº:: 03.250.803/0001-92.

Valor total da ata: R$ 4.983,50 (quatro mil novecentos e oitenta e três reais e cinquenta centavos).

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.

Diamantino – MT, 25 de julho de 2017.

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2017/SRP

OBJETO: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE INSUMOS HOSPITALARES PARA ATENDER A DEMANDA DO PRONTO ATENDIMENTO DO MUNICIPIO DE DIAMANTINO-MT.**

Tendo em vista o que consta dos autos deste processo, e diante do resultado apresentado pelo Pregoeiro e Equipe Apoio, HOMOLOGO o presente certame, para que produza todos os efeitos legais previstos em lei.

O certame tem como vencedores as empresas:

DELTA MED COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES, inscrita no CNPJ nº: 08.835.955/0001-70, que sagrou-se vencedora dos LOTES nº 08, 10, 11, 12, 13 e 17, no valor total de R$ 80.444,05 (oitenta mil quatrocentos e quarenta e quatro reais e cinco centavos).

COMERCIAL MARK ATACADISTA LTDA - ME, inscrita no CNPJ nº: 09.315.996/0001-07, que sagrou-se vencedora dos LOTES nº 01, 02, 03, 07 e 09, no valor total de R$ 195.315,85 (cento e noventa e cinco mil trezentos e quinze reais e oitenta e cinco centavos).

FAMA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR EIRELI - ME, inscrita no CNPJ nº: 03.250.803/0001-92, que sagrou-se vencedora do LOTE nº 18, no valor total de R$ 4.983,50 (quatro mil novecentos e oitenta e três reais e cinquenta centavos).

RINALDI & COGO LTDA - ME, inscrita no CNPJ nº: 07.269.677/0001-79, que sagrou-se vencedora dos LOTES nº 04, 05, 06, e 14 no valor total de R$ 39.528,40 (trinta e nove mil quinhentos e vinte e oito reais e quarenta centavos).

Os **lotes nº 15 e 16** foram **FRACASSADOS.**

Diamantino – MT, 25 de julho de 2017.

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE CENTRO NORTE MT/ HOSPITAL SÃO JOÃO BATISTA
RESOLUÇÃO Nº 155/2017 DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE CANDIDATO APROVADO NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2017.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE CANDIDATO APROVADO NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2017, PARA ADMISSÃO NO CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE REGIÃO CENTRO NORTE DE MATO GROSSO CISCN-MT- HOSPITAL SÃO JOÃO BATISTA.

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA, Presidente do Consorcio Intermunicipal de Saúde – Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais:

CONSIDERANDO a realização de Processo Seletivo para contratação temporária de pessoal, por tempo determinado, para atender interesse público conforme Edital nº 001/2017.

CONVOCA:

Art.1º - O candidato (a) no Processo Seletivo, relacionado no anexo II, deverá comparecer no prazo de até 05 (cinco) dias uteis a contar de publicação da Resolução, no Departamento de Recurso Humanos, na sede do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região Centro Norte do Estado de Mato Grosso, sito à Avenida Municipal, 1.501, Bairro Centro, cidade de Diamantino, Estado de Mato Grosso, no horário de 08:00hs ás 11:00hs e das 13:00 ás 17:00, para assumir as suas funções na conformidade da Lei, munidos dos documentos de acordo com item 9.0 e 10 Edital 001/2017 e anexo I, desta resolução.

Art. 2º - O não comparecimento do (a) interessado (a) no prazo previsto e não apresentação da documentação implicará no reconhecimento da DESISTÊNCIA E RENUNCIA quando ao preenchimento ao cargo para o qual foi aprovado (a), reservando-se a Administração o direito de convocar outro candidato.

Art. 3º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Diamantino, 25 de julho de 2017.

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA

Presidente do Consorcio Intermunicipal de Saúde

ANEXO I DA RESOLUÇÃO Nº 155/2017

RELAÇÃO DE DOCUMENTOS PARA CONTRATAÇÃO
Ser brasileiro ou estrangeiro nos termos da Lei (art. 12 e 37, I da CF/88)
Comprovante de Residência ou Declaração contendo endereço residencial
Declaração de acumulo ou não de Cargo publico – (reconhecer firma)
Declaração de Bens – (reconhecer firma)
Atestado de Saúde Física e Mental (pré - admissional) expedido por profissional da Medicina do Trabalho
Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS (Págs. Fotografia e identificação) (Autenticado).
Cadastro de Pessoa Física – CPF
Cédula de Identidade (Autenticado)
Título e Certidão de Quitação Eleitoral
Certidão de Reservista (quando do sexo masculino) – (Autenticado)
Cartão do PIS/PASEP. (Obs: O candidato que não for cadastro no programa PIS/PASEP deverá apresentar;
Certidão de Nascimento ou Casamento (autenticado)
RG E CPF do cônjuge caso for casado no civil
Certidão de Nascimento ou RG dos filhos menores de 14 anos de idade (se for o caso)
Carteira de Vacinação dos filhos menores de 5 anos de idade (se for o caso)
CPF dos dependentes até 21 anos ou Autorização de não inclusão dos dependentes.
JUSTIÇ FEDERAL – 1º REGIÃO – http://www.trf1.jus.br/Serviços/Certidão/(Autentic... no site) Certidão Negativa fornecida pelo Cartório Distribuidor da Comarca do domicilio dos últimos cinco anos, relativa a existência ou inexistência de ações cíveis e criminais (com transito em julgado) – http://cidadao.tjmt.jus.br/Serviços/Certidão negativa/(autenticação no site)
Certidão Negativa de Débitos para com Município
Declaração de Disponibilidade para cumprimento de carga horário do cargo em que exercera sua função – (reconhecer firma)
Declaração de que não infringiu as leis que fundamentaram este edital.
Comprovante de Escolaridade – (Autenticado)
Registro no conselho da respectiva categoria quando se tratar de profissão regulamentada, incluindo-se comprovante de quitação de anuidade e certidão de regularidade.
Declaração de veracidade dos documentos apresentados
Conta Corrente **BANCO DO BRASIL** – Agencia de Diamantino- Cópia do Cartão
Os documentos deverão ser FOTOCOPIADOS e apresentados separadamente um por folha

ANEXO II DA RESOLUÇÃO Nº 155/2017.

LISTA DE CONVOCADOS DA PRIMEIRA CHAMADA DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO CONSORCIO INTERMUNIICPAL DE SAÚDE- CISCN

CLAS	001 - COPEIRA
1º	ROSILENE GONÇALINA
2º	ALESSANDRA RITA SEVERINO BISSIATO

CLAS	002- COZINHEIRA
1º	NELMA CRISTINA NUNES DA SILVA
2º	ANIZIA GOMES DE ARAUJO

CLAS	003- ADMINISTRATIVO
1º	NEILA SINANDRA ZALESKI
2º	FERNANDO TENORIO CAVALCANTE DOS SANTOS

CLAS	004- AUXILIAR DE FARMACIA
1º	LOURIVERA MARIA MAGALHAES DE A. MORAIS
2º	ADILAINE APARECIDO DE LIMA

CLAS	005- AUXILIAR DE ENFERMAGEM
1º	EULINA XAVIER SILVA

CLAS	006- ENFERMEIRO
1º	ALESSANDRA AUXILIADORA DA SILVA
2º	HUGO GIOVANE LEAL BLECHA
3º	JULIANA DE CASSIA VANNI STORARI
4º	ANA PAULA BULKA CORREA
5º	KARINE CORREA SIQUEIRA
6º	MAICO PEREIRA DE BRITO
7º	FERNANDA RIBEIRO DE SOUZA

CLAS	009- HIGIENIZAÇÃO E LIMPEZA
1º	ELAINE VIANA GONÇALVES RODRIGUES
2º	KARLA CRISTINA CAETANO PEREIRA
3º	ARIANE MELQUIADES
4º	SUELLEM DO CARMO OLIVEIRA
5º	FLAVIA COSTA DA SILVA
6º	MARIA JOSÉ FONSECA

CLAS	010- LAVADEIRA
1º	CACILDA JANUARIA PADILHA
2º	GRACIELI CARNEIRO BEZERRA

CLAS	011- MANUTENÇAO
1º	JULIÃO ALVES DA COSTA

CLAS	012- MAQUEIRO

1º	LUCAS MATHEUS FERRREIRA RODRIGUES

CLAS	013 – RECEPCIONISTA
1º	ALINI DO NASCIMENTO RIBEIRO
2º	ELIANE FERNANDES DE SOUSA
3º	ALINE CAROLINA ADÃO
4º	ILKE APARECIDA CARVALHO

CLAS	014- TECNICO DE ENFERMAGEM
1º	ANA MARIA RODRIGUES DA COSTA
2º	ANA LUCIA PEGO DE SOUSA
3º	LUIZA MARIA CORREIA DE MATOS
4º	ROSENIR MARQUES DE OLIVEIRA DESANI
5º	LINDIORAYNE PEREIRA DE SOUZA
6º	TAMIRYS EMANUELLE BARBOSA DA CUNHA
7º	DALVA RODRIGUES DE CAMPOS
8º	ISAMARA MAISA DA SILVA
9º	WILHASMAR DE SOUZA
10º	DERENICE DE OLIVEIRA NEVES
11º	ABEL DE OLIVEIRA PINTO
12º	LUCAS FERNANDO ALVES MATOS

CLAS	015 – TECNICA EM RADIOLOGIA
1º	CRISTIANE RODRIGUES
2º	IVANDREIA DA COSTA

SETOR RH
PORTARIA/DRH Nº 071/2017

EDITH VIEIRA VANNI PENHAVEL MARMOS, Secretária Municipal de Educação e Cultura, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais.

CONCEDE AFASTAMENTO PARA TRATAMENTO DE SAÚDE DA SERVIDORA THAISA MARIA DIAS DA SILVA

RESOLVE:

ART. 1º - Concede afastamento para tratamento de saúde a servidora **THAISA MARIA DIAS DA SILVA,** matricula nº 2980-1, no Cargo/Função de Professora de Educação Infantil, lotada da Secretaria Municipal de Educação, no período de 05 de Maio de 2017 a 19 de Agosto de 2017.

Art. 2° - A data de retorno poderá ser alterada, mediante apresentação do resultado de perícia realizado pelo INSS.

ART. 3º - Esta Portaria entra em vigor com efeito retroativo a 05 de Maio de 2017.

Diamantino/MT, 21 de Julho de 2017.

EDITH VIEIRA VANNI PENHAVEL MARMOS

Secretária de Educação e Cultura

LICITAÇÃO
EXTRATO DO DÉCIMO TERMO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO Nº 449/2011

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAR OBRAS DE CONSTRUÇÃO DA DO MINI CENTRO OLÍMPICO DO MUNICÍPIO DE DIAMANTINO-MT

PRAZO: 120 (CENTO E VINTE) DIAS

CONTRATADO: PRATA & CIA LTDA EPP

CONTRATANTE: EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA – PREFEITO MUNICIPAL

DIAMANTINO/MT, 18 DE JULHO DE 2017.

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E VIGILÂNCIA SANITÁRIA- RH
RESOLUÇÃO N° 013 DE 04 DE JULHO DE 2017

RESOLUÇÃO N° 013 DE 04 DE JULHO DE 2017

O CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE DIAMANTINO ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Municipal n. 126/94 e alterado pelas leis 141/94, de 14 de março de 1994 e 619/06 de Agosto/2006;

Considerando o artigo 1° da Lei Federal n° 8.142, de 28 de dezembro de 1990 e artigos 14, 15 da Lei Complementar Estadual n° 22, de 09 de novembro de 1992 e artigo 180 da Lei Orgânica Municipal, de 05 de novembro de 1990;

Considerando a Portaria N.º 2.313, de 19 de Dezembro de 2002, que Institui Incentivo para estados, Distrito Federal e municípios no âmbito do Programa Nacional de HIV/AIDS e outras DST;

Considerando Ofício N.º 182/2017/SMS/VISA, de 08 de Junho de 2017, da Secretaria Municipal de Saúde de Diamantino; e

Considerando a 5ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Saúde, realizada no dia 30/06/2017;

Resolve:

Art. 1° - APROVAR a solicitação para Aquisição de um Veículo para atender os pacientes da Unidade de Saúde SAE/CTA/HIV/AIDS – Diamantino.

Esta Resolução entrará em vigor a partir da data de sua assinatura.

Registrada, Publicada, Cumpra-se.

Diamantino-MT, 04 de Julho de 2017.

Jacildo de Siqueira Pinho

Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Diamantino MT

Homologo a Resolução nº 013 de 04 de Julho de 2017 do Conselho Municipal de Saúde de Diamantino.

Adélia Maria dos Santos

Secretário Municipal de Saúde de Diamantino MT

O CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE DIAMANTINO ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Municipal n. 126/94 e alterado pelas leis 141/94, de 14 de março de 1994 e 619/06 de Agosto/2006;

Considerando o artigo 1° da Lei Federal n° 8.142, de 28 de dezembro de 1990 e artigos 14, 15 da Lei Complementar Estadual n° 22, de 09 de novembro de 1992 e artigo 180 da Lei Orgânica Municipal, de 05 de novembro de 1990;

Considerando a Portaria N.º 2.313, de 19 de Dezembro de 2002, que Institui Incentivo para estados, Distrito Federal e municípios no âmbito do Programa Nacional de HIV/AIDS e outras DST;

Considerando Ofício N.º 182/2017/SMS/VISA, de 08 de Junho de 2017, da Secretaria Municipal de Saúde de Diamantino; e

Considerando a 5ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Saúde, realizada no dia 30/06/2017;

Resolve:

Art. 1° - APROVAR a solicitação para Aquisição de um Veículo para atender os pacientes da Unidade de Saúde SAE/CTA/HIV/AIDS – Diamantino.

Esta Resolução entrará em vigor a partir da data de sua assinatura.

Registrada, Publicada, Cumpra-se.

Diamantino-MT, 04 de Julho de 2017.

Jacildo de Siqueira Pinho

Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Diamantino MT

Homologo a Resolução nº 013 de 04 de Julho de 2017 do Conselho Municipal de Saúde de Diamantino.

Adélia Maria dos Santos

Secretário Municipal de Saúde de Diamantino MT

SETOR RH
PORTARIA/DRH Nº 070/2017

A Secretária Municipal de Educação e Cultura, Estado de Mato Grosso, no uso das funções legais que são conferidas pelo art. 67, VI da Lei Orgânica do Município e,

Concede Férias Regulamentar aos Servidores e da outras providências.

RESOLVE:

ART. 1º - Conceder férias aos servidores abaixo relacionados, com seus períodos aquisitivos, períodos de férias e lotação, devendo a mesma ser usufruída **integralmente** no período abaixo descrito:

MAT.	NOME	PERIODO AQUISITIVO	PERIODO DE FÉRIAS	SECR.	ABONO
499	ANTONINO DE SOUZA	14/03/2016 a 14/03/2017	01/07/2017 a 30/07/2017	EDUCAÇÃO	-
1241	AUVANEI ALVES DE ALMEIDA	01/03/2015 a 01/03/2016	13/07/2017 a 31/07/201	EDUCAÇÃO	10 DIAS

ART. 2º - Esta Portaria entrara em vigor na data de sua assinatura, revogada as deposições em contrário.

Diamantino-MT, 21 de Julho de 2017.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRE-SE

EDITH VIEIRA VANNI PENHAVEL MARMOS

Secretário Municipal de Educação e Cultura

GABINETE
LEI Nº 1.175/2017

Dispõe sobre Abertura de Crédito Adicional Especial ao orçamento do exercício financeiro de 2017, e dá outras providências**.**

O Senhor **Eduardo Capistrano de Oliveira**, Prefeito Municipal de Diamantino, Estado de Mato Grosso no uso de suas atribuições faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprova e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir Crédito Adicional Especial no orçamento financeiro de 2017, alterando a Lei Municipal 1.142/2016 (LOA 2017), adequando recursos no orçamento do município, provenientes de Superávit Financeiro de Exercício Anterior, nas seguintes dotações:

06 - SECRETARIA MUNIC DE SAÚDE E VIGILÂNCIA SANITÁRIA:

10.302.0040.1255 – Aquisição de Equipamentos e Material Permanente para o Laboratório:

4.4.90.52.00.00 – Equipamento e Material Permanente

Fonte: 0.3.23 – Transferência de Convênios – Saúde – Exercício Anterior = R$ 120.770,00

10.301.0042.1258 – Aquisição de Equipamentos e Material Permanente para Unidades de PSF:

4.4.90.52.00.00 – Equipamento e Material Permanente

Fonte: 0.3.23 – Transferência de Convênios – Saúde – Exercício Anterior = R$ 200.207,30

Total Adicionado = R$ 320.977,30

Art. 2º Para cobertura ao crédito adicional especial, aberto no Artigo 1º, serão utilizados recurso conforme o artigo 43 da Lei Federal n°4.320/64**, inciso I – superávit financeiro**.

Parágrafo Único. O Superávit Financeiro de Exercício Anterior de que trata o caput, está demonstrado no Anexo I – Demonstrativo de Superávit Financeiro.

Art. 3º - Fica o Poder Executivo autorizado a alterar a Lei de Diretrizes Orçamentárias do exercício 2017, Lei 1.117/2016 (LDO), atualizando o Anexo de Metas e Prioridades.

Art. 4º - Fica o Poder Executivo autorizado a proceder com a alteração dos Anexos da Lei do Plano Plurianual – PPA, Lei 944/2013, atualizando as metas físicas e financeiras correspondentes.

Art. 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Diamantino/MT, 24 de julho de 2017.

Eduardo Capistrano de Oliveira

Prefeito Municipal

ANEXO I – DEMONSTRATIVO DE SUPERÁVIT FINANCEIRO

CONTA	EMENDA	DISPONÍVEL EM 31/12/2016	RESTOS A PAGAR EM 31/12/2016	RESULTADO
CEF: 624021-0	Estruturação do Laboratório	R$ 151.185,69	0,00	R$ 151.185,69
BB: 27.264-7	Estruturação Unidades Básicas de Saúde	R$ 200.207,30	0,00	R$ 200.207,30
SUPERÁVIT APURADO:		FONTE: 0.3.23		R$ 351.392,99
(-) VALOR DO PROJETO		FONTE: 0.3.23		R$ -320.977,30
Saldo Emendas				R$ 30.415,69

Fonte: Demonstrativo de Saldos emitido pela contabilidade em 31/12/2016 (em anexo); Relação de Restos a Pagar sobre as referidas emendas.

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E VIGILÂNCIA SANITÁRIA- RH
RESOLUÇÃO N° 17 DE 24 DE JULHO DE 2017

RESOLUÇÃO N° 17 DE 24 DE JULHO DE 2017

O Conselho Municipal de Saúde de Diamantino, no uso de suas atribuições Legais que confere a Lei 126/94 e de Acordo com a Reunião Extraordinária do dia 24 de julho de 2017.

Considerando o artigo 1° da lei Federal o artigo 1° da Lei Federal n° 8. 142, de 28 de dezembro de 1990 e artigos 14, 15 da Lei complementar Estadual n° 22, de 09 de novembro de 1992 e artigo 180 da Lei Orgânica Municipal, de 05 de novembro de 1990;

Resolve:

Art. 1° Aprovar a realização da I Conferencia Municipal de Vigilância em Saúde - 1ª CMVS DE DIAMANTINO – MT.

Art. 2° Instituir a composição da Comissão Organizadora que irá definir critérios para a organização da I Conferencia Municipal de Vigilância em Saúde - 1ª CMVS DE DIAMANTINO - MT, composta pelos seguintes membros:

1- COMISSÃO ORGANIZADORA

A Comissão Organizadora ficou assim composta:

I - Coordenação Geral: Jacildo de Siqueira Pinho

II - Secretaria Geral: Adelita Barros Aguiar

III - Relatoria Geral e Adjunta: Lucivânia Francisca de Oliveira

IV - Comissão de Mobilização e Articulação: Marcia Regina Martins

V – Comissão Temática: Valdemar Airton Pissolato

VI - Comissão informação e comunicação: Marenice Queiroz da Silva

VII - Comissão Administrativa - Orçamentária e Financeira: Tânia Maria Ferreira Rocha

VIII - Comissão Eleitoral: Alcina Pereira de Pinho

Esta resolução entrará em vigor a partir da data de sua assinatura.

Diamantino, 24 de julho de 2017.

JACILDO DE SIQUEIRA PINHO

PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAUDE

Homologo a Resolução nº 17 de 24 de julho de 2017 do Conselho Municipal de Saúde de Diamantino.

ADÉLIA MARIA DOS SANTOS

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE DE DIAMANTINO MT

SETOR RH
PORTARIA Nº 072/2016

EDITH VIEIRA VANNI PENHAVEL MARMOS, Secretária Municipal de Educação e Cultura, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder nos termos da Lei 741/2010, conforme lhe faculta o artigo 1º, Licença Maternidade, de 180(cento e oitenta) dias à servidora **JUCIMARA BIBIANA DA SILVA,** matrícula 4338-1**,** contados a partir de 20 de Julho de 2017 a 15 de Janeiro de 2018.

ART. 2º - Esta Portaria entra em vigor na com efeito retroativo a 20/07/2017.

ART. 3º - Revogam – se as disposições em contrário.

Publica-se. Registra-se. Cumpra-se.

Diamantino/MT, 21 de Abril de 2017.

EDITH VIEIRA VANNI PENHAVEL MARMOS

Secretário Municipal de Educação e Cultura

ERRATA DA PORTARIA Nº 022/2016

Portaria nº 022/2016, publicada no Diário Oficial AMM-MT nº2708, de 12 de Abril de 2017.

Correções:

ONDE SE LÊ:

PORTARIA Nº 022/2016

LEIA-SE:

PORTARIA Nº 023/2017

Publique-se, Registre-se, Cumpra-se.

Diamantino/MT, 12 de Abril de 2017

EDERBALDO ALVES TEIXEIRA

Secretário Municipal de Administração

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E VIGILÂNCIA SANITÁRIA- RH
RESOLUÇÃO N° 07 DE 04 DE JULHO DE 2017

Diamantino-MT, 04 de Julho 2017.

RESOLUÇÃO N° 07 de 04 de Julho de 2017

O CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE DIAMANTINO ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Municipal n. 126/94 e alterado pelas leis 141/94, de 14 de março de 1994 e 619/06 de Agosto/2006;

Considerando o artigo 1° da Lei Federal o artigo 1° da Lei Federal n° 8. 142, de 28 de dezembro de 1990 e artigos 14, 15 da Lei Complementar Estadual n° 22, de 09 de novembro de 1992 e artigo 180 da Lei Orgânica Municipal, de 05 de novembro de 1990;

Considerando a 5ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Saúde, realizada no dia 30/06/2017;

Resolve:

Art. 1° Aprovar a Programação Anual de Trabalho do Conselho Municipal de Saúde de Diamantino MT do ano de 2017.

Esta resolução entrará em vigor a partir da data de sua assinatura.

Registrada, Publicada, Cumpra-se.

Diamantino-MT, 04 de Julho de 2017.

Jacildo de Siqueira Pinho

Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Diamantino-MT

Homologo a Resolução nº 07 de 04 de Julho de 2017 do Conselho Municipal de Saúde de Diamantino.

Adélia Maria dos Santos

Secretária Municipal de Saúde e VISA de Diamantino-MTDiamantino-MT, 04 de Julho 2017.

RESOLUÇÃO N° 07 de 04 de Julho de 2017

O CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE DIAMANTINO ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Municipal n. 126/94 e alterado pelas leis 141/94, de 14 de março de 1994 e 619/06 de Agosto/2006;

Considerando o artigo 1° da Lei Federal o artigo 1° da Lei Federal n° 8. 142, de 28 de dezembro de 1990 e artigos 14, 15 da Lei Complementar Estadual n° 22, de 09 de novembro de 1992 e artigo 180 da Lei Orgânica Municipal, de 05 de novembro de 1990;

Considerando a 5ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Saúde, realizada no dia 30/06/2017;

Resolve:

Art. 1° Aprovar a Programação Anual de Trabalho do Conselho Municipal de Saúde de Diamantino MT do ano de 2017.

Esta resolução entrará em vigor a partir da data de sua assinatura.

Registrada, Publicada, Cumpra-se.

Diamantino-MT, 04 de Julho de 2017.

Jacildo de Siqueira Pinho

Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Diamantino-MT

Homologo a Resolução nº 07 de 04 de Julho de 2017 do Conselho Municipal de Saúde de Diamantino.

Adélia Maria dos Santos

Secretária Municipal de Saúde e VISA de Diamantino-MT

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E VIGILÂNCIA SANITÁRIA- RH
RESOLUÇÃO N° 08 DE 04 DE JULHO DE 2017

RESOLUÇÃO N° 08 de 04 de Julho de 2017

O CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE DIAMANTINO ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Municipal n. 126/94 e alterado pelas leis 141/94, de 14 de março de 1994 e 619/06 de Agosto/2006;

Considerando o artigo 1° da Lei Federal n° 8.142, de 28 de dezembro de 1990 e artigos 14, 15 da Lei Complementar Estadual n° 22, de 09 de novembro de 1992 e artigo 180 da Lei Orgânica Municipal, de 05 de novembro de 1990;

Considerando a Portaria MS N.º 204, de 29 de Janeiro de 2007, que Regulamenta o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde, na forma de blocos de financiamento, com o respectivo monitoramento e controle; e

Considerando a 5ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Saúde, realizada no dia 30/06/2017;

Resolve:

Art. 1° - Aprovar o Relatório Anual de Gestão do ano de 2016.

Esta Resolução entrará em vigor a partir da data de sua assinatura.

Registrada, Publicada, Cumpra-se.

Diamantino-MT, 04 de Julho de 2017.

Jacildo de Siqueira Pinho

Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Diamantino-MT

Homologo a Resolução nº 07 de 04 de Julho de 2017 do Conselho Municipal de Saúde de Diamantino.

Adélia Maria dos Santos

Secretária Municipal de Saúde e VISA de Diamantino-MT

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E VIGILÂNCIA SANITÁRIA- RH
RESOLUÇÃO N° 09 DE 04 DE JULHO DE 2017

RESOLUÇÃO N° 09 de 04 de Julho de 2017

O CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE DIAMANTINO ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Municipal n. 126/94 e alterado pelas leis 141/94, de 14 de março de 1994 e 619/06 de Agosto/2006;

Considerando o artigo 1° da Lei Federal n° 8.142, de 28 de dezembro de 1990 e artigos 14, 15 da Lei Complementar Estadual n° 22, de 09 de novembro de 1992 e artigo 180 da Lei Orgânica Municipal, de 05 de novembro de 1990;

Considerando a Portaria MS N.º 204, de 29 de Janeiro de 2007, que Regulamenta o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde, na forma de blocos de financiamento, com o respectivo monitoramento e controle;

Considerando a Lei Complementar Federal N.º 141, de 13 de Janeiro de 2012; e

Considerando a 5ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Saúde, realizada no dia 30/06/2017;

Resolve:

Art. 1° - Aprovar o Relatório Quadrimestral de Gestão do Segundo Quadrimestre do ano de 2016.

Esta Resolução entrará em vigor a partir da data de sua assinatura.

Registrada, Publicada, Cumpra-se.

Diamantino-MT, 04 de Julho de 2017.

Jacildo de Siqueira Pinho

Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Diamantino-MT

Homologo a Resolução nº 07 de 04 de Julho de 2017 do Conselho Municipal de Saúde de Diamantino.

Adélia Maria dos Santos

Secretária Municipal de Saúde e VISA de Diamantino-MT

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E VIGILÂNCIA SANITÁRIA- RH
RESOLUÇÃO N° 014 DE 04 DE JULHO DE 2017

RESOLUÇÃO N° 014 DE 04 DE JULHO DE 2017

O CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE DIAMANTINO ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Municipal n. 126/94 e alterado pelas leis 141/94, de 14 de março de 1994 e 619/06 de Agosto/2006;

Considerando o artigo 1° da Lei Federal n° 8.142, de 28 de dezembro de 1990 e artigos 14, 15 da Lei Complementar Estadual n° 22, de 09 de novembro de 1992 e artigo 180 da Lei Orgânica Municipal, de 05 de novembro de 1990; e

Considerando a 5ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Saúde, realizada no dia 30/06/2017;

Resolve:

Art. 1° - APROVAR o TERMO DE COMPROMISSO MUNICIPAL do Programa Saúde na Escola – PSE – 2017.

Esta Resolução entrará em vigor a partir da data de sua assinatura.

Registrada, Publicada, Cumpra-se.

Diamantino-MT, 04 de Julho de 2017.

Jacildo de Siqueira Pinho

Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Diamantino MT

Homologo a Resolução nº 014 de 04 de Julho de 2017 do Conselho Municipal de Saúde de Diamantino.

Adélia Maria dos Santos

Secretário Municipal de Saúde de Diamantino MT

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E VIGILÂNCIA SANITÁRIA- RH
RESOLUÇÃO N° 010 DE 04 DE JULHO DE 2017

RESOLUÇÃO N° 010 de 04 de Julho de 2017

O CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE DIAMANTINO ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Municipal n. 126/94 e alterado pelas leis 141/94, de 14 de março de 1994 e 619/06 de Agosto/2006;

Considerando o artigo 1° da Lei Federal n° 8.142, de 28 de dezembro de 1990 e artigos 14, 15 da Lei Complementar Estadual n° 22, de 09 de novembro de 1992 e artigo 180 da Lei Orgânica Municipal, de 05 de novembro de 1990;

Considerando a Portaria MS N.º 204, de 29 de Janeiro de 2007, que Regulamenta o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde, na forma de blocos de financiamento, com o respectivo monitoramento e controle;

Considerando a Lei Complementar Federal N.º 141, de 13 de Janeiro de 2012; e

Considerando a 5ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Saúde, realizada no dia 30/06/2017;

Resolve:

Art. 1° - Aprovar o Relatório Quadrimestral de Gestão do Terceiro Quadrimestre do ano de 2016.

Esta Resolução entrará em vigor a partir da data de sua assinatura.

Registrada, Publicada, Cumpra-se.

Diamantino-MT, 04 de Julho de 2017.

Jacildo de Siqueira Pinho

Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Diamantino-MT

Homologo a Resolução nº 07 de 04 de Julho de 2017 do Conselho Municipal de Saúde de Diamantino.

Adélia Maria dos Santos

Secretária Municipal de Saúde e VISA de Diamantino-MT

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E VIGILÂNCIA SANITÁRIA- RH
RESOLUÇÃO N° 011 DE 04 DE JULHO DE 2017

RESOLUÇÃO N° 011 DE 04 DE JULHO DE 2017

O CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE DIAMANTINO ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Municipal n. 126/94 e alterado pelas leis 141/94, de 14 de março de 1994 e 619/06 de Agosto/2006;

Considerando o artigo 1° da Lei Federal n° 8.142, de 28 de dezembro de 1990 e artigos 14, 15 da Lei Complementar Estadual n° 22, de 09 de novembro de 1992 e artigo 180 da Lei Orgânica Municipal, de 05 de novembro de 1990;

Considerando Ofício 184/SMS de 14 de Junho de 2017, da Secretaria Municipal de Saúde de Diamantino; e

Considerando a 5ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Saúde, realizada no dia 30/06/2017;

Resolve:

Art. 1° - Empossar a Conselheira Municipal de Saúde para o biênio 2015/2017 – PATRICIA MARIA SOUZA BUENO, como suplente, na representação de governo/Secretaria Municipal de Saúde.

Esta Resolução entrará em vigor a partir da data de sua assinatura.

Registrada, Publicada, Cumpra-se.

Diamantino-MT, 04 de Julho de 2017.

Jacildo de Siqueira Pinho

Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Diamantino MT

Homologo a Resolução nº 011 de 04 de Julho de 2017 do Conselho Municipal de Saúde de Diamantino.

Adélia Maria dos Santos

Secretário Municipal de Saúde de Diamantino MT

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E VIGILÂNCIA SANITÁRIA- RH
RESOLUÇÃO N° 012 DE 04 DE JULHO DE 2017

RESOLUÇÃO N° 012 DE 04 DE JULHO DE 2017

O CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE DIAMANTINO ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Municipal n. 126/94 e alterado pelas leis 141/94, de 14 de março de 1994 e 619/06 de Agosto/2006;

Considerando o artigo 1° da Lei Federal n° 8.142, de 28 de dezembro de 1990 e artigos 14, 15 da Lei Complementar Estadual n° 22, de 09 de novembro de 1992 e artigo 180 da Lei Orgânica Municipal, de 05 de novembro de 1990;

Considerando o Regimento Interno deste Conselho Municipal de Saúde; e

Considerando a 5ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Saúde, realizada no dia 30/06/2017;

Resolve:

Art. 1° - Aprovar e nomear a senhora DILMA DA CONCEIÇÃO ARAÚJO como Secretária Executiva do Conselho Municipal de Saúde de Diamantino, a partir da data de 01/06/2017.

Registrada, Publicada, Cumpra-se.

Diamantino-MT, 04 de Julho de 2017.

Jacildo de Siqueira Pinho

Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Diamantino MT

Homologo a Resolução nº 012 de 04 de Julho de 2017 do Conselho Municipal de Saúde de Diamantino.

Adélia Maria dos Santos

Secretário Municipal de Saúde de Diamantino MT

GABINETE
LEI Nº 1.174/2017

Altera a Lei Municipal nº 739/2010 e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Diamantino, Estado de Mato Grosso, Sr. **EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA**, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por lei, faz saber que a Câmara Municipal de Diamantino aprovou, e ELE sanciona a seguinte lei:

Art. 1º - Ficam alterados o art. 4º, caput e §2º, o §1º do art. 5º, e o Anexo Único, todos da Lei Municipal nº 739/2010, que passam a vigorar, conforme abaixo:

"Art. 4º - Fica estabelecido o limite máximo de 10 (dez) diárias, fora ou dentro do Estado somadas ou não, dentro do mesmo mês para cada servidor, ressalvados casos específicos que o interesse público assim o exigir, mediante justificativa formal.

(...)

§ 2° - A concessão de mais de 10 (dez) diárias dentro do mesmo mês, na exceção do caput e na hipótese do §1º, está condicionada à autorização da autoridade máximo do órgão ou entidade, devendo ser encaminhado relatório circunstanciado de respectivas concessões ao Gabinete do Prefeito.

(...)

"Art. 5º - (Omissis)

§ 1° - O servidor deve apresentar à autoridade concedente, no prazo de 05 (cinco) dias úteis de seu retorno à sede, Relatório de Viagem em 02 (duas) vias, acompanhado de bilhete de passagem, comprovantes de participação em cursos ou treinamentos, entre outros comprovantes de despesas como de hospedagem, alimentação e/ou deslocamento, com a seguinte destinação:"

Art. 2º - Ficam revogados o §1º do art. 3º, e o art. 6º, ambos da Lei Municipal nº 739/2010.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Diamantino/MT, 24 de julho de 2017.

Eduardo Capistrano de Oliveira

Prefeito Municipal

ANEXO ÚNICO – TABELA DE DIÁRIAS

CARGOS	FORA DO ESTADO		DENTRO DO ESTADO	
	Com Pernoite	Sem Pernoite	Com Pernoite	Sem Pernoite
Prefeito	R$ 400,00	R$ 200,00	R$ 300,00	R$ 150,00
Secretários	R$ 300,00	R$ 150,00	R$ 240,00	R$ 120,00

Cargos de Chefia/ Assessoramento	R$ 200,00	R$ 100,00	R$ 140,00	R$ 70,00
Outros Cargos	R$ 160,00	R$ 80,00	R$ 140,00	R$ 70,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIZ NATAL

PREFEITURA JURIDICO
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONTRATO 039/2017.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FELIZ NATAL/MT.

CONTRATO Nº: 039/2017

DATA ASSINATURA: 18 DE JULHO DE 2017

CREDOR: METALURGICA E CHAPEAÇÃO WOLFART LTDA ME

VIGENCIA: 18 DE JULHO DE 2018

VALOR: R$: 269.000,00 (DUZENTOS E SESSENTA E NOVE MIL REAIS)

LICITAÇÃO:PREGÃO PRESENCIAL Nº 026/2017 – REGISTRO DE PREÇOS Nº 020/2017

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS METALÚRGICOS PARA REFORMA E MANUTENÇÃO DE PRÉDIOS PÚBLICOS, PRAÇAS E JARDINS MUNICIPAIS.

PREFEITURA JURIDICO
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONTRATO 037/2017.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FELIZ NATAL/MT.

CONTRATO Nº: 037/2017

DATA ASSINATURA: 18 DE JULHO DE 2017

CREDOR:WAGNER RODRIGO KOHUT 00868707180

VIGENCIA: 18 DE JULHO DE 2018

VALOR: R$: 17.300,00 (DEZESSETE MIL TREZENTOS REAIS)

LICITAÇÃO:PREGÃO PRESENCIAL Nº 025/2017 – REGISTRO DE PREÇOS Nº 019/2017

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA MANUTENÇÃO E INSTALAÇÃO DE APARELHOS DE AR CONDICIONADO NOS PRÉDIOS MUNICIPAIS.

PREFEITURA JURIDICO
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONTRATO 040/2017.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FELIZ NATAL/MT.

CONTRATO Nº: 040/2017

DATA ASSINATURA: 19 DE JULHO DE 2017

CREDOR:MADEIREIRA FIORESE LTDA

VIGENCIA: 19 DE JULHO DE 2018

VALOR: R$: 60.850,00 (SESSENTA MIL OITOCENTOS E CINQUENTA REAIS)

LICITAÇÃO: CARTA CONVITE DE PREÇO Nº 002/2017

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SERRAGEM DE MADEIRA DE LEI IN NATURA.

PROCESSO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 003/2017 TERMO DE RATIFICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

O PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DO MATO GROSSO, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei, resolve **HOMOLOGAR** como **HOMOLOGADO TEM**, o resultado da licitação na modalidade de DISPENSA DE LICITAÇÃO nº 003/2017, que tem por **OBJETIVO**: **SERVIÇOS MÉDICOS, PARA ATENDIMENTO JUNTO AO PRONTO ATENDIMENTO MUNICIPAL**.

Clínica Geral 40 horas semanais - (01 Profissionais), sendo:

a). Atendimento no Pronto Atendimento –PA, , localizado na sede do Município, de segunda à sexta feira, das 07:00 às 11:00 horas e das 13:00 às 17:00 horas);

1) Clínica Geral 40 horas semanais, conforme segue:

1.1) (Profissional para Unidade de Saúde), junto a Unidades de Pronto Atendimento Municipal, e PSF III (na sede do Município, de segunda a sexta feira das 07 às 11 horas e das 13:00 às 17:00 horas

b) Plantões médicos junto ao Pronto Atendimento Municipal, para atendimento de acordo com a demanda conforme segue:

1- Pontoes: 10 plantões mensais + 01 final de semana de 24 horas.

a). De segunda à sexta feira: das 11:00 às 12:00 horas e das 17: a 18:00 horas e das 17:00 as 18:00 (sobreaviso)

b)De segunda à sexta feira: das 18:00 às 06:00 horas do dia seguinte, (presencial)

c). Sexta feira à partir das 18:00 horas até às 06:00 horas da segunda-feira. (presencial).

CONTRATADO: RAFAEL CERANTO ALVARADO EIRELI

VALOR DO CONTRATO: **R$ 84.000,00 (OITENTA E QUATRO MIL REAIS)** que pagará **o** CONTRATANTE **ao** CONTRATADO em 03 (três) parcelas de **R$ 27,000,00 (** vinte e sete mil reais**)** mensais , em ate 10 dias após a prestação dos serviços.

PRAZO DO CONTRATO: 90 (dias) ,

Feliz Natal-MT, 25 DE JULHO DE 2017

RAFAEL PAVEI

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA JURIDICO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 043/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FELIZ NATAL/MT

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 043/2017

DATA ASSINATURA: 18 DE JULHO DE 2017

CREDOR: ALEXANDRA DOS SANTOS OLIVEIRA 73663514153

VIGENCIA: 18 de Julho de 2017 a 18 de Julho de 2018

VALOR REGISTRADO:R$:23.180,00 (VINTE E TREZ MIL CENTO E OITENTA REAIS)

LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 027/2017, COM REGISTRO DE PREÇOS Nº 021/2017.

OBJETO: FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE TECIDOS E AVIAMENTOS VISANDO ATENDER AOS PROGRAMAS DESENVOLVIDOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

PREFEITURA JURIDICO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 044/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FELIZ NATAL/MT

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 044/2017

DATA ASSINATURA: 18 DE JULHO DE 2017

CREDOR:IMPACTO INDÚSTRIA E COMERCIO DE CONFECÇÕES LTDA-ME

VIGENCIA: 18 de Julho de 2017 a 18 de Julho de 2018

VALOR REGISTRADO:R$:248.950,00 (DUZENTOS E QUARENTA E OITO MIL NOVECENTOS E CINQUENTA REAIS)

LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 027/2017, COM REGISTRO DE PREÇOS Nº 021/2017.

OBJETO: FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE TECIDOS E AVIAMENTOS VISANDO ATENDER AOS PROGRAMAS DESENVOLVIDOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

PREFEITURA JURIDICO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 042/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FELIZ NATAL/MT

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 042/2017

DATA ASSINATURA: 18 DE JULHO DE 2017

CREDOR: METALURGICA E CHAPEAÇÃO WOLFART LTDA ME

VIGENCIA: 18 de Julho de 2017 a 18 de Julho de 2018

VALOR REGISTRADO:R$:269.000,00 (DUZENTOS E SESSENTA E NOVE MIL REAIS)

LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 026/2017, COM REGISTRO DE PREÇOS Nº 020/2017.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS METALÚRGICOS PARA REFORMA E MANUTENÇÃO DE PRÉDIOS PÚBLICOS, PRAÇAS E JARDINS MUNICIPAIS.

PREFEITURA JURIDICO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 041/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FELIZ NATAL/MT

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 041/2017

DATA ASSINATURA: 18 DE JULHO DE 2017

CREDOR: DHENNI MOREIRA FERREIRA LOPES 02058822188

VIGENCIA: 18 de Julho de 2017 a 18 de Julho de 2018

VALOR REGISTRADO:R$:125.090,00 (CENTO E VINTE E CINCO MIL E NOVENTA REAIS)

LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 025/2017, COM REGISTRO DE PREÇOS Nº 019/2017.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA MANUTENÇÃO E INSTALAÇÃO DE APARELHOS DE AR CONDICIONADO NOS PRÉDIOS MUNICIPAIS

PREFEITURA JURIDICO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 040/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FELIZ NATAL/MT

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 040/2017

DATA ASSINATURA: 18 DE JULHO DE 2017

CREDOR: WAGNER RODRIGO KOHUT 00868707180

VIGENCIA: 18 de Julho de 2017 a 18 de Julho de 2018

VALOR REGISTRADO:R$:17.300,00 (DEZESSETE MIL E TREZENTOS REAIS)

LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 025/2017, COM REGISTRO DE PREÇOS Nº 019/2017.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA MANUTENÇÃO E INSTALAÇÃO DE APARELHOS DE AR CONDICIONADO NOS PRÉDIOS MUNICIPAIS

PREFEITURA JURIDICO
DHENNI MOREIRA FERREIRA LOPES 02058822188

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FELIZ NATAL/MT.

CONTRATO Nº: 038/2017

DATA ASSINATURA: 18 DE JULHO DE 2017

CREDOR:DHENNI MOREIRA FERREIRA LOPES 02058822188

VIGENCIA: 18 DE JULHO DE 2018

VALOR: R$: 125.090,00 (CENTO E VINTE E CINCO MIL E NOVENTA REAIS)

LICITAÇÃO:PREGÃO PRESENCIAL Nº 025/2017 – REGISTRO DE PREÇOS Nº 019/2017

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA MANUTENÇÃO E INSTALAÇÃO DE APARELHOS DE AR CONDICIONADO NOS PRÉDIOS MUNICIPAIS.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAÚCHA DO NORTE

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 051/2016

entre si celebram o **MUNICÍPIO DE GAÚCHA DO NORTE** e o contratado **COPLAN CONSULTORIA E PLANEJAMENTO EIRELI - EPP,** devidamente já qualificada no Contrato Originário.

Pelo presente aditivo contratual, regido pela Lei Federal nº. 8.666/93 de 21/06/93 e alterações posteriores, o **MUNICÍPIO DE GAÚCHA DO NORTE**, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à, com sede administrativa à Rua Para esquina com Rua Brasília, S/N - Centro, Gaúcha do Norte - MT, devidamente inscrita no CNPJ./MF, sob o nº. 01.614.539/0001-01, neste ato representado, na forma de sua Lei Orgânica, pelo Prefeito Municipal o Sr. **VONEY RODRIGUES GOULART**, brasileiro, casado, pecuarista, residente e domiciliado na cidade de Gaúcha do Norte, Estado de Mato Grosso, portador da Cédula de Identidade RG nº 2477543 SSP/GO e do CPF n.402.603.301-59, que doravante denominado, simplesmente de **CONTRATANTE**, **COPLAN CONSULTORIA E PLANEJAMENTO EIRELI EPP**, com sede a Avenida Isaac Povoas, 1331, Bairro Popular, Cuiabá, MT, inscrita no CNPJ/MF nº 07.281.368/0001-14, neste ato representado pelo **Sr. Arlindo Lenzi**, brasileiro, casado, empresário, portador do RG nº 0795304-6 SESP/MT e inscrito no CPF nº 401.381.607-59, residente e domiciliado na Cidade de Cuiabá, MT e perante as testemunhas a final firmadas, pactuam o presente contrato, cuja celebração foi autorizada pelo **Processo Administrativo nº. 042/2016**, e que se regerá pelo que dispõe o Edital de **PREGÃO PRESENCIAL Nº. 014/2016, oriundo da Prefeitura Municipal de Canarana-MT**, e ainda, **de acordo com o Aviso de Adesão à Ata de Registro de Preços nº 08/2016 publicado na imprensa oficial em 07/07/2016**, Decreto Federal 7.892/2013 e suas alterações, Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002 e Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, com as alterações posteriores, doravante denominados **CONTRATADO**, resolvem firmar o presente Termo Aditivo, conforme cláusulas e condições a seguir:

CLAUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

1.1 – Constitui o objeto do presente Termo Aditivo a prorrogação do prazo de vigência do contrato e do prazo de execução dos serviços, conforme consta no objeto do contrato nº 051/2016, referente ao **Processo Administrativo nº. 042/2016**, e que se regerá pelo que dispõe o Edital de **PREGÃO PRESENCIAL Nº. 014/2016, oriundo da Prefeitura Municipal de Canarana-Mt**, e ainda, de acordo com o Aviso de Adesão à Ata de Registro de Preços nº 08/2016 publicado na imprensa oficial em 07/07/2016 para a contratação de empresa em **locação de licenças para uso de software 100% web e integrado, aplicado a gestão publica** conforme consta nas especificações do contrato, para o município de Gaúcha do Norte.

CLAUSULA SEGUNDA: DA ALTERAÇÃO:

2.1 – Fica acrescentada à Clausula Quarta – do Prazo de Execução e da Vigência do contrato originário o total de 180 dias .

2.2- O prazo de vigência do contrato ficará estendido até 07/01/2018, valido a parti da assinatura do mesmo.

CLAUSULA TERCEIRA: DA JUSTIFICATIVA E DO FUNDAMENTO LEGAL

3.1 – A Administração optou em promover a renovação do objeto do Contrato em epígrafe por razões econômicas e financeiras, visto que o advento da prorrogação é economicamente viável e vantajoso para a Administração Pública, uma vez que os serviços prestados pela Contratada têm atendido a contento as necessidades da Contratante, além do que os serviços não podem sofrer interrupção, pois são essenciais para as atividades da Prefeitura Municipal.

3.2– Para a referida prorrogação há previsão legal e contratual conforme **Cláusula Quarta, inciso 4.2** do contrato e ainda encontra embasamento legal no art. 57, inciso II e ainda Artigo 65, Inciso I da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993.

CLÁUSULA QUARTA: DA VIGÊNCIA

4.1 – O presente Termo Aditivo entrará em vigor na data de sua assinatura, vigendo concomitantemente ao Contrato Originário.

4.2 – Ficam observadas e mantidas, as demais Cláusulas e condições do contrato nº 051/2016, desde que não contrariem o convencionado no presente Termo Aditivo. .

CLÁUSULA QUINTA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

5.1 -As demais cláusulas do contrato originário permanecem inalteradas.

5.2 - Fica eleito o Foro da Comarca de Paranatinga – MT, para dirimir quaisquer dúvidas que por ventura surgirem em função da execução do presente termo.

E por estarem devidamente acordados, declaram as partes aceitarem as disposições estabelecidas neste instrumento, sujeitando-se as normas contidas na Lei nº 8.666/93 e assinam o presente em 03 (três) vias de igual valor e teor e para todos os efeitos legais, na presença de 02 (duas) testemunhas idôneas e civilmente capazes.

Gaúcha do Norte - MT, 07 de julho de 2017.

VONEY RODRIGUES GOULART

PREFEITO MUNICIPAL

GESTÃO: 2017/2020

COPLAN CONSULTORIA E PLANEJAMENTO EIRELI EPP

ARLINDO LENZI

CONTRATADA

TESTEMUNHAS: 1). _____ 2). _____

PREFEITURA MUNICIPAL DE GLÓRIA D´OESTE

GLÓRIA-PREVI FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE GLÓRIA D'OESTE - MT

PORTARIA Nº. 003/2017 DE 21 DE JULHO DE 2017.

"Dispõe sobre averbação de Tempo de Serviço, não concomitante, em favor da ***Srª. Rosangela Rodrigues de Lima****, servidora pública deste município. "*

O Gestor do Fundo Municipal de Previdência Social de Glória D'Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Averbar o tempo de contribuição não concomitante conforme Certidão Original de Tempo de Contribuição expedida pelo Mato Grosso Previdência – MTPREV sob n. º 025154/2017.

Art. 2º - Fica averbado o tempo de contribuição equivalente há 1482 dias líquidos:

Correspondendo total de 04 anos, e 22 dias.

Período	Órgão	Dias Líquidos
12/02/1990 a 28/02/1992	**MATO GROSSO PREVIDÊNCIA – MT-PREV**	**747**
27/05/1992 a 22/12/1992	**MATO GROSSO PREVIDENCIA – MT-PREV**	**210**
03/11/1993 a 02/12/1993	**MATO GROSSO PREVIDENCIA – MT-PREV**	**30**
21/12/1994 a 04/01/1995	**MATO GROSSO PREVIDENCIA – MT-PREV**	**15**
20/02/1995 a 04/06/1996	**MATO GROSSO PREVIDENCIA – MT-PREV**	**480**

Art. 3º - Compete ao Secretário Municipal de Administração de Glória D'Oeste, acompanhar e fazer cumprir o disposto nesta portaria.

Art. 4º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Glória D´Oeste-MT, 21 de julho de 2017.

SIDINEI DA SILVA

Gestor do GLÓRIA-PREVI

GLÓRIA-PREVI FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE GLÓRIA D'OESTE - MT

PORTARIA N. º 004/2017 DE 21 DE JULHO DE 2017.

"Dispõe sobre a concessão do benefício de ***Aposentadoria por Tempo de Contribuição*** *à servidora* ***Sra. Rosangela Rodrigues Lima.***

O Gestor do Fundo Municipal de Previdência Social de Glória D'Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por lei;

Com fundamento no Art. 6º, inciso I, II, III, IV da Emenda Constitucional nº 41/2003 e Art. 40 § 5º da Constituição Federal, combinado com Art. 82, incisos I, II, III e IV da Lei Complementar n.º 582/2016, que institui o Regime Próprio de Previdência Social do Município de Glória D'Oeste-MT; e Lei Complementar nº 046 de 21.12.2011; que altera a Lei Municipal nº019 de 01.04.2002, que dispõe sobre o Plano de Cargos Carreira e Salário dos profissionais da Secretária de Educação, do Município de Glória D'Oeste, e Portaria nº 31 de 12 de janeiro de 2017 que dispõe sobre a atualização do Piso Nacional do Magistério Público.

Resolve:

Art. 1º CONCEDER o benefício de **Aposentadoria por Tempo de Contribuição**, à servidora **Sr.ª. ROSANGELA RODRIGUES DE LIMA**, brasileira, solteira, portadora da cédula de Identidade nº 0612523-9 SSP/MT e do CPF n.429.350.241-68, residente e domiciliada no Município de Glória D'Oeste/MT, servidora efetiva, no cargo de Professora, Classe "C", Nível VIII, 30 horas, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, devidamente matriculada sob o n.º 122, contando com 25 (vinte e cinco) anos, 02 (dois) meses e 03 (três) dias de tempo de contribuição com **proventos Integrais**, conforme processo administrativo do **GLÓRIA-PREVI**, n.º **2017.04.00009P**, a partir da data **de 11.07.2017**, até posterior deliberação.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, **com efeitos retroativos a 11 de julho de 2017,** revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

Gloria D'oeste, 21 de julho de 2017.

SIDINEI DA SILVA

Gestor do GLÓRIA-PREVI

Homologo:

PAULO REMÉDIO

Prefeito Municipal

PORTARIA 073/2017 DE 24 DE JULHO DE 2017.

Nomeia membros para compor o Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo e Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação- FUNDEB do Município de Glória D`Oeste_MT e da outras providencias.

Excelentíssimo Senhor **Paulo Remédio**, Prefeito Municipal de Glória D`Oeste Estado de Mato Grosso, no uso de suas legais atribuições e, tendo em vista o que dispõe o Artigo 84, Inciso IX da lei Orgânica do Município, e da Lei Municipal nº 392 de 03 de maio de 2007, que cria o Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação **(FUNDEB)** do Município de Gloria D`Oeste-MT, e dá outras providencias.

Resolve:

Artigo 1º- Nomear, para compor o Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação **(FUNDEB)** do Município de Glória D´Oeste-MT, em conformidade com a Lei nº 392 de 03 de Maio de 2007.

Artigo 2º- A Comissão terá a seguinte composição:

Seguimento dos Pais:

Posição	Nome	RG	CPF	Endereço	Data nasc.
Titular	Marcenildo Santana Aguilar da Silva	23.77.111-9 SSP/MT	044.590.811-48	Rua.Professora Maria Flores nº2365	08/02/1992
Suplente	Monica Aparecida da Silva	16.795.63-6-SSP/MT	015.645.511-05	Rua 24 de junho	19/05/2003
Titular	Lucimar dos Reis Souza	243.731.84SSP/MT	047255.261-93	Fazenda Imperio II	22/05/1995
Suplente	Isabel Cristina dos Reis	27.336.754SSP/MT	904.712.451-00	Avenida dos Imigrantes 1880	20/11/1976

Seguimento do Poder Executivo.

Posição	Nome	RG	CPF	Endereço	Data nasc.
Titular	Janaina Neves Pereira	00001097887SSP/RO	007.721.422-62	Rua: Eloy Custodio da Silva	10/07/1991
Suplente	Degmarcia Vieira dos Santos	618.230 SSP/MT	442.026.871-91	Rua: Eloy Custodio da Silva	08/07/1969

Seguimento dos Professores da Educação Básica:

Posição	Nome	RG	CPF	Endereço	Data nasc
Titular	Laura Pinto de Carvalho	117.6039-7SSP/MT	695.614.351-87	Rua João Ananias Pinheiro	10/03/1980
Suplente	Eliane Pires da Silva	19.880.23- 5SSP/MT	025.603.851-12	Rua Juliano Mateus 2381	27/08/1987

Seguimento de Diretor:

Posição	Nome	RG	CPF	Endereço	Data nasc
Titular	Rosângela Rodrigues de Lima	0612523-9SSP/MT	429.350.241-68	Av. dos Imigrantes nº 2740	05/06/1967
Suplente	Rosimeire Ferreira Cordeiro	1149486-7 SSP/MT	948.069.261-91	Rua Eloy Custódio da Silva	18/09/1975

Seguimento Técnico Administrativo das Escolas Básicas:

Posição	Nome	RG	CPF	Endereço	Data nasc.
Titular	Josenilda Alves das Neves	22.681.146-3 SSP/MT	142.812.588-41	Rua; Eloy Custódio da Silva nº 1973	21/10/1970
Suplente	Marlene Tereza Bezerra	114.0746-8 SSP/MT	825.014.321-34	Rua; Divino Espírito Santo nº 2051	11/08/1972

Seguimento de Alunos da Educação Básica:

Posição	Nome	RG	CPF	Endereço	Data nasc.
Titular	Milena Assis de Azevedo	024010372-9 SSP/MT	061.536.861-17	Rua Juliano Mateus S/N	17/04/2003
Suplente	Adrieli Fernanda de Lima	2837539-4 SSP/MT	704.955.511-80	Sitio São João	01/06/2002

Seguimento da Secretaria Municipal de Educação e Cultura:

Posição	Nome	RG	CPF	Endereço	Data nasc.
Titular	Erica Domingues de lima Motta	979953 SSP/MT	771.541.851-04	Sitio São Luiz	29/04/1974
Suplente	Rita Helena de Assunçao Soares	075147-9 SSP/MT	503.234.821-04	Rua: João Carvalho S/Nº	14/06/1967

Seguimento de Estudantes da Educação Básica Pública- Indicada pela Entidade de Estudantes Secundaristas

Posição	Nome	RG	CPF	Endereço	Data nasc.
Titular	Rubens Duran Frey	1358850 SSP/RO	700.060.522-74	Rua Juliano Mateus S/N	03/04/2013
Suplente	Maria Rosilene da Silva	1367633-4 SSP/MT	058.211.031-93	Rua João Carvalho-Morada do Sol	02/09/1983

Seguimento do Conselho Tutelar:

Posição	Nome	RG	CPF	Endereço	Data nasc.

Titular	Renata Bonfim Dela Costa	109504-0 SSP/MT	015.868.611.07	Sitio Santa Otilia	28/04/1983
Suplente	Geize Grazielly Vieira Zocal	1683717-7 SSP/MT	017.408.401-35	Rua; Ananias Pinheiro S/N	25/04/1986

Artigo 3º - Fica eleita para compor a Presidência do Conselho Municipal do **FUNDEB** a professora **Laura Pinto de Carvalho** Vice Presidente **Marcinildo Santana Aguilar da Silva**e Secretária **Josenilda *Alves das neves*** .

Artigo 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrario, em especial a portaria de nº 036 de 31 de julho de 2015.

Regista-se Publica-se Cumpra-se

Gabinete do Prefeito Municipal de Gloria D`Oeste

Estado de Mato Grosso em 24 de Julho de 2017.

Paulo Remédio

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE INDIAVAÍ

EXTRATO DE CONTRATO Nº 038/2017

Contratante: Prefeitura Municipal de Indiavaí

Contratado: APROCAMPO MAQUINAS, MOTORES E PRODUTOS AGROPECUÁRIOS LTDA – ME

Objetivo: Aquisições de implementos agrícolas, para atender o Município de Indiavaí/MT.

Procedimento: Pregão Presencial Registro de Preços de Nº. 008/2017

Vigência: 22/06/2017 - 31/12/2017

Valor: R$ **25.019,00**

Fiscal do Contrato: Elielso Moreira dos Santos

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIRANGA DO NORTE

PREFEITURA MUNICIPAL / RECURSOS HUMANOS
EDITAL Nº. 035/2017, DE 25 DE JULHO DE 2017.

Edital nº. 035/2017, de 25 de julho de 2017.

DISPÕE SOBRE A CONVOCAÇÃO DOS CANDIDATOS A ESTAGIARIOS CLASSIFICADOS NO PROCESSO DE SELEÇÃO DO EDITAL 033/2017 E 034/2017 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIRANGA DO NORTE – MT

O Prefeito Municipal de Ipiranga do Norte – MT, Estado de Mato Grosso, Sr. Pedro Ferronatto, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município, considerando o interesse público e a necessidade da Administração;

Considerando ainda a Lei Municipal nº 399/2013, Decreto Municipal nº 010/2017 e o Edital de Seleção de Estagiários 033/2017 e 034/2017e o atendimento da necessidade da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes da Prefeitura Municipal de Ipiranga do Norte - MT,

RESOLVE :

Art. 1°. Convocar dentro do numero de vagas, os candidatos a estagiários classificados conforme Edital Complementar 001 ao Edital do Processo de Seleção 033/2017 e 034/2017, atendendo o interesse da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.

Art. 2º. Os candidatos a estagiários ora convocados na forma deste Edital devem comparecer ao Deptº. Pessoal, sito à Rua dos Girassóis, nº. 387 – Esq. Av. Fortaleza – Centro – CEP. 78578-000 Ipiranga do Norte – MT, no prazo de 02 **(dois) dias** úteis subsequentes à data da convocação para a regularização de documentos a contar da publicação ou afixação deste Edital, para as providências necessárias e cabíveis com vista aos procedimentos de conferência da documentação e outros procedimentos de praxe, atinente a assinatura do termo de compromisso de estágio e designação dos respectivos locais de estágio;

Parágrafo Único – No caso de o candidato convocado não atender ao disposto nesse artigo ou, se atender, recusar a vaga, será providenciada a convocação do próximo candidato da lista de classificação.

Art. 3º - O candidato convocado:

	CANDIDATO	CURSO	PT	OC	RE
1	IRENE DA SILVA SOUZA	PEDAGOGIA	7,16	1º	CL
2	JANETE NOVACK MARTINS DA CRUZ	PEDAGOGIA	8,24	1º	CL

Art.4º. Para contratação os candidatos deveram apresentar fotocópia da documentação, que comprove o que segue abaixo:

1 – Cédula de Identidade (autenticada em cartório);

2 - Cartão de Identificação do Contribuinte (CPF) (autenticada em cartório);

3 – Certidão de Casamento ou Nascimento;

4 – Título de Eleitor (para maiores de 16 anos);

5 – Comprovante de votação da última eleição que antecede a posse ou certidão de quitação eleitoral (para maiores de 16 anos);

6 – Certidão de Reservista (quando do sexo masculino – maiores de 18 anos);

7 – Atestado Médico Adicional expedido de acordo com as exigências da Administração Municipal pela Medicina do Trabalho;

8 – Carteira de Trabalho (caso tenha);

9 – 1 foto 3x4 recente;

10 – Comprovante de residência em nome do candidato ou pais, ou declaração de residência;

11 – Conta Corrente no Banco do Brasil ou Sicredi em nome do estagiário;

12 – Declaração sob pena de lei de não ter infringindo as leis que fundamentaram este Edital, Lei Municipal nº 399/2013, Decreto Municipal nº 010/2017 e Edital de Seleção 005/2017;

13 – Comprovante de matrícula (deve-se ser atualizado semestralmente);

14 – Comprovante de freqüência escolar (deve-se ser atualizado mensalmente);

15 - Certidão Negativa de Débitos para com o município de posse;

Parágrafo único. A carga horária e jornada de trabalho, bolsa-estágio e demais direitos que o estagiário fará jus obedecerá as normas contidas na Lei Municipal nº 399/2013 e Decreto Municipal nº 010/2017.

Art. 5º. Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, 25 de julho de 2017.

PEDRO FERRONATTO Prefeito Municipal

CAMARA MUNICIPAL / ASSESSORIA LEGISLATIVA
PARECER DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE ESTÁGIO PROBATÓRIO

PARECER DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE ESTÁGIO PROBATÓRIO E DE DESENVOLVIMENTO FUNCIONAL DOS SERVIDORES DA CAMARA MUNICIPAL DE IPIRANGA DO NORTE

Nas atribuições concedidas a Comissão pela Portaria nº 027/2013, considerando a Lei Municipal nº 364 de 27 de fevereiro de 2012. Foi efetuado a análise da Progressão Vertical da servidora Graciele Angelica Ferreira dos Santos.

Considerando as fichas de avaliação do Estagio Probatório e Boletim de Merecimento.

A comissão, salvo melhor juízo é **FAVORÁVEL** a Progressão Vertical da servidora Graciele Angelica Ferreira dos Santos.

Esse é nosso Parecer

Ipiranga do Norte-MT, 25 de julho de 2017.

UMBERTO ADEMIR MULLER

Presidente

JULIANO PIVA

1º MEMBRO

NELSON JUNIOR PADILHA FEDERICE

2º MEMBRO

CAMARA MUNICIPAL / ASSESSORIA LEGISLATIVA
DECISÃO

DECISÃO

Nas atribuições concedidas ao Presidente da Câmara Municipal de Ipiranga do Norte-MT,

Considerando o Parecer favorável da Comissão da Progressão Vertical da servidora Graciele Angelica Ferreira dos Santos.

Considerando as fichas de avaliação do Estágio Probatório e Boletim de Merecimento.

Ratifico o parecer.

Ipiranga do Norte-MT, 25 de julho de 2017.

PEDRO ALESSANDRO ALVES DO NASCIMENTO

Presidente da Câmara Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL / JURIDICO
DECRETO Nº 044, DE 25 DE JULHO DE 2017.

"Constitui Nova Composição de Membros dos Conselhos Fiscal e Curador do Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Ipiranga do Norte - MT (IPIRANGA-PREVI) e dá outras providências".

PEDRO FERRONATTO, Prefeito Municipal de Ipiranga do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, em cumprimento ao disposto pelos Arts. 77 a 81 da Lei Municipal n°. 413/2013, Considerando o resultado da eleição de servidores para representarem os segurados em assembléia realizada dia 28 de junho de 2017, Considerando os membros designados como representantes dos poderes Legislativo e Executivo,

DECRETA:

Art. 1°. Ficam designados os membros titulares e suplentes do Conselho Fiscal do Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Ipiranga do Norte-MT (IPIRANGA-PREVI), para mandato de 02 (dois) anos, conforme o cargo o qual foram designados ou eleitos,

I - Representante do Poder Executivo:

SILVIA GALLON LEIMANN – Membro Titular; NIVEA CRISTINA CIRINO DA SILVA – Membro Suplente.

II - Representante do Poder Legislativo:

ARIANY CAETANO ANDRADE – Membro Titular; LIVIA GIMENEZ FERNADES – Membro Suplente.

III - Representante dos Segurados:

RICARDO LEITE TEODORO - Membro Titular

LORECI DE ARAÚJO PALHANO - Membro Suplente

Art. 2º. Ficam designados os membros titulares e suplentes do Conselho Curador do Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Ipiranga do Norte-MT (IPIRANGA-PREVI), para mandato de 02 (dois) anos, conforme o cargo o qual foram designados ou eleitos,

I - Representante do Poder Executivo:

PATRICIA APARECIDA GONÇALVES – Membro Titular; ODILO LORENO DE CASTRO – Membro Suplente; MICHELE GUERRIERI CORREA – Membro Titular; MAYCON JUNIOR HEIDMANN – Membro Suplente.

II - Representante do Poder Legislativo:

KEILA MARTIM – Membro Titular DANIELA GUTIERRES MOREIRA – Membro Suplente **ROSANGELA GRISA GRABOVSKI** – Membro Titular IRIA IDELCI KLAIS– Membro Suplente

III - Representante dos Segurados:

MAURO AUGUSTO DE OLIVEIRA KOCK – Membro Titular

ALINE LUIZA RIBEIRO - Membro Suplente

JESUINO MARTINS CORREA JUNIOR – Membro Titular

SIMONE MACHADO DA SILVA – Membro Suplente

Art. 3º. A função do Conselheiro é considerada serviço relevante, sendo seu exercício prioritário e justificadas as ausências em quaisquer outros serviços, quando determinadas pelo seu comparecimento a sessões do Conselho ou pela participação em diligências autorizadas por este.

Art. 4º. O mandato dos membros do Conselho Curador e do Conselho Fiscal será de 02 anos, permitida a recondução em 50% (cinqüenta por cento) de cada representação de seus membros do Conselho Curador (Lei n° 413/2013, art. 77, § 2°), e proibida à reeleição de qualquer dos membros do Conselho Fiscal (Lei n° 413/2013, art. 81, § 1°).

Art. 5º Os membros do Conselho Curador e Fiscal, nada perceberão pelo desempenho do mandato. (Lei 413/2013, Art. 80 e 81, § 3º).

Art. 6º. O mandato dos Presidentes do Conselho Curador e do Conselho Fiscal será de 01 ano, proibida a reeleição (Lei n° 413/2013, art. 77, §3º e art. 81, § 2°).

Art. 7º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, retroagindo os efeitos a partir de 03 de julho de 2017.

Gabinete do Prefeito de Ipiranga do Norte/MT, em 25 de julho de 2017.

PEDRO FERRONATTO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL N° 042/2017

A Prefeitura Municipal de Itanhangá-MT, com sede na Rua Florianópolis, n° 200, centro – Itanhangá-MT, através de sua Pregoeira, torna público que encontra-se aberta na Modalidade Pregão Presencial n° 042/2017, tipo MENOR PREÇO POR ITEM, que tem por objeto o "Registro de Preços para futura e eventual aquisição de toners, cartuchos e refil de tinta, para atender as necessidades das Secretarias Municipais do Município de Itanhangá-MT.". Regem a presente licitação a lei Federal n° 10.520/02, subsidiariamente, a Lei n° 8.666/93 e demais legislações aplicáveis. A abertura desta licitação ocorrerá no dia 08 de agosto de 2017, às 08:00hs (oito horas), na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Itanhangá. O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados no setor de licitações de segunda a sexta-feira, no horário das 07:00 às 11:00 horas e das 13:00 ás 17:00 horas, dos dias úteis, ou pelo telefone (66) 3578-2500, ou no site da prefeitura: www.itanhanga.mt.gov.br ou solicitado pelo e-mail: licitacao@itanhanga.mt.gov.br.

Itanhangá-MT, 25 de julho de 2017.

CAMILA BRUNA MORESCO

Pregoeira Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIQUIRA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 026/2017

RESULTADO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL 015/2017

A Prefeitura Municipal de Itiquira, situada na Avenida Lúcio Mendonça Primo, 621, Conjunto Habitacional Arco Íris II, através da senhora Juliane Presotto, pregoeira, torna público para conhecimento dos interessados que na licitação citada objetivando**CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS PARA FORNECIMENTO DE CORRETIVOS DE SOLO, DEFENSIVOS AGRÍCOLAS E EQUIPAMENTOS DE CERCA ELÉTRICA RURAL, DE ACORDO COM O CONVÊNIO Nº 0930/2016 FIRMADO ENTRE A SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA FAMILIAR E ASSUNTOS FUNDIÁRIOS E A PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIQUIRA,** do tipo menor preço por item, obteve o seguinte resultado: **LICITAÇÃO DESERTA.**

Itiquira/MT, 25 de julho de 2017.

Juliane Presotto

Pregoeira

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 026/2017

RESULTADO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL 015/2017

A Prefeitura Municipal de Itiquira, situada na Avenida Lúcio Mendonça Primo, 621, Conjunto Habitacional Arco Íris II, através da senhora Juliane Presotto, pregoeira, torna público para conhecimento dos interessados que na licitação citada objetivando**CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS PARA FORNECIMENTO DE CORRETIVOS DE SOLO, DEFENSIVOS AGRÍCOLAS E EQUIPAMENTOS DE CERCA ELÉTRICA RURAL, DE ACORDO COM O CONVÊNIO Nº 0930/2016 FIRMADO ENTRE A SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA FAMILIAR E ASSUNTOS FUNDIÁRIOS E A PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIQUIRA,** do tipo menor preço por item, obteve o seguinte resultado: **LICITAÇÃO DESERTA.**

Itiquira/MT, 25 de julho de 2017.

Juliane Presotto

Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE JANGADA

PORTARIA 088/2017

Dispões sobre a Designação da Senhora Suelen Martins para ser Fiscal de Obra.

O Prefeito Municipal de Jangada – Mato Grosso, o Sr. Ederzio De Jesus Mendes, no uso de suas atribuições legais, e considerando a necessidade de fiscalizar a Obra, resolve:

Art. 1° Nomear a Senhora Suelen Martins, Engenheira Civil, como fiscal de Obras conforme segue:

A. Contrato nº 031/2017: Pavimentação Asfáltica e Drenagem de Água Pluviais de Avenidas e Ruas do Município de Jangada/MT.

Contratado: Aliança Construtora e Locação de Equipamentos Eireli-ME

CNPJ nº: 17.982.134/0001-58

Art. 2° Esta Portaria terá seus efeitos retroagidos à 10/07/2017

Art. 3° Revogam-se as disposições em contrario.

Registre-se, e publique-se.

Jangada – MT, 20 de Julho de 2017.

_____

Ederzio De Jesus Mendes

Prefeito Municipal

DECRETO N.º 023/2017

Nomeia Contribuinte por Substituição Tributária.

EDERZIO DE JESUS MENDES, Prefeito do Município de Jangada, no uso das atribuições, legais resolve,

CONSIDERANDO o disposto no art.121 e128 da Lei nº. 5172/66 (Código Tributário Nacional), combinado LEI Nº 316/2001 DE 28 DE DEZEMBRO DE 2001 (Código Tributário Municipal) .

DECRETA:

Art. 1º. Ficam nomeados como sujeito passivo por substituição tributária as seguintes empresas:

IM	CNPJ	RAZÃO SOCIAL
17	01.364.413/ 0001-18	Cartorio do 2º Ofico de paz e Notas de Janga-da
642	14.966.838/ 0001-49	Ap Informatica Soluçoes em TI Ltda Me
793	05.480.515/ 0001-50	Auto Pecas Jangada ltda Me
826	60.746.948/ 2548-07	Banco Bradesco S/A
954	19.349.268/ 0001-61	Bettio & Bettio -Me
5425	10.665.526/ 0001-44	Canide Agua Mineral Ltda
5579	03.467.321/ 0001-99	Energisa Mato Grosso Distribuidora de Energia S.A
5930	02.166.345/ 0001-45	Curtume Jangada S/A
7634	03.263.498/ 0001-73	Jangada Agro Pastoril ltda
10236	10.632.270/ 0001-79	RP da Cruz -ME

Art. 2º. As empresas nomeadas na qualidade de substituta tributárias devem obedecer às leis e regulamentos dos municípios que disciplinam a forma, o prazo e o recolhimento do ISSQN- Imposto sobre os Serviços de Qualquer Natureza.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor a partir de sua publicação.

Gabinete do prefeito, em Jangada – MT, 25 de Junho de 2017.

EDERZIO DE JESUS MENDES

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUARA

CÂMARA MUNICIPAL DE JUARA
BALANCETE DE VERIFICAÇÃO PLANO PCASP-MT JUNHO 2017

ESTADO DE MATO GROSSO
Camara Municipal de Juara
CNPJ: 3.476.682/0001.00
Rua Nelson Taborda Lacerda - 0000059 - Centro
Telefone (066)3556-1260

Balancete De Verificação
Plano PCASP-MT
Atributo: Todos
Junho / 2017

Código	Contas	Saldos Anteriores		Movimento à Débito		Movimento à Crédito		Saldos Atuais	
		Débito	Crédito	No Mês	Até o Mês	No Mês	Até o Mês	Débitos	Créditos
1	ATIVO								
1.1	ATIVO CIRCULANTE								
1.1.1	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA								
1.1.1.1	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL								
1.1.1.1.1	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL - CONSOLI								
1.1.1.1.1.02	CONTA UNICA (F)	165.850,21		302.617,11	1.817.569,92	265.445,86	1.614.548,46	203.021,46	
1.1.5	ESTOQUES								
1.1.5.6	ALMOXARIFADO								
1.1.5.6.1	ALMOXARIFADO - CONSOLIDACAO								
1.1.5.6.1.01	MATERIAL DE CONSUMO (P)	41.478,38		2.549,32	44.027,70			44.027,70	
1.1.5.6.1.08	MATERIAIS A CLASSIFICAR (P)	63.611,56						63.611,56	
1.2	ATIVO NAO CIRCULANTE								
1.2.3	IMOBILIZADO								
1.2.3.1	BENS MOVEIS								
1.2.3.1.1	BENS MOVEIS - CONSOLIDACAO								
1.2.3.1.1.01	MAQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS								
1.2.3.1.1.01.99	OUTRAS MAQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	4.742,86			4.742,86	1.438,10	1.438,10	3.304,76	
1.2.3.1.1.03	MOVEIS E UTENSILIOS								
1.2.3.1.1.03.01	APARELHOS E UTENSILIOS DOMESTICOS (P)	399,00		299,00	299,00	306,90	306,90	391,10	
1.2.3.1.1.03.02	MAQUINAS E UTENSILIOS DE ESCRITORIO (P)	50.845,75			16.268,00	12.311,80	12.311,80	38.533,95	
1.2.3.1.1.03.03	MOBILIARIO EM GERAL (P)	491.515,07			4.034,25	1.765,95	1.765,95	489.749,12	
1.2.3.1.1.04	MATERIAIS CULTURAIS, EDUCACIONAIS E DE COMUNICACAO								
1.2.3.1.1.04.01	BANDEIRAS, FLAMULAS E INSIGNIAS (P)	49,95			49,95			49,95	
1.2.3.1.1.04.05	EQUIPAMENTOS PARA AUDIO, VIDEO E FOTO (P)	70,00			70,00	3.428,40	3.428,40		3.358,40
1.2.3.1.1.05	VEICULOS								
1.2.3.1.1.05.01	VEICULOS EM GERAL (P)	75.478,96						75.478,96	
1.2.3.2	BENS IMOVEIS								
1.2.3.2.1	BENS IMOVEIS - CONSOLIDACAO								
1.2.3.2.1.01	BENS DE USO ESPECIAL								
1.2.3.2.1.01.03	EDIFICIOS (P)	602.678,12					866.773,85	602.678,12	
1.2.3.2.1.01.04	TERRENOS/GLEBAS (P)		52.678,12				52.678,12		52.678,12
1.2.3.8	(-) DEPRECIACAO, EXAUSTAO E AMORTIZACAO ACUMULADAS								
1.2.3.8.1	(-) DEPRECIACAO, EXAUSTAO E AMORTIZACAO ACUMULADAS - CONS								
1.2.3.8.1.01	(-) DEPRECIACAO ACUMULADA - BENS MOVEIS								
1.2.3.8.1.01.09	(-) DEPRECIACAO ACUMULADA DE ARMAMENTOS (P)		132.374,39	5.730,31	5.730,31		38.512,63		126.644,08
1.2.3.8.1.01.99	(-) DEPRECIACAO ACUMULADA DE DEMAIS BENS MOVEIS (P)		21.164,90	880,74	880,74		5.787,40		20.284,16

Emissão: 25/07/2017 15:40:26 Página 1

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO
Camara Municipal de Juara
CNPJ: 3.476.682/0001.00
Rua Nelson Taborda Lacerda - 0000059 - Centro
Telefone (066)3556-1260

Balancete De Verificação
Plano PCASP-MT
Atributo: Todos

Código	Contas	Saldos Anteriores		Movimento à Débito		Movimento à Crédito		Saldos Atuais	
		Débito	Crédito	No Mês	Até o Mês	No Mês	Até o Mês	Débitos	Créditos
1.2.3.8.1.02	(-) DEPRECIACAO ACUMULADA - BENS IMOVEIS								
1.2.3.8.1.02.99	(-) DEPRECIACAO ACUMULADA DE DEMAIS BENS IMOVEIS (P)		2.870,28		37.560,12		797,30		2.870,28
2	PASSIVO E PATRIMONIO LIQUIDO								
2.1	PASSIVO CIRCULANTE								
2.1.1	OBRIGACOES TRABALHISTAS, PREVIDENCIARIAS E ASSISTENCIAIS A								
2.1.1.1	PESSOAL A PAGAR								
2.1.1.1.1	PESSOAL A PAGAR - CONSOLIDACAO								
2.1.1.1.1.01	PESSOAL A PAGAR								
2.1.1.1.1.01.01	SALARIOS, REMUNERACOES E BENEFICIOS								
2.1.1.1.1.01.01.01	SALARIOS, REMUNERACOES E BENEFICIOS (F)			133.231,78	780.052,65	133.231,78	780.052,65		
2.1.3	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO								
2.1.3.1	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZO								
2.1.3.1.1	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZO -								
2.1.3.1.1.01	FORNECEDORES NACIONAIS								
2.1.3.1.1.01.01	FORNECEDORES NAO FINANCIADOS A PAGAR								
2.1.3.1.1.01.01.01	FORNECEDORES NAO FINANCIADOS A PAGAR (F)			91.259,39	597.028,10	113.171,97	618.940,68		21.912,58
2.1.3.2	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR ESTRANGEIROS A CURTO PRA								
2.1.3.2.1	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR ESTRANGEIROS A CURTO PRA								
2.1.3.2.1.01	FORNECEDORES ESTRANGEIROS A CURTO PRAZO								
2.1.3.2.1.01.02	FORNECEDORES FINANCIADOS A PAGAR								
2.1.3.2.1.01.02.01	FORNECEDORES FINANCIADOS A PAGAR (F)			905,39	1.474,60	905,39	1.474,60		
2.1.8	DEMAIS OBRIGACOES A CURTO PRAZO								
2.1.8.8	VALORES RESTITUIVEIS								
2.1.8.8.1	VALORES RESTITUIVEIS - CONSOLIDACAO								
2.1.8.8.1.01	CONSIGNACOES								
2.1.8.8.1.01.01	RPPS - RETENCOES SOBRE VENCIMENTOS E VANTAGENS (F)			4.982,97	32.732,61	4.982,97	32.732,61		
2.1.8.8.1.01.02	INSS (F)			7.402,43	41.739,51	7.402,43	41.739,51		
2.1.8.8.1.01.04	IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF (F)			10.231,55	57.127,25	10.231,55	57.127,25		
2.1.8.8.1.01.08	ISS (F)		379,46	379,46	2.001,37	480,16	2.481,53		480,16
2.1.8.8.1.01.15	RETENCOES - EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS (F)			6.300,72	31.533,85	6.300,72	31.533,85		
2.1.8.8.1.01.99	OUTROS CONSIGNATARIOS (F)		2.819,51	513,20	29.151,21	3.663,65	35.121,17		5.969,96
2.1.8.9	OUTRAS OBRIGACOES A CURTO PRAZO								
2.1.8.9.1	OUTRAS OBRIGACOES A CURTO PRAZO - CONSOLIDACAO								
2.1.8.9.1.02	DIARIAS A PAGAR								
2.1.8.9.1.02.01	DIARIAS A PAGAR (F)			12.100,00	77.800,00	12.100,00	77.800,00		
2.3	PATRIMONIO LIQUIDO								
2.3.7	RESULTADOS ACUMULADOS								
2.3.7.1	SUPERAVITS OU DEFICITS ACUMULADOS								

Emissão: 25/07/2017 15:40:26 Página 2

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO
Camara Municipal de Juara
CNPJ: 3.476.682/0001.00
Rua Nelson Taborda Lacerda - 0000059 - Centro
Telefone (066)3556-1260

Balancete De Verificação
Plano PCASP-MT
Atributo: Todos

Código	Contas	Saldos Anteriores		Movimento à Débito		Movimento à Crédito		Saldos Atuais	
		Débito	Crédito	No Mês	Até o Mês	No Mês	Até o Mês	Débitos	Créditos
2.3.7.1.1	SUPERAVITS OU DEFICITS ACUMULADOS - CONSOLIDACAO								
2.3.7.1.1.02	SUPERAVITS OU DEFICITS DE EXERCICIOS ANTERIORES		1.982.127,70		781,58				1.982.127,70
2.3.7.1.1.03	AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES	2.624,73			2.624,73		781,58	2.624,73	
3	VARIACAO PATRIMONIAL DIMINUTIVA								
3.1	PESSOAL E ENCARGOS								
3.1.1	REMUNERACAO A PESSOAL								
3.1.1.1	REMUNERACAO A PESSOAL ATIVO CIVIL - ABRANGIDOS PELO RPPS								
3.1.1.1.1	REMUNERACAO A PESSOAL ATIVO CIVIL - ABRANGIDOS PELO RPPS								
3.1.1.1.1.01	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL - RPPS								
3.1.1.1.1.01.01	VENCIMENTOS E SALARIOS	359.278,06		79.191,58	438.469,64			438.469,64	
3.1.1.1.1.01.31	SUBSIDIOS	263.116,08		54.040,20	317.156,28			317.156,28	
3.1.1.1.1.02	OUTRAS DESPESAS VARIAVEIS - PESSOAL CIVIL - RPPS								
3.1.1.1.1.02.13	RESSARCIMENTO DE DESP. DE PESSOAL REQUISITADO	569,21		905,39	1.474,60			1.474,60	
3.1.2	ENCARGOS PATRONAIS								
3.1.2.2	ENCARGOS PATRONAIS - RGPS								
3.1.2.2.1	ENCARGOS PATRONAIS - RGPS - CONSOLIDACAO								
3.1.2.2.1.01	CONTRIBUICOES PREVIDENCIARIAS - INSS	82.350,36		18.317,85	100.668,21			100.668,21	
3.1.2.2.1.99	OUTROS ENCARGOS PATRONAIS - RGPS	39.732,87		7.134,82	46.867,69			46.867,69	
3.1.2.5	CONTRIBUICOES A ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDENCIA								
3.1.2.5.1	CONTRIBUICOES A ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDENCIA - CONS								
3.1.2.5.1.99	OUTRAS CONTRIBUICOES A ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDENCI	4.250,00		850,00	5.100,00			5.100,00	
3.3	USO DE BENS, SERVICOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO								
3.3.2	SERVICOS								
3.3.2.1	DIARIAS								
3.3.2.1.1	DIARIAS - CONSOLIDACAO								
3.3.2.1.1.01	DIARIAS PESSOAL CIVIL								
3.3.2.1.1.01.01	DIARIAS PESSOAL CIVIL - NO PAIS	65.700,00		12.100,00	77.800,00			77.800,00	
3.3.2.2	SERVICOS TERCEIROS - PF								
3.3.2.2.1	SERVICOS TERCEIROS - PF - CONSOLIDACAO								
3.3.2.2.1.38	DESPESAS COM LOCOMOCAO	1.826,27			1.826,27			1.826,27	
3.3.2.2.1.93	INDENIZACOES E RESTITUICOES	162.500,00		32.500,00	195.000,00			195.000,00	
3.3.2.3	SERVICOS TERCEIROS - PJ								
3.3.2.3.1	SERVICOS TERCEIROS - PJ - CONSOLIDACAO								
3.3.2.3.1.06	MANUTENCAO E CONSERVACAO	6.562,50		285,00	6.847,50			6.847,50	
3.3.2.3.1.07	SERVICOS DE APOIO	27.954,96		9.680,43	37.635,39			37.635,39	
3.3.2.3.1.08	SERVICOS DE AGUA E ESGOTO, ENERGIA ELETRICA, GAS E OUTROS	11.523,00		24.452,71	35.975,71			35.975,71	
3.3.2.3.1.10	LOCACOES	73.250,00		14.150,00	87.400,00			87.400,00	
3.3.2.3.1.11	SERVICOS RELACIONADOS A TECNOLOGIA DA INFORMACAO	6.820,00			6.820,00			6.820,00	

Emissão: 25/07/2017 15:40:26 Página 3

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO
Camara Municipal de Juara
CNPJ: 3.476.682/0001.00
Rua Nelson Taborda Lacerda - 0000059 - Centro
Telefone (066)3556-1260

Balancete De Verificação
Plano PCASP-MT
Atributo: Todos

Código	Contas	Saldos Anteriores		Movimento à Débito		Movimento à Crédito		Saldos Atuais	
		Débito	Crédito	No Mês	Até o Mês	No Mês	Até o Mês	Débitos	Créditos
3.3.2.3.1.12	SERVICOS DE TRANSPORTE	78,00			78,00			78,00	
3.3.2.3.1.14	ASSINATURAS DE PERIODICOS E ANUIDADES	1.620,00			1.620,00			1.620,00	
3.3.2.3.1.29	SEGUROS EM GERAL	1.849,78			1.849,78			1.849,78	
3.3.2.3.1.32	SERVICOS BANCARIOS	307,30		77,60	384,90			384,90	
3.3.2.3.1.34	SERVICOS DE APOIO DO ENSINO	6.059,00			6.059,00			6.059,00	
3.3.2.3.1.46	SERVICOS GRAFICOS E EDITORIAIS	2.518,00		1.800,00	4.318,00			4.318,00	
3.3.2.3.1.47	SERVICOS JUDICIARIOS	142,10			142,10			142,10	
3.3.2.3.1.51	SERVICOS TECNICOS PROFISSIONAIS	2.000,00			2.000,00			2.000,00	
3.3.2.3.1.99	OUTROS SERVICOS TERCEIROS - PJ	5.391,56		1.075,24	6.466,80			6.466,80	
3.3.3	DEPRECIACAO, AMORTIZACAO E EXAUSTAO								
3.3.3.1	DEPRECIACAO								
3.3.3.1.1	DEPRECIACAO - CONSOLIDACAO								
3.3.3.1.1.01	DEPRECIACAO DE IMOBILIZADO								
3.3.3.1.1.01.01	DEPRECIACAO DE BENS MOVEIS	44.300,03			44.300,03			44.300,03	
3.3.3.1.1.01.02	DEPRECIACAO DE BENS IMOVEIS	797,30			797,30			797,30	
3.6	DESVALORIZACAO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORACAO DE PASS								
3.6.3	PERDAS INVOLUNTARIAS								
3.6.3.1	PERDAS INVOLUNTARIAS COM IMOBILIZADO								
3.6.3.1.1	PERDAS INVOLUNTARIAS COM IMOBILIZADO - CONSOLIDACAO								
3.6.3.1.1.01	PERDAS INVOLUNTARIAS DE BENS MOVEIS								
3.6.3.1.1.01.99	PERDAS INVOLUNTARIAS DE DEMAIS BENS MOVEIS			12.640,10	12.640,10			12.640,10	
3.6.3.1.1.02	PERDAS INVOLUNTARIAS DE BENS IMOVEIS	881.891,85			881.891,85			881.891,85	
4	VARIACAO PATRIMONIAL AUMENTATIVA								
4.5	TRANSFERENCIAS E DELEGACOES RECEBIDAS								
4.5.1	TRANSFERENCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS								
4.5.1.1	TRANSFERENCIAS RECEBIDAS PARA A EXECUCAO ORCAMENTARIA								
4.5.1.1.2	TRANSFERENCIAS RECEBIDAS PARA A EXECUCAO ORCAMENTARIA								
4.5.1.1.2.02	REPASSE RECEBIDO								
4.5.1.1.2.02.01	REPASSE RECEBIDO - DUODECIMO		1.357.083,30			271.416,66	1.628.499,96		1.628.499,96
4.6	VALORIZACAO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORACAO DE P								
4.6.1	REAVALIACAO DE ATIVOS								
4.6.1.1	REAVALIACAO DE IMOBILIZADO								
4.6.1.1.1	REAVALIACAO DE IMOBILIZADO - CONSOLIDACAO								
4.6.1.1.1.01	REAVALIACAO DE BENS MOVEIS								
4.6.1.1.1.01.99	REAVALIACAO DE DEMAIS BENS MOVEIS		185,21				185,21		185,21
5	CONTROLES DA APROVACAO DO PLANEJAMENTO E ORCAMENTO								
5.2	ORCAMENTO APROVADO								
5.2.2	FIXACAO DA DESPESA								

Emissão: 25/07/2017 15:40:26 Página 4

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO
Camara Municipal de Juara
CNPJ: 3.476.682/0001.00
Rua Nelson Taborda Lacerda - 0000059 - Centro
Telefone (066)3556-1260

Balancete De Verificação
Plano PCASP-MT
Atributo: Todos

Código	Contas	Saldos Anteriores		Movimento à Débito		Movimento à Crédito		Saldos Atuais	
		Débito	Crédito	No Mês	Até o Mês	No Mês	Até o Mês	Débitos	Créditos
5.2.2.1	DOTACAO ORCAMENTARIA								
5.2.2.1.1	DOTACAO INICIAL								
5.2.2.1.1.01	CREDITO INICIAL	3.257.000,00			3.257.000,00			3.257.000,00	
5.2.2.1.2	DOTACAO ADICIONAL POR TIPO DE CREDITO								
5.2.2.1.2.01	CREDITO ADICIONAL - SUPLEMENTAR			50.000,00	50.000,00			50.000,00	
5.2.2.1.3	DOTACAO ADICIONAL POR FONTE								
5.2.2.1.3.03	ANULACAO DE DOTACAO			50.000,00	50.000,00			50.000,00	
5.2.2.1.3.09	(-) CANCELAMENTO DE DOTACOES					50.000,00	50.000,00		50.000,00
5.2.2.1.3.99	VALOR GLOBAL DA DOTACAO ADICIONAL POR FONTE			50.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00		
5.2.2.1.9	CANCELAMENTO/REMANEJAMENTO DE DOTACAO								
5.2.2.1.9.04	(-) CANCELAMENTO DE DOTACOES					50.000,00	50.000,00		50.000,00
6	CONTROLES DA EXECUCAO DO PLANEJAMENTO E ORCAMENTO								
6.2	EXECUCAO DO ORCAMENTO								
6.2.2	EXECUCAO DA DESPESA								
6.2.2.1	DISPONIBILIDADES DE CREDITO								
6.2.2.1.1	CREDITO DISPONIVEL		1.868.804,04	286.343,60	1.674.539,56	50.000,00	3.307.000,00		1.632.460,44
6.2.2.1.3	CREDITO UTILIZADO								
6.2.2.1.3.01	CREDITO EMPENHADO A LIQUIDAR		193.763,90	259.409,14	1.453.841,20	236.343,60	1.624.539,56		170.698,36
6.2.2.1.3.02	CREDITO EMPENHADO EM LIQUIDACAO			33.511,38	247.822,13	54.369,30	268.680,05		20.857,92
6.2.2.1.3.03	CREDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR			237.496,56	1.431.928,62	238.551,22	1.432.983,28		1.054,66
6.2.2.1.3.04	CREDITO EMPENHADO LIQUIDADO PAGO		1.194.432,06			237.496,56	1.431.928,62		1.431.928,62
7	CONTROLES DEVEDORES								
7.1	ATOS POTENCIAIS								
7.1.2	ATOS POTENCIAIS PASSIVOS								
7.1.2.3	OBRIGACOES CONTRATUAIS								
7.1.2.3.1	OBRIGACOES CONTRATUAIS - CONSOLIDACAO								
7.1.2.3.1.02	CONTRATOS DE SERVICOS	389.923,13		28.000,00	41.500,00			417.923,13	
7.1.2.3.1.03	CONTRATOS DE ALUGUEIS	228.000,00						228.000,00	
7.1.2.3.1.04	CONTRATOS DE FORNECIMENTO DE BENS	32.590,00			32.590,00	17.638,00	17.638,00	14.952,00	
7.1.2.3.1.99	OUTROS OBRIGACOES CONTRATUAIS					3.500,00	3.500,00		3.500,00
7.2	ADMINISTRACAO FINANCEIRA								
7.2.1	DISPONIBILIDADES POR DESTINACAO								
7.2.1.1	CONTROLE DA DISPONIBILIDADE DE RECURSOS								
7.2.1.1.1	RECURSOS ORDINARIOS	1.357.083,30		301.416,66	1.813.499,96	30.000,00	185.000,00	1.628.499,96	
7.2.1.1.3	RECURSOS EXTRAORCAMENTARIOS	2.869,51		1.200,45	4.069,96			4.069,96	
8	CONTROLES CREDORES								
8.1	EXECUCAO DOS ATOS POTENCIAIS								
8.1.2	EXECUCAO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS								

Emissão: 25/07/2017 15:40:26 Página 5

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO
Camara Municipal de Juara
CNPJ: 3.476.682/0001.00
Rua Nelson Taborda Lacerda - 0000059 - Centro
Telefone (066)3556-1260

Balancete De Verificação
Plano PCASP-MT
Atributo: Todos

Código	Contas	Saldos Anteriores		Movimento à Débito		Movimento à Crédito		Saldos Atuais	
		Débito	Crédito	No Mês	Até o Mês	No Mês	Até o Mês	Débitos	Créditos
8.1.2.3	EXECUCAO DE OBRIGACOES CONTRATUAIS								
8.1.2.3.1	EXECUCAO DE OBRIGACOES - CONSOLIDACAO								
8.1.2.3.1.02	CONTRATOS DE SERVÍCOS								
8.1.2.3.1.02.01	A EXECUTAR		389.923,13			28.000,00	41.500,00		417.923,13
8.1.2.3.1.03	CONTRATOS DE ALUGUEIS								
8.1.2.3.1.03.01	A EXECUTAR		228.000,00						228.000,00
8.1.2.3.1.04	CONTRATOS DE FORNECIMENTO DE BENS								
8.1.2.3.1.04.01	A EXECUTAR		32.590,00	17.638,00	17.638,00		32.590,00		14.952,00
8.1.2.3.1.99	OUTRAS OBRIGACOES CONTRATUAIS								
8.1.2.3.1.99.01	OUTRAS OBRIGACOES CONTRATUAIS - A EXECUTAR			3.500,00	3.500,00			3.500,00	
8.2	EXECUCAO DA ADMINISTRACAO FINANCEIRA								
8.2.1	EXECUCAO DAS DISPONIBILIDADES POR DESTINACAO								
8.2.1.1	EXECUCAO DA DISPONIBILIDADE DE RECURSOS								
8.2.1.1.1	DISPONIBILIDADE POR DESTINACAO DE RECURSOS								
8.2.1.1.1.01	RECURSOS DISPONIVEIS PARA O EXERCICIO	31.112,66		266.343,60	1.809.539,56	301.416,66	1.813.499,96		3.960,40
8.2.1.1.2	DISPONIBILIDADE POR DESTINACAO DE RECURSOS COMPROMETID								
8.2.1.1.2.01	DISPONIBILIDADE POR DESTINACAO DE RECURSOS COMPROMETID		193.763,90	238.551,22	1.432.983,28	236.343,60	1.624.539,56		191.556,28
8.2.1.1.3	DISPONIBILIDADE POR DESTINACAO DE RECURSOS COMPROMETID								
8.2.1.1.3.01	COMPROMETIDA POR LIQUIDACAO			237.496,56	1.456.355,35	238.551,22	1.457.410,01		1.054,66
8.2.1.1.3.02	COMPROMETIDA POR CONSIGNACOES/RETENCOES		329,46	29.810,33	194.285,80	31.861,03	196.665,96		2.380,16
8.2.1.1.3.03	COMPROMETIDA POR ENTRADAS COMPENSATORIAS		2.869,51			1.200,45	4.069,96		4.069,96
8.2.1.1.4	DISPONIBILIDADE POR DESTINACAO DE RECURSOS UTILIZADA		1.194.102,60			235.445,86	1.429.548,46		1.429.548,46
	Total de Grupo:	**8.850.311,42**	**8.850.261,47**	**2.939.301,79**	**20.927.962,88**	**2.939.301,79**	**20.927.912,93**	**9.499.005,61**	**9.498.955,66**
	Total Geral:	**8.850.311,42**	**8.850.261,47**	**2.939.301,79**	**20.927.962,88**	**2.939.301,79**	**20.927.912,93**	**9.499.005,61**	**9.498.955,66**

JOÃO BATISTA RISSOTTI
PRESIDENTE

ALEXANDRE GORGES
CRC 017413/O-9 MT

Emissão: 25/07/2017 15:40:26 Página 6

Homologado

RECURSOS HUMANOS
EDITAL 002-2017 DE 25-02-2017

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº. 002/2017 DE 25 DE JULHO DE 2017, REFERENTE À POSSE E NOMEAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL Nº. 001/2016 REALIZADO NO DIA 15/05/2016 E HOMOLOGADO EM 31 DE MAIO DE 2016.

O Governo Municipal de Juara-MT **CONVOCA** os candidatos que foram aprovados e classificados no Concurso Público Municipal nº 001/2016 realizado em conforme abaixo descritos,para comparecerem no prazo de 30 (trinta) dias, a partir da publicação deste edital, na Sede da Prefeitura Municipal Juara-MT, apresentando os documentos de habilitação conforme determina o Plano de Cargos, Carreira e Salário, Edital de Concurso Público 001/2016 e os relacionados no **Anexo I** deste edital, bem como realizar exame médico admissional nos termos dos **Anexos II** e **III** deste edital, a fim de serem empossados e nomeados aos respectivos cargos no prazo estabelecido na Lei Municipal nº 28/2007, respeitando todas as prerrogativas da Lei Federal nº 9.504/1997 e Lei Complementar nº 101/2001.

Cargo: PROFESSOR NÍVEL SUPERIOR - SEDE

Inscrição Nome Classificação

220760 SILVANE ALVES DE SOUZA 14

Para a realização dos exames médico admissional os candidatos Convocados (aprovados e/ou Classificados), conforme lista acima, deverão fazer seu agendamento junto a Secretaria Municipal de Saúde/PAM e os exames serão obrigatoriamente rubricados pelos Profissionais Efetivos que compõe a Junta Médica desta Municipalidade, conforme Lei Municipal nº 028/2007.

Todos os candidatos convocados deverão se submeter aos exames enumerados no ANEXO II e apresentar atestado médico conforme o ANEXO III.

Será considerado **desistente perdendo a vaga respectiva**, o candidato aprovado e/ou Classificado que não se apresentar no prazo fixado por este edital; *não se apresentar para tomar posse no prazo fixado; não comprovar os requisitos exigidos através da documentação necessária para o provimento do cargo*, podendo o Governo Municipal de Juara/MT, convocar o candidato classificado na colocação subsequente.

Município de Juara, Estado de Mato Grosso, Gabinete da Prefeita, Secretaria Municipal de Administração/Coordenação de Recursos Humanos.

Juara-MT, 25 de Julho de 2017.

CLEIRTO SINHORIN

Secretário Mun. de Administração

ANEXO I

Apresentar cópia em 01 via (folha A/4)

Carteira de Identidade (RG).

Cadastro de Pessoa Física (CPF).

Título de Eleitor e comprovante da Justiça Eleitoral .

Certidão de Nascimento ou Casamento (se casado, cópia CPF do cônjuge)

Carteira de Trabalho

Carteira de Habilitação AB ou C/D e E (Obrigatório caso seja requisito para investidura no cargo)

PIS ou PASEP

Numero de Telefone para contato

Comprovante de residência

Certidão dos filhos menores de 21 anos

CPF dos filhos

Comprovante de Escolaridade dos Filhos

Carteira de vacinação (dos filhos se tiver)

Reservista ou Alistamento Militar (Obrigatório para o sexo masculino)

Carteira Nacional de Habilitação (Obrigatório para o cargo de motorista/ tratorista)

Apresentar cópia autenticada:

Comprovante de Escolaridade (Histórico/Atestado e ou Certificado de Conclusão,Conforme exigência do Cargo no PCCS e Edital de Concurso Público 001/2016).

Diploma de Curso Técnico e Nível Superior (Conforme exigência do Cargo no PCCS e Edital de Concurso Público 001/2016).

Apresentar via original:

Certidão Negativa expedida pelo Órgão de Classe (CRA, CRM, CRAS, COREN, CRC, CREA, CRP, CRTR, CRF, CRN, OAB etc...)

Exame Médico Admissional (Obrigatório)

Laudo Psicológico (Obrigatório)

Certidão de Antecedentes Criminais da Comarca do domicilio do candidato

Declaração de Bens

Declaração de não acumulo de cargo, emprego ou função pública.

Duas foto 3x4 recente

Número da Conta Banco do Brasil

ANEXO II

EXAMES ADMISSIONAIS

EXAMES ADMISSIONAIS PARA PROVIMENTO DE VAGAS - CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2016	
CARGO EFETIVO	**EXAME MÉDICO**
Administrador (a)	- Hemograma - Glicemia de Jejum - Carteira Vacinação Atualizada **- ECG com laudo a partir de 45 anos** - ABO + RH - Raio x de Toráx e Coluna Lombar com Laudo
Advogado (a)	- Hemograma - Glicemia em jejum - Carteira Vacinação Atualizada - ABO + RH **- ECG com laudo a partir de 45 anos** - Raio X de Tórax e Coluna Lombar com Laudo
Agente Administrativo	- Hemograma completo - Glicemia de jejum - Carteira Vacinação Atualizada - **ECG com laudo a partir de 45 anos** - ABO + RH - Raio X de Toráx e Coluna Lombar com laudo
Agente de Desenvolvimento Infantil	**- Hemograma completo** **- Glicemia de jejum** **- Carteira Vacinação Atualizada** **- ECG com laudo a partir de 45 anos** **- ABO + RH**
Agente de Serviços Urbanos	- Hemograma - Glicemia em jejum - Carteira Vacinação Atualizada - ABO + RH **- ECG com laudo a partir de 45 anos** - Raio X de Tórax/Raio X de coluna com laudo
Agente de Serviços/ Vigia	- Hemograma completo - Glicemia de jejum - Carteira Vacinação Atualizada **- ECG com laudo a partir de 45 anos** - ABO + RH
Apoio Administrativo educacional /Infraestrutura/Técnico Administrativo Educacional	- Hemograma - Glicemia - Carteira Vacinação Atualizada **- ECG com laudo a partir de 45 anos** - Raio X de Tórax/Raio X de coluna com laudo - ABO + RH
Desenhista Cadista	- Hemograma - Glicemia - ABO + RH - Raio X de Tórax/Raio X de coluna com laudo - Carteira Vacinação Atualizada **- ECG com laudo a partir de 45 anos**
Enfermeiro (a)	- Hemograma - Glicemia - VDRL - HIV - ABO + RH - Raio X de Tórax/Raio X de coluna com laudo **- ECG com laudo a partir de 45 anos** - Carteira Vacinação Atualizada
Especialista Saúde/ Biomédico (a)	- Hemograma - Glicemia - Carteira Vacinação Atualizada - ABO + RH -VDRL - HIV **- ECG com laudo a partir de 45 anos** - Raio X de Tórax/Raio X de coluna com laudo
Especialista Saúde/ Fonoaudiólogo (a)	- Hemograma - Glicemia - VDRL - HIV - Carteira Vacinação Atualizada **- ECG com laudo a partir de 45 anos** - ABO + RH - Raio X de Tórax/Raio X de coluna com laudo
Especialista Saúde/ Nut7ricionista	- Hemograma - Glicemia - VDRL - HIV - Carteira Vacinação Atualizada **- ECG com laudo a partir de 45 anos** - ABO + RH - Raio X de Tórax/Raio X de coluna com laudo
Especialista Saúde/ Psicóloga	- Hemograma - Glicemia - VDRL - HIV **- ECG com laudo a partir de 45 anos** - Carteira Vacinação Atualizada - ABO + RH - Raio X Tórax e Coluna Lombar com Laudo
Fiscal Tributário de Obras e Postura	- Hemograma - Glicemia de Jejum - Carteira Vacinação Atualizada - **ECG com laudo a partir de 45 anos** - Raio X de Toráx e Coluna Lombar com Laudo
Médico Especialista/Anesteologista	- Hemograma - Glicemia - VDRL - HIV **- ECG com laudo a partir de 45 anos** - Carteira Vacinação Atualizada - ABO + RH - Raio X Tórax e Coluna Lombar com Laudo
Médico Especialista/ Cirurgião Geral	- Hemograma - Glicemia - VDRL - HIV - ABO + RH - Raio X de Tórax/Raio X de coluna com laudo - Carteira Vacinação Atualizada **- ECG com laudo a partir de 45 anos**

Médico Especialista/ Ortopedista e Traumatologista	- Hemograma - Glicemia - VDRL - HIV - ABO + RH - Raio X de Tórax/Raio X de coluna com laudo - Carteira Vacinação Atualizada **- ECG com laudo a partir de 45 anos**
Médico Generalista/ Clinico geral	- Hemograma - Glicemia - VDRL - HIV - Raio X de Tórax/Raio X de coluna com laudo - Carteira Vacinação Atualizada - ECG com laudo a partir de 45 anos - ABO + RH
Motorista- Caminhão, ônibus e Carreta	**- Hemograma completo - Glicemia de jejum - Carteira Vacinação Atualizada - ECG com laudo a partir de 45 anos - ABO + RH - Raio X de Toráx e Coluna Lombar com Laudo**
Professor Nível Superior	**- Hemograma - Glicemia - Carteira Vacinação Atualizada - ABO + RH - ECG com laudo a partir de 45 anos - Raio X de Tórax e Coluna com Laudo**
Técnico em Saúde/ Técnico em Radiologia - RX	- Hemograma completo - Glicemia - VDRL - HIV - Raio X Lombo sacra, PA e Perfil(laudo) - Carteira Vacinação Atualizada - ABO + RH **- ECG com laudo a partir de 45 anos**
Técnico em Saúde/ Técnico em Enfermagem – Distrito Jaú	- Hemograma completo - Glicemia - VDRL - HIV - Raio X Lombo sacra, PA e Perfil(laudo) - Carteira Vacinação Atualizada - ABO + RH **- ECG com laudo a partir de 45 anos**
Técnico de Nível Superior/ Pregoeiro (a)	- Hemograma - Glicemia - VDRL - HIV **- ECG com laudo a partir de 45 anos** - Carteira Vacinação Atualizada - Raio X de Tórax/Raio X de coluna com laudo - ABO + RH
Topógrafo (a)	- Hemograma - Glicemia em jejum - Carteira Vacinação Atualizada - ABO + RH **- ECG com laudo a partir de 45 anos** - Raio X de Tórax e Coluna Lombar com Laudo

ANEXO III

MODELO DE ATESTADO DE SAÚDE OCUPACIONAL – ASO

ÓRGÃO EMPREGADOR:

( ) Governo Municipal de Juara-MT - CNPJ nº 15.072.663/0001-99

Nome do servidor: _____

Identidade nº _____ Data de nascimento_____

Função que irá exercer: _____

MOTIVO DA AVALIAÇÃO MEDICA:

( ) Admissional

PROCEDIMENTO MÉDICO A QUE FOI SUBMETIDO

( ) Avaliação clínica e Anamnese Ocupacional

( ) Exame de aptidão física e mental

Exames Complementares_____

_____

_____

_____

_____

Observações:

_____

___

_____

_____

_____

_____

Conclusão sobre a capacidade Laborativa:

( ) Apto

( ) Inapto

Riscos Ocupacionais

( ) Físicos ( ) Ergonômicos ( ) Químicos

( ) Biológicos ( ) Acidentes ( ) Sem Risco

Próxima Avaliação:

( ) seis meses ( ) um ano ( ) dois anos

JUARA, _____/_____/_____

_____ _____

Assinatura servidor Carimbo Assinatura Médico/CRM

Página 01 do Anexo II

ANEXO III

MODELO DE ATESTADO DE SAÚDE OCUPACIONAL – ASO

ÓRGÃO EMPREGADOR:

( ) Governo Municipal de Juara - MT – CNPJ nº 15.072.663/0001-99

Nome do servidor: _____

Identidade nº _____ Data de nascimento_____

Função que irá exercer: _____

MOTIVO DA AVALIAÇÃO MEDICA:

( ) Admissional

PROCEDIMENTO MÉDICO A QUE FOI SUBMETIDO

( ) Avaliação clínica e Anamnese Ocupacional

( ) Exame de aptidão física e mental

Exames Complementares_____

_____

_____

_____

_____

Observações:

_____

___

_____
_____

_____
_____

Conclusão sobre a capacidade Laborativa:

( ) Apto

( ) Inapto

Riscos Ocupacionais

( ) Físicos ( ) Ergonômicos ( ) Químicos

( ) Biológicos ( ) Acidentes ( ) Sem Risco

Próxima Avaliação:

( ) seis meses ( ) um ano ( ) dois anos

Declaro ter recebido em ___/___/____ JUARA, _____/_____/_____

A segunda via deste atestado.

Nome : _____ _____

_____ **Carimbo Assinatura Médico/CRM**

Assinatura Servidor

Página 02 do Anexo III

ANEXO III

MODELO DE ATESTADO DE SAÚDE OCUPACIONAL – ASO

ÓRGÃO EMPREGADOR:

( ) Governo Municipal de Juara - MT – CNPJ nº 15.072.663/0001-99

Nome do Servidor: _____
____

Identidade nº _____Idade: _____ Estado Civil: _____

Função que irá exercer: _____Naturalidade: _____

Antecedentes: Já teve ou tem?

( ) Pressão alta ( ) Tuberculose ( ) Alergia a medicamentos/Alimentos ( ) Hepatite ( )Asma

( ) Pneumonia ( ) Sífilis ou doenças sexualmente transmissíveis ( ) Otite ( ) Diabetes

Intervenção cirúrgica? Sim. ( ) Não ( ) _____

Uso de medicamentos? Não ( ) Sim ( ) _____

Mulheres:Menstruação – Menarca: ( ) Regular ( ) Irregular ( ) Ausente

Gestação:( ) P.N. ( ) Cirúrgicos ( ) Filhos vivos ( ) Aborto

HISTORICO OCUPACIONAL

Empregos Anteriores – Empresa: _____

Função: _____ Tempo na empresa: _____Turno: _____

Poeira ( ) Ruído ( ) Calor excessivo ( ) Frio ( ) Radiação ( )

Alta Pressão ( ) Baixa Pressão ( ) Outros ( )

Metais Pesados:Ácidos ( ) Solventes orgânicos ( ) Inseticidas ( ) Fungicidas ( )

Urinário ( ) Outros ( )

Exerce outra atividade além do emprego? Não( ) Sim ( )

Já sofreu algum acidente do trabalho? Não ( ) Sim ( ) C/ afastamento ( ) Encaminhado ( )

Fuma? Não ( ) Sim ( ) Cigarro ( ) Charuto ( ) Cachimbo ( )

Bebe? Não( ) Sim ( ) destilada ( ) fermentada ( ) sem preferência ( )

Pratica algum esporte? Não( ) Sim ( ) quantas vezes por semana ( )

EXAME MÉDICO

Vacinas: Anti Tetânica ( ) Poliomielite ( ) Tríplice ( ) Outras: _____

Altura: _____ Peso: _____ Temperatura: _____ Pulso: _____

P.A: _____ mmHg

Cabeça – Face _____Dentes_____

Tórax Tipo: _____F.R._____Ausculta_____

Ap. Circ. Ausculta:_____
_____

Abdomem Tipo: _____Palpação_____

Ap. Genito Urinário: _____
_____

Coluna Vertebral_____
_____

Membros_____
_____

Sistema Nervoso _____
_____

Exames Complementares _____
_____
_____
_____

Uso de lentes corretoras:Não ( ) Sim ( )

CONCLUSÃO: ( ) APTO ( ) INAPTO

Página 03 do Anexo III

RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 010/2017, DE 25 DE JULHO DE 2017

ESTADO DE MATO GROSSO

Prefeitura Municipal de Juara

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 010/2017, DE 25 DE JULHO DE 2017 REFERENTE A CONTRATAÇÃO DO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2017, COM HOMOLOGAÇÃO DO DIÁRIO OFICIAL DE MATO GROSSO DE 29/03/2017.

O Governo Municipal de Juara-MT, convoca os candidatos que foram aprovados no Processo Seletivo Simplificado, conforme abaixo descrito, para comparecer no prazo de 10 (DEZ) dias, a partir da data da publicação deste Edital, na Secretaria Municipal de Educação de Juara-MT, apresentando os documentos de habilitação, conforme determinado no Edital

do Processo Seletivo Simplificado n° 001/2017, a fim de ser contratado ao respectivo cargo no prazo acima estabelecido.

CANDIDATOS CONVOCADOS ATRAVES DO PRESENTE EDITAL:

APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL/-ZONA URBANA

ÁREA DE ABRANGENCIA: JUARA-MT

Item	Nome	Inscr nº	Classificação
01	Antonia Souza Silva	118	32º
02	Cleide de Souza Breves dos santos	48	33º
03	Edneia da silva Santos	52	34º

PROFESSOR -PEDAGOGIA-ZONA URBANA

ÁREA DE ABRANGENCIA: JUARA-MT

Item	Nome	Inscr nº	Classificação
01	Aldyane Leticia das N. T Cavassini	73	55º
02	Amanda Rosa de Souza	77	56º
03	Ester Barbosa de Souza	361	57º
04	Solange Alves de Arruda	275	58º
05	Evlyn Goulart	491	59º
06	Sidnei Conceição Castão	324	60º

Art. 2º - Será considerado desistente perdendo a respectiva vaga, o candidato aprovado e ou classificado que não se apresentar no prazo fixado por este edital, não comprovar requisitos exigidos através da documentação necessária para o provimento do cargo, podendo o Governo Municipal convocar o candidato classificado na colocação subseqüente.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Juara-MT, 25 de Julho de 2017.

Cleirto Sinhorin

Secretário Mun. de Administração

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO N. 058/2017/SECAD TIPO: PRESENCIAL.

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO N. 058/2017/SECAD

TIPO: PRESENCIAL.

APURAÇÃO: Menor Valor por Item.

OBJETO: Registro de Preços para Futura e Eventual Contratação de Empresa Especializada em Coleta, Transporte e Destinação Final de Resíduos Sólidos Domiciliares, Comercial e Público da Área Urbana do Município de Juara,conforme especificações e condições técnicas constantes neste edital e em seus anexos.

EDITAL E INFORMAÇÕES: O Edital poderá ser obtido a partir de 26/07/2017, na Sede da Prefeitura Municipal de Juara/MT – Divisão de Licitações e Contratos, localizada à Rua Niterói, 81N, Centro – Juara/MT – Fone: (066) 3556-9400/9401 ou por meio dos sites: www.juara.mt.gov.br.

ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÃO DO EDITAL: Decairá do direito de pedir esclarecimentos ou impugnar os termos deste Edital aquele que não o fizer até 02 (dois) dias úteis antes da data designada para a abertura dos envelopes, apontando de forma clara e objetiva as falhas ou irregularidades que entende viciarem o mesmo. As petições deverão ser protocoladas, devidamente instruídas (assinatura, endereço, razão social e telefone para contato), junto ao Serviço de Protocolo desta Prefeitura ou diretamente ao Pregoeiro Oficial ou ainda através do Fax (66) 3556-9400/9401 ou **ainda e preferencialmente através do Site**: www.portaldecompraspublicas.combr e/ou e-mail: licitacao@juara.mt.gov.br que tem o prazo de 24 (vinte e quatro) horas úteis para respondê-las.

SESSÃO DE ABERTURA DE PROPOSTA E DISPUTA DE LANCES: dia 04 de Agosto de 2017 às 08h00 – Horário Local.

Juara-MT, em 25 de julho de 2017.

José Roberto Pereira Alves Luciane Borba Azóia Bezerra

Pregoeiro Oficial Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSCIMEIRA

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 022/2017

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 022/2017

PREGÃO PRESENCIAL N.º 015/2017

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSCIMEIRA/MT**, por meio de sua Pregoeira Oficial, designada pela Portaria n.° 014/2017, de 04 de janeiro de 2017, torna público para conhecimento dos interessados o resultado da Licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS N.º 015/2017, do tipo MENOR PREÇO POR ÍTEM, que tem por objeto o **Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada em fornecimento de mão de obra de serviços de Pedreiro, Auxiliar de Pedreiro, Eletricista, Bombeiro Hidráulico e Fornecimento de Equipamentos necessários à execução dos serviços**, levada a efeito às 08h30min do dia 12 de abril de 2017, na sede da Prefeitura Municipal de Juscimeira/MT, situada na Avenida Joaquim Miguel dos Santos, n.º 210, Centro, neste Município de Juscimeira/MT, da qual sagraram-se vencedoras as empresas: **PONTUAL SOLUÇÕES E SERVIÇOS LTDA-ME,** inscrita no CNPJ n.° 20.842.298/0001-94, ao valor global de R$ 60.800,00 (sessenta mil e oitocentos reais), **FRANCISCO FERREIRA DOS SANTOS - ME**, inscrita no CNPJ n.° 12.202.478/0001-83, ao valor global de R$ 222.920,00 (duzentos e vinte e dois mil, novecentos e vinte reais), conforme Relatório Geral da Sessão anexo a Ata. Juscimeira-MT, 12 de abril de 2017. Diva Maria dos Santos Gardim - Pregoeira.

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 029/2017

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 029/2017

PREGÃO PRESENCIAL N.º 020/2017

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSCIMEIRA/MT**, por meio de sua Pregoeira Oficial, designada pela Portaria n.° 014/2017, de 04 de janeiro de 2017, torna público para conhecimento dos interessados o resultado da Licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS N.º 020/2017, do tipo MENOR PREÇO POR ÍTEM, que tem por objeto o **Registro de Preços para eventual contratação de empresa para fornecimento de infraestrutura para realizações de eventos no município de Juscimeira, compreendendo: locação com montagem e desmontagem de som, luz, palco, tenda, fechamento móvel, grade de contenção, serviços gráficos, de mídia, divulgação de mão de obra**, levada a efeito às 08h00min do dia 11 de julho de 2017, na sede da Prefeitura Municipal de Juscimeira/MT, situada na Avenida Joaquim Miguel dos Santos, n.º 210, Centro, neste Município de Juscimeira/MT, da qual sagraram-se vencedoras as empresas: **RADIO XAVANTES DE JACIARA LTDA,** inscrita no CNPJ n.° 00.171.728/0001-86, ao valor global de R$ 11.202,00 (onze mil, duzentos e dois reais), **BARANJAK PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SOM E ILUMINAÇÃO,** inscrita no CNPJ n.° 33.672.940/0001-86, ao valor global de R$ 13.120,00 (treze mil, cento e vinte reais), **ARCA 7 PRODUÇÕES E EVENTOS EIRELI - ME,** inscrita no CNPJ n.° 23.269.469/0001-26, ao valor global de R$ 202.570,00 (duzentos e dois mil, quinhentos e setenta reais), **PETERSON ZUFFFO & CIA LTDA - EPP,** inscrita no CNPJ n.° 08.710.383/0001-01, ao valor global de R$ 117.600,00 (cento e dezessete mil e seiscentos reais), **OPÇÃO SERVIÇOS E COMÉRCIO DE SOM, PALCO E LUZ LTDA,** inscrita no CNPJ n.° 07.655.369/0001-81, ao valor global de R$ 37.800,00 (trinta e sete mil e oitocentos reais), **LOJA EUREKA LTDA - ME,** inscrita no CNPJ n.° 03.339.440/0001-66, ao valor global de R$ 42.764,05 (quarenta e dois mil, setecentos e sessenta e quatro reais e cinco centavos), conforme Relatório

Geral da Sessão anexo a Ata. Juscimeira-MT, 11 de julho de 2017. Diva Maria dos Santos Gardim - Pregoeira.

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 029/2017

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 029/2017

PREGÃO PRESENCIAL N.º 019/2017

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSCIMEIRA/MT**, por meio de sua Pregoeira Oficial, designada pela Portaria n.° 014/2017, de 04 de janeiro de 2017, torna público para conhecimento dos interessados o resultado da Licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS N.º 019/2017, do tipo MENOR PREÇO POR ÍTEM, que tem por objeto o **Registro de Preços para aquisições de Equipamentos e Materiais Permanentes para Unidades de Saúde do Município de Juscimeira**, levada a efeito às 08h00min do dia 19 de junho de 2017, na sede da Prefeitura Municipal de Juscimeira/MT, situada na Avenida Joaquim Miguel dos Santos, n.º 210, Centro, neste Município de Juscimeira/MT, da qual sagraram-se vencedoras as empresas: **CIRURGICA GONÇALVES LTDA - EPP,** inscrita no CNPJ n.° 15.371.628/0001-70, ao valor global de R$ 20.772,00 (vinte mil, setecentos e setenta e dois reais), **ATI COMÉRCIO DE MÓVEIS E INFORMÁTICA LTDA EPP,** inscrita no CNPJ n.° 12.544.341/0001-07, ao valor global de R$ 20.975,00 (vinte mil, novecentos e setenta e cinco reais), **ELBER INDUSTRIA DE REFRIGERAÇÃO LTDA,** inscrita no CNPJ n.° 81.618.753/0001-67, ao valor global de R$ 39.720,00 (trinta e nove mil, setecentos e vinte reais), **GDC DA SILVA COSTA EIRELI,** inscrita no CNPJ n.° 09.721.729/0001-21, ao valor global de R$ 78.240,00 (setenta e oito mil, duzentos e quarenta reais), **OP QUIRINO DISTRIBUIDORA EIRELI ME,** inscrita no CNPJ n.° 22.228.679/0001-03, ao valor global de R$ 61.311,50 (sessenta e um mil, trezentos e onze reais e cinqüenta centavos), conforme Relatório Geral da Sessão anexo a Ata. Juscimeira-MT, 19 de junho de 2017. Diva Maria dos Santos Gardim - Pregoeira.

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 025/2017

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 025/2017

PREGÃO PRESENCIAL N.º 017/2017

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSCIMEIRA/MT**, por meio de sua Pregoeira Oficial, designada pela Portaria n.° 014/2017, de 04 de janeiro de 2017, torna público para conhecimento dos interessados o resultado da Licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS N.º 017/2017, do tipo MENOR PREÇO POR ÍTEM, que tem por objeto o **Registro de Preços para futura e eventual aquisição de Materiais de Expediente, Esportivos e Artigos Diversos para atendimento das necessidades das Secretarias do Município**, levada a efeito às 07h30min do dia 19 de maio de 2017, na sede da Prefeitura Municipal de Juscimeira/MT, situada na Avenida Joaquim Miguel dos Santos, n.º 210, Centro, neste Município de Juscimeira/MT, da qual sagraram-se vencedoras as empresas: **TOKESPECIAL OSSUNA LTDA ME,** inscrita no CNPJ n.° 04.834.140/0001-16, ao valor global de R$ 158.558,70 (cento e cinqüenta e oito mil, quinhentos e cinqüenta e oito reais e setenta centavos), **MARIA JOSÉ DOS REIS NETO - ME,** inscrita no CNPJ n.° 10.226.940/0001-57, ao valor global de R$ 122.024,00 (cento e vinte e dois mil e vinte e quatro reais); **R. MERLIM ROCHA DA SILVA - ME,** inscrita no CNPJ n.° 14.837.580/0001-80, ao valor global de R$ 157.722,80 (cento e cinqüenta e sete mil, setecentos e vinte e dois reais e oitenta centavos); : **P. MOREIRA LIMA COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI ME,** inscrita no CNPJ n.° 21.395.275/0001-41, ao valor global de R$ 81.242,00 (oitenta e um mil, duzentos e quarenta e dois reais); **SIMONE CRISTINA RODRIGUES ME** inscrita no CNPJ n.° 25.073.418/0001-50, ao valor global de R$ 558,00 (quinhentos e cinqüenta e oito reais); **GERAÇÃO 2000 CALÇADOS, CONFECÇÕES E MATERIAIS ESPORTIVOS LTDA,** inscrita no CNPJ n.° 03.449.844/00001-02, ao valor global de R$ 25.299,50 (vinte e cinco mil, duzentos e noventa e nove reais e cinqüenta centavos); **M N DE OLIVEIRA FILHO EIRELI,** inscrita no CNPJ n.° 15.156.053/0001-73, ao valor global de R$ 21.835,00 (vinte e um mil, oitocentos e trinta e cinco reais); **OLÍMPICA ESPORTES E PAPELARIA LTDA ME,** inscrita no CNPJ n.° 12.843.878/0001-78, ao valor global de R$ 25.669,50 (vinte e cinco mil, seiscentos e sessenta e nove reais e cinqüenta centavos), **ECOPEL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA ME,** inscrita no CNPJ n.° 11.928.775/0001-48, ao valor global de R$ 212.250,00 (duzentos e doze mil, duzentos e cinqüenta reais), conforme Relatório Geral da Sessão anexo a Ata. Juscimeira-MT, 19 de maio de 2017. Diva Maria dos Santos Gardim - Pregoeira.

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 024/2017

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 024/2017

PREGÃO PRESENCIAL N.º 016/2017

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSCIMEIRA/MT**, por meio de sua Pregoeira Oficial, designada pela Portaria n.° 014/2017, de 04 de janeiro de 2017, torna público para conhecimento dos interessados o resultado da Licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS N.º 016/2017, do tipo MENOR PREÇO POR ÍTEM, que tem por objeto o **Registro de Preços para futura e eventual contratação de mão de obra de serviços de retífica de motores e recondicionamento de motor, recondicionamento de sistemas hidráulicos, sistemas de freios, de bombas injetoras, ar condicionado, para linha de veículos leves e pesados de marcas diversas com fornecimento de equipamentos necessários à execução dos serviços**, levada a efeito às 09h00min do dia 19 de abril de 2017, na sede da Prefeitura Municipal de Juscimeira/MT, situada na Avenida Joaquim Miguel dos Santos, n.º 210, Centro, neste Município de Juscimeira/MT, da qual sagrou-se vencedora a empresa: **RETÍFICA RONDONÓPOLIS LTDA - ME,** inscrita no CNPJ n.° 05.753.703/0001-04, ao valor global de R$ 1.419.000,00 (um milhão, quatrocentos e dezenove mil reais), conforme Relatório Geral da Sessão anexo a Ata. Juscimeira-MT, 19 de abril de 2017. Diva Maria dos Santos Gardim - Pregoeira.

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 018/2017

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 018/2017

PREGÃO PRESENCIAL N.º 014/2017

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSCIMEIRA/MT**, por meio de sua Pregoeira Oficial, designada pela Portaria n.° 014/2017, de 04 de janeiro de 2017, torna público para conhecimento dos interessados o resultado da Licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS N.º 014/2017, do tipo MENOR PREÇO POR ÍTEM, que tem por objeto o **Registro de Preços para futura e eventual aquisição de Materiais para Construção e Materiais Elétricos para atendimento a todas as Secretarias deste Município**, levada a efeito às 08h30min do dia 03 de abril de 2017, na sede da Prefeitura Municipal de Juscimeira/MT, situada na Avenida Joaquim Miguel dos Santos, n.º 210, Centro, neste Município de Juscimeira/MT, da qual sagraram-se vencedoras as empresas: **3M COMÉRCIO DE MATERIAIS ELÉTRICOS, CONSTRUÇÃO E EQUIPAMENTOS LTDA-ME,** inscrita no CNPJ n.° 04.347.124/0001-07, ao valor global de R$ 170.888,60 (cento e setenta mil, oitocentos e oitenta e oito reais e sessenta centavos), **ARLINDO CANOVA PABLOS**, inscrita no CNPJ n.° 86.907.318/0001-76, ao valor global de R$ 673.001,90 (seiscentos e setenta e três mil, um real e noventa centavos), **COXIPÓ MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA-ME**, inscrita no CNPJ n.° 26.579.029/0001-63, ao valor global de R$ 14.573,00 (quatorze mil, quinhentos e setenta e três reais), **ELÉTRICA RADIANTE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA**, inscrita no CNPJ n.° 15.984.883/0001-99, ao valor global de R$ 111.150,00 (cento e

onze mil, cento e cinqüenta reais), conforme Relatório Geral da Sessão anexo a Ata. Juscimeira-MT, 03 de abril de 2017. Diva Maria dos Santos Gardim - Pregoeira.

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 017/2017

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 017/2017

PREGÃO PRESENCIAL N.º 013/2017

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSCIMEIRA/MT**, por meio de sua Pregoeira Oficial, designada pela Portaria n.° 014/2017, de 04 de janeiro de 2017, torna público para conhecimento dos interessados o resultado da Licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS N.º 013/2017, do tipo MENOR PREÇO POR ÍTEM, que tem por objeto o **Registro de Preços para futura e eventual aquisição de Produtos de Informática e Suprimentos para atendimento a todas as Secretarias deste Município**, levada a efeito às 08h30min do dia 04 de abril de 2017, na sede da Prefeitura Municipal de Juscimeira/MT, situada na Avenida Joaquim Miguel dos Santos, n.º 210, Centro, neste Município de Juscimeira/MT, da qual sagraram-se vencedoras as empresas: **KC SCARPIM COMERCIO ME,** inscrita no CNPJ n.° 05.208.164/0001-22, ao valor global de R$ 191.867,00 (cento e noventa e um mil, oitocentos e sessenta e sete reais), **TECNHOINF COMERCIO ELETRONICOS LTDA**, inscrita no CNPJ n.° 86.788.288/0001-26, ao valor global de R$ 96.372,50 (noventa e seis mil, trezentos e setenta e dois reais e cinqüenta centavos), **DATA MANAGER – PRESTADORA DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA LTDA - ME**, inscrita no CNPJ n.° 19.707.627.0001-05, ao valor global de R$ 243. 516,70 (duzentos e quarenta e três mil, quinhentos e dezesseis reais e setenta centavos), **M N DE OLIVEIRA FILHO EIRELI**, inscrita no CNPJ n.° 15.156.053/0001-73, ao valor global de R$ 34.651,00 (trinta e quatro mil, seiscentos e cinqüenta e um reais), conforme Relatório Geral da Sessão anexo a Ata. Juscimeira-MT, 04 de abril de 2017. Diva Maria dos Santos Gardim - Pregoeira.

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 015/2017

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 015/2017

PREGÃO PRESENCIAL N.º 012/2017

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSCIMEIRA/MT**, por meio de sua Pregoeira Oficial, designada pela Portaria n.° 014/2017, de 04 de janeiro de 2017, torna público para conhecimento dos interessados o resultado da Licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS N.º 012/2017, do tipo MENOR PREÇO POR ÍTEM, que tem por objeto o **Registro de Preços para futura e eventual aquisição de Mão de Pneus diversos para atender as necessidades das Secretarias do Município**, levada a efeito às 08h30min do dia 18 de abril de 2017, na sede da Prefeitura Municipal de Juscimeira/MT, situada na Avenida Joaquim Miguel dos Santos, n.º 210, Centro, neste Município de Juscimeira/MT, da qual sagraram-se vencedoras as empresas: **PNEUAR COMERCIO DE PNEUS LTDA**, inscrita no CNPJ n.° 03.532.991/0001-41, ao valor global de R$ 442.760,00 (quatrocentos e quarenta e dois mil, setecentos e sessenta reais), **PNEUS VIA NOBRE LTDA**, inscrita no CNPJ n.° 01.976. 860/0048-91, ao valor global de R$ 496.380,00 (quatrocentos e noventa e seis mil, trezentos e oitenta reais) conforme Relatório Geral da Sessão anexo a Ata. Juscimeira-MT, 18 de abril de 2017. Diva Maria dos Santos Gardim - Pregoeira.

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 014/2017

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 014/2017

PREGÃO PRESENCIAL N.º 011/2017

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSCIMEIRA/MT**, por meio de sua Pregoeira Oficial, designada pela Portaria n.° 014/2017, de 04 de janeiro de 2017, torna público para conhecimento dos interessados o resultado da Licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS N.º 011/2017, do tipo MENOR PREÇO POR ÍTEM, que tem por objeto o **Registro de Preços para futura e eventual aquisição de Mão de Produtos de Panificação, Bolos e Salgados em atendimento das necessidades das Secretarias do Município**, levada a efeito às 09h00min do dia 11 de abril de 2017, na sede da Prefeitura Municipal de Juscimeira/MT, situada na Avenida Joaquim Miguel dos Santos, n.º 210, Centro, neste Município de Juscimeira/MT, da qual sagrou-se vencedora a empresa: **M. DA SILVA FERREIRA**, inscrita no CNPJ n.° 19.703.197/ 0001-53, ao valor global de R$ 165.585,00 (cento e sessenta e cinco mil, quinhentos e oitenta e cinco reais), conforme Relatório Geral da Sessão anexo a Ata. Juscimeira-MT, 11 de abril de 2017. Diva Maria dos Santos Gardim - Pregoeira.

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 011/2017

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 011/2017

PREGÃO PRESENCIAL N.º 009/2017

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSCIMEIRA/MT**, por meio de sua Pregoeira Oficial, designada pela Portaria n.° 014/2017, de 04 de janeiro de 2017, torna público para conhecimento dos interessados o resultado da Licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS N.º 009/2017, do tipo MENOR PREÇO POR ÍTEM, que tem por objeto o **Registro de Preços para futura e eventual aquisição de Mão de Obra e Recarga de Tonner para atendimento das necessidades das secretarias do Município**, levada a efeito às 14h00min do dia 10 de março de 2017, na sede da Prefeitura Municipal de Juscimeira/MT, situada na Avenida Joaquim Miguel dos Santos, n.º 210, Centro, neste Município de Juscimeira/MT, da qual sagrou-se vencedora a empresa: **ERIKA FUJII AMARAL**, inscrita no CNPJ n.° 19.703.197/0001-53, ao valor global de R$ 30.000,00 (trinta mil reais), conforme Relatório Geral da Sessão anexo a Ata. Juscimeira-MT, 20 de fevereiro de 2017. Diva Maria dos Santos Gardim - Pregoeira.

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 006/2017

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 006/2017

PREGÃO PRESENCIAL N.º 005/2017

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSCIMEIRA/MT**, por meio de sua Pregoeira Oficial, designada pela Portaria n.° 014/2017, de 04 de janeiro de 2017, torna público para conhecimento dos interessados o resultado da Licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS N.º 005/2017, do tipo MENOR PREÇO POR ÍTEM, que tem por objeto o **Registro de Preços para futura e eventual aquisição de Materiais Hidráulicos para atendimento das necessidades do DAE (Departamento de Água e Esgoto do Município)**, levada a efeito às 14h00min do dia 20 de fevereiro de 2017, na sede da Prefeitura Municipal de Juscimeira/MT, situada na Avenida Joaquim Miguel dos Santos, n.º 210, Centro, neste Município de Juscimeira/MT, da qual sagrou-se vencedora a empresa: **AAGUA COMERCIO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS LTDA**, inscrita no CNPJ n.° 09.237.525/0001-10, ao valor global de R$ 411.048,00 (quatrocentos e onze mil, quarenta e oito reais), conforme Relatório Geral da Sessão anexo a Ata. Juscimeira-MT, 20 de fevereiro de 2017. Diva Maria dos Santos Gardim - Pregoeira.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAMBARI D´OESTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAMBARI D'OESTE-MT

COMITE GESTOR PRO FAMILIA

MUNICÍPIO DE LAMBARI D OESTE – MT

ATA nº 01/2017 do COMITE GESTOR PRO FAMILIA, DO MUNICIPIO DE LAMBARI D OESTE-MT.

Aos 21 dias do mês de julho do ano de dois mil e dezessete, às 10h00min, na sala de reunião do CRAS - Centro de Referência da Assistência Social, situado a Avenida Boa Vista nº 124N – Centro de Lambari D' Oeste – MT, reuniu-se os membros do Comitê Gestor, convocados pela Senhora Ana Karla Amaral Costa, contando com a participação dos membros: Rute Soares de Azevedo,**Representante da Assistência Social:** Jane Avila, Wenderson Mendes de Oliveira, **Representante da Igreja Católica:** Maria Rosa Venâncio Siqueira da Silva, Rositânia Rocha Chaves Aleixo **Representante da Saúde:** Sueli de Figueiredo Viana Lara, Zenilda Ribeiro de Oliveira**.** A sessão foi aberta, após constatar quórum qualificado, que apresentou a pauta do dia: **Aprovação das famílias beneficiarias do Programa Pro-Família**. Em seguida Ana Karla, cumprimentou a todos e na sequência foi aberto para análise das famílias que foram aprovadas por unanimidade por este comitê gestor, onde o nome dessas famílias após aprovação do estado passa a fazer parte do Programa Pró-família, onde a mesma ficará no programa, sendo monitoradas e acompanhadas pelos profissionais, ficando assim a relação das famílias:

1- RUTE DE JESUS DA SILVA 2- MARIA MADALENA DA SILVA 3- ELEN CRISTIANE FERNANDES 4- EULALIA NUNES DA SILVA ARAÚJO 5- BENICIO ROCHA 6- TEREZA VAZ CARDOSO MOREIRA 7- LEIA FRANCISCA FERREIRA AGUARIO 8- MARIA APARECIDA RODRIGUES DOS SANTOS 9- TEREZA DA CONCEIÇÃO 10- LILIANE MARIA DOS SANTOS 11- MARILI APARECIDA DE CARVALHO 12- FATIMA MARIELA OLIVEIRA SOLETO 13- ERENICE GARCIA 14- MARIA AMELIA DOS SANTOS PETERLE 15- SONIA DE SOUZA MENDES 16- MARIA JOSILENE DA SILVA GOMES 17- FLORDELICE MORELLI 18- LUCIANE DE AGUIAR OLIVEIRA 19- CREONICE COMINI AGASTÃO 20- MARIA DE FATIMA INACIO CARDOSO 21- SANDRA LIRA ALCANTARA DE JESUS 22- FLAVIANE ATALITA NASCIMENTO DA SILVA 23- LUCIANA DA CONCEIÇÃO 24- ADRIANA INACIO CARDOZO 25- MATILDE FERREIRA DA SILVA 26- RUTI CASIMIRO DE OLIVEIRA 27- NILDA BORGES 28- ANTONIA MARIA DE ALENCAR 29- MICHELE APARECIDA SIBOF DOS SANTOS 30- ADALMI MOREIRA MAGALHÃES 31- LEIDIANA APARECIDA DA SILVA 32- LUCINEIA INACIO COELHO 33- YASMIN APARECIDA DOS SANTOS 34- ROSILENE LIMA PEREIRA 35- VALERIA APARECIDA DE OLIVEIRA 36- ESTEFANIA SILVA RORDÃO 37- MARINALVA CONCEIÇÃO XAVIER 38- ANTONIO BORGES GUIMARÃES 39- ELOI FATIMO NUNES DA SILVA 40- JOSE DOS REIS RODRIGUES 41- ANGELA DA SILVA FARIAS 42- JOAO DAMACENA DA SILVA 43- MARILENE ROSA DA CRUZ 44- MARIA JOSE DE OLIVEIRA MENDES 45- APARECIDA DE OLIVEIRA 46- MARIA EDILEUZA DOS SANTOS 47- MARIA JOSE DE OLIVEIRA (LIA) 48- DEVANIRA APARECIDA CEBALHO 49- LUCIANE GONÇALVES DA CRUZ 50- ROSICLEIA RODRIGUES DA SILVA 51- PAMELA CRISTINA DA SILVA FARIAS GOMES 52- ADRIANA RODRIGUES DE JESUS 53- JEANE MARIA MAURICIO DOS SANTOS 54- MARIA APARECIDA DOS SANTOS 55- MICHELI CRISTINA DA SILVA ALMEIDA 56- ADAIRCE OLIVEIRA DA SILVA 57- VANUSA DA SILVA DE OLIVEIRA 58- MARIA JOSE REGINA DE LIMA 59- BENEDITO FRANCISCO DOS SANTOS

Nada mais a tratar eu Ana Karla Amaral Costa, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada por mim e pelos demais membros do Comitê Gestor.

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTENIA SOCIAL – CMAS, MUNICÍPIO DE LAMBARI D OESTE – MT

ATA nº 087/2017 do CMAS – CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, aos 13 dias do mês de junho do ano de dois mil e dezessete, às 13h00min, na sala de reunião do CRAS - Centro de Referência da Assistência Social, situado a Avenida Boa Vista nº 124N – Centro de Lambari D' Oeste – MT, reuniu-se em sessão extraordinária, convocados pela Senhora Ana Karla Amaral Costa, Presidente do CMAS, contando com a participação dos membros: **Ana Karla Amaral Costa, Josefa Torquato de Araújo**, **Maria da Conceição da Silva, Dina Pereira Neves**, **Rute Soares de Souza Aleixo Cleilton Tiago de Queiroz**, **Maria Helena Teixeira dos Santos, Bruna Tiago Pessoa**, **Valdene Alves Reis**, **Jocenildo da Silva Santos, Deuzeni Rosa Pimenta**, **Francieuda da Silva Pimenta, Demétrio Aparecido Luiz** e **Marcos Fernandes Pereira.** A sessão foi aberta, após constatar quórum qualificado, que apresentou a pauta do dia: **Aprovação DO Comite Gestor do Pro-Familia**. Em seguida a presidente do CMAS Ana Karla, cumprimentou todos e na sequência relatou que o Comitê Gestor é de suma importância para execução e fiscalização do Programa Pró Família, que foi criado pelo Governo do Estado de Mato Grosso, com objetivo de tirar as famílias da vulnerabilidade social, e que este Programa tem duração de um ano, após monitoramento das agentes de saúde juntamente com a assistente social, a família permanecendo na vulnerabilidade, fica por mais um ano. Fazendo-se necessária assim aprovação do mesmo, que segue os membros na seguinte forma **Representante do CMAS:**Ana Karla Amaral Costa, Rute Soares de Azevedo,**Representante da Assistência Social:** Jane Avila, Wenderson Mendes de Oliveira, **Representante da Igreja Católica:** Maria Rosa Venâncio Siqueira da Silva, Rositânia Rocha Chaves Aleixo **Representante da Saúde:** Sueli de Figueiredo Viana Lara, Zenilda Ribeiro de Oliveira, que após análise foi aprovado por todos com unanimidade. Nada mais a tratar eu secretaria Josefa Torquato de Araújo, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada por mim e pelos demais membros do CMAS – Conselho Municipal de Assistência Social.

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAMBARI D'OESTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

CRAS- CENTRO DE REFERENCIA DE ASSISTENCIA SOCIAL

PARECER UNIFICADO/001/2017

Considerando a Instrução Normativa SETAS Nº. 001 de Maio de 2017, que estabelece as diretrizes, normas e procedimentos para execução da Lei Estadual Nº 10.523 de 17 de Março de 2017, que cria o programa Pró-Família; atestamos que as famílias abaixo relacionadas atendem os critérios de elegibilidade e condicionalidades do Programa, encaminhamos, para análise, validação e publicação em veículo oficial.

Lambari D'Oeste –MT, 20 de Julho de 2017.

Relação das famílias:

1- RUTE DE JESUS DA SILVA 2- MARIA MADALENA DA SILVA 3- ELEN CRISTIANE FERNANDES 4- EULALIA NUNES DA SILVA ARAÚJO 5- BENICIO ROCHA 6- TEREZA VAZ CARDOSO MOREIRA 7- LEIA FRANCISCA FERREIRA AGUARIO 8- MARIA APARECIDA RODRIGUES DOS SANTOS 9- TEREZA DA CONCEIÇÃO 10- LILIANE MARIA DOS SANTOS 11- MARILI APARECIDA DE CARVALHO 12- FATIMA MARIELA OLIVEIRA SOLETO 13- ERENICE GARCIA 14- MARIA AMELIA DOS SANTOS PETERLE 15- SONIA DE SOUZA MENDES 16- MARIA JOSILENE DA SILVA GOMES 17- FLORDELICE MORELLI 18- LUCIANE DE AGUIAR OLIVEIRA 19- CREONICE COMINI AGASTÃO 20- MARIA DE FATIMA INACIO CARDOSO 21- SANDRA LIRA ALCANTARA DE JESUS 22- FLAVIANE ATALITA NASCIMENTO DA SILVA 23- LUCIANA DA CONCEIÇÃO 24- ADRIANA INACIO CARDOZO 25- MATILDE FERREIRA DA SILVA 26- RUTI CASIMIRO DE OLIVEIRA 27- NILDA BORGES 28- ANTONIA MARIA DE ALENCAR 29- MICHELE APARECIDA SIBOF DOS SANTOS 30- ADALMI MOREIRA MAGALHÃES 31- LEIDIANA APARECIDA DA SILVA 32- LUCINEIA INACIO COELHO 33- YASMIN APARECIDA DOS SANTOS 34- ROSILENE LIMA PEREIRA 35- VALERIA APARECIDA DE OLIVEIRA 36- ESTEFANIA SILVA RORDÃO 37- MARINALVA CONCEIÇÃO XAVIER 38- ANTONIO BORGES GUIMARÃES 39- ELOI FATIMO NUNES DA SILVA 40- JOSE DOS REIS RODRIGUES 41- ANGELA DA SILVA FARIAS 42- JOAO DAMACENA DA SILVA 43- MARILENE ROSA DA CRUZ 44- MARIA JOSE DE OLIVEIRA MENDES 45- APARECI-

DA DE OLIVEIRA 46- MARIA EDILEUZA DOS SANTOS 47- MARIA JOSE DE OLIVEIRA (LIA) 48- DEVANIRA APARECIDA CEBALHO 49- LUCIANE GONÇALVES DA CRUZ 50- ROSICLEIA RODRIGUES DA SILVA 51- PAMELA CRISTINA DA SILVA FARIAS GOMES 52- ADRIANA RODRIGUES DE JESUS 53- JEANE MARIA MAURICIO DOS SANTOS 54- MARIA APARECIDA DOS SANTOS 55- MICHELI CRISTINA DA SILVA ALMEIDA 56- ADAIRCE OLIVEIRA DA SILVA 57- VANUSA DA SILVA DE OLIVEIRA 58- MARIA JOSE REGINA DE LIMA 59- BENEDITO FRANCISCO DOS SANTOS

AVISO DE SUSPENSAO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 034/2017

AVISO DE SUSPENSAO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 034/2017

TIPO DESTA LICITAÇÃO: "MENOR PREÇO GLOBAL"

A prefeitura municipal através de sua pregoeira oficial e equipe de apoio designada pela Portaria nº 020/2017, comunica aos interessados que a licitação referente ao pregão nº 034/2017, **AQUISIÇÃO DE UM (01) VEICULO DO TIPO MICRO-ÔNIBUS, PARA TRANSPORTE DE PACIENTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE LAMBARI D'OESTE - MT.**, com data de abertura da licitação, marcada para as 9 horas do dia 07/08/2017 ficara suspenso por data indeterminada. Tal medida foi tomada, em decorrência da necessidade de revisão e adequação da planilha do termo de referência e do objeto a ser contratado. Tão logo sejam dirimidas as dúvidas suscitadas, será publicada nova data de abertura da licitação, pela mesma via em que se deu a publicação original. Encontram-se a disposição dos interessados no email: licitacao@lambaridoeste.mt.gov.br e no Telefone (65) 3228 – 1178 ou no horário de expediente desta Prefeitura.

Lambari D´Oeste -MT, 25 de julho de 2017.

_____

Rivonete Coelho Da Silva

Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCELÂNDIA

PREVILÂNDIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - DESPESAS

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE MARCELANDIA

FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA DE MARCELANDIA

Demonstrativo Contábil da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - DESPESAS

1° Semestre - 2017

(art. 102 da Lei n.º 4.320/1964)

R$ 1,00

DESPESAS	Dotação Inicial (d)	Dotação Atualizada (f)	Despesas Empenhadas Até o Mês (h)	Despesas Liquidadas Até o Mês (i)	Despesas Pagas Até o Mês (j)	% (h / f)	Saldo da Dotação (f - h)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	5.790.000,00	5.790.000,00	895.690,37	872.640,37	865.909,44	15,46	4.894.309,63
DESPESAS CORRENTES	2.320.000,00	2.320.000,00	895.690,37	872.640,37	865.909,44	38,60	1.424.309,63
Pessoal e Encargos Sociais	2.030.000,00	2.030.000,00	802.797,69	802.797,69	800.622,79	39,54	1.227.202,31
Outras Despesas Correntes	290.000,00	290.000,00	92.892,68	69.842,68	65.286,65	32,03	197.107,32
DESPESAS DE CAPITAL	25.000,00	25.000,00					25.000,00
Investimentos	25.000,00	25.000,00					25.000,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	3.445.000,00	3.445.000,00					3.445.000,00
DESPESAS(INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(IX)	10.000,00	10.000,00	2.305,25	2.305,25	2.305,25	23,05	7.694,75
SUBTOTAL DAS DESPESAS(X)=(VIII + IX)	5.800.000,00	5.800.000,00	897.995,62	874.945,62	868.214,69	15,48	4.902.004,38
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA - REFINANCIAMENTO (XI)							
SUBTOTAL C/REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	5.800.000,00	5.800.000,00	897.995,62	874.945,62	868.214,69	15,48	4.902.004,38
SUPERÁVIT (XIII)			1.956.295,11				-1.956.295,11
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	5.800.000,00	5.800.000,00	2.854.290,73	874.945,62	868.214,69	49,21	2.945.709,27
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	Dotação Inicial (d)	Dotação Atualizada (f = d + e)	Despesas Empenhadas Até o Mês (h)	Despesas Liquidadas Até o Mês (i)	Despesas Pagas Até o Mês (j)	% (h / f)	Saldo da Dotação (f - h)
DESPESAS CORRENTES (I)	10.000,00	10.000,00	2.305,25	2.305,25	2.305,25	23,05	7.694,75
Pessoal e Encargos Sociais	10.000,00	10.000,00	2.305,25	2.305,25	2.305,25	23,05	7.694,75
SUBTOTAL DAS DESPESAS (III) = (I + II)	10.000,00	10.000,00	2.305,25	2.305,25	2.305,25	23,05	7.694,75
SUPERÁVIT (IV)	2.075.000,00	2.075.000,00	1.157.026,96	1.157.026,96		55,76	917.973,04
TOTAL (V) = (III + IV)	2.085.000,00	2.085.000,00	1.159.332,21	1.159.332,21	2.305,25	55,60	925.667,79

Nota: Demonstrativo Contábil em conformidade com o MCASP.

Marli Teresinha Teixeira
Diretor (a)

Andrea de Oliveira Souza
Tesoureira

Celio Felix de Souza
Contador

Emissão: 25/07/2017 09:42:20

Página 1
Homologado

PREVILÂNDIA
BALANÇO PATRIMONIAL - 1° SEMESTRE / 2017

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE MARCELANDIA
FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA DE MARCELANDIA
Demonstrativo Contábil da lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 - (Modelo NBCASP)
BALANÇO PATRIMONIAL
1° Semestre - 2017 - Relatório para simples conferência

Data de emissão: 25/07/2017

Exercício: 2017 **P. Contas: PCASP-MT**

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR	ESPECIFICAÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
ATIVO CIRCULANTE	**22.151.503,56**	**20.255.199,17**	**PASSIVO CIRCULANTE**	**6.730,93**	
111 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	4.100,23	7.394,25	211 - OBRIGACOES TRABALHISTAS, PREVIDENCIARIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO	2.174,90	
114 - INVESTIMENTOS E APLICACOES TEMPORARIAS A CURTO PRAZO	22.147.403,33	20.247.804,92	214 - OBRIGACOES FISCAIS A CURTO PRAZO	4.556,03	
ATIVO NÃO CIRCULANTE	**1.290.864,20**	**1.405.203,76**	**PASSIVO NÃO CIRCULANTE**	**17.258.186,83**	**17.258.186,83**
121 - ATIVO REALIZAVEL A LONGO PRAZO	1.280.680,41	1.395.019,97	227 - PROVISOES A LONGO PRAZO	17.258.186,83	17.258.186,83
12111 - CREDITOS A LONGO PRAZO - CONSOLIDACAO	1.280.680,41	1.395.019,97	**TOTAL DO PASSIVO**	**17.264.917,76**	**17.258.186,83**
1211101 - CREDITOS TRIBUTARIOS A RECEBER	1.280.680,41	1.395.019,97	**PATRIMÔNIO LIQUIDO**		
123 - IMOBILIZADO	10.183,79	10.183,79	ESPECIFICAÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
1231 - BENS MOVEIS	18.481,36	18.481,36	237 - RESULTADOS ACUMULADOS	6.177.450,00	4.402.216,10
1238 - (-) DEPRECIACAO, EXAUSTAO E AMORTIZACAO ACUMULADAS	-8.297,57	-8.297,57	RESULTADO DO EXERCÍCIO	1.775.233,90	1.352.689,04
			RESULTADO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	4.402.216,10	3.049.527,06
			TOTAL DO PATRIMÔNIO LIQUIDO	**6.177.450,00**	**4.402.216,10**
TOTAL	**23.442.367,76**	**21.660.402,93**	**TOTAL**	**23.442.367,76**	**21.660.402,93**

ATIVO FINANCEIRO	**4.100,23**	**7.394,25**	**PASSIVO FINANCEIRO**		
ATIVO PERMANENTE	**1.290.864,20**	**1.405.203,76**	**PASSIVO PERMANENTE**	**17.258.186,83**	**17.258.186,83**
SALDO PATRIMONIAL				**-15.963.222,40**	**-15.845.588,82**

Compensação

ESPECIFICAÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR	ESPECIFICAÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
Saldo dos Atos Potenciais Ativos			Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
			EXECUCAO DE OBRIGACOES CONTRATUAIS	23.050,00	16.000,00
TOTAL			**TOTAL**	**23.050,00**	**16.000,00**

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE MARCELANDIA
FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA DE MARCELANDIA
Demonstrativo Contábil da lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 - (Modelo NBCASP)
BALANÇO PATRIMONIAL
1° Semestre - 2017 - Relatório para simples conferência

Data de emissão: 25/07/2017

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERÁVIT / DÉFICIT FINANCEIRO
VINCULADA	
150000000 - Recursos do Regime Próprio de Previdência (RPPS)	3.374.297,29
153000000 - Recursos da Taxa de Administração	114.087,01
154000000 - Recursos do Superávit da Taxa de Administração	53.431,23
350000000 - Recursos do Regime Próprio de Previdência (RPPS)	18.437.583,86
353000000 - Recursos da Taxa de Administração	60.980,26
354000000 - Recursos do Superávit da Taxa de Administração	81.342,98
TOTAL	**22.121.722,63**

Marli Teresinha Teixeira
Diretor (a)

Andrea de Oliveira Souza
Tesoureira

Celio Felix de Souza
Contador

PREVILÂNDIA
DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS 1° SEMESTRE - 2017

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE MARCELANDIA
FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA DE MARCELANDIA
Demonstrativo Contábil da lei nº 4.320, de 17 de março de 1964
DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS
1° Semestre - 2017

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS

	Exercício Atual	Exercício Anterior
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	**2.739.951,17**	**5.105.908,91**
CONTRIBUIÇÕES	**1.433.663,54**	**3.163.623,35**
CONTRIBUICOES SOCIAIS	1.433.663,54	3.163.623,35
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	**1.306.287,63**	**2.996.247,22**
JUROS E ENCARGOS DE MORA	73.802,77	144.431,48
REMUNERACAO DE DEPOSITOS BANCARIOS E APLICACOES FINANCEIRAS	1.232.484,86	2.851.815,74
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS		**-1.053.961,66**
VARIACAO PATRIMONIAL AUMENTATIVA A CLASSIFICAR		-55.189,96
REVERSAO DE PROVISOES E AJUSTES DE PERDAS		-998.771,70

Emissão: 25/07/2017 09:47:36 Página 1

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE MARCELANDIA

FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA DE MARCELANDIA

Demonstrativo Contábil da lei nº 4.320, de 17 de março de 1964

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

1° Semestre - 2017

	Exercício Atual	Exercício Anterior
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	**964.717,27**	**3.753.219,87**
PESSOAL E ENCARGOS	**26.974,25**	**59.168,54**
REMUNERACAO A PESSOAL	24.669,00	53.036,81
ENCARGOS PATRONAIS	2.305,25	6.131,73
BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS	**778.128,69**	**1.551.938,07**
APOSENTADORIAS E REFORMAS	505.053,75	901.207,86
PENSOES	161.153,64	314.471,40
OUTROS BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS E ASSISTENCIAIS	111.921,30	336.258,81
USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	**41.515,94**	**73.320,47**
USO DE MATERIAL DE CONSUMO	540,00	2.278,76
SERVICOS	40.975,94	71.041,71
DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS	**89.771,65**	**190,55**
REAVALIACAO, REDUCAO A VALOR RECUPERAVEL E AJUSTE PARA PERDAS	89.771,65	
PERDAS INVOLUNTARIAS		190,55
TRIBUTÁRIAS	**28.326,74**	**55.754,72**
CONTRIBUICOES	28.326,74	55.754,72
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		**2.012.847,52**
VPD DE CONSTITUICAO DE PROVISOES		2.012.847,52
Resultado Patrimonial do Período	**1.775.233,90**	**1.352.689,04**

Emissão: 25/07/2017 09:47:36 Página 2

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE MARCELANDIA

FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA DE MARCELANDIA

Demonstrativo Contábil da lei nº 4.320, de 17 de março de 1964

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

1° Semestre - 2017

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS (decorrentes da execução orçamentária)		
	Exercício Atual	**Exercício Anterior**
INCORPORAÇÃO DE ATIVO		1.432,80

Marli Teresinha Teixeira
Diretor (a)

Andrea de Oliveira Souza
Tesoureira

Celio Felix de Souza
Contador

Emissão: 25/07/2017 09:47:36 Página 3

Homologado

PREVILÂNDIA
BALANÇO FINANCEIRO - 1° SEMESTRE/2017

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE MARCELANDIA
FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA DE MARCELANDIA
Demonstrativo Contábil da lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 - (Modelo NBCASP)
BALANÇO FINANCEIRO
1° Semestre - 2017

Data de emissão: 25/07/2017

Exercício: 2017 **P. Contas: PCASP-MT**

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR	ESPECIFICAÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
Receita Orçamentária	**2.854.290,73**	**5.575.472,05**	**Despesa Orçamentária**	**897.995,62**	**1.741.614,60**
Ordinárias			Ordinárias		
Ordinária		5.630.662,01	Ordinária		1.741.614,60
Vinculadas			Vinculadas		
Recurso Próprio de Previdência Social	2.854.290,73		Recurso Próprio de Previdência Social	897.995,62	
Dedução					
(-) Deduções da Receita Orçamentária		55.189,96			
Transferências Financeiras Recebidas			**Transferencias Financeiras Concedidas**		
Transferências Financeiras Recebidas			Transferências Financeiras Concedidas		
Recebimentos Extra-Orçamentários	**84.674,38**	**83.172,70**	**Despesas Extra-Orçamentárias**	**54.893,45**	**83.172,70**
Restos a Pagar			Restos a Pagar		
Inscritos no período	29.780,93		Pagos no período		
Depósitos			Depósitos		
Outras movimentações extra-orçamentárias	54.893,45	83.172,70	Outras movimentações extra-orçamentárias	54.893,45	83.172,70
Outros Movimentos			Outros Movimentos		
Outras movimentações extra-orçamentárias			Outras movimentações extra-orçamentárias		
Provisão p/ perdas de invest. e reserva adm. (Reversão)			Provisão p/ perdas de invest. e reserva adm. (Const.)		
Ajuste de Investimentos - Ganho			**Ajuste de Investimentos - Perda**	**89.771,65**	
Ajuste de Investimentos - Ganho			Ajuste de Investimentos - Perda	89.771,65	
Transferências de Aplicações Financeiras p/ Curto					
Saldo em espécie do exercício anterior	**20.255.199,17**	**16.421.341,72**	**Saldo em espécie do exercício seguinte**	**22.151.503,56**	**20.255.199,17**
Disponível			Disponível		
Caixa			Caixa		
Bancos conta movimento	7.394,25	4.993,83	Bancos conta movimento	4.100,23	7.394,25
Aplicações financeiras			Aplicações financeiras		
Aplicações financeiras - RPPS	20.247.804,92	16.416.347,89	Aplicações financeiras - RPPS	22.147.403,33	20.247.804,92
(-)Provisão p/ perdas de invest. e reserva adm. (Reversão)			(-)Provisão p/ perdas de invest. e reserva adm. (Const.)		

Emissão: 25/07/2017 09:39:07 Página 1

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE MARCELANDIA
FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA DE MARCELANDIA
Demonstrativo Contábil da lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 - (Modelo NBCASP)

BALANÇO FINANCEIRO

1° Semestre - 2017

Data de emissão: 25/07/2017

Exercício: 2017 **P. Contas: PCASP-MT**

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR	ESPECIFICAÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
TOTAL	23.194.164,28	22.079.986,47	TOTAL	23.194.164,28	22.079.986,47

Marli Teresinha Teixeira
Diretor (a)

Andrea de Oliveira Souza
Tesoureira

Celio Felix de Souza
Contador

Emissão: 25/07/2017 09:39:07 Página 2

Homologado

PREVILÂNDIA
DEMONSTRATIVO DAS MUTAÇÕES NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - 1° SEMESTRE 2017

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE MARCELANDIA
FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA DE MARCELANDIA
Demonstrativo Contábil da lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 - (Modelo NBCASP)
DEMONSTRATIVO DAS MUTAÇÕES NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
1° Semestre - 2017

Data de emissão: 25/07/2017

Exercício: 2017

P. Contas: PCASP-MT

ESPECIFICAÇÃO	Patrimônio Social / Capital Social	Adiant. para Futuro Aumento de Capital	Reservas de Capital	Ajustes de Avaliação Patrimônial	Reservas de Lucro	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ações / Cotas em Tesouraria	TOTAL
Saldo Inicial Ex. Anterior							**3.049.527,06**		**3.049.527,06**
Ajustes de Exercícios Anteriores									
Aumento de Capital							1.352.689,04		1.352.689,04
Resultado do Exercício							4.402.216,10		4.402.216,10
Constituição/ Reversão de Reservas			17.258.186,83						17.258.186,83
Dividendos									
Saldo Final Ex. Anterior Saldo Inicial Ex. Atual							**4.402.216,10**		**4.402.216,10**
Ajustes de Exercícios Anteriores									
Aumento de Capital									
Resultado do Exercício							4.402.216,10		4.402.216,10
Constituição / Reversão de Reservas			17.258.186,83						17.258.186,83
Dividendos									
Saldo Final Ex. Atual							**4.402.216,10**		**4.402.216,10**

Marli Teresinha Teixeira
Diretor (a)

Andrea de Oliveira Souza
Tesoureira

Celio Felix de Souza
Contador

Emissão: 25/07/2017 09:50:12 Página 1

Homologado

PREVILÂNDIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - RECEITAS -1° SEMESTRE 2017

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE MARCELANDIA

FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA DE MARCELANDIA

Demonstrativo Contábil da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - RECEITAS

1° Semestre - 2017

(art. 102 da Lei n.º 4.320/1964) **R$ 1,00**

RECEITAS	Previsão Inicial	Previsão Atualizada (a)	Receitas Realizadas		Saldo a Realizar (c - a)
			Até o Mês (c)	% (c / a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	3.715.000,00	3.715.000,00	1.694.958,52	45,62	2.020.041,48
RECEITAS CORRENTES	3.715.000,00	3.715.000,00	1.694.958,52	45,62	2.020.041,48
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	1.000.000,00	1.000.000,00	462.473,66	46,24	537.526,34
Contribuições Sociais	1.000.000,00	1.000.000,00	462.473,66	46,24	537.526,34
RECEITA PATRIMONIAL	2.700.000,00	2.700.000,00	1.232.484,86	45,64	1.467.515,14
Receitas de Valores Mobiliários	3.000.000,00	3.000.000,00	1.232.484,86	41,08	1.767.515,14
(-)Dedução da Receita Patrimonial	-300.000,00	-300.000,00			-300.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	15.000,00	15.000,00			15.000,00
Multa de Juros de Mora	10.000,00	10.000,00			10.000,00
Indenizações e Restituições	5.000,00	5.000,00			5.000,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	2.085.000,00	2.085.000,00	1.159.332,21	55,60	925.667,79
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III)=(I + II)	5.800.000,00	5.800.000,00	2.854.290,73	49,21	2.945.709,27
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)					
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	5.800.000,00	5.800.000,00	2.854.290,73	49,21	2.945.709,27
DÉFICIT/SUPERÁVIT (VI)					
TOTAL(VII) = (V + VI)	5.800.000,00	5.800.000,00	2.854.290,73	49,21	2.945.709,27

Emissão: 25/07/2017 09:42:20

Página 1

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE MARCELANDIA

FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA DE MARCELANDIA

Demonstrativo Contábil da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - RECEITAS

1° Semestre - 2017

(art. 102 da Lei n.º 4.320/1964) **R$ 1,00**

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	Previsão Inicial	Previsão Atualizada (a)	Receitas Realizadas		Saldo a Realizar (c - a)
			Até o Mês (c)	% (c / a)	
RECEITAS CORRENTES (I)	2.085.000,00	2.085.000,00	1.159.332,21	55,60	925.667,79
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	1.945.000,00	1.945.000,00	1.085.529,44	55,81	859.470,56
Contribuições Sociais	1.945.000,00	1.945.000,00	1.085.529,44	55,81	859.470,56
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	140.000,00	140.000,00	73.802,77	52,71	66.197,23
Multas e Juros de Mora	135.000,00	135.000,00	73.802,77	54,66	61.197,23
Indenizações e Restituições	5.000,00	5.000,00			5.000,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	2.085.000,00	2.085.000,00	1.159.332,21	55,60	925.667,79
TOTAL (V) = (III + IV)	2.085.000,00	2.085.000,00	1.159.332,21	55,60	925.667,79

Marli Teresinha Teixeira
Diretor (a)

Andrea de Oliveira Souza
Tesoureira

Celio Felix de Souza
Contador

Emissão: 25/07/2017 09:42:20

Página 2

Homologado

ADMINISTRAÇÃO
RGF - 1º SEMESTRE DE 2017

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório de Gestão Fiscal Simplificado**
	Prefeitura Municipal de Marcelândia - MT (Poder Executivo)
	CNPJ:
	Exercício: 2017
	Período de referência: 1º semestre

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal

Despesa com Pessoal	Despesa Executada com Pessoal	
	Despesas Executadas - Últimos 12 Meses	
	DESPESAS LIQUIDADAS (a)	DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
Despesa com Pessoal (Últimos 12 Meses)	-	-
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	17.203.242,12	0,00
Pessoal Ativo	15.838.667,94	
Pessoal Inativo e Pensionistas	1.364.574,18	
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)		
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	1.364.574,18	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária		
Decorrentes de Decisão Judicial de Período Anterior ao da Apuração		
Despesas de Exercícios Anteriores de Período Anterior ao da Apuração		
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	1.364.574,18	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	15.838.667,94	0,00

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal

DTP e Apuração do Cumprimento do Limite Legal	DTP e Apuração do Cumprimento do Limite Legal	
	Valor	% sobre a RCL Ajustada
DTP e Apuração do Cumprimento do Limite Legal	-	-
RECEITA CORRENTE LIQUIDA - RCL (IV)	33.166.056,10	
(-) Transferências Obrigatórias da União Relativas às Emendas Individuais (V) (§13º, art. 166 da CF)	0,00	
= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA (VI)	33.166.056,10	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VII) = (IIIa + IIIb)	15.838.667,94	47,76
LIMITE MÁXIMO (VIII) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	17.909.670,29	54,00
LIMITE PRUDENCIAL (IX) = (0,95 x VIII) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	17.014.186,78	51,30
LIMITE DE ALERTA (X) = (0,90 x VIII) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	16.118.703,26	48,60

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal

Notas Explicativas	Valores
	30/06/2017
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório de Gestão Fiscal Simplificado
Prefeitura Municipal de Marcelândia - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2017
Período de referência: 1º semestre

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.2 - Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal

Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal	Apuração da Trajetória de Retorno ao Limite da DTP								
	Exercício de Descumprimento do Limite			Exercício do Primeiro Período Seguinte			Exercício do Segundo Período Seguinte		
	No Quadrimestre/Semestre			Primeiro Período Seguinte			Segundo Período Seguinte		
	Limite Máximo (a)	% DTP (b)	% Excedente (c) = (b-a)	Redutor Mínimo de 1/3 do Excedente (d) = (1/3*c)	Limite (e) = (b-d)	% DTP (f)	Redutor Residual (g) = (f-a)	Limite (h) = (a)	% DTP (i)
Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Percentual Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal									

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

Relatório de Gestão Fiscal Simplificado
Prefeitura Municipal de Marcelândia - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2017
Período de referência: 1º semestre

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.2 - Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal

Notas Explicativas	Valores
	30/06/2017
Notas Explicativas	-
Identificação do Quadrimestre em que Excedeu o Limite e dos Períodos de Retorno	
Notas Explicativas	

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.2 - Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal

Notas Explicativas	Valores
	30/06/2017
Notas Explicativas	-
Identificação do Quadrimestre em que Excedeu o Limite e dos Períodos de Retorno	
Notas Explicativas	

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.4 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal - Ente Consorciado

Notas Explicativas	Valores
	30/06/2017
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

RGF-Anexo 02 | Tabela 2.3 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - Municípios Semestral

Tabela 2.0 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida	Cálculo da Dívida Consolidada Líquida		
	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2017	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
Dívida Consolidada	-	-	-
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	724.202,06	62.105,12	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	662.096,94	0,00	0,00
Empréstimos	662.096,94	0,00	0,00
Internos	662.096,94	0,00	0,00
Externos	0,00	0,00	0,00
Reestruturação da Dívida de Estados e Municípios	0,00	0,00	0,00
Financiamentos	0,00	0,00	0,00
Internos	0,00	0,00	0,00
Externos	0,00	0,00	0,00
Parcelamento e Renegociação de Dívidas	0,00	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
De Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não Financeira	0,00	0,00	0,00
Demais Dívidas Contratuais	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (inclusive) Vencidos e Não Pagos	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	62.105,12	62.105,12	0,00
DEDUÇÕES (II)	22.586.537,78	25.523.917,62	0,00
Disponibilidade de Caixa	22.210.167,19	24.771.176,44	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	22.430.464,11	24.881.573,36	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	220.296,92	110.396,92	0,00
Demais Haveres Financeiros	376.370,59	752.741,18	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	34.171.455,12	33.166.056,10	0,00
% da DC sobre a RCL (I/RCL)	2,12	0,19	0,00
% da DCL sobre a RCL (III/RCL)	0,00	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL	41.005.746,14	39.799.267,32	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF)	36.905.171,53	35.819.340,59	0,00
Outros Valores Não Integrantes da DC	-	-	-
Precatórios Anteriores a 05/05/2000	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Não incluídos na DC)	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00
Insuficiência Financeira	0,00	0,00	0,00
Depósitos	0,00	117.876,52	0,00
RP Não-Processados	96.613,66	0,00	0,00
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO			

RGF-Anexo 02 | Tabela 2.3 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - Municípios Semestral

Notas Explicativas	Valores
	30/06/2017
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório de Gestão Fiscal Simplificado
Prefeitura Municipal de Marcelândia - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2017
Período de referência: 1º semestre

RGF-Anexo 02 | Tabela 2.4 - Trajetória de Retorno ao Limite da Dívida Consolidada Líquida - Municípios Semestral

Tabela 2.1 - Trajetória de Retorno ao Limite da Dívida Consolidada Líquida	Apuração da Trajetória de Retorno ao Limite da DCL											
	Exercício de Descumprimento do Limite			Exercício do Primeiro Período Seguinte			Exercício do Segundo Período Seguinte			Exercício do Terceiro Período Seguinte		
	Quadrimestre/Semestre em que Excedeu o Limite			Primeiro Período Seguinte			Segundo Período Seguinte			Terceiro Período Seguinte		
	Limite Máximo (a)	% DCL (b)	% Excedente (c) = (b - a)	Redutor Mínimo de 25% do Excedente (d) = (0,25*c)	Limite (e) = (b - d)	% DCL (f)	Redutor Residual (g) = (f - a)	Limite (h) = (e)	% DCL (i)	Redutor Residual (j) = (i - a)	Limite (k) = (a)	% DCL (j)
Trajetória de Retorno ao Limite da Dívida Consolidada Líquida	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Valores Percentuais												

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório de Gestão Fiscal Simplificado**
	Prefeitura Municipal de Marcelândia - MT (Poder Executivo)
	CNPJ:
	Exercício: 2017
	Período de referência: 1º semestre

RGF-Anexo 02 | Tabela 2.4 - Trajetória de Retorno ao Limite da Dívida Consolidada Líquida - Municípios Semestral

Notas Explicativas	Valores
	30/06/2017
Notas Explicativas	-
Identificação do Quadrimestre em que Excedeu o Limite e dos Períodos de Retorno	
Notas Explicativas	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — Tesouro Nacional	
	Relatório de Gestão Fiscal Simplificado
	Prefeitura Municipal de Marcelândia - MT (Poder Executivo)
	CNPJ:
	Exercício: 2017
	Período de referência: 1º semestre

RGF-Anexo 02 | Tabela 2.5 - Trajetória de Ajuste da Dívida Consolidada Líquida em cada Exercício Financeiro - Municípios Semestral



siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

Relatório de Gestão Fiscal Simplificado
Prefeitura Municipal de Marcelândia - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2017
Período de referência: 1º semestre

RGF-Anexo 02 | Tabela 2.5 - Trajetória de Ajuste da Dívida Consolidada Líquida em cada Exercício Financeiro - Municípios Semestral

Notas Explicativas	Valores
	30/06/2017
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

RGF-Anexo 03 | Tabela 3.1 - Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores - Municípios Semestral

Garantias Concedidas e Contragarantias Recebidas	Saldos das Garantias Concedidas e Contragarantias Recebidas		
	Saldo Exercício Anterior	Saldos do Exercício de 2017	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
Garantias Concedidas	-	-	-
Garantias Concedidas	-	-	-
EXTERNAS (**I**)	0,00	0,00	0,00
Aval ou Fiança em Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (**II**)	0,00	0,00	0,00
Aval ou Fiança em Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (**III**) = (**I** + **II**)	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (**IV**)	34.171.455,12	33.166.056,10	0,00
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL (**III**/**IV**)	0,00	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - <%>	7.517.720,13	7.296.532,34	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso **III** do § 1º do art. 59 da LRF) - <%>	6.765.948,12	6.566.879,11	0,00
Contragarantias Recebidas	-	-	-
Contragarantias Recebidas	-	-	-
EXTERNAS (V)	0,00	0,00	0,00
Aval ou Fiança em Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (**VI**)	0,00	0,00	0,00
Aval ou Fiança em Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS (**VII**) = (V + **VI**)	0,00	0,00	0,00

RGF-Anexo 03 | Tabela 3.1 - Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores - Municípios Semestral

Notas Explicativas	Valores
	30/06/2017
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

RGF-Anexo 04 | Tabela 4.1 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Municípios Semestral

Operações de Crédito	Valor Realizado no Período	
	VALOR REALIZADO	
	No Semestre de Referência	Até o Semestre de Referência (a)
Operações de Crédito	-	-
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Assunção Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Operações de Crédito Previstas no art. 7º § 3º da RSF nº 43/2001	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipações de Receitas pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Operações de Crédito Previstas no art. 7º § 3º da RSF nº 43/2001	0,00	0,00
TOTAL (**I**)	0,00	0,00

RGF-Anexo 04 | Tabela 4.1 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Municípios Semestral

Apuração do Cumprimento dos Limites	Apuração do Cumprimento dos Limites	
	VALOR	% SOBRE A RCL
Apuração do Cumprimento dos Limites	-	-
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	33.166.056,10	
OPERAÇÕES VEDADAS (**II**)	0,00	0,00
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (**III**) = (Ia + **II**)	0,00	0,00
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS	5.306.568,98	16,00

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório de Gestão Fiscal Simplificado
Prefeitura Municipal de Marcelândia - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2017
Período de referência: 1º semestre

Apuração do Cumprimento dos Limites	Apuração do Cumprimento dos Limites	
	VALOR	% SOBRE A RCL
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF)	4.775.912,08	14,40
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA		
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	2.321.623,93	7,00

RGF-Anexo 04 | Tabela 4.1 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Municípios Semestral

Outras Operações Que Integram a Dívida Consolidada	Valor Realizado no Período	
	VALOR REALIZADO	
	No Semestre de Referência	Até o Semestre de Referência (a)
Outras Operações Que Integram a Dívida Consolidada	-	-
Parcelamentos de Dívidas	0,00	0,00
Tributos		
Contribuições Previdenciárias		
FGTS		
Operações de Reestruturação e Recomposição do Principal de Dívidas		

RGF-Anexo 04 | Tabela 4.1 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Municípios Semestral

Notas Explicativas	Valores
	30/06/2017
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

RGF-Anexo 06 | Tabela 6.4 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal - Município de Semestral

Receita Corrente Líquida	Valor Até o Semestre
	Valor Até o Semestre
Receita Corrente Líquida	-
Receita Corrente Líquida	33.166.056,10
Receita Corrente Líquida Ajustada	33.166.056,10

RGF-Anexo 06 | Tabela 6.4 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal - Município de Semestral

Despesa com Pessoal	Valor Realizado no Período	
	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
Despesa com Pessoal	-	-
Despesa Total com Pessoal - DTP	15.838.667,94	47,76
Limite Máximo (incisos I II e III art. 20 da LRF) - <%>	17.909.670,29	54,00
Limite Prudencial (parágrafo único art. 22 da LRF) - <%>	17.014.186,78	51,30

RGF-Anexo 06 | Tabela 6.4 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal - Município de Semestral

Dívida Consolidada	Comparativo do Saldo da Dívida	
	Saldo no Semestre	
	Saldo Exercício até o Primeiro Semestre	Saldo Exercício até o Segundo Semestre
Dívida Consolidada	-	-
Dívida Consolidada Líquida	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	39.799.267,32	0,00

RGF-Anexo 06 | Tabela 6.4 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal - Município de Semestral

Garantias de Valores	Comparativo do Saldo de Garantia	
	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2017	
	Saldo Exercício até o Primeiro Semestre	Saldo Exercício até o Segundo Semestre
Garantias de Valores	-	-
Total das Garantias Concedidas	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	7.296.532,34	0,00

RGF-Anexo 06 | Tabela 6.4 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal - Município de Semestral

Operações de Crédito	Valor Realizado no Período	
	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito	-	-
Operações de Crédito Internas e Externas		
Operações de Crédito por Antecipação da Receita		
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	5.306.568,98	16,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	2.321.623,93	7,00

RGF-Anexo 06 | Tabela 6.4 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal - Município de Semestral

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório de Gestão Fiscal Simplificado**
	Prefeitura Municipal de Marcelândia - MT (Poder Executivo)
	CNPJ:
	Exercício: 2017
	Período de referência: 1º semestre

Restos a Pagar	Restos a Pagar e Disponibilidade de Caixa	
	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Restos a Pagar	-	-
Valor Total		

RGF-Anexo 06 | Tabela 6.4 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal - Município de Semestral

Notas Explicativas	Valores
	30/06/2017
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

Lista de Assinaturas

Assinatura: 1
Assinatura: 2
Assinatura: 3
Assinatura: 4
Assinatura: 5
Assinatura: 6

As assinaturas digitais podem ser verificadas no arquivo PDF.

ADMINISTRAÇÃO
RREO - 3º BIMESTRE DE 2017

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Marcelândia - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2017
Período de referência: 3º bimestre

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

Receitas Orçamentárias	Estágios da Receita Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Receitas Orçamentárias	-	-	-	-	-	-	-
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	40.915.000,00	40.915.000,00	5.434.292,35	13,28	16.660.650,88	40,72	24.254.349,12
RECEITAS CORRENTES	37.525.000,00	37.525.000,00	5.284.984,10	14,08	15.793.000,02	42,09	21.731.999,98
RECEITA TRIBUTÁRIA	2.540.000,00	2.540.000,00	443.951,26	17,48	1.450.655,50	57,11	1.089.344,50
Impostos	2.125.000,00	2.125.000,00	397.216,03	18,69	1.103.541,11	51,93	1.021.458,89
Taxas	405.000,00	405.000,00	46.313,73	11,44	346.198,62	85,48	58.801,38
Contribuição de Melhoria	10.000,00	10.000,00	421,50	4,22	915,77	9,16	9.084,23
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	1.300.000,00	1.300.000,00	220.370,04	16,95	585.669,68	45,05	714.330,32
Contribuições Sociais	1.000.000,00	1.000.000,00	185.975,30	18,60	462.473,66	46,25	537.526,34
Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico							
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	300.000,00	300.000,00	34.394,74	11,46	123.196,02	41,07	176.803,98
RECEITA PATRIMONIAL	3.410.000,00	3.410.000,00	254.914,00	7,48	1.331.358,77	39,04	2.078.641,23
Receitas Imobiliárias							
Receitas de Valores Mobiliários	3.410.000,00	3.410.000,00	254.914,00	7,48	1.331.358,77	39,04	2.078.641,23
Receita de Concessões e Permissões							
Compensações Financeiras							
Receita Decorrente do Direito de Exploração de Bens Públicos em Áreas de Domínio Público							
Receita da Cessão de Direitos							
Outras Receitas Patrimoniais							
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Receita da Produção Vegetal							
Receita da Produção Animal e Derivados							
Outras Receitas Agropecuárias							
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Receita da Indústria Extrativa Mineral							
Receita da Indústria de Transformação							
Receita da Indústria de Construção							
Outras Receitas Industriais							
RECEITA DE SERVIÇOS	30.000,00	30.000,00		0,00		0,00	30.000,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	29.882.000,00	29.882.000,00	4.305.032,66	14,41	12.252.682,95	41,00	17.629.317,05
Transferências Intergovernamentais	28.932.000,00	28.932.000,00	4.222.188,58	14,59	12.087.079,71	41,78	16.844.920,29
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências do Exterior							
Transferências de Pessoas							
Transferências de Convênios	950.000,00	950.000,00	82.844,08	8,72	165.603,24	17,43	784.396,76
Transferências para o Combate à Fome							
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	363.000,00	363.000,00	60.716,14	16,73	172.633,12	47,56	190.366,88
Multas e Juros de Mora	156.000,00	156.000,00	25.259,79	16,19	68.877,88	44,15	87.122,12
Indenizações e Restituições	27.000,00	27.000,00	3.496,79	12,95	6.749,53	25,00	20.250,47
Receita da Dívida Ativa	175.000,00	175.000,00	31.942,09	18,25	96.953,30	55,40	78.046,70
Receitas Decorrentes de Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS							
Receitas Correntes Diversas	5.000,00	5.000,00	17,47	0,35	52,41	1,05	4.947,59

Documento gerado em 24/07/2017 09:46:55

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Marcelândia - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2017
Período de referência: 3º bimestre

Receitas Orçamentárias	Estágios da Receita Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS DE CAPITAL	3.390.000,00	3.390.000,00	149.308,25	4,40	867.650,86	25,59	2.522.349,14
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Operações de Crédito Internas							
Operações de Crédito Externas							
ALIENAÇÃO DE BENS	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
Alienação de Bens Móveis	10.000,00	10.000,00		0,00		0,00	10.000,00
Alienação de Bens Imóveis							
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	50.000,00	50.000,00	3.058,25	6,12	12.794,16	25,59	37.205,84
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	3.330.000,00	3.330.000,00	146.250,00	4,39	854.856,70	25,67	2.475.143,30
Transferências Intergovernamentais	200.000,00	200.000,00		0,00		0,00	200.000,00
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências do Exterior							
Transferências de Pessoas							
Transferências de Outras Instituições Públicas							
Transferências de Convênios	3.130.000,00	3.130.000,00	146.250,00	4,67	854.856,70	27,31	2.275.143,30
Transferências para o Combate à Fome							
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Integralização do Capital Social							
Div. Atv. Prov. da Amortiz. de Emp. e Financ.							
Receita Auferida por Detentores de Títulos do Tesouro Nacional Resgatados							
Receitas de Alienação de Certificados de Potencial Adicional de Construção - CEPAC							
Outras Receitas de Capital							
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	2.085.000,00	2.085.000,00	455.714,65	21,86	1.159.332,21	55,60	925.667,79
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	43.000.000,00	43.000.000,00	5.890.007,00	13,70	17.819.983,09	41,44	25.180.016,91
OPERAÇÕES DE CRÉDITO/REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Mobiliária							
Contratual							
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Mobiliária							
Contratual							
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	43.000.000,00	43.000.000,00	5.890.007,00	13,70	17.819.983,09	41,44	25.180.016,91
DÉFICIT (VI)							
TOTAL (VII) = (V + VI)	43.000.000,00	43.000.000,00	5.890.007,00	13,70	17.819.983,09	41,44	25.180.016,91
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00			0,00		
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS							
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais							
Reabertura de Créditos Adicionais							

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

Despesas Orçamentárias	Estágios da Despesa Orçamentária									
	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)			
Despesas Orçamentárias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Marcelândia - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2017
Período de referência: 3º bimestre

Despesas Orçamentárias	Estágios da Despesa Orçamentária									
	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)			
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	39.555.000,00	39.624.081,15	5.801.568,81	17.592.850,73	22.031.230,42	5.882.372,77	16.437.511,52	23.186.569,63	15.392.013,27	0,00
DESPESAS CORRENTES	33.813.700,00	33.600.053,16	5.178.765,98	15.908.974,81	17.691.078,35	5.456.076,30	15.011.636,19	18.588.416,97	14.209.053,38	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	18.823.000,00	18.931.538,33	3.213.638,77	9.482.867,66	9.448.670,67	3.213.438,77	9.482.429,56	9.449.108,77	9.258.295,78	
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	135.000,00	135.000,00	25.827,26	73.802,77	61.197,23	25.827,26	73.802,77	61.197,23	73.802,77	
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	14.855.700,00	14.533.514,83	1.939.299,95	6.352.304,38	8.181.210,45	2.216.810,27	5.455.403,86	9.078.110,97	4.876.954,83	
DESPESAS DE CAPITAL	5.725.000,00	6.007.727,99	622.802,83	1.683.875,92	4.323.852,07	426.296,47	1.425.875,33	4.581.852,66	1.182.959,89	0,00
INVESTIMENTOS	5.575.000,00	5.857.727,99	582.131,13	1.561.567,24	4.296.160,75	385.624,77	1.303.566,65	4.554.161,34	1.060.651,21	
INVERSÕES FINANCEIRAS										
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	150.000,00	150.000,00	40.671,70	122.308,68	27.691,32	40.671,70	122.308,68	27.691,32	122.308,68	
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	16.300,00	16.300,00			16.300,00			16.300,00		
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)										
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	39.555.000,00	39.624.081,15	5.801.568,81	17.592.850,73	22.031.230,42	5.882.372,77	16.437.511,52	23.186.569,63	15.392.013,27	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA/REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária										
Outras Dívidas										
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária										
Outras Dívidas										
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	39.555.000,00	39.624.081,15	5.801.568,81	17.592.850,73	22.031.230,42	5.882.372,77	16.437.511,52	23.186.569,63	15.392.013,27	0,00
SUPERÁVIT (XIII)										
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	39.555.000,00	39.624.081,15	5.801.568,81	17.592.850,73		5.882.372,77	16.437.511,52		15.392.013,27	0,00
RESERVA DO RPPS	3.445.000,00	3.445.000,00			3.445.000,00			3.445.000,00		

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

Receitas Intra Orçamentárias	Estágios da Receita Intra-Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Receitas Intra Orçamentárias	-	-	-	-	-	-	-
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	2.085.000,00	2.085.000,00	455.714,65	21,86	1.159.332,21	55,60	925.667,79
RECEITAS CORRENTES	2.085.000,00	2.085.000,00	455.714,65	21,86	1.159.332,21	55,60	925.667,79
RECEITA TRIBUTÁRIA	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Impostos							
Taxas							
Contribuição de Melhoria							
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	1.945.000,00	1.945.000,00	429.887,39	22,10	1.085.529,44	55,81	859.470,56
Contribuições Sociais	1.945.000,00	1.945.000,00	429.887,39	22,10	1.085.529,44	55,81	859.470,56
Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico							
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública							
RECEITA PATRIMONIAL	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Receitas Imobiliárias							
Receitas de Valores Mobiliários							
Receita de Concessões e Permissões							
Compensações Financeiras							
Receita Decorrente do Direito de Exploração de Bens Públicos em Áreas de Domínio Público							
Receita da Cessão de Direitos							
Outras Receitas Patrimoniais							
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Marcelândia - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2017
Período de referência: 3º bimestre

Receitas Intra Orçamentárias	Estágios da Receita Intra-Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Receita da Produção Vegetal							
Receita da Produção Animal e Derivados							
Outras Receitas Agropecuárias							
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Receita da Indústria Extrativa Mineral							
Receita da Indústria de Transformação							
Receita da Indústria de Construção							
Outras Receitas Industriais							
RECEITA DE SERVIÇOS							
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Transferências Intergovernamentais							
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências do Exterior							
Transferências de Pessoas							
Transferências de Convênios							
Transferências para o Combate à Fome							
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	140.000,00	140.000,00	25.827,26	18,45	73.802,77	52,72	66.197,23
Multas e Juros de Mora	135.000,00	135.000,00	25.827,26	19,13	73.802,77	54,67	61.197,23
Indenizações e Restituições	5.000,00	5.000,00		0,00		0,00	5.000,00
Receita da Dívida Ativa							
Receitas Decorrentes de Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS							
Receitas Correntes Diversas							
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Operações de Crédito Internas							
Operações de Crédito Externas							
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Alienação de Bens Móveis							
Alienação de Bens Imóveis							
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS							
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Transferências Intergovernamentais							
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências do Exterior							
Transferências de Pessoas							
Transferências de Outras Instituições Públicas							
Transferências de Convênios							
Transferências para o Combate à Fome							
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Integralização do Capital Social							
Div. Atv. Prov. da Amortiz. de Emp. e Financ.							
Receita Auferida por Detentores de Títulos do Tesouro Nacional Resgatados							
Receitas de Alienação de Certificados de Potencial Adicional de Construção - CEPAC							
Outras Receitas de Capital							

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Marcelândia - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2017
Período de referência: 3º bimestre

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

Despesas Intra Orçamentárias	Estágios da Despesa Intra-Orçamentária									
	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)			
Despesas Intra Orçamentárias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS										
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA										
OUTRAS DESPESAS CORRENTES										
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVESTIMENTOS										
INVERSÕES FINANCEIRAS										
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA										

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado**
	Prefeitura Municipal de Marcelândia - MT (Poder Executivo)
	CNPJ:
	Exercício: 2017
	Período de referência: 3º bimestre

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

Notas Explicativas	Valores
	30/06/2017
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Marcelândia - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2017
Período de referência: 3º bimestre

RREO-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção | Total das Despesas Exceto Intra-Orçamentárias

Função/Subfunção	Execução da Despesa										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/total d)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	43.000.000,00	43.069.081,15	5.801.568,81	17.592.850,73	100,00	25.476.230,42	5.882.372,77	16.437.511,52	100,00	26.631.569,63	0,00
Legislativa	1.270.000,00	1.270.000,00	151.374,14	845.822,22	4,81	424.177,78	218.691,52	639.099,32	3,89	630.900,68	0,00
Ação Legislativa	1.270.000,00	1.270.000,00	151.374,14	845.822,22	4,81	424.177,78	218.691,52	639.099,32	3,89	630.900,68	
Controle Externo											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Judiciária	313.000,00	313.000,00	23.713,02	72.389,51	0,41	240.610,49	23.713,02	72.389,51	0,44	240.610,49	0,00
Ação Judiciária											
Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário	313.000,00	313.000,00	23.713,02	72.389,51	0,41	240.610,49	23.713,02	72.389,51	0,44	240.610,49	
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Essencial à Justiça	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Defesa da Ordem Jurídica											
Representação Judicial e Extrajudicial											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Administração	4.153.000,00	4.164.100,00	537.136,59	2.068.353,46	11,76	2.095.746,54	591.088,63	1.788.762,20	10,89	2.374.337,80	0,00
Planejamento e Orçamento	262.000,00	262.000,00	63.796,88	158.553,64	0,90	103.446,36	61.057,13	155.463,89	0,95	106.536,11	
Administração Geral	3.707.000,00	3.718.100,00	458.833,24	1.861.723,76	10,58	1.856.376,24	515.525,03	1.586.222,25	9,65	2.131.877,75	
Administração Financeira											
Controle Interno	84.000,00	84.000,00	8.262,16	29.788,27	0,17	54.211,73	8.262,16	29.788,27	0,18	54.211,73	
Normatização e Fiscalização											
Tecnologia da Informação											
Ordenamento Territorial											
Formação de Recursos Humanos											
Administração de Receitas											
Administração de Concessões											
Comunicação Social	100.000,00	100.000,00	6.244,31	18.287,79	0,10	81.712,21	6.244,31	18.287,79	0,11	81.712,21	
Demais Subfunções											
Defesa Nacional	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Defesa Área											
Defesa Naval											
Defesa Terrestre											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Segurança Pública	15.000,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00
Policiamento											
Defesa Civil	15.000,00	15.000,00			0,00	15.000,00			0,00	15.000,00	
Informação e Inteligência											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Relações Exteriores	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Relações Diplomáticas											
Cooperação Internacional											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Assistência Social	2.278.000,00	2.902.869,88	645.328,29	1.714.958,80	9,75	1.187.911,08	444.570,27	1.493.270,90	9,08	1.409.598,98	0,00
Assistência ao Idoso	140.000,00	329.567,46	81.562,75	285.433,06	1,62	44.134,40		203.870,31	1,24	125.697,15	
Assistência ao Portador de Deficiência	10.000,00	10.000,00			0,00	10.000,00			0,00	10.000,00	
Assistência à Criança e ao Adolescente	460.000,00	463.628,00	75.436,23	212.359,50	1,21	251.268,50	75.436,23	211.169,00	1,28	252.459,00	
Assistência Comunitária	1.668.000,00	2.099.674,42	488.329,31	1.217.166,24	6,92	882.508,18	369.134,04	1.078.231,59	6,56	1.021.442,83	
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Previdência Social	5.800.000,00	5.800.000,00	294.159,09	897.995,62	5,10	4.902.004,38	304.509,09	874.945,62	5,32	4.925.054,38	0,00
Previdência Básica											
Previdência do Regime Estatutário	5.800.000,00	5.800.000,00	294.159,09	897.995,62	5,10	4.902.004,38	304.509,09	874.945,62	5,32	4.925.054,38	
Previdência Complementar											
Previdência Especial											
Administração Geral											

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Marcelândia - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2017
Período de referência: 3º bimestre

Função/Subfunção	Execução da Despesa										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/total d)		
Demais Subfunções											
Saúde	8.740.000,00	8.481.720,35	1.291.135,80	4.117.385,31	23,40	4.364.335,04	1.433.482,31	4.015.880,43	24,43	4.465.839,92	0,00
Atenção Básica	4.310.000,00	4.324.400,88	726.752,13	2.205.840,33	12,53	2.119.360,55	765.775,08	2.170.462,35	13,20	2.153.938,53	
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	3.902.000,00	3.694.319,47	515.425,62	1.758.598,82	10,00	1.935.720,65	618.749,18	1.691.671,92	10,29	2.002.647,55	
Suporte Profilático e Terapêutico	120.000,00	120.000,00	3.997,41	16.471,17	0,09	103.528,83	3.997,41	16.471,17	0,10	103.528,83	
Vigilância Sanitária											
Vigilância Epidemiológica	408.000,00	343.000,00	44.960,64	137.274,99	0,78	205.725,01	44.960,64	137.274,99	0,84	205.725,01	
Alimentação e Nutrição											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Trabalho	375.700,00	375.700,00	400,00	271.950,00	1,55	103.750,00	46.854,64	119.822,40	0,73	255.877,60	0,00
Proteção e Benefícios ao Trabalhador	338.700,00	338.700,00		270.000,00	1,53	68.700,00	46.454,64	117.872,40	0,72	220.827,60	
Relações de Trabalho	12.000,00	12.000,00	400,00	1.950,00	0,01	10.050,00	400,00	1.950,00	0,01	10.050,00	
Empregabilidade	25.000,00	25.000,00			0,00	25.000,00			0,00	25.000,00	
Fomento ao Trabalho											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Educação	9.756.000,00	9.634.302,95	1.801.322,91	4.600.300,35	26,15	5.034.002,60	1.710.631,58	4.456.941,37	27,11	5.177.361,58	0,00
Ensino Fundamental	7.167.000,00	6.908.331,96	1.100.882,04	3.172.429,14	18,03	3.735.902,82	1.109.318,71	3.134.714,16	19,07	3.773.617,80	
Ensino Médio											
Ensino Profissional											
Ensino Superior	250.000,00	313.000,00	284.754,39	284.754,39	1,62	28.245,61	183.454,39	183.454,39	1,12	129.545,61	
Educação Infantil	2.023.000,00	2.096.970,99	383.495,80	1.064.356,66	6,05	1.032.614,33	385.667,80	1.060.012,66	6,45	1.036.958,33	
Educação de Jovens e Adultos	6.000,00	6.000,00			0,00	6.000,00			0,00	6.000,00	
Educação Especial	10.000,00	10.000,00			0,00	10.000,00			0,00	10.000,00	
Educação Básica											
Administração Geral											
Demais Subfunções	300.000,00	300.000,00	32.190,68	78.760,16	0,45	221.239,84	32.190,68	78.760,16	0,48	221.239,84	
Cultura	164.000,00	164.000,00	11.844,12	19.107,31	0,11	144.892,69	11.844,12	19.107,31	0,12	144.892,69	0,00
Patrimônio Histórico Artístico e Arqueológico											
Difusão Cultural	164.000,00	164.000,00	11.844,12	19.107,31	0,11	144.892,69	11.844,12	19.107,31	0,12	144.892,69	
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Direitos da Cidadania	64.000,00	64.000,00	404,62	1.470,30	0,01	62.529,70	404,62	1.470,30	0,01	62.529,70	0,00
Custódia e Reintegração Social											
Direitos Individuais Coletivos e Difusos											
Assistência aos Povos Indígenas	64.000,00	64.000,00	404,62	1.470,30	0,01	62.529,70	404,62	1.470,30	0,01	62.529,70	
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Urbanismo	1.180.000,00	1.030.000,00	0,00	32.359,35	0,18	997.640,65	0,00	32.359,35	0,20	997.640,65	0,00
Infra-Estrutura Urbana	1.095.000,00	945.000,00		149,80	0,00	944.850,20		149,80	0,00	944.850,20	
Serviços Urbanos	85.000,00	85.000,00		32.209,55	0,18	52.790,45		32.209,55	0,20	52.790,45	
Transportes Coletivos Urbanos											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Habitação	61.000,00	61.000,00	0,00	0,00	0,00	61.000,00	0,00	0,00	0,00	61.000,00	0,00
Habitação Rural											
Habitação Urbana	61.000,00	61.000,00			0,00	61.000,00			0,00	61.000,00	
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Saneamento	15.000,00	15.000,00	0,00	0,00		15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00
Saneamento Básico Rural											
Saneamento Básico Urbano	15.000,00	15.000,00			0,00	15.000,00			0,00	15.000,00	
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Gestão Ambiental	606.000,00	588.711,19	62.875,03	193.688,80	1,10	395.022,39	60.428,64	190.688,80	1,16	398.022,39	0,00
Preservação e Conservação Ambiental	35.000,00	36.500,00	1.836,00	6.029,14	0,03	30.470,86	1.836,00	6.029,14	0,04	30.470,86	
Controle Ambiental	501.000,00	501.000,00	61.039,03	186.567,89	1,06	314.432,11	58.592,64	183.567,89	1,12	317.432,11	
Recuperação de Áreas Degradadas	70.000,00	51.211,19		1.091,77	0,01	50.119,42		1.091,77	0,01	50.119,42	
Recursos Hídricos											
Meteorologia											
Administração Geral											
Demais Subfunções											

Documento gerado em 24/07/2017 09:46:55

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Marcelândia - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2017
Período de referência: 3º bimestre

Função/Subfunção	Execução da Despesa										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/total d)		
Ciência e Tecnologia	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Desenvolvimento Científico											
Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia											
Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Agricultura	487.000,00	487.000,00	43.506,46	132.258,15	0,75	354.741,85	40.641,33	129.258,15	0,79	357.741,85	0,00
Abastecimento	82.000,00	82.000,00			0,00	82.000,00			0,00	82.000,00	
Extensão Rural	405.000,00	405.000,00	43.506,46	132.258,15	0,75	272.741,85	40.641,33	129.258,15	0,79	275.741,85	
Irrigação											
Promoção da Produção Agropecuária											
Defesa Agropecuária											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Organização Agrária	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Reforma Agrária											
Colonização											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Indústria	166.000,00	119.795,63	0,00	0,00	0,00	119.795,63	0,00	0,00	0,00	119.795,63	0,00
Promoção Industrial	166.000,00	119.795,63			0,00	119.795,63			0,00	119.795,63	
Produção Industrial											
Mineração											
Propriedade Industrial											
Normalização e Qualidade											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Comércio e Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Promoção Comercial											
Comercialização											
Comércio Exterior											
Serviços Financeiros											
Turismo											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Comunicações	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Comunicações Postais											
Telecomunicações											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Energia	400.000,00	350.000,00	21.328,95	52.124,15	0,30	297.875,85	42.370,92	52.124,15	0,32	297.875,85	0,00
Conservação de Energia											
Energia Elétrica	400.000,00	350.000,00	21.328,95	52.124,15	0,30	297.875,85	42.370,92	52.124,15	0,32	297.875,85	
Petróleo											
Biocombustíveis											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Transporte	5.858.000,00	5.858.000,00	744.021,77	2.097.291,76	11,92	3.760.708,24	783.147,75	2.078.019,76	12,64	3.779.980,24	0,00
Transporte Aéreo											
Transporte Rodoviário	5.858.000,00	5.858.000,00	744.021,77	2.097.291,76	11,92	3.760.708,24	783.147,75	2.078.019,76	12,64	3.779.980,24	
Transporte Ferroviário											
Transporte Hidroviário											
Transportes Especiais											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Desporto e Lazer	447.000,00	523.581,15	52.179,06	116.264,19	0,66	407.316,96	49.155,37	113.240,50	0,69	410.340,65	0,00
Desporto de Rendimento											
Desporto Comunitário	397.000,00	473.581,15	52.179,06	116.264,19	0,66	357.316,96	49.155,37	113.240,50	0,69	360.340,65	
Lazer	50.000,00	50.000,00			0,00	50.000,00			0,00	50.000,00	
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Encargos Especiais	835.000,00	835.000,00	120.838,96	359.131,45	2,04	475.868,55	120.838,96	359.131,45	2,18	475.868,55	0,00
Refinanciamento da Dívida Interna											

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Marcelândia - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2017
Período de referência: 3º bimestre

Função/Subfunção	Execução da Despesa										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/total d)		
Refinanciamento da Dívida Externa											
Serviço da Dívida Interna	835.000,00	835.000,00	120.838,96	359.131,45	2,04	475.868,55	120.838,96	359.131,45	2,18	475.868,55	
Serviço da Dívida Externa											
Transferências											
Outros Encargos Especiais											
Transferências para a Educação Básica											
Demais Subfunções											
Reserva de Contingência	16.300,00	16.300,00			0,00	16.300,00			0,00	16.300,00	
Reserva do RPPS											
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)											
TOTAL (III) = (I + II)	43.000.000,00	43.069.081,15	5.801.568,81	17.592.850,73	100,00	25.476.230,42	5.882.372,77	16.437.511,52	100,00	26.631.569,63	0,00

RREO-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção | Total de Despesas

Função/Subfunção - Intra	Execução da Despesa - Intra										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/total d)		
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Legislativa	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Ação Legislativa											
Controle Externo											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Judiciária	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Ação Judiciária											
Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Essencial à Justiça	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Defesa da Ordem Jurídica											
Representação Judicial e Extrajudicial											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Administração	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Planejamento e Orçamento											
Administração Geral											
Administração Financeira											
Controle Interno											
Normatização e Fiscalização											
Tecnologia da Informação											
Ordenamento Territorial											
Formação de Recursos Humanos											
Administração de Receitas											
Administração de Concessões											
Comunicação Social											
Demais Subfunções											
Defesa Nacional	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Defesa Área											
Defesa Naval											
Defesa Terrestre											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Segurança Pública	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Policiamento											
Defesa Civil											
Informação e Inteligência											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Relações Exteriores	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Relações Diplomáticas											

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Marcelândia - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2017
Período de referência: 3º bimestre

Função/Subfunção - Intra	Execução da Despesa - Intra										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/ b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/ d)		
Cooperação Internacional											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Assistência Social	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Assistência ao Idoso											
Assistência ao Portador de Deficiência											
Assistência à Criança e ao Adolescente											
Assistência Comunitária											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Previdência Social	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Previdência Básica											
Previdência do Regime Estatutário											
Previdência Complementar											
Previdência Especial											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Atenção Básica											
Assistência Hospitalar e Ambulatorial											
Suporte Profilático e Terapêutico											
Vigilância Sanitária											
Vigilância Epidemiológica											
Alimentação e Nutrição											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Trabalho	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Proteção e Benefícios ao Trabalhador											
Relações de Trabalho											
Empregabilidade											
Fomento ao Trabalho											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Educação	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Ensino Fundamental											
Ensino Médio											
Ensino Profissional											
Ensino Superior											
Educação Infantil											
Educação de Jovens e Adultos											
Educação Especial											
Educação Básica											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Cultura	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Patrimônio Histórico Artístico e Arqueológico											
Difusão Cultural											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Direitos da Cidadania	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Custódia e Reintegração Social											
Direitos Individuais Coletivos e Difusos											
Assistência aos Povos Indígenas											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Urbanismo	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Infra-Estrutura Urbana											
Serviços Urbanos											
Transportes Coletivos Urbanos											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Habitação	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Habitação Rural											

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Marcelândia - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2017
Período de referência: 3º bimestre

Função/Subfunção - Intra	Execução da Despesa - Intra										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/ b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/ d)		
Habitação Urbana											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Saneamento	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Saneamento Básico Rural											
Saneamento Básico Urbano											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Gestão Ambiental	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Preservação e Conservação Ambiental											
Controle Ambiental											
Recuperação de Áreas Degradadas											
Recursos Hídricos											
Meteorologia											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Ciência e Tecnologia	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Desenvolvimento Científico											
Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia											
Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Agricultura	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Abastecimento											
Extensão Rural											
Irrigação											
Promoção da Produção Agropecuária											
Defesa Agropecuária											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Organização Agrária	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Reforma Agrária											
Colonização											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Indústria	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Promoção Industrial											
Produção Industrial											
Mineração											
Propriedade Industrial											
Normalização e Qualidade											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Comércio e Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Promoção Comercial											
Comercialização											
Comércio Exterior											
Serviços Financeiros											
Turismo											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Comunicações	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Comunicações Postais											
Telecomunicações											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Energia	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Conservação de Energia											
Energia Elétrica											
Petróleo											
Biocombustíveis											
Administração Geral											
Demais Subfunções											

Documento gerado em 24/07/2017 09:46:55

Página 12 de 31

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Marcelândia - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2017
Período de referência: 3º bimestre

Função/Subfunção - Intra	Execução da Despesa - Intra										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/ b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/ d)		
Transporte	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Transporte Aéreo											
Transporte Rodoviário											
Transporte Ferroviário											
Transporte Hidroviário											
Transportes Especiais											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Desporto e Lazer	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Desporto de Rendimento											
Desporto Comunitário											
Lazer											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Encargos Especiais	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Refinanciamento da Dívida Interna											
Refinanciamento da Dívida Externa											
Serviço da Dívida Interna											
Serviço da Dívida Externa											
Transferências											
Outros Encargos Especiais											
Transferências para a Educação Básica											
Demais Subfunções											

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado**
	Prefeitura Municipal de Marcelândia - MT (Poder Executivo)
	CNPJ:
	Exercício: 2017
	Período de referência: 3º bimestre

RREO-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção

Notas Explicativas	Valores
	30/06/2017
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Marcelândia - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2017
Período de referência: 3º bimestre

RREO-Anexo 03 | Tabela 3.0 - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida - Municípios

Especificação	Evolução da Receita Corrente Líquida													
	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES)	PREVISÃO ATUALIZADA 2017
	<MR-11>	<MR-10>	<MR-9>	<MR-8>	<MR-7>	<MR-6>	<MR-5>	<MR-4>	<MR-3>	<MR-2>	<MR-1>	<MR>		
Especificação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RECEITAS CORRENTES (I)	3,061,924.82	2,769,956.50	2,673,302.42	3,169,842.64	3,810,823.42	4,739,001.86	2,798,374.39	3,007,297.47	2,905,431.63	2,873,723.66	3,123,165.79	2,735,728.09	37,658,572.69	41,525,000.00
Receita Tributária	137,655.09	149,305.81	212,381.61	265,833.93	164,040.64	178,597.46	163,334.37	209,390.92	366,762.07	267,216.88	269,761.42	174,189.84	2,558,470.04	2,540,000.00
IPTU	8,826.35	31,128.91	27,468.38	32,732.10	28,287.33	29,218.88	3,290.05	7,743.77	166,092.50	80,338.49	33,287.28	24,022.82	472,436.66	450,000.00
ISS	51,419.95	60,307.32	51,258.15	52,292.97	48,889.99	58,514.03	50,640.36	46,170.65	56,846.61	62,371.73	66,102.21	69,136.96	673,950.93	690,000.00
ITBI	31,053.01	2,460.00	90,468.36	123,495.28	42,740.44	23,908.56	1,057.14	3,464.32	8,059.64	29,097.32	92,713.58	11,713.59	460,231.24	650,000.00
IRRF	36,316.08	38,202.02	38,249.23	44,016.58	35,482.32	59,613.59	39,279.03	47,270.59	59,062.50	45,540.38	49,833.23	50,406.56	543,272.11	425,000.00
Outras Receitas Tributárias	10,039.70	17,207.56	4,937.49	13,297.00	8,640.56	7,342.40	69,067.79	104,741.59	76,700.82	49,868.96	27,825.12	18,910.11	408,579.10	415,000.00
Receita de Contribuições	109,646.44	106,412.35	110,485.60	103,720.18	109,798.01	189,834.42	26,880.43	113,483.59	108,874.63	116,060.99	107,041.89	113,326.15	1,315,566.68	1,300,000.00
Receita Patrimonial	283,347.77	242,240.85	286,692.41	167,433.52	130,869.59	326,306.27	294,719.49	382,686.22	265,349.71	133,689.35	110,464.33	144,449.67	2,768,249.18	3,410,000.00
Receita Agropecuária														
Receita Industrial														
Receita de Serviços													0.00	30,000.00
Transferências Correntes	2,492,588.38	2,226,095.60	2,041,521.01	2,604,300.91	3,372,316.55	3,992,554.24	2,293,099.44	2,271,543.48	2,131,687.99	2,328,130.61	2,602,965.61	2,265,976.83	30,622,780.65	33,882,000.00
Cota-Parte do FPM	475,396.83	589,557.98	479,428.44	581,975.76	1,061,806.60	1,305,691.65	707,697.46	906,845.39	567,641.97	683,912.07	775,780.20	715,048.81	8,850,783.16	8,500,000.00
Cota-Parte do ICMS	559,323.23	436,397.34	513,336.63	451,936.60	830,883.57	595,696.53	603,597.85	349,741.87	609,834.97	467,014.48	602,842.74	525,028.31	6,545,634.12	7,500,000.00
Cota-Parte do IPVA	88,077.23	83,681.98	38,202.13	41,827.44	39,221.08	28,983.26	48,289.24	60,214.13	61,552.52	99,088.33	122,276.11	54,131.96	765,545.41	1,000,000.00
Cota-Parte do ITR	8,829.25	21,821.40	65,609.86	541,211.63	100,167.36	92,041.54	56,522.95	8,037.80	8,786.02	16,544.78	13,118.81	6,396.97	939,088.37	900,000.00
Transferências da LC nº 87/1996	2,449.86	2,449.86	2,449.86	2,449.86	2,449.86	2,449.86	2,462.94	2,462.94	2,462.94	2,462.94	2,462.94	2,462.94	29,476.80	40,000.00
Transferências da LC nº 61/1989														
Transferências do FUNDEB	435,946.86	410,179.12	373,695.11	324,407.37	648,417.77	603,581.64	428,269.89	444,319.33	284,504.01	455,386.48	481,635.80	404,259.97	5,294,603.35	6,000,000.00
Outras Transferências Correntes	922,565.12	682,007.92	568,796.98	660,492.25	689,370.31	1,364,109.76	446,259.11	499,922.02	596,905.56	603,721.53	604,849.01	558,647.87	8,197,649.44	9,942,000.00
Outras Receitas Correntes	38,687.14	45,901.89	22,221.79	28,554.10	33,798.63	51,709.47	20,340.66	30,193.26	32,757.23	28,625.83	32,932.54	27,783.60	393,506.14	363,000.00
DEDUÇÕES (II)	313,353.49	313,431.81	308,920.43	410,424.11	495,663.45	571,305.48	287,806.93	354,797.78	341,629.11	345,298.92	395,280.24	354,604.84	4,492,516.59	4,598,000.00
Contrib. do Servidor para o Plano de Previdência	86,538.30	86,650.20	89,115.14	86,543.95	88,757.86	170,721.42	4,092.93	89,337.44	91,573.52	91,494.47	91,984.17	93,991.13	1,070,800.53	1,000,000.00
Compensações Financ. entre Regimes Previdência														
Dedução de Receita para Formação do FUNDEB	226,815.19	226,781.61	219,805.29	323,880.16	406,905.59	400,584.06	283,714.00	265,460.34	250,055.59	253,804.45	303,296.07	260,613.71	3,421,716.06	3,598,000.00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - I)	2,748,571.33	2,456,524.69	2,364,381.99	2,759,418.53	3,315,159.97	4,167,696.38	2,510,567.46	2,652,499.69	2,563,802.52	2,528,424.74	2,727,885.55	2,371,123.25	33,166,056.10	36,927,000.00

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado**
	Prefeitura Municipal de Marcelândia - MT (Poder Executivo)
	CNPJ:
	Exercício: 2017
	Período de referência: 3º bimestre

RREO-Anexo 03 | Tabela 3.0 - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida - Municípios

Notas Explicativas	Valores
	30/06/2017
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Marcelândia - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2017
Período de referência: 3º bimestre

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS

Receitas Previdenciárias - RPPS - Plano Previdenciário	Execução da Receita			
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre / 2017	Até o Bimestre / 2016
Receitas	-	-	-	-
RECEITAS CORRENTES (I)	5.800.000,00	5.800.000,00	2.854.290,73	3.000.229,17
Receita de Contribuições dos Segurados	1.000.000,00	1.000.000,00	462.473,66	429.957,94
Civil	1.000.000,00	1.000.000,00	462.473,66	429.957,94
Ativo	988.000,00	988.000,00	457.678,70	425.655,54
Inativo	2.000,00	2.000,00	218,16	8,20
Pensionista	10.000,00	10.000,00	4.576,80	4.294,20
Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo				
Inativo				
Pensionista				
Receita de Contribuições Patronais	1.945.000,00	1.945.000,00	1.085.529,44	933.487,29
Civil	1.800.000,00	1.800.000,00	963.220,76	861.373,47
Ativo	1.800.000,00	1.800.000,00	963.220,76	861.373,47
Inativo				
Pensionista				
Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo				
Inativo				
Pensionista				
Em Regime de Parcelamento de Débitos Previdenciário	145.000,00	145.000,00	122.308,68	72.113,82
Receita Patrimonial	2.700.000,00	2.700.000,00	1.232.484,86	1.570.230,92
Receitas Imobiliárias				
Receitas de Valores Mobiliários	2.700.000,00	2.700.000,00	1.232.484,86	1.570.230,92
Outras Receitas Patrimoniais				
Receita de Serviços				
Receita de Aporte Periódico de Valores Predefinidos				
Outras Receitas Correntes	155.000,00	155.000,00	73.802,77	66.553,02
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS				
Demais Receitas Correntes	155.000,00	155.000,00	73.802,77	66.553,02
RECEITAS DE CAPITAL (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos				
Amortização de Empréstimos				
Outras Receitas de Capital				
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II)	5.800.000,00	5.800.000,00	2.854.290,73	3.000.229,17

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Marcelândia - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2017
Período de referência: 3º bimestre

Despesas Previdenciárias - RPPS - Plano Previdenciário	Execução da Despesa							
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
			Até o Bimestre / 2017	Até o Bimestre / 2016	Até o Bimestre / 2017	Até o Bimestre / 2016	Em 2017	Em 2016
Despesas	-	-	-	-	-	-	-	-
ADMINISTRAÇÃO (IV)	455.000,00	455.000,00	119.866,93	130.495,36	96.816,93	99.505,36	0,00	0,00
Despesas Correntes	430.000,00	430.000,00	119.866,93	130.495,36	96.816,93	99.505,36		
Despesas de Capital	25.000,00	25.000,00						
PREVIDÊNCIA (V)	1.900.000,00	1.900.000,00	778.128,69	718.281,26	778.128,69	718.281,26	0,00	0,00
Benefícios - Civil	1.900.000,00	1.900.000,00	778.128,69	718.281,26	778.128,69	718.281,26	0,00	0,00
Aposentadorias	1.000.000,00	1.000.000,00	505.053,75	378.913,19	505.053,75	378.913,19		
Pensões	400.000,00	400.000,00	161.153,64	138.399,28	161.153,64	138.399,28		
Outros Benefícios Previdenciários	500.000,00	500.000,00	111.921,30	200.968,79	111.921,30	200.968,79		
Benefícios - Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas								
Pensões								
Outros Benefícios Previdenciários								
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS								
Demais Despesas Previdenciárias								
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	2.355.000,00	2.355.000,00	897.995,62	848.776,62	874.945,62	817.786,62	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)	3.445.000,00	3.445.000,00	1.956.295,11	2.151.452,55	1.979.345,11	2.182.442,55		

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Marcelândia - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2017
Período de referência: 3º bimestre

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS

Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - Plano Previdenciário	Previsão Orçamentária
	Previsão Orçamentária
Recursos RPPS Arrecadados em Exercícios Anteriores	-
VALOR	

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS

Reserva Orçamentária do RPPS - Plano Previdenciário	Previsão Orçamentária
	Previsão Orçamentária
Reserva Orçamentária do RPPS	-
VALOR	

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS

Aportes de Recursos para o Plano Previdenciário do RPPS	Aportes de Recursos
	Aportes Realizados
Aportes de Recursos para o Plano Previdenciário do RPPS	-
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar	
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos	
Outros Aportes para o RPPS	
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS

Bens e Direitos do RPPS - Plano Previdenciário	Período de Referência	
	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	2017	2016
Bens e Direitos do RPPS	-	-
Caixa e Equivalentes de Caixa	4.100,23	3.916,04
Investimentos e Aplicações	22.147.403,33	18.606.660,23
Outros Bens e Direitos		

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Marcelândia - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2017
Período de referência: 3º bimestre

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS

Receitas Previdenciárias - RPPS - Plano Financeiro	Execução da Receita			
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre / 2017	Até o Bimestre / 2016
Receitas	-	-	-	-
RECEITAS CORRENTES (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00	0,00	0,00
Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo				
Inativo				
Pensionista				
Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo				
Inativo				
Pensionista				
Receita de Contribuições Patronais	0,00	0,00	0,00	0,00
Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo				
Inativo				
Pensionista				
Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo				
Inativo				
Pensionista				
Em Regime de Parcelamento de Débitos				
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias				
Receitas de Valores Mobiliários				
Outras Receitas Patrimoniais				
Receita de Serviços				
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS				
Demais Receitas Correntes				
RECEITAS DE CAPITAL (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos				
Amortização de Empréstimos				
Outras Receitas de Capital				
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (X) = (VIII + IX)	0,00	0,00	0,00	0,00

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS

Despesas Previdenciárias - RPPS - Plano Financeiro	Execução da Despesa							
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
			Até o Bimestre / 2017	Até o Bimestre / 2016	Até o Bimestre / 2017	Até o Bimestre / 2016	Em 2017	Em 2016
Despesas	-	-	-	-	-	-	-	-

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Marcelândia - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2017
Período de referência: 3º bimestre

Despesas Previdenciárias - RPPS - Plano Financeiro	Execução da Despesa							
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
			Até o Bimestre / 2017	Até o Bimestre / 2016	Até o Bimestre / 2017	Até o Bimestre / 2016	Em 2017	Em 2016
ADMINISTRAÇÃO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes								
Despesas de Capital								
PREVIDÊNCIA (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Benefícios - Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias								
Pensões								
Outros Benefícios Previdenciários								
Benefícios - Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas								
Pensões								
Outros Benefícios Previdenciários								
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS								
Demais Despesas Previdenciárias								
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (XIII) = (XI + XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (XIV) = (X - XIII)								

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Marcelândia - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2017
Período de referência: 3º bimestre

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS

Aportes de Recursos para o Plano Financeiro do RPPS	Aportes de Recursos
	Aportes Realizados
Aportes de Recursos para o Regime Próprio de Previdência do Servidor	-
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	
Recursos para Formação de Reserva	

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS

Notas Explicativas	Valores
	30/06/2017
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

RREO-Anexo 05 | Tabela 5.0 - Demonstrativo do Resultado Nominal

Dívida Fiscal Líquida	Saldo		
	Saldo		
	Em 31/Dez/2016 (a)	No Bimestre Anterior (b)	No Bimestre (c)
Dívida Fiscal Líquida	-	-	-
Dívida Consolidada (**I**)	724.202,01	62.105,12	62.105,12
DEDUÇÕES (**II**)	22.725.672,67	25.141.471,98	25.523.917,62
Disponibilidade de Caixa	22.349.302,08	24.388.730,80	24.771.176,44
Disponibilidade de Caixa Bruta	22.569.599,00	24.499.127,72	24.881.573,36
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	220.296,92	110.396,92	110.396,92
Demais Haveres Financeiros	376.370,59	752.741,18	752.741,18
Dívida Consolidada Líquida (**III**) = (**I** - **II**)	0,00	0,00	0,00
Receita de Privatizações (**IV**)			
Passivos Reconhecidos (V)	662.096,89	1.189.751,41	1.149.079,71
Dívida Fiscal Líquida (**VI**) = (**III** + **IV** - V)	-662.096,89	-1.189.751,41	-1.149.079,71

RREO-Anexo 05 | Tabela 5.0 - Demonstrativo do Resultado Nominal

Resultado Nominal	Período de Referência	
	Período de Referência	
	No Bimestre (VIc - VIb)	Até o Bimestre (VIc - VIa)
Resultado Nominal	-	-
VALOR	40.671,70	-486.982,82

RREO-Anexo 05 | Tabela 5.0 - Demonstrativo do Resultado Nominal

Discriminação da Meta Fiscal	Valor Realizado no Período
	Valor Corrente
Discriminação da Meta Fiscal	-
Meta de Resultado Nominal fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o Exercício de Referência	0,00

RREO-Anexo 05 | Tabela 5.0 - Demonstrativo do Resultado Nominal

Notas Explicativas	Valores
	30/06/2017
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.0 - Demonstrativo do Resultado Primário - Municípios

Receitas Primárias	Receitas Realizadas		
	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
		Até o Bimestre / 2017	Até o Bimestre / 2016
Receitas Primárias	-	-	-
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (**I**)	36.864.000,00	15.594.727,39	15.935.223,71
Receitas Tributárias	2.540.000,00	1.450.655,50	1.365.956,66
IPTU	450.000,00	314.774,71	251.424,62
ISS	600.000,00	351.268,52	291.296,18
ITBI	650.000,00	146.105,59	339.060,64
IRRF	425.000,00	291.392,29	198.197,21
Outras Receitas Tributárias	415.000,00	347.114,39	285.978,01
Receitas de Contribuições	3.245.000,00	1.671.202,12	1.495.113,04
Receitas Previdenciárias	2.945.000,00	1.548.006,10	1.363.445,23
Outras Receitas de Contribuições	300.000,00	123.196,02	131.667,81
Receita Patrimonial Líquida	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	3.410.000,00	1.331.358,77	1.746.149,31
(-) Aplicações Financeiras	3.410.000,00	1.331.358,77	1.746.149,31
Transferências Correntes	30.686.000,00	12.300.236,65	12.959.082,93

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Marcelândia - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2017
Período de referência: 3º bimestre

Receitas Primárias	Receitas Realizadas		
	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
		Até o Bimestre / 2017	Até o Bimestre / 2016
Cota-Parte do FPM	6.800.000,00	3.485.540,90	4.036.943,23
Cota-Parte do ICMS	6.000.000,00	2.526.448,29	3.429.287,48
Cota-Parte do IPVA	1.000.000,00	445.552,29	457.634,28
Convênios Corrente	950.000,00	165.603,24	189.405,74
Outras Transferências Correntes	15.936.000,00	5.677.091,93	4.845.812,20
Demais Receitas Correntes	393.000,00	172.633,12	115.071,08
Dívida Ativa	175.000,00	96.953,30	73.082,14
Diversas Receitas Correntes	218.000,00	75.679,82	41.988,94
RECEITAS DE CAPITAL (II)	3.390.000,00	867.650,86	829.607,74
Operações de Crédito (III)			
Amortização de Empréstimos (IV)	50.000,00	12.794,16	15.904,31
Alienação de Bens (V)	10.000,00		
Transferências de Capital	3.330.000,00	854.856,70	813.703,43
Convênios Capital	3.130.000,00	854.856,70	654.733,43
Outras Transferências de Capital	200.000,00		158.970,00
Outras Receitas de Capital			
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	3.330.000,00	854.856,70	813.703,43
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	40.194.000,00	16.449.584,09	16.748.927,14

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Marcelândia - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2017
Período de referência: 3º bimestre

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.0 - Demonstrativo do Resultado Primário - Municípios

Despesas Primárias	Execução da Despesa						
	DOTAÇÃO ATUALIZADA	Despesas Empenhadas		DESPESAS LIQUIDADAS		Despesas Inscritas em Restos a Pagar Não Processados	
		Até o Bimestre / 2017	Até o Bimestre / 2016	Até o Bimestre / 2017	Até o Bimestre / 2016	Em 2017	Em 2016
Despesas Primárias	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS CORRENTES (VIII)	33.600.053,16	15.908.974,81	15.471.618,18	15.011.636,19	14.598.251,34	0,00	0,00
Pessoal e Encargos Sociais	18.931.538,33	9.482.867,66	8.494.966,95	9.482.429,56	8.494.966,95		
Juros e Encargos da Dívida (IX)	135.000,00	73.802,77	66.553,02	73.802,77	66.553,02		
Outras Despesas Correntes	14.533.514,83	6.352.304,38	6.910.098,21	5.455.403,86	6.036.731,37		
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	33.465.053,16	15.835.172,04	15.405.065,16	14.937.833,42	14.531.698,32	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	6.007.727,99	1.683.875,92	1.824.005,95	1.425.875,33	982.314,24	0,00	0,00
Investimentos	5.857.727,99	1.561.567,24	1.751.892,13	1.303.566,65	910.200,42		
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)							
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)							
Demais Inversões Financeiras							
Amortização da Dívida (XIV)	150.000,00	122.308,68	72.113,82	122.308,68	72.113,82		
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	5.857.727,99	1.561.567,24	1.751.892,13	1.303.566,65	910.200,42	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)							
RESERVA DO RPPS (XVII)							
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	39.322.781,15	17.396.739,28	17.156.957,29	16.241.400,07	15.441.898,74	0,00	0,00
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	871.218,85	-947.155,19	-408.030,15	208.184,02	1.307.028,40		
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES							

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado**
	Prefeitura Municipal de Marcelândia - MT (Poder Executivo)
	CNPJ:
	Exercício: 2017
	Período de referência: 3º bimestre

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.0 - Demonstrativo do Resultado Primário - Municípios

Discriminação da Meta Fiscal	Valor Realizado no Período
	Valor Corrente
Discriminação da Meta Fiscal	-
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO PARA O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	-2.885.000,00

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.0 - Demonstrativo do Resultado Primário - Municípios

Notas Explicativas	Valores
	30/06/2017
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Marcelândia - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2017
Período de referência: 3º bimestre

RREO-Anexo 07 | Tabela 7.0 - Demonstrativo dos Restos à Pagar por Poder e Órgão - Municípios

Poder/Órgão	Poder/Órgão											
	Poder/Órgão											
	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS						
	Inscritos		Pagos (c)	Cancelados (d)	Saldo e = (a+ b) - (c + d)	Inscritos		Liquidados (h)	Pagos (i)	Cancelados (j)	Saldo k = (f + g) - (i + j)	Saldo Total L = (e + k)
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro de 2016 (b)				Em Exercícios Anteriores (f)	Em 31 de Dezembro de 2016 (g)					
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	110.396,92	0,00	0,00	0,00	110.396,92	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	110.396,92
PODER EXECUTIVO	110.396,92				110.396,92						0,00	110.396,92
PODER LEGISLATIVO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Câmara Municipal												
Tribunal de Contas do Município												
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)												
TOTAL (III) = (I + II)	110.396,92	0,00	0,00	0,00	110.396,92	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	110.396,92

RREO-Anexo 07 | Tabela 7.0 - Demonstrativo dos Restos à Pagar por Poder e Órgão - Municípios

Poder/Órgão - Intra	Poder/Órgão - Intra											
	Poder/Órgão Intra											
	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS						
	Inscritos		Pagos (c)	Cancelados (d)	Saldo e = (a + b) - (c + d)	Inscritos		Liquidados (h)	Pagos (i)	Cancelados (j)	Saldo k = (f + g) - (i + j)	Saldo Total L = (e + k)
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro de 2016 (b)				Em Exercícios Anteriores (f)	Em 31 de Dezembro de 2016 (g)					
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PODER EXECUTIVO												
PODER LEGISLATIVO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Câmara Municipal												
Tribunal de Contas do Município												

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado**
	Prefeitura Municipal de Marcelândia - MT (Poder Executivo)
	CNPJ:
	Exercício: 2017
	Período de referência: 3º bimestre

RREO-Anexo 07 | Tabela 7.0 - Demonstrativo dos Restos à Pagar por Poder e Órgão - Municípios

Notas Explicativas	Valores
	30/06/2017
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

RREO-Anexo 13 | Tabela 13.0 - Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas

Impactos das Contratações de PPP	Especificação de PPP		
	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	REGISTROS EFETUADOS EM 2017	
		No Bimestre	Até o Bimestre
Impactos das Contratações de PPP	-	-	-
TOTAL DE ATIVOS	0,00	0,00	0,00
Ativos Constituídos pela SPE			
TOTAL DE PASSIVOS	0,00	0,00	0,00
Obrigações decorrentes de Ativos Constituídos pela SPE			
Provisões de PPP			
Outros Passivos			
ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	0,00	0,00	0,00
Obrigações Contratuais			
Garantias Concedidas			

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Marcelândia - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2017
Período de referência: 3º bimestre

RREO-Anexo 13 | Tabela 13.0 - Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas | Do Ente Federado, exceto estatais não dependentes (I)

Despesas de PPP	Despesas de PPP										
	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE (EC)	<EC + 1>	<EC + 2>	<EC + 3>	<EC + 4>	<EC + 5>	<EC + 6>	<EC + 7>	<EC + 8>	<EC + 9>

RREO-Anexo 13 | Tabela 13.0 - Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas | Das Estatais Não-Dependentes

Despesas de PPP das Estatais Não-dependentes	Despesas de PPP										
	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE (EC)	<EC + 1>	<EC + 2>	<EC + 3>	<EC + 4>	<EC + 5>	<EC + 6>	<EC + 7>	<EC + 8>	<EC + 9>

RREO-Anexo 13 | Tabela 13.0 - Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas

Total das Despesas de PPP	Despesas de PPP										
	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE (EC)	<EC + 1>	<EC + 2>	<EC + 3>	<EC + 4>	<EC + 5>	<EC + 6>	<EC + 7>	<EC + 8>	<EC + 9>
Total das Despesas de PPP	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL DAS DESPESAS											
PPP A CONTRATAR (II)											
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL) (III)											
TOTAL DAS DESPESAS CONSIDERADAS PARA O LIMITE (IV = I + II)											
TOTAL DAS DESPESAS / RCL (%) (V) = (IV) / (III)											

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Marcelândia - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2017
Período de referência: 3º bimestre

RREO-Anexo 13 | Tabela 13.0 - Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas

Notas Explicativas	Valores
	30/06/2017
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Balanço Orçamentário	Período
	Até o Bimestre
Balanço Orçamentário	-
RECEITAS	
Previsão Inicial	43.000.000,00
Previsão Atualizada	43.000.000,00
Receitas Realizadas	17.819.983,09
Déficit Orçamentário	
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)	
DESPESAS	
Dotação Inicial	43.000.000,00
Créditos Adicionais	69.081,15
Dotação Atualizada	43.069.081,15
Despesas Empenhadas	17.592.850,73
Despesas Liquidadas	16.437.511,52
Despesas Pagas	15.392.013,27
Superávit Orçamentário	

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Despesas por Função/Subfunção	Período
	Até o Bimestre
Despesas por Função/Subfunção	-
Despesas Empenhadas	17.592.850,73
Despesas Liquidadas	16.437.511,52

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Receita Corrente Líquida - RCL	Valores
	30/06/2017
Receita Corrente Líquida - RCL	-
Receita Corrente Líquida	33.166.056,10

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Receitas e Despesas dos Regimes de Previdência	Período
	Até o Bimestre
Receitas e Despesas dos Regimes de Previdência	-
Regime Geral de Previdência Social	
Receitas Previdenciárias Realizadas (I)	
Despesas Previdenciárias Liquidadas (II)	
Resultado Previdenciário (III) = (I - II)	0,00
Regime Próprio de Previdência dos Servidores	
Receitas Previdenciárias Realizadas (IV)	2.854.290,73
Despesas Previdenciárias Liquidadas (V)	874.945,62
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)	1.979.345,11

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Resultados Nominal e Primário	Verificação das Metas dos Resultados Nominal e Primário		
	Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultados Nominal e Primário	-	-	-
Resultado Nominal	0,00	-486.982,82	0,00
Resultado Primário	-2.885.000,00	208.184,02	-7,22

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Restos a Pagar por Poder e Ministério Público	Estágios dos Restos a Pagar			
	Inscrição	Cancelamento Até o Bimestre	Pagamento Até o Bimestre	Saldo a Pagar
Restos a Pagar por Poder e Ministério Público	-	-	-	-
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	110.396,92	0,00	0,00	110.396,92
Poder Executivo	110.396,92			110.396,92
Poder Legislativo				
Poder Judiciário				

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Marcelândia - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2017
Período de referência: 3º bimestre

Restos a Pagar por Poder e Ministério Público	Estágios dos Restos a Pagar			
	Inscrição	Cancelamento Até o Bimestre	Pagamento Até o Bimestre	Saldo a Pagar
Ministério Público				
Defensoria Pública				
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Executivo				
Poder Legislativo				
Poder Judiciário				
Ministério Público				
Defensoria Pública				
TOTAL	110.396,92	0,00	0,00	110.396,92

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Despesas com Ações Típicas de MDE	Apuração das Despesas com Ensino		
	Valor Apurado Até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre
Despesas com Ações Típicas de MDE	-	-	-
Mínimo Anual de <18% / 25%> das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	3.105.691,05	25,00	33,24
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Ensino Fundamental e Médio			
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental	2.084.796,80	60,00	83,45
Complementação da União ao FUNDEB			

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital	Apuração das Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital	
	Valor Apurado Até o Bimestre	Saldo Não Realizado
Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital	-	-
Receitas de Operações de Crédito		
Despesa de Capital Líquida		

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Projeção Atuarial dos Regimes de Previdência	Exercício de Apuração			
	Exercício	10º Exercício	20º Exercício	35º Exercício
Projeção Atuarial dos Regimes de Previdência	-	-	-	-
Regime Geral de Previdência Social				
Receitas Previdenciárias (**I**)				
Despesas Previdenciárias (**II**)				
Resultado Previdenciário (**III**) = (**I** - **II**)	0,00	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias (**IV**)				
Despesas Previdenciárias (V)				
Resultado Previdenciário (**VI**) = (**IV** - V)	0,00	0,00	0,00	0,00

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Receita da Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos	Apuração da Receita da Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos	
	Valor Apurado Até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita da Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos	-	-
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos		
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos		

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde	Apuração das Despesas com Saúde		
	Valor Apurado Até o Bimestre	Limite Constitucional Anual Percentual Aplicado até o Bimestre Saúde	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde	-	-	-
Despesas com Ações e Serviços Oúblicos de Saúde Executadas com Recursos de Impostos	2.368.270,53	15,00	25,35

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Despesas de Caráter Continuado Derivadas de PPP	Valor Realizado no Período
	Valor Apurado no Exercício Corrente
Despesas de Caráter Continuado Derivadas de PPP	-
Total das Despesas/RCL (%)	

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado**
	Prefeitura Municipal de Marcelândia - MT (Poder Executivo)
	CNPJ:
	Exercício: 2017
	Período de referência: 3º bimestre

Notas Explicativas	Valores
	30/06/2017
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

Lista de Assinaturas

Assinatura: 1
Assinatura: 2
Assinatura: 3
Assinatura: 4
Assinatura: 5
Assinatura: 6

As assinaturas digitais podem ser verificadas no arquivo PDF.

PREFEITURA/LICITAÇÃO
RESULTADO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 021/2017 – SRP.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCELÂNDIA/MT, através de sua Pregoeira e Equipe de Apoio, torna público o RESULTADO do julgamento referente ao Pregão Presencial nº 021/2017, **cujo objeto é oregistro de preços para futura e eventual aquisição de cartuchos e toners de impressoras de diversas secretarias do município de Marcelândia/MT.**. Sagraram-se vencedoras as empresas:

EMPRESAS	VALOR
ALINE MESSIAS ME	**35.675,04**
ALEXANDRE VENSO BONFIM ME	**101.225,20**
AMAURI ROBERTO DE ARAÚJO - ME	**88.186,80**

A relação com a discriminação dos itens ganhos por cada empresa, encontra-se no site: www.marcelandia.mt.gov.br/licitacao

Marcelândia/MT, em 25 de Julho de 2017

GRAZIELA RUBIO PERIUS

Pregoeira Oficial

Publique-se

PREVILÂNDIA
BALANÇO ORÇAMENTARIO- 1° SEMESTRE 2017

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE MARCELANDIA

FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA DE MARCELANDIA

Demonstrativo Contábil da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

1° Semestre - 2017

(art. 102 da Lei n.º 4.320/1964) R$ 1,00

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS:						
TOTAL						

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS:					
TOTAL					

Nota: Demonstrativo Contábil em conformidade com o MCASP.

Marli Teresinha Teixeira	Andrea de Oliveira Souza	Celio Felix de Souza
Diretor (a)	Tesoureira	Contador

PREVILÂNDIA
BALANCETE DE VERIFICAÇÃO - 1° SEMESTRE 2017

ESTADO DE MATO GROSSO

FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA DE MARCELANDIA

CNPJ: 3.197.975/0001.40
Rua Guaira - 0000777 - Centro
Telefone (066)3536-1828
previlandia2@marcelandia.mt.gov.br

Balancete De Verificação
Plano PCASP-MT
Sistema: Patrimonial, Orçamentário e Controle
1° Semestre - 2017

Código	Contas	Saldos Anteriores		Movimento à Débito		Movimento à Crédito		Saldos Atuais	
		Débito	Crédito	No Mês	Até o Mês	No Mês	Até o Mês	Débitos	Créditos
1	ATIVO	23.166.386,94		1.204.171,59	11.517.710,59	928.190,77	9.735.745,76	23.442.367,76	
1.1	ATIVO CIRCULANTE	21.855.186,89		1.178.835,74	11.403.062,22	882.519,07	9.506.757,83	22.151.503,56	
1.1.1	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	17.784,20		694.286,24	6.813.709,24	707.970,21	6.817.003,26	4.100,23	
1.1.1.1	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL	17.784,20		694.286,24	6.813.709,24	707.970,21	6.817.003,26	4.100,23	
1.1.1.1.1	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL - CONSOLI	17.784,20		694.286,24	6.813.709,24	707.970,21	6.817.003,26	4.100,23	
1.1.1.1.1.06	CONTA UNICA RPPS	17.784,20		694.286,24	6.813.709,24	707.970,21	6.817.003,26	4.100,23	
1.1.1.1.1.06.01	BANCOS CONTA MOVIMENTO - RPPS (F)	17.784,20		694.286,24	6.813.709,24	707.970,21	6.817.003,26	4.100,23	
1.1.2	CREDITOS A CURTO PRAZO			20.335,85	122.308,68	20.335,85	122.308,68		
1.1.2.1	CREDITOS TRIBUTARIOS A RECEBER			20.335,85	122.308,68	20.335,85	122.308,68		
1.1.2.1.2	CREDITOS TRIBUTARIOS A RECEBER - INTRA OFSS			20.335,85	122.308,68	20.335,85	122.308,68		
1.1.2.1.2.71	CREDITOS PREVIDENCIARIOS PARCELADOS (P)			20.335,85	122.308,68	20.335,85	122.308,68		
1.1.4	INVESTIMENTOS E APLICACOES TEMPORARIAS A CURTO PRAZO	21.837.402,69		464.213,65	4.466.504,30	154.213,01	2.566.905,89	22.147.403,33	
1.1.4.1	TITULOS E VALORES MOBILIARIOS	21.837.402,69		464.213,65	4.466.504,30	154.213,01	2.566.905,89	22.147.403,33	
1.1.4.1.1	TITULOS E VALORES MOBILIARIOS - CONSOLIDACAO	21.837.402,69		464.213,65	4.466.504,30	154.213,01	2.566.905,89	22.147.403,33	
1.1.4.1.1.09	APLICACOES EM SEGMENTO DE RENDA FIXA - RPPS	21.837.402,69		464.213,65	4.466.504,30	154.213,01	2.566.905,89	22.147.403,33	
1.1.4.1.1.09.04	FUNDOS DE INVESTIMENTO EM RENDA FIXA OU REFERENCIADOS (	4.270.854,95		47.166,74	1.408.572,44	135.000,00	1.793.624,38	4.183.021,69	
1.1.4.1.1.09.06	FUNDOS DE INVESTIMENTOS EM RENDA FIXA OU REFERENCIADOS	7.595.688,84		268.819,98	1.531.475,17		52.401,33	7.864.508,82	
1.1.4.1.1.09.08	FUNDOS DE INVESTIMENTOS EM TITULOS DO TESOURO (F)	9.970.858,90		148.226,93	1.526.456,69	19.213,01	720.880,18	10.099.872,82	
1.1.5	ESTOQUES				540,00		540,00		
1.1.5.6	ALMOXARIFADO				540,00		540,00		
1.1.5.6.1	ALMOXARIFADO - CONSOLIDACAO				540,00		540,00		
1.1.5.6.1.01	MATERIAL DE CONSUMO (P)				540,00		540,00		
1.2	ATIVO NAO CIRCULANTE	1.311.200,05		25.335,85	114.648,37	45.671,70	228.987,93	1.290.864,20	
1.2.1	ATIVO REALIZAVEL A LONGO PRAZO	1.301.016,26		25.335,85	114.648,37	45.671,70	228.987,93	1.280.680,41	
1.2.1.1	CREDITOS A LONGO PRAZO	1.301.016,26		25.335,85	114.648,37	45.671,70	228.987,93	1.280.680,41	
1.2.1.1.1	CREDITOS A LONGO PRAZO - CONSOLIDACAO		81.343,40			25.335,85	106.679,25		106.679,25
1.2.1.1.1.01	CREDITOS TRIBUTARIOS A RECEBER		81.343,40			25.335,85	106.679,25		106.679,25
1.2.1.1.1.01.05	CONTRIBUICOES PREVIDENCIARIAS DO RGPS A RECEBER (P)		81.343,40			25.335,85	106.679,25		106.679,25
1.2.1.1.2	CREDITOS A LONGO PRAZO - INTRA OFSS	1.382.359,66		25.335,85	114.648,37	20.335,85	122.308,68	1.387.359,66	
1.2.1.1.2.01	CREDITOS TRIBUTARIOS A RECEBER (P)	1.382.359,66		25.335,85	114.648,37	20.335,85	122.308,68	1.387.359,66	
1.2.3	IMOBILIZADO	10.183,79						10.183,79	
1.2.3.1	BENS MOVEIS	18.481,36						18.481,36	
1.2.3.1.1	BENS MOVEIS - CONSOLIDACAO	18.481,36						18.481,36	
1.2.3.1.1.02	BENS DE INFORMATICA	1.751,09						1.751,09	
1.2.3.1.1.02.02	EQUIPAMENTOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO (P)	1.751,09						1.751,09	
1.2.3.1.1.03	MOVEIS E UTENSILIOS	16.730,27						16.730,27	

Emissão: 25/07/2017 10:00:09 Página 1

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO
FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA DE MARCELANDIA
CNPJ: 3.197.975/0001.40
Rua Guaira - 0000777 - Centro
Telefone (066)3536-1828
previlandia2@marcelandia.mt.gov.br

Balancete De Verificação
Plano PCASP-MT
Sistema: Patrimonial, Orçamentário e Controle

Código	Contas	Saldos Anteriores		Movimento à Débito		Movimento à Crédito		Saldos Atuais	
		Débito	Crédito	No Mês	Até o Mês	No Mês	Até o Mês	Débitos	Créditos
1.2.3.1.1.03.03	MOBILIARIO EM GERAL (P)	16.730,27						16.730,27	
1.2.3.8	(-) DEPRECIACAO, EXAUSTAO E AMORTIZACAO ACUMULADAS		8.297,57						8.297,57
1.2.3.8.1	(-) DEPRECIACAO, EXAUSTAO E AMORTIZACAO ACUMULADAS - CONS		8.297,57						8.297,57
1.2.3.8.1.01	(-) DEPRECIACAO ACUMULADA - BENS MOVEIS		8.297,57						8.297,57
1.2.3.8.1.01.03	(-) DEPRECIACAO ACUMULADA DE MOVEIS E UTENSILIOS (P)		8.297,57						8.297,57
2	PASSIVO E PATRIMONIO LIQUIDO		21.666.804,88	168.858,75	2.275.797,18	169.187,73	2.282.528,11		21.667.133,86
2.1	PASSIVO CIRCULANTE		6.401,95	168.858,75	923.108,14	169.187,73	929.839,07		6.730,93
2.1.1	OBRIGACOES TRABALHISTAS, PREVIDENCIARIAS E ASSISTENCIAIS A		2.277,43	141.490,40	802.928,04	141.387,87	805.102,94		2.174,90
2.1.1.1	PESSOAL A PAGAR			111.938,75	626.864,05	111.938,75	626.864,05		
2.1.1.1.1	PESSOAL A PAGAR - CONSOLIDACAO			111.938,75	626.864,05	111.938,75	626.864,05		
2.1.1.1.1.01	PESSOAL A PAGAR			111.938,75	626.864,05	111.938,75	626.864,05		
2.1.1.1.1.01.01	SALARIOS, REMUNERACOES E BENEFICIOS			111.938,75	626.864,05	111.938,75	626.864,05		
2.1.1.1.1.01.01.01	SALARIOS, REMUNERACOES E BENEFICIOS (F)			111.938,75	626.864,05	111.938,75	626.864,05		
2.1.1.2	BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS A PAGAR		2.277,43	29.167,44	173.758,74	29.064,91	175.933,64		2.174,90
2.1.1.2.1	BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS A PAGAR - CONSOLIDACAO		2.277,43	29.167,44	173.758,74	29.064,91	175.933,64		2.174,90
2.1.1.2.1.01	BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS A PAGAR		2.277,43	29.167,44	173.758,74	29.064,91	175.933,64		2.174,90
2.1.1.2.1.01.01	BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS A PAGAR (F)		2.277,43	29.167,44	173.758,74	29.064,91	175.933,64		2.174,90
2.1.1.4	ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR			384,21	2.305,25	384,21	2.305,25		
2.1.1.4.2	ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR - INTRA OFSS			384,21	2.305,25	384,21	2.305,25		
2.1.1.4.2.01	CONTRIBUICAO A REGIME PROPRIO DE PREVIDENCIA (RPPS)			384,21	2.305,25	384,21	2.305,25		
2.1.1.4.2.01.01	CONTRIBUICAO A REGIME PROPRIO DE PREVIDENCIA (RPPS) (F)			384,21	2.305,25	384,21	2.305,25		
2.1.3	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO			12.183,80	39.967,94	12.183,80	39.967,94		
2.1.3.1	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZO			12.183,80	39.967,94	12.183,80	39.967,94		
2.1.3.1.1	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZO -			12.183,80	39.967,94	12.183,80	39.967,94		
2.1.3.1.1.01	FORNECEDORES NACIONAIS			12.183,80	39.967,94	12.183,80	39.967,94		
2.1.3.1.1.01.01	FORNECEDORES NAO FINANCIADOS A PAGAR			12.183,80	39.967,94	12.183,80	39.967,94		
2.1.3.1.1.01.01.01	FORNECEDORES NAO FINANCIADOS A PAGAR (F)			12.183,80	39.967,94	12.183,80	39.967,94		
2.1.4	OBRIGACOES FISCAIS A CURTO PRAZO		4.124,52	4.124,52	23.770,71	4.556,03	28.326,74		4.556,03
2.1.4.1	OBRIGACOES FISCAIS A CURTO PRAZO COM A UNIAO		4.124,52	4.124,52	23.770,71	4.556,03	28.326,74		4.556,03
2.1.4.1.1	OBRIGACOES FISCAIS A CURTO PRAZO COM A UNIAO - CONSOLIDA		4.124,52	4.124,52	23.770,71	4.556,03	28.326,74		4.556,03
2.1.4.1.1.11	PIS/PASEP A RECOLHER		4.124,52	4.124,52	23.770,71	4.556,03	28.326,74		4.556,03
2.1.4.1.1.11.01	PIS/PASEP A RECOLHER (F)		4.124,52	4.124,52	23.770,71	4.556,03	28.326,74		4.556,03
2.1.8	DEMAIS OBRIGACOES A CURTO PRAZO			11.060,03	56.441,45	11.060,03	56.441,45		
2.1.8.8	VALORES RESTITUIVEIS			10.286,03	54.893,45	10.286,03	54.893,45		
2.1.8.8.1	VALORES RESTITUIVEIS - CONSOLIDACAO			10.286,03	54.893,45	10.286,03	54.893,45		
2.1.8.8.1.01	CONSIGNACOES			10.286,03	54.893,45	10.286,03	54.893,45		
2.1.8.8.1.01.01	RPPS - RETENCOES SOBRE VENCIMENTOS E VANTAGENS (F)			181,70	1.090,20	181,70	1.090,20		
2.1.8.8.1.01.04	IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF (F)			5.806,84	33.952,24	5.806,84	33.952,24		

Emissão: 25/07/2017 10:00:09 Página 2

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO
FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA DE MARCELANDIA
CNPJ: 3.197.975/0001.40
Rua Guaira - 0000777 - Centro
Telefone (066)3536-1828
previlandia2@marcelandia.mt.gov.br

Balancete De Verificação
Plano PCASP-MT
Sistema: Patrimonial, Orçamentário e Controle

Código	Contas	Saldos Anteriores		Movimento à Débito		Movimento à Crédito		Saldos Atuais	
		Débito	Crédito	No Mês	Até o Mês	No Mês	Até o Mês	Débitos	Créditos
2.1.8.8.1.01.08	ISS (F)			500,50	1.628,00	500,50	1.628,00		
2.1.8.8.1.01.15	RETENCOES - EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS (F)			3.791,75	18.199,43	3.791,75	18.199,43		
2.1.8.8.1.01.99	OUTROS CONSIGNATARIOS (F)			5,24	23,58	5,24	23,58		
2.1.8.9	OUTRAS OBRIGACOES A CURTO PRAZO			774,00	1.548,00	774,00	1.548,00		
2.1.8.9.1	OUTRAS OBRIGACOES A CURTO PRAZO - CONSOLIDACAO			774,00	1.548,00	774,00	1.548,00		
2.1.8.9.1.02	DIARIAS A PAGAR			774,00	1.548,00	774,00	1.548,00		
2.1.8.9.1.02.01	DIARIAS A PAGAR (F)			774,00	1.548,00	774,00	1.548,00		
2.2	PASSIVO NAO-CIRCULANTE		17.258.186,83						17.258.186,83
2.2.7	PROVISOES A LONGO PRAZO		17.258.186,83						17.258.186,83
2.2.7.2	PROVISOES MATEMATICAS PREVIDENCIARIAS A LONGO PRAZO		17.258.186,83						17.258.186,83
2.2.7.2.1	PROVISOES MATEMATICAS PREVIDENCIARIAS A LONGO PRAZO - CO		17.258.186,83						17.258.186,83
2.2.7.2.1.03	PLANO PREVIDENCIARIO - PROVISOES DE BENEFICIOS CONCEDIDO		9.690.775,14						9.690.775,14
2.2.7.2.1.03.01	APOSENTADORIAS/PENSOES/OUTROS BENEFICIOS CONCEDIDOS D		9.795.932,14						9.795.932,14
2.2.7.2.1.03.04	(-) CONTRIBUICOES DO PENSIONISTA PARA O PLANO PREVIDENCIA	105.157,00						105.157,00	
2.2.7.2.1.04	PLANO PREVIDENCIARIO - PROVISOES DE BENEFICIOS A CONCEDE		38.205.945,45						38.205.945,45
2.2.7.2.1.04.01	APOSENTADORIAS/PENSOES/OUTROS BENEFICIOS A CONCEDER D		62.187.442,06						62.187.442,06
2.2.7.2.1.04.02	(-) CONTRIBUICOES DO ENTE PARA O PLANO PREVIDENCIARIO DO P	10.278.349,02						10.278.349,02	
2.2.7.2.1.04.03	(-) CONTRIBUICOES DO ATIVO PARA O PLANO PREVIDENCIARIO DO	6.527.819,82						6.527.819,82	
2.2.7.2.1.04.04	(-) COMPENSACAO PREVIDENCIARIA DO PLANO PREVIDENCIARIO D	7.175.327,77						7.175.327,77	
2.2.7.2.1.05	PLANO PREVIDENCIARIO - PLANO DE AMORTIZACAO	30.638.533,76						30.638.533,76	
2.2.7.2.1.05.98	(-) OUTROS CREDITOS DO PLANO DE AMORTIZACAO (P)	30.638.533,76						30.638.533,76	
2.3	PATRIMONIO LIQUIDO		4.402.216,10		1.352.689,04		1.352.689,04		4.402.216,10
2.3.7	RESULTADOS ACUMULADOS		4.402.216,10		1.352.689,04		1.352.689,04		4.402.216,10
2.3.7.1	SUPERAVITS OU DEFICITS ACUMULADOS		4.402.216,10		1.352.689,04		1.352.689,04		4.402.216,10
2.3.7.1.1	SUPERAVITS OU DEFICITS ACUMULADOS - CONSOLIDACAO		533.844,37		669.565,97		669.565,97		533.844,37
2.3.7.1.1.01	SUPERAVITS OU DEFICITS DO EXERCICIO				669.565,97				
2.3.7.1.1.02	SUPERAVITS OU DEFICITS DE EXERCICIOS ANTERIORES		533.844,37				669.565,97		533.844,37
2.3.7.1.2	SUPERAVITS OU DEFICITS ACUMULADOS - INTRA OFSS		3.919.437,70		683.123,07		683.123,07		3.919.437,70
2.3.7.1.2.01	SUPERAVITS OU DEFICITS DO EXERCICIO				683.123,07				
2.3.7.1.2.02	SUPERAVITS OU DEFICITS DE EXERCICIOS ANTERIORES		3.919.437,70				683.123,07		3.919.437,70
2.3.7.1.3	SUPERAVITS OU DEFICITS ACUMULADOS - INTER OFSS - UNIAO	51.065,97						51.065,97	
2.3.7.1.3.02	SUPERAVITS OU DEFICITS DE EXERCICIOS ANTERIORES	51.065,97						51.065,97	
3	VARIACAO PATRIMONIAL DIMINUTIVA	805.102,56		159.614,71	964.717,27			964.717,27	
3.1	PESSOAL E ENCARGOS	22.478,54		4.495,71	26.974,25			26.974,25	
3.1.1	REMUNERACAO A PESSOAL	20.557,50		4.111,50	24.669,00			24.669,00	
3.1.1.1	REMUNERACAO A PESSOAL ATIVO CIVIL - ABRANGIDOS PELO RPPS	20.557,50		4.111,50	24.669,00			24.669,00	
3.1.1.1.1	REMUNERACAO A PESSOAL ATIVO CIVIL - ABRANGIDOS PELO RPPS	20.557,50		4.111,50	24.669,00			24.669,00	
3.1.1.1.1.01	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL - RPPS	20.557,50		4.111,50	24.669,00			24.669,00	

Emissão: 25/07/2017 10:00:09 Página 3

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO
FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA DE MARCELANDIA
CNPJ: 3.197.975/0001.40
Rua Guaira - 0000777 - Centro
Telefone (066)3536-1828
previlandia2@marcelandia.mt.gov.br

Balancete De Verificação
Plano PCASP-MT
Sistema: Patrimonial, Orçamentário e Controle

Código	Contas	Saldos Anteriores		Movimento à Débito		Movimento à Crédito		Saldos Atuais	
		Débito	Crédito	No Mês	Até o Mês	No Mês	Até o Mês	Débitos	Créditos
3.1.1.1.1.01.01	VENCIMENTOS E SALARIOS	20.557,50		4.111,50	24.669,00			24.669,00	
3.1.2	ENCARGOS PATRONAIS	1.921,04		384,21	2.305,25			2.305,25	
3.1.2.1	ENCARGOS PATRONAIS - RPPS	1.921,04		384,21	2.305,25			2.305,25	
3.1.2.1.2	ENCARGOS PATRONAIS - RPPS - INTRA OFSS	1.921,04		384,21	2.305,25			2.305,25	
3.1.2.1.2.01	CONTRIBUICAO PATRONAL PARA O RPPS	1.921,04		384,21	2.305,25			2.305,25	
3.2	BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS E ASSISTENCIAIS	641.236,53		136.892,16	778.128,69			778.128,69	
3.2.1	APOSENTADORIAS E REFORMAS	416.839,82		88.213,93	505.053,75			505.053,75	
3.2.1.1	APOSENTADORIAS - RPPS	416.839,82		88.213,93	505.053,75			505.053,75	
3.2.1.1.1	APOSENTADORIAS - RPPS - CONSOLIDACAO	416.839,82		88.213,93	505.053,75			505.053,75	
3.2.1.1.1.01	PROVENTOS - PESSOAL CIVIL	416.839,82		88.213,93	505.053,75			505.053,75	
3.2.1.1.1.01.01	APOSENTADORIAS POR TEMPO DE CONTRIBUICAO	135.200,62		31.074,03	166.274,65			166.274,65	
3.2.1.1.1.01.02	APOSENTADORIAS COMPULSORIAS	28.110,00		5.622,00	33.732,00			33.732,00	
3.2.1.1.1.01.03	APOSENTADORIAS POR INVALIDEZ	165.697,75		33.951,61	199.649,36			199.649,36	
3.2.1.1.1.01.99	OUTRAS APOSENTADORIAS ESPECIAIS	87.831,45		17.566,29	105.397,74			105.397,74	
3.2.2	PENSOES	134.294,70		26.858,94	161.153,64			161.153,64	
3.2.2.1	PENSOES - RPPS	134.294,70		26.858,94	161.153,64			161.153,64	
3.2.2.1.1	PENSOES - RPPS - CONSOLIDACAO	134.294,70		26.858,94	161.153,64			161.153,64	
3.2.2.1.1.01	PROVENTOS DE PENSOES	134.294,70		26.858,94	161.153,64			161.153,64	
3.2.9	OUTROS BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS E ASSISTENCIAIS	90.102,01		21.819,29	111.921,30			111.921,30	
3.2.9.1	OUTROS BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS - RPPS	90.102,01		21.819,29	111.921,30			111.921,30	
3.2.9.1.1	OUTROS BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS - RPPS - CONSOLIDACAO	90.102,01		21.819,29	111.921,30			111.921,30	
3.2.9.1.1.10	AUXILIO-DOENCA	72.045,22		17.459,24	89.504,46			89.504,46	
3.2.9.1.1.11	SALARIO MATERNIDADE	5.482,76		2.154,08	7.636,84			7.636,84	
3.2.9.1.1.12	SALARIO-FAMILIA	12.574,03		2.205,97	14.780,00			14.780,00	
3.2.9.1.1.12.01	SALARIO-FAMILIA - ATIVO PESSOAL CIVIL	12.574,03		2.205,97	14.780,00			14.780,00	
3.3	USO DE BENS, SERVICOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	28.558,14		12.957,80	41.515,94			41.515,94	
3.3.1	USO DE MATERIAL DE CONSUMO	540,00			540,00			540,00	
3.3.1.1	CONSUMO DE MATERIAL	540,00			540,00			540,00	
3.3.1.1.1	CONSUMO DE MATERIAL - CONSOLIDACAO	540,00			540,00			540,00	
3.3.1.1.1.16	MATERIAL DE EXPEDIENTE	540,00			540,00			540,00	
3.3.2	SERVICOS	28.018,14		12.957,80	40.975,94			40.975,94	
3.3.2.1	DIARIAS	774,00		774,00	1.548,00			1.548,00	
3.3.2.1.1	DIARIAS - CONSOLIDACAO	774,00		774,00	1.548,00			1.548,00	
3.3.2.1.1.01	DIARIAS PESSOAL CIVIL	774,00		774,00	1.548,00			1.548,00	
3.3.2.1.1.01.01	DIARIAS PESSOAL CIVIL - NO PAIS	774,00		774,00	1.548,00			1.548,00	
3.3.2.2	SERVICOS TERCEIROS - PF	1.061,14			1.061,14			1.061,14	
3.3.2.2.1	SERVICOS TERCEIROS - PF - CONSOLIDACAO	1.061,14			1.061,14			1.061,14	
3.3.2.2.1.38	DESPESAS COM LOCOMOCAO	1.061,14			1.061,14			1.061,14	

Emissão: 25/07/2017 10:00:09 Página 4

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO
FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA DE MARCELANDIA
CNPJ: 3.197.975/0001.40
Rua Guaira - 0000777 - Centro
Telefone (066)3536-1828
previlandia2@marcelandia.mt.gov.br

Balancete De Verificação
Plano PCASP-MT
Sistema: Patrimonial, Orçamentário e Controle

Código	Contas	Saldos Anteriores		Movimento à Débito		Movimento à Crédito		Saldos Atuais	
		Débito	Crédito	No Mês	Até o Mês	No Mês	Até o Mês	Débitos	Créditos
3.3.2.3	SERVICOS TERCEIROS - PJ	26.183,00		12.183,80	38.366,80			38.366,80	
3.3.2.3.1	SERVICOS TERCEIROS - PJ - CONSOLIDACAO	26.183,00		12.183,80	38.366,80			38.366,80	
3.3.2.3.1.01	CONSULTORIA E ASSESSORIA	6.625,00		1.325,00	7.950,00			7.950,00	
3.3.2.3.1.10	LOCACOES	9.250,00		1.850,00	11.100,00			11.100,00	
3.3.2.3.1.11	SERVICOS RELACIONADOS A TECNOLOGIA DA INFORMACAO	220,00			220,00			220,00	
3.3.2.3.1.32	SERVICOS BANCARIOS	88,00		8,80	96,80			96,80	
3.3.2.3.1.51	SERVICOS TECNICOS PROFISSIONAIS	10.000,00		2.000,00	12.000,00			12.000,00	
3.3.2.3.1.52	TAXA DE ADMINISTRACAO			1.500,00	1.500,00			1.500,00	
3.3.2.3.1.99	OUTROS SERVICOS TERCEIROS - PJ			5.500,00	5.500,00			5.500,00	
3.6	DESVALORIZACAO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORACAO DE PASS	89.058,64		713,01	89.771,65			89.771,65	
3.6.1	REAVALIACAO, REDUCAO A VALOR RECUPERAVEL E AJUSTE PARA F	89.058,64		713,01	89.771,65			89.771,65	
3.6.1.4	REDUCAO A VALOR RECUPERAVEL DE INVESTIMENTOS	89.058,64		713,01	89.771,65			89.771,65	
3.6.1.4.1	REDUCAO A VALOR RECUPERAVEL DE INVESTIMENTOS - CONSOLID	89.058,64		713,01	89.771,65			89.771,65	
3.6.1.4.1.03	REDUCAO A VALOR RECUPERAVEL DE INVESTIMENTOS DO RPPS D	89.058,64		713,01	89.771,65			89.771,65	
3.7	TRIBUTARIAS	23.770,71		4.556,03	28.326,74			28.326,74	
3.7.2	CONTRIBUICOES	23.770,71		4.556,03	28.326,74			28.326,74	
3.7.2.1	CONTRIBUICOES SOCIAIS	23.770,71		4.556,03	28.326,74			28.326,74	
3.7.2.1.1	CONTRIBUICOES SOCIAIS - CONSOLIDACAO	23.770,71		4.556,03	28.326,74			28.326,74	
3.7.2.1.1.02	PIS/PASEP	23.770,71		4.556,03	28.326,74			28.326,74	
4	VARIACAO PATRIMONIAL AUMENTATIVA		2.304.684,62			435.266,55	2.739.951,17		2.739.951,17
4.2	CONTRIBUICOES		1.143.241,46			290.422,08	1.433.663,54		1.433.663,54
4.2.1	CONTRIBUICOES SOCIAIS		1.143.241,46			290.422,08	1.433.663,54		1.433.663,54
4.2.1.1	CONTRIBUICOES SOCIAIS - RPPS		1.143.241,46			290.422,08	1.433.663,54		1.433.663,54
4.2.1.1.1	CONTRIBUICOES SOCIAIS - RPPS - CONSOLIDACAO		1.135.272,34			290.422,08	1.425.694,42		1.425.694,42
4.2.1.1.1.01	CONTRIBUICOES PATRONAIS AO RPPS		766.789,81			196.430,95	963.220,76		963.220,76
4.2.1.1.1.01.01	CONTRIBUICAO PATRONAL DE SERVIDOR ATIVO - RPPS		766.789,81			196.430,95	963.220,76		963.220,76
4.2.1.1.1.02	CONTRIBUICAO DO SEGURADO AO RPPS		368.482,53			93.991,13	462.473,66		462.473,66
4.2.1.1.1.02.01	CONTRIBUICAO DO SERVIDOR - RPPS		364.486,73			93.191,97	457.678,70		457.678,70
4.2.1.1.1.02.02	CONTRIBUICAO DO APOSENTADO - RPPS		181,80			36,36	218,16		218,16
4.2.1.1.1.02.03	CONTRIBUICAO DE PENSIONISTA - RPPS		3.814,00			762,80	4.576,80		4.576,80
4.2.1.1.2	CONTRIBUICOES SOCIAIS - RPPS - INTRA OFSS		7.969,12				7.969,12		7.969,12
4.2.1.1.2.01	CONTRIBUICOES PATRONAIS AO RPPS		7.969,12				7.969,12		7.969,12
4.2.1.1.2.01.01	CONTRIBUICAO PATRONAL DE SERVIDOR ATIVO - RPPS		7.969,12				7.969,12		7.969,12
4.4	VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS		1.161.443,16			144.844,47	1.306.287,63		1.306.287,63
4.4.2	JUROS E ENCARGOS DE MORA		60.817,92			12.984,85	73.802,77		73.802,77
4.4.2.4	JUROS E ENCARGOS DE MORA SOBRE CREDITOS TRIBUTARIOS		60.817,92			12.984,85	73.802,77		73.802,77
4.4.2.4.1	JUROS E ENCARGOS DE MORA SOBRE CREDITOS TRIBUTARIOS - C		60.817,92			12.984,85	73.802,77		73.802,77
4.4.2.4.1.13	MULTAS E JUROS DEMAIS CONTRIBUICOES		60.817,92			12.984,85	73.802,77		73.802,77

Emissão: 25/07/2017 10:00:09 Página 5

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO
FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA DE MARCELANDIA
CNPJ: 3.197.975/0001.40
Rua Guaira - 0000777 - Centro
Telefone (066)3536-1828
previlandia2@marcelandia.mt.gov.br

Balancete De Verificação
Plano PCASP-MT
Sistema: Patrimonial, Orçamentário e Controle

Código	Contas	Saldos Anteriores		Movimento à Débito		Movimento à Crédito		Saldos Atuais	
		Débito	Crédito	No Mês	Até o Mês	No Mês	Até o Mês	Débitos	Créditos
4.4.5	REMUNERACAO DE DEPOSITOS BANCARIOS E APLICACOES FINANC		1.100.625,24			131.859,62	1.232.484,86		1.232.484,86
4.4.5.2	REMUNERACAO DE APLICACOES FINANCEIRAS		1.100.625,24			131.859,62	1.232.484,86		1.232.484,86
4.4.5.2.1	REMUNERACAO DE APLICACOES FINANCEIRAS - CONSOLIDACAO		1.100.625,24			131.859,62	1.232.484,86		1.232.484,86
5	CONTROLES DA APROVACAO DO PLANEJAMENTO E ORCAMENTO	11.600.000,00			11.900.000,00		300.000,00	11.600.000,00	
5.2	ORCAMENTO APROVADO	11.600.000,00			11.900.000,00		300.000,00	11.600.000,00	
5.2.1	PREVISAO DA RECEITA	5.800.000,00			6.100.000,00		300.000,00	5.800.000,00	
5.2.1.1	PREVISAO INICIAL DA RECEITA	5.800.000,00			6.100.000,00		300.000,00	5.800.000,00	
5.2.1.1.1	PREVISAO INICIAL DA RECEITA BRUTA	6.100.000,00			6.100.000,00			6.100.000,00	
5.2.1.1.2	(-) PREVISAO DE DEDUCOES DA RECEITA		300.000,00				300.000,00		300.000,00
5.2.1.1.2.99	(-) OUTRAS DEDUCOES		300.000,00				300.000,00		300.000,00
5.2.2	FIXACAO DA DESPESA	5.800.000,00			5.800.000,00			5.800.000,00	
5.2.2.1	DOTACAO ORCAMENTARIA	5.800.000,00			5.800.000,00			5.800.000,00	
5.2.2.1.1	DOTACAO INICIAL	5.800.000,00			5.800.000,00			5.800.000,00	
5.2.2.1.1.01	CREDITO INICIAL	5.800.000,00			5.800.000,00			5.800.000,00	
6	CONTROLES DA EXECUCAO DO PLANEJAMENTO E ORCAMENTO		11.600.000,00	938.987,32	5.835.414,60	938.987,32	17.435.414,60		11.600.000,00
6.2	EXECUCAO DO ORCAMENTO		11.600.000,00	938.987,32	5.835.414,60	938.987,32	17.435.414,60		11.600.000,00
6.2.1	EXECUCAO DA RECEITA		5.800.000,00	455.602,40	3.154.290,73	455.602,40	8.954.290,73		5.800.000,00
6.2.1.1	RECEITA A REALIZAR		3.401.311,67	455.602,40	3.154.290,73		6.100.000,00		2.945.709,27
6.2.1.2	RECEITA REALIZADA		2.398.688,33			455.602,40	2.854.290,73		2.854.290,73
6.2.2	EXECUCAO DA DESPESA		5.800.000,00	483.384,92	2.681.123,87	483.384,92	8.481.123,87		5.800.000,00
6.2.2.1	DISPONIBILIDADES DE CREDITO		5.800.000,00	483.384,92	2.681.123,87	483.384,92	8.481.123,87		5.800.000,00
6.2.2.1.1	CREDITO DISPONIVEL		5.055.731,08	153.726,70	897.995,62		5.800.000,00		4.902.004,38
6.2.2.1.3	CREDITO UTILIZADO		744.268,92	329.658,22	1.783.128,25	483.384,92	2.681.123,87		897.995,62
6.2.2.1.3.01	CREDITO EMPENHADO A LIQUIDAR		28.225,00	158.901,70	874.945,62	153.726,70	897.995,62		23.050,00
6.2.2.1.3.02	CREDITO EMPENHADO EM LIQUIDACAO			12.183,80	39.967,94	12.183,80	39.967,94		
6.2.2.1.3.03	CREDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR		6.401,95	158.572,72	868.214,69	158.901,70	874.945,62		6.730,93
6.2.2.1.3.04	CREDITO EMPENHADO LIQUIDADO PAGO		709.641,97			158.572,72	868.214,69		868.214,69
7	CONTROLES DEVEDORES	22.618.928,86		1.161.456,43	11.333.753,75	706.567,04	8.531.134,67	23.073.818,25	
7.1	ATOS POTENCIAIS	54.100,00			38.100,00			54.100,00	
7.1.2	ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	54.100,00			38.100,00			54.100,00	
7.1.2.3	OBRIGACOES CONTRATUAIS	54.100,00			38.100,00			54.100,00	
7.1.2.3.1	OBRIGACOES CONTRATUAIS - CONSOLIDACAO	54.100,00			38.100,00			54.100,00	
7.1.2.3.1.02	CONTRATOS DE SERVICOS	54.100,00			38.100,00			54.100,00	
7.2	ADMINISTRACAO FINANCEIRA	22.564.828,86		1.161.456,43	11.295.653,75	706.567,04	8.531.134,67	23.019.718,25	
7.2.1	DISPONIBILIDADES POR DESTINACAO	22.564.828,86		1.161.456,43	11.295.653,75	706.567,04	8.531.134,67	23.019.718,25	
7.2.1.1	CONTROLE DA DISPONIBILIDADE DE RECURSOS	22.564.828,86		1.161.456,43	11.295.653,75	706.567,04	8.531.134,67	23.019.718,25	
7.2.1.1.2	RECURSOS VINCULADOS	22.564.828,86		1.161.456,43	11.295.653,75	706.567,04	8.531.134,67	23.019.718,25	
8	CONTROLES CREDORES		22.618.928,86	1.193.229,19	11.258.234,05	1.648.118,58	14.060.853,13		23.073.818,25

Emissão: 25/07/2017 10:00:09 Página 6

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO
FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA DE MARCELANDIA
CNPJ: 3.197.975/0001.40
Rua Guaira - 0000777 - Centro
Telefone (066)3536-1828
previlandia2@marcelandia.mt.gov.br

Balancete De Verificação
Plano PCASP-MT
Sistema: Patrimonial, Orçamentário e Controle

Código	Contas	Saldos Anteriores		Movimento à Débito		Movimento à Crédito		Saldos Atuais	
		Débito	Crédito	No Mês	Até o Mês	No Mês	Até o Mês	Débitos	Créditos
8.1	EXECUCAO DOS ATOS POTENCIAIS		54.100,00	5.175,00	31.050,00	5.175,00	69.150,00		54.100,00
8.1.2	EXECUCAO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS		54.100,00	5.175,00	31.050,00	5.175,00	69.150,00		54.100,00
8.1.2.3	EXECUCAO DE OBRIGACOES CONTRATUAIS		54.100,00	5.175,00	31.050,00	5.175,00	69.150,00		54.100,00
8.1.2.3.1	EXECUCAO DE OBRIGACOES - CONSOLIDACAO		54.100,00	5.175,00	31.050,00	5.175,00	69.150,00		54.100,00
8.1.2.3.1.02	CONTRATOS DE SERVICOS		54.100,00	5.175,00	31.050,00	5.175,00	69.150,00		54.100,00
8.1.2.3.1.02.01	A EXECUTAR		28.225,00	5.175,00	31.050,00		38.100,00		23.050,00
8.1.2.3.1.02.02	EXECUTADOS		25.875,00			5.175,00	31.050,00		31.050,00
8.2	EXECUCAO DA ADMINISTRACAO FINANCEIRA		22.564.828,86	1.188.054,19	11.227.184,05	1.642.943,58	13.991.703,13		23.019.718,25
8.2.1	EXECUCAO DAS DISPONIBILIDADES POR DESTINACAO		22.564.828,86	1.188.054,19	11.227.184,05	1.642.943,58	13.991.703,13		23.019.718,25
8.2.1.1	EXECUCAO DA DISPONIBILIDADE DE RECURSOS		22.564.828,86	1.188.054,19	11.227.184,05	1.642.943,58	13.991.703,13		23.019.718,25
8.2.1.1.1	DISPONIBILIDADE POR DESTINACAO DE RECURSOS		21.820.559,94	860.293,74	9.429.130,29	1.161.456,43	11.295.653,75		22.121.722,63
8.2.1.1.1.01	RECURSOS DISPONIVEIS PARA O EXERCICIO		21.820.559,94	860.293,74	9.429.130,29	1.161.456,43	11.295.653,75		22.121.722,63
8.2.1.1.2	DISPONIBILIDADE POR DESTINACAO DE RECURSOS COMPROMETID		28.225,00	158.901,70	874.945,62	153.726,70	897.995,62		23.050,00
8.2.1.1.2.01	DISPONIBILIDADE POR DESTINACAO DE RECURSOS COMPROMETID		28.225,00	158.901,70	874.945,62	153.726,70	897.995,62		23.050,00
8.2.1.1.3	DISPONIBILIDADE POR DESTINACAO DE RECURSOS COMPROMETID		6.401,95	168.858,75	923.108,14	169.187,73	929.839,07		6.730,93
8.2.1.1.3.01	COMPROMETIDA POR LIQUIDACAO		6.401,95	158.572,72	868.214,69	158.901,70	874.945,62		6.730,93
8.2.1.1.3.02	COMPROMETIDA POR CONSIGNACOES/RETENCOES			10.286,03	54.893,45	10.286,03	54.893,45		
8.2.1.1.4	DISPONIBILIDADE POR DESTINACAO DE RECURSOS UTILIZADA		709.641,97			158.572,72	868.214,69		868.214,69
	Total de Grupo:	**113.356.312,67**	**113.356.312,67**	**4.826.317,99**	**55.085.627,44**	**4.826.317,99**	**55.085.627,44**	**114.272.133,44**	**114.272.133,44**
	Total Geral:	**113.356.312,67**	**113.356.312,67**	**4.826.317,99**	**55.085.627,44**	**4.826.317,99**	**55.085.627,44**	**114.272.133,44**	**114.272.133,44**

Marli Teresinha Teixeira
Diretor (a)

Andrea de Oliveira Souza
Tesoureira

Celio Felix de Souza
Contador

Emissão: 25/07/2017 10:00:09 Página 7

Homologado

PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRASSOL D´OESTE

MIRASSOL PREVI
PTA 338/2017- AVERBAÇÃO DE TEMPO

PORTARIA Nº. 338/2017.

*"Dispõe sobre averbação de Tempo de Contribuição, não concomitante, em favor do **Sr.Aparecido Ferreira da Silva**, servidor público deste município."*

O Secretário Municipal de Administração de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Averbar o tempo de contribuição não concomitante, trabalhado pelo servidor **Sr. Aparecido Ferreira da Silva**, portador do RG. nº 711 254 SSP/MT, inscrito no CPF nº 298.624.931-00, matrícula nº 2146, equivalente a 405 dias líquidos, ou seja, 1 (um) ano, 1 (um) mês e 10 (dez) dias, conforme Certidão Original de Tempo de Contribuição nº 10001180. 1.00061/17-8 expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se

Mirassol D'Oeste/MT, 24 de julho de 2017.

MARCIO LUIZ PEREIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Homologo:

MARINEZ CAMPOS

PREFEITA INTERINA

SAEMI - SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO
ATA 005/2017 DE REGISTRO DE PREÇOS DO PREGÃO 004/2017.

ATA 005/2017 DE REGISTRO DE PREÇOS DO PREGÃO 004/2017.

Aos 25 dias do mês de julho de dois mil e dezessete, o **SAEMI**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o n° 07.745.657/0001-27 e com sede à Rua Ricardo Druzian Gallo n°167, nesta cidade, neste ato representado pelo Diretor Geral do SAEMI, **Sr. VALTER CESAR COUTINHO, brasileiro, casado, portador do RG: 1385677-4 SSP/MT e CPF: 926.295.711-49**, e de outro lado a empresa **C.E. MACEDO E CIA LTDA –ME**, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na RUA: CARLOS ESSENFELDER N° 1326, CEP 81650-090, fone (41) 3078 2790, inscrita no CNPJ sob nº 07. 965.553/0001-83, legalmente representada por CARLOS EDUARDO MACEDO, brasileiro, inscrito no CPF sob o n° **004.959.389-71** e portador do RG n° 7.515.044-0 SSP/PR, em face do resultado obtido no **PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2017**, resolvem registrar os preços constantes na presente Ata, objetivando futuros contratos de fornecimento dos itens abaixo especificados, mediante as seguintes cláusulas e condições:

1 - DO OBJETO E DO VALOR

1.1 – O objeto da presente ata é o **registro de preços** para futura e eventual aquisição parcelada dos materiais para manutenção redes de água e esgoto.

ITEM	Quantidade	Unidade	Descrição do material	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	EMPRESAS VENCEDORAS POR ITEM
1	1700	unidade	LUVA DUPLA DE COMPRESSÃO EM PP	R$ 1,40	R$ 2.380,00	CE MACEDO
2	1200	unidade	ADAPTADOR PVC P/ POLIETILENO PE-5 20 MM X 3/4"	R$ 0,90	R$ 1.080,00	CE MACEDO
7	1200	unidade	UNIÃO ROSCÁVEL ¾”	R$ 3,30	R$ 3.960,00	CE MACEDO
13	2600	unidade	REGISTRO PVC ESFERA ROSCA MACHO E FÊMEA C/ BORBOLETA DN 3/4".	R$ 4,50	R$ 11.700,00	CE MACEDO
14	60	unidade	REGISTRO PVC ESFERA ROSCA MACHO E FÊMEA C/ BORBOLETA DN 1/2".	R$ 4,50	R$ 270,00	CE MACEDO
15	2800	metros	TUBO DE POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE, PEAD, PE-80, SABESP NTS 048, DIAMETRO EXT. 20 MM X 2,3 MM DE PAREDE, P/ LIGACAO PREDIAL DE AGUA, BOBINAS 100M.	R$ 2,00	R$ 5.600,00	CE MACEDO
16	80	unidade	KIT EXTREMIDADE P/ HIDROMETRO PP 1/2".	R$ 1,60	R$ 128,00	CE MACEDO
17	800	unidade	KIT EXTREMIDADE P/ HIDROMETRO PP ¾”.	R$ 2,00	R$ 1.600,00	CE MACEDO
18	800	unidade	GUARNIÇÃO (ANEL) PARA TUBET ¾”.	R$ 0,10	R$ 80,00	CE MACEDO
19	200	unidade	GUARNIÇÃO (ANEL) PARA TUBET ½ ”.	R$ 0,10	R$ 20,00	CE MACEDO
21	100	unidade	SERRINHA.	R$ 3,25	R$ 325,00	CE MACEDO
23	15	unidade	TARRACHA ½.		R$ -	CE MACEDO-MAIOR QUE O PREÇO DO MERCADO INABILITADO
24	60	unidade	LUVA CORRER PVC DEFOFO JE DN 100, COM ANEL	R$ 20,00	R$ 1.200,00	CE MACEDO
25	50	unidade	LUVA CORRER PVC DEFOFO JE DN 150, COM ANEL	R$ 40,00	R$ 2.000,00	CE MACEDO
26	8	unidade	REGISTRO PVC ESFERA SOLDÁVEL C/ BORBOLETA DIAMETRO 60MM.	R$ 21,00	R$ 168,00	CE MACEDO
27	10	unidade	JUNTA GIBAULT FOFO DN 200.	R$ 210,00	R$ 2.100,00	CE MACEDO
28	2	unidade	VENTOSA SIMPLES FOFO COM FLANGES, PN-25, DN = 2” .	R$ 300,00	R$ 600,00	CE MACEDO
29	400	unidade	LUVA CORRER PVC PBA NBR 10351 P/REDE AGUA DN 50 - 60MM, COM ANEL	R$ 6,00	R$ 2.400,00	CE MACEDO
30	50	unidade	LUVA CORRER PVC PBA NBR 10351 P/REDE AGUA DN 100 - 110MM, COM ANEL	R$ 22,00	R$ 1.100,00	CE MACEDO
32	400	unidade	HIDRÔMETRO MULTIJATO VAZÃO NOMINAL 1,5 M³/H e DIAMETRO ¾”.	R$ 60,00	R$ 24.000,00	CE MACEDO
33	26	unidade	LUVA EPI DE PVC FORRADO PUNHO 70 CM PARA TRABALHO EM SISTEMAS DE ESGOTOS.	R$ 32,00	R$ 832,00	CE MACEDO
34	40	unidade	LUVA DE VAQUETA	R$ 15,00	R$ 600,00	CE MACEDO
35	13	barras	TUBO PVC DEFOFO EB-1208 P/ REDE AGUA JE 1 MPA DN 100MM, COM ANEL	R$ 144,00	R$ 1.872,00	CE MACEDO
36	13	barras	TUBO PVC DEFOFO EB-1208 P/ REDE AGUA JE 1 MPA DN 150MM, COM ANEL	R$ 300,00	R$ 3.900,00	CE MACEDO
37	6	barras	TUBO PVC DEFOFO EB-1208 P/ REDE AGUA JE 1 MPA DN 250MM, COM ANEL	R$ 770,00	R$ 4.620,00	CE MACEDO
38	85	barras	TUBO PVC PBA 12 JE NBR 5647 P/REDE AGUA DN 100/DE 110 MM, COM ANEL	R$ 140,00	R$ 11.900,00	CE MACEDO
39	600	barras	TUBO PVC PBA 12 JE NBR 5647 P/REDE AGUA DN 50/DE 60 MM, COM ANEL	R$ 38,00	R$ 22.800,00	CE MACEDO
40	30	barras	TUBO PVC PBA 12 JE NBR 5647 P/REDE AGUA DN 75/DE 85 MM, COM ANEL	R$ 80,00	R$ 2.400,00	CE MACEDO
42	60	barras	TUBO DE PVC SOLDAVEL, 25 MM (NBR-5648).	R$ 13,00	R$ 780,00	CE MACEDO
43	500	unidade	DERIVAÇÃO BROCA EM PP DE ACORDO COM NORMA SABESP NTS 178	R$ 11,00	R$ 5.500,00	CE MACEDO
44	400	unidade	ANEL DE VEDAÇÃO PARA PVC DIAMETRO DE 60 MM	R$ 0,65	R$ 260,00	CE MACEDO
45	300	unidade	ANEL DE VEDAÇÃO PARA PVC DIAMETRO DE 100 MM	R$ 1,45	R$ 435,00	CE MACEDO
46	200	Unidade	ANEL DE VEDAÇÃO PARA PVC DIAMETRO DE 85 MM	R$ 1,10	R$ 220,00	CE MACEDO
47	160	unidade	ANEL DE VEDAÇÃO PARA PVC DEFOFO DIAMETRO DE 100 MM	R$ 1,80	R$ 288,00	CE MACEDO
48	160	unidade	ANEL DE VEDAÇÃO PARA PVC DEFOFO DIAMETRO DE 150 MM	R$ 2,45	R$ 392,00	CE MACEDO
49	8	unidade	JUNTA GIBAULT FOFO DN 250.	R$ 270,00	R$ 2.160,00	CE MACEDO
50	3	barra	TUBO DE FERRO FUNDIDO DE 200 MM		R$ -	CE MACEDO-MAIOR QUE O PREÇO DO MERCADO INABILITADO
51	15	unidade	COLAR DE TOMADA DE FERRO FUNDIDO 100MM	R$ 15,90	R$ 238,50	CE MACEDO
52	10	unidade	COLAR DE TOMADA DE FERRO FUNDIDO 150 MM	R$ 22,35	R$ 223,50	CE MACEDO

54	3	unidade	KIT BISOLADOR E TESOURA	R$ 200,00	R$ 600,00	CE MACEDO
56	30	unidade	CAP, PVC PBA, JE, DN 75 / DE 85 MM, PARA REDE DE AGUA (NBR 10351), COM ANEL	R$ 10,00	R$ 300,00	CE MACEDO
57	30	unidade	CAP, PVC PBA, JE, DN 100 / DE 110 MM, PARA REDE DE AGUA (NBR 10351), COM ANEL	R$ 15,00	R$ 450,00	CE MACEDO
61	8	unidade	CRUZETA PVC PBA MARROM PARA AGUA FRIA 60 MM, COM ANEL	R$ 14,00	R$ 112,00	CE MACEDO
62	10	Unidade	CURVA LONGA PVC PBA MARROM DN 60MM, COM ANEL	R$ 8,00	R$ 80,00	CE MACEDO
63	10	Unidade	CURVA LONGA PVC PBA MARROM DN 85MM, COM ANEL	R$ 15,00	R$ 150,00	CE MACEDO
64	10	unidade	CURVA LONGA PVC PBA MARROM DN 100MM, COM ANEL	R$ 30,00	R$ 300,00	CE MACEDO
65	10	unidade	CAP DEFOFO DE 150MM, COM ANEL	R$ 30,00	R$ 300,00	CE MACEDO
70	70	unidade	LUVA DE CORRER COLETOR DE ESGOTO JEI/JE DN 100MM, COM ANEL	R$ 4,00	R$ 280,00	CE MACEDO
71	70	unidade	LUVA DE CORRER COLETOR DE ESGOTO JEI/JE DN 150MM, COM ANEL	R$ 9,00	R$ 630,00	CE MACEDO
72	40	barras	TUBO PVC COLETOR DE ESGOTO OCRE JEI DN 150MM, COM ANEL	R$ 140,00	R$ 5. 600,00	CE MACEDO
73	40	barras	TUBO PVC COLETOR DE ESGOTO OCRE JEI DN 100MM, COM ANEL	R$ 70,00	R$ 2. 800,00	CE MACEDO
75	80	Unidade	CAP PVC TIPO OCRE PARA ESGOTO DN 100MM, COM ANEL	R$ 5,00	R$ 400,00	CE MACEDO
76	80	unidade	CAP PVC TIPO OCRE PARA ESGOTO DN 150MM, COM ANEL	R$ 10,00	R$ 800,00	CE MACEDO
VALOR TOTAL GERAL				**R$ 6. 162,92**	**R$191. 325,45**	

1.2 – A empresa deverá fornecer as quantidades solicitadas pelo SAEMI, não podendo, portanto, estipular o fornecimento de quantidades mínimas ou máximas.

1.3 - A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

2 - DAS CONDIÇÕES E FORMAS DE PAGAMENTO

2.1 - O pagamento será efetuado a prazo, 30 (trinta) dias úteis, após a entrega e conferência das quantidades solicitadas pelo SAEMI.

2.2 - Para pagamento, a empresa deverá apresentar à Divisão de Empenhos e Acompanhamento de Contratos Do SAEMI, localizada na Rua: Ricardo Druzian Gallo n° 167 , bairro: Mirassol II, a nota fiscal e/ou fatura dos serviços entregues de acordo com o respectivo empenho, devendo ser emitida em nome do SAEMI de (NOME DO SAEMI) e conter o número do correspondente empenho.

2.3 – Além da nota fiscal e/ou fatura dos serviços entregues, a empresa deverá apresentar e manter atualizados (**durante a validade do registro**) os seguintes documentos:

2.3.1 – Certidão de Regularidade relativa à Seguridade Social, emitida pelo órgão competente;

2.3.2 - Certificado de Regularidade de Situação do FGTS;

2.3.3 – Prova de regularidade com a Fazenda Municipal, relativa à sede ou domicílio do proponente, dentro de seu período de validade.

2.4 - Nos pagamentos efetuados após a data de vencimento, por inadimplência do contratante, desde que entregue os serviços, incidirão juros de 1% (um por cento) ao mês, até a data da efetivação do pagamento.

3 – DOS EMPENHOS

3.1 - O compromisso de fornecimento estará caracterizado após o recebimento da nota de empenho, que será emitido de acordo com o valor constante na Ata de Registro de Preços ou em seus Aditivos.

3.2 - A emissão dos empenhos serão autorizadas pelo titular da pasta à qual pertencer a unidade requisitante, ou pela autoridade por ele delegada.

3.3 - Na nota de empenho irá constar, obrigatoriamente, o número do processo licitatório que deu origem ao registro de preços, o objeto do serviço, os valores, locais de realização (quando não especificados no edital ou na Ata de Registro de Preços) e o prazo de execução.

4 – DO CONTROLE, DO REAJUSTE E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

4.1 – O SAEMI realizará durante o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, pesquisas periódicas de preços, com a finalidade de obter os valores praticados no mercado para os itens objeto da presente licitação.

4.2 - O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

4.3 - Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o órgão gerenciador deverá convocar o fornecedor, visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado no mercado.

4.4 - Caso a negociação seja frustrada, o fornecedor será liberado do compromisso assumido, cabendo ao SAEMI convocar os demais fornecedores, visando a igual oportunidade de negociação.

4.5 - Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

4.5.1 - liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; e

4.5.2 - convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

4.6 - Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

4.7 - O fornecedor terá seu registro cancelado quando:

4.7.1 - descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

4.7.2 - não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

4.7.3 - não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado; e

4.7.4 - tiver presentes razões de interesse público.

4.8 - O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

4.9 - O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovados.

4.10– Havendo alteração de preços dos materiais, gêneros ou bens tabelados por órgãos oficiais competentes ou nos casos de incidência de novos impostos ou taxas ou de alteração das alíquotas dos já existentes, os preços registrados poderão ser atualizados de conformidade com as modificações ocorridas, conforme dispõe o art. 65,II “d”, da Lei 8.666/93 e alterações.

4.10.1 - Na hipótese prevista acima, deverá ser mantida a diferença apurada entre o preço originalmente constante na proposta original, o objeto do registro e o preço da tabela da época.

4.11 – O beneficiário do registro poderá solicitar a **atualização dos preços vigentes**, através de solicitação formal ao SAEMI, desde que acompanhado de documentos fiscais que comprovem a procedência do pedido, tais como: notas fiscais de aquisição dos serviços, matérias-primas, ou componentes (anteriores e próximas à data de apresentação da proposta, e posteriores ao registro) ou outros documentos comprobatórios, que serão analisados e julgados pelo SAEMI.

4.12 – O preço atualizado não poderá ser superior ao praticado no mercado.

4.13 – Não haverá reajuste de preços durante a vigência da presente Ata de Registro de Preços.

5 - DOS PRAZOS

5.1 - O prazo de fornecimento será de 12 (doze) meses,

5.1.1 - Caso a homologação do procedimento licitatório ocorra após a data acima determinada, o prazo de 12 (doze) meses iniciar-se-á a partir da referida homologação.

5.2 - O prazo de entrega dos serviços não poderá ser superior a 07 (sete) dias úteis contados a partir do recebimento da ordem de compra (nota de empenho).

5.3 – O prazo de validade dos materiais não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias, contados a partir da entrega da mesma.

5.4 – O prazo de garantia dos materiais não poderá ser inferior a 6 (seis) meses, contados a partir da entrega.

6 – DO LOCAL DE ENTREGA

6.1 – Os materiais, após o envio das notas de empenho pelo SAEMI, deverão ser entregues no **SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE MIRASSOL D’OESTE**, localizada na **RUA:RICARDO DRUZIAN GALLO N° 161** ou outro local a ser definido pelo SAEMI, com todas as despesas com frete e descarregamento por conta das empresas;

6.2 - O recebimento do objeto desta licitação será efetuado da seguinte forma:

a) provisoriamente, no ato da entrega, para efeito de posterior verificação da conformidade com o solicitado na licitação;

b) definitivamente, após verificação da qualidade, características e quantidades das mercadorias e consequente aceitação, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis contados após o recebimento provisório.

7 - DAS UNIDADES REQUISITANTES

7.1 – As despesas decorrentes deste procedimento licitatório correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias, constantes no Orçamento Programa para o ano de 2017:

Destinação Dotação Orçamentária

DESPESA	**33.90.30**	**MATERIAL DE CONSUMO Saldo da Dotação Orçamentária para o ano de 2017.**

7.2 - Poderão fazer uso das Atas de Registro de Preços, todos os Órgãos que compõem a estrutura administrativa do SAEMI, e as entidades assistidas ou conveniadas com o SAEMI.

7.3 - Os órgãos e/ou as entidades que não participarem do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador SAEMI, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.

7.4 - No caso de existência de reserva técnica no procedimento licitatório, os órgãos ou entidades que não participarem do registro de preços estarão autorizados a fazer uso do mesmo.

7.5 - Não havendo reserva técnica ou quando a mesma for totalmente utilizada, caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento aos órgãos e/ou entidades que não participarem do Registro de Preços, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações assumidas.

7.5.1 - Neste caso, as aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

8 – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

8.1 – Os recursos orçamentários para fazer frente às despesas da presente licitação serão alocados quando da emissão das Notas de Empenho.

9 – DAS OBRIGAÇÕES DO SAEMI

9.1 – O SAEMI se obriga a efetuar o pagamento, de acordo com o disposto nas cláusulas primeira e segunda da presente ata.

10 – DAS OBRIGAÇÕES DA EMPRESA

10.1 - Serão de inteira responsabilidade da empresa, os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais ou quaisquer outros decorrentes da execução deste contrato, isentando o SAEMI de qualquer responsabilidade no tocante a vínculo empregatício ou obrigações previdenciárias, no caso de reclamações trabalhistas, ações de responsabilidade civil e penal, decorrentes dos serviços e de qualquer tipo de demanda.

10.2 – A empresa assume o compromisso formal de executar todas as tarefas, objeto da presente ata, com perfeição e acuidade.

10.3 - Deverá a empresa manter atualizados os pagamentos decorrentes da contratação (quando ocorrer), como salário de empregados e quaisquer outros, ficando a cargo da mesma a responsabilidade por quaisquer acidentes que possam vir a ser vítimas seus empregados, quando em serviço, e por tudo quanto às leis trabalhistas e previdenciárias lhe asseguram.

10.4 – A empresa será responsável por quaisquer danos materiais e/ou pessoais causados ao SAEMI, ou a terceiros, provocados por seus empregados, ainda que por omissão involuntária, devendo ser adotadas, dentro de 48 horas, as providências necessárias para o ressarcimento.

10.5 - Deverão ser prestados pela empresa, todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo SAEMI, e cujas reclamações se obriga a atender prontamente.

10.6 - No valor registrado estão incluídas todas as despesas de fretes, taxas, impostos e seguros, bem como quaisquer outros encargos que incidam ou venham a incidir sobre o serviço.

10.7 -O fornecimento será realizado conforme solicitação do SAEMI (mediante empenho prévio) e de acordo com a sua necessidade.

10.8 – A empresa fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições estabelecidas, os acréscimos de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor total registrado

10.9 – A empresa assim que for notificada do serviço tem o prazo Máximo de 2 (duas) horas para iniciar a realização do serviço.

10.10 – O serviço tem que ser realizado conforme necessidade da contratante.

11 - DA MODALIDADE DE LICITAÇÃO

11.1 – A presente Ata de Registro de Preços reger-se-á conforme o processo Pregão n° 004/2017.

12 - DAS PENALIDADES

12.1 – Pela inexecução total ou parcial da Ata de Registro de Preços ou da ordem de fornecimento (nota de empenho), O SAEMI poderá, garantida a defesa prévia, aplicar as sanções previstas na Lei n.º 8.666/93 e alterações, consubstanciadas com as sanções previstas na Lei Federal nº 10.520 de 17/07/2002.

12.2 - As penalidades serão:

a) advertência;

b) multa;

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Municipal de Mirassol d' Oeste ou do SAEMI, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública;

12.3 - Essas penalidades serão aplicadas a critério do SAEMI, e, sempre que aplicadas, serão devidamente registradas.

12.4 - Serão aplicadas as penalidades:

12.4.1 – quando houver recusa injustificada da empresa em retirar a ordem de fornecimento (empenho), dentro do prazo estabelecido pela Administração;

12.4.2 – sempre que verificadas pequenas irregularidades;

12.4.3 - quando houver atraso injustificado na entrega dos materiais solicitados e/ou execução dos serviços por culpa da empresa;

12.4.4 – quando não corrigir deficiência apresentada nos materiais entregues e/ou nos serviços executado(s);

12.4.5 - quando houver descumprimento das cláusulas constantes na Ata de Registro de Preços ou de dever originado de norma legal ou regulamentar pertinente.

12.5 – Para o caso previsto no subitem 12.4.1 será aplicada uma multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor total registrado.

12.6 - A advertência por escrito será aplicada independentemente de outras sanções cabíveis, sempre que se verificarem pequenas irregularidades (subitem 12.4.2). A sua reiteração demandará a aplicação de pena mais elevada, a critério do SAEMI.

12.7 - A multa será de 0,2% (dois décimos por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total registrado, para o caso previsto no item 12.4.3, limitado ao prazo máximo de 10 (dez) dias úteis.

12.8 – Para os casos previstos no subitem 12.4.4 será aplicada a multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor total registrado.

12.9 – Para os casos previstos no subitem 12.4.5 será aplicada a multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor total registrado.

12.10 – A multa prevista nos itens anteriores não impede que o SAEMI rescinda unilateralmente a Ata de Registro de Preços e aplique as outras sanções previstas na lei.

12.11 – A multa será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo SAEMI ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

12.12 - A suspensão temporária de contratar com a Administração Municipal ou declaração de inidoneidade para licitar com a Administração Pública será aplicada nos casos de maior gravidade depois de exame por Comissão especialmente designada pela Diretor Geral.

12.13 – As penalidades previstas não serão relevadas, salvo quando ficar comprovada a ocorrência de situações que se enquadrem no conceito jurídico de força maior ou caso fortuito.

12.14 – Além das situações previstas acima, os preços registrados também poderão ser suspensos pelo prazo de 01 (um) ano, facultado a defesa prévia do interessado, nos seguintes casos:

12.14.1 – Pela Administração, quando:

a) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados pelo mercado;

b) por razões de interesse público, devidamente fundamentadas.

12.14.2 – Pelo fornecedor, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório que deu origem ao registro de preços.

12.15 – A comunicação do cancelamento ou da suspensão do preço registrado, nos casos previstos nos itens acima será feita por correspondência com aviso de recebimento (AR), juntando-se comprovante aos autos que deram origem ao registro de preços.

12.16 – No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o lugar do fornecedor, a comunicação será feita por publicação na Imprensa Oficial do SAEMI, considerando-se cancelado ou suspenso o preço registrado a partir da publicação.

12.17 – A solicitação do fornecedor para cancelamento de preço registrado (prevista no subitem 12.14.2) somente o eximirá da obrigação de contratar com a Administração, se apresentada antes da data da convocação para assinatura da Ata de Registro de Preços, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não aceitas as razões do pedido.

13 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1 - A não utilização do registro de preços será admitida no interesse da Administração e nos casos em que as aquisições se revelarem antieconômicas ou naquelas em que se verificarem irregularidades que possam levar ao cancelamento do registro de preços.

13.2 - A ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações.

13.3 – A presente Ata, assim como as eventuais alterações ou aditamentos, terão sua eficácia condicionada à publicação dos seus extratos e começará a vigorar a partir das respectivas assinaturas.

13.4 – A Ata de Registro de Preços poderá ser rescindida caso ocorram quaisquer dos casos previstos nos arts. 77 e 78 da Lei 8666/93 e alterações em vigor.

13.5 - Para solucionar quaisquer questões oriundas desta Ata de Registro de Preços, fica eleito o Foro da Comarca de MIRASSOL D' OESTE - MT, com renúncia de quaisquer outros ainda que privilegiados.

E por estarem às partes justas e acertadas assinam a presente Ata de Registro de Preços em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Mirassol D'Oeste – MT, 25 de julho de 2017.

_____

VALTER CESAR COUTINHO

DIRETOR DO SAEMI

_____

C.E. MACEDO E CIA LTDA –ME

CNPJ 07.965.553/0001-83

CARLOS EDUARDO MACEDO

CPF: 004.959.389-71

SAEMI - SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO
ATA 004/2017 DE REGISTRO DE PREÇOS DO PREGÃO 004/2017.

ATA 004/2017 DE REGISTRO DE PREÇOS DO PREGÃO 004/2017.

Aos 25 dias do mês de julho de dois mil e dezessete, o **SAEMI**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o n° 07.745.657/0001-27 e com sede à Rua Ricardo Druzian Gallo n°167, nesta cidade, neste ato representado pelo Diretor Geral do SAEMI, **Sr. VALTER CESAR COUTINHO, brasileiro, casado, portador do RG: 1385677-4 SSP/MT e CPF: 926.295.711-49**, e de outro lado à empresa **AAGUA COMERCIO E DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAIS HIDRAULICO LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na RUA: SÃO PEDRO N° 253, CEP 78065-020, fone (65) 3052 5280, inscrita no CNPJ sob nº 09.237.525/0001-10, legalmente representada por WHELTON CORREA MARTINS, brasileiro, inscrito no CPF sob o n° 006.110.301-28 e portador do RG n° 1247970-5 SSP/MT, em face do resultado obtido no **PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2017**, resolvem registrar os preços constantes na presente Ata, objetivando futuros contratos de fornecimento dos itens abaixo especificados, mediante as seguintes cláusulas e condições:

1 - DO OBJETO E DO VALOR

1.1 – O objeto da presente ata é o **registro de preços** para futura e eventual aquisição parcelada dos materiais para manutenção redes de água e esgoto.

ITEM	Quantidade	Unidade	Descrição do material	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	EMPRESAS VENCEDORAS POR ITEM
3	6000	unidade	JOELHO PVC C/ROSCA 90G P/ AGUA FRIA PREDIAL 3/4"	R$ 0,72	R$ 4.320,00	AAGUA
4	500	unidade	TE PVC C/ROSCA 90G P/ AGUA FRIA PREDIAL 3/4"	R$ 1,33	R$ 665,00	AAGUA
5	500	unidade	LUVA PVC C/ROSCA P/AGUA FRIA PREDIAL 3/4"	R$ 0,50	R$ 250,00	AAGUA
6	500	unidade	LUVA SOLDÁVEL E COM ROSCA (LR)	R$ 0,46	R$ 230,00	AAGUA
8	800	unidade	LUVA SOLDÁVEL ¾”	R$ 0,23	R$ 184,00	AAGUA
9	800	unidade	COLAR TOMADA PVC C/ TRAVAS SAIDA ROSCA DE 60 MM X 3/4" P/ LIGACAO PREDIAL.	R$ 3,40	R$ 2.720,00	AAGUA
10	200	unidade	COLAR TOMADA PVC C/ TRAVAS SAIDA ROSCA DE 110 MM X 3/4" LIGACAO PREDIAL.	R$ 5,70	R$ 1.140,00	AAGUA
11	100	unidade	COLAR TOMADA PVC C/ TRAVAS SAIDA ROSCA DE 85 MM X 3/4" P/ LIGACAO PREDIAL.	R$ 3,99	R$ 399,00	AAGUA
12	2100	caixas	FITA VEDA ROSCA EM ROLOS 18MMX25M COM 30 UNIDADES CADA CAIXA	R$ 1,65	R$ 3.465,00	AAGUA
20	50	unidade	ADESIVO PLASTICO PVC 175G.	R$ 6,90	R$ 345,00	AAGUA
22	30	unidade	TARRACHA ¾.	R$ 12,40	R$ 372,00	AAGUA
31	50	unidade	LUVA CORRER PVC PBA NBR 10351 P/REDE AGUA DN 75 - 85MM, COM ANEL	R$ 13,90	R$ 695,00	AAGUA
41	300	barras	TUBO DE PVC ROSCAVEL, DE 3/4" (NBR 5648).	R$ 26,30	R$ 7.890,00	AAGUA
53	300	unidade	KIT CAVALETE DE PVC ¾”	R$ 15,90	R$ 4.770,00	AAGUA
55	30	unidade	CAP, PVC PBA, JE, DN 50 / DE 60 MM, PARA REDE DE AGUA (NBR 10351), COM ANEL	R$ 3,20	R$ 96,00	AAGUA
58	40	Unidade	TÊ PVC PBA 90G MARROM 60MM PARA AGUA FRIA COM ANEL	R$ 11,60	R$ 464,00	AAGUA
59	30	Unidade	TÊ PVC PBA 90G MARROM 100MM PARA AGUA FRIA COM ANEL	R$ 42,74	R$ 1.282,20	AAGUA
60	20	Unidade	TÊ PVC PBA 90G MARROM 85MM PARA AGUA FRIA COM ANEL	R$ 22,90	R$ 458,00	AAGUA
66	10	unidade	VÁLVULA RETENÇÃO COM PORTINHOLA ÚNICA BOLSA E ROSCA HORIZONTAL 4”	R$ 412,90	R$4.129,00	AAGUA
67	3	unidade	VÁLVULA RETENÇÃO COM PORTINHOLA ÚNICA BOLSA E ROSCA HORIZONTAL 2”	R$ 82,15	R$ 246,45	AAGUA
68	1	unidade	VÁLVULA RETENÇÃO PARA ÁGUA PORTINHOLA DUPLA DIAMETRO 250 MM	R$ 1.312,90	R$ 1.312,90	AAGUA
69	1	unidade	VÁLVULA RETENÇÃO PARA ÁGUA PORTINHOLA DUPLA DIAMETRO 150 MM	R$ 612,90	R$ 612,90	AAGUA
74	50	unidade	TAMPAO FOFO ARTICULADO, CLASSE D400 CARGA MAX TAMPAO FOFO ARTICULADO, CLASSE D400 CARGA MAX 40 T, REDONDO TAMPA *600 MM, PARA REDE DE ESGOTO.	R$ 446,90	R$22.345,00	AAGUA

VALOR TOTAL GERAL	**R$ 3.089,42**	**R$58.391,45**

1.2 – A empresa deverá fornecer as quantidades solicitadas pelo SAEMI, não podendo, portanto, estipular o fornecimento de quantidades mínimas ou máximas.

1.3 - A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurada ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

2 - DAS CONDIÇÕES E FORMAS DE PAGAMENTO

2.1 - O pagamento será efetuado a prazo, 30 (trinta) dias úteis, após a entrega e conferência das quantidades solicitadas pelo SAEMI.

2.2 - Para pagamento, a empresa deverá apresentar à Divisão de Empenhos e Acompanhamento de Contratos Do SAEMI, localizada na Rua: Ricardo Druzian Gallo n° 167, bairro: Mirassol II, a nota fiscal e/ou fatura dos serviços entregues de acordo com o respectivo empenho, devendo ser emitida em nome do SAEMI de (NOME DO SAEMI) e conter o número do correspondente empenho.

2.3 – Além da nota fiscal e/ou fatura dos serviços entregues, a empresa deverá apresentar e manter atualizados (**durante a validade do registro**) os seguintes documentos:

2.3.1 – Certidão de Regularidade relativa à Seguridade Social, emitida pelo órgão competente;

2.3.2 - Certificado de Regularidade de Situação do FGTS;

2.3.3 – Prova de regularidade com a Fazenda Municipal, relativa à sede ou domicílio do proponente, dentro de seu período de validade.

2.4 - Nos pagamentos efetuados após a data de vencimento, por inadimplência do contratante, desde que entregue os serviços, incidirão juros de 1% (um por cento) ao mês, até a data da efetivação do pagamento.

3 – DOS EMPENHOS

3.1 - O compromisso de fornecimento estará caracterizado após o recebimento da nota de empenho, que será emitido de acordo com o valor constante na Ata de Registro de Preços ou em seus Aditivos.

3.2 - A emissão dos empenhos serão autorizadas pelo titular da pasta à qual pertencer a unidade requisitante, ou pela autoridade por ele delegada.

3.3 - Na nota de empenho irá constar, obrigatoriamente, o número do processo licitatório que deu origem ao registro de preços, o objeto do serviço, os valores, locais de realização (quando não especificados no edital ou na Ata de Registro de Preços) e o prazo de execução.

4 – DO CONTROLE, DO REAJUSTE E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

4.1 – O SAEMI realizará durante o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, pesquisas periódicas de preços, com a finalidade de obter os valores praticados no mercado para os itens objeto da presente licitação.

4.2 - O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

4.3 - Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o órgão gerenciador deverá convocar o fornecedor, visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado no mercado.

4.4 - Caso a negociação seja frustrada, o fornecedor será liberado do compromisso assumido, cabendo ao SAEMI convocar os demais fornecedores, visando a igual oportunidade de negociação.

4.5 - Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

4.5.1 - liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; e

4.5.2 - convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

4.6 - Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

4.7 - O fornecedor terá seu registro cancelado quando:

4.7.1 - descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

4.7.2 - não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

4.7.3 - não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado; e

4.7.4 - tiver presentes razões de interesse público.

4.8 - O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

4.9 - O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovados.

4.10– Havendo alteração de preços dos materiais, gêneros ou bens tabelados por órgãos oficiais competentes ou nos casos de incidência de novos impostos ou taxas ou de alteração das alíquotas dos já existentes, os preços registrados poderão ser atualizados de conformidade com as modificações ocorridas, conforme dispõe o art. 65,II “d”, da Lei 8.666/93 e alterações.

4.10.1 - Na hipótese prevista acima, deverá ser mantida a diferença apurada entre o preço originalmente constante na proposta original, o objeto do registro e o preço da tabela da época.

4.11 – O beneficiário do registro poderá solicitar a **atualização dos preços vigentes**, através de solicitação formal ao SAEMI, desde que acompanhado de documentos fiscais que comprovem a procedência do pedido, tais como: notas fiscais de aquisição dos serviços, matérias-primas, ou componentes (anteriores e próximas à data de apresentação da proposta, e posteriores ao registro) ou outros documentos comprobatórios, que serão analisados e julgados pelo SAEMI.

4.12 – O preço atualizado não poderá ser superior ao praticado no mercado.

4.13 – Não haverá reajuste de preços durante a vigência da presente Ata de Registro de Preços.

5 - DOS PRAZOS

5.1 - O prazo de fornecimento será de 12 (doze) meses,

5.1.1 - Caso a homologação do procedimento licitatório ocorra após a data acima determinada, o prazo de 12 (doze) meses iniciar-se-á a partir da referida homologação.

5.2 - O prazo de entrega dos serviços não poderá ser superior a 07 (sete) dias úteis contados a partir do recebimento da ordem de compra (nota de empenho).

5.3 – O prazo de validade dos materiais não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias, contados a partir da entrega da mesma.

5.4 – O prazo de garantia dos materiais não poderá ser inferior a 6 (seis) meses, contados a partir da entrega.

6 – DO LOCAL DE ENTREGA

6.1 – Os materiais, após o envio das notas de empenho pelo SAEMI, deverão ser entregues no **SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE MIRASSOL D'OESTE**, localizada na **RUA: RICARDO DRUZIAN GALLO N° 161** ou outro local a ser definido pelo SAEMI, com todas as despesas com frete e descarregamento por conta das empresas;

6.2 - O recebimento do objeto desta licitação será efetuado da seguinte forma:

a) provisoriamente, no ato da entrega, para efeito de posterior verificação da conformidade com o solicitado na licitação;

b) definitivamente, após verificação da qualidade, características e quantidades das mercadorias e consequente aceitação, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis contados após o recebimento provisório.

7 - DAS UNIDADES REQUISITANTES

7.1 – As despesas decorrentes deste procedimento licitatório correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias, constantes no Orçamento Programa para o ano de 2017:

Destinação Dotação Orçamentária

DESPESA	**33.90.30**	**MATERIAL DE CONSUMO Saldo da Dotação Orçamentária para o ano de 2017.**

7.2 - Poderão fazer uso das Atas de Registro de Preços, todos os Órgãos que compõem a estrutura administrativa do SAEMI, e as entidades assistidas ou conveniadas com o SAEMI.

7.3 - Os órgãos e/ou as entidades que não participarem do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador SAEMI, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.

7.4 - No caso de existência de reserva técnica no procedimento licitatório, os órgãos ou entidades que não participarem do registro de preços estarão autorizados a fazer uso do mesmo.

7.5 - Não havendo reserva técnica ou quando a mesma for totalmente utilizada, caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento aos órgãos e/ou entidades que não participarem do Registro de Preços, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações assumidas.

7.5.1 - Neste caso, as aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

8 – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

8.1 – Os recursos orçamentários para fazer frente às despesas da presente licitação serão alocados quando da emissão das Notas de Empenho.

9 – DAS OBRIGAÇÕES DO SAEMI

9.1 – O SAEMI se obriga a efetuar o pagamento, de acordo com o disposto nas cláusulas primeira e segunda da presente ata.

10 – DAS OBRIGAÇÕES DA EMPRESA

10.1 - Serão de inteira responsabilidade da empresa, os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais ou quaisquer outros decorrentes da execução deste contrato, isentando o SAEMI de qualquer responsabilidade no tocante a vínculo empregatício ou obrigações previdenciárias, no caso de reclamações trabalhistas, ações de responsabilidade civil e penal, decorrentes dos serviços e de qualquer tipo de demanda.

10.2 – A empresa assume o compromisso formal de executar todas as tarefas, objeto da presente ata, com perfeição e acuidade.

10.3 - Deverá a empresa manter atualizados os pagamentos decorrentes da contratação (quando ocorrer), como salário de empregados e quaisquer outros, ficando a cargo da mesma a responsabilidade por quaisquer acidentes que possam vir a ser vítimas seus empregados, quando em serviço, e por tudo quanto às leis trabalhistas e previdenciárias lhe asseguram.

10.4 – A empresa será responsável por quaisquer danos materiais e/ou pessoais causados ao SAEMI, ou a terceiros, provocados por seus empregados, ainda que por omissão involuntária, devendo ser adotadas, dentro de 48 horas, as providências necessárias para o ressarcimento.

10.5 - Deverão ser prestados pela empresa, todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo SAEMI, e cujas reclamações se obriga a atender prontamente.

10.6 - No valor registrado estão incluídas todas as despesas de fretes, taxas, impostos e seguros, bem como quaisquer outros encargos que incidam ou venham a incidir sobre o serviço.

10.7 -O fornecimento será realizado conforme solicitação do SAEMI (mediante empenho prévio) e de acordo com a sua necessidade.

10.8 – A empresa fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições estabelecidas, os acréscimos de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor total registrado

10.9 – A empresa assim que for notificada do serviço tem o prazo Máximo de 2 (duas) horas para iniciar a realização do serviço.

10.10 – O serviço tem que ser realizado conforme necessidade da contratante.

11 - DA MODALIDADE DE LICITAÇÃO

11.1 – A presente Ata de Registro de Preços reger-se-á conforme o processo Pregão n° 004/2017.

12 - DAS PENALIDADES

12.1 – Pela inexecução total ou parcial da Ata de Registro de Preços ou da ordem de fornecimento (nota de empenho), O SAEMI poderá, garantida a defesa prévia, aplicar as sanções previstas na Lei n.º 8.666/93 e alterações, consubstanciadas com as sanções previstas na Lei Federal nº 10.520 de 17/07/2002.

12.2 - As penalidades serão:

a) advertência;

b) multa;

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Municipal de Mirassol d' Oeste ou do SAEMI, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública;

12.3 - Essas penalidades serão aplicadas a critério do SAEMI, e, sempre que aplicadas, serão devidamente registradas.

12.4 - Serão aplicadas as penalidades:

12.4.1 – quando houver recusa injustificada da empresa em retirar a ordem de fornecimento (empenho), dentro do prazo estabelecido pela Administração;

12.4.2 – sempre que verificadas pequenas irregularidades;

12.4.3 - quando houver atraso injustificado na entrega dos materiais solicitados e/ou execução dos serviços por culpa da empresa;

12.4.4 – quando não corrigir deficiência apresentada nos materiais entregues e/ou nos serviços executado(s);

12.4.5 - quando houver descumprimento das cláusulas constantes na Ata de Registro de Preços ou de dever originado de norma legal ou regulamentar pertinente.

12.5 – Para o caso previsto no subitem 12.4.1 será aplicada uma multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor total registrado.

12.6 - A advertência por escrito será aplicada independentemente de outras sanções cabíveis, sempre que se verificarem pequenas irregularidades (subitem 12.4.2). A sua reiteração demandará a aplicação de pena mais elevada, a critério do SAEMI.

12.7 - A multa será de 0,2% (dois décimos por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total registrado, para o caso previsto no item 12.4.3, limitado ao prazo máximo de 10 (dez) dias úteis.

12.8 – Para os casos previstos no subitem 12.4.4 será aplicada a multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor total registrado.

12.9 – Para os casos previstos no subitem 12.4.5 será aplicada a multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor total registrado.

12.10 – A multa prevista nos itens anteriores não impede que o SAEMI rescinda unilateralmente a Ata de Registro de Preços e aplique as outras sanções previstas na lei.

12.11 – A multa será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo SAEMI ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

12.12 - A suspensão temporária de contratar com a Administração Municipal ou declaração de inidoneidade para licitar com a Administração Pública será aplicada nos casos de maior gravidade depois de exame por Comissão especialmente designada pelo Diretor Geral.

12.13 – As penalidades previstas não serão relevadas, salvo quando ficar comprovada a ocorrência de situações que se enquadrem no conceito jurídico de força maior ou caso fortuito.

12.14 – Além das situações previstas acima, os preços registrados também poderão ser suspensos pelo prazo de 01 (um) ano, facultado a defesa prévia do interessado, nos seguintes casos:

12.14.1 – Pela Administração, quando:

a) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados pelo mercado;

b) por razões de interesse público, devidamente fundamentadas.

12.14.2 – Pelo fornecedor, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório que deu origem ao registro de preços.

12.15 – A comunicação do cancelamento ou da suspensão do preço registrado, nos casos previstos nos itens acima será feita por correspondência com aviso de recebimento (AR), juntando-se comprovante aos autos que deram origem ao registro de preços.

12.16 – No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o lugar do fornecedor, a comunicação será feita por publicação na Imprensa Oficial do SAEMI, considerando-se cancelado ou suspenso o preço registrado a partir da publicação.

12.17 – A solicitação do fornecedor para cancelamento de preço registrado (prevista no subitem 12.14.2) somente o eximirá da obrigação de contratar com a Administração, se apresentada antes da data da convocação para assinatura da Ata de Registro de Preços, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não aceitas as razões do pedido.

13 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1 - A não utilização do registro de preços será admitida no interesse da Administração e nos casos em que as aquisições se revelarem antieconômicas ou naquelas em que se verificarem irregularidades que possam levar ao cancelamento do registro de preços.

13.2 - A ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações.

13.3 – A presente Ata, assim como as eventuais alterações ou aditamentos, terão sua eficácia condicionada à publicação dos seus extratos e começará a vigorar a partir das respectivas assinaturas.

13.4 – A Ata de Registro de Preços poderá ser rescindida caso ocorram quaisquer dos casos previstos nos arts. 77 e 78 da Lei 8666/93 e alterações em vigor.

13.5 - Para solucionar quaisquer questões oriundas desta Ata de Registro de Preços, fica eleito o Foro da Comarca de MIRASSOL D' OESTE - MT, com renúncia de quaisquer outros ainda que privilegiados.

E por estarem às partes justas e acertadas assinam a presente Ata de Registro de Preços em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Mirassol D'Oeste – MT, 25 de julho de 2017.

_____

VALTER CESAR COUTINHO

DIRETOR DO SAEMI

_____

AAGUA COMERCIO E DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAIS HIDRAULICO LTDA.

CNPJ 09.237.525/0001-10

WHELTON CORREA MARTINS

CPF 006.110.301-28

SAEMI - SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO
AVISO DE LICITAÇÃO.

AVISO DE LICITAÇÃO

Edital de Pregão n° 005/2017 - SERVIÇO AUT. DE AGUA E ESGOTO DE MIRASSOL D OESTE – SAEMI.

AVISO DE LICITAÇÃO – EDITAL DE PREGÃO N°**005/2017** "registro de preços" **Tipo de Licitação**: Menor Preço ITEM. MODALIDADE: "REGISTRO DE PREÇOS" **OBJETO**: **FUTURA AQUISIÇÕES DE PRODUTO QUÍMICO PARA TRATAMENTO DA ÁGUA PARA O ANO DE 2017. No dia 08/08/2017 até as 08h30** HORAS (HORÁRIO DE MATO GROSSO). **LOCAL**: NA SALA DE LICITAÇÕES NA SEDE DO SAEMI. **SOLICITAÇÃO DO EDITAL**: saemi_mirassol@hotmail.com. **INFORMAÇÕES:** DEPART. ADM DO SAEMI, sito á Rua Ricardo Druzian Galo, n° 161, Bairro: Mirassol II, FONE: (65) 3241-2178. **PREGOEIRA**: **GLEICY MARTINEZ OCHIUTO**. Portaria 033/2017. **VALTER CESAR COUTINHO– DIRETOR DO SAEMI – Mirassol D' Oeste - MT, 25 de JULHO de 2017.**

COORDENADORIA ADMINISTRATIVA
LEI Nº 1426

LEI Nº 1.426 DE 24 DE JULHO DE 2017.

DISPÕE SOBRE A REALIZAÇÃO DE SEMINÁRIO ANTIDROGAS NO INÍCIO DO ANO LETIVO NAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARINEZ DE CAMPOS, Prefeita Interina do Município de Mirassol D`Oeste/MT, no uso das suas atribuições legais, respaldadas pelo art. 61, inciso II, alínea "d" da Lei Orgânica do Município;

FAZ SABER que o Plenário das Deliberações da Câmara Municipal de Mirassol D' Oeste, Estado de Mato Grosso em Sessão Ordinária realizada em 12 de julho do corrente ano **APROVOU** e eu **SANCIONO** a seguinte Lei:

Artigo 1º. A Secretaria Municipal de Educação realizará no primeiro semestre do ano letivo, através de seus estabelecimentos de ensino, Seminário Antidrogas, objetivando transmitir aos alunos da rede municipal, ensinamento sobre a nocividade e as consequências do uso de entorpecentes.

Artigo 2º. Além de palestras, aulas ou debates, poderão ser divulgados, através de painéis, cartazes e vídeos os prejuízos causados à pessoa, à sua família e à sociedade.

Artigo 3º. O seminário contará com a participação de professores de Instituições de Ensino Superior, médicos da Secretaria Municipal de Saúde e componentes da Polícia Militar como palestrantes.

Parágrafo único. Outras autoridades ou pessoas ligadas ao assunto poderão ser convidadas.

Artigo 4º. A realização dos cursos será efetuada através de parceria entre o Município e as Instituições de Ensino Superior da região.

Artigo 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita Interina do Município de Mirassol D'Oeste - MT, sede provisória do Paço Municipal em 24 de julho de 2017.

MARINEZ DE CAMPOS

Prefeita Interina

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES

SETOR DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO 50 2017

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Presencial SRP Nº 050/2017

A Comissão de Apoio ao Pregão da Prefeitura Municipal de Nobres-MT, através do Pregoeiro Sr. Claudenil Marcos, nomeado pela portaria 346/2017, torna público aos interessados, que realizará licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL SRP N° 050/2017**, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, cuja abertura ocorrerá as 08:00h do dia 09/08/2017, na sede da Prefeitura Municipal de Nobres, situada à Rua Ludgardes Hoffmann Riedi, s/nº, Jardim Paraná, Nobres-MT. Objeto: **AQUISIÇÃO DE 01 CAMINHÃO ZERO KM TIPO ¾, ANO MODELO 2017, EQUIPADO COM BAU ISOTERMICO E EQUIPAMENTO DE RESFRIAMENTO,** para atender a Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente do Município de No-

bres – MT. Os interessados poderão retirar o edital completo, na sede da Prefeitura Municipal de Nobres, das 07:00 às 13:00h, ou através do site http://www.nobres.mt.gov.br/ . Maiores informações poderão ser obtidas através do telefone (65) 3376-4200 – Ramal 4218.

Nobres, 25 de julho de 2017.

Claudenil Marcos de Almeida

Pregoeiro

ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N°. 042/2017

DECRETO N°. 042/2017

Dispõe sobre a Convocação da XI Conferência Municipal de Assistência Social, conforme especifica

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOBRES, Estado do Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, da Lei Orgânica do Município, Considerando a Resolução nº 5/2017, do Conselho Municipal de Assistência Social,

DECRETA:

Art. 1º- Fica CONVOCADA a XI Conferência Municipal de Assistência Social, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Assistência Social, e Conselho Municipal de Assistência Social a ser realizada no dia 26 de julho de 2017, na Câmara Municipal de Nobres.

Art. 2º -A XI Conferência Municipal de Assistência Social, terá como tema central: "Garantia de direitos no fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social" Art. 3.As despesas decorrentes da aplicação da conferencia, correrão por conta de dotação orçamentária da Secretaria Municipal de Assistência Social. Art.4 Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, em 25 de julho de 2017.

LEOCIR HANEL

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NORTELÂNDIA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS
AVISO DE LICITAÇÃO – CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 001/2017

AVISO DE LICITAÇÃO – CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 001/2017

A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Nortelândia-MT, comunica aos interessados que será realizada Licitação na modalidade Concorrência Pública, com o objeto: Concessão Administrativa de Uso, Onerosa, de bem imóvel do Município, constante de um Quiosque, com área total de aproximadamente 90 m², localizado na praia Nortefly, para exploração de atividade comercial, manutenção do imóvel e área de lazer, conforme Edital e anexos. Tipo: maior oferta. Data de abertura e julgamento: 30 de agosto de 2017. Horário: 08:00 horas. Local: Avenida Prefeito João Macauba, 82, Centro, Nortelândia-MT, CEP: 78430-000. O edital completo e seus anexos estarão disponíveis no site www.nortelandia.mt.gov.br, ou na sede da Prefeitura Municipal, telefone (65) 3346-1411, ou por solicitação no e-mail: pregoeiro@nortelandia.mt.gov.br.

Nortelândia-MT, 25 de julho de 2017.

Jacinira Domingues da Silva

Presidente da CPL

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 139/2017

Concede férias de 30 (trinta) dias aos servidores públicos municipais e dá outras providências.

O Senhor ***JOSSIMAR JOSÉ FERNANDES***, Prefeito Municipal de Nortelândia, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo cargo,

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder 30 (trinta) dias de férias aos servidores abaixo relacionados:

Jucélia Batista Dourado S. Oliveira, Agente de Combate a Endemias, lotada na Secretaria Municipal de Saúde da Prefeitura Municipal de Nortelândia-MT, referente ao período aquisitivo de 05/03/2016 a 05/03/2017, cujo gozo de se dará a partir de 17/07/2017 a 15/08/2017.

Tereza Alves da Silva Souza, Agente Comunitária de Saúde, lotada na Secretaria Municipal de Saúde da Prefeitura Municipal de Nortelândia-MT, referente ao período aquisitivo de 25/04/2015 a 24/05/216, cujo gozo de se dará a partir de 17/07/2017 a 15/08/2017.

Rosana de Souza Santos Batista, Agente Comunitária de Saúde, lotada na Secretaria Municipal de Saúde da Prefeitura Municipal de Nortelândia-MT, referente ao período aquisitivo de 06/04/2016 a 06/04/2017, cujo gozo de se dará a partir desta data.

Keila Moura Ribeiro, Técnica em Enfermagem, lotada na Secretaria Municipal de Saúde da Prefeitura Municipal de Nortelândia-MT, referente ao período aquisitivo de 16/03/2016 a 16/03/2017, cujo gozo de se dará a partir de 17/07/2017 a15/08/2017.

Eliene Santos da Silva, Agente Fiscal Sanitário, lotada na Secretaria Municipal de Saúde da Prefeitura Municipal de Nortelândia-MT, referente ao período aquisitivo de 20/05/2016 a 20/05/2017, cujo gozo de se dará a partir desta data.

Florindo de Oliveira Almeida, Professor, lotado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Lazer da Prefeitura Municipal de Nortelândia-MT, referente ao período aquisitivo de 28/07/2016 a 28/07/2017, cujo gozo de se dará a partir desta data.

Leila Mendes Ramos, Técnica em Alimentação Escolar, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Lazer da Prefeitura Municipal de Nortelândia-MT, referente ao período aquisitivo de 03/07/2016 a 03/07/2017, cujo gozo de se dará a partir desta data.

Maria Bomdespacho Costa, Técnica Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Lazer da Prefeitura Municipal de Nortelândia-MT, referente ao período aquisitivo de 01/07/2016 a 01/07/2017, cujo gozo de se dará a partir desta data.

Daniel Rodrigues Nogueira, Vigia, lotado na Secretaria de Administração, Planejamento e Finanças – Departamento de Segurança o Patrimônio Público da Prefeitura Municipal de Nortelândia-MT, referente ao período aquisitivo de 01/05/2015 a 01/05/2016, cujo gozo de se dará a partir de 23/07/2017 a 22/08/2017.

Rogerio Brito de Araújo, Vigia, lotado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Lazer da Prefeitura Municipal de Nortelândia-MT, referente ao período aquisitivo de 02/10/2015 a 02/10/2016, cujo gozo de se dará a partir de 15/07/2017 a 14/08/2017.

Marcelo de Oliveira, Vigia, lotado na Secretaria Municipal de Saúde da Prefeitura Municipal de Nortelândia-MT, referente ao período aquisitivo de 23/12/2014 a 23/12/2015, cujo gozo de se dará a partir de 23/06/2017 a 23/07/2017.

Art. 2º O presente ato administrativo tem como fundamento o artigo 64, *caput* e seus parágrafos da Lei Municipal n.º 021/2005 (Estatuto dos Servidores da Administração Direta, Fundações Públicas e Autarquias do Município de Nortelândia - MT) e Art. 78 da Lei n° 155/2010 (Estatuto e PCCS dos Profissionais da Educação Básica do Município de Nortelândia-MT).

Ar. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal Pedro Coelho Ormond, Município de Nortelândia, Estado de Mato Grosso, ao 3º dia do mês de Julho de 2017, 64º da Emancipação Político-Administrativa. 03.07.2017.

JOSSIMAR JOSÉ FERNANDES

Prefeito Municipal

MARLENE JULIA DE OLIVEIRA SCARPAT

Secretária de Administração, Planejamento e Finanças

SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL
PORTARIA Nº 001/2017, DE 25 DE JULHO DE 2017.

INSTITUI O GRUPO DE TRABALHO TEMPORÁRIO – GT PARA ESTUDO DAS NORMAS, REGULAMENTOS E ORIENTAÇÕES PERTINENTES AO PROGRAMA "CARTÃO REFORMA" DO GOVERNO FEDERAL, NOMEIA OS SEUS MEMBROS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Sra. **MÁRCIA DEUNGARO FERNANDES**, Secretária Municipal de Assistência Social do Município de Nortelândia, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo cargo,

R E S O L V E:

Art. 1º Instituir o Grupo de Trabalho Temporário – GT para estudo das normas, regulamentos e orientações pertinentes ao Programa "Cartão Reforma" do Governo Federal, devendo o GT reunir-se diariamente por no mínimo 01 (uma) e no máximo 02 (duas) horas, no período de 27/07/10/2017 à 18/08/2017, devendo, se lhe for solicitado, emitir relatório simplificado sobre o referido programa.

Parágrafo único. O GT de que trata o caput será composto pelos membros abaixo, será presidido pelo(a) primeiro(a) e terá como relator pelo(a) último(a):

a) Rosilene Costa de Souza Ximenes – Profissional do Serviço Social – SMAS;

b) José Silva dos Santos Junior – Gestor do CadÚnico – Bolsa Família/ Nortelândia – MT;

c) Irineu da Silva Miranda – Presidente do CMHIS.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal Pedro Coelho Ormond, Município de Nortelândia, Estado de Mato Grosso, ao 25° dia do mês de Julho de 2017, 64º da Emancipação Político-Administrativa. 25/07/2017

MÁRCIA DEÚNGARO FERNANDES

Secretária Municipal de Assistência Social

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 026/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 026/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA A FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PNEUS NOVOS DE 1ª LINHA, CÂMARA DE AR E PROTETORES DE ARO PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS E MÁQUINAS PESADAS DA PREFEITURA MUNICIPAL, PARA ATENDER TODAS AS SECRETARIAS MUNICIPAIS E A EMPRESA PNEUS BARBOSA LTDA ME PROCESSO ADMINISTRATIVO: Nº. 872/2017 MODALIDADE: PREGÃO ELETRONICO Nº 016/2017 SRP - 12 (DOZE) MESES, AS CLAUSULAS A SEGUIR:

Pelo presente instrumento, o Município de Nossa Senhora do Livramento, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 03.507.514/0001-26, com sede na Av. Coronel Botelho, 458– Centro, e denominado de CONTRATANTE, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal, Sr. Silmar de Souza Gonçalves, brasileiro, casado, empresário, portador do RG nº 279284 SSP/MT, e do CPF nº 167.522.791-87 residente e domiciliado na Estrada do Rio dos Peixes S/N Fazenda São Rafael – Zona Rural neste município em pleno exercício de seu mandato e, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma Pregão Eletrônico nº016/2017 ARP, processo administrativo n.º 872/2017 publicada a homologação no dia 24 de Julho de 2017., **RESOLVE** registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançadas e nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no Decreto n.º 7.892, de 23 de janeiro de 2013, e em conformidade com as disposições a seguir:

FORNECEDORA: Empresa: **PNEUS BARBOSA LTDA ME**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº **14.481.695/0001-85,** com sede a Avenida Ítrio Correa da Costa, 1328 Quadra 70 Lote 16/17 Bairro Cidade Salmen, Município de Rondonópolis CEP: 78.705-162, neste ato representado pelo senhor Clodoaldo José Barbosa, portador da cédula de identidade nº 3185420 SSP/GO, inscrito no CPF nº 605.142.641-87, residente e domiciliado na Rua Açaí nº 59 Chácara 59, casa 12, Bairro Parque Amazônia, Município de Goiânia-GO CEP: 74.835-430.

CLAUSULA PRIMEIRA DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços visando futura aquisição de pneus novos de 1ª linha, câmara de ar e protetores de aro para manutenção da frota de veículos e máquinas pesadas da Prefeitura Municipal, para atender todas as Secretarias Municipais, conforme quantidade e especificações registradas neste instrumento.

CLAUSULA SEGUNDA DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

1.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

Razão Social:	Empresa: **PNEUS BARBOSA LTDA ME**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 14.481.695/0001-85					
Endereço:	Avenida Ítrio Correa da Costa, 1328 Quadra 70 Lote 16/17 Bairro Cidade Salmen, Município de Rondonópolis CEP: 78.705-162					
Contatos:	(65) 99973 - 8368					
Representante:	Clodoaldo José Barbosa					
Item	Especificação	Qdade	UND	Marca	Valor Unitário	Valor Total
1	PNEU 1000/20 RADIAL	150	UND	PIRELLI	R$ 1.334,00	R$ 200.100,00
2	PNEU 22.5 80R 275	156	UND	PIRELLI	R$ 1.500,00	R$ 234.000,00
3	PNEU 1400/24	36	UND	PIRELLI	R$ 2.445,00	R$ 88.020,00
4	PNEU 750/16	10	UND	PIRELLI	R$ 470,00	R$ 4.700,00
5	PNEU 225/75 R15	36	UND	PIRELLI	R$ 386,00	R$ 13.896,00
8	PNEU 19.5 / 24 12L	4	UND	PIRELLI	R$ 2.775,00	R$ 11.100,00
9	PNEU 12/16.5 12L	6	UND	PIRELLI	R$ 900,00	R$ 5.400,00

12	CÂMARA DE AR 1000 / 20	120	UND	MAGNUM	R$ 88,00	R$ 10.560,00
13	CÂMARA DE AR 12 / 16.5	8	UND	MAGNUM	R$ 101,01	R$ 808,08
15	CÂMARA DE AR 750 / 16 BICO CURTO	20	UND	MAGNUM	R$ 62,33	R$ 1.246,60
18	PNEU 185 / 70 R14	4	UND	PIRELLI	R$ 223,00	R$ 892,00
VALOR TOTAL: R$ 570.722.68 (Quinhentos e Setenta Mil Setecentos e Vinte e Dois Reais e Sessenta e Oito Centavos						

2.2. Os valores acima poderão eventualmente sofrer revisão (aumento ou decréscimos) nas seguintes hipóteses:

a) Para mais, visando restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial desta Ata, na hipótese de sobrevir fatos supervenientes imprevisíveis, ou previsíveis, porém, de conseqüências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior caso fortuito, fato do príncipe e fato da administração, nos termos do art. 65, II, “d” e § 5º da Lei 8.666/93;

b) Para menos, na hipótese do valor contratado ficar muito superior ao valor do mercado, ou, ainda, quando ocorrer o fato do príncipe previsto no art. 65, § 5º da Lei 8.666/93.

2.3. A revisão de preços será feita com fundamento em planilhas de composição de custos e/ou preço de mercado;

2.4. Nos preços supracitados estão incluídas todas as despesas relativas ao objeto contratado (tributos, seguros, encargos sociais, etc.) .

CLAUSULA TERCEIRA VALIDADE DA ATA

3.1 A validade da Ata de Registro de Preços será de *12 meses*, a partir de 25 de Julho de 2017 a 25 de Julho de 2018, não podendo ser prorrogada.

CLAUSULA QUARTA REVISÃO E CANCELAMENTO

4.1 A Administração realizará pesquisa de mercado periodicamente, em intervalos não superiores a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados nesta Ata.

4.2 Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao fornecedor.

4.3 Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o fornecedor para negociar a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

4.4 O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

4.4.1 A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

4.5 Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

4.5.1 Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

4.5.2 Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

4.6 Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação desta ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

4.7 O registro do fornecedor será cancelado quando:

4.7.1 Descumprir as condições da ata de registro de preços;

4.7.2 Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

4.7.3 Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

4.7.4 Sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão participante.

4.7.5 Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

4.7.6 Por razões de interesse públicas devidamente demonstradas e justificadas;

4.8 O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens 4.7.1, 4.7.2 e 4.7.4 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

4.9 O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

4.10. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

4.11. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

4.12. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

a. Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades da Contratada, relativas ao fornecimento.

b. Caso a Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, o seu exclusivo critério, poder suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que a contratada cumpra integralmente a condição contratual infringida.

CLÁUSULA QUINTA – DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

5.1. O gerenciamento deste instrumento caberá as Secretaria Municipal conforme abaixo:

5.1.1. **A Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura: MARCO ANTONIO DE FIGUEIREDO SILVA,** que deverá atestar os documentos da despesa, quando comprovada a fiel e correta entrega para fins de pagamento.

5.1.2. **A Secretaria Municipal de Educação – PAULO LEITE DE ARAÚJO,** que deverá atestar os documentos da despesa, quando comprovada a fiel e correta entrega para fins de pagamento.

CLÁUSULA QUARTA – DO LOCAL , PRAZO

6.1. Os materiais a serem adquiridos decorrentes do Registro de Preço, deverão ser entregues na Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura, situado na Rua Ana Feliciana, s/n, Centro – Nossa Senhora do Livramento – MT, das 07:00hs às 16:00 hs. 6.2. O material a ser adquirido do presente Registro de Preços, deverá ser entregue parceladamente de acordo com as necessidades e conveniência da **Contratante,** através das unidades administrativas, mediante emissão de Ordem de Serviço acompanhada da nota de empenho com prazo de até 3 (três) dias a partir do recebimento da Ordem de Serviço. 6.3. O objeto deste Termo de Referência será dado como recebido de acordo com o Inciso II do artigo 73 da Lei 8.666/93, da seguinte forma: 6.3.1. **Provisoriamente,** na apresentação dos produtos, acompanhados da devida Nota Fiscal, devendo neste momento ser realizada conferência inicial pelo Fiscal da contratante, e se identificada a conformidade com as especificações técnicas constantes neste Termo de Referência e na proposta. 6.3.2. **Definitivamente**: em até 3 (três) dias após o recebimento provisório e verificação da qualidade e quantidade do material e se confirmada a conformidade com as especificações técnicas constantes neste Termo de Referência e na proposta a consequente aceitação se dará através de termo circunstanciado. **6.3.3.** Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

CLAUSULA SETIMA DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

7.1. A despesa decorrente das contratações oriundas da presente Ata, correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:

Secretaria /Programa	PROJETO/ATIVIDADE	Reduzido	NATUREZA DA DESPESA	FONTE
2089	Manutenção das Atividades de Administração e Planejamento	040020	33.90.30.00 – Material de Consumo	0100
2045	Manutenção das atividades da Secretaria de Educação	050016	33.90.30.00 – Material de Consumo	0100
2216	Gestão do Transporte Escolar	050028	33.90.30.00 – Material de Consumo	0100
2102	Manutenção programa de Transporte Escolar – FUNDEB 40%	050101	33.90.30.00 – Material de Consumo	0119
2265	Manutenção do Transporte Escolar – PNATE	050032	33.90.30.00 – Material de Consumo	01150
2022	Manutenção da Secretaria de Ação Social	060006	33.90.30.00 – Material de Consumo	0100
2067	Manutenção das Atividades Hospitalar/Ambulatorial - MAC	070046	33.90.30.00 – Material de Consumo	0100
2276	Manutenção de Máquinas e Veículos	080018	33.90.30.00 – Material de Consumo	0100
2278	Recuperação, Manutenção e Construção de Estradas Vicinais	080032	33.90.30.00 – Material de Consumo	0130
2036	Manutenção Encargos da Secretaria Desenvolvimento Rural	100005	33.90.30.00 – Material de Consumo	0100

CLAUSULA OITAVA DA EXECUÇÃO DO OBJETO E FORNECIMENTO

1. 2. 3. 4. 5. 6. 7. 7.1. 7.2. 8.1. A contratante rejeitará os fornecimentos executados em desacordo com o disposto neste Termo de Referência. Se, mesmo após o recebimento definitivo, constatar-se que os fornecimentos foram executados em desacordo com o especificado, com defeito ou incompleto, os responsáveis da contratante notificarão a empresa fornecedora para que a mesma providencie a correção necessária dentro dos prazos de recebimento. 8.2. Independentemente da aceitação, a empresa fornecedora deverá garantir a qualidade dos produtos fornecidos pelo prazo da garantia, obrigando-se a substituir a suas expensas aquele que apresentar falha ou defeito no prazo estabelecido no Item 8. 8.3. Os itens mencionados neste Termo de Referência deverão ser novos, originais de fábrica, livres de quaisquer processos de recondicionamento ou remoldagem e deverão possuir certificação de qualidade do INMETRO, atendendo todas as normas da ABNT. 8.4. Os pneus deverão ser de primeira qualidade, novos, com garantia mínima contra defeitos de fabricação, não inferior a um (01) ano e especificada pelo fabricante no mesmo. 8.5. É de inteira responsabilidade da Contratada a garantia da qualidade dos pneus entregues, sob pena das sanções cabíveis. 8.6. Durante o prazo de garantia, a licitante vencedora obriga-se a substituir ou reparar, às suas expensas, qualquer produto que apresente defeito que não seja decorrente do desgaste natural ou do incorreto manuseio do produto. 8.7. Incumbe ao licitante vencedor o ônus da prova da origem do defeito. 8.8. Este instrumento não obriga à contratação, nem mesmo nas quantidades indicadas, podendo a Administração Municipal, promover a aquisição de acordo com suas necessidades, obedecida à legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro à preferência, em igualdade de condições. 8.9. Em caso de irregularidade não sanada pela CONTRATADA, a CONTRATANTE através do seu Fiscal, registrará os fatos ocorridos e encaminhará ao órgão competente para providências de penalização. 8.10. A responsabilidade pelo recebimento dos materiais solicitados ficará a cargo do servidor responsável pelo Departamento de Almoxarifado, designado pela Administração Municipal, que deverá proceder à avaliação de desempenho e atesto da nota fiscal. 8.11. A Contratada deverá assumir inteira responsabilidade pela entrega que efetuar, de acordo com as especificações constantes do Edital e anexos, bem como da respectiva proposta, obedecendo ao Código de Defesa do Consumidor quanto às condições dos pneus entregues; 8.12. Efetuar a troca imediata do material entregue, objeto desta licitação, que estiver fora das especificações contidas na proposta, ou em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, sem qualquer ônus para a adquirente. 8.13. Na hipótese de substituição, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação do Fiscal da Contratante, no prazo máximo de 03 (três) dias, contados da notificação por escrito, mantidos os preços inicialmente contratados. 8.14. Em caso de defeitos ou falhas, constatados nos produtos, a CONTRATADA terá o prazo de 24 (vinte e quatro) horas, contados a partir da comunicação feita pela CONTRATANTE, para substituir os produtos com defeitos, sob pena de ser multado em 5% (cinco porcento) do valor do contrato a cada dia que ficarem sem substituir o produto. 8.15. Os materiais deverão possuir as garantias mínimas prevista em lei, contra vícios e defeitos de fabricação, especificadas no produto. 8.16. Produtos entregues de acordo com o prazo e a garantia estabelecida de acordo com o fabricante.

CLAUSULA NONA DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes neste Termo de Referência, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda: 9.1.2. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes neste Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: *marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;* 9.1.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990); 9.1.4. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos; 9.1.5. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação; 9.1.6. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação; 9.1.7. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato. 9.1.8. A Contratada deverá se responsabilizar pela qualidade, quantidade e segurança dos produtos ofertados, não podendo apresentar deficiências técnicas, assim como pela adequação do mesmo às exigências deste Termo de referência. 9.1.9. Todos os serviços de entrega deverão estar inclusos no preço dos produtos, sem quaisquer ônus para este município. 9.1.10. Os pneus deverão possuir as garantias mínimas prevista em lei, contra vícios e defeitos de fabricação; 9.1.11. Os produtos deverão estar de acordo com as exigências do Código de Defesa do Consumidor, especialmente no tocante aos vícios de qualidade ou quantidade que os tornem impróprios ou inadequados ao uso a que se destinam ou lhes diminuam o valor, conforme diploma legal. 9.1.12. As condições de acondicionamento e transporte dos produtos devem ser conforme determina a Legislação vigente, podendo, os produtos serem devolvidos sem quaisquer ônus ao município, caso as exigências não sejam atendidas. 9.1.13. Em caso de constatação de defeito nos produtos fornecidos, a Contratada obriga-se a substituir a unidade do item em questão, no prazo 2 (dois) dias úteis, a reparar, corrigir, remover, reconstruir, ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, sem ônus adicional para a Contratante, sem o que será convocada a segunda classificada, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas nos artigos 86 a 88 da Lei 8.666/93 e artigos 20 e 56 a 80 do Código de Defesa do Consumidor. 9.1.14. É vedada a subcontratação total ou parcial dos serviços.

CLAUSULA DÉCIMA DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

10.1. São obrigações da Contratante: 10.1.1. Convocar a licitante vencedora, em conformidade com o art. 64 da Lei nº. 8.666/93, para retirar a Ordem de Fornecimento; 10.2. Emitir ordem de fornecimento estabelecendo dia, hora, quantidade, local e demais informações que achar pertinentes para o bom cumprimento do objeto; 10.3. Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais, inclusive permitindo o acesso de empregados, prepostos ou representantes da contratada em suas dependências;

10.3.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

10.3.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

10.3.3. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

10.3.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

10.3.5. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

10.3.6. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA DO REAJUSTE DE PREÇOS

11.1. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período da vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento a partir de determinação estatal, cabendo-lhe no máximo repasse do percentual determinado.

11.2. Os preços registrados que sofrerem revisão não poderá ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

11.3. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, a Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento solicitará ao fornecedor/consignatária, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo a definição do parágrafo único.

11.4. Fracassada a negociação com o primeiro colocado a Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento poderá rescindir esta ata e convocar, nos termos da legislação vigente, e pelo preço da 1ª (primeira), as demais empresas com preços registrados, cabendo rescisão desta ata de registro de preços e nova licitação em caso de fracasso ou negociação.

11.5. Será considerado compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pela Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento.

CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA DA FORMA DE PAGAMENTO

12.1 O pagamento será efetuado sem qualquer acréscimo financeiro, mediante depósito bancário, até o 5º dia útil subseqüente ao recebimento definitivo do objeto, observada a ordem cronológica estabelecida no art. 5º da Lei 8.666/93. 12.2 O pagamento será efetuado conforme Nota Fiscal, discriminada de acordo com a Ordem de Compra, e após atestado de recebimento definitivo dos produtos pelo fiscal do contrato indicado pela Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento. A nota deverá ser emitida para cada secretaria de acordo com os quantitativos especificados na Ordem de Compra. 12.3 O pagamento será creditado em favor do fornecedor através de ordem bancária, contra qualquer banco indicado na proposta, devendo para isto, ficar explicitado o nome, número da agência e o número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito. 12.4 O pagamento será feito com a apresentação da Nota Fiscal/Fatura correspondente ao valor dos materiais do presente pregão, pelo preço da proposta adjudicada e homologada, mediante a apresentação do comprovante de regularidade referente FGTS e CND Federal e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, expedida pela Justiça do Trabalho, de acordo com o Art. 29 da Lei 8.666/93 alterada pelo Art. 3° da Lei 12.440 de 7/07/2011.

12.5 A Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento pagará à contratada, pelos materiais, os preços integrantes da proposta aprovada, ressalvada a ocorrência de imprevistos. Fica expressamente estabelecido que no preço global estão incluídos todos os custos diretos e indiretos para o fornecimento, de acordo com as condições previstas nas Especificações e nas Normas indicadas neste Edital e demais documentos da licitação, constituindo assim sua única remuneração pelos trabalhos contratados e executados.

12.6 Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

12.7 Não será efetuado o pagamento em nome de terceiros, ou em conta de Poupança, sendo que referido pagamento poderá ficar suspenso até que sejam devidamente cumpridas as exigências do Edital.

12.8 A critério da Administração poderão ser utilizados os pagamentos devidos para cobrir possíveis despesas com multas, indenizações a terceiros, ou outras de responsabilidade da Adjudicada.

12.9 Nenhum pagamento será efetuado à empresa adjudicatária enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

12.10 A Contratante não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de “factoring”.

12.11 A Contratante poderá recusar materiais de consumo quando:

12.12 Nota fiscal com especificação e quantidades em desacordo com o discriminado no edital;

12.13 Entregues em desacordo com as especificações dos requisitos do edital.

12.14 Os pagamentos serão efetuados pela tesouraria à vista de Nota Fiscal Eletrônica – NFe, apresentadas, que deverão ser enviadas para o serviço de email institucional Prefeitura a seguir: nfe@nossasenhoradolivramento.mt.gov.br, e a DANFE deverá ser emitida e acompanhar a mercadoria.

12.15 Havendo divergência ou erro na emissão da Nota Fiscal Eletrônica-NFe, modelo 55, será interrompida a contagem do prazo para fins de pagamento, sendo iniciada nova contagem somente após a regularização da referida Nota fiscal Eletrônica - NFe;

12.16 Caso o término da contagem aconteça em dias sem expediente bancário, o pagamento ocorrerá no primeiro dia útil imediatamente subseqüente.

12.17 Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, salvo se já houver retenção cautelar, ou garantia contratual, suficientes para satisfazer o valor da multa e/ou indenização devidas, sem que isso gere direito a reajustamento de preços.

CLAUSULA DÉCIMA TERCEIRA DA FORMA DE PAGAMENTO DAS PENALIDADES

13.1. O descumprimento injustificado das obrigações assumidas nos termos deste edital sujeita a contratada a multas, consoante o *caput* e § 1º do art. 86 da Lei no 8.666/93, incidentes sobre o valor da Nota de Empenho.

13.2. Na seguinte forma:

a) Atraso de até 5 (cinco) dias para retirada da ordem de fornecimento ou nota de empenho, multa de 2 % (dois por cento);

b) A partir do 6º (sexto) dia até o limite do 10º (décimo) dia, multa de 4 % (quatro por cento), caracterizando-se a inexecução total da obrigação a partir do 11º (décimo primeiro) dia de atraso.

13.3. Sem prejuízo das sanções cominadas no art. 87, I, III e IV, da Lei 8.666/93, pela inexecução total ou parcial do objeto adjudicado, a Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento poderá garantida a prévia e ampla defesa, aplicar à Contratada multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado.

13.4. Se a contratada recusar-se a retirar a nota de empenho injustificadamente ou se não apresentar situação regular no ato da feitura da mesma, garantida prévia e ampla defesa, se sujeita às seguintes penalidades:

a) Multa de até 10% sobre o valor adjudicado;

b) Suspensão temporária de participar de licitações e impedimento de contratar com a Administração Pública, por prazo de até 2 (dois) anos, e;

c) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

d) A licitante contratada que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantida prévia e ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com o Município pelo prazo de até cinco anos e, se for o caso, será descredenciado do Cadastro de Fornecedores por igual período, sem prejuízo da ação penal correspondente na forma da lei.

13.5. As multas previstas nesta seção não eximem a contratada da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar a Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento.

13.6. O artigo 14 do Decreto 3.555/2000 prevê aplicação de penalidade de impedimento de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de até 5 cinco anos ao licitante que ensejar o retardamento do certame e também comportar-se de modo inidôneo.

13.6.1. A penalidade prevista é de caráter eminentemente grave. E cabe ressaltar na forma do art. 14 do Decreto 3.555/2000 que pode vir a ser aplicada, independentemente da celebração prévia de contrato entre a Administração e o licitante. Pode a pena decorrer da própria conduta do licitante no curso do procedimento licitatório, pelo uso de artifícios e demandas meramente protelatórias, que atentem contra o principio da celeridade, apontado no *caput* do art. 4º do referido Decreto.

CLAUSULA DÉCIMA QUARTA DA FORMA DE PAGAMENTO DOS ILÍCITOS PENAIS

14.1. As infrações penais tipificadas na Lei nº 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

CLAUSULA DÉCIMA QUINTA DA FORMA DE PAGAMENTO DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I. Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.

II. Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de Pregão Eletronico nº 016/2017 e a proposta da classificada.

CLAUSULA DÉCIMA SEXTA DA FORMA DE PAGAMENTO DO FORO

16.1. As partes contratantes elegem o foro de Várzea Grande-MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente contrato, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

16.2. E por estarem de acordo, as partes firmam o presente contrato, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da **CONTRATANTE**, na forma do art. 60 da Lei nº 8.666/93.

Nossa Senhora do Livramento – MT, 25 de Julho de 2017.

CONTRATANTE:

SILMAR DE SOUZA GONÇALVES

Prefeito Municipal

CONTRATADO:

Empresa: **PNEUS BARBOSA LTDA ME**

CNPJ sob o nº 14.481.695/0001-85,

Representado pelo senhor Clodoaldo José Barbosa

RG: nº 3185420 SSP/GO, inscrito no CPF nº 605.142.641-87

CÂMARA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO - MT
PORTARIA Nº 016/2017

PORTARIA Nº 016/2017

AIRTON CONCEIÇÃO DE ARRUDA, Presidente da Câmara Municipal de Nossa Senhora do Livramento – MT, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º - Nomear a Senhora **MAYARA TEREZA FREITAS E SILVA**, para o cargo de DAÍ (Direção e Assessoramento Intermediário), a partir de 10 de JULHO de 2017, conforme a Lei nº 826/2017.

ARTIGO 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

PUBLICADA, REGISTRADA, CUMPRA-SE.

Câmara Municipal de Nossa Senhora do Livramento, 10 de Julho de 2017.

AIRTON CONCEIÇÃO DE ARRUDA

Presidente da Câmara Municipal

CÂMARA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO - MT
PORTARIA Nº 015/2017

PORTARIA Nº 015/2017

AIRTON CONCEIÇÃO DE ARRUDA, Presidente da Câmara Municipal de Nossa Senhora do Livramento – MT, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º - Nomear a Senhora **ELISGIANE DE OLIVEIRA**, para o cargo de DAÍ (Direção e Assessoramento Intermediário), a partir de 03 de JULHO de 2017, conforme a Lei nº 826/2017.

ARTIGO 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

PUBLICADA, REGISTRADA, CUMPRA-SE.

Câmara Municipal de Nossa Senhora do Livramento, 04 de Julho de 2017.

AIRTON CONCEIÇÃO DE ARRUDA

Presidente da Câmara Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - CELINA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

CONTRATO TEMPORARIO POR TEMPO DETERMINADO Nº 021/2017

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento - MT.

CONTRATADO: **Celina Goncalina de Almeida**

OBJETO: Atividades inerentes a função de Educador Físico

Cargo: Professora

VIGENCIA: 01/06/2017 a 22/12/2017

DOTAÇÃO: **05.006.12.361.0006.2008.3.1.90.04 – 050066.**

Nossa Senhora do Livramento - MT, 01 de Junho 2017

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - JULIELDON

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

CONTRATO TEMPORARIO POR TEMPO DETERMINADO Nº 020/2017

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento - MT.

CONTRATADO: **Julieldon Esteffaner Gonçalo Amaral Cintra**

OBJETO: Atividades inerentes a função de Educador Físico

Cargo: Educador Físico - NASF

VIGENCIA: 08/05/2017 a 05/08/2017

DOTAÇÃO: **10.301.0022.2268.31.90.04 - 070069**

Nossa Senhora do Livramento - MT, 08 de maio 2017

TERMO DE DISTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 031/2016

TERMO DE DISTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 031/2016

DISTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 031/2016 PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS HOSPITALARES, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS UNIDADES DE SAÚDE, TAIS COMO: HOSPITAL MUNICIPAL, UNIDADES DO PROGRAMA DE SAÚDE DA FAMÍLIA, UNIDADE DE REABILITAÇÃO, UNIDADE ODONTOLÓGICA, FARMÁCIA MUNICIPAL, VIGILÂNCIA EM SAÚDE, LABORATÓRIO MUNICIPALQUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO E A EMPRESA STOCK COMERCIAL HOSPITALAR LTDA ADMINISTRATIVO: 1452/2016 MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº 023/2016

Pelo Presente Termo de Distrato da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL Aquisição de medicamentos e materiais hospitalares, para atender as necessidades das unidades de Saúde, tais como: Hospital municipal, Unidades do Programa de Saúde da Família, Unidade de Reabilitação, Unidade Odontológica, Farmácia Municipal, Vigilância em Saúde, Laboratório Municipal e demandas judiciais e ou sociais a que o município poderá ser indicado, de acordo com as características, quantidades e especificações do TR, que as partes adiante mencionadas, qualificadas e firmatárias celebram entre si, mediante o presente instrumento, distratando a **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 031/2016.**

I – PARTES DISTRATANTES.

A) **O MUNICIPIO DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO**, Estado de Mato Grosso, Pessoa jurídica de direito público interno, com sede á Avenida Coronel Botelho. N° 458, com CNPJ n°. 03.507.514/0001-26, representado pelo seu Prefeito Municipal, excelentíssimo Senhor, Sr. Silmar de Souza Gonçalves, brasileiro, casado, portador do RG nº 279284 SSP/MT, e do CPF nº, 167.522.791-87 residente e domiciliado na Estrada Rio dos Peixes S/N Fazenda São Rafael – Zona Rural Município de Nossa Senhora do Livramento-MT, em pleno exercício de seu mandato e funções e do outro lado

B) Empresa: **STOCK COMERCIAL HOSPITALAR LTDA STOCK COMERCIAL HOSPITALAR LTDA,** CNPJ nº 00.995.371/0001-50, Inscrição Estadual: 10.279.921-1, com sede á Av. Goianazes Qd. 25 lts. 11 a 26 Bairro Jardim Eldourado– Dimag, CEP: 74993-100, município de Aparecida de Goiana – Goias, neste ato representado pelo Srº Jose Eber Gomes de Araujo, superintendente comercial portador da carteira de identidade nº 3212624 SSP/GO, e inscrito no CPF nº 812.370.571-91, neste ato representado pelo seu procurador Adalberto Cavalgante da Nobrega Junior portador do RG: 189.448/SSP/MS e CPF: 305.680.561-91 residente e domiciliado Rua E-5 Quadra 07 nº 19 Parque Cuiabá município de Cuiabá/MT, CEP: 78.095-338.

I.a FUNDAMENTO: Este distrato decorre de comum acordo entre as partes, do artigo 79, inciso II, § 1° da Lei n°. 8.666/93, no processo administrativo nº 4176/2017 e parecer jurídico nº 211/2017, ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL Aquisição de medicamentos e materiais hospitalares, para atender as necessidades das unidades de Saúde, tais como: Hospital municipal, Unidades do Programa de Saúde da Família, Unidade de Reabilitação, Unidade Odontológica, Farmácia Municipal, Vigilância em Saúde, Laboratório Municipal e demandas judiciais e ou sociais a que o município poderá ser indicado, de acordo com as características, quantidades e especificações do TR, que as partes adiante mencionadas, qualificadas e firmatárias celebram entre si, mediante o presente instrumento, distratando a **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 031/2016.**

II – CLÁUSULA PRIMEIRA – DA RESCISÃO

II.1 – Fica rescindido, a partir de 08 de Julho de 2017, Ata de Registro de Preço nº 031/2016 ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL de Aquisição de medicamentos e materiais hospitalares, para atender as necessidades das unidades de Saúde, tais como: Hospital municipal, Unidades do Programa de Saúde da Família, Unidade de Reabilitação, Unidade Odontológica, Farmácia Municipal, Vigilância em Saúde, Laboratório Municipal e demandas judiciais e ou sociais a que o município poderá ser indicado, de acordo com as características, quantidades e especificações do TR com a empresa **STOCK COMERCIAL HOSPITALAR LTDA STOCK COMERCIAL HOSPITALAR LTDA,** CNPJ nº 00.995.371/0001-50

II.2 – Com a assinatura deste Termo de Distrato, as partes dão-se por mutuamente desobrigadas, satisfeitas e quitadas, declarando sem qualquer efeito Ata de Registro de Preço nº 031/2016.

III – CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

III.1 – Este Distrato entrará em vigor após devidamente certificado pela controladoria interna do Município.

E por assim estarem, justas e acordadas, assinam o presente distrato em 2 (duas) vias de igual forma e teor, na presença das testemunhas abaixo nominadas e qualificadas que também conhecem o seu teor e assinam-no.

Nossa Senhora do Livramento, 08 de Julho de 2017.

CONTRATANTE

SILMAR DE SOUZA GONÇALVES

Prefeito Municipal

CONTRATADA

Empresa: **STOCK COMERCIAL HOSPITALAR LTDA STOCK COMERCIAL**

HOSPITALAR LTDA,

CNPJ nº 00.995.371/0001-50, Inscrição Estadual: 10.279.921-1

Representado pelo Srº Jose Eber Gomes de Araujo

RG: nº 3212624 SSP/GOCPF nº 812.370.571-91

Representado pelo seu procurador Adalberto Cavalgante da Nobrega Junior

RG: 189.448/SSP/MS e CPF: 305.680.561-91

EXTRATO DO CONTRATO 097/2017

EXTRATO DO CONTRATO 097/2017

CONTRATAÇÃO DE UMA EMPRESA ESPECIALIZADA EM MANUTENÇÃO DE RECARGA DE EXTINTORES PQS AGP CO2 PARA ATENDER AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUN. DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO E A EMPRESA EXTINCENTER COMERCIO E RECARGA DE EXTINTORES EIRELI ME CONFORME PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 4523/2017 – DISPENSA DE LICITAÇÃO 093/2017AS CLAUSULAS A SEGUIR:

DO OBJETO

O objeto do presente instrumento contratual é a Contratação de uma empresa especializada em manutenção de Recarga de Extintores PQS AGP CO2 para atender as Secretarias Municipais de Nossa Senhora do Livramento conforme exigências e especificações constantes Processo nº 4523/2017 Dispensa de Licitação 093/2017

Especificação dos itens a serem adquiridos

O preço, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem abaixo descrito:

Item	Qtde	Und	Especificações	Preço Unit R$	Preço Total R$
1	22	Und	Recarga de Extintores PQS 6KG	**90,00**	1.980,00
2	19	Und	Recarga de Extintores AGP 10 LT	**80,00**	1.520,00
3	02	Und	Recarga de Extintores PQS 12 KG	**140,00**	280,00
4	02	Und	Recarga de Extintores PQS 4 KG	**85,00**	170,00
5	07	Und	Recarga de Extintores CO2 6 KG	**150,00**	1.050,00
VALOR TOTAL: R$ 5.000,00 (Cinco Mil Rerais					

DA DOTAÇÃO

As despesas decorrentes dos serviços contratados com base na presente licitação correrão a conta da seguinte Dotação Orçamentária:

SECRETARIA	RECURSO	PROJETO ATIVIDADE	ELEMENTO DESPEZA	FONTE	REDUZIDO	VALOR
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE						
SAÚDE	**PROPRIO**	**2050 – MANUTENÇÃO DO LAB**	33.90.30.00	100	070031	R$ 1.585,00
TOTAL						**R$ 1.585,00**
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO						
EDUCAÇÃO	**PROPRIO**	**2045 – MAN. E ENCARGOS DA EDUCAÇÃO**	33.90.30.00	100	050016	R$ 760,00
TOTAL						**R$ 760,00**
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL						
A.SOCIAL	**PROPRIO**	**2090 - FUNDO DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA**	33.90.30.00	100	060037	R$ 1.625,00
TOTAL						**R$ 1.625,00**
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO						
SAD	**PROPRIO**	**2089- MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE ADM E PLANEJAMENTO**	33.90.30.00	100	040020	R$ 510,00
TOTAL						**R$ 510,00**
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL						
DESENVOLVIMENTO	**PROPRIO**	**2036- MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA SECRETARIA**	33.90.30.00	100	100005	R$ 260,00
TOTAL						**R$ 260,00**
	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS					
DESENVOLVIMENTO	**PROPRIO**	**2074- MANUTENÇÃO ENCARGOS E SALÁRIOS**	33.90.30.00	100	080006	R$ 260,00
TOTAL						**R$ 260,00**
VALOR TOTAL R$ 5.000,00						

CLÁUSULA SEXTA - **DA VIGÊNCIA**

6.1. A vigência deste contrato será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por igual período.

Nossa Senhora Do Livramento-MT, 25 de Julho de 2017.

CONTRATANTE:

SILMAR DE SOUZA GONÇALVES

Prefeito Municipal

CONTRATADA:

Empresa, **EXTINCENTER COMERCIO E RECARGA DE EXTINTORES EIRELI**

CNPJ/MF sob o nº 03.551.500/0001-00

Representada pelo Sr.Ronaldo Crescencio,

RG: nº 126.5433-7 SSP/MT e CPF nº 880.150.681-34

EXTRAT0 CONTRATO PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 096 2017

EXTRAT0 CONTRATO PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 096 2017

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA TÉCNICA PARA ATENDER DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO JUNTO AO TCE/MT QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUN. DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO E A EMPRESA L.M. DE BARROS – CONSULTORIA E ASSESSORIA EM GESTÃO PUBLICA - ME, CONFORME CONVITE Nº 01.2017 – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2065/2017AS CLAUSULAS A SEGUIR:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto do presente instrumento contratual é a Contratação de empresa especializada em prestação de serviços de Consultoria técnica para atender da Secretaria de Administração e Planejamento junto ao TCE/MT, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital CONVITE Nº 01/2017 – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2065/2017.

Razão Social:	Empresa, **L.M. DE BARROS – CONSULTORIA E ASSESSORIA EM GESTÃO PUBLICA - ME,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.640.096/0001-40			
Endereço:	Avenida Isaac Povoas 586, Andar 05 Sala 503, Bairro Centro Norte, município de Cuiabá-MT, CEP: 78.005-340			
Contatos:	(65) 3626-2165 - 99959-559			
Representante:	.Luiz Mario de Barros			
Item	Especificação	Qdade	Valor Unitário	Valor Total
01	Contratação de empresa especializada em prestação de serviços de Consultoria técnica para atender da Secretaria de Administração e Planejamento junto ao TCE/MT	12 meses	R$ 6. 500,00	R$ 78. 000,00

DA DOTAÇÃO

Secretaria/ Programa	Recurso	Projeto Atividade	Reduzido Dotação	Natureza de Despesa	Fonte	Valor
Adm/001	Próprio	2089	040025	33.90.39	100	**R$ 78.000,00**

DA VIGÊNCIA

A vigência deste contrato será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por igual período.

Nossa Senhora Do Livramento-MT, 25 de Julho de 2017.

CONTRATANTE:

SILMAR DE SOUZA GONÇALVES

Prefeito Municipal

CONTRATADA:

Empresa, **L.M. DE BARROS – CONSULTORIA E ASSESSORIA EM GESTÃO PUBLICA – ME**

CNPJ/MF sob o nº 03.640.096/0001-40,

Representada pelo Sr.Luiz Mario de Barros

RG: nº 0038556-5 SSP/MT e CPF nº 280.535.161-49

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 028/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 028/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA A FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PNEUS NOVOS DE 1ª LINHA, CÂMARA DE AR E PROTETORES DE ARO PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS E MÁQUINAS PESADAS DA PREFEITURA MUNICIPAL, PARA ATENDER TODAS AS SECRETARIAS MUNICIPAIS E A EMPRESA D.P. DE SOUZA COMERCIO DE PNEUS E BORRACHAS EPPPROCESSO ADMINISTRATIVO: Nº. 872/2017 MODALIDADE: PREGÃO ELETRONICO Nº 016/2017 SRP - 12 (DOZE) MESES, AS CLAUSULAS A SEGUIR:

Pelo presente instrumento, o Município de Nossa Senhora do Livramento, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 03.507.514/0001-26, com sede na Av. Coronel Botelho, 458– Centro, e denominado de CONTRATANTE, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal, Sr. Silmar de Souza Gonçalves, brasileiro, casado, empresário, portador do RG nº 279284 SSP/MT, e do CPF nº 167.522.791-87 residente e domiciliado na Estrada do Rio dos Peixes S/N Fazenda São Rafael – Zona Rural neste município em pleno exercício de seu mandato e, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma Pregão Eletrônico nº016/2017 ARP, processo administrativo n.º 872/2017 publicada a homologação no dia 24 de Julho de 2017., **RESOLVE** registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançadas e nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no Decreto n.º 7.892, de 23 de janeiro de 2013, e em conformidade com as disposições a seguir:

FORNECEDORA: Empresa: **D.P. DE SOUZA COMERCIO DE PNEUS E BORRACHAS EPP**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 21.711.134/0001-90, com sede a Rua Novo Mundo (Lot JD N Mundo) SN Rua 163:364. B. Torrão de Ouro - Bairro Novo Mundo, Município de Várzea Grande CEP: 78.149-130, neste ato Representado pelo senhor Diego Prado de Souza, portador da cédula de identidade nº 17931533 SSP/MT, inscrito no CPF nº 025.014.071-30, residente e domiciliado na Rua B, SN Quadra 07, Casa 24 Bairro Residencial Jose Carlos Guimaraes, Município de Cuiabá-MT CEP: 78000-158.

CLAUSULA PRIMEIRA DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços visando futura aquisição de pneus novos de 1ª linha, câmara de ar e protetores de aro para manutenção da frota de veículos e máquinas pesadas da Prefeitura Municipal, para atender todas as Secretarias Municipais, conforme quantidade e especificações registradas neste instrumento.

CLAUSULA SEGUNDA DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

1.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

Razão Social:	Empresa: **D.P. DE SOUZA COMERCIO DE PNEUS E BORRACHAS EPP**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 21. 711.134/0001-90
Endereço:	Rua Novo Mundo (Lot JD N Mundo) SN Rua 163:364. B. Torrão de Ouro - Bairro Novo Mundo, Município de Várzea Grande CEP: 78. 149-130

Contatos:	(65) 3694 – 6262					
Representante:	Diego Prado de Souza					
Item	Especificação	Qdade	UND	Marca	Valor Unitário	Valor Total
10	PNEU 17.5 / 25 16 L	8	UND	TITAN/EATRH TRACT12	R$ 2.793,00	R$ 22.344,00
11	CÂMARA DE AR 17.5 / 25	32	UND	BRASTUBE/TR 418	R$ 297,00	R$ 9.504,00
14	CÂMARA DE AR 1400 / 24 BICO CURTO	20	UND	BRASTUBE/TR 418	R$ 220,00	R$ 4.400,00
16	PROTETOR DE ARO 17.5 / 25	32	UND	CARRETERA/ CARRETERA	R$ 230,00	R$ 7.360,00
17	PROTETOR DE ARO 1000 / 20	120	UND	RUZZI/RUZZI	R$ 39,22	R$ 4.706,40
19	PNEU 185/65 R15	44	UND	FATE AR 550	R$ 311,20	R$ 13.692,80
20	PNEU 175 / 70 R13	16	UND	FATE AR 360	R$ 168,30	R$ 2.692,80
21	PNEU 215/75 17.5 LISO	120	UND	CARRETERA/ CARRETERA	R$ 790,00	R$ 94.800,00
VALOR TOTAL: 159.500,00 (Cento e Cinquenta e Nove Mil Quinhentos Reais						

2.2. Os valores acima poderão eventualmente sofrer revisão (aumento ou decréscimos) nas seguintes hipóteses:

a) Para mais, visando restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial desta Ata, na hipótese de sobrevir fatos supervenientes imprevisíveis, ou previsíveis, porém, de conseqüências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior caso fortuito, fato do príncipe e fato da administração, nos termos do art. 65, II, “d” e § 5º da Lei 8.666/93;

b) Para menos, na hipótese do valor contratado ficar muito superior ao valor do mercado, ou, ainda, quando ocorrer o fato do príncipe previsto no art. 65, § 5º da Lei 8.666/93.

2.3. A revisão de preços será feita com fundamento em planilhas de composição de custos e/ou preço de mercado;

2.4. Nos preços supracitados estão incluídas todas as despesas relativas ao objeto contratado (tributos, seguros, encargos sociais, etc.) .

CLAUSULA TERCEIRA VALIDADE DA ATA

3.1 A validade da Ata de Registro de Preços será de *12 meses*, a partir de 25 de Julho de 2017 a 25 de Julho de 2018, não podendo ser prorrogada.

CLAUSULA QUARTA REVISÃO E CANCELAMENTO

4.1 A Administração realizará pesquisa de mercado periodicamente, em intervalos não superiores a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados nesta Ata.

4.2 Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao fornecedor.

4.3 Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o fornecedor para negociar a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

4.4 O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

4.4.1 A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

4.5 Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

4.5.1 Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

4.5.2 Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

4.6 Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação desta ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

4.7 O registro do fornecedor será cancelado quando:

4.7.1 Descumprir as condições da ata de registro de preços;

4.7.2 Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

4.7.3 Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

4.7.4 Sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão participante.

4.7.5 Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

4.7.6 Por razões de interesse públicas devidamente demonstradas e justificadas;

4.8 O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens 4.7.1, 4.7.2 e 4.7.4 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

4.9 O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

4.10. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

4.11. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

4.12. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

a. Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades da Contratada, relativas ao fornecimento.

b. Caso a Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, o seu exclusivo critério, poder suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que a contratada cumpra integralmente a condição contratual infringida.

CLÁUSULA QUINTA – DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

5.1. O gerenciamento deste instrumento caberá as Secretaria Municipal conforme abaixo:

5.1.1. **A Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura: MARCO ANTONIO DE FIGUEIREDO SILVA,** que deverá atestar os documentos da despesa, quando comprovada a fiel e correta entrega para fins de pagamento.

5.1.2. **A Secretaria Municipal de Educação – PAULO LEITE DE ARAÚJO,** que deverá atestar os documentos da despesa, quando comprovada a fiel e correta entrega para fins de pagamento.

CLÁUSULA QUARTA – DO LOCAL , PRAZO

6.1. Os materiais a serem adquiridos decorrentes do Registro de Preço, deverão ser entregues na Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura, situado na Rua Ana Feliciana, s/n, Centro – Nossa Senhora do Livramento – MT, das 07:00hs às 16:00 hs. 6.2. O material a ser adquirido do presente Registro de Preços, deverá ser entregue parceladamente de acordo com as necessidades e conveniência da **Contratante,** através das unidades administrativas, mediante emissão de Ordem de Serviço acompanhada da nota de empenho com prazo de até 3 (três) dias a partir do recebimento da Ordem de Serviço. 6.3. O objeto deste Termo de Referência será dado como recebido de acordo com o Inciso II do artigo 73 da Lei 8.666/93, da seguinte forma: 6.3.1. **Provisoriamente,** na apresentação dos produtos, acompanhados da devida Nota Fiscal, devendo neste momento ser realizada conferência inicial pelo Fiscal da contratante, e se identificada a conformidade com as especificações técnicas constantes neste Termo de Referência e na proposta. 6.3.2. **Definitivamente**: em até 3 (três) dias após o recebimento provisório e verificação da qualidade e quantidade do material e se confirmada a conformidade com as especificações técnicas constantes neste Termo de Referência e na proposta a consequente aceitação se dará através de termo circunstanciado. **6.3.3.** Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

CLAUSULA SETIMA DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

7.1. A despesa decorrente das contratações oriundas da presente Ata, correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:

Secretaria /Programa	PROJETO/ATIVIDADE	Reduzido	NATUREZA DA DESPESA	FONTE
2089	Manutenção das Atividades de Administração e Planejamento	040020	33.90.30.00 – Material de Consumo	0100
2045	Manutenção das atividades da Secretaria de Educação	050016	33.90.30.00 – Material de Consumo	0100
2216	Gestão do Transporte Escolar	050028	33.90.30.00 – Material de Consumo	0100
2102	Manutenção programa de Transporte Escolar – FUNDEB 40%	050101	33.90.30.00 – Material de Consumo	0119
2265	Manutenção do Transporte Escolar – PNATE	050032	33.90.30.00 – Material de Consumo	01150
2022	Manutenção da Secretaria de Ação Social	060006	33.90.30.00 – Material de Consumo	0100
2067	Manutenção das Atividades Hospitalar/Ambulatorial - MAC	070046	33.90.30.00 – Material de Consumo	0100
2276	Manutenção de Máquinas e Veículos	080018	33.90.30.00 – Material de Consumo	0100
2278	Recuperação, Manutenção e Construção de Estradas Vicinais	080032	33.90.30.00 – Material de Consumo	0130
2036	Manutenção Encargos da Secretaria Desenvolvimento Rural	100005	33.90.30.00 – Material de Consumo	0100

CLAUSULA OITAVA DA EXECUÇÃO DO OBJETO E FORNECIMENTO

1. 2. 3. 4. 5. 6. 7. 7.1. 7.2. 8.1. A contratante rejeitará os fornecimentos executados em desacordo com o disposto neste Termo de Referência. Se, mesmo após o recebimento definitivo, constatar-se que os fornecimentos foram executados em desacordo com o especificado, com defeito ou incompleto, os responsáveis da contratante notificarão a empresa fornecedora para que a mesma providencie a correção necessária dentro dos prazos de recebimento. 8.2. Independentemente da aceitação, a empresa fornecedora deverá garantir a qualidade dos produtos fornecidos pelo prazo da garantia, obrigando-se a substituir a suas expensas aquele que apresentar falha ou defeito no prazo estabelecido no Item 8. 8.3. Os itens mencionados neste Termo de Referência deverão ser novos, originais de fábrica, livres de quaisquer processos de recondicionamento ou remoldagem e deverão possuir certificação de qualidade do INMETRO, atendendo todas as normas da ABNT. 8.4. Os pneus deverão ser de primeira qualidade, novos, com garantia mínima contra defeitos de fabricação, não inferior a um (01) ano e especificada pelo fabricante no mesmo. 8.5. É de inteira responsabilidade da Contratada a garantia da qualidade dos pneus entregues, sob pena das sanções cabíveis. 8.6. Durante o prazo de garantia, a licitante vencedora obriga-se a substituir ou reparar, às suas expensas, qualquer produto que apresente defeito que não seja decorrente do desgaste natural ou do incorreto manuseio do produto. 8.7. Incumbe ao licitante vencedor o ônus da prova da origem do defeito. 8.8. Este instrumento não obriga à contratação, nem mesmo nas quantidades indicadas, podendo a Administração Municipal, promover a aquisição de acordo com suas necessidades, obedecida à legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro à preferência, em igualdade de condições. 8.9. Em caso de irregularidade não sanada pela CONTRATADA, a CONTRATANTE através do seu Fiscal, registrará os fatos ocorridos e encaminhará ao órgão competente para providências de penalização. 8.10. A responsabilidade pelo recebimento dos materiais solicitados ficará a cargo do servidor responsável pelo Departamento de Almoxarifado, designado pela Administração Municipal, que deverá proceder à avaliação de desempenho e atesto da nota fiscal. 8.11. A Contratada deverá assumir inteira responsabilidade pela entrega que efetuar, de acordo com as especificações constantes do Edital e anexos, bem como da respectiva proposta, obedecendo ao Código de Defesa do Consumidor quanto às condições dos pneus entregues; 8.12. Efetuar a troca imediata do material entregue, objeto desta licitação, que estiver fora das especificações contidas na proposta, ou em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, sem qualquer ônus para a adquirente. 8.13. Na hipótese de substituição, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação do Fiscal da Contratante, no prazo máximo de 03 (três) dias, contados da notificação por escrito, mantidos os preços inicialmente contratados. 8.14. Em caso de defeitos ou falhas, constatados nos

produtos, a CONTRATADA terá o prazo de 24 (vinte e quatro) horas, contados a partir da comunicação feita pela CONTRATANTE, para substituir os produtos com defeitos, sob pena de ser multado em 5% (cinco porcento) do valor do contrato a cada dia que ficarem sem substituir o produto. 8.15. Os materiais deverão possuir as garantias mínimas prevista em lei, contra vícios e defeitos de fabricação, especificadas no produto. 8.16. Produtos entregues de acordo com o prazo e a garantia estabelecida de acordo com o fabricante.

CLAUSULA NONA DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes neste Termo de Referência, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda: 9.1.2. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes neste Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: *marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;* 9.1.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990); 9.1.4. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos; 9.1.5. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação; 9.1.6. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação; 9.1.7. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato. 9.1.8. A Contratada deverá se responsabilizar pela qualidade, quantidade e segurança dos produtos ofertados, não podendo apresentar deficiências técnicas, assim como pela adequação do mesmo às exigências deste Termo de referência. 9.1.9. Todos os serviços de entrega deverão estar inclusos no preço dos produtos, sem quaisquer ônus para este município. 9.1.10. Os pneus deverão possuir as garantias mínimas prevista em lei, contra vícios e defeitos de fabricação; 9.1.11. Os produtos deverão estar de acordo com as exigências do Código de Defesa do Consumidor, especialmente no tocante aos vícios de qualidade ou quantidade que os tornem impróprios ou inadequados ao uso a que se destinam ou lhes diminuam o valor, conforme diploma legal. 9.1.12. As condições de acondicionamento e transporte dos produtos devem ser conforme determina a Legislação vigente, podendo, os produtos serem devolvidos sem quaisquer ônus ao município, caso as exigências não sejam atendidas. 9.1.13. Em caso de constatação de defeito nos produtos fornecidos, a Contratada obriga-se a substituir a unidade do item em questão, no prazo 2 (dois) dias úteis, a reparar, corrigir, remover, reconstruir, ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, sem ônus adicional para a Contratante, sem o que será convocada a segunda classificada, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas nos artigos 86 a 88 da Lei 8.666/93 e artigos 20 e 56 a 80 do Código de Defesa do Consumidor. 9.1.14. É vedada a subcontratação total ou parcial dos serviços.

CLAUSULA DÉCIMA DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

10.1. São obrigações da Contratante: 10.1.1. Convocar a licitante vencedora, em conformidade com o art. 64 da Lei nº. 8.666/93, para retirar a Ordem de Fornecimento; 10.2. Emitir ordem de fornecimento estabelecendo dia, hora, quantidade, local e demais informações que achar pertinentes para o bom cumprimento do objeto; 10.3. Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais, inclusive permitindo o acesso de empregados, prepostos ou representantes da contratada em suas dependências;

10.3.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

10.3.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

10.3.3. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

10.3.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

10.3.5. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

10.3.6. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA DO REAJUSTE DE PREÇOS

11.1. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período da vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento a partir de determinação estatal, cabendo-lhe no máximo repasse do percentual determinado.

11.2. Os preços registrados que sofrerem revisão não poderá ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

11.3. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, a Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento solicitará ao fornecedor/consignatária, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo a definição do parágrafo único.

11.4. Fracassada a negociação com o primeiro colocado a Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento poderá rescindir esta ata e convocar, nos termos da legislação vigente, e pelo preço da 1ª (primeira), as demais empresas com preços registrados, cabendo rescisão desta ata de registro de preços e nova licitação em caso de fracasso ou negociação.

11.5. Será considerado compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pela Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento.

CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA DA FORMA DE PAGAMENTO

12.1 O pagamento será efetuado sem qualquer acréscimo financeiro, mediante depósito bancário, até o 5º dia útil subseqüente ao recebimento definitivo do objeto, observada a ordem cronológica estabelecida no art. 5º da Lei 8.666/93. 12.2 O pagamento será efetuado conforme Nota Fiscal, discriminada

de acordo com a Ordem de Compra, e após atestado de recebimento definitivo dos produtos pelo fiscal do contrato indicado pela Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento. A nota deverá ser emitida para cada secretaria de acordo com os quantitativos especificados na Ordem de Compra. 12.3 O pagamento será creditado em favor do fornecedor através de ordem bancária, contra qualquer banco indicado na proposta, devendo para isto, ficar explicitado o nome, número da agência e o número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito. 12.4 O pagamento será feito com a apresentação da Nota Fiscal/Fatura correspondente ao valor dos materiais do presente pregão, pelo preço da proposta adjudicada e homologada, mediante a apresentação do comprovante de regularidade referente FGTS e CND Federal e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, expedida pela Justiça do Trabalho, de acordo com o Art. 29 da Lei 8.666/93 alterada pelo Art. 3° da Lei 12.440 de 7/07/2011.

12.5 A Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento pagará à contratada, pelos materiais, os preços integrantes da proposta aprovada, ressalvada a ocorrência de imprevistos. Fica expressamente estabelecido que no preço global estão incluídos todos os custos diretos e indiretos para o fornecimento, de acordo com as condições previstas nas Especificações e nas Normas indicadas neste Edital e demais documentos da licitação, constituindo assim sua única remuneração pelos trabalhos contratados e executados.

12.6 Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

12.7 Não será efetuado o pagamento em nome de terceiros, ou em conta de Poupança, sendo que referido pagamento poderá ficar suspenso até que sejam devidamente cumpridas as exigências do Edital.

12.8 A critério da Administração poderão ser utilizados os pagamentos devidos para cobrir possíveis despesas com multas, indenizações a terceiros, ou outras de responsabilidade da Adjudicada.

12.9 Nenhum pagamento será efetuado à empresa adjudicatária enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

12.10 A Contratante não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de “factoring”.

12.11 A Contratante poderá recusar materiais de consumo quando:

12.12 Nota fiscal com especificação e quantidades em desacordo com o discriminado no edital;

12.13 Entregues em desacordo com as especificações dos requisitos do edital.

12.14 Os pagamentos serão efetuados pela tesouraria à vista de Nota Fiscal Eletrônica – NFe, apresentadas, que deverão ser enviadas para o serviço de email institucional Prefeitura a seguir: nfe@nossasenhoradolivramento.mt.gov.br, e a DANFE deverá ser emitida e acompanhar a mercadoria.

12.15 Havendo divergência ou erro na emissão da Nota Fiscal Eletrônica-NFe, modelo 55, será interrompida a contagem do prazo para fins de pagamento, sendo iniciada nova contagem somente após a regularização da referida Nota fiscal Eletrônica - NFe;

12.16 Caso o término da contagem aconteça em dias sem expediente bancário, o pagamento ocorrerá no primeiro dia útil imediatamente subseqüente.

12.17 Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, salvo se já houver retenção cautelar, ou garantia contratual, suficientes para satisfazer o valor da multa e/ou indenização devidas, sem que isso gere direito a reajustamento de preços.

CLAUSULA DÉCIMA TERCEIRA DA FORMA DE PAGAMENTO DAS PENALIDADES

13.1. O descumprimento injustificado das obrigações assumidas nos termos deste edital sujeita a contratada a multas, consoante o *caput* e § 1º do art. 86 da Lei no 8.666/93, incidentes sobre o valor da Nota de Empenho.

13.2. Na seguinte forma:

a) Atraso de até 5 (cinco) dias para retirada da ordem de fornecimento ou nota de empenho, multa de 2 % (dois por cento);

b) A partir do 6º (sexto) dia até o limite do 10º (décimo) dia, multa de 4 % (quatro por cento), caracterizando-se a inexecução total da obrigação a partir do 11º (décimo primeiro) dia de atraso.

13.3. Sem prejuízo das sanções cominadas no art. 87, I, III e IV, da Lei 8.666/93, pela inexecução total ou parcial do objeto adjudicado, a Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento poderá garantida a prévia e ampla defesa, aplicar à Contratada multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado.

13.4. Se a contratada recusar-se a retirar a nota de empenho injustificadamente ou se não apresentar situação regular no ato da feitura da mesma, garantida prévia e ampla defesa, se sujeita às seguintes penalidades:

a) Multa de até 10% sobre o valor adjudicado;

b) Suspensão temporária de participar de licitações e impedimento de contratar com a Administração Pública, por prazo de até 2 (dois) anos, e;

c) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

d) A licitante contratada que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantida prévia e ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com o Município pelo prazo de até cinco anos e, se for o caso, será descredenciado do Cadastro de Fornecedores por igual período, sem prejuízo da ação penal correspondente na forma da lei.

13.5. As multas previstas nesta seção não eximem a contratada da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar a Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento.

13.6. O artigo 14 do Decreto 3.555/2000 prevê aplicação de penalidade de impedimento de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de até 5 cinco anos ao licitante que ensejar o retardamento do certame e também comportar-se de modo inidôneo.

13.6.1. A penalidade prevista é de caráter eminentemente grave. E cabe ressaltar na forma do art. 14 do Decreto 3.555/2000 que pode vir a ser aplicada, independentemente da celebração prévia de contrato entre a Administração e o licitante. Pode a pena decorrer da própria conduta do licitante no curso do procedimento licitatório, pelo uso de artifícios e demandas meramente protelatórias, que atentem contra o principio da celeridade, apontado no *caput* do art. 4º do referido Decreto.

CLAUSULA DÉCIMA QUARTA DA FORMA DE PAGAMENTO DOS ILÍCITOS PENAIS

14.1. As infrações penais tipificadas na Lei nº 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

CLAUSULA DÉCIMA QUINTA DA FORMA DE PAGAMENTO DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I. Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.

II. Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de Pregão Eletronico nº 016/2017 e a proposta da classificada.

CLAUSULA DÉCIMA SEXTA DA FORMA DE PAGAMENTO DO FORO

16.1. As partes contratantes elegem o foro de Várzea Grande-MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente contrato, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

16.2. E por estarem de acordo, as partes firmam o presente contrato, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da **CONTRATANTE**, na forma do art. 60 da Lei nº 8.666/93.

Nossa Senhora do Livramento – MT, 25 de Julho de 2017.

CONTRATANTE:

SILMAR DE SOUZA GONÇALVES

Prefeito Municipal

CONTRATADO:

Empresa: **D.P. DE SOUZA COMERCIO DE PNEUS E BORRACHAS EPP**

CNPJ sob o nº 21.711.134/0001-90

Representado pelo senhor Diego Prado de Souza

RG: nº 17931533 SSP/MT

CPF nº 025.014.071-30

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 027/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 027/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA A FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PNEUS NOVOS DE 1ª LINHA, CÂMARA DE AR E PROTETORES DE ARO PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS E MÁQUINAS PESADAS DA PREFEITURA MUNICIPAL, PARA ATENDER TODAS AS SECRETARIAS MUNICIPAIS E A EMPRESA BIDDING CENTER COMERCIAL DISTRIBUIDORA E SERVIÇOS EIRELI EPPPROCESSO ADMINISTRATIVO: Nº. 872/2017 MODALIDADE: PREGÃO ELETRONICO Nº 016/2017 SRP - 12 (DOZE) MESES, AS CLAUSULAS A SEGUIR:

Pelo presente instrumento, o Município de Nossa Senhora do Livramento, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 03.507.514/0001-26, com sede na Av. Coronel Botelho, 458– Centro, e denominado de CONTRATANTE, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal, Sr. Silmar de Souza Gonçalves, brasileiro, casado, empresário, portador do RG nº 279284 SSP/MT, e do CPF nº 167.522.791-87 residente e domiciliado na Estrada do Rio dos Peixes S/N Fazenda São Rafael – Zona Rural neste município em pleno exercício de seu mandato e, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma Pregão Eletrônico nº016/2017 ARP, processo administrativo n.º 872/2017 publicada a homologação no dia 24 de Julho de 2017., **RESOLVE** registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançadas e nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no Decreto n.º 7.892, de 23 de janeiro de 2013, e em conformidade com as disposições a seguir:

FORNECEDORA: Empresa **BIDDING CENTER COMERCIAL DISTRIBUIDORA E SERVIÇOS EIRELI EPP**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 19.116.545/0001-96, IE 225.269.068.119 com sede a Avenida Miriam, 432 Sala 1 – 1º andar Bairro Centro, Município de Carapicuíba - SP CEP: 06320-000, neste ato representado pelo senhor Jefferson Gabriel da Silva, portador da cédula de identidade nº32.021.974-4 SSP/SP, inscrito no CPF nº 316.380.258-35, residente e domiciliado na Alameda América, nº 101, apto 81, TorreGeo Bairro Tamboré, Município de Santana de Parnaíba-SP.

CLAUSULA PRIMEIRA DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços visando futura aquisição de pneus novos de 1ª linha, câmara de ar e protetores de aro para manutenção da frota de veículos e máquinas pesadas da Prefeitura Municipal, para atender todas as Secretarias Municipais, conforme quantidade e especificações registradas neste instrumento.

CLAUSULA SEGUNDA DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

1.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

Razão Social:	Empresa **BIDDING CENTER COMERCIAL DISTRIBUIDORA E SERVIÇOS EIRELI EPP**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 19.116.545/0001-96, IE 225.269.068.119					
Endereço:	Avenida Miriam, 432 Sala 1 – 1º andar Bairro Centro, Município de Carapicuíba - SP CEP: 06320-000,					
Contatos:	(11) 4184 - 3138					
Representante:	Jefferson Gabriel da Silva					
Item	Especificação	Qdade	UND	Marca	Valor Unitário	Valor Total
6	PNEU 225/75 R16	124	UND	TRIANGLE/TR246	R$ 524,00	R$ 64.976,00
7	PNEU 205/75 R16	20	UND	LINGLONG/GREENMAX	R$ 515,00	R$ 10.300,00
VALOR TOTAL: 75.276,00 (Setenta e Cinco Mil Duzentos e Sessenta e Seis Reais)						

2.2. Os valores acima poderão eventualmente sofrer revisão (aumento ou decréscimos) nas seguintes hipóteses:

a) Para mais, visando restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial desta Ata, na hipótese de sobrevir fatos supervenientes imprevisíveis, ou previsíveis, porém, de conseqüências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior caso fortuito, fato do príncipe e fato da administração, nos termos do art. 65, II, "d" e § 5º da Lei 8.666/93;

b) Para menos, na hipótese do valor contratado ficar muito superior ao valor do mercado, ou, ainda, quando ocorrer o fato do príncipe previsto no art. 65, § 5º da Lei 8.666/93.

2.3. A revisão de preços será feita com fundamento em planilhas de composição de custos e/ou preço de mercado;

2.4. Nos preços supracitados estão incluídas todas as despesas relativas ao objeto contratado (tributos, seguros, encargos sociais, etc.) .

CLAUSULA TERCEIRA VALIDADE DA ATA

3.1 A validade da Ata de Registro de Preços será de *12 meses*, a partir de 25 de Julho de 2017 a 25 de Julho de 2018, não podendo ser prorrogada.

CLAUSULA QUARTA REVISÃO E CANCELAMENTO

4.1 A Administração realizará pesquisa de mercado periodicamente, em intervalos não superiores a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados nesta Ata.

4.2 Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao fornecedor.

4.3 Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o fornecedor para negociar a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

4.4 O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

4.4.1 A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

4.5 Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

4.5.1 Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

4.5.2 Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

4.6 Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação desta ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

4.7 O registro do fornecedor será cancelado quando:

4.7.1 Descumprir as condições da ata de registro de preços;

4.7.2 Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

4.7.3 Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

4.7.4 Sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão participante.

4.7.5 Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

4.7.6 Por razões de interesse públicas devidamente demonstradas e justificadas;

4.8 O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens 4.7.1, 4.7.2 e 4.7.4 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

4.9 O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

4.10. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

4.11. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

4.12. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

a. Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades da Contratada, relativas ao fornecimento.

b. Caso a Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, o seu exclusivo critério, poder suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que a contratada cumpra integralmente a condição contratual infringida.

CLÁUSULA QUINTA – DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

5.1. O gerenciamento deste instrumento caberá as Secretaria Municipal conforme abaixo:

5.1.1. **A Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura: MARCO ANTONIO DE FIGUEIREDO SILVA,** que deverá atestar os documentos da despesa, quando comprovada a fiel e correta entrega para fins de pagamento.

5.1.2. **A Secretaria Municipal de Educação – PAULO LEITE DE ARAÚJO,** que deverá atestar os documentos da despesa, quando comprovada a fiel e correta entrega para fins de pagamento.

CLÁUSULA QUARTA – DO LOCAL , PRAZO

6.1. Os materiais a serem adquiridos decorrentes do Registro de Preço, deverão ser entregues na Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura, situado na Rua Ana Feliciana, s/n, Centro – Nossa Senhora do Livramento – MT, das 07:00hs às 16:00 hs. 6.2. O material a ser adquirido do presente Registro de Preços, deverá ser entregue parceladamente de acordo com as necessidades e conveniência da **Contratante,** através das unidades administrativas, mediante emissão de Ordem de Serviço acompanhada da nota de empenho com prazo de até 3 (três) dias a partir do recebimento da Ordem de Serviço. 6.3. O objeto deste Termo de Referência será dado como recebido de acordo com o Inciso II do artigo 73 da Lei 8.666/93, da seguinte forma: 6.3.1. **Provisoriamente,** na apresentação dos produtos, acompanhados da devida Nota Fiscal, devendo neste momento ser realizada conferência inicial pelo Fiscal da contratante, e se identificada a conformidade com as especificações técnicas constantes neste Termo de Referência e na proposta. 6.3.2. **Definitivamente**: em até 3 (três) dias após o recebimento provisório e verificação da qualidade e quantidade do material e se confirmada a conformidade com as especificações técnicas constantes neste Termo de Referência e na proposta a consequente aceitação se dará através de termo circunstanciado. **6.3.3.** Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

CLAUSULA SETIMA DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

7.1. A despesa decorrente das contratações oriundas da presente Ata, correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:

Secretaria /Programa	PROJETO/ATIVIDADE	Reduzido	NATUREZA DA DESPESA	FONTE
2089	Manutenção das Atividades de Administração e Planejamento	040020	33.90.30.00 – Material de Consumo	0100
2045	Manutenção das atividades da Secretaria de Educação	050016	33.90.30.00 – Material de Consumo	0100
2216	Gestão do Transporte Escolar	050028	33.90.30.00 – Material de Consumo	0100
2102	Manutenção programa de Transporte Escolar – FUNDEB 40%	050101	33.90.30.00 – Material de Consumo	0119
2265	Manutenção do Transporte Escolar – PNATE	050032	33.90.30.00 – Material de Consumo	01150
2022	Manutenção da Secretaria de Ação Social	060006	33.90.30.00 – Material de Consumo	0100
2067	Manutenção das Atividades Hospitalar/Ambulatorial - MAC	070046	33.90.30.00 – Material de Consumo	0100
2276	Manutenção de Máquinas e Veículos	080018	33.90.30.00 – Material de Consumo	0100
2278	Recuperação, Manutenção e Construção de Estradas Vicinais	080032	33.90.30.00 – Material de Consumo	0130
2036	Manutenção Encargos da Secretaria Desenvolvimento Rural	100005	33.90.30.00 – Material de Consumo	0100

CLAUSULA OITAVA DA EXECUÇÃO DO OBJETO E FORNECIMENTO

1. 2. 3. 4. 5. 6. 7. 7.1. 7.2. 8.1. A contratante rejeitará os fornecimentos executados em desacordo com o disposto neste Termo de Referência. Se, mesmo após o recebimento definitivo, constatar-se que os fornecimentos foram executados em desacordo com o especificado, com defeito ou incompleto, os responsáveis da contratante notificarão a empresa fornecedora para que a mesma providencie a correção necessária dentro dos prazos de recebimento. 8.2. Independentemente da aceitação, a empresa fornecedora deverá garantir a qualidade dos produtos fornecidos pelo prazo da garantia, obrigando-se a substituir a suas expensas aquele que apresentar falha ou defeito no prazo estabelecido no Item 8. 8.3. Os itens mencionados neste Termo de Referência deverão ser novos, originais de fábrica, livres de quaisquer processos de recondicionamento ou remoldagem e deverão possuir certificação de qualidade do INMETRO, atendendo todas as normas da ABNT. 8.4. Os pneus deverão ser de primeira qualidade, novos, com garantia mínima contra defeitos de fabricação, não inferior a um (01) ano e especificada pelo fabricante no mesmo. 8.5. É de inteira responsabilidade da Contratada a garantia da qualidade dos pneus entregues, sob pena das sanções cabíveis. 8.6. Durante o prazo de garantia, a licitante vencedora obriga-se a substituir ou reparar, às suas expensas, qualquer produto que apresente defeito que não seja decorrente do desgaste natural ou do incorreto manuseio do produto. 8.7. Incumbe ao licitante vencedor o ônus da prova da origem do defeito. 8.8. Este instrumento não obriga à contratação, nem mesmo nas quantidades indicadas, podendo a Administração Municipal, promover a aquisição de acordo com suas necessidades, obedecida à legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro à preferência, em igualdade de condições. 8.9. Em caso de irregularidade não sanada pela CONTRATADA, a CONTRATANTE através do seu Fiscal, registrará os fatos ocorridos e encaminhará ao órgão competente para providências de penalização. 8.10. A responsabilidade pelo recebimento dos materiais solicitados ficará a cargo do servidor responsável pelo Departamento de Almoxarifado, designado pela Administração Municipal, que deverá proceder à avaliação de desempenho e atesto da nota fiscal. 8.11. A Contratada deverá assumir inteira responsabilidade pela entrega que efetuar, de acordo com as especificações constantes do Edital e anexos, bem como da respectiva proposta, obedecendo ao Código de Defesa do Consumidor quanto às condições dos pneus entregues; 8.12. Efetuar a troca imediata do material entregue, objeto desta licitação, que estiver fora das especificações contidas na proposta, ou em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, sem qualquer ônus para a adquirente. 8.13. Na hipótese de substituição, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação do Fiscal da Contratante, no prazo máximo de 03 (três) dias, contados da notificação por escrito, mantidos os preços inicialmente contratados. 8.14. Em caso de defeitos ou falhas, constatados nos produtos, a CONTRATADA terá o prazo de 24 (vinte e quatro) horas, contados a partir da comunicação feita pela CONTRATANTE, para substituir os produtos com defeitos, sob pena de ser multado em 5% (cinco porcento) do valor do contrato a cada dia que ficarem sem substituir o produto. 8.15. Os materiais deverão possuir as garantias mínimas prevista em lei, contra vícios e defeitos de fabricação, especificadas no produto. 8.16. Produtos entregues de acordo com o prazo e a garantia estabelecida de acordo com o fabricante.

CLAUSULA NONA DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes neste Termo de Referência, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda: 9.1.2. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes neste Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: *marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;* 9.1.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990); 9.1.4. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos; 9.1.5. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação; 9.1.6. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação; 9.1.7. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato. 9.1.8. A Contratada deverá se responsabilizar pela qualidade, quantidade e segurança dos produtos ofertados, não podendo apresentar deficiências técnicas, assim como pela adequação do mesmo às exigências deste Termo de referência. 9.1.9. Todos os serviços de entrega deverão estar inclusos no preço dos produtos, sem quaisquer ônus para este município. 9.1.10. Os pneus deverão possuir as garantias mínimas prevista em lei, contra vícios e defeitos de fabricação; 9.1.11. Os produtos deverão estar de acordo com as exigências do Código de Defesa do Consumidor, especialmente no tocante aos vícios de qualidade ou quantidade que os tornem impróprios ou inadequados ao uso a que se destinam ou lhes diminuam o valor, conforme diploma legal. 9.1.12. As condições de acondicionamento e transporte dos produtos devem ser conforme determina a Legislação vigente, podendo, os produtos serem devolvidos sem quaisquer ônus ao município, caso as exigências não sejam atendidas. 9.1.13. Em caso de constatação de defeito nos produtos fornecidos, a Contratada obriga-se a substituir a unidade do item em questão, no prazo 2 (dois) dias úteis, a reparar, corrigir, remover, reconstruir, ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, sem ônus adicional para a Contratante, sem o que será convocada a segunda classificada, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas nos artigos 86 a 88 da Lei 8.666/93 e artigos 20 e 56 a 80 do Código de Defesa do Consumidor. 9.1.14. É vedada a subcontratação total ou parcial dos serviços.

CLAUSULA DÉCIMA DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

10.1. São obrigações da Contratante: 10.1.1. Convocar a licitante vencedora, em conformidade com o art. 64 da Lei nº. 8.666/93, para retirar a Ordem de Fornecimento; 10.2. Emitir ordem de fornecimento estabelecendo dia, hora, quantidade, local e demais informações que achar pertinentes para o bom cumprimento do objeto; 10.3. Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais, inclusive permitindo o acesso de empregados, prepostos ou representantes da contratada em suas dependências;

10.3.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

10.3.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

10.3.3. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

10.3.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

10.3.5. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

10.3.6. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA DO REAJUSTE DE PREÇOS

11.1. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período da vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento a partir de determinação estatal, cabendo-lhe no máximo repasse do percentual determinado.

11.2. Os preços registrados que sofrerem revisão não poderá ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

11.3. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, a Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento solicitará ao fornecedor/consignatária, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo a definição do parágrafo único.

11.4. Fracassada a negociação com o primeiro colocado a Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento poderá rescindir esta ata e convocar, nos termos da legislação vigente, e pelo preço da 1ª (primeira), as demais empresas com preços registrados, cabendo rescisão desta ata de registro de preços e nova licitação em caso de fracasso ou negociação.

11.5. Será considerado compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pela Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento.

CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA DA FORMA DE PAGAMENTO

12.1 O pagamento será efetuado sem qualquer acréscimo financeiro, mediante depósito bancário, até o 5º dia útil subseqüente ao recebimento definitivo do objeto, observada a ordem cronológica estabelecida no art. 5º da Lei 8.666/93. 12.2 O pagamento será efetuado conforme Nota Fiscal, discriminada de acordo com a Ordem de Compra, e após atestado de recebimento definitivo dos produtos pelo fiscal do contrato indicado pela Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento. A nota deverá ser emitida para cada secretaria de acordo com os quantitativos especificados na Ordem de Compra. 12.3 O pagamento será creditado em favor do fornecedor através de ordem bancária, contra qualquer banco indicado na proposta, devendo para isto, ficar explicitado o nome, número da agência e o número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito. 12.4 O pagamento será feito com

a apresentação da Nota Fiscal/Fatura correspondente ao valor dos materiais do presente pregão, pelo preço da proposta adjudicada e homologada, mediante a apresentação do comprovante de regularidade referente FGTS e CND Federal e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, expedida pela Justiça do Trabalho, de acordo com o Art. 29 da Lei 8.666/93 alterada pelo Art. 3° da Lei 12.440 de 7/07/2011.

12.5 A Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento pagará à contratada, pelos materiais, os preços integrantes da proposta aprovada, ressalvada a ocorrência de imprevistos. Fica expressamente estabelecido que no preço global estão incluídos todos os custos diretos e indiretos para o fornecimento, de acordo com as condições previstas nas Especificações e nas Normas indicadas neste Edital e demais documentos da licitação, constituindo assim sua única remuneração pelos trabalhos contratados e executados.

12.6 Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

12.7 Não será efetuado o pagamento em nome de terceiros, ou em conta de Poupança, sendo que referido pagamento poderá ficar suspenso até que sejam devidamente cumpridas as exigências do Edital.

12.8 A critério da Administração poderão ser utilizados os pagamentos devidos para cobrir possíveis despesas com multas, indenizações a terceiros, ou outras de responsabilidade da Adjudicada.

12.9 Nenhum pagamento será efetuado à empresa adjudicatária enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

12.10 A Contratante não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de “factoring”.

12.11 A Contratante poderá recusar materiais de consumo quando:

12.12 Nota fiscal com especificação e quantidades em desacordo com o discriminado no edital;

12.13 Entregues em desacordo com as especificações dos requisitos do edital.

12.14 Os pagamentos serão efetuados pela tesouraria à vista de Nota Fiscal Eletrônica – NFe, apresentadas, que deverão ser enviadas para o serviço de email institucional Prefeitura a seguir: nfe@nossasenhoradolivramento.mt.gov.br, e a DANFE deverá ser emitida e acompanhar a mercadoria.

12.15 Havendo divergência ou erro na emissão da Nota Fiscal Eletrônica-NFe, modelo 55, será interrompida a contagem do prazo para fins de pagamento, sendo iniciada nova contagem somente após a regularização da referida Nota fiscal Eletrônica - NFe;

12.16 Caso o término da contagem aconteça em dias sem expediente bancário, o pagamento ocorrerá no primeiro dia útil imediatamente subseqüente.

12.17 Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, salvo se já houver retenção cautelar, ou garantia contratual, suficientes para satisfazer o valor da multa e/ou indenização devidas, sem que isso gere direito a reajustamento de preços.

CLAUSULA DÉCIMA TERCEIRA DA FORMA DE PAGAMENTO DAS PENALIDADES

13.1. O descumprimento injustificado das obrigações assumidas nos termos deste edital sujeita a contratada a multas, consoante o *caput* e § 1º do art. 86 da Lei no 8.666/93, incidentes sobre o valor da Nota de Empenho.

13.2. Na seguinte forma:

a) Atraso de até 5 (cinco) dias para retirada da ordem de fornecimento ou nota de empenho, multa de 2 % (dois por cento);

b) A partir do 6º (sexto) dia até o limite do 10º (décimo) dia, multa de 4 % (quatro por cento), caracterizando-se a inexecução total da obrigação a partir do 11º (décimo primeiro) dia de atraso.

13.3. Sem prejuízo das sanções cominadas no art. 87, I, III e IV, da Lei 8.666/93, pela inexecução total ou parcial do objeto adjudicado, a Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento poderá garantida a prévia e ampla defesa, aplicar à Contratada multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado.

13.4. Se a contratada recusar-se a retirar a nota de empenho injustificadamente ou se não apresentar situação regular no ato da feitura da mesma, garantida prévia e ampla defesa, se sujeita às seguintes penalidades:

a) Multa de até 10% sobre o valor adjudicado;

b) Suspensão temporária de participar de licitações e impedimento de contratar com a Administração Pública, por prazo de até 2 (dois) anos, e;

c) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

d) A licitante contratada que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantida prévia e ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com o Município pelo prazo de até cinco anos e, se for o caso, será descredenciado do Cadastro de Fornecedores por igual período, sem prejuízo da ação penal correspondente na forma da lei.

13.5. As multas previstas nesta seção não eximem a contratada da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar a Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento.

13.6. O artigo 14 do Decreto 3.555/2000 prevê aplicação de penalidade de impedimento de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de até 5 cinco anos ao licitante que ensejar o retardamento do certame e também comportar-se de modo inidôneo.

13.6.1. A penalidade prevista é de caráter eminentemente grave. E cabe ressaltar na forma do art. 14 do Decreto 3.555/2000 que pode vir a ser aplicada, independentemente da celebração prévia de contrato entre a Administração e o licitante. Pode a pena decorrer da própria conduta do licitante no curso do procedimento licitatório, pelo uso de artifícios e demandas meramente protelatórias, que atentem contra o principio da celeridade, apontado no *caput* do art. 4º do referido Decreto.

CLAUSULA DÉCIMA QUARTA DA FORMA DE PAGAMENTO DOS ILÍCITOS PENAIS

14.1. As infrações penais tipificadas na Lei nº 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

CLAUSULA DÉCIMA QUINTA DA FORMA DE PAGAMENTO DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I. Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.

II. Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de Pregão Eletronico nº 016/2017 e a proposta da classificada.

CLAUSULA DÉCIMA SEXTA DA FORMA DE PAGAMENTO DO FORO

16.1. As partes contratantes elegem o foro de Várzea Grande-MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente contrato, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

16.2. E por estarem de acordo, as partes firmam o presente contrato, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da **CONTRATANTE**, na forma do art. 60 da Lei nº 8.666/93.

Nossa Senhora do Livramento – MT, 25 de Julho de 2017.

CONTRATANTE:

SILMAR DE SOUZA GONÇALVES

Prefeito Municipal

CONTRATADO:

Empresa **BIDDING CENTER COMERCIAL DISTRIBUIDORA E SERVIÇOS EIRELI EPP**

CNPJ sob o nº 19.116.545/0001-96 Representado pelo senhor Jefferson Gabriel da Silva,

RG: nº32.021.974-4 SSP/SP, inscrito no CPF nº 316.380.258-35

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES

DEPARTAMENTO DE LICITAÇAO E CONTRATOS
EXTRATO DO CONTRATO Nº 081/2017

CONTRATADO: ANDERSON BALESTRIN – ME.

CNPJ: 21.669.849/0001-22

OBJETO:*Contratação de empresa para prestação de serviços continuados no ramo de assistência médica – Clínico Geral, para atendimento no Hospital Municipal, no município de Nova Bandeirantes-MT, conforme abaixo:*

Item	*Descrição*	*Formação*	*Qtd. Serviços*	*Carga horária*	*Valor Mensal*	*Valor Total (21/07/2017 à 31/12/2017)*
01	Serviços Médicos - para atendimento no Hospital Municipal	Clinico Geral	01	40 horas Segunda a Sexta Das 7:00 às 11:00 e das 13:00 às 17:00 horas	**R$** 20.000,00	**R$** 106.666,66
02	Médico Plantonista de sobreaviso – Hospital Municipal	Clinico Geral	01	10 plantões/mês de Sobreaviso a Distância 24 horas	**R$** 15.000,00	**R$** 80.000,00
				Total	**R$ 35.000,00**	**R$ 186.666,66**

VALOR GLOBAL: R$ 186.666,66 (Cento e oitenta e seis mil cento e sessenta e seis reais e sessenta e seis centavos).

DO PRAZO- DIAS 21/07/2017 A 31/12/2017

VINCULO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 038/2017

JURIDICO
DECRETO N°. 151, DE 15 DE JULHO DE 2017.

"DISPÕE SOBRE A REVOGAÇÃO DO DECRETO Nº. 122/2017"

VALDIR PEREIRA DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Nova Bandeirantes, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas no artigo 72 da Lei Orgânica do Município de Nova Bandeirantes/MT,e

CONSIDERANDO, a decisão judicial (Tutela de Urgência) exarada nos autos processo nº. 931-48.2017.811.0091, onde suspendeu os efeitos do Decreto Municipal nº. 122/2017;

DECRETA:

Art. 1° Fica REVOGADO o Decreto nº. 122/2017, com base determinação judicial proferido nos autos do processo nº. 931-48.217.811.0091, onde determina que o Prefeito Municipal de Nova Bandeirantes/MT, se abstenha de praticar atos tendentes a implantação do referido Decreto.

Art. 2º Revogam-se disposições em contrario.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Nova Bandeirantes/MT, em 15 de julho de 2017.

VALDIR PEREIRA DOS SANTOS

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE LICITAÇAO E CONTRATOS
EXTRATO DO CONTRATO Nº 082/2017

CONTRATADO: SUPREMA COMÉRCIO DE MÁQUINAS LTDA.

CNPJ: 15.671.525/0001-26

OBJETO: Aquisição patrulha mecanizada para atender as necessidades da secretaria municipal de agricultura, conforme convenio nº 837256/2016, assinado com o Ministério Da Integração Nacional da Superintendência Do Desenvolvimento Da Amazônia-SUDAM/CAIXA, composta por trator agrícola de rodas, grade aradora, carreta agrícola, plaina agrícola e um perfurador de solo.

VALOR GLOBAL: R$ 204.000,00 (vinte e sete mil reais).

DO PRAZO- 21/07/2017 A 31/12/2017

VINCULO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 039/2017

JURIDICO
PORTARIA Nº 116 DE 24 DE JULHO DE 2017.

Institui o Comitê Gestor Municipal do Programa Pró-Família, define diretrizes gerais e dá outras providências.

VALDIR PEREIRA DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Nova Bandeirantes, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do art. 72 da Lei Orgânica do Município de Nova Bandeirantes, pela presente Portaria.

Considerando o disposto da Lei Estadual 10.523, de 17 de março de 2017 que cria o programa Pró-Família e dá outras providências;

Considerando a Instrução Normativa da Secretaria de Estado de Trabalho e Assistência Social - SETAS nº 001 de 05/05/2017:

RESOLVE:

Art. 1º - Fica instituído o Comitê Gestor Municipal Pró-Família com as seguintes competências:

I - Coordenar a execução e avaliação das políticas sociais locais, pactuadas com o Conselho Municipal de Assistência Social;

II - Coordenar, articular e integrar os diversos órgãos e demais atores estratégicos para o planejamento das ações de base territorial;

III - Promover a participação e a mobilização da sociedade civil, visando o levantamento das prioridades e encaminhamentos das demandas do território visando promover a emancipação das famílias beneficiadas, na esfera Municipal;

IV - Aprovar e dar publicidade as listas de famílias beneficiárias, bem como remetê-las ao Comitê Gestor Estadual para homologação;

V -Serão elegíveis para receber o benefício às famílias que residirem no município, com renda mensal per capita de até 1/3 (um terço) do salário mínimo nacional vigente, competindo ao Comitê excepcionalizar o cumprimento do critério de renda máxima, nos casos de calamidade pública ou em situação de emergência;

VI - A seleção das famílias beneficiárias será feita por equipe de profissionais, composta por Agentes de Saúde e Assistentes Sociais dos municípios, competindo ao Comitê Municipal à aprovação dos nomes selecionados das famílias a serem atendidas pelo Programa, que serão posteriormente homologadas pelo Comitê Estadual;

Art. 2º - Elaboração do Regimento Interno de funcionamento do Comitê Gestor;

Art. 3º - O Comitê Gestor Municipal, será constituído pela Gestora Municipal de Assistência Social, Sra. Marli Martinez Molero, que presidirá, e pelos titulares e suplentes dos seguintes órgãos / instituições / associações:

a) Membros do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS; b) Representantes de Secretarias Municipais estratégicas para o desenvolvimento do Programa; c) Representantes de instituições não governamentais; d) Representações da sociedade, que formalizaram a adesão ao Programa Estadual, desde que haja representação no município. **§ 1º -** Caberá a Presidente do Comitê Municipal, Gestora Municipal de Assistência Social, o convite para que as instituições e órgãos que comporão o Comitê façam a indicação de sias representações, titulares e suplentes. **§ 2º -** A presidente do Comitê Municipal, Gestora Secretária Municipal de Assistência Social, deverá fazer ato de nomeação e dar publicidade à composição do Comitê, bem como convocará a primeira reunião dos seus membros no prazo de (quinze) dias, a contar da publicação dessa Portaria. **Art. 4º -** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Cumpra-se e publique-se. Nova Bandeirantes, em 24 de julho de 2017. **Valdir Pereira dos Santos Prefeito Municipal de Nova Bandeirantes**

JURIDICO
DECRETO N°. 152, DE 24 DE JULHO DE 2017.

"DISPÕE SOBRE A CONVOCAÇÃO ORDINÁRIA DA 1ª CONFERENCIA MUNICIPAL DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE"

VALDIR PEREIRA DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Nova Bandeirantes, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei,e

CONSIDERANDO, o disposto na Resolução nº. 535, de 19 de agosto de 2016 que dispõe sobre a 1ª Conferencia Nacional de Vigilância em Saúde, convocada pelo Ofício Circular nº. 157/SE/CNS/GM/MS;

DECRETA:

Art. 1° Fica Convocada a 1ª Conferencia Municipal de Vigilância em Saúde de Nova Bandeirantes/MT, que tem por objetivo analisar as prioridades constantes no Documento Orientador e elaborar propostas para o fortalecimento dos programas e ações de vigilância em saúde.

Art. 2º A 1ª Conferencia Municipal de Vigilância em Saúde de Nova Bandeirantes/MT, realizar-se-á no dia 23 de agosto de 2017.

Art. 3º A Comissão Organizadora será coordenada pelo Presidente e pela Vice-Presidente do Conselho Municipal de Saúde, nos termos § 1º do Art. 4º da Resolução nº. 535/2016.

Art. 4º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Nova Bandeirantes/MT, em 24 de julho de 2017.

VALDIR PEREIRA DOS SANTOS

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE LICITAÇAO E CONTRATOS
ORDEM DE SERVIÇO CONTRATO Nº 077/2017 CARTA CONVITE Nº 002/2017

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES-MT, através do Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, em conformidade com a CARTA CONVITE Nº 002/2017, determina à empresa **P1 ASSESSORIA PUBLICA E EMPRESARIAL LTDA-EPP**, com CNPJ/MF nº 17.504.585/0001-80, com sede na Avenida Historiador Rubens de Mendonça nº 1856, Bairro Bosque da Saúde, CEP: 78.050-000, na cidade de Cuiabá-MT, supracitada que, após ciência dos termos desta ORDEM DE SERVIÇOS-O.S., inicie os serviços de Contratação de empresa especializada na prestação de serviço de **elaboração de projetos e prestação de serviços de engenharia para atender as necessidades do Município de Nova Bandeirantes/MT**, conforme especificação dos serviços constantes no Edital de Convite nº 002/2017, tal qual descrito no contrato.

Nova Bandeirantes, MT 25 de julho de 2017.

_____

VALDIR PEREIRA DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILÂNDIA

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 240/2017, DE 10 DE JULHO DE 2017.

"*DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE ENQUADRAMENTO DA SERVIDORA EFETIVA NEUZA COSTA JERONIMO".*

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE NOVA BRASILÂNDIA, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições privativas que confere o disposto nos Artigos nº 6º e 48º da Lei Complementar nº 326/2007 de 27 de julho de 2007;

RESOLVE

Art.1° CONCEDER ENQUADRAMENTO FUNCIONAL a Servidora Pública Municipal, conforme abaixo relacionado, a partir de 10 de Julho de 2017.

Secretaria Municipal de Administração		
Nome	**Cargos**	**Nível**
Neuza Costa Jeronimo	Professora	Nível 09-C

Art. 2º **-** Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, surtindo efeitos a partir desta data 10 de Julho de 2017.

Art. 3º - *Revogam-se as disposições em contrário.*

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita, em 10 de Julho de 2017.

MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA

Prefeita de Nova Brasilândia

A presente Portaria foi publicada e registrado na Secretaria Municipal de Administração na data supra, na forma da Lei.

SÈRGIO RIBEIRO DE ALMEIDA

Secretário Municipal de Administração

Portaria n° 204/2017

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 241/2017, DE 10 DE JULHO DE 2017.

"*DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE ENQUADRAMENTO DA SERVIDORA EFETIVA NIMERCIA FERREIRA DA SILVA".*

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE NOVA BRASILÂNDIA, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições privativas que confere o disposto nos Artigos nº 6º e 48º da Lei Complementar nº 326/2007 de 27 de julho de 2007;

RESOLVE

Art.1° CONCEDER ENQUADRAMENTO FUNCIONAL a Servidora Pública Municipal, conforme abaixo relacionado, a partir de 10 de Julho de 2017.

Secretaria Municipal de Administração		
Nome	**Cargos**	**Nível**
Nimercia Ferreira da Silva	Professora	Nível 04-C

Art. 2º **-** Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, surtindo efeitos a partir desta data 10 de Julho de 2017.

Art. 3º - *Revogam-se as disposições em contrário.*

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita, em 10 de Julho de 2017.

MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA

Prefeita de Nova Brasilândia

A presente Portaria foi publicada e registrado na Secretaria Municipal de Administração na data supra, na forma da Lei.

SÈRGIO RIBEIRO DE ALMEIDA

Secretário Municipal de Administração

Portaria n° 204/2017

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 242/2017, DE 10 DE JULHO DE 2017.

"*DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE ENQUADRAMENTO DO SERVIDOR EFETIVO OZIMAR PACIFICO MIRANDA".*

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE NOVA BRASILÂNDIA, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições privativas que confere o disposto no parágrafo 1º do Artigo 29º e Artigo nº 19 da Lei Complementar nº. 325/2007 de 27 de julho de 2007;

RESOLVE

Art.1° CONCEDER ENQUADRAMENTO FUNCIONAL o Servidor Público Municipal, conforme abaixo relacionado, a partir de 10 de Julho de 2017.

Secretaria Municipal de Administração		
Nome	**Cargos**	**Nível**
Ozimar Pacifico Miranda	Operador de Pa Carregadeira	Nível 10-C

Art. 2º **-** Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, surtindo efeitos a partir desta data 10 de Julho de 2017.

Art. 3º - *Revogam-se as disposições em contrário.*

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita, em 10 de Julho de 2017.

MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA

Prefeita de Nova Brasilândia

A presente Portaria foi publicada e registrado na Secretaria Municipal de Administração na data supra, na forma da Lei.

SÈRGIO RIBEIRO DE ALMEIDA

Secretário Municipal de Administração

Portaria n° 204/2017

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 243/2017, DE 10 DE JULHO DE 2017.

"*DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS DA SERVIDORA VILMA SANTOS OLIVEIRA".*

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE NOVA BRASILÂNDIA, Estado de Mato Grosso,**,** no uso das atribuições que lhe são concedidas por Lei e considerando o Artigo 67, da Lei nº 324/2007 de 27 de julho de 2007.

R E S O L V E:

Artigo 1º - Conceder a Servidora **Srª. VILMA SANTOS OLIVEIRA – Agente Comunitário de Saúde,** lotada na Secretaria Municipal de Saúde, 30 (trinta) dias Férias regulamentares, referente ao período aquisitivo de 06/07/2015 a 05/07/2016, a partir de 13 de julho de 2017.

Art. 2º **-** Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, surtindo efeitos a partir desta data 13 de Julho de 2017.

Art. 3º - *Revogam-se as disposições em contrário.*

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita, em 10 de Julho de 2017.

MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA

Prefeita de Nova Brasilândia

A presente Portaria foi publicada e registrado na Secretaria Municipal de Administração na data supra, na forma da Lei.

SÈRGIO RIBEIRO DE ALMEIDA

Secretário Municipal de Administração

Portaria n° 204/2017

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 235/2017, DE 03 DE JULHO DE 2017.

"*DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS DO SERVIDOR EFETIVO SAULO NAKAMURA".*

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE NOVA BRASILÂNDIA, Estado de Mato Grosso,**,** no uso das atribuições que lhe são concedidas por Lei e considerando o Artigo 67, da Lei nº 324/2007 de 27 de julho de 2007.

R E S O L V E:

Artigo 1º - Conceder o Servidor Efetivo **Srº Saulo Nakamura– Engenheiro Civil,** lotado na Secretaria Municipal de Administração, 30 (trinta) dias Férias regulamentares, referente ao período aquisitivo de 25/05/2016 a 25/05/2017, a partir de 21 de Junho de 2017.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, surtindo efeitos a partir desta data 21 de Junho de 2017.

Art. 3º - *Revogam-se as disposições em contrário.*

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita, em 03 de Julho de 2017.

MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA

Prefeita de Nova Brasilândia

A presente Portaria foi publicada e registrado na Secretaria Municipal de Administração na data supra, na forma da Lei.

SÈRGIO RIBEIRO DE ALMEIDA

Secretário Municipal de Administração

Portaria n° 204/2017

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 236/2017, DE 03 DE JULHO DE 2017.

"*DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS DO SERVIDOR EFETIVO CELIO MARTINS DA SILVA".*

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE NOVA BRASILÂNDIA, Estado de Mato Grosso,**,** no uso das atribuições que lhe são concedidas por Lei e considerando o Artigo 67, da Lei nº 324/2007 de 27 de julho de 2007.

R E S O L V E:

Artigo 1º - Conceder ao Servidor Efetivo **Sr. Celio Martins da Silva – Motorista CAT D,** lotado na Secretaria Municipal de Saúde, 30 (trinta) dias Férias regulamentares, referente ao período aquisitivo de 19/06/2015 a 19/06/2017, a partir de 03 de Julho de 2017.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, surtindo efeitos a partir desta data 03 de Julho de 2017.

Art. 3º - *Revogam-se as disposições em contrário.*

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita, em 03 de Julho de 2017.

MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA

Prefeita de Nova Brasilândia

A presente Portaria foi publicada e registrado na Secretaria Municipal de Administração na data supra, na forma da Lei.

SÈRGIO RIBEIRO DE ALMEIDA

Secretário Municipal de Administração

Portaria n° 204/2017

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 237/2017, DE 10 DE JULHO DE 2017.

"*DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS DO SERVIDOR EFETIVO ROMILDO JANUARIO MENDES".*

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE NOVA BRASILÂNDIA, Estado de Mato Grosso,**,** no uso das atribuições que lhe são concedidas por Lei e considerando o Artigo 67, da Lei nº 324/2007 de 27 de julho de 2007.

R E S O L V E:

Artigo 1º - Conceder o Servidor Efetivo **Srº Romildo Januário Mendes – Agente de Saúde,** lotado na Secretaria Municipal de Saúde, 30 (trinta) dias Férias regulamentares, referente ao período aquisitivo de 01/01/2015 a 01/01/2016, a partir de 10 de Julho de 2017.

Art. 2º **-** Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, surtindo efeitos a partir desta data 10 de Julho de 2017.

Art. 3º - *Revogam-se as disposições em contrário.*

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita, em 10 de Julho de 2017.

MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA

Prefeita de Nova Brasilândia

A presente Portaria foi publicada e registrado na Secretaria Municipal de Administração na data supra, na forma da Lei.

SÈRGIO RIBEIRO DE ALMEIDA

Secretário Municipal de Administração

Portaria n° 204/2017

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 238/2017, DE 10 DE JULHO DE 2017.

"*DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS DA SERVIDORA EFETIVA LUCINEIDE CARNEIRO XAVIER".*

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE NOVA BRASILÂNDIA, Estado de Mato Grosso,**,** no uso das atribuições que lhe são concedidas por Lei e considerando o Artigo 67, da Lei nº 324/2007 de 27 de julho de 2007.

R E S O L V E:

Artigo 1º - Conceder a Servidora Efetiva **Srª Lucineide Carneiro Xavier – Farmacêutica,** lotada na Secretaria Municipal de Saúde, 30 (trinta) dias Férias regulamentares, referente ao período aquisitivo de 28/02/2016 a 028/02/2017, a partir de 17 de Julho de 2017.

Art. 2º **-** Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, surtindo efeitos a partir desta data 17 de Julho de 2017.

Art. 3º - *Revogam-se as disposições em contrário.*

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita, em 10 de Julho de 2017.

MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA

Prefeita de Nova Brasilândia

A presente Portaria foi publicada e registrado na Secretaria Municipal de Administração na data supra, na forma da Lei.

SÈRGIO RIBEIRO DE ALMEIDA

Secretário Municipal de Administração

Portaria n° 204/2017

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 239/2017, DE 10 DE JULHO DE 2017.

"*DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS DA SERVIDORA EFETIVA KARITA JANAINA CARNEIRO FERNANDES".*

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE NOVA BRASILÂNDIA, Estado de Mato Grosso**,** no uso das atribuições que lhe são concedidas por Lei e considerando o Artigo 67, da Lei nº 324/2007 de 27 de julho de 2007.

R E S O L V E:

Artigo 1º - Conceder a Servidora Efetiva **Srª Karita Janaina Carneiro Fernandes – Tec de Enfermagem,** lotada na Secretaria Municipal de Saúde, 30 (trinta) dias Férias regulamentares, referente ao período aquisitivo de 18/02/2016 a 18/02/2017, a partir de 20 de Julho de 2017.

Art. 2º **-** Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, surtindo efeitos a partir desta data 20 de Julho de 2017.

Art. 3º - *Revogam-se as disposições em contrário.*

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita, em 10 de Julho de 2017.

MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA

Prefeita de Nova Brasilândia

A presente Portaria foi publicada e registrado na Secretaria Municipal de Administração na data supra, na forma da Lei.

SÈRGIO RIBEIRO DE ALMEIDA

Secretário Municipal de Administração

Portaria n° 204/2017

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 244/2017, DE 10 DE JULHO DE 2017.

"*DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS DO SERVIDOR EFETIVO TARCISIO ARAUJO VENTURA".*

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE NOVA BRASILÂNDIA, Estado de Mato Grosso,**,** no uso das atribuições que lhe são concedidas por Lei e considerando o Artigo 67, da Lei nº 324/2007 de 27 de julho de 2007.

R E S O L V E:

Artigo 1º -Conceder o Servidor Efetivo **Srº. TARCISIO ARAUJO VENTURA – Motorista Categoria D,** lotada na Secretaria Municipal de Infra Estrutura, 30 (trinta) dias Férias regulamentares, referente ao período aquisitivo de 20/04/2016 a 20/04/2017, a partir de 17 de Julho de 2017.

Art. 2º **-** Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, surtindo efeitos a partir desta data 17 de Julho de 2017.

Art. 3º - *Revogam-se as disposições em contrário.*

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita, em 10 de Julho de 2017.

MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA

Prefeita de Nova Brasilândia

A presente Portaria foi publicada e registrado na Secretaria Municipal de Administração na data supra, na forma da Lei.

SÈRGIO RIBEIRO DE ALMEIDA

Secretário Municipal de Administração

Portaria n° 204/2017

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 245/2017, DE 03 DE JULHO DE 2017.

"*DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS DA SERVIDORA EFETIVA TEREZINHA DE*

CARVALHO OLIVEIRA".

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE NOVA BRASILÂNDIA, Estado de Mato Grosso,**,** no uso das atribuições que lhe são concedidas por Lei e considerando o Artigo 67, da Lei nº 324/2007 de 27 de julho de 2007.

R E S O L V E:

Artigo 1º - Conceder a Servidora Efetiva **Srª Terezinha de Carvalho Oliveira – Tec. De Enfermagem,** lotada na Secretaria Municipal de Saúde, 30 (trinta) dias Férias regulamentares, referente ao período aquisitivo de 06/07/2016 a 06/06/2017, a partir de 03 de Julho de 2017.

Art. 2º **-** Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, surtindo efeitos a partir desta data 03 de Julho de 2017.

Art. 3º - *Revogam-se as disposições em contrário.*

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita, em 03 de Julho de 2017.

MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA

Prefeita de Nova Brasilândia

A presente Portaria foi publicada e registrado na Secretaria Municipal de Administração na data supra, na forma da Lei.

SÈRGIO RIBEIRO DE ALMEIDA

Secretário Municipal de Administração

Portaria n° 204/2017

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 247/2017, DE 20 DE JULHO DE 2017.

"*DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS DA SERVIDORA EFETIVA SONIA DE OLIVEIRA DA COSTA".*

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE NOVA BRASILÂNDIA, Estado de Mato Grosso,**,** no uso das atribuições que lhe são concedidas por Lei e considerando o Artigo 67, da Lei nº 324/2007 de 27 de julho de 2007.

R E S O L V E:

Artigo 1º - Conceder a Servidora Efetiva **Srª. SONIA DE OLIVEIRA DA COSTA – Secretária Escolar da Escola Municipal Nova Filândia,** lotada na Secretaria Municipal de Educação, 30 (trinta) dias Férias regulamentares, referente ao período aquisitivo de 09/10/2014 a 09/10/2015.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, surtindo efeitos a partir desta data 03 de julho de 2017.

Art. 3º - *Revogam-se as disposições em contrário.*

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita, em 03 de Julho de 2017.

MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA

Prefeita de Nova Brasilândia

A presente Portaria foi publicada e registrado na Secretaria Municipal de Administração na data supra, na forma da Lei.

SÈRGIO RIBEIRO DE ALMEIDA

Secretário Municipal de Administração

Portaria n° 204/2017

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 250/2017, DE 24 DE JULHO DE 2017.

"*Retorno de licença medica a Servidora Efetiva Divina Rodrigues de Farias''*

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE NOVA BRASILÂNDIA, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições privativas que confere no disposto no art. 76 e seus incisos da Lei nº 324/2007 de 27 de julho de 2007.

R E S O L V E:

Artigo 1º - Retornaràs atividades normais a servidora efetiva **Srª DIVINA RODRIGUES DE FARIAS**– **PROFESSORA**, lotada na Secretaria Municipal de Educação, que se encontrava de Licença Médica.

Art. 2º **-** Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação**,** surtindo os seus efeitos a partir de 28 de junho de 2017.

Art. 3º - *Revogam-se as disposições em contrário.*

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita, em 24 de Julho de 2017.

MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA

Prefeita de Nova Brasilândia

A presente Portaria foi publicada e registrado na Secretaria Municipal de Administração na data supra, na forma da Lei.

SÈRGIO RIBEIRO DE ALMEIDA

Secretário Municipal de Administração

Portaria n° 204/2017

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 251/2017, DE 24 DE JULHO DE 2017.

"*Retorno de licença medica a Servidora Efetiva Rosimar Pereira das Neves''*

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE NOVA BRASILÂNDIA, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições privativas que confere no disposto no art. 76 e seus incisos da Lei nº 324/2007 de 27 de julho de 2007.

R E S O L V E:

Artigo 1º - Retornaràs atividades normais a servidora efetiva **Srª ROSIMAR PEREIRA DAS NEVES**– **Tec. Adm Educacional**, lotada na Secretaria Municipal de Educação, que se encontrava de Licença Médica.

Art. 2º **-** Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação**,** surtindo os seus efeitos a partir de 11 de julho de 2017.

Art. 3º - *Revogam-se as disposições em contrário.*

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita, em 24 de Julho de 2017.

MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA

Prefeita de Nova Brasilândia

A presente Portaria foi publicada e registrado na Secretaria Municipal de Administração na data supra, na forma da Lei.

SÈRGIO RIBEIRO DE ALMEIDA

Secretário Municipal de Administração

Portaria n° 204/2017

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 252/2017, DE 24 DE JULHO DE 2017.

"*Retorno de licença medica a Servidora Efetiva Talita Fernanda Teodoro da Cruz''*

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE NOVA BRASILÂNDIA, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições privativas que confere no disposto no art. 76 e seus incisos da Lei nº 324/2007 de 27 de julho de 2007.

R E S O L V E:

Artigo 1º - Retornaràs atividades normais a servidora efetiva **Srª TALITA FERNANDA TEODORO DA CRUZ – ENGENHEIRA AGRÔNOMA**, lotada na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Agrário, que se encontrava de Licença Médica.

Art. 2º **-** Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação**,** surtindo os seus efeitos a partir de 24 de julho de 2017.

Art. 3º - *Revogam-se as disposições em contrário.*

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita, em 24 de Julho de 2017.

MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA

Prefeita de Nova Brasilândia

A presente Portaria foi publicada e registrado na Secretaria Municipal de Administração na data supra, na forma da Lei.

SÈRGIO RIBEIRO DE ALMEIDA

Secretário Municipal de Administração

Portaria n° 204/2017

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 253/2017, DE 24 DE JULHO DE 2017.

"*DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS DA SERVIDORA EFETIVA EDILEUZA GOMES MARES".*

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE NOVA BRASILÂNDIA, Estado de Mato Grosso,**,** no uso das atribuições que lhe são concedidas por Lei e considerando o Artigo 67, da Lei nº 324/2007 de 27 de julho de 2007.

R E S O L V E:

Artigo 1º - Conceder a Servidora Efetiva **Srª. EDILEUZA GOMES MARES – Agente de Limpeza Publica,** lotada na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Agrário e meio Ambiente 30(trinta) dias Férias regulamentares, referente ao período aquisitivo de 01/09/2015 a 01/09/2016.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, surtindo efeitos a partir desta data 17 de julho de 2017.

Art. 3º - *Revogam-se as disposições em contrário.*

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita, em 24 de Julho de 2017.

MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA

Prefeita de Nova Brasilândia

A presente Portaria foi publicada e registrado na Secretaria Municipal de Administração na data supra, na forma da Lei.

SÈRGIO RIBEIRO DE ALMEIDA

Secretário Municipal de Administração

Portaria n° 204/2017

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 254/2017, DE 24 DE JULHO DE 2017.

"*DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS DA SERVIDORA EFETIVA VERA LUCIA ALVES PINTO".*

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE NOVA BRASILÂNDIA, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são concedidas por Lei e considerando o Artigo 67, da Lei nº 324/2007 de 27 de julho de 2007.

R E S O L V E:

Artigo 1º - Conceder a Servidora Efetiva **Srª. VERA LUCIA ALVES PINTO – Contadora** lotada na Secretaria Municipal de Economia e Finanças 30(trinta) dias Férias regulamentares, referente ao período aquisitivo de 10/04/2016 a 10/04/2017.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, surtindo efeitos a partir desta data 03 de julho de 2017.

Art. 3º - *Revogam-se as disposições em contrário.*

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita, em 24 de Julho de 2017.

MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA

Prefeita de Nova Brasilândia

A presente Portaria foi publicada e registrado na Secretaria Municipal de Administração na data supra, na forma da Lei.

SÈRGIO RIBEIRO DE ALMEIDA

Secretário Municipal de Administração

Portaria n° 204/2017

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 249/2017, 21 DE JULHO DE 2017.

"DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DA COMISSÃO ESPECIAL PARA SUPERVISIONAR E ACOMPANHAR A REALIZAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO".

A Senhora Prefeita Municipal de Nova Brasilândia do Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Artigo 1º. Nomear a **Comissão Especial para supervisionar e acompanhar a realização do Processo Seletivo** da Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia-MT.

Artigo 2º. Fica constituída Comissão encarregada de promover, supervisionar e acompanhar o Processo Seletivo destinado à seleção de candidatos para substituição e formação de cadastro de reserva, ficando designados para sua composição os seguintes servidores:

1. Junior Aparecido de Oliveira – Matrícula nº **4143** – Cargo: **Professor** – ***Presidente****;*

2. Marli Teline Arruda – Matrícula nº **4611** – Cargo: **Assessora Coordenadora do CRAS** – ***Secretaria***;

3. Júlio Cesar Bonfim Lopes – Matrícula nº **3009** - Cargo: **Agente Administrativo** – ***Membro***;

4. Eriédina Pinheiro dos Santos – Matrícula nº **3070** - Cargo: **Ag. Administrativo** – ***Suplente***;

Artigo 3º. Fica autorizada a Comissão do Processo Seletivo, baixar edital e adotar todas as providências necessárias à realização do processo, bem como fiscalizar, supervisionar e dar apoio aos atos da Empresa Contratada e a análise e decisão quanto a eventuais recursos interpostos, mediante parecer emitido pela Empresa contratada.

Artigo 4º. O Processo Seletivo reger-se á pelas disposições específicas do Edital, cabendo à Comissão decidir sobre os casos eventualmente omissos em conjunto com a empresa contratada para realizar o certame.

Artigo 5º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário e será extinta após a homologação do Processo Seletivo.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita, em 21 de julho de 2017.

MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA

Prefeita de Nova Brasilândia

A presente Portaria foi publicada e registrado na Secretaria Municipal de Administração na data supra, na forma da Lei.

SÈRGIO RIBEIRO DE ALMEIDA

Secretário Municipal de Administração

Portaria n° 204/2017

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO - PREGÃO Nº 019/207

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: **PREGÃO PRESENCIAL Nº.019/2017**

TIPO: **MENOR PREÇO GLOBAL**

A Comissão Permanente de Pregão da Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia/MT, torna – se público aos interessados que o Pregão Presencial N°.019/2017, Objeto: visando **AQUISIÇÃO DE PATRULHA MECANIZADA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, CONFORME CONVÊNIO Nº.841265/2016, ASSINADO COM O MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL MI SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA-SUDAM/ CAIXA, COMPOSTA POR TRATOR AGRÍCOLA, GRADE ARADORA, PLAINA AGRÍCOLA E ROÇADEIRA DE ARRASTO,** observado as especificações contidas noTermo de Referência deste edital e em seus anexos, cuja abertura ocorreu no dia 24 de Julho de 2017, as 08:00 sagrou – se vencedora a empresa; **SUPREMA COMERCIO DE MAQUINAS LTDA,** Com uma proposta no Valor Global de **R$ 221.000,00** (DUZENTOS E VINTE E UM MIL REAIS).

Nova Brasilândia – MT, 24 de Julho de 2017.

_____

Cíntia Karine Carvalho dos Santos

Pregoeira

Portaria: 152/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA GUARITA

ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº. 038/17/SMA/PMNG.

PROCESSO Nº. 738/2017

PRAZO: 24/07/17 A 31/12/17

CONTRATADO: COMPAV ENGENHARIA E OBRAS LTDA - ME

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS PARA ELABORAÇÃO DE PROJETO DE ENGENHARIA OBJETIVANDO A RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS NOS ASSENTAMOS RURAIS NOVO HORIZONTE E RECANTO VERDE, NESTE MUNICÍPIO DE NOVA GUARITA – MT.

VALOR: R$ 31.500,00 (GLOBAL)

DOTAÇÃO: ELEMENTO: 33.90.39.00.00.00; FUNCIONAL PROGRAMÁTICO: 04.122.0003.2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA GUARITA – MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LACERDA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS
AVISO DE INEXIGIBILIDADE Nº 005/2017

AVISO DE INEXIGIBILIDADE Nº 005/2017

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 71/2017

O Poder Público Municipal torna pública a Inexigibilidade de Licitação referente à Contratação de empresa para fornecimento e prestação de serviços de telefonia fixa e internet ADSL (VELOX).

Empresa: OI S.A

Valor total contratado: R$ **147.600,00 (Cento e quarenta e sete mil seiscentos reais)**

Fundamento legal: Lei nº 8.666/93, e suas alterações introduzidas pela lei 8.883/94 em especial o disposto no art. 25, *CAPUT,*e *§1º do art.91 da lei 9.472 de 16 de julho de 1997*

Nova Lacerda-MT, 25 de julho de 2017.

Uilson Jose da Silva

Prefeito

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS
AVISO DE RESULTADO DA LICITAÇÃO 43/2017

AVISO DE RESULTADO DA LICITAÇÃO 43/2017

PROC. LICITATÓRIO: 64/2017 PREGÃO PRESENCIAL: 43/2017

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Nova Lacerda-MT

CONTRATADO: MICHAEL FERRAZ DO NASCIMENTO -ME

OBJETO: Contratação de Micro empresa localizada na capital Cuiabá-MT, especializada em prestação de serviço de hospedagem, transporte e alimentação de pacientes de Nova Lacerda que se deslocam até a capital para realização de exames e tratamentos médico.

PRAZO: 12 Meses, a partir de 04 de Julho 2017

VALOR:R$

185.000,00 (cento e oitenta e cinco mil reais)

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LACERDA –MT, 25 de Julho de 2017

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS
DISPENSA LICITAÇÃO Nº 014/2017

DISPENSA LICITAÇÃO Nº 014/2017

A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Nova Lacerda- MT, torna público aos interessados a **Contratação de empresa para fornecimento ou Suprimento de Energia Elétrica, conforme Carta de Exclusividade, atendendo as necessidades da Prefeitura Municipal de Nova Lacerda**.

Favorecida: ENERGISA MATO GROSO DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A

R$ 612.000,00 (Seiscentos e doze mil reais)

FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 24, Inciso XXII da Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

Nova Lacerda- MT 25 de julho de 2017.

Uilson Jose da Silva

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 035/2017

PROC. LICITATÓRIO: 068/2017 PREGÃO PRESENCIAL:047/2017

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Nova Lacerda-MT

OBJETO: Registro de preço para futura e eventual contratação de empresa especializada para prestar serviços Médicos Oftalmológico incluindo consultas, exames e procedimentos cirúrgicos, para atender a demanda do município..

PRAZO: 12 Meses, a partir de 25 de Julho 2017

CONTRATADO:

RONDOTANQUES EQUIPAMENTOS RODOVIARIOS INDUSTRIA E COMERCIO E

VALOR TOTAL: – R$ 57.000,00(cinqüenta e sete mil reais)

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LACERDA –MT, 25 Julho de 2017

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 031/2017

PROC. LICITATÓRIO: 063/2017 PREGÃO PRESENCIAL:042/2017

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Nova Lacerda-MT

OBJETO Registro de preço para futura e eventual Contratação de empresa para execução de Serviços Gráficos, para atender as Secretarias e Departamentos da prefeitura Municipal de Nova Lacerda

PRAZO: 12 Meses, a partir de 12 de Julho 2017

CONTRATADO:

C.P. DA SILVA SERVIÇOS DE GRAFICA-ME 45.082,20

RM DAS NEVES & CIA LTDA - ME 36.973,50

S J ART'S GRAFICA LTDA - ME 117.045,20

VALOR TOTAL: – R$ 199.100,90 (cento e noventa e nove mil cem reais e noventa centavos**)**

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LACERDA –MT, 25 Julho de 2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA MUNICIPAL Nº 229/2017

EMENTA: NOMEIA O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL PARA O BIÊNIO 2017/2019 DESTE MUNICÍPIO DE NOVA MARILÂNDIA – MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JUVENAL ALEXANDRE DA SILVA,PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E EM CONFORMIDADE NOS TERMOS DISPOSTO NA LEI MUNICIPAL Nº. 529/2009 DE 09 DE JUNHO DE 2009, EXPEDE A SEGUINTE PORTARIA:

R E S O L V E N D O:

Art. 1º - NOMEAR O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL identificado pela sigla - **CMAS-NM,** que ficará composta pelos seguintes membros na seguinte ordem:

GOVERNAMENTAL	
ENTIDADE /ÓRGÃO	**REPRESENTANTES**
Secretaria Municipal de Assistência Social	**DANILAINY DE CASTRO GUERINO** - (Titular) **RG:** 589437266 – SSP/MT **Endereço**: Rua das Bromélias, S/N° – Planalto – Nova Marilândia – MT.
	MARILUCE HELENA DE GOES POSSOBOM MAFA - (Suplente) **RG:** 3082057-0 – SSP/MT **End:** FAZENDA MAFA ROD MT 160 KM 12 – RODOVIA MT 160 - Nova Marilândia-MT
Secretaria Municipal de Educação, Cultura Esporte e Turismo	**NELI TEREZINHA GARBIN MIGNONI -** (Titular) **RG:** 1889961 – SSP/RS **End:** Ruas das Orquídeas, Nº 332 – Planalto, Nova Marilândia-MT.
	MARLY MARIA DALFIOR DE MOURA - (Suplente) **RG:** 0775345-4 - SSP/MT **End:** Avenida André Maggi S/Nº, Planalto - Nova Marilândia-MT.
Secretaria Municipal de Saúde	**RAYANY CRISTINA RINALDI -** (Titular) **RG:** 1858198-6 SSP/MT **End**: Av. Mato Grosso – Centro, Nova Marilândia-MT
	WELLYKA FABIANE DE ARRUDA NASCIMENTO - (Suplente)

	RG: 1796996-30 SSP/MT **End.:** Rua Aparício Soares dos Santos, S/N° – Bairro: Bela Vista – Arenápolis – MT.
Secretaria de Fazenda	**VANESSA DA SILVA LEITE MULINÁRIO -** (Titular) **RG:** 1674402-0 - SSP/MT **End.:** Sitio São José, Estrada do Parecis, km: 01, Nova Marilândia-MT
	RAYENDER IZIDORIO MULINARIO - (Suplente) **RG:** 1843679-0 – SSP/MT **End:** Rua Minas Gerais, N º 260 – Centro, Nova Marilândia-MT.
Secretaria Municipal de Administração	**WALDIRENE FERREIRA DA SILVA -** (Titular) **RG:** 1538316-4 – SSP/MT **End:** Rua Marechal Rondon, Nº 304 – Centro, Nova Marilândia-MT.
	DEVANIRA DA SILVA LEITE - (Suplente) **RG:** 966 748 - SSP/MT **End.:** Rua das Bromélias, Nº 1180 W - Jardim Planalto - Nova Marilândia-MT.
SOCIEDADE CIVIL	
Usuários da Assistência Social	**MARIA DAS GRAÇAS DA COSTA -** (Titular) **RG:** 9176764 – SSP/MT **End:** Rua João Jacinto, S/Nº - Planalto, Nova Marilândia-MT.
	SEBASTIANA GUMERCINDO DO ROSÁRIO (Suplente) RG: 14389509 – SSP/MT Endereço: Rua das Bromélias, Nº 80 – Planalto – Nova Marilândia – MT.
	CELITO DA PAIXÃO FERREIRA PORTO - (Titular) **RG:** 7755995 - SSP/MT **End:** Rua das Orquídeas, S/Nº – Planalto, Nova Marilândia-MT.
	CLEUZA RODRIGUES SOUZA SILVA - (Suplente) **RG:** 10489754 - SSP/MT **End:** Rua das Bromélias, S/Nº – Planalto, Nova Marilândia-MT
Pastoral da Criança	**NATALINA MARIA DA SILVA -** (Titular) **RG:** 12198455 - SSP/MT **End:** Rua das Bromélias, Nº 23 – Planalto, Nova Marilândia-MT
	TEREZA ROSA RIBEIRO - (Suplente) **RG:** 379550 - SSP/MT **End:** Rua Bahia, Nº 365 – Centro, Nova Marilândia – MT.
Igreja Católica	**TATIANA ROGERIA SILVA** **RG:** 1201329-3 – SJ/MT **End:** Avenida Blairo Maggi, S/Nº - Planalto – Nova Marilândia – MT.
Igreja Assembleia de Deus	**EDSON CANDIDO DA SILVA** **RG:** 993034-5 - SSP/MT **End**: Rua Flor de Tubarão, S/Nº – Planalto – Nova Marilândia – MT.
Trabalhadores da Área da Assistência Social	**MARIA APARECIDA FERNANDES PICALHO –** (Titular) **RG:** 03971279 – SSP/MT **End:** Rua Pernambuco, S/Nº – Centro, Nova Marilândia-MT.
	WILLIAN DOUGLAS DA SILVA ALESSIO (Suplente) **RG:** 18841724 - SSP/MT **End.:** Rua Pedro Nunes Barroso, Nº 1000 – Primavera – Arenápolis - MT.

Art. 2º - Compete ao Conselho de que trata esta Portaria, o cumprimento das normas da Lei Municipal nº. **529/2009**, c/c as demais alterações que lhe forem dadas.

Art. 3º - Os Membros ora nomeados, ***não*** serão remunerados pelos exercícios de suas respectivas funções.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE.

PAÇO MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS VINTE E UM DIAS DO MÊS DE JULHO DO ANO DE 2017. 21/07/2017

JUVENAL ALEXANDRE DA SILVA

PREFEITO DE NOVA MARILÂNDIA – MT.

Registrada e Publicada pela Secretaria Municipal de Administração, na data supra, na forma da lei.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA
RESOLUÇÃO Nº. 08/2017 – CMAS – NM

RESOLUÇÃO Nº. 08/2017 – CMAS – NM

O CONSELHO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NOVA MARILÂNDIA – MT, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E TENDO EM VISTA O QUE FOI DELIBERADO, NA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA VINTE E QUATRO DE JULHO DE DOIS MIL E DEZESSETE (24/07/2017), BAIXA A SEGUINTE RESOLUÇÃO:

Resolvem:

Art. 1º - NOMEANDO E APROVANDO os membros titulares e suplentes do Conselho Municipal DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, DO MUNICÍPIO DE NOVA MARILÂNDIA-MT;

Art. 2º -Fica NOMEADO E APROVADO os membros titulares e suplentes do Conselho Municipal DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, DO MUNICÍPIO DE NOVA MARILÂNDIA-MT, PARA o biênio de 24/07/2017 a 24/07/2019. Conforme relação abaixo:

GOVERNAMENTAL

Secretaria Municipal de Assistência Social

DANILAINY DE CASTRO GUERINO - (Titular)

RG: 589437266 – SSP/MT

Endereço: Rua das Bromélias, S/N° – Planalto – Nova Marilândia – MT.

MARILUCE HELENA DE GOES POSSOBOM MAFA - (Suplente)

RG: 3082057-0– SSP/MT

End: FAZENDA MAFA ROD MT 160 KM 12 – RODOVIA MT 160 - Nova Marilândia-MT

Secretaria Municipal de Educação, Cultura Esporte e Turismo

NELI TEREZINHA GARBIN MIGNONI - (Titular)

RG: 1889961 – SSP/RS

End: Ruas das Orquídeas, Nº 332 – Planalto, Nova Marilândia-MT.

MARLY MARIA DALFIOR DE MOURA - (Suplente)

RG: 0775345-4 - SSP/MT

End: Avenida André Maggi S/Nº, Planalto - Nova Marilândia-MT.

Secretaria Municipal de Saúde

RAYANY CRISTINA RINALDI - (Titular)

RG: 1858198-6 SSP/MT

End: Av. Mato Grosso – Centro, Nova Marilândia-MT

WELLYKA FABIANE DE ARRUDA NASCIMENTO - (Suplente)

RG: 1796996-30 SSP/MT

End.: Rua Aparício Soares dos Santos, S/N° – Bairro: Bela Vista – Arenápolis – MT.

Secretaria de Fazenda

VANESSA DA SILVA LEITE MULINÁRIO - (Titular)

RG: 1674402-0 - SSP/MT

End.: Sitio São José, Estrada do Parecis, km: 01, Nova Marilândia-MT

RAYENDER IZIDORIO MULINARIO - (Suplente)

RG: 1843679-0 – SSP/MT

End: Rua Minas Gerais, N º 260 – Centro, Nova Marilândia-MT.

Secretaria Municipal de Administração

WALDIRENE FERREIRA DA SILVA - (Titular)

RG: 1538316-4 – SSP/MT

End: Rua Marechal Rondon, Nº 304 – Centro, Nova Marilândia-MT.

DEVANIRA DA SILVA LEITE - (Suplente)

RG: 966 748 - SSP/MT

End.: Rua das Bromélias, Nº 1180 W - Jardim Planalto - Nova Marilândia-MT.

SOCIEDADE CIVIL

Usuários da Assistência Social

MARIA DAS GRAÇAS DA COSTA - (Titular)

RG: 9176764 – SSP/MT

End: Rua João Jacinto, S/Nº - Planalto, Nova Marilândia-MT.

SEBASTIANA GUMERCINDO DO ROSÁRIO (Suplente)

RG: 14389509 – SSP/MT

Endereço: Rua das Bromélias, Nº 80 – Planalto – Nova Marilândia – MT.

CELITO DA PAIXÃO FERREIRA PORTO - (Titular)

RG: 7755995 - SSP/MG

End: Rua das Orquídeas, S/Nº – Planalto, Nova Marilândia-MT.

CLEUZA RODRIGUES SOUZA SILVA - (Suplente)

RG: 10489754 - SSP/MT

End: Rua das Bromélias, S/Nº – Planalto, Nova Marilândia-MT

Pastoral da Criança

NATALINA MARIA DA SILVA - (Titular)

RG: 12198455 - SSP/MT

End: Rua das Bromélias, Nº 23 – Planalto, Nova Marilândia-MT

TEREZA ROSA RIBEIRO - (Suplente)

RG: 379550 - SSP/MT

End: Rua Bahia, Nº 365 – Centro, Nova Marilândia – MT.

Igreja Católica

TATIANA ROGERIA SILVA

RG: 1201329-3 – SJ/MT

End: Avenida Blairo Maggi, S/Nº - Planalto – Nova Marilândia – MT.

Igreja Assembleia de Deus

EDSON CANDIDO DA SILVA

RG: 993034-5 - SSP/MT

End: Rua Flor de Tubarão, S/Nº – Planalto – Nova Marilândia – MT.

Trabalhadores da Área da Assistência Social

MARIA APARECIDA FERNANDES PICALHO – (Titular)

RG: 03971279 – SSP/MT

End: Rua Pernambuco, S/Nº – Centro, Nova Marilândia-MT.

WILLIAN DOUGLAS DA SILVA ALESSIO (Suplente)

RG: 18841724 - SSP/MT

End.: Rua Pedro Nunes Barroso, Nº 1000 – Primavera – Arenápolis - MT.

Art. 3º - O Conselho Municipal aprovou por unanimidade a senhora WALDIRENE FERREIRA DA SILVA como presidente e o senhor CELITO DA PAIXÃO FERREIRA PORTO como vice-presidente do Conselho Municipal de Assistência Social de Nova-Marilândia – MT.

Art. 4º - E assim, APROVADO pelo Conselho Municipal de Assistência Social de Nova Marilândia–MT, esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

NOVA MARILÂNDIA- MT, 25 DE JULHO DE 2017.

WALDIRENE FERREIRA DA SILVA

CPF: 004.890.451-11

Presidente do CMAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGA
CONCURSO PÚBLICO 001/2015 EDITAL DE CONVOCAÇÃO 016/2017

O Sr. **JOÃO BRAGA NETO**, Prefeito Municipal de Nova Maringá, Estado do Mato Grosso, no exercício de suas atribuições e de acordo com o Resultado Final do Processo Seletivo Público 001/2015, **CONVOCA** a candidata abaixo relacionada a comparecer na Sede da Prefeitura Municipal de Nova Maringá – MT, situada na Avenida Amos Bernardino Zanchet, 50E, no prazo de 15 (Quinze) dias Subsequentes, munidos dos documentos necessários à comprovação dos requisitos para provimento do cargo pleiteado, sob pena de ser considerado desistente, perdendo a respectiva vaga.

Cargo: 077 – **TECNICO EM ENFERMAGEM-SEDE**

Classif.	NOME
RESERVA	SORIANE STEFANES

Nova Maringá - MT, 25 de Julho de 2017.

JOÃO BRAGA NETO Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGA
CONCURSO PÚBLICO 001/2016 EDITAL DE CONVOCAÇÃO 015/2017

O Sr. **JOÃO BRAGA NETO**, Prefeito Municipal de Nova Maringá, Estado do Mato Grosso, no exercício de suas atribuições e de acordo com o Resultado Final do Processo Seletivo Público 001/2016, **CONVOCA** a candidata abaixo relacionada a comparecer na Sede da Prefeitura Municipal de Nova Maringá – MT, situada na Avenida Amos Bernardino Zanchet, 50E, no prazo de 15 (Quinze) dias Subsequentes, munidos dos documentos necessários à comprovação dos requisitos para provimento do cargo pleiteado, sob pena de ser considerado desistente, perdendo a respectiva vaga.

Cargo: 083– **COLETOR DE LIXO -SEDE**

Classif.	NOME
01°	DOUGLAS RIBEIRO DA SILVA

Nova Maringá - MT, 25 de Julho de 2017.

JOÃO BRAGA NETO Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGA
PORTARIA Nº. 242/2017

*"Dispõe sobre o retorno de Licença Saúde da **Sra. Marcia Daisa Pobran"***

JOÃO BRAGA NETO, Prefeito Municipal de Nova Maringá - MT, no uso de suas atribuições legais.

Considerando o art. 47, inciso I da Lei Orgânica Municipal, c/c Lei n.º 293/2003 e demais alterações, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Nova Maringá.

RESOLVE:

Art. 1º - RETORNA DA LICENÇA SAÚDE, a Sra. ***MARCIA DAISA POBRAN***, portadora do RG nº. 78567376 SSP/PR, e CPF sob o n.º 041.003.339.19, a partir do dia 31 de Junho de 2017, conforme Estatuto do Servidor, Capítulo V, Seção III, Art. 79 ao Art. 81, até posterior deliberação.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo os seus efeitos ao dia 31 de Junho de 2017, revogadas disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

Nova Maringá – MT, 25 de Julho de 2017.

JOÃO BRAGA NETO

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGÁ-MT ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 002/2017 DO CONSORCIO PÚBLICO DE SAÚDE VALE DO TELES PIRES-MT.

A Prefeitura Municipal de Nova Maringá, Estado de Mato Grosso, através de sua Comissão de Pregão, instituída pela Portaria nº 055/2017/GRAPE de 03 de Fevereiro de 2017, torna público, que com anuência do CONSORCIO PÚBLICO DE SAÚDE VALE DO TELES PIRES DO ESTADO DE MATO GROSSO, aderiu a ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURIDICA PARA FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS PARA ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICIPIO DE NOVA MARINGÁ INTEGRANTE DO CONSORCIO PUBLICO VALE DO TELES PIRES DO ESTADO DE MATO GROSSO, conforme especificações na referida ATA, a ser regida pela Lei n.º 10.520/2002, subsidiariamente pela Lei n.º 8.666/93 e alterações.

Nova Maringá – MT, 25 de julho de 2017.

CLAUDIO MACIEL DA SILVA

Pregoeiro Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 164/2017

SÚMULA: FICA EXONERADO, A PEDIDO A SR. JEFERSON DE FREITAS TEIXEIRA, DO CARGO EFETIVO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, LOTADA NA SECRETARIA DE OBRAS, TRANSPORTE E URBANISMO, DO MUNICÍPIO DE NOVA MONTE VERDE, ESTADO DE MATO GROSSO.

BEATRIZ DE FÁTIMA SUECK LEMES, Prefeita Municipal de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

ARTIGO 1º - Fica exonerado, a pedido o Sr. JEFERSON DE FREITAS TEIXEIRA, do cargo efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS lotado na Secretaria Municipal de Obras,transporte e urbanismo da Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação ou afixação, revogada as disposições em contrário.

Nova Monte Verde/MT, 25 de Julho de 2017.

BEATRIZ DE FÁTIMA SUECK LEMES

Prefeita Municipal

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 26/2017

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 26/2017

A Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde-MT, Estado de Mato Grosso, através do seu Pregoeiro Oficial, nomeado pelo Decreto Nº 042/2017, comunica aos interessados que será aberta licitação na modalidade de **Pregão Presencial nº. 26/2017, de Menor Preço por Ítem,** no dia **07/08/2017 às 09:00 horas** (Horário Local) na sede da Prefeitura Municipal, sala de licitações, na Avenida Mato Grosso, Nº. 51, Centro, Nova Monte Verde-MT, cujo objeto é o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSLADO E PREPARAÇÃO DE CORPOS E AQUISIÇÃO DE URNAS FUNERÁRIAS PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL, TRABALHO E CIDADANIA DO MUNICÍPIO DE NOVA MONTE VERDE PELO PERÍODO DE 01 ANO.**Este pregão será regido pelo Decreto Municipal nº. 059/2009, Decreto Municipal Nº. 14/2010, Lei Federal 10520/2002, com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666/93, suas alterações e demais disposições aplicáveis. O Edital completo contendo as instruções estará à disposição dos interessados na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde-MT, no site www.novamonteverde.mt.gov.br, no campo **Licitação-2017**.

Demais informações pelo telefone (66) 3597-2800.

Nova Monte Verde-MT, 25 de Julho de 2017.

JOHNNY BERNATZKY

Pregoeiro Oficial do Município

Decreto 042/2017

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º165/2017

SÚMULA: DECLARA VAGO O CARGO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS OCUPADO PELO SENHOR JEFERSON DE FREITAS TEIXEIRA, POR MOTIVO DE EXONERAÇÃO.

BEATRIZ DE FÁTIMA SUECK LEMES, Prefeita Municipal de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 90, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, e CONSIDERANDO os termos da Portaria nº 164/2017, da Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde-MT que exonerou a pedido senhor JEFERSON DE FREITAS TEIXEIRA.

RESOLVE:

Art. 1º - Declarar vago nos termos do art. 70, inciso I da Lei Municipal nº 830/2016 (Estatuto dos Servidores do Município de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso), a partir de 25 de julho de 2017, o cargo de auxiliar de serviços gerais, do quadro de cargos de provimento efetivo da Lei Municipal 769/2015, ocupado pelo servidor JEFERSON DE FREITAS TEIXEIRA, matricula nº 3105, por motivo de exoneração.

Art. 2º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Nova Monte Verde, 25 de julho de 2017

BEATRIZ DE FÁTIMA SUECK LEMES

Prefeita Municipal

LICITAÇÃO
AVISO DE PRORROGAÇÃO DE EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº. 23/2017

AVISO DE PRORROGAÇÃO DE EDITAL

Pregão Presencial Nº. 23/2017

Processo Administrativo 4057/2017

A Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde-MT, localizada na Av. Mato Grosso, nº. 51, Centro, através de seu Pregoeiro Oficial Johnny Bernatzky, designado pelo Decreto nº. 042/2017 de 17 de Janeiro de 2017, comunica aos interessados, que foi **PRORROGADO** a data da sessão de abertura e julgamento de proposta para a licitação na modalidade **Pregão Presencial Nº. 23/2017**, Processo Administrativo 4057/2017, que tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MADEIRA SERRADA, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, TRANSPORTES E SERVIÇOS URBANOS, CONFORME SOLICITAÇÃO EM ANEXO PARA UM PERÍODO**

DE 12 MESES, para o dia **08/08/2017 às 09:00 horas –** horário local, mantendo-se todos os demais dispositivos contidos no edital.

Motivo da prorrogação: Licitação Deserta no dia 25/07/2017 ás 09:00 horas.

O Edital completo contendo as instruções estará à disposição dos interessados na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde-MT ou pelo site www.novamonteverde.mt.gov.br, no campo **Licitação-2017**. Demais informações pelo telefone (66) 3597-2800.

Nova Monte Verde, 25 de Julho de 2017.

JOHNNY BERNATZKY

Pregoeiro Oficial

Decreto 042/2017

Publique-se

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
DECRETO SUPLEMENTAR N° 26/2017

SÚMULA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

A Senhora TEREZINHA GUEDES CARRARA, Prefeita Municipal de Nova Santa Helena, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o contido da Lei Municipal 803/2017, e em consonância com o lei Federal 4320/64

DECRETA

Artigo 1 - Abre Credito Adicional Suplementarl ao Orcamento Programa do Exercicio de 2017 no Valor de R$ 52.000,00 (Cinquenta e Dois Mil Reais) nas Seguintes Dotacoes Orcamentarias:

06.001-GABINETE DA SECRETARIA

06.001.04.122.0010.2011.3.1.9.0.04.00.00.00|100000000 Contratacao por Tempo Determinado R$ 52.000,00

Sub-Total:R$ 52.000,00

Total Parcial Suplementado: R$ 52.000,00

Artigo 2 - Para dar Cobertura ao Credito aberto no Artigo Anterior, serao utilizados os recursos provenientes de anulacoes parciais ou totais das seguintes dotacoes orcamentarias:

06.001-GABINETE DA SECRETARIA

06.001.04.122.0010.2011.3.1.9.0.11.00.00.00|100000000 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R$ 52.000,00

Sub-Total:R$ 52.000,00

Total Parcial Reduzido: R$ 52.000,00

Art.3º - Este decreto lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Nova Santa Helena, 01 de Junho de 2017.

TEREZINHA GUEDES CARRARA

Prefeita Municipal

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
DECRETO SUPLEMENTAR N° 28/2017

SÚMULA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

A Senhora TEREZINHA GUEDES CARRARA, Prefeita Municipal de Nova Santa Helena, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o contido da Lei Municipal 788/2017, e em consonância com o lei Federal 4320/64

DECRETA

rt. 1§ - Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a proceder a abertura de Credito Adicional Suplementar por Superavit Financeiro apurado em balanco patrimonial do exercício anterior no valor de R$ 189.678,00 (Cento e Oitenta e Nove Mil, Seiscentos e Setenta e Oito Reais) nos termos do artigo 41, inciso II da Lei Federal 4.320/64, para reforço de dotações vigentes no orçamento vigente:

11.001.26.782.0016.1062.4.4.9.0.51.00.00.00|324000000 Obras e Instalcoes R$ 164.678,00

11.001.26.782.0016.2037.3.3.9.0.30.00.00.00|300000000 Material de Consumo R$ 25.000,00

Sub-Total:R$ 189.678,00

Total Parcial Suplementado: R$ 189.678,00

Art.3º - Este decreto lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Nova Santa Helena, 01 de Junho de 2017.

TEREZINHA GUEDES CARRARA

Prefeita Municipal

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
DECRETO SUPLEMENTAR N° 27/2017

SÚMULA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

A Senhora TEREZINHA GUEDES CARRARA, Prefeita Municipal de Nova Santa Helena, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o contido da Lei Municipal 779/2016, e em consonância com o lei Federal 4320/64

DECRETA

Artigo 1 - Abre Credito Adicional Suplementarl ao Orcamento Programa do Exercicio de 2017 no Valor de R$

322.200,00 (Trezentos e Vinte e Dois Mil e Duzentos Reais) nas Seguintes Dotacoes Orcamentarias:

03.001-GABINETE DO PREFEITO

03.001.04.122.0010.2003.3.3.9.0.33.00.00.00|100000000 Passagens e Despesas com Locomocao R$ 4.000,00

03.001.04.122.0010.2003.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica R$ 25.000,00

Sub-Total:R$ 29.000,00

06.001-GABINETE DA SECRETARIA

06.001.04.122.0010.2011.3.3.9.0.36.00.00.00|100000000 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Fisica R$ 5.000,00

Sub-Total:R$ 5.000,00

08.001-FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

08.001.10.301.0006.2026.3.3.9.0.48.00.00.00|102000000 OUTROS AUXILIOS FINANCEIROS A PESSOAS FISICAS R$ 3.200,00

08.001.10.301.0006.2026.3.3.9.0.39.00.00.00|102000000 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica R$ 50.000,00

Sub-Total:R$ 53.200,00

11.001-GABINETE DA SECRETARIA

11.001.26.782.0016.2037.3.3.9.0.30.00.00.00|100000000 Material de Consumo R$ 145.000,00

11.001.26.782.0016.2037.3.3.9.0.36.00.00.00|100000000 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Fisica R$ 15.000,00

11.001.26.782.0016.2037.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica R$ 75.000,00

Sub-Total:R$ 235.000,00

Total Parcial Suplementado: R$ 322.200,00

Artigo 2 - Para dar Cobertura ao Credito aberto no Artigo Anterior, serao utilizados os recursos provenientes de anulacoes parciais ou totais das seguintes dotacoes orcamentarias:

05.001-GABINETE DA SECRETARIA

05.001.04.123.0010.2009.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica R$ 80.000,00

Sub-Total:R$ 80.000,00

07.001-GABINETE DA SECRETARIA

07.001.12.361.0021.2012.3.3.9.0.93.00.00.00|101000000 Indenizacoes e Restituicoes R$ 5.000,00

Sub-Total:R$ 5.000,00

07.004-CULTURA, DESPORTO E LAZER

07.004.13.392.0015.1061.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica R$ 30.000,00

Sub-Total:R$ 30.000,00

08.001-FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

08.001.10.301.0006.1034.4.4.9.0.52.00.00.00|102000000 Equipamentos e Material Permanente R$ 20.000,00

08.001.10.302.0026.2028.3.3.9.0.48.00.00.00|102000000 OUTROS AUXILIOS FINANCEIROS A PESSOAS FISICAS R$ 3.200,00

08.001.10.301.0006.1017.4.4.9.0.51.00.00.00|102000000 Obras e Instalcoes R$ 30.000,00

Sub-Total:R$ 53.200,00

09.001-GABINETE DA SECRETARIA

09.001.20.608.0030.2035.3.3.9.0.93.00.00.00|100000000 Indenizacoes e Restituicoes R$ 5.000,00

09.001.20.608.0030.2035.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica R$ 25.000,00

Sub-Total:R$ 30.000,00

11.001-GABINETE DA SECRETARIA

11.001.26.782.0016.1022.3.3.9.0.30.00.00.00|100000000 Material de Consumo R$ 5.000,00

11.001.15.452.0019.2048.3.3.9.0.30.00.00.00|100000000 Material de Consumo R$ 15.000,00

11.001.26.782.0016.2037.3.3.9.0.33.00.00.00|100000000 Passagens e Despesas com Locomocao R$ 4.000,00

11.001.15.451.0016.2038.3.3.9.0.30.00.00.00|100000000 Material de Consumo R$ 5.000,00

Sub-Total:R$ 29.000,00

11.002-DEPARTAMENTO DE AGUA E ESGOTO

11.002.17.512.0029.2034.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica R$ 15.000,00

11.002.17.512.0029.2034.3.3.9.0.30.00.00.00|100000000 Material de Consumo R$ 80.000,00

Sub-Total:R$ 95.000,00

Total Parcial Reduzido: R$ 322.200,00

Art.3º - Este decreto lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Nova Santa Helena, 01 de Junho de 2017.

TEREZINHA GUEDES CARRARA

Prefeita Municipal

I

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 034/2017

PARTE CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA, inscrita no CNPJ sob o n.º 04.214.704/0001-18.

PARTE CONTRATADA: **ADRIANA DA SILVA ARANTES – ME** inscrita no **CNPJ nº. 10.764.248/00001-82**

OBJETO: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM CONSULTAS E EXAMES CARDIOLÓGICOS PARA ATENDIMENTO DOS PACIENTES ENCAMINHADOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, CONFORME ITENS RELACIONADOS NO TERMO DE REFERÊNCIA DESTE EDITAL**.

DA VIGÊNCIA: O presente contrato terá vigência a partir do dia 06 de Julho 2017 até o dia 31 de dezembro de 2017.

DO VALOR: R$**36.000,00**

RESPONSÁVEL PELA CONTRATANTE: TEREZINHA GUEDES CARRARA - Prefeita Municipal de Nova Santa Helena

RESPONSÁVEL PELA CONTRATADA **RODRIGO DE FREITAS RODRIGUES**

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 175/2017

A EXMA. PREFEITA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA, ESTADO DE MATO GROSSO, Sr.ª TEREZINHA GUEDES CARRARA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS:

Considerando a necessidade de substituir alguns membros representantes da Secretaria Municipal de Saúde;

RESOLVE:

Artigo 1º - Nomear para compor o Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS do Município de Nova Santa Helena, Estado de Mato Grosso, pleito 2017/2018, os seguintes Membros;

Representantes Governamentais:

Representantes da Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento:

Titular: Nádia Cristhina Junqueira Schroeder da Cunha

Suplente: Karin Dayane Verona da Silva

Representantes da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Lazer:

Titular: Vandeir Adami

Suplente: Rogerio Pereira dos Santos

Representantes da Secretaria Municipal de Assistência Social:

Titular: Maria Helena Spohr Loewenstein

Suplente: Sebastiana Silva Pereira de Jesus

Representantes da Sociedade Civil, prestadores de serviços e/ou dos usuários, escolhido em foro próprio.

Representantes da Pastoral da Criança:

Titular: Maria Izabel de Miranda

Suplente: Leandro dos Santos Farias

Representantes de Entidade dos Trabalhadores de Assistência Social:

Titular: Suelen Andréia Doleys

Suplente: Mariluce Momolli Batistello

Representantes do Sindicato dos Trabalhadores Rurais:

Titular: Neide Aparecida Maran

Suplente: Lenilia dos Santos Farias

Artigo 2º - As nomeações que trata o artigo anterior não serão remuneradas.

Artigo 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Nova Santa Helena, Estado de Mato Grosso, em 24 de julho de 2017.

TEREZINHA GUEDES CARRARA

Prefeita Municipal

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE.

Publicado e afixado no mural desta Prefeitura Municipal no período de 24/07/2017 à 24/08/2017.

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N.º 174/2017

A EXMA. PREFEITA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHORA TEREZINHA GUEDES CARRARA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS:

Considerando a necessidade de substituir alguns membros representantes da Secretaria Municipal de Saúde;

RESOLVE:

Artigo 1º - Nomear para compor o Comitê Gestor Municipal Pró Família, os seguintes membros:

Membros do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS;

-Representante da Secretaria Municipal de Assistência Social:

Titular: Maria Helena Spohr Loewenstein

Suplente: Sebastiana Silva Pereira de Jesus.

-Representante da Secretaria Municipal de Educação:

Titular: Vandeir Adami

Suplente: Rogerio Pereira dos Santos.

-Representante da Secretaria Municipal de Saúde:

Titular: Nádia Cristhina Junqueira S. Cunha.

Suplente: Karin Dayane Verona da Silva

-Representante do Sindicato dos Trabalhadores

Titular: Neide Aparecida

Suplente: Lenilia dos Santos Farias.

-Representante da Pastoral da Criança:

Titular: Maria Izabel de Miranda

Suplente: Leandro dos Santos Farias.

-Representante dos Trabalhadores da Área de Assistência Social:

Titular: Suelen Andreia Doleys Paulatti

Suplente: Mariluci Momole Batistello

Representantes de Secretarias Municipais Estratégicas para o Desenvolvimento do Programa:

-Secretaria Municipal de Assistência Social.

Titular : Rosangela Soares Nascimento .

Suplente : Simara Jung.

-Representantes da Secretaria Municipal de Educação , Cultura, Desporto e Lazer

Titular : Leila Pimenta Zaneti

Suplente : Fatima Sabino dos Santos

-***Secretaria Municipal de Saúde.***

Titular : Adriano Bortolin

Suplente : Eva Neide Ferreira.

Representantes de Instituições Não Governamentais

-Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Nova Santa Helena-MT.

Titular : Silvio pereira de Souza

Suplente : Ademir Missasse

-Pastoral da Criança

Titular : Maria Aparecida da Silva

Suplente : Sandra dos Santos Medeiro

Representações da Sociedade – Igrejas

-Igreja Congregação Cristã no Brasil

Titular: Adilson Florêncio dos Santos

Suplente: Alcides Alberti

Artigo 2º - As nomeações que tratam o artigo anterior não serão remuneradas.

Artigo 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Nova Santa Helena, Estado de Mato Grosso, em 24 de julho de 2017.

TEREZINHA CARRARA

Prefeita Municipal

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE,

Publicado e afixado no mural desta Prefeitura Municipal no período de 24/07/2017 à 24/08/2017.

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 173/2017

A EXMA. PREFEITA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA, ESTADO DE MATO GROSSO, SR.ª TEREZINHA GUEDES CARRARA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

RESOLVE:

Artigo 1º - Nomear, em conformidade com a ordem de classificação, a candidata Srª. **EDINÉIA FERREIRA DE MELLO**, portadora da Cédula de Identidade RG nº. 1.438.562-7 SSP/MT e do CPF nº. 956.628.201-04, para exercer o cargo de **AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE,** aprovada pelo Processo Seletivo Público Municipal nº. 001/2017, homologado em 17 de julho de 2.017, a qual será lotado na Secretaria Municipal de Saúde, Regime Estatutário, a partir desta data.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Nova Santa Helena, Estado de Mato Grosso, em 24 de julho de 2017.

TEREZINHA GUEDES CARRARA

- Prefeita Municipal -

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE.

Publicado e afixado no mural desta Prefeitura Municipal no período de 24/07/2017 à 24/08/2017.

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 172/2017

Dispõe sobre a Concessão de Afastamento para Tratamento de Saúde/ Salário Maternidade aos Servidores Públicos que especifica.

A Exma. Prefeita Municipal de Nova Santa Helena, Estado de Mato Grosso, Sr.ª Terezinha Guedes Carrara, no uso de suas atribuições legais, e considerando o que dispõe a seção VI, *da Lei 061 de 25 de fevereiro de 2. 002.*

RESOLVE:

Artigo 1º - **CONCEDER** Afastamento pelo Regime Próprio de Previdência dos Servidores SANTA HELENA - PREVI, às servidoras abaixo nominadas, relativo aos períodos que menciona:

SERVIDOR	TIPO DE BENEFÍCIO	PERÍODO
Jéssica Carvalho Barboza	Auxílio Doença	12/07/2017 a 31/01/2018

Artigo 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Nova Santa Helena, Estado de Mato Grosso, em 19 de julho de 2017.

Terezinha Guedes Carrara

- Prefeita Municipal -

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE.

Publicado e afixado no mural desta Prefeitura Municipal no período de 19/07/2017 à 19/08/2017.

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 176/2017

SÚMULA: NOMEIA COMO RESPONSÁVEL PELA OUVIDORIA DE GESTÃO DO SUS NO ÂMBITO MUNICIPAL, A SEGUINTE SERVIDORA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

.

A Excelentíssima Sr.ª Terezinha Guedes Carrara, Prefeita Municipal de Nova Santa Helena, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Constituição da Republica, art. 29 a Constituição Estadual Art. 173 § 1º e 2º e a Lei Organiza do Município art. 46, inciso VII, decreta.

Art. 1º - Nomeia como responsável pela Ouvidoria de Gestão do SUS, no âmbito municipal, a servidora Aline de Souza Silva**.**

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

Gabinete da Prefeita Municipal de Nova Santa Helena, Estado de Mato Grosso, em 25 de julho de 2017.

TEREZINHA GUEDES CARRARA

PREFEITA MUNICIPAL

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

Publicado e afixado no mural desta Prefeitura Municipal no período de 25/07/2017 à 25/08/2017.

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº 036/2017

DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DA OUVIDORIA DE GESTÃO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS NO ÂMBITO MUNICIPAL, DEFINE COMPETÊNCIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

A Excelentíssima Senhora TEREZINHA GUEDES CARRARA, Prefeita do municipio de Nova Santa Helena, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, consoante os princípios gerais de direito público, na forma da constituíção federal nos artigos 196, 197 e 198, com base na lei orgânica do sistema único de saúde - sus n°. 8.080/90; lei n°. 8.142/90, portaria sgep n°. 08/2007, lei complementar nº 162/2004, decreto federal nº 2.455/2009, e

CONSIDERANDO a necessidade de padronizar condutas para o aprimoramento do processo de resolução das demandas apresentadas pelos cidadãos usuários do SUS;

CONSIDERANDO o Pacto pela saúde, que valoriza a relação solidária entre os gestores das três esferas de governo;

CONSIDERANDO o Pacto pela saúde, que valoriza a relação solidária entre os gestores das três esferas de governo;

CONSIDERANDO o disposto na Lei Complementar nº 162 de 29 de Março de 2004, que preconiza a criação de Ouvidorias Setoriais.

DECRETA:

Art. 10 - Fica criada no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento do Município de Nova Santa Helena/MT**,** a Ouvidoria de Gestão do SUS, como canal de gestão do SUS, e canal de gestão estratégica e participativa.

Art. 2° - Compete à Ouvidoria de Gestão do SUS da Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento do município de Nova Santa Helena/MT.:

I - receber, analisar, monitorar, avaliar e controlar, denúncias, reclamações, sugestões e elogios dos serviços prestados pela Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento através do Sistema Único de Saúde em suas respectivas unidades desconcentrado, hospitais, ou coordenadorias;

II - propor e acompanhar a adoção de medidas para prevenção e correção de falhas e omissões de agente público responsável pela prestação do serviço nas Unidades de Saúde;

III - contribuir para o aperfeiçoamento dos serviços públicos prestados direta ou indiretamente pela Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento;

IV - encaminhar as demandas recebidas, conforme o inciso I aos setores competentes para atendimento, quando houver necessidade, dentro dos princípios constitucionais de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, transparência e eficiência, no cumprimento da ética na administração pública.

Art. 3º - Incumbe a equipe de servidores da Ouvidoria de Gestão do SUS da Secretaria Municipal de Saúde:

I receber as reclamações, elogios, sugestões, solicitações, informações e responder com respeito, agilidade e eficiência;

II - exercer as funções pautadas nos interesses de Ouvidoria, com independência, autonomia sem qualquer ingerência político-partidária a fim de garantir os direitos dos cidadãos-usuários e do serviço público;

III - solicitar informações, documentos e materiais impressos, didáticos e técnicos, aos órgãos, entidades públicas e privadas, relativos á ouvidoria;

IV - analisar as causas das falhas no serviço público e propor as mudanças viáveis e coerentes para melhoria da qualidade dos serviços;

V - resguardar sigilo das ações demandadas pelo cidadão-usuário e pelos superiores;

VI - manter informações atualizadas e sistematizar todos os dados que originaram as informações, indicadores;

VII - elaborar relatórios periódicos aos órgãos superiores;

VIII - atuar em parceria com outros ouvidores e órgãos públicos;

IX - fomentar a participação do usuário na fiscalização e planejamento dos serviços

públicos;

X - divulgar as ações e finalidade da Ouvidoria Municipal da Saúde;

XI - criar permanentemente estratégias que facilitem o acesso do cidadão aos serviços de saúde e à Ouvidoria Municipal da Saúde;

XII - agir com integralidade, ética, eficiência, imparcialidade, transparência e justiça;

XIII - As ações da Ouvidoria de Gestão serão baseadas conforme seu Regimento Interno.

Art. 4º. - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Art. 5°. - Revogam-se às disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Nova Santa Helena, Estado de Mato Grosso, em 24 de Julho de 2017.

TEREZINHA GUEDES CARRARA

Prefeita municipal

Registre-se

Publique-se

Cumpra-se

Publicado e afixado no mural da Prefeitura Municipal no período de 24/07/2017 a 24/08/2017.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE PUBLICAÇÃO

EDITAL DE PUBLICAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº 029/2017.

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

A Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena - MT, através de seu Pregoeiro, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS, com data de abertura prevista para o dia 08 de Agosto de 2017, ás 08h00min, na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena/MT, tendo como objeto Registro de Preços para Futura e Eventual Contratação de Empresa para Prestação de Serviços de Locação de Máquinas (Escavadeira hidráulica), para o Município de Nova Santa Helena-MT, conforme especificações e condições constantes no Edital e seus anexos. O Edital completo está à disposição dos interessados, gratuitamente, na Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena-MT – Comissão Permanente de Licitação, sito na Praça João Alberto Zaneti s/n - Nova Santa Helena/MT e no site www.novasantahelena.mt.gov.br

Nova Santa Helena/MT, em 25 de Julho de 2017.

EDIVALDO MOREIRA DA SILVA

Pregoeiro Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
RETIFICAÇÃO DO EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 050/2.017.

RETIFICAÇÃO DO EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 050/2.017.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA – MT. torna público a Inclusão de Anexo ao Edital do Pregão Presencial 050/2.017, que tem por objeto o CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM TECNOLOGIA E VIGILÂNCIA, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MONITORAMENTO ELETRÔNICO COM COMODATO, FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA, IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA, INCLUSIVE TODA A INFRAESTRUTURA NECESSÁRIA, **onde se lê:** 03/08/2017, **leia-se**: 07/08/2.017, às 9h00 (horário de Brasília), e a integra do adendo encontra-se disponível através do e-mail: compraspmnx@gmail.com. Maiores informações no endereço supracitado no Edital, através do telefone (66) 3438-3362 no horário das 12h00min as 18h00min.

Nova Xavantina – MT, 25 de julho de 2.017.

WALMIR ARRUDA COSTA

Pregoeiro Oficial

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL Nº 044/2.017.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 044/2.017.

A Prefeitura Municipal de Nova Xavantina – MT, através de seu pregoeiro oficial, vem a público divulgar o RESULTADO da Habilitação, Adjudicação e Homologação da licitação na modalidade Pregão Presencial nº 044/2.017, processo administrativo nº 060/2.017, o qual tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE DOIS VEÍCULOS AUTOMOTORES, ZERO QUILÔMETRO, TIPO FURGÃO TRANSFORMADOS EM AMBULÂNCIAS, NOS TERMOS DESCRITOS NO EDITAL E SEUS ANEXOS. Empresa vencedora CEVEL CECILIO VEICULOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 02.291.805/0001-67, Lote I - R$ 73.500,00 (setenta e três mil e quinhentos reais) e Lote II - R$ 145.000,00 (cento e quarenta e cinco mil reais).

Nova Xavantina – MT, 25 de julho de 2.017.

Walmir Arruda Costa

Pregoeiro

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL Nº 047/2.017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 047/2.017

A Prefeitura Municipal de Nova Xavantina – MT, através de seu Pregoeiro Oficial, vem a público divulgar o RESULTADO da licitação na modalidade Pregão Presencial nº 047/2.017, Processo Administrativo nº 063/2.017, o qual teve como objeto o **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENCADERNAÇÃO E FOTOCÓPIAS.** Certame fracassado pelo fato da sessão ser deserta.

Nova Xavantina – MT, 25 de julho de 2.017.

WALMIR ARRUDA COSTA

Pregoeiro Oficial

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
LEILÃO PÚBLICO Nº 001/2.017

LEILÃO PÚBLICO Nº 001/2.017

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA/MT, através da Comissão Permanente de Licitações, comunica aos interessados que realizará às **8:00 horas do dia 11 de agosto de 2.017**, 6ª feira, no pátio da Secretaria Municipal de Infraestrutura - DMER, sito a Avenida Rio Negro s/nº em Nova Xavantina/MT, **Leilão do tipo Maior Lance**, para alienação de veículos e outros bens móveis diversos de sua propriedade e que serão vendidos no estado em que se encontram, sendo que o leilão será conduzido pelo Leiloeiro Walmir Arruda Costa, instituído pela Lei municipal nº 8346/2017, nos termos da Lei 8.666/93 e suas alterações. Os bens a serem leiloados poderão ser examinados pelos interessados no local do leilão a partir do dia 26/07/2.017, em dias úteis e no horário de expediente da Prefeitura. Edital, informações e outros detalhes com o Leiloeiro (66) 3438. 3362 e/ou através do e-mail compraspmnx@gmail.com. Veja também no site www.novaxavantinamt.com.br

Nova Xavantina/MT, 25 de julho de 2.017..

Walmir Arruda Costa

Presidente da Comissão

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO MUNDO

DECRETO Nº 043/2017 DE 25 DE JULHO DE 2017.

"Dispõe sobre a Criação da Comissão de Apuração do Valor da Terra Nua (VTN), e da outra providencias".

O Senhor **ANTONIO MAFINI**, Prefeito Municipal de Novo Mundo, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere o cargo, e em obediência ao que disciplina a Legislação,

Considerando a Instrução Normativa da RFB nº 884, de 05 de novembro de 2008 que dispõe sobre a celebração de Convênio entre a Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), em nome da União com o Distrito Federal e os Municípios;

Considerando a necessidade de fornecer os valores da terra nua dos imóveis municipais à Receita Federal do Brasil para armazenamento das informações em seu Sistema de Preços de Terras (SIPAT), constantes na obrigatoriedade do Convênio firmado pelo Município de Novo Mundo e a Receita Federal do Brasil:

D E C R E T A:

Artigo 1º. Fica criada a Comissão Municipal de Apuração do Valor da Terra Nua (VTN) do Município de Novo Mundo – MT, a qual terá a seguinte composição:

1. Um Representante do Poder Executivo Municipal;

2. Um Representante do Poder Legislativo;

3. Um Representante da CDL – Câmara de Dirigentes Lojistas

§1º. Poderá a Comissão Municipal de Apuração do Valor da Terra Nua (VTN) utilizar-se de assistência técnica de Engenheiro Civil ou Engenheiro Agrônomo para efetuarem os trabalhos de determinação do Valor da Terra Nua do Município de Novo Mundo-MT.

§2º. A Comissão Municipal de Apuração do Valor da Terra Nua (VTN), deverá ter sua composição renovada a cada dois anos, através de ato do Poder Executivo.

Artigo 2º. Fica a a Comissão Municipal de Apuração do Valor da Terra Nua (VTN) responsável para informar anualmente através de ATA o valor da Terra Nua (VTN) por hectare vigente no município para cálculo do ITR, que servirá de referência, definido através de parâmetros legais e fornecido à Receita Federal do Brasil em seu Sistema de Preços de Terras (SIPAT).

Artigo 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, aos 25 de Julho de 2017.

REGISTRE-SE PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

ANTONIO MAFINI

Prefeito Municipal

LICITIÇÃO
ATO DE HOMOLOGAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 035/2017 PREGÃO PRESENCIAL Nº 027/2017

Tendo em vista o que consta dos autos do Processo de Licitação realizado na modalidade de Pregão Presencial nº 027/2017, o parecer sobre a sua aprovação e os demais resultados apresentados pela Pregoeira, **homólogo** o presente certame para todos os efeitos previstos em lei. O objetivo do Processo Licitatório é a Contratação de Empresa para Prestação de Serviços de monitoramento do sistema de abastecimento de água com instalação de equipamentos de monitoramento e responsabilidade técnica pelo sistema de captação, tratamento e distribuição de água, para atendimento as necessidades do departamento de água do Município de Novo Mundo MT.

Novo Mundo MT, 25 de Julho de 2017

ANTÔNIO MAFINI

Prefeito Municipal

LICITIÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 032/2017 PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 025/2017 ATO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

Tendo em vista o que consta dos autos do Processo de Licitação realizado na modalidade de Pregão Presencial nº 025/2017, e resultados apresentados pela Comissão Permanente de Licitação, **homologo** o presente certame para todos os efeitos previstos em lei. O objeto do Processo Licitatório é: **REGISTRO DE PREÇOS para Aquisição de Móveis e Eletrodomésticos – Para uso das Secretarias de Administração, Finanças, Educação, Saúde, Assistência Social e Agricultura.**

Novo Mundo – MT, em 25 de Julho de 2017.

Antonio Mafini

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SÃO JOAQUIM

DEPARTAMENTO RECURSO HUMANO
PORTARIA Nº. 264/2017 - DESIGNA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL PARA FISCALIZAÇÃO DE EXECUÇÃO DE CONTRATOS

PORTARIA Nº. 264/2017

EM, 28 DE JUNHO DE 2017.

"Designa Servidor Público Municipal para fiscalização de execução de contratos, e dá outras providências correlatas".

O Prefeito Municipal de Novo São Joaquim, Estado de Mato Grosso, **Sr. ANTÔNIO AUGUSTO JORDÃO**, usando de suas atribuições legais,

Considerando o dispositivo do Art. 67 da Lei nº 8666/1993,

R E S O L V E:

Art. 1º - Designa, o Servidora, **Aline Andrade de Melo, Marlene Ferreira de Oliveira Rocha, Willian Carlos Cardeal, Camila Alves de Sousa, Diógenes Gomes Lemos** para exercer a fiscalização dos contratos abaixo relacionados.

Contrato nº. 061/2017 – O Objeto do presente instrumento é a contratação da empresa relacionada neste instrumento, visando o fornecimento de gás(gás de cozinha), água mineral, descartáveis (em geral) e recipientes térmicos para atendimento das Secretarias Administrativas.

Contratada: VILMAR A. DE OLIVEIRA - ME

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publica-se, Cumpra-se.

Novo São Joaquim-MT, 28 de Junho de 2017.

ANTÔNIO AUGUSTO JORDÃO

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO RECURSO HUMANO
PORTARIA Nº. 283/2017 - DESIGNA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL PARA FISCALIZAÇÃO DE EXECUÇÃO DE CONTRATOS

PORTARIA Nº. 283/2017

EM, 07 DE JULHO DE 2017.

"Designa Servidor Público Municipal para fiscalização de execução de contratos, e dá outras providências correlatas".

O Prefeito Municipal de Novo São Joaquim, Estado de Mato Grosso, **Sr. ANTÔNIO AUGUSTO JORDÃO**, usando de suas atribuições legais,

Considerando o dispositivo do Art. 67 da Lei nº 8666/1993,

R E S O L V E:

Art. 1º - Designa, a Servidora, **Maria Helena Rocha da Silva** para exercer a fiscalização dos contratos abaixo relacionados.

Contrato nº. 070/2017 – O Objeto do presente instrumento é a contratação da empresa relacionada neste instrumento, visando o fornecimento de gêneros alimentícios para preparo da merenda escolar, para o segundo semestre de 2017 e primeiro semestre de 2018, conforme termo de referência que acompanhou o Edital da Licitação Pregão Presencial Nº 23/2017.

Contratada: VILMAR A DE PLIVEIRA - ME

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publica-se, Cumpra-se.

Novo São Joaquim-MT, 07 de Julho de 2017.

ANTÔNIO AUGUSTO JORDÃO

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO RECURSO HUMANO
PORTARIA Nº. 286/2017 - DISPÕE SOBRE A LICENÇA PARTICULAR SEM REMUNERAÇÃO DE FUNCIONÁRIO PÚBLICO

PORTARIA Nº. 286/2017

EM, 20 DE JUNHO DE 2017.

"Dispõe sobre a Licença Particular sem Remuneração de Funcionário Público, e dá outras providências correlatas".

O Prefeito Municipal de Novo São Joaquim, Estado de Mato Grosso, **Sr. ANTÔNIO AUGUSTO JORDÃO**, usando de suas atribuições legais,

Considerando o dispositivo do § 1. do Art. 126 do Estatuto do Servidor Público Municipal da Lei Municipal nº 456/2007.

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder, a Servidora, **Ivani Teodoro de Jesus,** portadora do RG nº 162636-77 SSP/MT e do CPF: nº 002.432.551-10, efetiva, estável para o cargo de Agente Fiscalização de Saúde, lotado na Secretaria de Saúde, da Prefeitura de Novo São Joaquim-MT, 02 (dois) anos de Licença Particular sem Remuneração no período de 20/07/2017 á 20/07/2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publica-se, Cumpra-se.

Novo São Joaquim-MT, 20 de Julho de 2017.

ANTÔNIO AUGUSTO JORDÃO

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO RECURSO HUMANO
PORTARIA Nº. 285/2017 - DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO EFETIVO

PORTARIA Nº. 285/2017

EM, 19 DE JULHO DE 2017.

"Dispõe sobre a Exoneração do Servidor Público Efetivo, e dá outras providências correlatas".

O Prefeito Municipal de Novo São Joaquim, Estado de Mato Grosso, **Sr. ANTÔNIO AUGUSTO JORDÃO**, usando de suas atribuições legais,

Considerando o dispositivo no Inciso I do Art. 67 do Estatuto do Servidor Público Municipal da Lei Municipal nº 456/2007,

R E S O L V E:

Art. 1º - Exonerar o senhor, **João Francisco dos Santos,** portador do RG nº 12904570 SSP/MGT e do CPF: nº 846.122.231-87 do cargo de Professor de Pedagogia para o Município de Novo São Joaquim-MT.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publica-se, Cumpra-se.

Novo São Joaquim-MT, 19 de Julho de 2017.

ANTÔNIO AUGUSTO JORDÃO

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO RECURSO HUMANO
PORTARIA Nº. 284/2017- DISPÕE SOBRE A LICENÇA PRÊMIO DE FUNCIONÁRIO PÚBLICO

PORTARIA Nº. 284/2017

EM, 17 DE JULHO DE 2017.

"Dispõe sobre a Licença Prêmio de Funcionário Público, e dá outras providências correlatas"

O Prefeito Municipal de Novo São Joaquim, Estado de Mato Grosso, **Sr. ANTÔNIO AUGUSTO JORDÃO**, usando de suas atribuições legais,

Considerando o dispositivo do Art. 127 do Estatuto do Servidor Público Municipal da Lei Municipal nº 456/2007,

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder, a Servidora, **Lucélia Aparecida Rodrigues Àvila,** portador do RG nº 1497207-7 SSP/MT e do CPF: nº 581.595.501-97, efetiva, estável para o cargo de Monitor de Creche, lotado na Secretaria de Educação, da Prefeitura de Novo São Joaquim-MT, 03 (três) meses de Licença Prêmio no período de 17/07/2017 á 14/10/2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publica-se, Cumpra-se.

Novo São Joaquim-MT, 17 de Julho de 2017.

ANTÔNIO AUGUSTO JORDÃO

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO RECURSO HUMANO
PORTARIA N. 280 /2017- NOMEIA MEMBROS PARA COMPOR COMISSÃO RESPONSÁVEL PARA FAZER O LEVANTAMENTO DO VTN – VALOR DA TERRA NUA NO MUNICÍPIO DE NOVO SÃO JOAQUIM QUE SERVIRÃO DE BASE DE CÁLCULO PARA COBRA

PORTARIA N. 280 /2017

07 DE JULHO 2017

NOMEIA MEMBROS PARA COMPOR COMISSÃO RESPONSÁVEL PARA FAZER O LEVANTAMENTO DO VTN – VALOR DA TERRA NUA NO MUNICÍPIO DE NOVO SÃO JOAQUIM QUE SERVIRÃO DE BASE DE CÁLCULO PARA COBRANÇA DO ITR – IMPOSTO TERRITORIAL RURAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Considerando edição da Instrução Normativa da RFB – Receita Federal do Brasil nº 1562/2015 de 29 de abril de 2015, a qual estabelece que o município deverá apurar o VTN – Valor da Terra Nua para posteriormente informa a RFB.

Considerando que os municípios deverão efetuar o levantamento de preços do VTN que atenda aos critérios previstos na referida Instrução Normativa;

Considerando ainda que a referida apuração e levantamento servirão como base de cálculo para fins de cobrança do ITR – Imposto Territorial Rural.

ANTONIO AUGUSTO JORDÃO, Prefeito Municipal de Novo São Joaquim, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no artigo 37 da Constituição Federal/88;

RESOLVE:

Artigo 1º- Nomear como membros da Comissão Responsável pela apuração e levantamento do VTN – Valor da Terra Nua no município de Novo São Joaquim/MT para fins de informar a RFB – Receita Federal do Brasil nos termos da Instrução Normativa RFB nº 1562/2015 de 29/04/2015 os seguintes profissionais:

DA COMPOSIÇAO:

Presidente – Leandro Meireles – Secretario Municipal de Administração

Vice-presidente – Carlos Royttmen Pires da Silva

Relator – Leandro de Oliveira Dolzan

Membro - Valdecy Aparecido de Aguiar

.

Artigo 2º - Os membros da comissão terão apoio da Secretaria Municipal de Administração, Setor de Engenharia e da Assessoria Jurídica durante o desenvolvimento dos trabalhos.

Artigo 3º - Os membros da Comissão não perceberão qualquer remuneração ou acréscimo em seus respectivos vencimentos.

Artigo 4º - Fica a Comissão municipal responsável para informar anualmente através de ATA o valor da Terra Nua (VTN) por Hectare vigente no município para calculo do ITR, que servirá de referencia, definido através de parâmetros legais e fornecido a Receita Federal do Brasil em seu sistema de Preços de Terra (SISPAT). Deverá observar rigorosamente os prazos e encaminhamento de informações contidas da Instrução Normativa nº 1562/2015.

Artigo 5º - A Secretaria Municipal de Administração e Planejamento deverá tomar as providências necessárias para o cumprimento desta Portaria.

Art. 6º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para o dia 02 de Janeiro de 2017.

Art. 7º - Revoga - se as disposições em contrário

Dado Ciência Registre-se Publique-se Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO. 07 DE JULHO 2017

ANTONIO AUGUSTO JORDÃO

PREFEITO MUNICIPAL

DEPARTAMENTO RECURSO HUMANO
PORTARIA Nº. 278/2017 - DISPÕE SOBRE A PROGRESSÃO DE CLASSE DE PROFISSIONAIS DA SAÚDE

PORTARIA Nº. 278/2017

EM, 03 DE JULHO DE 2017

"Dispõe sobre a Progressão de Classe de Profissionais da Saúde e dá outras providências correlatadas"

O Prefeito Municipal de Novo São Joaquim, Estado de Mato Grosso, Srº **ANTONIO AUGUSTO JORDÃO**, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município, considerando os Artigos 9º, 10º,11º,12º,13º da Lei Municipal nº 455/2007:

RESOLVE

Art. 1º - Promover, a Servidora, **Marta de Sousa Silva,** portadora do RG: nº 2134514 SSP/GO e do CPF: 533.383.401-68 efetiva, estável para o cargo de Agente de Serviços Gerais AG1, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, a progressão de Classe **A** para classe **C.**

Art. 2º A Progressão de Classe do referido funcionário se dá após a apresentação e avaliação dos documentos exigidos conforme Anexo IV da Lei Municipal 455/2007.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publica-se, Cumpra-se.

Novo São Joaquim-MT, 07 de Junho de 2017.

ANTÔNIO AUGUSTO JORDÃO

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO RECURSO HUMANO
PORTARIA Nº. 277/2017 - DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DA CHEFE DEPARTAMENTO DE VIGILÂNCIA AMBIENTAL

PORTARIA Nº. 277/2017

EM, 03 DE JULHO DE 2017.

"Dispõe sobre a Exoneração da Chefe Departamento de Vigilância Ambiental, e dá outras providências correlatas".

O Prefeito Municipal de Novo São Joaquim, Estado de Mato Grosso, **Sr. ANTÔNIO AUGUSTO JORDÃO**, usando de suas atribuições legais,

Considerando o dispositivo no Inciso I do Art. 10 do Estatuto do Servidor Público Municipal da Lei Municipal nº 456/2007,

R E S O L V E:

Art. 1º - Exonerar o Senhor **Keubyo Roque Cruvinel,** portador do RG nº 1474863-0 SSP/MT e do CPF 998.858.671-04 do cargo de livre nomeação para o Cargo de Chefe Departamento de Vigilância Ambiental para o Município de Novo São Joaquim-MT.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publica-se, Cumpra-se.

Novo São Joaquim-MT, 03 de Julho de 2017.

ANTÔNIO AUGUSTO JORDÃO

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO RECURSO HUMANO
PORTARIA Nº. 276/2017 - DESIGNA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL PARA FISCALIZAÇÃO DE EXECUÇÃO DE CONTRATOS

PORTARIA Nº. 276/2017

EM, 03 DE JULHO DE 2017.

"Designa Servidor Público Municipal para fiscalização de execução de contratos, e dá outras providências correlatas".

O Prefeito Municipal de Novo São Joaquim, Estado de Mato Grosso, **Sr. ANTÔNIO AUGUSTO JORDÃO**, usando de suas atribuições legais,

Considerando o dispositivo do Art. 67 da Lei nº 8666/1993,

R E S O L V E:

Art. 1º - Designa, o Servidor **, Willian Carlos Cardeal** para exercer a fiscalização dos contratos abaixo relacionados.

Contrato nº. 067/2017 – Contratação de serviços de manutenção e reparos mecânicos nos veículos e maquinas da Prefeitura Municipal- MT, conforme especificações mínimas, quantitativas e demais condições constantes no termo de referência Nº 27/2017.

Contratada: L. FERREIRA DA SILVA EIRELLI - ME

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publica-se, Cumpra-se.

Novo São Joaquim-MT, 03 de Julho de 2017.

ANTÔNIO AUGUSTO JORDÃO

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO RECURSO HUMANO
PORTARIA Nº. 275/2017 - DESIGNA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL PARA FISCALIZAÇÃO DE EXECUÇÃO DE CONTRATOS

PORTARIA Nº. 275/2017

EM, 03 DE JULHO DE 2017.

"Designa Servidor Público Municipal para fiscalização de execução de contratos, e dá outras providências correlatas".

O Prefeito Municipal de Novo São Joaquim, Estado de Mato Grosso, **Sr. ANTÔNIO AUGUSTO JORDÃO**, usando de suas atribuições legais,

Considerando o dispositivo do Art. 67 da Lei nº 8666/1993,

R E S O L V E:

Art. 1º - Designa, o Servidor **, Willian Carlos Cardeal** para exercer a fiscalização dos contratos abaixo relacionados.

Contrato nº. 066/2017 – Contratação de serviços de manutenção e reparos mecânicos nos veículos e maquinas da Prefeitura Municipal- MT, conforme especificações mínimas, quantitativas e demais condições constantes no termo de referência Nº 27/2017.

Contratada: V. ALVES DE JESUS- MECANICA E TORNEARIA - ME

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publica-se, Cumpra-se.

Novo São Joaquim-MT, 03 de Julho de 2017.

ANTÔNIO AUGUSTO JORDÃO

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO RECURSO HUMANO
PORTARIA Nº. 274/2017 - DESIGNA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL PARA FISCALIZAÇÃO DE EXECUÇÃO DE CONTRATO

PORTARIA Nº. 274/2017

EM, 03 DE JULHO DE 2017.

"Designa Servidor Público Municipal para fiscalização de execução de contratos, e dá outras providências correlatas".

O Prefeito Municipal de Novo São Joaquim, Estado de Mato Grosso, **Sr. ANTÔNIO AUGUSTO JORDÃO**, usando de suas atribuições legais,

Considerando o dispositivo do Art. 67 da Lei nº 8666/1993,

R E S O L V E:

Art. 1º - Designa, o Servidor **, Willian Carlos Cardeal** para exercer a fiscalização dos contratos abaixo relacionados.

Contrato nº. 065/2017 – Contratação de serviços de manutenção e reparos mecânicos nos veículos e maquinas da Prefeitura Municipal- MT, conforme especificações mínimas, quantitativas e demais condições constantes no termo de referência Nº 27/2017.

Contratada: C. F. DE JESUS FARIAS & CIA LTDA - ME

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publica-se, Cumpra-se.

Novo São Joaquim-MT, 03 de Julho de 2017.

ANTÔNIO AUGUSTO JORDÃO

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO RECURSO HUMANO
PORTARIA Nº. 273/2017 - DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

PORTARIA Nº. 273/2017

EM, 03 DE Julho DE 2017.

"Dispõe sobre a nomeação de Presidente da Comissão de Licitação, e dá outras providências correlatas".

O Prefeito Municipal de Novo São Joaquim, Estado de Mato Grosso, **Sr. ANTÔNIO AUGUSTO JORDÃO**, usando de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º - Nomear a Senhor **Andeburgo Franklin da Silva,** portador do RG nº 2891913 SSP/GO e do CPF 532.503.111-20 do cargo de livre nomeação para Presidente da Comissão de Licitação em subtistuição da Senhora Emilaene Oliveira Soares Santos no período de suas férias do dia 03/07/2017 á 01/08/2017 para o Município de Novo São Joaquim-MT.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publica-se, Cumpra-se.

Novo São Joaquim-MT, 03 de julho de 2017.

ANTÔNIO AUGUSTO JORDÃO

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO RECURSO HUMANO
PORTARIA Nº. 272/2017 - DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DO SECRETÁRIO DE AGRICULTURA

PORTARIA Nº. 272/2017

EM, 03 DE JULHO DE 2017.

"Dispõe sobre a Nomeação do Secretário de Agricultura, e dá outras providências correlatas".

O Prefeito Municipal de Novo São Joaquim, Estado de Mato Grosso, **Sr. ANTÔNIO AUGUSTO JORDÃO**, usando de suas atribuições legais,

Considerando o dispositivo no Inciso I do Art. 67 do Estatuto do Servidor Público Municipal da Lei Municipal nº 456/2007,

R E S O L V E:

Art. 1º - Nomeia o senhor, **Ricardo Caetano dos Santos,** portador do RG nº 2178328-4 SSP/MT e do CPF: nº 031.258.511-06 para cargo de livre nomeação Secretário de Agricultura para o Município de Novo São Joaquim-MT.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publica-se, Cumpra-se.

Novo São Joaquim-MT, 03 de Julho de 2017.

ANTÔNIO AUGUSTO JORDÃO

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO RECURSO HUMANO
PORTARIA Nº. 271/2017 - DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DO SECRETÁRIO DE AGRICULTURA "SEM ÔNUS",

PORTARIA Nº. 271/2017

EM, 03 DE JULHO DE 2017.

"Dispõe sobre a Exoneração do Secretário de Agricultura "sem ônus", e dá outras providências correlatas".

O Prefeito Municipal de Novo São Joaquim, Estado de Mato Grosso, **Sr. ANTÔNIO AUGUSTO JORDÃO**, usando de suas atribuições legais,

Considerando o dispositivo no Inciso I do Art. 67 do Estatuto do Servidor Público Municipal da Lei Municipal nº 456/2007,

R E S O L V E:

Art. 1º - Exonerar o senhor, **Sergio Marcos Freitas,** portador do RG nº 12189664 PCE/MG e do CPF: nº 080.707.736-42 para cargo de livre nomeação Secretario de Agricultura " sem ônus" para o Município de Novo São Joaquim-MT.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publica-se, Cumpra-se.

Novo São Joaquim-MT, 03 de Julho de 2017.

ANTÔNIO AUGUSTO JORDÃO

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO RECURSO HUMANO
RESOLUÇÃO 08/2017 - CMAS

RESOLUÇÃO Nº 008/2017.

Sumula: Aprovação do Programa Pró-Família.

O Conselho Municipal de Assistência Social de Novo São Joaquim/MT no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei nº 8742 de 07 de dezembro de 1993, Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS e Lei Municipal nº 589/2010 de 02 de Agosto de 2010 considerando a deliberação em Assembleia Extraordinária deste conselho no dia 25 Julho 2017 sobre a ata nº 003/2017 (Comitê Gestor).

RESOLVE

Art. 1º - Aprovar o Programa Pró-Família de acordo a LEI No 10.523, DE 17 DE MARÇO DE 2017 - D.O. 17.03.17. Com critérios da Instrução Operacional de nº 01/2017 - SETAS – Secretaria de Estado de Trabalho de Assistência Social, onde estabelece as normas técnicas e os procedimentos gerais relativos ao Programa no âmbito municipal.

Paragrafo Único: Serão beneficiadas 150 (*cento e cinaquenta)* famílias em situação de vulnerabilidade e ou risco social, no município de Novo São Joaquim/MT.

Art. 2º - Esta resolução entre em vigor na data de sua publicação, ficando revogada disposição em contrario, notadamente a Resolução 07/2017.

Novo São Joaquim/MT. Em 25 de Julho de 2017.

Norval Augusto Coelho

Presidente do CMAS

DEPARTAMENTO RECURSO HUMANO
PORTARIA Nº. 288/2017 - DISPÕE SOBRE A LICENÇA PARTICULAR SEM REMUNERAÇÃO DE FUNCIONÁRIO PÚBLICO

PORTARIA Nº. 288/2017

EM, 21 DE JULHO DE 2017.

"Dispõe sobre a Licença Particular sem Remuneração de Funcionário Público, e dá outras providências correlatas".

O Prefeito Municipal de Novo São Joaquim, Estado de Mato Grosso, **Sr. ANTÔNIO AUGUSTO JORDÃO**, usando de suas atribuições legais,

Considerando o dispositivo do § 1. do Art. 126 do Estatuto do Servidor Público Municipal da Lei Municipal nº 456/2007.

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder, a Servidora, **Jacira Pereira dos Santos,** portadora do RG nº 936209 SSP/MT e do CPF: nº 581.594.601-04, efetiva, estável para o cargo de Agente de Serviços Gerais – AG10, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, da Prefeitura de Novo São Joaquim-MT, 02 (dois) anos de Licença Particular sem Remuneração no período de 21/07/2017 á 21/07/2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publica-se, Cumpra-se.

Novo São Joaquim-MT, 21 de Julho de 2017.

ANTÔNIO AUGUSTO JORDÃO

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO RECURSO HUMANO
PORTARIA Nº. 270/2017- DISPÕE SOBRE A LICENÇA PRÊMIO DE FUNCIONÁRIO PÚBLICO

PORTARIA Nº. 270/2017

EM, 01 DE JULHO DE 2017.

"Dispõe sobre a Licença Prêmio de Funcionário Público, e dá outras providências correlatas"

O Prefeito Municipal de Novo São Joaquim, Estado de Mato Grosso, **Sr. ANTÔNIO AUGUSTO JORDÃO**, usando de suas atribuições legais,

Considerando o dispositivo do Art. 127 do Estatuto do Servidor Público Municipal da Lei Municipal nº 456/2007,

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder, ao Servidor, **Ariovaldo Rodrigues de Oliveira,** portador do RG nº 419495 SSP/GO e do CPF: nº 072.478.691-00, efetivo, estável para o cargo de Agente de Serviços AG 5, lotado na Secretaria de Saúde, da Prefeitura de Novo São Joaquim-MT, 03 (três) meses de Licença Prêmio no período de 01/07/2017 á 29/09/2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publica-se, Cumpra-se.

Novo São Joaquim-MT, 01 de Julho de 2017.

ANTÔNIO AUGUSTO JORDÃO

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO RECURSO HUMANO
PORTARIA Nº. 269/2017 - DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DA ASSISTENTE DE GABINETE

PORTARIA Nº. 269/2017

EM, 30 DE JUNHO DE 2017.

"Dispõe sobre a Exoneração da Assistente de Gabinete, e dá outras providências correlatas".

O Prefeito Municipal de Novo São Joaquim, Estado de Mato Grosso, **Sr. ANTÔNIO AUGUSTO JORDÃO**, usando de suas atribuições legais,

Considerando o dispositivo no Inciso I do Art. 10 do Estatuto do Servidor Público Municipal da Lei Municipal nº 456/2007,

R E S O L V E:

Art. 1º - Exonerar a Senhora **Karla Brenda Kenedy Fonseca Sandes,** portador do RG nº 1096382 SSP/TO e do CPF 021.937.701-40 do cargo de livre nomeação para o Cargo de Assistente de Gabinete para o Município de Novo São Joaquim-MT.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publica-se, Cumpra-se.

Novo São Joaquim-MT ,30 de Junho de 2017.

ANTÔNIO AUGUSTO JORDÃO

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO RECURSO HUMANO
PORTARIA Nº. 268/2017 - DESIGNA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL PARA FISCALIZAÇÃO DE EXECUÇÃO DE CONTRATOS

PORTARIA Nº. 268/2017

EM, 28 DE JUNHO DE 2017.

"Designa Servidor Público Municipal para fiscalização de execução de contratos, e dá outras providências correlatas".

O Prefeito Municipal de Novo São Joaquim, Estado de Mato Grosso, **Sr. ANTÔNIO AUGUSTO JORDÃO**, usando de suas atribuições legais,

Considerando o dispositivo do Art. 67 da Lei nº 8666/1993,

R E S O L V E:

Art. 1º - Designa, o Servidor, **Higgor Pinho e Silva** para exercer a fiscalização dos contratos abaixo relacionados.

Contrato nº. 073/2014 – O Objeto do presente contrato – Execução de obra de construção de um centro de convivência de idosos na cidade de Novo São Joaquim –MT, conforme proposta constante do processo Licitario Nº 39/2014 – Tomada de Preços Nº 05/2014.

Contratada: EQUILIBRIO CONSTRUÇÕES E PROJETOS LTDA - EPP

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para o dia 14 de Outubro 2014.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publica-se, Cumpra-se.

Novo São Joaquim-MT, 28 de Junho de 2017.

ANTÔNIO AUGUSTO JORDÃO

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO RECURSO HUMANO
PORTARIA Nº. 267/2017 - DESIGNA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL PARA FISCALIZAÇÃO DE EXECUÇÃO DE CONTRATOS

PORTARIA Nº. 267/2017

EM, 28 DE JUNHO DE 2017.

"Designa Servidor Público Municipal para fiscalização de execução de contratos, e dá outras providências correlatas".

O Prefeito Municipal de Novo São Joaquim, Estado de Mato Grosso, **Sr. ANTÔNIO AUGUSTO JORDÃO**, usando de suas atribuições legais,

Considerando o dispositivo do Art. 67 da Lei nº 8666/1993,

R E S O L V E:

Art. 1º - Designa, o Servidora, **Aline Andrade de Melo, Marlene Ferreira de Oliveira Rocha, Willian Carlos Cardeal, Camila Alves de Sousa, Luzia Sandra Silva Borges** para exercer a fiscalização dos contratos abaixo relacionados.

Contrato nº. 064/2017 – O Objeto do presente instrumento é a contratação de serviços de sonorização de eventos e propaganda volante.

Contratada: DIEIME ALVES MARTINS

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publica-se, Cumpra-se.

Novo São Joaquim-MT, 28 de Junho de 2017.

ANTÔNIO AUGUSTO JORDÃO

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO RECURSO HUMANO
PORTARIA Nº. 279/2017 - DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE COORDENADORA DE EQUIPE DE REFERENCIA

PORTARIA Nº. 279/2017

EM, 07 DE JULHO DE 2017.

"Dispõe sobre a Exoneração de Coordenadora de Equipe de Referencia, e dá outras providências correlatas".

O Prefeito Municipal de Novo São Joaquim, Estado de Mato Grosso, **Sr. ANTÔNIO AUGUSTO JORDÃO**, usando de suas atribuições legais.

Considerando o dispositivo no Inciso I do Art. 10 do Estatuto do Servidor Público Municipal da Lei Municipal nº 456/2007,

R E S O L V E:

Art. 1º - Exonerar, o Senhora **LANA MARIA GONÇALVES FIGUEIREDO ,** portadora do RG: nº 1542511-8 SESP/MT e do CPF: 721.026.161-34 para o cargo de livre nomeação de Coordenadora de Equipe de Referencia, para o município de Novo São Joaquim-MT.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publica-se, Cumpra-se.

Novo São Joaquim-MT, 07 de Julho de 2017.

ANTÔNIO AUGUSTO JORDÃO

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO RECURSO HUMANO
PORTARIA Nº. 266/2017 - DESIGNA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL PARA FISCALIZAÇÃO DE EXECUÇÃO DE CONTRATOS

PORTARIA Nº. 266/2017

EM, 28 DE JUNHO DE 2017.

"Designa Servidor Público Municipal para fiscalização de execução de contratos, e dá outras providências correlatas".

O Prefeito Municipal de Novo São Joaquim, Estado de Mato Grosso, **Sr. ANTÔNIO AUGUSTO JORDÃO**, usando de suas atribuições legais,

Considerando o dispositivo do Art. 67 da Lei nº 8666/1993,

R E S O L V E:

Art. 1º - Designa, o Servidora**, Willian Carlos Cardeal** para exercer a fiscalização dos contratos abaixo relacionados.

Contrato nº. 063/2017 – O Objeto do presente instrumento é a contratação da empresa relacionada para prestação de serviços com veículos caminhão ¾ , com Carroceria de madeira com capacidade máxima de 4,5 toneladas.

Contratada: JOÃO BATISTA BARBOSA

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publica-se, Cumpra-se.

Novo São Joaquim-MT, 28 de Junho de 2017.

ANTÔNIO AUGUSTO JORDÃO

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO RECURSO HUMANO
PORTARIA Nº. 287/2017 - DISPÕE SOBRE A LICENÇA PARTICULAR SEM REMUNERAÇÃO DE FUNCIONÁRIO PÚBLICO

PORTARIA Nº. 287/2017

EM, 21 DE JULHO DE 2017.

"Dispõe sobre a Licença Particular sem Remuneração de Funcionário Público, e dá outras providências correlatas".

O Prefeito Municipal de Novo São Joaquim, Estado de Mato Grosso, **Sr. ANTÔNIO AUGUSTO JORDÃO**, usando de suas atribuições legais,

Considerando o dispositivo do § 1. do Art. 126 do Estatuto do Servidor Público Municipal da Lei Municipal nº 456/2007.

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder, ao Servidor, **José Maria Nunes da Silva,** portadora do RG nº 284591 SSP/MT e do CPF: nº 328.917.681-91, efetivo, estável para o cargo de Agente de Serviços Gerais – AG5, lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, da Prefeitura de Novo São Joaquim-MT, 02 (dois) anos de Licença Particular sem Remuneração no período de 21/07/2017 á 21/07/2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publica-se, Cumpra-se.

Novo São Joaquim-MT, 21 de Julho de 2017.

ANTÔNIO AUGUSTO JORDÃO

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO RECURSO HUMANO
PORTARIA Nº. 265/2017 - DESIGNA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL PARA FISCALIZAÇÃO DE EXECUÇÃO DE CONTRATOS

PORTARIA Nº. 265/2017

EM, 28 DE JUNHO DE 2017.

"Designa Servidor Público Municipal para fiscalização de execução de contratos, e dá outras providências correlatas".

O Prefeito Municipal de Novo São Joaquim, Estado de Mato Grosso, **Sr. ANTÔNIO AUGUSTO JORDÃO**, usando de suas atribuições legais,

Considerando o dispositivo do Art. 67 da Lei nº 8666/1993,

R E S O L V E:

Art. 1º - Designa, o Servidora, **Aline Andrade de Melo, Marlene Ferreira de Oliveira Rocha, Willian Carlos Cardeal, Camila Alves de Sousa, Diógenes Gomes Lemos** para exercer a fiscalização dos contratos abaixo relacionados.

Contrato nº. 062/2017 – O Objeto do presente instrumento é a contratação da empresa relacionada neste instrumento, visando o fornecimento de gás(gás de cozinha), água mineral, descartáveis (em geral) e recipientes térmicos para atendimento das Secretarias Administrativas.

Contratada: COMERCIAL ATACADO E VAREJO JR BANDEIRANTES EIRELI -EPP

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publica-se, Cumpra-se.

Novo São Joaquim-MT, 28 de Junho de 2017.

ANTÔNIO AUGUSTO JORDÃO

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO RECURSO HUMANO
PORTARIA Nº. 281/2017 - DESIGNA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL PARA FISCALIZAÇÃO DE EXECUÇÃO DE CONTRATOS

PORTARIA Nº. 281/2017

EM, 07 DE JULHO DE 2017.

"Designa Servidor Público Municipal para fiscalização de execução de contratos, e dá outras providências correlatas".

O Prefeito Municipal de Novo São Joaquim, Estado de Mato Grosso, **Sr. ANTÔNIO AUGUSTO JORDÃO**, usando de suas atribuições legais,

Considerando o dispositivo do Art. 67 da Lei nº 8666/1993,

R E S O L V E:

Art. 1º - Designa, a Servidora, **Maria Helena Rocha da Silva** para exercer a fiscalização dos contratos abaixo relacionados.

Contrato nº. 068/2017 – O Objeto do presente instrumento é a contratação da empresa relacionada neste instrumento, visando o fornecimento de gêneros alimentícios para preparo da merenda escolar, para o segundo semestre de 2017 e primeiro semestre de 2018, conforme termo de referência que acompanhou o Edital da Licitação Pregão Presencial Nº 23/2017.

Contratada: A. G. SILVA MERCADO - ME

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publica-se, Cumpra-se.

Novo São Joaquim-MT, 07 de Julho de 2017.

ANTÔNIO AUGUSTO JORDÃO

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO RECURSO HUMANO
PORTARIA Nº. 282/2017 - DESIGNA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL PARA FISCALIZAÇÃO DE EXECUÇÃO DE CONTRATOS

PORTARIA Nº. 282/2017

EM, 07 DE JULHO DE 2017.

"Designa Servidor Público Municipal para fiscalização de execução de contratos, e dá outras providências correlatas".

O Prefeito Municipal de Novo São Joaquim, Estado de Mato Grosso, **Sr. ANTÔNIO AUGUSTO JORDÃO**, usando de suas atribuições legais,

Considerando o dispositivo do Art. 67 da Lei nº 8666/1993,

R E S O L V E:

Art. 1º - Designa, a Servidora, **Maria Helena Rocha da Silva** para exercer a fiscalização dos contratos abaixo relacionados.

Contrato nº. 069/2017 – O Objeto do presente instrumento é a contratação da empresa relacionada neste instrumento, visando o fornecimento de gêneros alimentícios para preparo da merenda escolar, para o segundo semestre de 2017 e primeiro semestre de 2018, conforme termo de referência que acompanhou o Edital da Licitação Pregão Presencial Nº 23/2017.

Contratada: COMERCIAL ATACADO E VAREJO JR BANDEIRANTES EIRELI EPP

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publica-se, Cumpra-se.

Novo São Joaquim-MT, 07 de Julho de 2017.

ANTÔNIO AUGUSTO JORDÃO

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO RECURSO HUMANO
ATA 03/2017 - COMITÊ GESTOR - PRÓ FAMILIA

ATA Nº 003/2017 do Comitê Gestor do Programa Pró-Família.

Aos 25 (vinte) dias do mês de Julho do ano de dois mil e dezessete, às 09h00min reuniram-se em reunião do Comitê Gestor do Programa Pró-Família no município de Novo São Joaquim/MT no Centro de Referência de Assistência Social – CRAS, situado à Avenida Oscar Zaiden de Menezes, Nº 1445, Centro, no município de Novo São Joaquim, Estado de Mato Grosso, estiveram presente a reunião a Sr.ª Bruna Rafaela Marques de Oliveira, como convidada, a Presidente do Comitê Gestor de acordo com a Portaria 250 de 07 de junho de 2017 Srª Elen Cristina Ribeiro, Norval Augusto Coelho – Titular, e Lucidalma Rocha da Silva, suplente, Admar Ferreira da Silva - Titular, e Ebson Silverio Gomes, suplente. Leandro de Oliveira Dolzan , suplente, Rozania Neves Rosa, Titular e Leila Ferreira de Jesus, Titular e Marta Avelina da Silva Souza, suplente. Maria Gorete da Silva Oliveira, Titular e Eudinália Fernanda da Silva, suplente. Telma Ferreira da Silva, Titular e Elita Parreira dos Santos, suplente. Maria Dorcelina da Silva, Titular, e Noêmia Rosa, suplente. Após explanação da senhora Elen Cristina– presidente, sobre o Programa Pró Família desenvolvido pelo governo do estado de Mato Grosso, falou sobre a importância dos benefícios que agregarão na renda das famílias em vulnerabilidade e/ou risco social e também o fomento no comércio no município de Novo São Joaquim, foi apresentado a lista compondo 150 famílias que se encontra em uma planilha 001/2017 e 002/2017. As famílias foram selecionadas através de estudo da equipe técnica do CRAS juntamente com as agentes de saúde que irão desenvolver o Programa. **APROVADO POR UNANIMIDADE 150 (cento e cinquenta) famílias para receber o beneficio.** Segue a lista aprovada para baixar resolução e publicação. Não tendo mais nada em pauta encerra a presente reunião. Eu, Elen Cristina Ribeiro, presidente do Comitê, lavrei a presente ata, que segue assinada por mim e pelos presentes, em lista anexa.

DEPARTAMENTO RECURSO HUMANO
PORTARIA Nº. 261/2017 - DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO SEM ÔNUS

PORTARIA Nº. 261/2017

EM, 20 DE JUNHO DE 2017.

"Dispõe sobre a Nomeação da Secretaria Municipal de Governo, e dá outras providências correlatas".

O Prefeito Municipal de Novo São Joaquim, Estado de Mato Grosso, **Sr. ANTÔNIO AUGUSTO JORDÃO**, usando de suas atribuições legais,

Considerando o dispositivo no Inciso I do Art. 10 do Estatuto do Servidor Público Municipal da Lei Municipal nº 456/2007,

R E S O L V E:

Art. 1º - Nomeia, a Senhora **Elen Cristina Ribeiro,** portadora do RG: nº 25162640 SSP/MT e do CPF: 588.138.539-04 para o cargo de livre nomeação Secretaria Municipal de Governo "sem ônus" para o Município de Novo São Joaquim-MT.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publica-se, Cumpra-se.

Novo São Joaquim-MT, 20 de Junho de 2017.

ANTÔNIO AUGUSTO JORDÃO

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO RECURSO HUMANO
PORTARIA Nº. 262/2017 - DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA CHEFE DEPARTAMENTO DE COMPRAS

PORTARIA Nº. 262/2017

EM, 20 DE JUNHO DE 2017.

"Dispõe sobre a Nomeação da Chefe Departamento de Compras, e dá outras providências correlatas".

O Prefeito Municipal de Novo São Joaquim, Estado de Mato Grosso, **Sr. ANTÔNIO AUGUSTO JORDÃO**, usando de suas atribuições legais,

Considerando o dispositivo no Inciso I do Art. 10 do Estatuto do Servidor Público Municipal da Lei Municipal nº 456/2007,

R E S O L V E:

Art. 1º - Nomeia, a Senhora **Gabriele Alves Carvalho,** portadora do RG: nº 28873351 SSP/MT e do CPF: 031.921.971-29 para o cargo de livre nomeação Chefe Departamento de Compras para o Município de Novo São Joaquim-MT.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publica-se, Cumpra-se.

Novo São Joaquim-MT, 20 de Junho de 2017.

ANTÔNIO AUGUSTO JORDÃO

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO RECURSO HUMANO
DECRETO 50/2017 - ERRATA

DECRETO Nº 50/2017

18 de Julho de 2017

DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS DE NOVO SÃO JOAQUIM/MT.

O Prefeito Municipal de Novo São Joaquim, Estado de Mato Grosso, **Sr. ANTÔNIO AUGUSTO JORDÃO**, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Municipal Nº 589/2010 de 02 de Agosto de 2010, e considerando que o CMAS é órgão colegiado de caráter deliberativo permanente e de composição paritária, vinculado à estrutura do órgão de AdministraçãoPública Municipal, responsável pela coordenação da Política Municipal de Assistência Social, **DECRETA:**

Art. 1º - Substituir alguns membros do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS:

Representantes Governamentais:

Norval Augusto Coelho - Titular

Lucidalma Rocha da Silva – Suplente

Rosania das Neves Rosa – Titular

Leila Ferreira de Jesus – Suplente

Leandro de Oliveira Dolzan – Titular

Kalebe Ferrnando Nogueira– Suplente

Alcenir Rodrigues Mendonça – Titular

Leandro Meireles– Suplente

Eudinália Fernanda da Silva – Titular

Maria Goreth da Silva Oliveira – Suplente

Edmar |Pereira de Jesus Ressude – Titular

Marta Avelina da Silva Souza – Suplente

Representantes Não-Governamentais:

Erilda Maria Rodrigues dos Santos – Titular

Felix Ferreira dos Santos – Suplente

Leandro de Souza Silva – Titular

Ailton Barbosa Lima – Suplente

Eleonara Salvi – Titular

Vilma Soares da Silva Santos Souza – uplente

Maria Dorcelina da Silva – Titular

Leidiane C. R. Mariano – Suplente

Noêmia Rosa da Silva - Titular

Maria Neuza e Silva – Suplente

Elita Parreira dos Santos - Titular

Telma Ferreira da Silva - Suplente

Parágrafo Único - A função de membro do Conselho é considerada de interesse público e não será remunerada.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

EM, 18 DE JULHO DE 2017.

Antônio Augusto Jordão

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

EM, 18 DE JULHO DE 2017.

DEPARTAMENTO RECURSO HUMANO
PORTARIA Nº. 263/2017 - DISPÕE SOBRE A LICENÇA PARTICULAR SEM REMUNERAÇÃO

PORTARIA Nº. 263/2017

EM, 20 DE JUNHO DE 2017.

"Dispõe sobre a Licença Particular sem remuneração, e dá outras providências correlatas".

O Prefeito Municipal de Novo São Joaquim, Estado de Mato Grosso, **Sr. ANTÔNIO AUGUSTO JORDÃO**, usando de suas atribuições legais.

Considerando o dispositivo no Art. 8da Lei Municipal nº 646/2012 e Art. 23 do Regimento Interno,

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder Licença particular, sem ônus, por um período de um ano, 12 de Junho de 2017 a 12 de Junho de 2018, ao Servidor Público Municipal **Kênia Cristina Gomes Candido Lima,** portador do RG: nº 4487728 SSP/GO e CPF: 014.796.341-90, Matrícula nº 1386, lotado no cargo de Conselheiro Tutelar para o quadriênio 2016/2019 eleito através do processo eleitoral realizado em 04 de outubro de 2015 e empossado aos dez dias do mês de Janeiro de 2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para o dia 12 de junho de 2017.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publica-se, Cumpra-se.

Novo São Joaquim-MT, 20 de Junho de 2017.

ANTÔNIO AUGUSTO JORDÃO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANATINGA

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 76/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 068/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇO que entre si celebram a Prefeitura Municipal de Paranatinga - Mato Grosso e a empresa vencedora do certame licitatório referente ao Pregão nº **068/2017**, na modalidade **PRESENCIAL** tendo por objeto**:** Registro de Preços para Futura e Eventual **Aquisição de Gêneros Alimentícios para Merenda Escolar (II Etapa)**, atendendo à solicitação da Secretaria Municipal de Educação de Paranatinga – MT.

O **MUNICÍPIO DE PARANATINGA**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Av. Brasil, nº 1.900 – Bairro Centro – Município de Paranatinga, Estado de Mato Grosso, inscrito no CNPJ sob o nº **15.023.971/0001-24**, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Senhor **Josimar Marques Barbosa**, brasileiro, casado, portador do RG 0305291-5 SJ/MT e CPF 550.450.651-49 residente e domiciliado na Rua Apolônio Bouret de Melo, S/N, Bairro Centro, nesta cidade de Paranatinga – MT, neste ato designado simplesmente **CONTRATANTE**, com obediência geral a Lei nº 10.520 de 17/07/2002, pelo Decreto nº 3.555, de 08/08/2000, Decreto n° 7.892/2013 e subsidiariamente pela Lei nº 8.666 de 21/06/1993 e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no **PREGÃO PRESENCIAL Nº 068/2017** para Registro de Preço, homologada pelo Prefeito Municipal, **RESOLVEM** registrar os preço da empresa vencedora que incidirá no valor dos produtos, nas quantidades estimadas anuais, de acordo com a classificação por ela alcançada nos itens, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e seus anexos e as constantes desta Ata de Registro de Preço, para formação do **SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO - SRP** destinado a contratações futuras sujeitando-se as partes às normas constantes das Leis e Decretos supracitados e em conformidade com as disposições a seguir.

2 - CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

2.1 Empresa vencedora:

APARECIDA MARCIA TOMAZINI – EPP.

CNPJ: 00.145.325/0001-62.

Seq.	Cod.	Descrição	Unidade	Qtde.	Valor Unit.	Total
1	491357	BISCOITO - De Tipo Cream- Cracker crocante, sabor e cor característico, embalagem dupla face de polietileno atóxico de 400g, com identificação do produto, rótulo com ingredientes.Validade 6 meses. Caixa com 20 uni x 400 g.	CAIXA	1.290,00	R$107,80	R$139.062,00
2	346289	PAO FRANCES- Pão francês, unidade de 50g, fresco, macio, sem presença de sujidades. Não deve ser embalado quente. Validade mínima de 5 dias, a contar da data da entrega.	KILO	13.300,00	R$15,29	R$ 203.357,00
3	346298	SALSICHA DE FRANGO - Salsicha de frango, fresca ou congelada com idendificacao do produto e rotulo contendo a data de fabricacao e validade e registro no SIM ou CISPOA	KILO	4.100,00	R$12,90	R$52.890,00

VALOR GLOBAL R$ 395.309,00. Em 25 de Julho de 2017. Pregoeiros Devenilson da Silva e Beatriz Elisa Behnen.

OUVIDORIA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 358 DE 24 DE JULHO DE 2017.

PORTARIA Nº 358 DE 24 DE JULHO DE 2017.

O Prefeito Municipal de Paranatinga – MT, **Sr. JOSIMAR MARQUES BARBOSA**, no uso e gozo de suas atribuições legais:

RESOLVE:

I – **NOMEAR** o **Sr. RONALDO FERREIRA DOS SANTOS**, inscrito no CPF sob o número 550.664.021-87 e portador do RG de número 08690421S-SP/MT, para responder pelo cargo de **CHEFE DE DIVISÃO DE ESPORTE ESCOLAR**.

II – Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

III – Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Paranatinga – MT, 24 de julho de 2017.

JOSIMAR MARQUES BARBOSA

PREFEITO MUNICIPAL

OUVIDORIA MUNICIPAL
PORTARIA N° 359 DE 24 DE JULHO DE 2017.

PORTARIA N° 359 DE 24 DE JULHO DE 2017.

O Prefeito Municipal de Paranatinga – MT, **Sr. JOSIMAR MARQUES BARBOSA**, no uso e gozo de suas atribuições legais:

RESOLVE:

I – **EXONERAR** o **Sr. BENEDITO FRANCISCO MOREIRA**, inscrito no CPF sob o número 570.020.371-53 e portador do RG de número 10105891, SSP/MT, do Cargo de **DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS**.

II – Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

III – Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Paranatinga – MT, 24 de julho de 2017.

JOSIMAR MARQUES BARBOSA

PREFEITO MUNICIPAL

LICITAÇÃO
RESULTADO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL 68/2017

A Prefeitura Municipal de Paranatinga – MT, através dos pregoeiros nomeados pela portaria 108 de 27 de Janeiro de 2017, torna público para conhecimento dos interessados que na Licitação pela modalidade **PREGÃO PRESENCIAL Nº. 68/2017**, regido pela lei 10.520/2002 e pelo Decreto Municipal n°1.005/2014, subsidiada pela Lei 8.666/93, tendo por Objeto: Registro de Preços para Futura e Eventual **Aquisição de Gêneros Alimentícios para Merenda Escolar (II Etapa)**, atendendo à solicitação da Secretaria Municipal de Educação de Paranatinga – MT. Conforme especificações contidas no ANEXO I do respectivo Edital. Obteve – se o seguinte resultado: Empresa Vencedora **APARECIDA MARCIA TOMAZINI – EPP - R$ 395.309,00.** Em 25 de Julho de 2017. Pregoeiros Devenilson da Silva e Beatriz Elisa Behnen.

OUVIDORIA MUNICIPAL
DECRETO N. 1383/2017

DECRETO N. 1383/2017

"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DOS MEMBROS DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS DO FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE PARANATINGA - PARANATINGAPREV E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PARANATINGA, ESTADO DE MATO GROSSO, SR. JOSIMAR MARQUES BARBOSA, NO USA DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS QUE LHE SÃO CONFERIDAS PELA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL, E;

Considerando o art. 3º-A da Portaria MPS n.º 170/2012 de 25 de abril de 2012;

Considerando a necessidade de nomeação dos membros para a composição do Comitê de Investimentos.

RESOLVE:

Art. 1º - Compõem o Conselho de Investimento do ParanatingaPrev, sob a presidência do primeiro, para comporem a Comissão de Investimento dos recursos previdenciários:

Sra. MÁRCIA PEREIRA DE LIMA - CPF N.º 024.416.921-78;

Sra. GABRIELI DE OLIVEIRA SILVA - CPF n.º 054.451.661-39;

E, o Sr. ABILIO MORAES RAMOS - CPF n.º 051059.241-42.

§ 1º Os membros do Comitê de Investimentos terão mandatos de 03 (três) anos, podendo ser renovados por igual período.

§ 2º O Presidente do Comitê de Investimentos necessariamente deverá ter sido aprovado em exame de certificação organizado por entidade autônoma de reconhecida capacidade técnica e difusão no mercado brasileiro de capitais, conforme art. 2º da portaria MPS n.º 519/2011.

Art. 2º O Comitê de Investimentos se reunirá, pelo menos, três vezes ao ano, cabendo-lhe especificamente realizar estudos quanto a destinação da aplicação dos recursos previdenciários, de forma a auxiliar o Conselho Curador na execução da política de investimentos.

§1º As decisões referente a destinação da aplicação dos recursos previdenciários deverão ser registradas em atas e arquivadas junto as demais decisões emitidas pelo Conselho Curador.

§2º Os membros do Comitê de Investimentos, nada perceberão pelo desempenho do mandato.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação revogando o 1118/2015 e as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Paranatinga – MT, 24 de julho de 2017.

JOSIMAR MARQUES BARBOSA

PREFEITO MUNICIPAL

LICITAÇÃO
RETIFICAÇÃO DO AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL 71/2017

A Prefeitura Municipal de Paranatinga – MT, através dos pregoeiros nomeados pela portaria 108 de 27 de Janeiro de 2017, torna público para conhecimento dos interessados a **Retificação da Publicação do Aviso de Licitação - Pregão Presencial 71/2017**, regido pela lei 10.520/2002 e pelo Decreto Municipal n°1005/2014, subsidiada pela Lei 8.666/93, Faz – se a Retificação dos Itens abaixo no Edital:

Onde se lê: 5.2 Documentação relativa à Qualificação Econômico-Financeira consistirá na apresentação dos seguintes documentos:

3º) Sociedade sujeita ao regime estabelecido na Lei Complementar nº 123/2006 – Estatuto da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte (**ME ou EPP**):

- Acompanhados por fotocópia dos Termos de Abertura e de Encerramento do livro Diário, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante

- Declaração simplificada do último imposto de renda.

Leia- se: 5.2 Documentação relativa à Qualificação Econômico-Financeira consistirá na apresentação dos seguintes documentos:

3º) Sociedade sujeita ao regime estabelecido na Lei Complementar nº 123/2006 – Estatuto da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte (**ME ou EPP**):

- Acompanhados por fotocópia dos Termos de Abertura e de Encerramento do livro Diário, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante

Onde se lê: 9.2.2 Poderá ser considerada inexequível a proposta que apresentar Taxa de administração inferior a 0,5% (meio por cento), assim considerados aquelas que não venham a ter demonstrada sua viabilidade através de documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto do contrato. **Leia- se: 9.2.2** Poderá ser aceita a proposta que apresentar a menor Taxa de administração em Percentual (%), sendo aceito inclusive taxa de Administração negativa. Assim considerados aquelas que venham a ter demonstrada sua viabilidade através de documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto do contrato.

Onde se lê: Data de abertura **26/07/2016** Quarta – feira **.** - **Leia- se:** Data de abertura **03/08/2017** Quinta - feira.

Pregoeiros Devenilson da Silva e Beatriz Elisa Behnen. Em Paranatinga - MT, 25 de Julho de 2017.

OUVIDORIA MUNICIPAL
PORTARIA N° 368 DE 24 DE JULHO DE 2017.

PORTARIA N° 368 DE 24 DE JULHO DE 2017.

O Prefeito Municipal de Paranatinga – MT, **Sr. JOSIMAR MARQUES BARBOSA**, no uso e gozo de suas atribuições legais:

RESOLVE:

I – **NOMEAR** a **Sra. DAIANI ALVES ROSA**, inscrita no CPF sob o número 048.780.611-54 e portadora do RG de número 2571387-6 SSP/MT, para responder pelo Cargo de **CHEFE DE DIVISÃO DE INFORMÁTICA,** nos termos da Lei n. 1402/2017.

II – Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

III – Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Paranatinga – MT, 24 de julho de 2017.

JOSIMAR MARQUES BARBOSA

PREFEITO MUNICIPAL

OUVIDORIA MUNICIPAL
PORTARIA N° 367 DE 24 DE JULHO DE 2017.

PORTARIA N° 367 DE 24 DE JULHO DE 2017.

O Prefeito Municipal de Paranatinga – MT, **Sr. JOSIMAR MARQUES BARBOSA**, no uso e gozo de suas atribuições legais:

RESOLVE:

I – **EXONERAR** a **Sra. DAIANI ALVES ROSA**, inscrita no CPF sob o número 048.780.611-54 e portadora do RG de número 2571387-6 SSP/MT, do Cargo de **DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ARQUIVO**.

II – Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

III – Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Paranatinga – MT, 24 de julho de 2017.

JOSIMAR MARQUES BARBOSA

PREFEITO MUNICIPAL

OUVIDORIA MUNICIPAL
PORTARIA N° 366 DE 24 DE JULHO DE 2017.

PORTARIA N° 366 DE 24 DE JULHO DE 2017.

O Prefeito Municipal de Paranatinga – MT, **Sr. JOSIMAR MARQUES BARBOSA**, no uso e gozo de suas atribuições legais:

RESOLVE:

I – **NOMEAR** o **Sr. JOÃO BOSCO ALVES DE LIMA**, brasileiro, inscrito no CPF sob o número 429.332.691-04 e portador do RG de número 0601958-7 SJ/MT, para responder pelo Cargo de **CHEFE DE DIVISÃO DE COMUNICAÇÃO,** nos termos da Lei Municipal n. 1402/2017.

II – Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

III – Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Paranatinga – MT, 24 de julho de 2017.

JOSIMAR MARQUES BARBOSA

PREFEITO MUNICIPAL

OUVIDORIA MUNICIPAL
PORTARIA N° 365 DE 24 DE JULHO DE 2017.

PORTARIA N° 365 DE 24 DE JULHO DE 2017.

O Prefeito Municipal de Paranatinga – MT, **Sr. JOSIMAR MARQUES BARBOSA**, no uso e gozo de suas atribuições legais:

RESOLVE:

I – **EXONERAR** o **Sr. JOÃO BOSCO ALVES DE LIMA**, brasileiro, inscrito no CPF sob o número 429.332.691-04 e portador do RG de número 0601958-7 SJ/MT, do Cargo de **DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE ESPORTE E LAZER**.

II – Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

III – Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Paranatinga – MT, 24 de julho de 2017.

JOSIMAR MARQUES BARBOSA

PREFEITO MUNICIPAL

OUVIDORIA MUNICIPAL
PORTARIA N° 364 DE 24 DE JULHO DE 2017.

PORTARIA N° 364 DE 24 DE JULHO DE 2017.

O Prefeito Municipal de Paranatinga – MT, **Sr. JOSIMAR MARQUES BARBOSA**, no uso e gozo de suas atribuições legais:

RESOLVE:

I – **NOMEAR** a **SRA. ANGELA CRISTINA DE MELO**, inscrita no CPF sob o número 665.994.900-34 e portadora do RG de número 5039134159, SSP/RS, para responder pelo Cargo de **CHEFE DE DIVISÃO DE ATENDIMENTO E ORIENTAÇÃO**.

II – Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

III – Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Paranatinga – MT, 24 de julho de 2017.

JOSIMAR MARQUES BARBOSA

PREFEITO MUNICIPAL

OUVIDORIA MUNICIPAL
PORTARIA N° 363 DE 24 DE JULHO DE 2017.

PORTARIA N° 363 DE 24 DE JULHO DE 2017.

O Prefeito Municipal de Paranatinga – MT, **Sr. JOSIMAR MARQUES BARBOSA**, no uso e gozo de suas atribuições legais:

RESOLVE:

I – **EXONERAR** a **SRA. ANGELA CRISTINA DE MELO**, inscrita no CPF sob o número 665.994.900-34 e portadora do RG de número 5039134159, SSP/RS, do Cargo de **DIRETORA DE EDUCAÇÃO PARA CONSUMO PROCON**.

II – Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

III – Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Paranatinga – MT, 24 de julho de 2017.

JOSIMAR MARQUES BARBOSA

PREFEITO MUNICIPAL

OUVIDORIA MUNICIPAL
PORTARIA N° 362 DE 24 DE JULHO DE 2017.

PORTARIA N° 362 DE 24 DE JULHO DE 2017.

O Prefeito Municipal de Paranatinga – MT, **Sr. JOSIMAR MARQUES BARBOSA**, no uso e gozo de suas atribuições legais:

RESOLVE:

I – **NOMEAR** o **Sr. DIEGO DA SILVA NASCIMENTO**, inscrito no CPF sob o número 051.029.771-48 e portador do RG de número 24962090 SSP/MT, para responder pelo cargo de **CHEFE DE DIVISÃO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA, FOMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL,** nos termos da Lei 1402/2017.

II – Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

III – Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Paranatinga – MT, 24 de julho de 2017.

JOSIMAR MARQUES BARBOSA

PREFEITO MUNICIPAL

OUVIDORIA MUNICIPAL
PORTARIA N° 360 DE 24 DE JULHO DE 2017.

PORTARIA N° 360 DE 24 DE JULHO DE 2017.

O Prefeito Municipal de Paranatinga – MT, **Sr. JOSIMAR MARQUES BARBOSA**, no uso e gozo de suas atribuições legais:

RESOLVE:

I – **NOMEAR** o **Sr. BENEDITO FRANCISCO MOREIRA**, inscrito no CPF sob o número 570.020.371-53 e portador do RG de número 10105891, SSP/MT, para responder pelo cargo de **CHEFE DE MANUTENÇÃO, LAVAGEM E BORRACHARIA,** nos termos da Lei 1402/2017.

II – Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

III – Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Paranatinga – MT, 24 de julho de 2017.

JOSIMAR MARQUES BARBOSA

PREFEITO MUNICIPAL

OUVIDORIA MUNICIPAL
D E C R E T O Nº 1368/2017. FL. 01/04.

D E C R E T O Nº 1368/2017. FL. 01/04.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO E TRANSPOSIÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO E DAS OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Paranatinga – MT, Sr. Josimar Marques Barbosa, no uso de suas atribuições legais, principalmente as conferidas pela Lei Municipal nº 1463/2017, de 09 de junho de 2017, de conformidade com o artigo nº 41, da Lei Federal 4.320/64.

D E C R E T A:

ARTIGO 1º. – Fica aberto ao Orçamento Programa do Município de Paranatinga – MT, Crédito Adicional Suplementar por anulação e transposição parcial de dotação no valor de R$ 810.429,00 (Oitocentos e Dez Mil e Quatrocentos e Vinte no Nove Reais) no Orçamento da Prefeitura Municipal de Paranatinga - MT. conforme segue abaixo:

Parágrafo I – Credito Adicional Suplementar.:

Fonte 0.1.00.000000 – Recursos Ordinários.

04.002.04.122.0002.2012.3390.39.00.00.....R$ 4.500,00

08.004.08.243.0015.2048.3390.39.00.00.....R$ 3.000,00

07.001.27.812.0014.2042.3390.39.00.00.....R$ 500,00

09.002.25.752.0016.1198.3390.30.00.00.....R$ 8.500,00

09.002.04.122.0002.2062.3390.39.00.00.....R$ 125.015,00

09.004.04.122.0002.2063.3390.39.00.00.....R$ 25.000,00

03.001.04.123.0002.2008.3190.91.00.00.....R$ 41.000,00

03.002.04.123.0002.2009.3390.39.00.00.....R$ 2.000,00

02.001.04.122.0002.2003.3390.39.00.00.....R$ 6.302,00

02.001.04.122.0002.2003.3390.14.00.00.....R$ 7.000,00

04.002.04.122.0002.2012.3390.30.00.00.....R$ 1.300,00

08.002.08.241.0015.2059.3190.11.00.00.....R$ 8.000,00

09.001.04.122.0002.2061.3190.13.00.00.....R$ 400,00

09.001.04.122.0002.2061.3190.11.00.00.....R$ 6.000,00

02.005.04.122.0002.1013.3190.11.00.00.....R$ 3.600,00

02.001.04.122.0002.2003.3190.13.00.00.....R$ 10.800,00

09.002.26.782.0017.1210.3390.39.00.00.....R$ 35.000,00

Fonte 0.1.01.000000 – Receitas e Imp. e Transf. de Impostos - Educação.

06.002.12.365.0010.1113.3390.39.00.00.....R$ 700,00

06.002.12.361.0009.2029.3390.30.00.00.....R$ 43.010,00

06.002.12.361.0009.2035.3390.14.00.00.....R$ 4.000,00

06.002.12.306.0010.1111.3390.30.00.00.....R$ 2.000,00

06.002.12.361.0009.2035.3190.13.00.00.....R$ 1.800,00

Fonte 0.1.02.000000 – Rec. de Imp. e de Transferência de Impostos - Saúde.

05.001.10.122.0008.2013.3390.39.00.00.....R$ 20.802,00

05.001.10.122.0008.2013.3390.14.00.00.....R$ 2.200,00

05.001.10.302.0005.2022.3191.13.00.00.....R$ 27.000,00

05.001.10.302.0005.2022.3190.11.00.00.....R$ 30.000,00

05.001.10.301.0004.2017.3190.11.00.00.....R$ 42.000,00

05.001.10.302.0005.2021.3190.11.00.00.....R$ 31.000,00

Fonte 0.1.14.000000 – Transferência de Rec. do Sistema Único de Saúde - SUS .

05.001.10.301.0004.2016.3190.11.00.00.....R$ 62.400,00

05.001.10.305.0007.2024.3190.11.00.00.....R$ 48.500,00

05.001.10.301.0004.2015.3190.04.00.00.....R$ 26.000,00

Fonte 0.1.18.000000 – Transf. do FUNDEB 60%.

06.002.12.365.0010.2036.3190.11.00.00.....R$ 67.000,00

06.002.12.361.0009.2032.3190.04.00.00.....R$ 111.000,00

Fonte 0.1.29.000000 – Transf. de Rec. do Fundo Nac. de Assistência Social – FNAS.

08.003.08.244.0015.1171.3190.04.00.00.....R$ 3.100,00

TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES.....R$ 810.429,00

ARTIGO 2º - Para dar cobertura ao crédito suplementar aberto pelo artigo anterior serão utilizados os recursos provenientes da transposição, remanejamento, anulação total ou parcial de dotações orçamentárias, de um órgão para outro e de uma categoria econômica de despesa para outra.

Parágrafo II – Anulação de :

Fonte 0.1.00.000000 – Recursos Ordinários.

03.001.04.125.0002.1024.4490.52.00.00.....R$ 5.800,00

08.003.08.244.0015.1150.4490.52.00.00.....R$ 3.000,00

07.001.27.812.0014.2042.3390.32.00.00.....R$ 500,00

09.002.15.451.0016.1199.4490.51.00.00.....R$ 8.500,00

09.002.26.782.0017.1212.4490.51.00.00.....R$ 70.815,00

09.002.15.452.0016.1201.4490.51.00.00.....R$ 79.200,00

08.003.08.244.0015.1160.4490.52.00.00.....R$ 40.000,00

04.001.04.128.0002.1037.3390.36.00.00.....R$ 2.000,00

04.001.04.128.0002.1037.3390.39.00.00.....R$ 4.302,00

04.002.04.122.0002.1035.3390.36.00.00.....R$ 2.000,00

04.002.04.122.0002.1035.3390.39.00.00.....R$ 3.400,00

04.002.04.128.0002.1038.3390.39.00.00.....R$ 3.600,00

11.002.23.695.0018.1252.4490.51.00.00.....R$ 1.000,00

08.003.08.243.0015.1181.3390.36.00.00.....R$ 1.800,00

08.002.08.241.0015.2050.3190.04.00.00.....R$ 8.000,00

02.005.04.122.0002.1013.3390.30.00.00.....R$ 3.100,00

10.003.18.541.0018.1239.3390.36.00.00.....R$ 400,00

10.004.04.122.0002.2067.3390.39.00.00.....R$ 6.000,00

10.004.04.122.0002.2067.3390.30.00.00.....R$ 14.400,00

11.002.04.122.0002.2069.3390.30.00.00.....R$ 25.000,00

10.003.04.122.0002.2066.3390.30.00.00.....R$ 10.000,00

Fonte 0.1.01.000000 – Receitas e Imp. e Transf. de Impostos - Educação.

06.002.12.361.0009.1098.4490.52.00.00.....R$ 13.605,00

06.002.12.361.0009.1102.3390.30.00.00.....R$ 10.000,00

06.002.12.361.0009.1102.3390.36.00.00.....R$ 5.000,00

06.002.12.361.0009.1102.3390.39.00.00.....R$ 6.605,00

06.002.12.361.0009.1103.3390.36.00.00.....R$ 5.900,00

06.002.12.361.0009.1104.3390.39.00.00.....R$ 2.600,00

06.002.12.361.0009.1104.3390.30.00.00.....R$ 2.000,00

06.002.12.361.0009.1104.3390.36.00.00.....R$ 1.000,00

06.002.12.361.0009.1105.3390.36.00.00.....R$ 1.000,00

06.002.12.361.0009.1105.3390.30.00.00.....R$ 2.000,00

Fonte 0.1.02.000000 – Rec. de Imp. e de Transferência de Impostos - Saúde.

05.001.10.301.0004.1047.4490.52.00.00.....R$ 11.802,00

05.001.10.301.0004.1051.3390.30.00.00.....R$ 9.000,00

05.001.10.301.0004.1058.4590.61.00.00.....R$ 2.200,00

05.001.10.301.0004.2015.3190.04.00.00.....R$ 57.000,00

Fonte 0.1.14.000000 – Transferência de Rec. do Sistema Único de Saúde - SUS .

05.001.10.302.0005.1065.4490.51.00.00.....R$ 5.000,00

05.001.10.302.0005.1067.4490.52.00.00.....R$ 19.000,00

05.001.10.302.0005.1070.4490.52.00.00.....R$ 6.800,00

05.001.10.302.0005.2020.3390.30.00.00.....R$ 31.600,00

05.001.10.303.0006.2023.3390.32.00.00.....R$ 20.000,00

05.001.10.301.0004.2015.3390.39.00.00.....R$ 28.500,00

05.001.10.122.0008.2013.3190.11.00.00.....R$ 16.800,00

05.001.10.122.0008.2013.3190.13.00.00.....R$ 12.300,00

05.001.10.122.0008.2013.3390.14.00.00.....R$ 5.000,00

05.001.10.302.0005.1064.4490.52.00.00.....R$ 7.900,00

05.001.10.301.0004.2015.3190.11.00.00.....R$ 31.000,00

05.001.10.301.0004.2015.3390.30.00.00.....R$ 26.000,00

Fonte 0.1.18.000000 – Transf. do FUNDEB 60%.

06.002.12.361.0009.2032.3190.11.00.00.....R$ 178.000,00

TOTAL DAS ANULAÇÕES.....R$ 810. 429,00

ARTIGO 3º. – Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paranatinga – MT, 09 de junho de 2017.

Josimar Marques Barbosa

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM

09 / 06 / 2017.

_____

OUVIDORIA MUNICIPAL
PORTARIA N° 361 DE 24 DE JULHO DE 2017.

PORTARIA N° 361 DE 24 DE JULHO DE 2017.

O Prefeito Municipal de Paranatinga – MT, **Sr. JOSIMAR MARQUES BARBOSA**, no uso e gozo de suas atribuições legais:

RESOLVE:

I – **EXONERAR** o **Sr. DIEGO DA SILVA NASCIMENTO**, inscrito no CPF sob o número 051.029.771-48 e portador do RG de número 24962090 SSP/MT, do Cargo de **DIRETOR DO DEPARTAMENTO AGRICULTURA**.

II – Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

III – Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Paranatinga – MT, 24 de julho de 2017.

JOSIMAR MARQUES BARBOSA

PREFEITO MUNICIPAL

OUVIDORIA MUNICIPAL
PORTARIA N° 343 DE 24 DE JULHO DE 2017.

PORTARIA N° 343 DE 24 DE JULHO DE 2017.

O Prefeito Municipal de Paranatinga – MT, **Sr. JOSIMAR MARQUES BARBOSA**, no uso e gozo de suas atribuições legais:

RESOLVE:

I – **EXONERAR** o **Sr. OSÉIAS GOMES DE OLIVEIRA**, inscrito no CPF sob o número 024.683.661-08 e portador do RG de número 18138403, SSP/MT, do Cargo de**GERÊNCIA DE COMUNICAÇÃO E DE CERIMONIAL**.

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

III – Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Paranatinga-MT, 24 de julho de 2017.

JOSIMAR MARQUES BARBOSA

PREFEITO MUNICIPAL

OUVIDORIA MUNICIPAL
PORTARIA N° 344 DE 24 DE JULHO DE 2017.

PORTARIA N° 344 DE 24 DE JULHO DE 2017.

O Prefeito Municipal de Paranatinga – MT, **Sr. JOSIMAR MARQUES BARBOSA**, no uso e gozo de suas atribuições legais:

RESOLVE:

I – **NOMEAR** o **Sr. OSÉIAS GOMES DE OLIVEIRA**, inscrito no CPF sob o número 024.683.661-08 e portador do RG de número 18138403, SSP/MT, para responder pelo Cargo de**DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO,** nos termos da Lei 1402/2017.

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

III – Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Paranatinga-MT, 24 de julho de 2017.

JOSIMAR MARQUES BARBOSA

PREFEITO MUNICIPAL

OUVIDORIA MUNICIPAL
PORTARIA N° 345 DE 24 DE JULHO DE 2017.

PORTARIA N° 345 DE 24 DE JULHO DE 2017.

O Prefeito Municipal de Paranatinga – MT, **Sr. JOSIMAR MARQUES BARBOSA**, no uso e gozo de suas atribuições legais:

RESOLVE:

I – **EXONERAR** o **Sr. MAXILEI PERES DE SANTOS**, inscrito no CPF sob o número 917.748.451-72 e portador do RG de número 1375125-5, SSP/MT, do Cargo de **DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO**.

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

III – Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Paranatinga – MT, 24 de julho de 2017.

JOSIMAR MARQUES BARBOSA

PREFEITO MUNICIPAL

OUVIDORIA MUNICIPAL
PORTARIA N° 346 DE 24 DE JULHO DE 2017.

PORTARIA N° 346 DE 24 DE JULHO DE 2017.

O Prefeito Municipal de Paranatinga – MT, **Sr. JOSIMAR MARQUES BARBOSA**, no uso e gozo de suas atribuições legais:

RESOLVE:

I – **NOMEAR** o **Sr. MAXILEI PERES DE SANTOS**, inscrito no CPF sob o número 917.748.451-72 e portador do RG de número 1375125-5, SSP/MT, para responder pelo Cargo de **CHEFE DE DIVISÃO DE CERIMONIAL,** nos termos da Lei n. 1402/2017.

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

III – Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Paranatinga – MT, 24 de julho de 2017.

JOSIMAR MARQUES BARBOSA

PREFEITO MUNICIPAL

OUVIDORIA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 347 DE 24 DE JULHO DE 2017.

PORTARIA Nº 347 DE 24 DE JULHO DE 2017.

O Prefeito Municipal de Paranatinga – MT, **Sr. JOSIMAR MARQUES BARBOSA**, no uso e gozo de suas atribuições legais:

RESOLVE:

I – **EXONERAR** o **Sr. OSCAR ALVES DE MENEZES,** inscrito no CPF sob o número 110.389.851-53 e portador do RG de número 01342100, SSP/MT, do Cargo de **DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE TRIBUTAÇÃO**.

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

III – Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Paranatinga-MT, 24 de julho de 2017.

JOSIMAR MARQUES BARBOSA

PREFEITO MUNICIPAL

OUVIDORIA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 348 DE 24 DE JULHO DE 2017.

PORTARIA Nº 348 DE 24 DE JULHO DE 2017.

O Prefeito Municipal de Paranatinga – MT, **Sr. JOSIMAR MARQUES BARBOSA**, no uso e gozo de suas atribuições legais:

RESOLVE:

I – **NOMEAR** o **Sr. OSCAR ALVES DE MENEZES,** inscrito no CPF sob o número 110.389.851-53 e portador do RG de número 01342100, SSP/MT, para responder pelo Cargo de **CHEFE DE DIVISÃO DE CADASTRO FISCAL, OBRAS E POSTURAS,** nos termos da Lei n. 1402/2017.

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

III – Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Paranatinga-MT, 24 de julho de 2017.

JOSIMAR MARQUES BARBOSA

PREFEITO MUNICIPAL

OUVIDORIA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 349 DE 24 DE JULHO DE 2017.

PORTARIA Nº 349 DE 24 DE JULHO DE 2017.

O Prefeito Municipal de Paranatinga – MT, **Sr. JOSIMAR MARQUES BARBOSA**, no uso e gozo de suas atribuições legais:

RESOLVE:

I – **EXONERAR** a **Sra. REJANE MARQUES ARRUDA**, inscrita no CPF sob o número 764.628.971-04 e portadora do RG de número 11385227, SSP/MT, do Cargo de **GERÊNCIA DE CONTRATOS**.

II – Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

III – Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Paranatinga – MT, 24 de julho de 2017.

JOSIMAR MARQUES BARBOSA

PREFEITO MUNICIPAL

OUVIDORIA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 350 DE 24 DE JULHO DE 2017.

PORTARIA Nº 350 DE 24 DE JULHO DE 2017.

O Prefeito Municipal de Paranatinga – MT, **Sr. JOSIMAR MARQUES BARBOSA**, no uso e gozo de suas atribuições legais:

RESOLVE:

I – **NOMEAR** a **Sra. REJANE MARQUES ARRUDA**, inscrita no CPF sob o número 764.628.971-04 e portadora do RG de número 11385227, SSP/MT, para responder pelo Cargo de **DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO,** nos termos da Lei Municipal n. 1402/2017.

II – Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

III – Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Paranatinga – MT, 24 de julho de 2017.

JOSIMAR MARQUES BARBOSA

PREFEITO MUNICIPAL

OUVIDORIA MUNICIPAL
PORTARIA N° 351 DE 24 DE JULHO DE 2017.

PORTARIA N° 351 DE 24 DE JULHO DE 2017.

O Prefeito Municipal de Paranatinga – MT, **Sr. JOSIMAR MARQUES BARBOSA**, no uso e gozo de suas atribuições legais:

RESOLVE:

I – EXONERAR o **Sr. SILVIO ALVES DOS SANTOS,** inscrito no CPF sob o n° 406.688.271-49 e portador do RG de número 722.898 SSP/MT, do Cargo de **DIRETOR DE SERVIÇOS URBANOS**

II – Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

III – Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Paranatinga-MT, 24 de julho de 2017.

JOSIMAR MARQUES BARBOSA

PREFEITO MUNICIPAL

OUVIDORIA MUNICIPAL
PORTARIA N° 352 DE 24 DE JULHO DE 2017.

PORTARIA N° 352 DE 24 DE JULHO DE 2017.

O Prefeito Municipal de Paranatinga – MT, **Sr. JOSIMAR MARQUES BARBOSA**, no uso e gozo de suas atribuições legais:

RESOLVE:

I – NOMEAR o **Sr. SILVIO ALVES DOS SANTOS,** inscrito no CPF sob o n° 406.688.271-49 e portador do RG de número 722.898 SSP/MT, para responder pelo Cargo de **ASSESSOR DISTRITAL – SALTO DA ALEGRIA**, nos termos da Lei nº 1402/2017.

II – Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

III – Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Paranatinga-MT, 24 de julho de 2017.

JOSIMAR MARQUES BARBOSA

PREFEITO MUNICIPAL

OUVIDORIA MUNICIPAL
PORTARIA N° 353 DE 24 DE JULHO DE 2017.

PORTARIA N° 353 DE 24 DE JULHO DE 2017.

O Prefeito Municipal de Paranatinga – MT, **Sr. JOSIMAR MARQUES BARBOSA**, no uso e gozo de suas atribuições legais:

RESOLVE:

I – **EXONERAR** a **Sra. ALZIRA MARIA DE JESUS**, inscrita no CPF sob o número 907.906.931-00 e portadora do RG de número 1357753-0, SSP/MT, SSP/MT, do Cargo de **DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE TRANSPORTE ESCOLAR**.

II – Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

III – Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Paranatinga – MT, 24 de julho de 2017.

JOSIMAR MARQUES BARBOSA

PREFEITO MUNICIPAL

OUVIDORIA MUNICIPAL
PORTARIA N° 354 DE 24 DE JULHO DE 2017.

PORTARIA N° 354 DE 24 DE JULHO DE 2017.

O Prefeito Municipal de Paranatinga – MT, **Sr. JOSIMAR MARQUES BARBOSA**, no uso e gozo de suas atribuições legais:

RESOLVE:

I – **NOMEAR** a **Sra. ALZIRA MARIA DE JESUS**, inscrita no CPF sob o número 907.906.931-00 e portadora do RG de número 1357753-0, SSP/MT, SSP/MT, para responder pelo cargo de **CHEFE DE DIVISÃO DE SERVIÇOS GERAIS DE TRANSPORTE ESCOLAR,** nos termos da Lei n. 1402/2017.

II – Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

III – Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Paranatinga – MT, 24 de julho de 2017.

JOSIMAR MARQUES BARBOSA

PREFEITO MUNICIPAL

OUVIDORIA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 355 DE 24 DE JULHO DE 2017.

PORTARIA Nº 355 DE 24 DE JULHO DE 2017.

O Prefeito Municipal de Paranatinga – MT, **Sr. JOSIMAR MARQUES BARBOSA**, no uso e gozo de suas atribuições legais:

RESOLVE:

I – **EXONERAR** o **Sr. EVERALDO BOURET PEREIRA**, inscrito no CPF sob o número 550.605.011-91 e portador do RG de número 849385 SSP/MT, do Cargo de **DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE ESPORTE E LAZER**.

II – Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

III – Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Paranatinga – MT, 24 de julho de 2017.

JOSIMAR MARQUES BARBOSA

PREFEITO MUNICIPAL

OUVIDORIA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 356 DE 24 DE JULHO DE 2017.

PORTARIA Nº 356 DE 24 DE JULHO DE 2017.

O Prefeito Municipal de Paranatinga – MT, **Sr. JOSIMAR MARQUES BARBOSA**, no uso e gozo de suas atribuições legais:

RESOLVE:

I – **NOMEAR** o **Sr. EVERALDO BOURET PEREIRA**, inscrito no CPF sob o número 550.605.011-91 e portador do RG de número 849385 SSP/MT,

para responder pelo cargo de **CHEFE DE DIVISÃO DE ESPORTES,** nos termos da Lei Municipal n. 1402/2017.

II – Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

III – Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Paranatinga – MT, 24 de julho de 2017.

JOSIMAR MARQUES BARBOSA

PREFEITO MUNICIPAL

OUVIDORIA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 357 DE 24 DE JULHO DE 2017.

PORTARIA Nº 357 DE 24 DE JULHO DE 2017.

O Prefeito Municipal de Paranatinga – MT, **Sr. JOSIMAR MARQUES BARBOSA**, no uso e gozo de suas atribuições legais:

RESOLVE:

I – **EXONERAR** o **Sr. RONALDO FERREIRA DOS SANTOS**, inscrito no CPF sob o número 550.664.021-87 e portador do RG de número 08690421SSP/MT, do Cargo de **DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE ESPORTE E LAZER**.

II – Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

III – Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Paranatinga – MT, 24 de julho de 2017.

JOSIMAR MARQUES BARBOSA

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA

TERMO DE RETIFICAÇÃO DE CONTRATO CARTA CONVITE N° 010/2017 CONTRATO: 022/2017

TERMO DE RETIFICAÇÃO DE CONTRATO

CARTA CONVITE N° 010/2017 Contrato: 022/2017

Pelo presente Termo, fica RETIFICADO o Contrato nº 022/2017, celebrado entre o **MUNICÍPIO DE PEDRA PRETA**, **Estado de Mato Grosso**, e a empresa **VILMAR SOUZA DE OLIVEIRA 353.361.101-91 EMPRESA ESPECIALIZADA EM IMPLANTAÇÃO REDESIM E ATUALIZAÇÃO DO CADASTRO MUNICIPAL DO CONTRIBUINTE**

Onde se lê:

CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR E DA FORMA DE PAGAMENTO

5.1 – O valor total do presente contrato é de **R$ 89.800,00 (oitenta e nove mil e oitocentos reais).**

5.2 – Do valor global terá a entrada no valor de **R$ 31.430,00 (trinta e um mil e quatrocentos e trinta reais)**, sendo pago até o 5º dia útil após a Nota fiscal emitida, devidamente atestada pelo Secretario de finanças e fiscal de contrato.

5.3 - O valor remanescente será parcelado em 06 (seis) vezes de R$ 9. 728,34 (nove mil setecentos e vinte e oito reais e trinta e quatro centavos, sendo a primeira parcela para 45 (quarenta e cinco) dias após a Ordem de Serviço.

Leia-se:

CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR E DA FORMA DE PAGAMENTO

5.1 – O valor total do presente contrato é de **R$ 89.800,00 (oitenta e nove mil e oitocentos reais).**

5.2 – O valor Global será parcelado em 10 (dez) vezes de R$ 8.980,00 (oito mil novecentos e oitenta reais), sendo a primeira parcela para 30 (trinta) dias após a emissão da Ordem de Serviço, sendo pago até o 5º dia útil após a Nota fiscal emitida, devidamente atestada pelo Secretario de finanças e fiscal de contrato

Pedra Preta – MT, 25 de julho de 2017.

JUVENAL PEREIRA BRITO **PREFEITO MUNICIPAL** **CONTRATANTE**	**VILMAR SOUZA DE OLIVEIRA 353.361.101-91** **CNPJ: 26.321.070/0001-35** **CONTRATADO**

TESTEMUNHAS:

1ª_____

CPF:_____

2ª_____

CPF:_____

EXTRATO DE CONTRATO Nº 018/2017

EXTRATO DE CONTRATO Nº 018/2017

O MUNICÍPIO DE PEDRA PRETA – MT, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 03.773.942/0001-09 e a empresa BONATTI COMÉRCIO DE OXIGÊNIO E FERRAMENTAS LTDA-ME, CNPJ: nº 11.496.251/0001-25

OBJETO: CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE OXIGÊNIO MEDICINAL 1M³, 3M³ E 10M³, QUE ENTRE SI FAZEM O MUNICÍPIO DE PEDRA PRETA E A EMPRESA BONATTI COMÉRCIO DE OXIGÊNIO E FERRAMENTAS LTDA-ME, DE ACORDO COM PROCESSO LICITATÓRIO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 019/2016 E ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 021/2016.

Lotes	Descrição	Unidade	QTD	Marca	Valor Unitário por Lote	Valor Total por Lote
01	OxigênioMedicinal 10m³	Carga	100	Air Liquide	R$ 244,00	R$ 24.400,00
02	Oxigênio Medicinal 1m³	Carga	100	Air Liquide	R$ 120,00	R$ 12.000,00
03	Oxigênio Medicinal 3m³	Carga	100	Air Liquide	R$ 113,00	R$ 11.300,00

Órgão:	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	11
Unidade:	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	001
Proj/Ativ.:	MANUTENÇÃO DO HOSP. POLICLINICA MUNICIPAL	2050
Elemento:	MATERIAL DE CONSUMO	33.90.30.0000

Órgão:	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	11
Unidade:	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	002
Proj/Ativ.:	MANUTENÇÃO DO PAB-FIXO - FEDERAL	2047
Elemento	MATERIAL DE CONSUMO	33.90.30.0000

O prazo de vigência deste instrumento é de 12 (doze) meses

PREFEITURA MUNICIPAL DE POCONÉ

PREFEITURA MUNICIPAL
PREFEITURA MUNICIPAL DE POCONÉ

A PREFEITURA MUNICIPAL DE POCONÉ, CNPJ 03.162.872/0001-44, torna público que requereu à Secretaria de Estado do Meio Ambiente (SEMA/MT) a renovação da Licença de Instalação (LI), para secagem e dragagem de uma área de 4,3856 hectares no local denominado Tanque da Rua, no Bairro Areião, município de Poconé/MT. Não foi determinado Estudo de Impacto Ambiental.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO ARAGUAIA

SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 133/GP/2017

PORTARIA Nº 133/GP/2017 Em, 25 de Julho de 2017.

"Autoriza servidor a usufruir dias de Férias".

GERSON ROSA DE MORAES, Prefeito Municipal de Pontal do Araguaia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E :

Art. 1º - Autoriza a servidora **Luciana Neves e Silva** à usufruir **03 (três) dias de férias** nos dias 26 à 28/07/2017, referente ao período aquisitivo de 21/06/2015 a 20/06/2016, pago no mês de 06/2016 conforme Portaria n° 081/2016, restando 07 dias à serem usufruidos, referente ao período aquisitivo citado acima.

Art. 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal.

Pontal do Araguaia, 25 de julho de 2017.

GERSON ROSA DE MORAES

Prefeito Municipal

SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 131/GP/2017

PORTARIA N.º 131/GP/2017 Em, 20 de Julho de 2017.

"Dispõe sobre Homologação da Resolução CMS-PA Nº037/2017 e dá outras providências".

GERSON ROSA DE MORAES, Prefeito Municipal de Pontal do Araguaia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º. Homologar a Resolução do Conselho Municipal de Saúde (CMS) de Pontal do Araguaia, abaixo relacionada:

Resolução CMS-PA Nº 037 de 17/07/2017, que dispõe sobre a Aprovação do Credenciamento de três micros áreas para Agentes Comunitários de Saúde;

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal.

Pontal do Araguaia, 20 de Julho de 2017.

GERSON ROSA DE MORAES

Prefeito Municipal

SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 128/GP/2017

PORTARIA N.º 128/GP/2017 Em, 20 de Julho de 2017.

"Dispõe sobre Homologação da Resolução CMS-PA Nº034/2017 e dá outras providências".

GERSON ROSA DE MORAES, Prefeito Municipal de Pontal do Araguaia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º. Homologar a Resolução do Conselho Municipal de Saúde (CMS) de Pontal do Araguaia, abaixo relacionada:

Resolução CMS-PA Nº 034 de 17/07/2017, que dispõe sobre a Aprovação do Plano Municipal de Contingência para Hanseníase - 2017;

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal.

Pontal do Araguaia, 20 de Julho de 2017.

GERSON ROSA DE MORAES

Prefeito Municipal

SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO Nº 1783/2017

DECRETO N.º 1783/2017 DE 25 DE JULHO DE 2017

"Dispõe sobre a rescisão do Contrato de Obras nº 016/2014 firmado com a empresa E. E. CAMARGO & CIA LTDA."

GERSON ROSA DE MORAES, Prefeito Municipal de Pontal do Araguaia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e,

Considerando o Processo Administrativo 001/2017 instaurado pela Portaria nº 073/GP/2017 de 06 de abril de 2017, e em virtude de prazo recursal sem qualquer manifestação da empresa responsável para apresentar defesa, especificar as provas que pretende produzir, justificando-as, sob pena de preclusão, referente construção de Parque Turístico em Pontal do Araguaia/MT, conforme dispõe os relatórios de fiscalização feito pelo Ministério da Integração e pela Área de Engenharia da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste, e considerando recomendação da comissão processante através do Ofício nº 002/2017 de 25 de julho de 2017 para a rescisão do contrato e a necessidade deste decreto, em atendimento do princípio a bem do serviço público.

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica rescindido a partir desta data, em todos os seus termos, o Contrato de Obras nº 016/2014 de 16 de abril de 2014, firmado com a empresa **E. E. CAMARGO & CIA LTDA**, para a execução de obras de construção de 01(um) Parque Turístico com urbanização, posto de ginástica, quadra de areia e quiosques, no Bairro Maria Luzia de Moraes, conforme Convênio nº 783286/2013-SUDECO na cidade de Pontal do Araguaia/MT.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação ou afixação, revogadas as disposições contrárias.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Pontal do Araguaia - MT, 25 de Julho de 2017.

GERSON ROSA DE MORAES

Prefeito Municipal

SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 127/GP/2017

PORTARIA N.º 127/GP/2017 Em, 20 de Julho de 2017.

"Dispõe sobre Homologação da Resolução CMS-PA Nº033/2017 e dá outras providências".

GERSON ROSA DE MORAES, Prefeito Municipal de Pontal do Araguaia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º. Homologar a Resolução do Conselho Municipal de Saúde (CMS) de Pontal do Araguaia, abaixo relacionada:

Resolução CMS-PA Nº 033 de 17/07/2017, que dispõe sobre a Aprovação da I Conferencia Municipal de Vigilância em Saúde com o tema central: "Vigilância em Saúde: Direitos, Conquistas e Defesa de um SUS Público de Qualidade" e Aprovação da data da CMVS para o dia 22 de agosto de 2017;

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal.

Pontal do Araguaia, 20 de Julho de 2017.

GERSON ROSA DE MORAES

Prefeito Municipal

SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 129/GP/2017

PORTARIA N.º 129/GP/2017 Em, 20 de Julho de 2017.

"Dispõe sobre Homologação da Resolução CMS-PA Nº035/2017 e dá outras providências".

GERSON ROSA DE MORAES, Prefeito Municipal de Pontal do Araguaia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º. Homologar a Resolução do Conselho Municipal de Saúde (CMS) de Pontal do Araguaia, abaixo relacionada:

Resolução CMS-PA Nº 035 de 17/07/2017, que dispõe sobre a Aprovação da Contratação de um Profissional com Perfil Motorista para cedência ao ERS/BG – Escritório Regional de Saúde em Parcerias dos entes Federativos;

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal.

Pontal do Araguaia, 20 de Julho de 2017.

GERSON ROSA DE MORAES

Prefeito Municipal

SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 130/GP/2017

PORTARIA N.º 130/GP/2017 Em, 20 de Julho de 2017.

"Dispõe sobre Homologação da Resolução CMS-PA Nº036/2017 e dá outras providências".

GERSON ROSA DE MORAES, Prefeito Municipal de Pontal do Araguaia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º. Homologar a Resolução do Conselho Municipal de Saúde (CMS) de Pontal do Araguaia, abaixo relacionada:

Resolução CMS-PA Nº 036 de 17/07/2017, que dispõe sobre a Aprovação dos Termos de Cooperação Técnica, Financeira e Operacional que entre si Celebram o Município de Pontal do Araguaia com os Municípios de General Carneiro, Barra do Garças, Nova Xavantina, Novo São Joaquim, Ponte Branca e Riberãozinho;

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal.

Pontal do Araguaia, 20 de Julho de 2017.

GERSON ROSA DE MORAES

Prefeito Municipal

SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 126/GP/2017

PORTARIA N.º 126/GP/2017 Em, 20 de Julho de 2017.

"Dispõe sobre Homologação da Resolução CMS-PA Nº032/2017 e dá outras providências".

GERSON ROSA DE MORAES, Prefeito Municipal de Pontal do Araguaia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º. Homologar a Resolução do Conselho Municipal de Saúde (CMS) de Pontal do Araguaia, abaixo relacionada:

Resolução CMS-PA Nº 032 de 17/07/2017, que dispõe sobre a aprovação das Resoluções homologadas desde janeiro do corrente ano pelo conselho atualizado que irá conduzir a próxima reunião de CMS;

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal.

Pontal do Araguaia, 20 de Julho de 2017.

GERSON ROSA DE MORAES

Prefeito Municipal

SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO Nº 1782/2017

DECRETO N.º 1782/2017 DE 25 DE JULHO DE 2017

"Fixa Valores de Terra Nua (VTN) estabelecida por regiões, para fins de cálculo do ITR por hectare do Município de Pontal do Araguaia/MT."

GERSON ROSA DE MORAES, Prefeito Municipal de Pontal do Araguaia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e atendendo o que dispõe o inciso III do parágrafo 4º do artigo 153 da Constituição Federal, que permite aos municípios por meio de Convênio com a União, fiscalizar e cobrar o ITR constante do Convênio, cuja adesão do município ocorreu em 31 de Maio de 2011, publicado no D.O.U. de 07/06/2011, seção 3 página 66, especialmente a CLÁUSULA SEXTA – OBRIGAÇÕES DO CONVENIADO - do citado Convênio que determina em seu inciso VII a obrigação do mu-

nicípio de informar a Superintendência da Receita Federal do Brasil, os valores da terra nua por hectare (VTN/ha.), para fins de atualização do Sistema de Preços de Terras (SIPT) da RFB;

D E C R E T A:

Art. 1° - Ficam fixados os Valores de Terra Nua (VTN) do Município de Pontal do Araguaia, para fins de lançamento de crédito tributário e de cobrança do ITR (Imposto Territorial Rural), cujos valores por hectare estão discriminados abaixo para o **exercício de 2017**:

Ano	Lavoura Aptidão Boa	Lavoura Aptidão Regular	Lavoura Aptidão Restrita	Pastagem Plantada	Silvicultura Pastagem Natural	Preservação Fauna ou Flora
2017	R$ 4.500,00	R$ 4.200,00	R$ 3.600,00	R$ 3.500,00	R$ 2.200,00	R$ 2.000,00

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL.

Pontal do Araguaia - MT, 25 de Julho de 2017.

GERSON ROSA DE MORAES

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE BRANCA

RESOLUÇÃO N° 05/2017/CMAS/ PONTE BRANCA /MT

RESOLUÇÃO N° 05/2017/CMAS/ PONTE BRANCA /MT

Dispõe sobre aprovação da relação

das famílias e profissionais que iram participar ,

do Programa do Governo

do Estado Pró Família no Município de Ponte Branca.

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE PONTE BRANCA/MT, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei nº 234/96, e conforme deliberação, e termo de adesão do Município de Ponte Branca devidamente assinado pelo Secretario de Estado de Trabalho e Assistência Social, criado por lei, onde o mesmo tem por objetivo habilitar o Município de Ponte Branca á participação do Programa e tem como objetivo atender as famílias em situação de pobreza, com renda mensal familiar per capita de até 1/3 do salário mínimo nacional.

R E S O L V E:

Art. 1° **Aprovar** a relação do beneficiários que iram participar do Programa Pró Família, onde os mesmo foram selecionados pelo conselho Municipal de Assistência Social e pelo Comitê Gestor: Segue lista:

Relação dos Beneficiários:

1- Analia Severino de Aquino **CPF: 017.982.911-42** 2- Aparecida Maria de Jesus **CPF: 025.789.841-74**

3 -Celia Batista dos Santos **CPF:355.428.881-00**

4 -Cleucia Felizardo Vieira **CPF: 006.482.701-14**

5 - Daiana Divina dos Santos **CPF: 038.625.801-56**

6 - Delvirene Severino Ribeiro **CPF: 990.542.801-15**

7 - Gisele Rodrigues **CPF: 705.821.051-96**

8 - Luana Mariana Oliveira **CPF: 038.793.661-01**

9 - Luserley Pereira Silva **CPF: 023.989.251-88**

10 - Maria de Jesus **CPF: 652.198.131-53**

11 - Marilene da Silva Dias **CPF: 030.148.791-00**

12 - Valdina Vieira Teixeira **CPF: 014.169.401-70**

13 - Zelma Vieira dos Santos **CPF: 023.648.981-02**

Art. 2° Aprovar a relação dos profissionais que iram fazer parte da equipe Interdisciplinar do Programa Pró Família: Segue Lista.

ü Profissional de Serviço Social: **Patrícia Rodrigues Freitas** (Assistente Social, CRESS MT 20° n° 2380.

ü Agente de Saúde: **Josefa Liliana Lima Dantas**

ü Agente de Saúde: **Élica Santina da Silva**

Registrada. Publicada. Cumpra-se.

Ponte Branca - MT, 21 de julho de 2017.

_____

Glimara N. Gonçalves

Presidente do CMAS

RESOLUÇÃO N° 04/2017/CMAS/ PONTE BRANCA /MT

RESOLUÇÃO N° 04/2017/CMAS/ PONTE BRANCA /MT

Dispõe sobre aprovação do CMAS, aprovando a

implementação do Programa do Governo

do Estado Pró Família no Município de Ponte Branca.

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE PONTE BRANCA/MT, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei nº 234/96, e conforme deliberação, e termo de adesão do Município de Ponte Branca devidamente assinado pelo Secretario de Estado de Trabalho e Assistência Social, criado por lei, onde o mesmo tem por objetivo habilitar o Município de Ponte Branca á participação do Programa e tem como objetivo atender as famílias em situação de pobreza, com renda mensal familiar per capita de até 1/3 do salário mínimo nacional.

R E S O L V E:

Art. 1° **Aprovar** a implementação do Programa do Governo do Estado Pró Família que beneficiará 13 famílias.

Registrada. Publicada. Cumpra-se.

Ponte Branca - MT, 21 de julho de 2017.

_____

Glimara N. Gonçalves

Presidente do CMAS

ATA DE Nº 13/2017 - ATA CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Ata de Nº 13/2017

Aos vinte dias do mês de julho de dois mil e dezessete, reuniram-se nas dependências da Secretaria Municipal de Assistência Social os membros do conselho Municipal de Assistência Social, para a formulação do Comitê Gestor do Programa do Governo do Estado Pró Família. Através da Lei Estadual 10.523 de 2017, que cria o Programa e da outras providencias e

no uso de suas atribuições o senhor Jose Antonio por meio de determinação fica nomeado como presidente pela portaria de nº 053 de 19 de julho de 2017 e através de representatividades indicado pelo conselho Municipal de Assistência Social institui a composição do comitê Gestor Municipal do Programa Pró Família. Sendo assim ficam nomeados para compor o comitê, pelo prazo de 12 meses, com competências já disciplinadas na portaria os seguintes integrantes: Representando o poder Publico Municipal a senhora Olga Milena Nogueira da Silva como titular e a senhora Márcia Monteiro da Silva como suplente, ambas representando a secretaria municipal de Assistência Social; representando a secretaria municipal de saúde a senhora Camila de Sousa Lima como titular e a senhora Denise Aielle da Silva como suplente; representando o conselho municipal de Assistência Social a senhora Glimara Nascimento Gonçalves e como suplente o senhor Itamar Alves dos Santos, representando a pastoral da criança e do adolescente a senhora Ludymilla Gomes de Lima, representando a associação Atlética União o Osmar Domingos Queiroz. Sendo assim fica aprovado por unanimidade o comitê Gestor do Programa Pró Família que entrara em rigor na data de sua publicação. Na oportunidade o senhor Jose Antonio Nogueira no uso de suas atribuições como presidente do comitê passa a todos os conselheiros a lista com todos os nomes dos beneficiários a serem selecionados e votado para participarem do Programa Pró Família. Foram aprovados treze famílias que iram do programa sobre analise dos conselheiros ... assinaturas

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE DO NORTE

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 33 2017-SRP.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE DO NORTE

RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 33/2017-SRP.

O Município de Porto Alegre do Norte representado pela Prefeitura Municipal, através da Pregoeira Mônica Pereira da Silva, torna público para conhecimento dos interessados resultado do **Pregão Presencial nº 33/2017**, do tipo menor preço por item, cujo objeto é Registro de Preço para Futura e Eventual Contratação de empresa para fornecimento de Óleos Lubrificantes e GraxasTeve como vencedora a empresa P**osto Tigrão LTDA inscrita no CNPJ: 03.623.054/0002-82 os itens** 01,05,09,11,13,14,15,17,19,20,22,24,29**, e a EMPRESA:** Sarath de Almeida e chaves Martins LTDA ME inscrita no CNPJ: 27.331.614/0001-02 vencedora dos itens 02,03,06,07,08,10,12,21,23,25,27,28,30,31,32;

Porto Alegre do Norte/MT, 06 de Julho de 2017.

Monica Pereira da Silva

Pregoeiro

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
TERMO DE RATIFICAÇÃO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/2017 REGISTRO DE PREÇOS

ONDE SE LÊ:

O MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE NORTE representando pela Prefeitura Municipal, por intermédio de seu Prefeito Municipal, Senhor Daniel Rosa do Lago, torna público aos interessados que fica revogada por interesse Público Municipal a licitação supracitada, que tem por objeto REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE IMPLANTAÇÃO, DIREITO DE CESSÃO DE USO, LOCAÇÃO E SUPORTE TÉCNICO DE SOFTWARES PARA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, SAÚDE E ASSISTENCIA SOCIAL, Município de Porto Alegre do Norte representado pela Prefeitura Municipal, com as especificações do termo de referência, tudo em conformidade com as disposições no edital e seus anexos, que o integram e complementam, para todos os efeitos jurídicos legais".Porto Alegre do Norte/MT, 29 de Junho de 2017.

LEIA SE: O Município de Porto Alegre do Norte representado pela Prefeitura Municipal, por intermédio de seu Prefeito Municipal, Senhor Daniel Rosa do Lago, torna público para conhecimento dos interessados resultado do **Pregão Presencial nº 05/2017**, cujo objeto é o **é**REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE IMPLANTAÇÃO, DIREITO DE CESSÃO DE USO, LOCAÇÃO E SUPORTE TÉCNICO DE SOFTWARES PARA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, SAÚDE E ASSISTENCIA SOCIAL, **no tipo menor preço com julgamento MENOR PREÇO, POR ITEM**, conforme normas da Lei Federal nº. 8. 666/93 e suas alterações posteriores; Lei Federal 10.520/02 e decreto municipal nº 677/2010. Cuja abertura ocorreu as 09:30 horas do dia 16 de Março de 2017, consagrou – se vencedora a Empresa AGRODATA INFORMATICA LTDA ME inscrito no CNPJ: 06.853.262/0001-87, vencedora dos itens 01,02 e 03. Porto Alegre do Norte/MT, 25 de Julho de 2017.

Daniel Rosa do Lago

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
TERMO DE RESCISÃO ADMINISTRATIVA UNILATERAL DO CONTRATO Nº 46 2016 PL Nº 065 2016 TP Nº 012 2016

TERMO DE RESCISÃO ADMINISTRATIVA UNILATERAL DO CONTRATO Nº 46/2016.

TERMO DE RESCISÃO ADMINISTRATIVA UNILATERAL DO CONTRATO Nº 46/2016 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 065/2016 TOMADA DE PREÇO Nº 012/2016, FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE DO NORTE-MT E A PESSOA JURIDICA CONSTRUTORA LAS CASAS NOVA ALIACA LTDA -ME, **CNPJ sob o nº 10.364.043/0001-00. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA DEVIDAMENTE HABILITADA OBEJTIVANDO A CONTINUIDADE DA EXECUÇÃO DE AÇÕES RELATIVAS A CONSTRUÇÃO DE UM PARQUE DE EXPOSIÇÃO NO MUNICIPIO DE PORTO ALEGRE DO NORTE/MT, CONFORME CONTRATO DE REPASSE Nº 809310/2014 CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO PORTO ALEGRE DO NORTE/MT E A MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO/CAIXA.**

Porto Alegre do Norte-MT 25 de Julho de 2017.

DANIEL ROSA DO LAGO
Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 30 2017-SRP.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE DO NORTE

RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 30/2017-SRP.

O Município de Porto Alegre do Norte representado pela Prefeitura Municipal, através da Pregoeira Mônica Pereira da Silva, torna público para conhecimento dos interessados resultado do **Pregão Presencial nº 30/2017**, do tipo menor preço por item, cujo objeto é Registro de Preço para Futura e Eventual Contratação de empresa para fornecimento de Material de Construção**,** Cuja abertura ocorreu as 14:00 horas do dia 26 de junho de 2017, consagrou – se vencedoras as Empresas:

Constrular Materiais para construção inscrita no CNPJ: 08.689.347/0001-03; **Empresa:** AL Materiais de Construção e Supermercado LTDA – ME – inscrita no CNPJ: 07.192.728/0001-01; **Empresa**: M. G. Moreira – ME Inscrito no CNPJ: 15.686.630/0001-39.

Porto Alegre do Norte/MT, 13 de Julho de 2017.

Mônica Pereira da Silva

Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESPERIDIÃO

LICITAÇÃO
PUBLICAÇÃO DE HOMOLOGAÇÃO

PUBLICAÇÃO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO 54/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 15/2017

A prefeitura Municipal de Porto Esperidião-MT, através do Prefeito Municipal em consonância com o resultado apresentado pela comissão de Licitação, e parecer emitido pela assessoria jurídica, torna público aos interessados a **HOMOLOGAÇÃO do processo** referente ao objeto definido como: **AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONTRUÇÃO.**QUE TEVE COMO VENCEDOR A EMPRESA: **BOSSOLANI MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA-ME, CNPJ: 12.868.598/0001-14**

PORTO ESPERIDIÃO-MT, 25 DE JULHO DE 2017

MARTINS DIAS DE OLIVEIRA- PREFEITO.

LICITAÇÃO
PUB DE EXTRATO DE ADITIVO

PUBLICAÇÃO DE EXTRATO DE ADITIVO DE PRAZO

1º TERMO ADITIVO

REFERENTE AO CONTRATO 77/2016.

A prefeitura de Porto Esperidião-MT, torna público aos interessados a publicação do 1º termo aditivo do Contrato 77/2016. DO objeto definido como: LOCAÇÃO DO IMÓVEL PARA FUNCIONAMENTO DO CONSELHO TUTELAR.

CONTRATANTE: prefeitura de Porto Esperidião-MT.

CONTRATADO: JOAREZ ALOIZIO SALVATERRA DE CARVALHO

VIGÊNCIA: 25 DE JULHO DE 2017

VALIDADE: 12 MESES

VALOR: R$: 8.400 (oito mil e quatrocentos reais).

PORTO ESPERIDIÃO-MT, 25 DE JULHO DE 2017.

MARTINS DIAS DE OLIVEIRA- PREFEITO.

GABINETE
DECRETO N.º 027/2017, DE 25 DE JULHO DE 2017.

O Excelentíssimo Senhor **MARTINS DIAS DE OLIVEIRA**, Prefeito de Porto Esperidião/MT, no uso de suas atribuições legais conferida pela Lei Orgânica do Município e com fundamento na Lei Complementar n.º 022/05:

CONSIDERANDO que compete ao poder público detectar as medidas administrativas necessárias para concretização da arrecadação e do recolhimento dos seus créditos junto a terceiros, sem medir esforços para evitar a evasão e a sonegação.

CONSIDERANDO que é da responsabilidade do administrador buscar o equilíbrio das contas públicas, conforme o disposto no art. 11, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

CONSIDERANDO que a renúncia de receitas, conforme dispõe o artigo 14, §1º da LRF, compreende anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção em caráter não geral, alteração de alíquota ou modificação na base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições, e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado, conforme dispõe o artigo 14, §1º da LRF.

CONSIDERANDO o disposto no artigo 7.º da LC 22/05 (Código Tributário Municipal).

CONSIDERANDO que que não há óbice legal para o incentivo do recolhimento de tributos mediante distribuição gratuita de prêmios. (PROCESSO Nº : 15.584-5/2005 –CONSULTA-PARECER Nº 3.913-05 – TCE-MT

CONSIDERANDO que a campanha "IPTU PREMIADO 2017", tem por objetivo estimular o pagamento dos tributos e reduzir o crescimento da dívida ativa incidentes sobre a propriedade predial e territorial urbana, através da distribuição gratuita de prêmios, por sorteio, aos contribuintes inscritos no Cadastro Imobiliário do Município de Porto Esperidião, pessoas físicas ou jurídicas.

CONSIDERANDO que a campanha deve ser implantada e formalizada em processo específico, de ampla divulgação e de acordo com as normas estabelecidas para distribuição de prêmio constante no regulamento.

CONSIDERANDO que contribuinte é o proprietário, o titular do domínio útil ou o possuidor a qualquer título do bem imóvel, inscrito no cadastro da Prefeitura.

CONSIDERANDO que o contribuinte que possui mais que um imóvel registrado no cadastro imobiliário concorrerá em cada um deles.

DECRETA:

Art. 1°.Fica criada e regulamentada a campanha **IPTU PREMIADO- 2017**, com sorteio do prêmio, a ser promovido pelo Município de Porto Esperidião através da Secretaria de Fazenda e Planejamento junto aos seus Departamentos competentes.

Parágrafo único. A campanha denominada “IPTU PREMIADO 2017” terá início no período de 26/07/2017 a 14/12/2017, mediante as condições estipuladas, para o sorteio de uma Honda BIZ 125, 0km, como prêmio.

Art. 2°. Para fins desse regulamento, poderão participar do sorteio apenas os contribuintes que possuam imóvel urbano, no âmbito do Município de Porto Esperidião, devidamente cadastrado no Setor de Tributos da Prefeitura de Porto Esperidião.

Parágrafo único: O contribuinte que possuir mais de um cadastro imobiliário em seu nome, receberá o (s) cupom (s) para cada um dos cadastros, concorrendo individualmente em cada cadastro imobiliário.

Art. 3.º Será entregue para cada contribuinte com cadastro imobiliário, que não possua débito, 01 (um) cupom de sorteio, numerado e distribuído de forma aleatória.

Art. 4.º - Será entregue ao contribuinte que quitar as dívidas de IPTU de exercício anterior ou vigente, sendo 01 (um) cupom sorteio por exercício quitado.

Art. 5°. Os cupons serão confeccionados de forma avulsa, com canhoto numerado para controle, devendo o Titular preencher o canhoto do cupom com todos os dados neles solicitados.

Art. 6°. O presente evento promocional será definido mediante apuração prevista para ocorrer no dia 15/12/2017 às 17h:00, tendo como local a frente da Prefeitura de Porto Esperidião, com livre acesso aos interessados, oportunidade em que será aleatoriamente sorteado o prêmio citado no parágrafo único do Art. 1°.

Art. 7°. Fica constituída a Comissão Coordenadora da Campanha IPTU PREMIADO 2017, será composta pelos seguintes servidores:

I- José Moreira Figueira II- Juliane Rosário Cebalho III- Luiz Henrique Rauber IV- Maria Regina de Castro Martins V- Moisés Cardoso de Oliveira

Parágrafo único: A Comissão será responsável pela organização da campanha, devendo acompanhar e fiscalizar o cumprimento do regulamento, prezando pela ampla divulgação e transparência dos atos realizados, até a entrega do prêmio e elaboração de relatório final.

Art. 8.º O prêmio é pessoal e intransferível e será entregue, exclusivamente ao contribuinte contemplado ou ao seu procurador, constituído por instrumento público lavrado em cartório, que deve ser apresentado no original.

Art. 9.º Se o contribuinte ganhador for pessoa jurídica, receberá o prêmio o seu representante, assim nomeado no contrato ou estatuto social cuja cópia autenticada deve ser apresentada.

Art. 10 - O bem destinado ao sorteio será previamente adquirido pela Prefeitura nos termos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, por conta da dotação orçamentária própria.

Art. 11 Não é exigida a presença do ganhador no local e momento de realização do sorteio.

Art. 12. O titular contemplado será comunicado por telefone, ou outro meio, e o resultado será divulgado no site da Prefeitura Municipal de Porto Esperidião, Jornal de circulação regional e outros meios de comunicação.

Art. 13 Sendo o sorteado devidamente comunicado, e o prêmio sorteado não for retirado no prazo de 90 (noventa) dias, contados da data do sorteio, prescreverá o direito do respectivo titular, e o prêmio sorteado, não reclamado será incorporado ao patrimônio público municipal.

Art. 14°. A entrega dos prêmios acontecerá em até 20 (vinte) dias úteis após o sorteio.

Art. 15 O prêmio sorteado não poderá, em hipótese nenhuma, ser substituído por qualquer outro bem ou convertido em dinheiro.

Art. 16 Os eventuais custos relativos a transporte, transferência Licenciamento, Emplacamento e IPVA do prêmio, será de responsabilidade do respectivo ganhador.

Art. 17 As dúvidas e controvérsias oriundas de reclamações dos contribuintes participantes da Campanha, deverão ser feitas por escrito e, serão submetidas à Comissão Organizadora e por ela decididas, garantindo o direito de recurso ao Prefeito Municipal.

Art. 18 Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto Esperidião/MT, 25 de julho de 2017.

MARTINS DIAS DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 347/2017 (QUE DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS PARA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL DA PREFEITURA DE PORTO ESTRELA).

EUGÊNIO PELACHIM, Prefeito Municipal de Porto Estrela/MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei:

Considerando o Capítulo IV da Lei Complementar Nº 001/2006 de 05 de Dezembro de 2006;

R E S O L V E:

Art. 1º. Conceder Férias ao servidor da Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer, conforme relação abaixo:

FUNCIONÁRIO	CARGO	SECRETARIA	PERÍODO/ GOZO	PERIODO/ AQUISTIVO
Vinicius César Mendes Assunçao	Agente Administrativo	Educação	Inicio: 14/ 08/2017 Final: 12/ 09/2017	02/04/2015 01/04/2016

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Publique, Registre-se, Comunique-se e Cumpra-se.

Porto Estrela/MT, 25 de Julho de 2017.

EUGÊNIO PELACHIM

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 348/2017 (QUE DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS PARA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL DA PREFEITURA DE PORTO ESTRELA).

EUGÊNIO PELACHIM, Prefeito Municipal de Porto Estrela/MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei:

CONSIDERANDO o Capítulo IV da Lei Complementar Nº 001/2006 de 05 de Dezembro de 2006, especialmente o §2º do art. 97, *in verbis*: "Atendido o interesse do serviço, o servidor poderá gozar férias de uma só vez ou em dois períodos iguais".

R E S O L V E:

Art. 1º. Conceder Férias ao servidor da Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, conforme relação abaixo:

FUNCIONÁRIO	CARGO	SECRETARIA	PERÍODO/ GOZO	PERIODO/ AQUISTIVO
Laura Lisandra M. de Melo Masieri	Agente Administrativo	Administração	Inicio: 07/ 07/2017 Final: 21/ 07/2017	04/04/2014 03/04/2015

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor com efeitos retroativos a 07/07/2017.

Publique, Registre-se, Comunique-se e Cumpra-se.

Porto Estrela/MT, 25 de Julho de 2017.

EUGÊNIO PELACHIM

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/DEP. ADMINISTRATIVO
DECRETO MUNICIPAL Nº 085/2017

"A APROVAÇÃO DO PROJETO DO LOTEAMENTO DENOMINADO RESIDENCIAL MEU LAR, IMPLANTADO E CONSOLIDADO NESTE MUNICÍPIO, COM ÁREA DE 19.425,39M², PERÍMETRO DE 643,29 METROS, CONTENDO 05 QUADRAS COM 50 LOTES."

EUGENIO PELACHIM, Prefeito Municipal de Porto Estrela-MT, no uso de suas atribuições que são conferidas por Lei.

Considerando a necessidade de promover ações visando a regularização fundiária de terras urbanas no município;

Considerando o estabelecimento no Termo de Cooperação Técnica firmado com o Instituto de Terras do Estado de Mato Grosso – INTERMAT;

Considerando a análise da documentação técnica apresentada relativamente ao Projeto do Partido Urbanístico e demais peças técnicas de engenharia;

Considerando o Parece Técnico favorável expedido pela Equipe Técnica da Prefeitura Municipal de Porto Estrela relativamente a consistência e conformidade do projeto apresentado;

Considerando por fim, o estabelecimento no Art. da Lei 6.766/79, resolve:

DECRETA:

Art. 1º - A aprovação do Projeto do Loteamento denominado **RESIDENCIAL MEU LAR,** implantado e consolidado neste Município, com área de **19.425,39m²,** perímetro de **643,29** metros, contendo **05 Quadras** com **50 lotes.**

Informa ainda que, em atendimento ao preconizado na Lei nº 6.766/79, artigo 2º, § 6º relativamente a comprovação da Consolidação do Loteamento, **ATESTAMOS** para que se cumpra os devidos fins e efeitos que trata-se de situação consolidada cuja natureza das edificações existentes, a localização das vias de circulação, os equipamentos públicos comunitários disponíveis demostram a irreversibilidade da posse a ser titulada.

Informa também que, em atendimento ao preconizado na Lei nº 6.766/79, artigo 3º, incisos I e III, relativamente a declividade do terreno, **ATESTAMOS** para que se cumpra os devidos fins e efeitos que os lotes pertencen-

tes a esse loteamento não estão implantados em terrenos alagadiços nem sujeitos a inundações e não possuem declividade igual ao superior a 30% (trinta por cento).

Art. 2° - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Porto Estrela-MT, 17 de Julho de 2017.

EUGENIO PELACHIM

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/FUNDO DE PREVIDENCIA
PORTARIA N.º 024/2017

"Dispõe sobre a concessão do benefício AUXILIO-DOENÇA a servidora Srª TEREZA FERREIRA RAMOS."

A Srª **Edna Aparecida Vasconcellos Andre - Gestor do PREVI-PORTO** - Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de PORTO ESTRELA, Estado de MT, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 16 da Lei Municipal n.º 339/2007, que rege a previdência municipal, resolve:

Art. 1º Conceder o benefício AUXILIO - DOENÇA, a servidora Srª. TEREZE FERREIRA RAMOS efetivo no cargo de TECNICO DE SAUDE lotado na PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA- SECRETARIA MUN. DE SAUDE, com vencimentos integrais, a partir de 23/07/2017 e termino em 21/08/2017, conforme processo administrativo do PREVI-PORTO, n.º **2017.05.00022P**.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário .

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

PORTO ESTRELA - MT, 21/07/2017.

EDNA AP. VASCONCELLOS ANDRE

Gestor do Fundo Municipal de Previdência Social - PREVI-PORTO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 346/2017 (QUE DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS PARA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL DA PREFEITURA DE PORTO ESTRELA).

EUGÊNIO PELACHIM, Prefeito Municipal de Porto Estrela/MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei:

Considerando o Capítulo IV da Lei Complementar Nº 001/2006 de 05 de Dezembro de 2006;

R E S O L V E:

Art. 1º. Conceder Férias ao servidor da Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura, conforme relação abaixo:

FUNCIONÁRIO	CARGO	SECRETARIA	PERÍODO/ GOZO	PERIODO/ AQUISTIVO
Lucas Pastor dos Santos	Ag. Serviço Público	Obras e Infra-estrutura	Inicio: 01/ 07/2017 Final: 30/ 07/2017	24/12/2015 23/12/2016

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor com data retroativa a 01/07/2017.

Publique, Registre-se, Comunique-se e Cumpra-se.

Porto Estrela/MT, 25 de Julho de 2017.

EUGÊNIO PELACHIM

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO DOS GAÚCHOS

PORTARIA Nº 433/2017

De: 25 DE Julho de 2017

"Dispõe sobre a nomeação do Grupo de Trabalho Municipal - GTI e dá outras*providências".*

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN, PREFEITO DO MUNICIPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT; no uso de suas atribuições legais;

R E S O L V E:

Art. 1º Nomear o Grupo de Trabalho Municipal – GTI do Programa de Saúde na Escola - PSE para o exercício de 2017 a fim de realizar analise situacional da realidade epidemiológica, elaboração de plano de ação e realização de educação continuada de profissionais que atuam nas escolas e nas unidades de saúde.

Parágrafo único: Os membros que compõem o GTI são os seguintes:

Maria de Lourdes de Carvalho Breves – Diretora da Creche Municipal Pequeno Príncipe e membro do FUNDEB.

Juraci Machado – Coordenadora da escola municipal Gustavo Adolfo Wilke.

Rosa Amélia Caccia – Coordenadora da Educação Infantil.

Claudiane Eidt Bertol – Coordenadora da Secretaria Municipal de Educação e membro do Conselho Municipal de Educação.

Marciele Zandonadi – Coordenadora de Vigilância em Saúde e Atenção Básica e membro do Conselho Municipal de Saúde.

Mariana Marra Sepulveda – Enfermeira do PSF Urbano.

Natalia Vitale Fiorillo Gama de Souza – Enfermeira do PSF Arinos.

Maria Caroline Morandi de Carvalho – Enfermeira do PSF São João.

Juliana Marra Sepulveda – Enfermeira da UBS Novo Paraná.

Tatiane Lopes Rodrigues – Nutricionista do Núcleo de Apoio a Saúde da Família (NASF).

Melissa Anjos Lobato – Psicóloga do Núcleo de Apoio a Saúde da Família (NASF).

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Porto dos Gaúchos/MT, em 25 de Julho de 2017.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN

Prefeito Municipal

LEI Nº 645/2017

De: 25 de Julho de 2017.

"Institui o Programa de Recuperação Fiscal (REFIS 2017) do Município de Porto dos Gaúchos e da outras providências."

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO DOS GAÚCHOS MT, SR. MOACIR PINHEIRO PIOVESAN, no uso de suas prerrogativas legais, faz saber que a Câmara Municipal de Porto dos Gaúchos MT, aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica instituído o Programa de Recuperação Fiscal do Município de Porto dos Gaúchos – (REFIS 2017), destinado a promover a regularização de créditos do Município, decorrentes de débitos de pessoas físicas ou jurídicas, relativos a tributos municipais, cujo fato gerador tenha ocorrido até 31 de dezembro de 2016, constituídos ou não, inscritos ou não em dívida ativa, ajuizados ou a ajuizar, com exigibilidade suspensa ou não, inclusive os decorrentes de falta de recolhimento do imposto declarado ou retido.

Parágrafo Único. Não se incluí no presente Programa o Imposto Sobre Transmissão de Bens Imóveis – ITBI.

Art. 2º. A administração do (REFIS 2017) será exercida pelo Comitê Gestor, Órgão Administrativo a quem compete implementar os procedimentos necessários à execução do Programa, observado o disposto no decreto regulamentar desta Lei Complementar.

§ 1º. O Comitê Gestor terá a seguinte composição: 02 (dois) membros da Secretaria Municipal de Finanças e 01 (um) membro da Assessoria Jurídica do Município.

§ 2º. Os membros serão indicados pelo Chefe do Poder Executivo Municipal e serão nomeados através de Decreto.

§ 3º. O Comitê Gestor será presidido pelo Secretário Municipal de Finanças.

Art. 3º. O ingresso no (REFIS 2017) dar-se-á por opção do contribuinte ou responsável, pessoa física ou jurídica, a qual fará jus ao regime especial de consolidação dos débitos de tributos municipais incluídos no Programa.

§ 1º. O ingresso no (REFIS 2017) implica na inclusão obrigatória da totalidade dos débitos vencidos até 31 de dezembro de 2016, em nome da pessoa física ou jurídica, inclusive os não constituídos, exceto aqueles demandados judicialmente e com exigibilidade suspensa e que, por opção do contribuinte responsável, venham a permanecer nessa situação.

§ 2º. Os débitos ainda não constituídos deverão ser confessados de forma irretratável e irrevogável.

§ 3. Na hipótese de crédito com exigibilidade suspensa por força de decisão judicial, a inclusão no (REFIS 2017) dos respectivos débitos, fica condicionada ao encerramento do feito por desistência expressa e irrevogável da respectiva ação judicial, bem assim à renúncia do direito, sobre os mesmos débitos, sobre o qual se funda a ação.

§ 4º. Requerida a desistência da ação judicial, com renúncia ao direito sobre que se funda, os eventuais depósitos judiciais efetuados deverão ser convertidos em renda, permitida inclusão no (REFIS 2017) de eventual saldo devedor.

Art. 4º. O (REFIS 2017) abrangerá os débitos tributários constituídos ou não, inscritos ou não em dívida ativa, inclusive os que estão em sede de cobrança judicial e os denunciados espontaneamente pelo devedor principal ou responsável legal, vencidos até 31 de dezembro de 2016.

Parágrafo Único. Serão abrangidos ainda os acréscimos legais relativos a multas e juros vigentes à época da ocorrência do fato gerador, além das obrigações acessórias.

Art. 5º. A opção pelo (REFIS 2017) poderá ser formalizada por escrito em até 30 dias após a instituição do programa.

Parágrafo Único. O prazo tratado no *caput* deste artigo poderá ser prorrogado, uma única vez por igual período, por decreto do Executivo, justificadas a oportunidade e conveniência do ato.

Art. 6º O parcelamento dos débitos fiscais a que se refere o artigo 1º, não poderá ultrapassar 04 (quatro) parcelas mensais e consecutivas, observando os seguintes limites definidos na tabela abaixo:

Percentual de Desconto		
Forma de Pagamento	**Juros**	**Multa**
À Vista	100%	100%
Em 02 parcelas	80%	80%
Em 03 parcelas	60%	60%
Em 04 parcelas	50%	50%

§ 1º. O valor mínimo da parcela será de R$ 80,00 (oitenta reais) para pessoa física e R$ 200,00 (duzentos reais) para pessoa Jurídica.

§ 2º. A falta de pagamento de qualquer parcela até a data do vencimento ensejará o acréscimo de multa de mora de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, limitada ao máximo de 20% (vinte por cento) e de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, a partir do mês subsequente ao do vencimento.

§ 3º. A primeira parcela deverá ser paga no ato do parcelamento.

§ 4º. A opção pelo (REFIS 2017) importa na manutenção dos gravames decorrentes de medida cautelar fiscal e das garantias prestadas nas ações de execução fiscal.

Art. 7º. Para ter acesso ao (REFIS 2017) o contribuinte não poderá encontrar-se em situação de inadimplência junto a municipalidade, em relação ao IPTU lançado no ano de 2017.

Art. 8º. A remissão dos encargos previstos no art. 5º desta Lei Complementar só gerará direito aos contribuintes que efetivamente quitarem seu débito, ainda que de forma parcelada.

Art. 9º. A adesão ao (REFIS 2017) sujeita o contribuinte ou responsável a:

I – aceitação plena e irretratável de todas as condições estabelecidas nesta Lei e constitui confissão irrevogável e irretratável da dívida relativa aos débitos fiscais;

II – obrigatoriedade do pagamento da 1ª (primeira) parcela no ato da assinatura da adesão;

III – pagamento regular das parcelas do débito consolidado.

IV- na expressa renúncia a qualquer defesa ou recurso administrativo ou judicial, bem como desistência dos já interpostos, relativamente à matéria cujo respectivo débito queira parcelar;

V – pagamento do valor total dos honorários advocatícios no importe de 10% (dez por cento) sobre o valor do crédito tributário, quando tratar-se de execuções fiscais ajuizadas.

Parágrafo Único. A opção pelo (REFIS 2017) exclui qualquer outra forma de parcelamento de débitos relativos aos tributos referidos no Art. 1º.

Art. 10º. São requisitos indispensáveis à formalização do pedido:

I – requerimento assinado pelo devedor ou seu representante legal, com poderes especiais, nos termos da Lei, juntando-se o respectivo instrumento;

II – documento que permita identificar os responsáveis pela representação da empresa, nos casos de débitos relativos à pessoa jurídica;

III – cópia de documentos de identificação, nos casos de débitos relativos à pessoa física;

Parágrafo Único - O Contribuinte que possuir ação judicial em curso, na qual requer o restabelecimento de sua opção ou a sua reinclusão em outros parcelamentos, deverá, como condição para valer-se das prerrogativas desta Lei, desistir da respectiva ação judicial ou administrativa e renunciar a qualquer alegação de direito sobre a qual se funda a referida ação, protocolando requerimento de extinção do processo com resolução do mérito, nos termos do inciso V do caput do art. 269 da Lei no 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, no ato da adesão do parcelamento do (REFIS 2017).

Art. 11. Para a implementação do disposto nesta Lei Complementar, pode ser exigido do contribuinte ou responsável o oferecimento de garantias ou o arrolamento dos bens na forma do art. 64 da Lei Federal nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997.

Parágrafo Único – São dispensados da exigência referida no caput os contribuintes ou responsáveis inscritos no Cadastro de Contribuintes do Município cujos créditos fiscais consolidados sejam inferiores a R$ 5. 000,00 (cinco mil reais).

Art. 12. O contribuinte ou responsável optante pelo (REFIS 2017) será dele excluído, mediante ato do Comitê Gestor, diante da ocorrência de uma das seguintes hipóteses:

I – inobservância de qualquer das exigências estabelecidas nesta Lei Complementar;

II - o atraso no pagamento de duas parcelas consecutivas ou quatro parcelas alternadas, relativas aos tributos abrangidos pelo Programa de Recuperação Fiscal;

III – constatação, caracterizada por lançamento de ofício, de débito correspondente a tributo abrangido pelo (REFIS 2017) e não incluído na confissão, salvo se integralmente pago no prazo de 30 (trinta) dias, contado da ciência do lançamento ou da decisão definitiva na esfera administrativa ou judicial;

IV – compensação ou utilização indevida de créditos;

V – o descumprimento de qualquer intimação ou notificação efetuada no interesse de seu cumprimento;

VI – a decretação da falência ou extinção, pela liquidação da pessoa jurídica;

VII – a cisão, fusão, incorporação ou transformação da pessoa jurídica, exceto se a nova sociedade ou a incorporadora permanecerem estabelecidas no Município e assumirem a responsabilidade solidária ou não do (REFIS 2017);

VIII - a prática de qualquer ato ou procedimento tendente a omitir informações, a dirimir ou subtrair receita do contribuinte optante, mediante simulação de ato.

§ 1º. O contribuinte ou responsável deverá ser notificado da decisão que o exclui do (REFIS 2017).

§ 2º. A notificação far-se-á:

I – de regra, via postal, com aviso de recebimento;

II – quando ignorado, incerto ou inacessível o lugar em que o contribuinte ou responsável se encontrar, por edital, afixado no quadro de avisos da Prefeitura Municipal.

§ 3º. A notificação via postal consuma-se com a simples entrega regular no endereço do contribuinte responsável.

§ 4º. A exclusão das pessoas físicas e jurídicas do REFIS Municipal implicará na exigibilidade imediata da totalidade do crédito confessado e ainda não pago e, se for o caso, automática execução do débito ou continuidade da dívida já ajuizada, restabelecendo-se, em relação ao montante não pago, os acréscimos legais na forma da legislação aplicável à época da ocorrência dos respectivos fatos geradores.

§ 5º. O valor das parcelas quitadas até a exclusão do (REFIS 2017) será utilizado para a amortização da dívida, considerando-se as datas dos respectivos pagamentos.

§ 6º. Realizada a exclusão, por qualquer dos motivos supra referidos, esta produzirá seus efeitos 30 (trinta) dias após a data de cientificação do contribuinte ou responsável, prazo em que poderá regularizar a sua situação perante a Fazenda Municipal, ou no mesmo prazo, ofertar recurso, sem efeito suspensivo para o Comitê Gestor, de cuja decisão não caberá recurso.

Art. 13. A inclusão no (REFIS 2017) fica condicionada, ainda, ao encerramento comprovado dos feitos, por desistência, expressa e irrevogável das respectivas ações judiciais e das defesas e recursos administrativos, a ser formulada pelo contribuinte ou responsável, bem assim da renúncia do direito, sobre os mesmos débitos, em que se funda a ação judicial ou o pleito administrativo.

Parágrafo Único – Na desistência de ação judicial, deverá o contribuinte ou responsável suportar os honorários advocatícios.

Art. 14. Os tributos que não podem ser reparcelados não serão alcançados pelo (REFIS 2017), salvo se o contribuinte optar pelo pagamento integral e à vista do crédito tributário, no ato do requerimento, o qual fara jus a anistia de 100% (cem por cento) dos juros e multas, a exemplo:

a) Alvará de Funcionamento;

b) Alvará de Localização;

c) Reparcelamento de ISSQN;

d) Reparcelamento de Taxa de Fiscalização e Vistoria;

e) Reparcelamento de IPTU;

f) Reparcelamento de Contribuição de Melhoria;

g) Multas e notificações.

Art. 15. O disposto nesta Lei Complementar não autoriza a restituição e nem a compensação de importâncias recolhidas anteriormente a sua publicação.

Art. 16 Os efeitos da presente Lei passam a integrar o Plano Plurianual e o Anexo de Metas Fiscais, no que tange a renuncia de receitas previstas na Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2017.

Art. 17. Integra a presente Lei a Estimativa de Impacto Orçamentário e Financeiro - ANEXO I e a Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita - ANEXO II.

Art. 18. Esta Lei Complementar será regulamentada por ato do Poder Executivo.

Art. 19. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Porto dos Gaúchos – MT, em 25 de Julho de 2017.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN

PREFEITO MUNICIPAL

ANEXO I

IMPACTO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO

ART. 14 da LRF.

O montante da Dívida Ativa, referente ao período compreendido até 31 de dezembro de 2016, pendente de pagamento na Prefeitura, é composto pelo principal no valor de R$ 1.610.137,01 os juros representam 663.968,74 e as multas representam um montante de R$ 270.231,16, sendo que os valores totais entre o principal, Juros e Multas representam o montante de R$ 2.544.336,91. As Receitas que participarão desse REFIS estão representadas no quadro abaixo:

Conforme determina o Art. 6º do Projeto de Lei, a municipalidade esta concedendo anistia sobre as multas e juros, em percentuais de 100%, 80%, 60%, 50% do total dos mesmos, nas seguintes condições de parcelamento respectivamente, à vista, 2, 3, 4 vezes.

Outro fato relevante, é que após o parcelamento as parcelas serão atualizadas pela INPC, conforme art. 82 da Lei nº 278/2009, não havendo perda moratória das demais parcelas.

Conforme planilha anexa, considerando as adesões acima relatadas, estão Projetadas o recebimento em torno de 30% da dívida ativa existente hoje, isso considerando-se a hipótese de pagamento à vista ou seja, com desconto de juros e multa.

Devemos considerar também o fato de que sobre os valores recebidos, o executivo deverá investir 30% em saúde e 10% em educação, obrigatoriamente.

Considerando os fatos acima expostos, acreditamos que haverá um acréscimo de receita considerável, e não afetarão negativamente as metas estabelecidas na Lei de diretrizes Orçamentária, em vista o REFIS trarão benefícios ao município e aos contribuintes, conforme Art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN

PREFEITO MUNICIPAL

ANEXO II

COMPENSAÇÃO DE RENÚNCIA DE RECEITA

ART. 14, da LRF.

A adoção de medidas que venham melhorar a arrecadação municipal tem o intuito de diminuir o montante da divida ativa inscrita e aumentar a receita. Os benefícios instituídos através deste projeto, não terão reflexos negativos na arrecadação nos valores de juros, multas e correção, pois o montante torna-se pequeno em função do maior numero de contribuintes que buscarão o presente benefício para saldarem seus compromissos para com a Fazenda Municipal.

Note-se que esta concessão de redutores de valores tributários abrange exclusivamente parcelas de tributos não prescritas.

De outra parte, ainda, cumpre observar e esclarecer que a instituição do Programa de Recuperação Fiscal (REFIS 2017) permite que os créditos tributários, relativos a multas, juros e correção monetária que não puderem ser anistiados, serão incluídos num parcelamento de forma a não onerar os contribuintes e permitirá que o Município incremente a arrecadação dos valores originais dos tributos e bem assim dos tributos dos anos vindouros.

A instituição do programa traz aos munícipes a possibilidade de estarem quitando seus débitos fiscais com a Fazenda, assim o município poderá arrecadar num curto período um valor do qual não há perspectivas e estimativas, se não através de ações judiciais, quanto ao seu adimplemento, valores estes que devem ser destinados a melhora nos serviços públicos, como saúde, educação, esporte, entre outras. Ao passo que possibilita aos munícipes estarem quitando as dívidas para com a Fazenda.

Cabe ressaltar ainda que para ter acesso ao REFIS 2017 o contribuinte não poderá encontrar-se em situação de inadimplência junto a municipalidade, em relação ao IPTU lançado no ano de 2017, ou seja, isto significa que de forma direta o município estaria compensando a renúncia de receita, uma vez que independentemente do contribuinte vir a cumprir com os prazos dos parcelamentos efetuados ele já terá realizado o pagamento do IPTU referente ao exercício vigente para ter acesso ao programa, acarretando assim um aumento de receita que poderá ser destinada a consecução de programas e ações públicas voltadas aos munícipes.

Por todo o exposto, fica demonstrando, com o presente estudo de Estimativa de Impacto Orçamentário-Financeiro que o erário não será afetado negativamente, o que justifica a compensação de renúncia da receita que este projeto representa, conforme Art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE POXORÉU

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO N º 049/2017

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N° 039/2017

REGISTRO DE PREÇOS Nº 035/2017

A Prefeitura de Poxoréu estabelecida na Av. Brasília, 809, Jardim das Américas, na Cidade de Poxoréu-MT, torna público para conhecimento dos interessados que nos termos da Lei Federal nº 10.520/2002 subsidiariamente pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores Complementar 123/2006, Decreto Municipal nº 003/2014, de 02 de janeiro de 2014 e Decreto Municipal n° 008/2014 de 24/2/2014, estará realizando licitação na modalidade Pregão Presencial no Regime de Registro de Preço para**Contratação de empresa especializada para eventual Fornecimento de Refeições para atender todas as Secretarias Municipais, conforme especificações e quantidades determinadas no Anexo I do Edital.**

A ABERTURA DOS ENVELOPES SERÁ REALIZADA EM 07/8/2017, A PARTIR DAS 08:30 HS, NA SALA DE LICITAÇÃO DA PREFEITURA DE POXORÉU.

O edital completo deverá ser adquirido pelo site www.poxoreu.mt.gov.br, a licitante interessada deverá fazer download da ferramenta da PROPOSTA ELETRONICA para elaboração da proposta de preço disponível no mesmo site acima mencionado.

Poxoréu-MT, 25 de julho 2017.

CLAUDINEY BARREIRA ARAUJO

PRESIDENTE CPL

PORTARIA Nº 009/2017

JÚLIO CÉSAR PEREIRA CHAGAS

PREGOEIRO OFICIAL

PORTARIA Nº 010 /2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO CABAÇAL

DEPARTAMENTO LICITAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL COM REGISTRO DE PREÇOS Nº. 16/2017.

A Prefeitura Municipal de Reserva do Cabaçal - MT torna público que na Licitação na modalidade Pregão Presencial com Registro de Preços Nº 16/2017, tendo em vista o cumprimento de todas as exigências do Edital, e considerando o menor preço apresentado na proposta, a comissão de Licitação **ADJUDICOU** e o **PREFEITO HOMOLOGA** como vencedora a empresa: **1 – ELÉTRICA RADIANTE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA - EPP**, cadastrado no CNPJ nº 15.984.883/0001-99 Vencedora do Lote 05 no valor de R$ 1.400.000,00 (hum milhão e quatrocentos mil reais). A empresa vencedora fica obrigada a fornecer as aquisições do objeto conforme proposta apresentada.

,

Reserva do Cabaçal - MT, 25 de Julho de 2017.

TARCÍSIO FERRARI

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO LICITAÇÃO
TERMO DE CONCESSÃO DE USO

*"TERMO DE CONCESSÃO DE USO DE PROPRIEDADE RURAL QUE ENTRE SI CELEBRAM O SR. JOÃO TEIXEIRA DE SOUZA E A **PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO CABAÇAL-MT**, PARA OS FINS QUE SE DESTINA."*

Nº. 001/2017

Pelo presente instrumento particular de concessão de uso em que são partes, de um lado, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO CABAÇAL** inscrita no CNPJ 01.367.788/0001-31, com sede na Av. Mato Grosso, nº 221, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. Tarcísio Ferrari, brasileiro, casado, portador do RG nº 349.139 SSP/MT, e do CPF nº 567.672.001-82, residente e domiciliado na Chácara, Comunidade do Sete, zona Rural, nesta cidade, doravante denominado CONCESSIONÁRIO, e de outro lado, o **JOÃO TEIXEIRA DE SOUZA**, pessoa Física, brasileiro, casado, portador do RG nº 158379-4 SSP/MT, e do CPF nº 987.435.111-04, residente e domiciliado na Chácara Vitoria, Comunidade do Casulo Mulher, zona Rural, nesta cidade, doravante denominado simplesmente de CONCEDENTE, resolvem celebrar o presente Termo mediante as cláusulas e condições a seguir estipuladas.

CONSIDERANDO:

I – O disposto neste Contrato de Concessão de uso, o Sr. **JOÃO TEIXEIRA DE SOUZA**, cede ao Município de Reserva do Cabaçal – MT, uma área de 6.000 m² na Chácara Vitoria na Comunidade Casulo Mulher localizada na Rodovia MT 175, com as seguinte coordenadas geográficas: sul 15º 04'43,62" e oeste 58º 26' 18,20", sul 15º 04'42,78" e oeste 58º

26’15,27”, sul 15º 04’45,62” e oeste 58º 26’18, 44”, sul 15º 04’44, 67” e oeste 58º 26’ 15, 74”, para descarte de galhos oriundos de podas e cortes de árvores, entulhos oriundos de construções e demolições dentro dos limites urbanos do Município de Reserva do Cabaça – MT, mediante as cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente instrumento tem por objeto a concessão de uso uma área de 6.000 m² na Chácara Vitoria na Comunidade Casulo Mulher localizada na Rodovia MT 175, com as seguinte coordenadas geográficas: sul 15º 04’43,62” e oeste 58º 26’ 18,20”, sul 15º 04’42,78” e oeste 58º 26’15,27”, sul 15º 04’45,62” e oeste 58º 26’18, 44”, sul 15º 04’44, 67” e oeste 58º 26’ 15, 74”.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA REMUNERAÇÃO

O contrato é celebrado a título de permuta de serviços, onde a CONCESSIONARIA obriga-se, a colocar na área remanescente ao objeto deste contrato 30 (trinta) viagem de cascalho e sendo este devidamente espalhado e nivelado para construção de um curral pela CONCEDENTE.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA

A vigência do contrato se dará pelo prazo de até 31.12.2020 a contar da data de sua assinatura, podendo o mesmo ser prorrogado a critério exclusivo da CONCEDENTE.

A CONCEDENTE tem o direito a qualquer tempo, sem necessidade de notificação prévia, de rescindir o presente contrato, expressando a CONCESSIONÁRIA anuência incondicional à essa condição, obrigando-se esta última exclusivamente para com o cumprimento dos contratos por ela celebrados.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES

A CONCESSIONÁRIA se responsabilizara por quaisquer danos, causado na área objeto deste contrato, respondendo direta e exclusivamente pelas suas obrigações e pelos prejuízos que causar, inclusive a terceiros.

A CONCESSIONÁRIA é a única responsável pelos entulhos e galhos descartados na área aqui concedida, não podendo descartar nenhum outro tipo de objetos sob pena de quebra imediata deste contrato pela CONCEDENTE.

A CONCESSIONÁRIA se utilizara das maquinas e caminhões dela pertencente para manutenção, limpeza e organização da área ali concedida.

CLAUSULA QUINTA – LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

A CONCESSIONÁRIA obriga-se a cumprir os preceitos do Código Civil Brasileiro, Lei nrº. 10406/2002).

O presente contrato também se regerá pelas disposições legais correlatas insertas na Constituição Federal Brasileira.

CLÁUSULA SEXTA – DOS ÔNUS E DEMAIS ENCARGOS

Ficará sob a responsabilidade exclusiva da CONCESSIONARIA, o pagamento de quaisquer despesas relacionadas às suas atividades, tais como, limpeza e organização da área aqui concedida, dentre outras.

E por estarem as partes de pleno acordo com as obrigações e condições assumidas, assinam o presente instrumento, em caráter irrevogável e irretratável, que é reconhecido publicamente, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo firmadas.

Reserva do Cabaçal-MT, 25 de julho de 2017.

_____

Dr. DELAIR TEIXEIRA DE ALCANTARA

Assessor Jurídico

_____ _____

PREFEITURA M. DE RESERVA JOÃO TEIXEIRA DE SOUZA

DO CABAÇAL CONVEDENTE

CONCESSIONÁRIO

TESTEMUNHAS:

_____ _____

Lear Teixeira Regiane Lucas dos Reis

CPF: 473.976.831-34 CPF: 036.606.601-71

DEPARTAMENTO LICITAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 21/2017

OBJETO: Contratação da empresa ALAIR RODRIGUES ALVES 87726009187, com a modalidade de dispensa de licitação, para a prestação de serviços **especializados em Pintura Predial para pintura no Prédio da Secretaria Municipal de Educação do Município de Reserva do Cabaçal – MT.**

Pelo presente termo, e observados os requisitos ao artigo 24, Inciso VIII da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores e a Lei Ordinária Municipal nº 567/2015, tendo em vista manifestação da Comissão Permanente de Licitação, bem como o Parecer do Assessor Jurídico desta Prefeitura, FAÇO SABER, que nesta data “**HOMOLOGO**” o presente processo licitatório.

“**ADJUDICO**” o objeto do processo a empresa: ALAIR RODRIGUES ALVES 87726009187, com o Valor Total de R$ 1.000,00 (Dezesseis Mil Reais), para execução do objeto acima citado. **DETERMINO** que sejam tomadas as providências necessárias para contratação da referida empresa.

Reserva do Cabaçal-MT, 25 de julho de 2017.

TARCISIO FERRARI

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO LICITAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL COM REGISTRO DE PREÇOS Nº. 17/2017.

A Prefeitura Municipal de Reserva do Cabaçal - MT torna público que na Licitação na modalidade Pregão Presencial com Registro de Preços Nº 17/2017, tendo em vista o cumprimento de todas as exigências do Edital, e considerando o menor preço apresentado na proposta, a comissão de Licitação **ADJUDICOU** e o **PREFEITO HOMOLOGA** como vencedora a empresa, **1-FABIO JUNIOR NEGRIS-ME** inscrita no **CNPJ: 21.336.504/0001-57.**A empresa vencedora fica obrigada a fornecer as aquisições do objeto conforme proposta apresentada.

,

Reserva do Cabaçal - MT, 25 de Julho de 2017.

TARCISIO FERRARI

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO LICITAÇÃO
RESULTADO DA DISPENSA 21/2017

A PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO CABAÇAL, **representada pelo Prefeito Municipal Sr TARCISIO FERRARI, nos termos do ato de Dispensa de Licitação Nº 21/2017, torna público que firmou CONTRATO com a empresa** ALAIR RODRIGUES ALVES 87726009187 - MEI**, localizada na Rua Bandeirantes s/n, Bairro: Jardim Atlanta na cidade de Reserva do Cabaçal - MT, tendo como objeto a** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE **SERVIÇOS ESPECIALIZADO EM PINTURA PREDIAL PARA PINTURA NO PREDIO DA SECRETARIA MUNCIPAL DE EDUCAÇÃO DE RESERVA DO CABAÇAL – MT,, no valor de R$ 16.000,00 (Dezesseis Mil Reais).**

Reserva do Cabaçal-MT, 25 de julho de 2017.

TARCISIO FERRARI

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO LICITAÇÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL COM REGISTRO DE PREÇOS Nº 17/2017

OBJETO:REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL SERVIÇO DE MÃO DE OBRA COM ASSENTAMENTO DE PEDRAS NA AVENIDA JOSÉ JÚLIO DE LIMA NO MUNICÍPIO DE RESERVA DO CABAÇAL COM UM TOTAL DE 4.410M². Tendo em vista o que consta dos auto deste processo, e diante do resultado apurado, fica Adjudicado o presente Objeto**,** para a empresa, **1-FABIO JUNIOR NEGRIS-ME** inscrita no **CNPJ: 21.336.504/0001-57**, sagrou se vencedora do lote 01 no valor de **R$77. 175,00** (SETENTA E SETE MIL CENTO E SETENTA E CINCO REAIS) para que produza todos os efeitos legais.

Reserva do Cabaçal-MT, 25 de Julho de 2017..

VALTAIR LEOPOLDINO NEGRIS

Presidente da CPL

JUSCILENE GOMES TIZZO

Membro da equipe de apoio

DENI PEREIRA DE OLIVEIRA

Membro

Leticia Venâncio Ferreira de Lima

Pregoeira

DEPARTAMENTO LICITAÇÃO
RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL COM REGISTRO DE PREÇOS Nº 17/2017

A Prefeitura Municipal de Reserva do Cabaçal-MT torna público que realizou no dia 20 de julho de 2017, às 10:00 horas, em sua sede à Av. Mato Grosso nº 221, Centro, Pregão Presencial com **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL SERVIÇO DE MÃO DE OBRA COM ASSENTAMENTO DE PEDRAS NA AVENIDA JOSÉ JÚLIO DE LIMA NO MUNICÍPIO DE RESERVA DO CABAÇAL COM UM TOTAL DE 700M².** Tendo com vencedora a empresa: **FABIO JUNIOR NEGRIS-ME,** inscrita no **CNPJ: 21.336.504/0001-57.**

Reserva do Cabaçal-MT, 25 de julho de 2017.

VALTAIR LEOPOLDINO NEGRIS

Presidente da Comissão de Licitação

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃOZINHO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 11/2017

PREGÃO: Nº. 008/2017 –REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO: Nº. 023/2017

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES contados a partir da data de sua publicação no Diário Oficial dos Municípios

Pelo presente instrumento, O Município de Ribeirãozinho - MT, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa á Rua Antônio João, 156, Centro, nesta cidade, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 15.943.434/0001-00, representado neste ato pelo seu Prefeito Municipal, Senhor Ronivon Parreira das Neves, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado à Colônia Couto Magalhães, nesta cidade de Ribeirãozinho - MT, portador da Cédula de Identidade nº. 1133902-0 SJ/MT e CPF sob n.º 931.895.161-20 e de outro lado a Empresa João Bosco de Sousa Matos – EPP CNPJ: 01.731.157/0001-50 representada por Antão Nery Neto, portador do RG: 4195583 DGPC-GO, e do CPF: 430.618.341-68, residente e domiciliado à Rua Mário Corrêa, s/nº, Ribeirãozinho-MT, CEP: 78.613-000, nas quantidades estimadas no Anexo I desta Ata, de acordo com a classificação por ela alcançada por Lote, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações, Lei 10.520/2002, Decreto nº. 3.931/2001, Decreto 4.342/2002, Decreto Estadual nº. 7.217/2006 e 1.805/2009, Decreto Municipal 460/2007 e demais legislações pertinentes a matéria e em conformidade com as disposições a seguir.

1. DO OBJETO

1.1. O presente pregão tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO e CONSUMO (**material para construção, pintura, ferramentas, elétrico, hidráulico e sanitário)conforme Anexo I do edital,para Secretarias Municipais.

2. DA VIGÊNCIA

2.1. O presente Registro de Preços terá validade DE (12) MESES, contados a partir de sua publicação no Diário Oficial.

3. DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O gerenciamento deste instrumento caberá ao Departamento de Licitações, através da C. P. L, no seu aspecto operacional e à Coordenadoria Jurídica de Licitações da Prefeitura Municipal de Ribeirãozinho – MT, nas questões legais.

4. DA ESPECIFICAÇÃO, QUANTIDADE E PREÇO

4.1. O preço, a quantidade, o fornecedor e a especificações dos itens registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela, anexo desta ata.

5. EMPENHO

5.1. O Contrato, no caso do presente PREGÃO, será substituído pela Nota de Empenho na forma do artigo 62, “caput” e parágrafo 4º, da Lei 8.666/93.

5.2. Como condição para emissão da Nota de Empenho, o licitante vencedor deverá estar com a documentação obrigatória devidamente atualizada ou comprovar situação regular no Cadastro de Fornecedores Estadual, ou ainda perante a Fazenda Federal, à Seguridade Social (INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

5.3. Se as certidões referidas no item anterior não comprovarem a situação regular do licitante, a sessão será retomada e os demais chamados, na ordem de classificação, para fazê-lo nas condições de suas respectivas ofertas, observado que o (a) pregoeiro (a) examinará a aceitabilidade, quanto ao objeto e valor, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

5.4. A Contratada ficará obrigada a entregar os produtos, nas quantidades e condições contratado com o Órgão ou Entidade Adeso ao registro de preço, contados a partir da data de do recebimento da nota de empenho que advém desta licitação.

5.5. Da nota de empenho advinda da homologação e adjudicação, acima referida, constará o valor global da contratação.

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1. Retirar a Nota de Empenho no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, contados do recebimento da convocação formal:

6.2. Os materiais deverão ser entregues nos locais indicados pelos Órgãos/Entidades adesos a ata de registro de preços no Município de Ribeirãozinho - MT;

6.3. O vencedor ficará obrigado a entregar os materiais desta licitação, em até 48 (quarenta e oito) horas, contados do recebimento da Nota de Empenho.

6.4. A contratada será responsável pelo transporte dos materiais até a sua entrega, não cabendo quaisquer ônus adicionais a Administração;

6.5. A embalagem deverá ser acondicionada conforme padrão do fabricante, devendo garantir a proteção durante o transporte e estocagem, bem como constar a identificação do produto e demais informações exigidas na Legislação em vigor.

6.6. Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, sem qualquer ônus para os Órgãos/ Entidade.

6.7. Executar o fornecimento dos materiais dentro dos padrões estabelecidos pela PREFEITURA e conforme estipulado neste edital e na proposta apresentada;

6.8. Substituir, às suas expensas, no prazo de 02 (dois) dias úteis, após notificação formal, os produtos entregues em desacordo com as especificações deste edital, conforme anexos e com a respectiva proposta, ou que apresente vício de qualidade (que apresentem problemas na utilização);

6.9**.** Comunicar antecipadamente a data e horário da entrega, não sendo aceitos os materiais que estiverem em desacordo com as especificações constantes neste edital, nem quaisquer pleitos de faturamentos extraordinários sob o pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto contratado;

6.10**.** Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo Órgão/Entidade, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência à PREFEITURA, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução da Ata;

6.11. Dispor-se a toda e qualquer fiscalização da PREFEITURA, no tocante ao fornecimento do produto, assim como ao cumprimento das obrigações previstas na Ata;

6.12. Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

6.13. A falta de quaisquer dos produtos cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegado como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução dos serviços objeto desta ATA e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas;

6.14**.** Comunicar imediatamente à PREFEITURA qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

6.15. Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

6.16. Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercido pela PREFEITURA;

6.17**.** Indenizar terceiros e/ou ao Órgão/Entidade, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, pelos danos ou prejuízos causados por sua culpa ou dolo, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

6.18. A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições deste edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes;

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1. Aderir ao registro de preços e determinar a execução do objeto quando houver garantia real da disponibilidade financeira para a quitação de seus débitos frente à consignatária/contratada, sob pena de ilegalidade dos atos.

7.2. Emitir ordem de fornecimento estabelecendo dia, hora, quantidade, local e demais informações que achar pertinentes para o bom cumprimento do objeto;

7.3. Receber o objeto adjudicado, nos termos, prazos, quantidade, qualidade e condições estabelecidas neste edital;

7.4. Prestar as informações e os esclarecimentos atinentes ao Objeto, que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;

7.5. Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais, inclusive permitindo o acesso de empregados, prepostos ou representantes da Contratada às dependências do Órgão ou Entidade adeso ao registro;

7.6. Fiscalizar o cumprimento das obrigações contratuais pela contratada;

7.7. Rejeitar os materiais em desacordo com o edital;

7.8**.** Notificar a contratada de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos produtos.

7.9. Efetuar o pagamento à CONTRATADA conforme condições previstas neste edital.

7.10. Nenhum pagamento será efetuado à empresa adjudicatária enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

8. DO RECEBIMENTO DOS MATERIAIS

8.1**.** Os materiais descritos no Anexo I deste Edital serão recebidos:

a) Provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade do material com a especificação;

b) Definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade do material e conseqüente aceitação;

c) Rejeitado,quando em desacordo com o estabelecido no Edital, e seus Anexos.

8.2. A entrega dos materiais deverá ser em conformidade com o especificado na a e Proposta da licitante contratada.

8.3.O produto em desconformidade com o especificado acarretará a correção; caso não seja possível será rejeitado, com aplicações das sanções administrativas e/ou legais cabíveis.

9. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1. As despesas decorrentes da contratação, objeto desta Licitação, correrão à conta dos ÓRGÃOS/ENTIDADES adesos ao registro de preços, mediante concretização da ordem de empenho.

10. DO PAGAMENTO

10.1. Efetuar o pagamento após o recebimento definitivo dos produtos, mediante ordem bancária através do Banco do Brasil S/A, em moeda corrente em até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da fatura/Nota fiscal, devidamente atestada pelo setor competente.

10.1.1. A Administração se reserva o direito de não receber os materiais que não estiverem em perfeitas condições de uso e/ou de acordo com as especificações estipuladas neste edital, ficando suspenso o pagamento da Nota Fiscal enquanto não forem sanadas tais incorreções;

10.1.2. A omissão de qualquer despesa necessária à realização do objeto será interpretada como não existente ou já incluída nos preços, não podendo a licitante pleitear acréscimo após a entrega das Propostas;

10.2. O Contratado deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, descrição do equipamento (com detalhes), o número e nome do banco, agência e número da conta onde deverá ser feito o pagamento, via ordem bancária;

10.2.1. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

10.2.2. Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR/CONTRATADO das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

10.3. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado;

11. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1.A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) Quando o fornecedor/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital e desta Ata de Registro de Preços;

b) Quando o fornecedor/consignatória der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) Em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial da Nota de Empenho decorrente deste Registro;

d) Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

e) Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

11.2.Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

11.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

11.4. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela Secretaria, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas nesta Ata e no Edital.

11.5.Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do Item.

11.6.Caso a PREFEITURA não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

12. DAS PENALIDADES

12.1.O descumprimento injustificado das obrigações assumidas nos termos desta ata e do edital sujeita a contratada a multas, consoante o *caput* e § 1º do art. 86 da Lei no8.666/93, incidentes sobre o valor da Nota de Empenho, na forma seguinte:

12.2. Sem prejuízo das sanções cominadas no art. 87, I, III e IV, da Lei 8.666/93, pela inexecução total ou parcial do objeto adjudicado, ao ÓRGÃO/ENTIDADEpoderá, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar à Contratada multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado.

12.3. Se a adjudicatária recusar-se a retirar a nota de empenho injustificadamente ou se não apresentar situação regular no ato da feitura da mesma, garantida prévia e ampla defesa, sujeita-se às seguintes penalidades:

12.3.1. Multa de até 10% sobre o valor adjudicado;

12.3.2. Suspensão temporária de participar de licitações e impedimento de contratar com a Administração Pública, por prazo de até 02 (dois) anos, e/ou;

12.3.3. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

12.4. A licitante, adjudicatária ou contratada que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantida prévia e ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com o Estado pelo prazo de até 05 (cinco) anos e, se for o caso, será descredenciado do Cadastro de Fornecedores por igual período, sem prejuízo da ação penal correspondente na forma da lei.

12.5.A multa, eventualmente imposta à contratada, será automaticamente descontada da garantia do contrato.

12.6.As multas previstas nesta seção não eximem a adjudicatária da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar a PREFEITURA.

13. DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1.As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

Itodas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente ata de Registro de Preços.

II Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de **Pregão nº. 008/2017** e seus anexos e as propostas das classificadas.

III é vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da PREFEITURA.

14. DO FORO

14.1 - Fica eleito o foro da cidade de Barra do Garças, Estado de Mato Grosso, como competente para dirimir quaisquer dúvidas ou questões decorrentes da execução deste contrato.

Ribeirãozinho - MT, 25 de julho de 2017.

Ronivon Parreira das Neves Prefeito Municipal CONTRATANTE	João Bosco de Sousa Matos - EPP CNPJ: 01.731.157/0001-50 CONTRATADA
Testemunhas: Marcos Vinicios C. Lopes CPF: 038.355.951-05	 Thiago Barbosa Viana CPF: 993.478.221-91
Elayne Bento Parreira Assessora Jurídica	

ANEXO I

DAS QUANTIDADES E VALORES

LOTE 01: Aquisição de Ferramentas/peças para Administração Geral

Qtde	Descrição	Marca	Valor Unit. (R$)	Valor Total (R$)
20	Disco de corte 12”x7/8	Diam. Azul	9,50	190,00
30	Disco de corte madeira maquita	Diam. Azul	28,50	855,00
100	Disco de corte ferro7”x1/8x7/8	Diam. Azul	7,50	750,00
100	Disco de lixadeira 7”x1/4x7/8	Diam. Azul	7,50	750,00
100	Disco de vídeo (maquita)	Diam. Azul	28,50	2.850,00
30	Broca de vídeo ½ mm	Bosch	11,50	345,00
20	Broca de vídeo 4 mm	Bosch	4,75	95,00
20	Broca de vídeo 6mm	Bosch	5,70	114,00
20	Broca de vídeo 8 mm	Bosch	7,50	150,00
20	Broca de vídeo 10 mm	Bosch	9,50	190,00
20	Broca de madeira 3/8	Bosch	19,00	380,00
20	Broca de madeira 5/16	Bosch	20,90	418,00
10	Broca de madeira ½	Bosch	17,00	170,00
20	Broca de ferro 4 mm	Bosch	5,70	114,00
20	Broca de ferro 6 mm	Bosch	7,50	150,00
20	Broca de ferro 8 mm	Bosch	14,25	285,00
20	Broca de ferro 10 mm	Bosch	28,50	570,00
500	Arrebites 48x3,25mm	Wurth	0,20	100,00
200	Parafuso rosca soberba 10 mm	Triangulo	4,50	900,00
100	Parafuso rosca soberba 8 mm	Triangulo	1,90	190,00
100	Parafuso rosca soberba 6 mm	Triangulo	1,90	190,00
100	Parafuso rosca soberba 4 mm	Triangulo	1,00	100,00
200	Buchas polietileno 10 mm	Ficher	0,40	80,00
100	Buchas polietileno 8 mm	Ficher	5,70	570,00
100	Buchas polietileno 6 mm	Ficher	0,25	25,00
100	Buchas polietileno 4 mm	Ficher	0,20	20,00
10	Prego 01 kg 12x12	Triangulo	14,25	142,50
20	Prego 01 kg 15x15	Triangulo	9,50	190,00
20	Prego 01 kg 15x21	Triangulo	9,50	190,00

20	Prego 01 kg 17x27	Triangulo	9,50	190,00
20	Prego 01 kg 17x21	Triangulo	9,50	190,00
20	Prego 01 kg 19x36	Triangulo	9,50	190,00
50	Prego 01 kg 25x75	Triangulo	9,50	475,00
10	Pá com cabo	Tramontina	23,75	237,50
5	Picareta com cabo	Tramontina	33,25	166,25
5	Martelo	Tramontina	22,80	114,00
10	Cavadeira com cabo	Tramontina	36,10	361,00
10	Enxada com cabo	Tramontina	36,10	361,00
5	Foice com cabo	Tramontina	33,25	166,25
5	Alicate	Tramontina	19,00	95,00
5	Turquez	Tramontina	23,75	118,75
10	Mangueira de jardim 20 m	Cipla	45,60	456,00
10	Trena 5 m	Bosch	12,35	123,50
5	Trena fita plástica 50 m	Bosch	52,25	261,25
150	Folha de segueta	Starret	5,70	855,00
10	Segueta	Starret	26,60	266,00
20	Lima KF	KE	12,35	247,00
100	Barra ferro roscavel 3/8	Cisne	3,80	380,00
50	Barra ferro roscavel 5/16	Cisne	3,30	165,00
500	Porcas	Cisne	0,20	100,00
500	Arruelas	Cisne	0,20	100,00
100	Luva pigmentada	Delta	7,10	710,00
50	Luva couro	Delta	7,60	380,00
100	Luva borracha	Delta	6,60	660,00
50	Cadeado	Pado	23,75	1.187,50
	TOTAL:			**19.629,50**

LOTE 02: Aquisição de Material de construção para Administração Geral

Qtde	Descrição	Marca	Valor Unit. (R$)	Valor Total (R$)
200	Telha Eternit 4mmx3,66	Eternit	69,40	13.880,00
10.000	Telha barro romana	Nilda	1,50	15.000,00
100	Capote barro	Nilda	3,30	330,00
100	Capote Eternit	Eternit	28,50	2.850,00
10.000	Tijolo cerâmico 9x14x23	Araguaiana	0,75	7.500,00
10.000	Tijolo maciço	Araguaina	0,50	5.000,00
200	Parafuso para telha Eternit	Eternit	1,40	280,001
50	Barra de ferro CA – 50 ½	Gerdal	57,00	2.850,00
100	Barra de ferro CA – 50 4.2	Gerdal	9,50	950,00
100	Barra de ferro CA 5.0	Gerdal	20,90	2.090,00
50	Barra de ferro CA – 50 6.3	Gerdal	23,75	1.187,50
100	Barra de ferro CA – 50 8 mm	Gerdal	42,75	4.275,00
50	Barra de ferro CA – 50 10 mm	Gerdal	57,00	2.850,00
100 m³	Areia fina	Diversas	76,00	7.600,00
150m³	Areia grossa	Diversas	114,00	17.100,00
500	Cimento comum 50 kg	Ciplan	22,30	11.150,00
50m³	Brita 1	Diversas	190,00	9.500,00
50m³	Brita 0	Diversas	190,00	9.500,00
40m³	Cascalho lavado	Diversas	147,25	5.890,00
100 kg	Argamassa - Quatzolit	Quatzolit	14,25	1.425,00
100 kg	Rejunte - Quatzolit	Quatzolit	5,25	525,00
50 L	Vedalit gl.de 3.600 ml	Vedacit	38,00	1.900,00
20 L	Vedacit gl. De 3600 ml	Vedacit	28,50	570,00
10	Neutrol gl. De 3600 ml	Vedacit	61,75	617,50
10	Fechadura completa	Soprano	57,00	570,00
30 kg	Arame recozido	Gerdal	9,50	285,00
10 kg	Arame galvanizado	Gerdal	11,40	114,00
200 m²	Cerâmica	Almeida	15,20	3.040,00
20	Torneira ¾ Metal pia longa	Ico Metais	47,50	950,00
20	Torneira ¾ Metal pia curta	Ico Metais	28,50	570,00
30	Torneira ¾ plástica pia longa	Ico Metais	4,75	142,50
30	Torneira ¾ plástica pia curta	Ico Metais	3,80	114,00
20	Torneira metal jardim ¾	Ico Metais	23,75	475,00
20	Torneira plástica jardim ¾	Ico Metais	3,80	76,00
30	Silicone	Sica	14,25	427,50
30	Válvula descarga	Cipla	80,75	2.422,50
30	Caixa descarga pvc	Cipla	28,50	855,00
04	Pia inox 0,50x1,20 (cuba)	Rorato	114,00	456,00
04	Pia inox 0,50x1,50 (cuba)	Rorato	171,00	684,00
04	Pia inox 0,50x1,80 (cuba)	Rorato	209,00	836,00
04	Pia inox 0,50x 2,00 (cuba)	Rorato	247,00	988,00
200	Lixa 100	Norton	0,80	160,00
200	Lixa 150	Norton	0,80	160,00
200	Lixa 80	Norton	0,80	160,00
100	Lixa ferro	Norton	2,60	260,00

20	Chuveiro 220 v	Lorenzetti	42,75	855,00
50	Assento sanitário 2ª linha	Amanco	28,50	1.425,00
300m²	Forro PVC	MG	14,25	4.275,00
10	Vaso sanitário c/ cx acoplada -	Incasa	551,00	5.510,00
03	Kit banheiro	Ico Metais	45,60	136,80
10	Porta papel	Ico Metais	11,40	114,00
10	Porta toalha	Ico Metais	13,30	133,00
10	Saboneteira	Ico Metais	11,40	114,00
10	Porta de madeira almofadada 0,60x2,10	Valutik	171,00	1.710,00
10	Porta de madeira almofadada 0,80x2,10	Valutik	171,00	1.710,00
10	Porta laminada 0,80x2,10 - Açonobre	Açonobre	83,60	836,00
10	Porta laminada 0,60x2,10 - Açonobre	Açonobre	83,60	836,00
10	Vitrox basculante 0,60x0,60 - Haiala	Haiala	76,00	760,00
10	Janela veneziana 1,000x1,00 - Haiala	Haiala	190,00	1.900,00
10	Janela veneziana 1,000x1,20 - Haiala	Haiala	200,00	2.000,00
10	Janela veneziana 1,000x1,50 - Haiala	Haiala	247,00	2.470,00
10	Janela veneziana 1,000x2,00 - Haiala	Haiala	304,00	3.040,00
20m²	Vidro canelado	Diversas	23,75	475,00
20	Cola adesivo alta temperatura 73 gr	Amanco	19,00	380,00
20	Cola trava de alta resistência 10 gr.	Amanco	19,00	380,00
20	Cola Epoxi bicomponente 20 gr.	Amanco	14,25	285,00
20	Cola extra (sapateiro) lata 200 gr.	Amanco	17,00	340,00
	TOTAL:			**168.250,30**

LOTE 03 - Aquisição de Material Hidráulico para Administração Geral

Qtde	Descrição	Marca	Valor Unit. (R$)	Valor Total (R$)
04	Caixa d'agua 5000 lts	Fortlev	1.710,00	6.840,00
08	Caixa d'agua 1000 lts	Fortlev	361,00	2.888,00
08	Caixa d'agua 2000 lts	Fortlev	750,50	6.004,00
50	Caixa sifonada PVC c/ tampa	Amanco	19,00	950,00
50	Caixa de gordura PVC	Amanco	83,60	4.180,00
20	Pia lavatório com coluna	Rorato	66,50	1.330,00
50	Cavalete para agua	Diverso	77,90	3.895,00
100	Cola adesiva 30 gr	Amanco	2,85	285,00
30	Expude	Astra	2,85	85,50
100 br	Tubo esgoto DN 100 mm 1ª linha	Amanco	61,75	6.175,00
50 br	Tubo esgoto DN 40 mm 1ª linha	Amanco	19,00	950,00
50 br	Tubo esgoto DN 50 mm 1ª linha	Amanco	26,60	1.330,00
150	Tubo PVC soldável 50 mm	Amanco	57,00	8.550,00
50	Tubo PVC soldável 60 mm	Amanco	74,10	3.705,00
50	Tubo PVC soldável 32 mm	Amanco	22,80	1.140,00
200	Tubo PVC soldável 25 mm	Amanco	15,20	3.040,00
100	Tubo PVC soldável 20 mm	Amanco	9,50	950,00
250	Tubo PVC rosc. 25 mm	Amanco	23,75	5.937,50
200	Tubo PVC rosc. 20 mm	Amanco	20,90	4.180,00
100	Tubo PVC sold. 150 mm	Amanco	152,00	15.200,00
20	Tee esgoto 40 mm	Amanco	2,85	57,00
30	Tee esgoto 50 mm	Amanco	3,30	99,00
50	Tee esgoto 100 mm	Amanco	14,25	712,50
30	Tee PVC rosc. 25 mm	Amanco	2,30	69,00
30	Tee PVC sold. 50 mm	Amanco	6,10	183,00
30	Tee PVC sold. 60 mm	Amanco	8,00	240,00
30	Tee PVC sold. 25 mm	Amanco	2,75	82,50
30	Tee PVC sold. 20 mm	Amanco	2,25	67,50
50	Joelho 40 mm	Amanco	2,25	112,50
50	Joelho 50 mm	Amanco	3,25	162,50
50	Joelho 100 mm	Amanco	8,50	425,00
100	Tee 50x25	Amanco	6,50	650,00
100	Luva PVC LR sold. 25 com bucha latão	Amanco	5,30	530,00
50	Luva PVC LR sold. 20 com bucha latão	Amanco	5,30	265,00
200	Curva PVC LR sold. 25 com bucha latão	Amanco	5,30	1.060,00
100	Curva PVC LR sold. 20 com bucha latão	Amanco	5,30	530,00
100	Curva PVC sold. 20	Amanco	1,90	190,00
1500	Curva PVC sold. 25	Amanco	1,90	2.850,00
200	Curva PVC sold. 50	Amanco	6,75	1.350,00
100	Curva PVC sold. 60	Amanco	8,50	850,00
500	Curva PVC rig. rosc. 20	Amanco	1,90	950,00
5000	Curva PVC rig. rosc. 25	Amanco	2,25	11.250,00
200	Luva PVC sold. 20	Amanco	1,90	380,00
1000	Luva PVC sold. 25	Amanco	2,25	2.250,00
300	Luva PVC sold. 50	Amanco	6,10	1.830,00
200	Luva PVC sold. 50 c/ curva	Amanco	6,10	1.220,00
200	Luva PVC sold. 60	Amanco	8,00	1.600,00
100	Luva PVC sold. 75	Amanco	18,00	1.800,00
100	Luva PVC sold. 150	Amanco	53,00	5.300,00

200	Luva PVC sold. 110	Amanco	63,00	12.600,00
200	Luva PVC sold. 125	Amanco	90,00	18.000,00
200	Luva PVC correr 20	Amanco	6,75	1.350,00
500	Luva PVC Correr 25	Amanco	9,50	4.750,00
500	Luva PVC Correr 50	Amanco	17,50	8.750,00
200	Luva PVC Correr 60	Amanco	25,50	5.100,00
500	Luva esgoto 40	Amanco	1,80	900,00
100	Luva esgoto 60	Amanco	5,40	540,00
500	Luva esgoto 100	Amanco	6,10	3.050,00
20	Flange PVC sold. 60	Amanco	22,50	450,00
50	Flange PVC sold. 50	Amanco	18,00	900,00
50	Tampão PVC sold. 150	Amanco	21,50	1.075,00
50	Tampão PVC sold. 125	Amanco	41,50	2.075,00
50	Tampão PVC sold. 110	Amanco	38,00	1.900,00
100	Plug rosc. 20	Amanco	1,80	180,00
200	Plug rosc. 25	Amanco	2,00	400,00
20	Sifão sifonado	Amanco	10,50	200,00
20	Flange de pia	Amanco	3,60	72,00
20	Flange de lavatório	Amanco	4,50	90,00
20	Rabicho flexível	Astra	5,40	108,00
20	Válvula de pia	Astra	4,50	90,00
200	Fita veda rosca 10cm	Amanco	3,60	720,00
50	Redução PVC sold. 60x50	Amanco	3,60	180,00
50	Redução PVC sold. 50x25	Amanco	3,60	180,00
50	Redução rosc. 25x1/2	Amanco	1,80	90,00
20	Adaptador sold. 50 mm	Amanco	5,40	108,00
20	Adaptador sold. 60 mm	Amanco	6,40	128,00
20	Adaptador sold. 25 mm	Amanco	2,30	46,00
20	Adaptador sold. 20 mm	Amanco	1,90	38,00
20	Adaptador polietileno ½	Amanco	1,90	38,00
20	Adaptador polietileno ¾	Amanco	2,25	45,00
500	Mangueira polietileno ¾	Polietileno	1,40	700,00
100	Registro sold. 50 mm	Ico Metais	36,00	3.600,00
30	Registro sold. 60 mm	Ico Metais	52,25	1.567,50
1500	Registro sold. ¾	Ico Metais	13,30	19.950,00
10	Registro sold. 110 mm	Ico Metais	85,50	855,00
10	Registro sold. 75 mm	Ico Metais	61,75	617,50
	TOTAL:			**206.653,50**

LOTE 04 - Aquisição de Tintas e afins para Administração Geral

Qtde	Descrição	Marca	Valor Unit. (R$)	Valor Total (R$)
20	Zarcão 5L	Luztol	52,25	1.045,00
10	Zarcão 18 L	Luztol	190,00	1.900,00
40	Thiner 5L	Luztol	42,75	1.710,00
20	Selador acrílico 18 L	Luztol	76,00	1.520,00
20	Massa acrílica 18 L	Colatex	57,00	1.140,00
40	Liquido brilho 18 L	Luztol	190,00	150,00
300	Tinta esmalte sintético 3.600 ml	Luztol	61,75	18.525,00
400	Tinta PVA acrílica 18L	Luztol	190,00	76.000,00
100	Fita crep auto adesiva 5cmx50m	Adere	10,50	1.050,00
100	Tinta acrílica piso	Luztol	169,00	16.900,00
10	Pincel 1”	Atlas	4,75	47,50
10	Pincel 2”	Atlas	8,50	85,00
10	Pincel ½”	Atlas	2,85	28,50
10	Broxa	Atlas	6,65	66,50
40	Rolo lã 15 cm	Atlas	8,50	340,00
10	Rolo lã 5cm	Atlas	2,85	28,50
10	Rolo lã 15 cm anti pingo	Atlas	7,60	76,00
20	Rolo espuma 10cm	Atlas	5,70	114,00
20	Rolo espuma 2cm	Atlas	1,90	38,00
20	Cabo p/ rolo	Atlas	7,60	152,00
5	Espátula	Atlas	7,60	38,00
10	Desempoladeira	Atlas	10,50	105,00
10	Desempenadeira	Atlas	11,50	115,00
100 sc	Cal para pintura	Cisne	9,50	950,00
60	Tinta esmalte sintético ind. 18 L branco	Luztol	410,00	24.600,00
60	Tinta esmalte sintético ind. 18 L colorida	Luztol	456,00	27.360,00
	TOTAL:			**174.084,00**

LOTE 05 – Aquisição de Material Elétrico para Administração Geral

Qtde	Descrição	Marca	Valor Unit. (R$)	Valor Total (R$)
100	Caixa de luz 4x2	Amanco	1,90	190,00
05	Caixa externa para ar	Cipla	31,30	156,50
04	Canaleta	Diverso	5,70	22,80

10	Tomada embutir simples 10 A	Fame	7,60	76,00
10	Tomada externa 10 A	Fame	4,75	47,50
10	Tomada dupla 10 A	Fame	10,50	105,00
10	Tomada interruptor 10 A	Fame	11,50	115,00
10	Interruptor Simples	Fame	7,60	76,00
10	Interruptor duplo 10 A	Fame	10,50	105,00
10	Tomada simples 20 A	Fame	8,50	85,00
20	Disjuntor trif. 75 A termomagnético	Fame	71,25	1.425,00
10	Disjuntor trifásico 75 A din	Fame	71,25	712,50
10	Disjuntor trifásico 100 A termomagnético	Fame	85,50	855,00
10	Disjuntor trifásico 100 A din	Fame	85,50	855,00
10	Disjuntor trifásico 80 A din	Fame	76,00	760,00
10	Disjuntor bipolar 40 din	Fame	38,00	380,00
10	Disjuntor bipolar 60 din	Fame	61,75	617,50
10	Disjuntor bipolar 70 din	Fame	66,50	665,00
10	Disjuntor bipolar 20 din	Fame	38,00	380,00
100 mts	Fio rígido 10 mm	Cobremax	4,75	475,00
200 mts	Cabo flexível isolado16 mm	Cobremax	7,60	1.520,00
300 mts	Cabo flexível isolado10 mm	Cobremax	4,75	1.425,00
200 mts	Cabo flexível isolado 6 mm	Cobremax	2,25	450,00
500 mts	Cabo 2,5 mm	Cobremax	1,10	550,00
300 mts	Cabo flexível isolado 1,5 mm	Cobremax	0,85	255,00
200 mts	Cabo flexível isolado 4 mm	Cobremax	1,70	340,00
30	Fita isolante 10m	Amanco	3,80	114,00
20	Fita alta fusão 10m	Diverso	14,25	285,00
200	Fio pendente 2x2,5	Cobremax	2,10	420,00
100	Paflon com soquete E27	Perlex	6,60	660,00
100	Soquetes	Fame	3,25	325,00
20	Pino macho 10 A	Fame	5,70	114,00
20	Pino femea 10 A	Fame	5,70	114,00
20	Pino macho 20 A	Fame	6,60	132,00
20	Pino femea 20 A	Fame	6,60	132,00
20	Tee	Amanco	7,60	152,00
200mt	Conduite corrugado ¾	Amanco	1,80	360,00
100mt	Conduite corrugado 1”	Amanco	2,10	210,00
100mt	Conduite corrugado 2”	Amanco	3,25	325,00
100	Lâmpada LED compacta biv. Bucb 3U 14	Lorenzetti	19,00	1.900,00
100	Lâmpada LED compacta biv. Bucb 3U 20	Lorenzetti	21,85	2.185,00
50	Lâmpada LED compacta biv. Bucb 3U 30	Lorenzetti	28,50	1.425,00
100	Lâmpada econômica 220v x 20w	Lorenzetti	13,25	1.325,00
50	Lâmpada econômica 220v x 26w	Lorenzetti	17,00	850,00
50	Lâmpada econômica 220 v x 15 w	Lorenzetti	13,25	662,50
50	Haste de aterramento 5/8 x 3,00 m	Lorenzetti	19,00	950,00
50	Conector de cobre	Diverso	2,85	142,50
	TOTAL:			**25.426,80**

LOTE 06 – Aquisição de Material Elétrico (Iluminação Pública) para Administração Geral

Qtde	Descrição	Marca	Valor Unit. (R$)	Valor Total (R$)
20	Br. Conduite antichama 2”x3m	Amanco	24,70	494,00
20	Br. Conduite Antichama 1’x 3m	Amanco	11,40	228,00
20	Curva anti chama 2’	Diverso	8,50	170,00
20	Curva anti chama 1”	Diverso	4,20	84,00
100	Lâmpada VS 220 v – 400w E-40	Lorenzetti	44,10	4.410,00
50	Lâmpada VS 220 v – 100w E-40	Lorenzetti	20,50	1.025,00
500	Lâmpada VS 220 v – 250w E-40	Lorenzetti	27,50	13.750,00
200	Reator VS 220 v – 250w	Fame	74,00	14.800,00
100	Base de rele	Diverso	5,70	570,00
300	Rele	Diverso	16,00	4.800,00
100	Soquete pé fino 250 w E-40	Perlex	2,60	260,00
100	Soquete pé grosso 250 w E-40	Perlex	5,70	570,00
30	Reator VS 220v -100 w	Fame	53,20	1.596,00
30	Reator VS 220v – 400 w	Fame	53,50	1.605,00
04	Caixa de distribuição de embutir metal com barramento trif 25 elementos	Fame	243,00	972,00
20	Luminária pública c/ corpo de alumínio para soquete E-40	Lorenzetti	130,00	2.600,00
20	Braço curvo c/ sapata e parafuso de fixação	Diverso	91,00	1.820,00
	TOTAL:			**49.754,00**

VALOR GLOBAL: 643.798,10
(SEISCENTOS E QUARENTA E TRÊS MIL, SETECENTOS E NOVENTA E OITO REAIS E DEZ CENTAVOS)

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 010/2017

PREGÃO: Nº. 009/2017 –REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO: Nº. 025/2017

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES contados a partir da data de sua publicação no Diário Oficial dos Municípios

Pelo presente instrumento, O Município de Ribeirãozinho - MT, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa á Rua Antônio João, 156, Centro, nesta cidade, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 15.943.434/0001-00, representado neste ato pelo seu Prefeito Municipal, Senhor Ronivon Parreira das Neves, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado à Colônia Couto Magalhães, nesta cidade de Ribeirãozinho - MT, portador da Cédula de Identidade nº. 1133902-0 SJ/MT e CPF sob n.º 931.895.161-20, e de outro lado a empresa Gráfica Multicor LTDA – EPP CNPJ: 14.931.018/0001-11 representada por Fábio Bonfim Oliveira, brasileiro, solteiro, técnico em licitações, portador do RG: 1067630-9 DGPC/MT, CPF: 857.031.171-00, residente e domiciliado à Rua Rio Negro, 2.900, Bairro BNH, Barra do Garças-MT, CEP: 78600-000, nas quantidades estimadas no Anexo I desta Ata, de acordo com a classificação por ela alcançada por Lote, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações, Lei 10.520/2002, Decreto nº. 3.931/2001, Decreto 4. 342/2002, Decreto Estadual nº. 7.217/2006 e 1.805/2009, Decreto Municipal 460/2007 e demais legislações pertinentes a matéria e em conformidade com as disposições a seguir.

1. DO OBJETO

1.1 - O presente pregão tem por objeto o Registro de Preços de serviços gráficos para suprir as necessidades das secretarias municipais conforme anexo do Edital.

2. DA VIGÊNCIA

2.1. O presente Registro de Preços terá validade DE (12) MESES, contados a partir de sua publicação no Diário Oficial.

3. DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O gerenciamento deste instrumento caberá ao Departamento de Licitações, através da C. P. L, no seu aspecto operacional e à Coordenadoria Jurídica de Licitações da Prefeitura Municipal de Ribeirãozinho – MT, nas questões legais.

4. DA ESPECIFICAÇÃO, QUANTIDADE E PREÇO

4.1. O preço, a quantidade, o fornecedor e a especificações dos itens registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela, anexo desta ata.

5. EMPENHO

5.1. O Contrato, no caso do presente PREGÃO, será substituído pela Nota de Empenho na forma do artigo 62, “caput” e parágrafo 4º, da Lei 8.666/93.

5.2. Como condição para emissão da Nota de Empenho, o licitante vencedor deverá estar com a documentação obrigatória devidamente atualizada ou comprovar situação regular no Cadastro de Fornecedores Estadual, ou ainda perante a Fazenda Federal, à Seguridade Social (INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

5.3. Se as certidões referidas no item anterior não comprovarem a situação regular do licitante, a sessão será retomada e os demais chamados, na ordem de classificação, para fazê-lo nas condições de suas respectivas ofertas, observado que o (a) pregoeiro (a) examinará a aceitabilidade, quanto ao objeto e valor, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

5.4. A Contratada ficará obrigada a entregar os produtos, nas quantidades e condições contratado com o Órgão ou Entidade Adeso ao registro de preço, contados a partir da data de do recebimento da nota de empenho que advém desta licitação.

5.5. Da nota de empenho advinda da homologação e adjudicação, acima referida, constará o valor global da contratação.

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1. Retirar a Nota de Empenho no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, contados do recebimento da convocação formal:

6.2. Os materiais deverão ser entregues nos locais indicados pelos Órgãos/Entidades adesos a ata de registro de preços no Município de Ribeirãozinho - MT;

6.3. O vencedor ficará obrigado a entregar os materiais desta licitação, em até 05 dias (cinco) dias, contados do recebimento da Nota de Empenho.

6.4. A contratada será responsável pelo transporte dos materiais até a sua entrega, não cabendo quaisquer ônus adicionais a Administração;

6.5. A embalagem deverá ser acondicionada conforme padrão do fabricante, devendo garantir a proteção durante o transporte e estocagem, bem como constar a identificação do produto e demais informações exigidas na Legislação em vigor.

6.6. Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, sem qualquer ônus para os Órgãos/ Entidade.

6.7. Executar o fornecimento dos materiais dentro dos padrões estabelecidos pela PREFEITURA e conforme estipulado neste edital e na proposta apresentada;

6.8. Substituir, às suas expensas, no prazo de 02 (dois) dias úteis, após notificação formal, os produtos entregues em desacordo com as especificações deste edital, conforme anexos e com a respectiva proposta, ou que apresente vício de qualidade (que apresentem problemas na utilização);

6.9**.** Comunicar antecipadamente a data e horário da entrega, não sendo aceitos os materiais que estiverem em desacordo com as especificações constantes neste edital, nem quaisquer pleitos de faturamentos extraordinários sob o pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto contratado;

6.10**.** Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo Órgão/Entidade, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência à PREFEITURA, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução da Ata;

6.11. Dispor-se a toda e qualquer fiscalização da PREFEITURA, no tocante ao fornecimento do produto, assim como ao cumprimento das obrigações previstas na Ata;

6.12. Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

6.13. A falta de quaisquer dos produtos cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegado como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução dos serviços objeto desta ATA e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas;

6.14**.** Comunicar imediatamente à PREFEITURA qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

6.15. Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

6.16. Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercido pela PREFEITURA;

6.17**.** Indenizar terceiros e/ou ao Órgão/Entidade, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, pelos danos ou prejuízos causados por sua culpa ou dolo, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

6.18. A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições deste edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes;

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1. Aderir ao registro de preços e determinar a execução do objeto quando houver garantia real da disponibilidade financeira para a quitação de seus débitos frente à consignatária/contratada, sob pena de ilegalidade dos atos.

7.2. Emitir ordem de fornecimento estabelecendo dia, hora, quantidade, local e demais informações que achar pertinentes para o bom cumprimento do objeto;

7.3. Receber o objeto adjudicado, nos termos, prazos, quantidade, qualidade e condições estabelecidas neste edital;

7.4. Prestar as informações e os esclarecimentos atinentes ao Objeto, que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;

7.5. Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais, inclusive permitindo o acesso de empregados, prepostos ou representantes da Contratada às dependências do Órgão ou Entidade adeso ao registro;

7.6. Fiscalizar o cumprimento das obrigações contratuais pela contratada;

7.7. Rejeitar os materiais em desacordo com o edital;

7.8**.** Notificar a contratada de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos produtos.

7.9. Efetuar o pagamento à CONTRATADA conforme condições previstas neste edital.

7.10. Nenhum pagamento será efetuado à empresa adjudicatária enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

8. DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

8.1**.** Os serviços descritos no Anexo I deste Edital serão recebidos:

a) Provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade do serviço com a especificação;

b) Definitivamente, após a verificação da qualidade do serviço e conseqüente aceitação;

c) Rejeitado,quando em desacordo com o estabelecido no Edital, e seus Anexos.

8.2. A entrega dos serviços deverá ser em conformidade com o especificado na proposta da licitante contratada.

8.3.O serviço em desconformidade com o especificado acarretará a correção; caso não seja possível será rejeitado, com aplicações das sanções administrativas e/ou legais cabíveis.

9. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1. As despesas decorrentes da contratação, objeto desta Licitação, correrão à conta dos ÓRGÃOS/ENTIDADES adesos ao registro de preços, mediante concretização da ordem de empenho.

10. DO PAGAMENTO

10.1. Efetuar o pagamento após o recebimento dos serviços, mediante ordem bancária através do Banco do Brasil S/A, em moeda corrente em até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da fatura/Nota fiscal, devidamente atestada pelo setor competente.

10.1.1. A omissão de qualquer despesa necessária à realização do objeto será interpretada como não existente ou já incluída nos preços, não podendo a licitante pleitear acréscimo após a entrega das Propostas;

10.2. O Contratado deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, descrição do equipamento (com detalhes), o número e nome do banco, agência e número da conta onde deverá ser feito o pagamento, via ordem bancária;

10.2.1. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

10.2.2. Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR/CONTRATADO das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

10.3. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado;

11. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1.A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) Quando o fornecedor/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital e desta Ata de Registro de Preços;

b) Quando o fornecedor/consignatória der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) Em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial da Nota de Empenho decorrente deste Registro;

d) Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

e) Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

11.2.Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

11.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

11.4. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela Secretaria, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas nesta Ata e no Edital.

11.5.Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do Item.

11.6.Caso a PREFEITURA não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

12. DAS PENALIDADES

12.1.O descumprimento injustificado das obrigações assumidas nos termos desta ata e do edital sujeita a contratada a multas, consoante o *caput* e § 1º do art. 86 da Lei no8.666/93, incidentes sobre o valor da Nota de Empenho, na forma seguinte:

12.2. Sem prejuízo das sanções cominadas no art. 87, I, III e IV, da Lei 8.666/93, pela inexecução total ou parcial do objeto adjudicado, ao ÓRGÃO/ ENTIDADEpoderá, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar à Contratada multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado.

12.3. Se a adjudicatária recusar-se a retirar a nota de empenho injustificadamente ou se não apresentar situação regular no ato da feitura da mesma, garantida prévia e ampla defesa, sujeita-se às seguintes penalidades:

12.3.1. Multa de até 10% sobre o valor adjudicado;

12.3.2. Suspensão temporária de participar de licitações e impedimento de contratar com a Administração Pública, por prazo de até 02 (dois) anos, e/ ou;

12.3.3. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

12.4. A licitante, adjudicatária ou contratada que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantida prévia e ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com o Estado pelo prazo de até 05 (cinco) anos e, se for o caso, será descredenciado do Cadastro de Fornecedores por igual período, sem prejuízo da ação penal correspondente na forma da lei.

12.5.A multa, eventualmente imposta à contratada, será automaticamente descontada da garantia do contrato.

12.6.As multas previstas nesta seção não eximem a adjudicatária da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar a PREFEITURA.

13. DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1.As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

Itodas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente ata de Registro de Preços.

II Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de **Pregão nº. 009/2017** e seus anexos e as propostas das classificadas.

III é vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da PREFEITURA.

14. DO FORO

14.1 - Fica eleito o foro da cidade de Barra do Garças, Estado de Mato Grosso, como competente para dirimir quaisquer dúvidas ou questões decorrentes da execução deste contrato.

Ribeirãozinho - MT, 20 de julho de 2017.

Ronivon Parreira das Neves Prefeito Municipal CONTRATANTE	Gráfica Multicor LTDA - EPP CNPJ: 14.931.018/0001-11 CONTRATADA
Testemunhas: Marcos Vinicios C. Lopes CPF: 038.355.951-05	Thiago Barbosa Viana CPF: 993.478.221-91
Elayne Bento Parreira	

Assessora Jurídica

ANEXO I

DAS QUANTIDADES E VALORES

Lote Item	01 Descrição do Produto	Qte	Unid.	Marca	R$ UNIT	R$ TOTAL
10	BANNERS 140X100 CM	10	SERVI	MULT	R$ 94,90	R$ 949,00
14	BANNERS 40X25	300	SERVI	MULT	R$ 9,90	R$ 2. 970,00
26	CARTAZES 29,7X42	200	SERVI	MULT	R$ 3,95	R$ 790,00
30	CARTAZES 44X64	300	SERVI	MULT	R$ 3,95	R$ 1. 185,00
42	FAIXA 1,0X5,0 METROS	10	SERVI	MULT	R$ 339,00	R$ 3. 390,00
						R$ 9. 284,00
Lote Item	02 Descrição do Produto	Qte	Unid	Marca	R$ UNIT	R$ TOTAL
9	BANNERS 140X100 CM	10	SERVI	MULT	R$ 94,80	R$ 949,00
15	BANNERS 40X25	300	SERVI	MULT	R$ 9,90	R$ 2. 970,00
27	CARTAZES 29,7X42	200	SERVI	MULT	R$ 3,95	R$ 790,00
29	CARTAZES 44X64	300	SERVI	MULT	R$ 3,95	R$ 1. 185,00
43	FAIXA 1,0X5,0 METROS	60	SERVI	MULT	R$ 339,00	R$ 20. 340,00
						R$ 26. 234,00
Lote Item	03 Descrição do Produto	Qte	Unid	Marca	R$ UNIT	R$ TOTAL
13	BANNERS 140X100 CM	10	SERVI	MULT	R$ 94,90	R$ 949,00
53	FOLDERS 20X10 CM	2000	SERVI	MULT	R$ 0,34	R$ 680,00
57	IMPRESSAO DE CERTIFICADOS 21X30 CM	1000	SERVI	MULT	R$ 0,99	R$ 990,00
68	PLANFETOS 20X10CM	1000	SERVI	MULT	R$ 0,34	R$ 340,00
						R$ 2. 959,00
Lote Item	04 Descrição do Produto	Qte	Unid	Marca	R$ UNIT	R$ TOTAL
1	ADESIVOS 20X20	200	SERVI	MULT	R$ 3,48	R$ 696,00
6	BANNER 2X2	2	SERVI	MULT	R$ 268,00	R$ 536,00
8	BANNERS 100X140	3	SERVI	MULT	R$ 94,00	R$ 282,00
37	CONFECCAO DE CARTILHAS 10X15 COM 30 FOLHAS	400	SERVI	MULT	R$ 4,98	R$ 1. 992,00
40	ENCADERNACAO FINA	15	SERVI	MULT	R$ 9,95	R$ 149,25
44	FAIXAS 5X1	3	SERVI	MULT	R$ 338,00	R$ 1. 014,00
56	FOLDERS INFORMATIVO 30X50	500	SERVI	MULT	R$ 1,48	R$ 740,00
65	PANFLETOS 15X20	1000	SERVI	MULT	R$ 0,39	R$ 390,00
						R$ 5. 799,25
Lote Item	05 Descrição do Produto	Qte	Unid	Marca	R$ UNIT	R$ TOTAL
12	BANNERS 140X100 CM	10	SERVI	MULT	R$ 94,90	R$ 949,00
51	FOLDERS 20X10 CM	2000	serv	MULT	R$ 0,34	R$ 680,00
58	IMPRESSAO DE CERTIFICADOS 21X30 CM	1000	SERVI	MULT	R$ 0,98	R$ 980,00
66	PANFLETOS 20X10	1000	SERVI	MULT	R$ 0,34	R$ 340,00
						R$ 2. 949,00
Lote Item	06 Descrição do Produto	Qte	Unid	Marca	R$ UNIT	R$ TOTAL
11	BANNERS 140X100 CM	10	SERVI	MULT	R$ 94,90	R$ 949,00
52	FOLDERS 20X10 CM	3000	serv	MULT	R$ 0,34	R$ 1. 020,00

59	IMPRESSAO DE CONVITES 30X15 CM	1000	SERVI	MULT	R$ 0,74	R$ 740,00
60	IMPRESSAO DE FICHAS 15X20	1000	SERVI	MULT	R$ 0,24	R$ 240,00
						R$ 2. 949,00
Lote Item	07 Descrição do Produto	Qte	Unid	Marca	R$ UNIT	R$ TO-TAL
2	ALTA E PEDIDO BLOCO C/ 100 FOLHAS	10	SERVI	MULT	R$ 21,90	R$ 219,00
3	ATESTADO MEDICO BLOCO C/ 50 FOLHAS	30	SERVI	MULT	R$ 5,95	R$ 178,50
5	AUTORIZACAO PARA TRATAMENTO BLOCO C/ 100 FOLHAS	30	SERVI	MULT	R$ 14,95	R$ 448,50
18	CAPA PARA LAUDOS DE ULTRA - SONOGRAFIAS COLORIDO	200	SERVI	MULT	R$ 3,88	R$ 776,00
19	CAPA PARA O ELETROCARDIOGRAMA COLORIDO	200	SERVI	MULT	R$ 3,38	R$ 676,00
38	CONTROLE DE CUSTO BLOCO C/ 100 FOLHAS	50	SERVI	MULT	R$ 14,70	R$ 735,00
45	FICHA DE ADMISSAO E ANAMNESE BLOCO C/ 100 FOLHAS	30	SERVI	MULT	R$ 14,95	R$ 448,50
46	FICHA DE CADASTRO DO PACIENTE (FRENTE) BOLETIM DE INTERNACAO (VERSO) BLOCO C/ 100 FOLHAS	30	SERVI	MULT	R$ 14,95	R$ 448,50
47	FICHA DE SISTEMATIZACAO DA ASSISTENCIA DE ENFERMAGEM (FOLHA 01 - IDENTIFICACAO HISTORICO PLANO ASSISTENCIAL)	30	SERVI	MULT	R$ 14,95	R$ 448,50
48	FICHA DE SISTEMATIZACAO DA ASSISTENCIA DE ENFERMAGEM (FOLHA 02 - DIAGNOSTICO DE ENFERMAGEM; PRESCRICAO DE ENFERMAGEM; EVOLUCAO DE ENFERMAGEM) BLOCO C/ 100 FOLHAS	100	SERVI	MULT	R$ 13,40	R$ 1. 340,00
49	FICHA OBSTETRICA (FRENTE) FICHA PARTOGRAMA (VERSO) BLOCO C/ 100 FOLHAS	10	SERVI	MULT	R$ 21,95	R$ 219,50
61	LAUDO DE AIH PARA ACOMPANHANTE BLOCO C/ 100 FOLHAS	30	SERVI	MULT	R$ 14,95	R$ 448,50
62	LAUDO PARA SOLICITACAO AIH BLOCO C/ 100 FOLHAS	30	SERVI	MULT	R$ 14,95	R$ 448,50
69	PRESCRICAO MEDICA (FRENTE) / RELATORIO DE ENFERMAGEM (VERSO) BLOCO C/ 100 FOLHAS	100	SERVI	MULT	R$ 13,45	R$ 1. 345,00
72	RECEITUARIO ESPECIAL AZUL PARA PSICOTROPICOS BLOCOS C/ 10 FOLHAS	25	SERVI	MULT	R$ 8,95	R$ 223,75
73	RECEITUARIO MEDICO ESPECIAL DUAS VIAS BLOCOS C/ 100 FOLHAS	30	SERVI	MULT	R$ 14,95	R$ 448,50
75	RECEITUARIO MEDICO SIMPLES BLOCOS C/ 100 FOLHAS	100	SERVI	MULT	R$ 6,48	R$ 648,00
76	RELATORIO ANESTESICO (FRENTE) / CONTROLE CENTRO CIRURGICO (VERSO) BLOCO C/ 100 FOLHAS	10	SERVI	MULT	R$ 23,80	R$ 238,00
77	RELATORIO MEDICO CIRURGICO BLOCO C/ 100 FOLHAS	10	SERVI	MULT	R$ 21,95	R$ 219,50
						R$ 9. 957,75
Lote Item	08 Descrição do Produto	Qte	Unid	Marca	R$ UNIT	R$ TO-TAL
4	ATESTADO MEDICO BLOCO C/ 50 FOLHAS	100	SERVI	MULT	R$ 5,98	R$ 598,00
7	BANNER 88CM X 1,10M9	20	SERVI	MULT	R$ 64,95	R$ 1. 299,00
16	CADERNETA DE SAUDE DA CRIANCA FEMININO	45	SERVI	MULT	R$ 5,95	R$ 267,75
17	CADERNETA DE SAUDE DA CRIANCA MASCULINA	45	SERVI	MULT	R$ 5,95	R$ 267,75
20	CARTAO DE GESTANTE	200	SERVI	MULT	R$ 2,58	R$ 516,00
21	CARTAO DE HIPERTENSO	400	SERVI	MULT	R$ 0,58	R$ 232,00
22	CARTAO DE VACINA ADULTO FEMININO	1500	SERVI	MULT	R$ 0,24	R$ 360,00
23	CARTAO DE VACINA ADULTO MASCULINO	1500	SERVI	MULT	R$ 0,24	R$ 360,00
24	CARTAO SOMBRA DE VACINACAO ADULTO	2000	SERVI	MULT	R$ 0,34	R$ 680,00
25	CARTAO SOMBRA DE VACINACAO CRIANCA	1000	SERVI	MULT	R$ 0,34	R$ 340,00
41	FAIXA 1,0X5,0 METROS	20	SERVI	MULT	R$ 339,50	R$ 6. 790,00
64	PANFLETOS 15X20	500	SERVI	MULT	R$ 0,58	R$ 290,00
70	RECEITUARIO AZUL COM 10 FOLHAS	250	SERVI	MULT	R$ 1,78	R$ 445,00
71	RECEITUARIO CARBONADO COM 50 FOLHAS	250	SERVI	MULT	R$ 14,90	R$ 3. 725,00
74	RECEITUARIO MEDICO SIMPLES BLOCOS C/ 100 FOLHAS	500	SERVI	MULT	R$ 6,48	R$ 3. 240,00
78	ROA C/ 100 FOLHAS	200	SERVI	MULT	R$ 9,98	R$ 1. 996,00
						R$ 21. 406,50

Lote Item	09 Descrição do Produto	Qte	Unid	Marca	R$ UNIT	R$ TOTAL
50	FOLDER TAMANHO A4 (DOBRADO)	1000	SERVI	MULT	R$ 0,78	R$ 780,00
55	FOLDER'S 4X4 CORES	500	SERVI	MULT	R$ 1,18	R$ 590,00
						R$ 1. 370,00
Lote Item	10 Descrição do Produto	Qte	Unid	Marca	R$ UNIT	R$ TOTAL
33	CONFECCAO DE BLOCOS DE CONT DE FROTAS AUTO COPIATIVO 50X1	100	SERVI	MULT	R$ 17,98	R$ 1. 798,00
34	CONFECCAO DE BLOCOS DE REQUISICAO 50X2	150	SERVI	MULT	R$ 13,95	R$ 2. 092,50
35	CONFECCAO DE CAPAS PARA PROCESSO	1600	SERVI	MULT	R$ 0,90	R$ 1. 408,00
						R$ 5. 298,50
Lote Item	11 Descrição do Produto	Qte	Unid	Marca	R$ UNIT	R$ TOTAL
31	CONFECCAO DE BLOCOS AUT DE COMPRAS	200	SERVI	MULT	R$ 11,98	R$ 2. 396,00
32	CONFECCAO DE BLOCOS COPIA DE CHEQUE 100X1	300	SERVI	MULT	R$ 6,98	R$ 2. 094,00
36	CONFECCAO DE CAPAS PARA PROCESSO	4000	SERVI	MULT	R$ 0,89	R$ 3. 560,00
39	CUPONS PARA PROMOCAO IPTU E AGUA	50	SERVI	MULT	R$ 5,98	R$ 299,00
67	PANFLETOS 20X10	1000	SERVI	MULT	R$ 0,34	R$ 340,00
						R$ 8. 689,00
Lote Item	12 Descrição do Produto	Qte	Unid	Marca	R$ UNIT	R$ TOTAL
28	CARTAZES 44X64	1000	SERVI	MULT	R$ 1,98	R$ 1. 980,00
54	FOLDERS 20X10 CM	1000	serv	MULT	R$ 0,34	R$ 340,00
63	PANFLETOS 15X20	1000	SERVI	MULT	R$ 0,39	R$ 390,00
						R$ 2. 710,00
		TOTAL GLOBAL R$: 99.606,00				
(NOVENTA E NOVE MIL E SEISCENTOS E SEIS REAIS)						

RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 008/2017

O Município de Ribeirãozinho – MT torna público aos interessados o RESULTADO da licitação em epígrafe realizada no dia 20/07/2017, às 09h00min, na sede da Prefeitura, à Rua Antônio João nº. 156, licitação na modalidade Pregão Presencial nº. 008/2017, que tem por objeto: Registro de Preços para aquisição futura de **MATERIAL DE CONSTRUÇÃO** (material para construção, pintura, ferramentas, elétrico, hidráulico e sanitário)conforme Anexo I do edital,para Secretarias Municipais. Tendo por vencedora a Empresa JOÃO BOSCO DE SOUSA MATOS – EPP CNPJ: 01. 731.157/0001-50.

Ribeirãozinho - MT, 25 de julho de 2017.

Thiago Barbosa Viana – Pregoeiro.

RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 009/2017

O Município de Ribeirãozinho – MT torna público aos interessados o RESULTADO da licitação em epígrafe realizada no dia 17/07/2017, às 09h00min, na sede da Prefeitura, à Rua Antônio João nº. 156, licitação na modalidade Pregão Presencial nº. 009/2017, que tem por objeto Registro de Preços para serviços gráficos para suprir as necessidades das secretarias municipais conforme anexo do Edital. Tendo por vencedora a Empresa GRÁFICA MULTICOR LTDA, - EPP CNPJ: 14.931.018/0001-11.

Ribeirãozinho - MT, 20 de julho de 2017.

Thiago Barbosa Viana – Pregoeiro.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDOLÂNDIA

GABINETE DO PREFEITO
HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

Proc. Administrativo nº 077/2017-SEMUSA

OBJETO: *Contratação direta da médica Drª. Jessica Karoliny Costa Santos Souza, Inscrição nº 468647, validação em 31/05/2017, participante do projeto mais Médico Para o Brasil e residente no Município com o pagamento de auxílio financeiro para o custeio de alimentação, moradia e locomoção de que a trata a Lei Municipal nº 384, de 8 de março de 2017.*

AGNALDO RODRIGUES DE CARVALHO, Prefeito do Município de Rondolândia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei e,

em conformidade com o inciso VI, do Artigo 43 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações c/c inciso XXX do Art. 70 da LOM, confirmo a **ADJUDICAÇÃO** com o fim de **HOMOLOGAR** o procedimento de inexigibilidade de licitação nos autos do processo administrativo supra citado e autorizo a contratação da médica Drª. Jessica Karoliny Costa Santos Souza pelo prazo de (12) doze meses, com vigência a partir do dia 01/06/2017.

Rondolândia/MT, 20 de julho de 2017.

AGNALDO RODRIGUES DE CARVALHO ***Prefeito***

GABINETE DO PREFEITO
RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

(Proc. Administrativo nº 077/2017-SEMUSA)

OBJETO: *Contratação direta da médica Drª. Jessica Karoliny Costa Santos Souza, Inscrição nº 468647, validação em 31/05/2017, participante do projeto mais Médico Para o Brasil e residente no Município com o pagamento de auxílio financeiro para o custeio de alimentação, moradia e locomoção de que a trata a Lei Municipal nº 384, de 8 de março de 2017.*

AGNALDO RODRIGUES DE CARVALHO, Prefeito do Município de Rondolândia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei e,

Considerando que o programa Mais Médico instituído pela Lei nº 12.871, de 22 de Outubro de 2013 prevê o auxilio financeiro ao médico residente no Município com validação comprovada, nas condições previstas pela Portaria Interministerial nº 1.3069/MS/MEC de 2013, cujos valores com os referidos custeios do residente com moradia e alimentação estão previstos no âmbito municipal na Lei nº 384, de 08 de Março de 2017;

Considerando que na data 12 de junho de 2017 (fl. 01), o Gestor do SUS no Município solicitou e justificou a contratação da concessão dos auxílios ao médico residente, com validação de permanência ocorrida em 31/05/2017 (fl. 21), será por intermédio de inexigibilidade de licitação, conforme constante do subitem 5.1 do termo de referencia à fl. 04;

Considerando a justificativa de aceitação e adoção da inexigibilidade da licitação pelo Departamento de Licitações na lavra do Pregoeiro Oficial do Município acostada à fls. 25-26;

Considerando a confirmação nos autos da existência de disponibilidade orçamentária para cobrir a despesa e sua adequação, conforme autorização de à fl. 27, parecer contábil de fl. 29 e despacho do ordenador de despesas acostado de fls. 31;

Considerando, o Parecer Jurídico opinativo favorável acostado de fls. 36-40 dos autos;

Considerando, por fim, tudo mais que dos autos constam;

RATIFICO, o procedimento de inexigibilidade de licitaçãorealizado noprocesso administrativo nº 077/2017/SEMUSA, com fundamento na Lei Municipal nº 384, de 8 de março de 2017 **c/**c art. 25, *caput,* da Lei nº 8.666/93, destinado a contratação direta da médica Drª. Jessica Karoliny Costa Santos Souza, participante do Programa Mais Médico de que trata a Lei nº 12.871, de 22 de Outubro de 2013, **Inscrição nº 468647, validação pelo MS em 31/05/2017, autorizando, por fim, o pagamento dos** auxílios financeiros para o custeio com alimentação, moradia e locomoção no valor mensal de até R$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais), pelo prazo de (12) doze meses, totalizando o global de R$ 30.000,00 (trinta mil reais).

Reconheço, diante da certificação pelo Gestor local do SUS constante de fls. 01 dos autos, que a médica já está a serviço do Município desde o dia 01/06/2017, as eventuais dívidas contraídas pela mesma com alimentação, moradia e locomoção até o limite do valor mensal previsto, a partir do dia 01/06/2017, com fim de autorizar que se pague, desde que, certificado e comprovado pelo Gestor os aludidos custeios, na forma prevista na Lei nº 384 de 2017.

DETERMINAÇÕES:

a) para que surtam os efeitos legais, promovam-se as publicações necessárias, especial em cumprimento ao *caput* do art. 26 da Lei nº 8.666/93;

b) envie a SEMFAZ para o respectivo empenho global, ato continuo, arremeta a Procuradoria Jurídica para a realização do contrato administrativo;

c) finalizado, independentemente de nova manifestação do Gabinete do Prefeito, envie para a SEMUSA os autos para execução e fiscalização.

Rondolândia/MT, 20 de julho de 2017.

AGNALDO RODRIGUES DE CARVALHO

Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DO XINGU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N° 014/2017
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DO XINGU - MT

Resultado de Licitação Pregão Presencial n° 014/2017

Sistema de Registro de Preços

Objeto: Registro de preços para futura e eventual aquisição de combustível (gasolina, diesel e diesel s10), gás de cozinha e vasilhame/casco/cilindro vazio, para atender a demanda necessária da Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Xingu. O Pregoeiro oficial regido pela Portaria nº 002/2017 de 02 de janeiro de 2017, Torna público o resultado do Pregão Presencial n° 014/2017, sistema registro de preços, tipo: Menor Preço por Item. A sessão realizou-se às 09h00 minutos, do dia 25 de Julho de 2017. Não havendo o comparecimento de interessados, e após cumprir os prazos legais, o Pregoeiro declarou a licitação **DESERTA,** sendo encerrada a reunião às 09h35 minutos do mesmo dia. Santa Cruz do Xingu – MT, 25 de Julho de 2017. **Astor Albrecht -** Pregoeiro Oficial.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO

CONTRATOS E CONVENIO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 039/2017

CONVÊNIOS E CONTRATOS

EXTRATO DE CONTRATO Nº 039/2017

DISPENSA DE LICITAÇÃO 022/2017

Contratante: **PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO - MT**

Contratada: **ELISEU SOARES 51527456820 – CNPJ: 13.754.766/0001-03**

Objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS NA MANUTENÇÃO DE PEÇAS E EQUIPAMENTOS DE ATENÇÃO A SAÚDE PÚBLICA DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO – MT.**

Valor: Recebera a CONTRATADA o valor de R$ 7.950,00 (sete mil novecentos e cinquenta reais)

Vigência: 18/07/2017 a 31/08/2017

EGON HOEPERS

Prefeito Municipal

Santa Rita do Trivelato, 25 de Julho de 2017.

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE PRORROGAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N. 032/2017
REGISTRO DE PREÇOS

O Município de Santa Rita do Trivelato - MT, por meio do(a) Pregoeiro(a) Oficial, designado(a) pela portaria n. 207/2017, torna público para conhecimento dos interessados, que fará a prorrogação do prazo de realizar licitação na modalidade de PREGÃO na forma PRESENCIAL, do tipo menor preço, tendo como critério de julgamento o menor preço por LOTE, cujo objeto: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS MECÂNICOS E PARTE ELÉTRICA, PARA MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS LEVES, MÉDIOS E UTILITÁRIOS**, conforme edital e anexos. A realização esta prevista para o dia 27 de Julho de 2017, às 09h00min (horário Brasília, **FICA PRORROGADA** para o dia para dia 09 de AGOSTO de 2017 às 09h00min (Horário de Brasília). Tal prorrogação faz se a necessária em virtude de alterações no Edital . Santa Rita do Trivelato – MT, 25 de julho de 2017- Maria Cilene Pereira – Pregoeira Oficial.

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE PRORROGAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N. 0040/2017
REGISTRO DE PREÇOS

O Município de Santa Rita do Trivelato - MT, por meio do(a) Pregoeiro(a) Oficial, designado(a) pela portaria n. 207/2017, torna público para conhecimento dos interessados, que fará a prorrogação do prazo de realizar licitação na modalidade de PREGÃO na forma PRESENCIAL, do tipo menor preço, tendo como critério de julgamento o menor preço por LOTE, cujo objeto: **REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA FORNECIMENTO DE PEÇAS MECÂNICAS, PEÇAS ELÉTRICAS E ACESSÓRIOS ORIGINAIS E DE PRIMEIRA LINHA, PARA VEÍCULOS OPERACIONAIS (CAMINHÕES, ÔNIBUS E MAQUINAS PESADAS) PARA ATENDIMENTO DA FROTA DE VEÍCULOS DO MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO – MT**, conforme edital e anexos. A realização esta prevista para o dia 28 de Julho de 2017, às 09h00min (horário Brasília, **FICA PRORROGADA** para o dia para dia 10 de AGOSTO de 2017 às 09h00min (Horário de Brasília). Tal prorrogação faz se a necessária em virtude de alterações no Edital . Santa Rita do Trivelato – MT, 25 de julho de 2017- Maria Cilene Pereira – Pregoeira Oficial.

DECRETO ESPECIAL N° 59/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO
AVENIDA FLAVIO LUIZ, 2202, CENTRO, 78.453-000
Telefone: (065) 3529.6161, Fax: (065) 3529.6172
CNPJ: 42.055.960/0011-7
e-mail: prefeitura@santaritadotrivelato.mt.gov.br

DECRETO ESPECIAL N° 59/2017

SÚMULA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO VALOR QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

O Senhor Egon Hoepers, Prefeito Municipal de Santa Rita Do Trivelato - MT, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o contido da Lei Municipal 565/2017, e em consonância com o lei Federal 4320/64.

DECRETA

Artigo 1.o - Fica aberto no Orçamento do Municipio um Credito Adicional Especial, destinado exclusivamente a realização de despesas descritas abaixo:

07.002-FUNDO DE MANUT. DA EDUC. BASICA - FUNDEB

07.002.12.365.0035.2043.3.1.9.0.05.00.00.00	OUTROS BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS DO SERVIDOR OU D	R$ 1.000,00

Sub-Total:R$ 1.000,00

08.001-SEC. DE ASSISTENCIA SOCIAL E CIDADANIA - SE

08.001.08.244.0023.1167.4.4.9.0.51.00.00.00	OBRAS E INSTALACOES	R$ 5.000,00

Sub-Total:R$ 5.000,00

Total Credito Especial Sumplementado: R$ 6.000,00

Artigo 2.o - Para fazer face as Suplementações consignadas no artigo anterior serão anuladas as Dotações Orçamentárias descritas abaixo, conforme artigo 43 da Lei Federal 4.320/64 :

02.001-GABINETE DO PREFEITO - GAPRE

02.001.04.131.0004.2010.3.1.9.0.13.00.00.00	OBRIGACOES PATRONAIS	R$ 6.000,00

Sub-Total:R$ 6.000,00

Total Credito Especial Reduzido: R$ 6.000,00

Art.3º - Este decreto lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Rita Do Trivelato, 14 de Julho de 2017.

EGON HOEPERS
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO

CONTRATOS E CONVENIO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 038/2017

CONVÊNIOS E CONTRATOS

EXTRATO DE CONTRATO Nº 038/2017

PREGÃO PRESENCIAL 035/2017

Contratante: **PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO - MT**

Contratada **MAFRE SEGUROS GERAIS S/A - CNPJ/MF: 61.074.175/0001-38**

Objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM** PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FORNECIMENTO DE SEGURO TOTAL EM VEÍCULOS DA FROTA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO - MT, EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL, POR UM PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES.

Valor: Recebera a CONTRATADA o valor de R$ 27.650,00(Vinte e sete mil seiscentos e cinquenta reais).

Vigência: 18/07/2017 a 18/07/2018

EGON HOEPERS

Prefeito Municipal

Santa Rita do Trivelato, 25 de Julho de 2017.

CONTRATOS E CONVENIO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 037/2017

CONVÊNIOS E CONTRATOS

EXTRATO DE CONTRATO Nº 037/2017

PREGÃO PRESENCIAL 035/2017

Contratante: **PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO - MT**

Contratada **PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS -** CNPJ/MF 61.198.164/0001-60

Objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM** PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FORNECIMENTO DE SEGURO TOTAL EM VEÍCULOS DA FROTA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO - MT, EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL, POR UM PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES.

Valor:Recebera a CONTRATADA o valor de R$ 27.090,00 (vinte e sete mil e noventa reais)

Vigência: 18/07/2017 a 18/07/2018

EGON HOEPERS

Prefeito Municipal

Santa Rita do Trivelato, 25 de Julho de 2017.

PROCEDIMENTOS E CRITÉRIOS PARA SELEÇÃO DE PROJETOS A SEREM FINANCIADOS COM RECURSOS DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - FMDCA RESOLUÇÃO Nº. 003/ 2017.

Súmula: Aprovação do Edital da Seleção de Projetos voltados à promoção, proteção e à defesa de criança e adolescentes, financiados com recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente para o ano de 2017.

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE SANTA RITA DO TRIVELATO – MT, no uso das atribuições que lhe são conferidas com a Lei Municipal nº 068 de 29 de Outubro de 2001 e nos preceitos contidos na Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990 que institui o Estatuto da Criança e do Adolescente, bem como deliberação da plenária em Reunião Ordinária, ATA nº 04/2017 CMDCA.

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar os procedimentos de inscrição e seleção de projetos públicos e privados voltados à promoção e defesa dos direitos da infância e da adolescência que passarão a constar no Banco de Projetos da Criança e do Adolescente, do CMDCA, passando a ser considerado apto a receber financiamento com os recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FMDCA, do município de Santa Rita do Trivelato/MT, para o exercício de 2017, na forma do presente Edital em anexo.

Art. 2º - Este Edital entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Santa Rita do Trivelato - MT, 19 de Julho de 2017.

Kelen Fernanda da Silva Monteiro

Pres. Do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Edital nº 001/2017

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA vem tornar pública a abertura do processo de seleção de projetos para inclusão no seu Banco de Projetos da Criança e do Adolescente.

I – OBJETO

O presente instrumento visa regulamentar e publicar o procedimento de inscrição e seleção de projetos públicos e privados voltados à promoção e defesa dos direitos da infância e da adolescência bem como dispor sobre a captação de recursos junto a pessoas físicas e jurídicas, que passarão a constar no Banco de Projetos da Criança e do Adolescente do CMDCA, passando, assim, a serem considerados aptos a receber financiamento com os recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FMDCA conforme previsto na Lei nº 8.069/90.

II – DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1. O presente processo de seleção pública será regido pela Lei nº 8.666/93, Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990 que instituiu o Estatuto da Criança e do Adolescente, na Resolução nº 137, de 21 de janeiro de 2010 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA, nas Normativas do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso e Leis Orçamentárias vigentes, no que couber, e obedecerá aos seguintes princípios gerais: procedimento formal; publicidade dos atos; isonomia entre os proponentes participantes; sigilo na apresentação das propostas; vinculação ao edital; julgamento objetivo; adjudicação compulsória aos proponentes que tiverem seus projetos selecionados.

2. Os projetos serão apresentados ao CMDCA, que os submeterá à Comissão de Orçamento e Fundo, que por sua vez apresentará parecer conclusivo para deliberação da Plenária do CMDCA.

3. Os projetos serão classificados de acordo com os critérios previstos neste Edital, separados pelas linhas de financiamento estabelecidas a partir dos eixos definidos pela Comissão de Orçamento e Fundo do CMDCA para 2017 e atendidos até o limite de recursos orçamentários e financeiros disponíveis para o correspondente exercício.

III – FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS

1. Os documentos e os projetos deverão ser encaminhados separados, devidamente lacrados e rubricados, em envelopes distintos, endereçados ou protocolados no: **CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA** – Avenida Flavio Luiz, nº 2.201, Centro – Santa Rita do Trivelato/MT, CEP 78.453.000.

2. Os projetos (Projeto Básico e Plano de Trabalho) deverão ser apresentados em formulários específicos em uma única via, devendo conter rubricas em todas as páginas. Além da cópia impressa deverá ser encaminhada uma cópia digital de todo o projeto (arquivo gravado em CD ou pendrive). Os formulários relativos ao Projeto Básico e Plano de Trabalho estarão disponíveis no site da Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato/MT: http://www.santaritadotrivelato.mt.gov.br e na secretaria executiva do CMDCA, de segunda a sexta feira, das 07h às 11h e das 13h às 17h.

3. Não serão aceitos documentos e projetos enviados por fax ou correio eletrônico, projetos com itens e/ou componentes incompletos e projetos elaborados em formulários diferentes daqueles divulgados para esta seleção.

IV – DO PROCESSO DE SELEÇÃO

1 – CONDIÇÕES GERAIS

a) Poderão participar desta seleção pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, declaradas de utilidade pública, sediadas e com atuação comprovada em atividades socioassistenciais com crianças e adolescentes no município de Santa Rita do Trivelato/MT e organizações governamentais em conformidade com o art. 15 da Resolução nº 137 do CONANDA, estando condicionadas à apresentação de no máximo (02) dois projetos para financiamento em eixos distintos;

b) Os projetos propostos pelas organizações governamentais só serão apreciados se seus respectivos programas, voltados à criança e ao adolescente, estiverem devidamente inscritos no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) da Municipalidade;

c) As propostas de projetos apresentadas por organizações não governamentais somente serão apreciadas se a organização proponente estiver devidamente registrada no CMDCA da Municipalidade;

d) Os projetos submetidos a presente seleção deverão indicar, dentre as linhas de financiamento definidas neste Edital, aquela de atuação principal;

e) A captação de recursos ao FMDCA, referida no parágrafo anterior, deverá ser realizada pela instituição proponente, através de doações casadas, efetuadas dentro do período de 01 de agosto de 2017 a 30 de setembro de 2018, para o financiamento do respectivo projeto conforme disposto no art. 13, § 2º da Resolução nº 137 de 21 de janeiro de 2010 do CONANDA.

f) De acordo com o contido no art. 13, § 6º da Resolução nº 137 de 21 de janeiro de 2010 do CONANDA a chancela do projeto não deve obrigar seu financiamento pelo Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente, caso não tenha sido captado valor suficiente;

g) O Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente poderá financiar apenas os projetos, serviços e programas complementares ou inovadores, por tempo determinado, não excedendo a 02 (dois) anos, da política de promoção, proteção, defesa e atendimento dos direitos da criança e do adolescente em consonância com o art. 15, inciso I, da Resolução nº 137/10 do CONANDA;

h) De acordo com o art. 16, inciso IV, da Resolução 137 do CONANDA não poderá ser financiado com recursos do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente as políticas públicas sociais básicas, em caráter continuado, e que disponham de fundo específico, nos termos definidos pela legislação pertinente.

V – DAS LINHAS DE FINANCIAMENTO

1. Linha I (Eixo Políticas Públicas):

a) Projetos voltados à realização de diagnósticos da situação da criança e do adolescente em situação de vulnerabilidade social;

b) Projetos voltados à erradicação do trabalho infantil e à proteção e qualificação do trabalho do adolescente;

c) Projetos voltados ao enfrentamento da violência contra crianças e adolescentes;

d) Projetos que visem o enfrentamento ao uso de drogas lícitas e ilícitas e acompanhamento de dependentes químicos e jovens com transtornos pós-traumáticos e suas famílias;

e) Projetos que visem à realização de ações culturais e esportivas para criança e adolescente;

f) Projetos que visem à promoção de serviços socioassistenciais voltadas para crianças e adolescentes, inclusive portadores de necessidades especiais - PNE;

g) Projeto de apoio e de mobilização as ações de capacitação para a rede de turismo do município na prevenção da exploração sexual infantil;

h) Projetos que possibilitem a aprendizagem e a sua inserção no mercado de trabalho -1º emprego;

i) Projetos voltados a acolhimento institucional de crianças e adolescentes;

j) Projetos de fortalecimento de vínculos familiares e comunitários voltados para crianças e adolescentes;

k) Projetos de estimulo para autonomia, cidadania e protagonismo voltados para adolescentes.

2. Linha II (Plano de Ação):

a) Projetos que fomentem ações de protagonismo com adolescentes em conflito com a Lei, no Município de Santa Rita do Trivelato/MT, com práticas formativas em diversas oficinas culturais, formação cidadã e qualificação profissional para inserção no mercado de trabalho em igualdade de condições;

3. Linha III (Eixo Apoio aos operadores do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente, de acordo com o art. 15, inciso IV e VI da Resolução nº 137/10 do CONANDA):

a) Projetos que visem à capacitação e formação profissional continuada dos operadores do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente;

b) Projetos cujas ações são voltadas ao fortalecimento do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente e na articulação para a defesa dos direitos da criança e do adolescente.

VI – DOS CRITÉRIOS TÉCNICOS DE ANÁLISE

a) A avaliação dos projetos apresentados pelas organizações não governamentais será realizada pela Comissão de Orçamento e Fundo, definida em Plenária do CMDCA, composta por Conselheiros governamentais e não governamentais, que apresentará os projetos previamente avaliados, em reunião ordinária, para deliberação da Plenária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, que selecionará tantos projetos quantos forem possíveis atender com recursos existentes, observando os seguintes critérios:

b) Consonância do projeto com a legislação e normativas vigentes relacionadas à criança e ao adolescente, em especial ao Estatuto da Criança e do Adolescente e aos Planos Nacionais aprovados pelo CONANDA, bem como na Resolução nº 137, de 21 de Janeiro de 2010, seção IV. Art. 16, inciso V, que dispõe: “Deve ser vedada a utilização dos recursos do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente, para despesas que não se identifiquem diretamente com a realização de seus objetivos ou serviços determinados pela lei que o instituiu, exceto em situações emergenciais ou de calamidade pública previstas em lei. Esses casos excepcionais devem ser aprovados pelo plenário do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente”;

c) Além das condições estabelecidas no caput anterior, deve ser vedada ainda a utilização dos recursos do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente para: investimentos em aquisição, construção, reforma manutenção e/ou aluguel de imóveis, ainda que de uso exclusivo da política da infância e da adolescência;

d) No processo de seleção dos Projetos, serão observados:

I) O atendimento ao Estatuto Social, objetivos e missão da Entidade proponente;

II) Observância a todas as solicitações contidas no presente Edital;

III) Articulação do Projeto com a rede de atendimento - parcerias na execução;

IV) Mérito - intencionalidade do projeto;

V) Relevância - importância do projeto perante a realidade local;

VI) Impacto social - transformações a que se propõe realizar;

VII) Viabilidade técnica e financeira.

e) Serão negados os Projetos que:

I) Não atenderem ao presente Edital;

II) Não atenderem aos prazos previstos no Edital;

III) Com apresentação parcial dos documentos solicitados para a habilitação;

IV) Não atenderem a formulário do projeto.

VII - DA METODOLOGIA DE ANÁLISE DOS PROJETOS

1. As propostas serão avaliadas pela Comissão de Orçamento e Fundo, em três fases distintas:

a) HABILITAÇÃO: Nesta fase será julgada a condição de habilitação da proponente para participar da presente seleção Pública, onde será considerado, obrigatoriamente, o cumprimento do presente Edital;

b) AVALIAÇÃO: O Pleno do CMDCA irá analisar e avaliar os projetos apresentados;

c) CLASSIFICAÇÃO: os projetos serão classificados de acordo com os critérios definidos, pela Comissão de Orçamento e Fundo, e serão apresentados em reunião ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, para apreciação e deliberação dos projetos que serão financiados através do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

VIII - DA QUANTIDADE DE PROJETOS POR ORGANIZAÇÃO

a) As organizações não governamentais poderão apresentar mais de 01 (um) projeto no presente edital, com possibilidade de financiamento de até 02 (dois) projetos.

IX - DAS ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS

a) As propostas de projetos de organização não governamental somente serão consideradas aprovadas, se a proponente estiver devidamente registrada no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

X - DA APRESENTAÇÃO DOS PROJETOS

a) O período para entrega dos projetos para análise do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente será de 24/07/2017 a 14/09/2017, no horário das 07h às 11h e das 13h às 17h, na sede da Secretaria Executiva do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, situada a Avenida Flavio Luiz nº, Bairro Centro; **Parágrafo único -** O Projeto deverá ser acompanhado de: I) Apresentação do projeto, conforme formulário, anexo I; II) Documentos elencados no anexo II; III) Ofício dirigido ao Presidente do CMDCA, encaminhando o projeto, bem como a documentação solicitada.

b) A aplicação dos recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente será restrita ao que foi solicitado no projeto apresentado selecionado e aprovado pelo CMDCA; c) Os projetos apresentados e seus anexos, que não forem selecionados e priorizados pela Plenária serão devolvidos à entidade; d) O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, tornará público, na página eletrônica do município - www.novamutum.mt.gov.br, nomes dos projetos analisados e aprovados pelo CMDCA, para conhecimento público; e) Após a definição do CMDCA, serão publicados na página eletrônica do Município –www.santaritadotrivelato.mt.gov.br os projetos aprovados e classificados que serão financiados pelo Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

XI - DA DURAÇÃO DO FINANCIAMENTO

a) O financiamento dos projetos aprovados com recursos Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente terá a duração de 04 (quatro) meses, podendo ser renovado por igual período, desde que o projeto seja novamente apreciado e aprovado pelo CMDCA; b) A Entidade que necessitar de aditamento de Convênio deverá fazê-lo, por escrito ao CMDCA, com 30 dias de antecedência do término do mesmo.

XII – DO CRONOGRAMA

ATIVIDADES/ATOS	PERIODO
Publicação do Edital	20/07/2017
Recebimento dos envelopes relativos aos projetos pelo CMDCA	24/07/2017 a 14/09/2017
Abertura dos envelopes relativos aos projetos	16/09/2017
Elaboração de parecer conclusivos e encaminhamento para a plenária do CMDCA	18/09/2017
Deliberação e publicação do resultado da seleção	22/09/2017
Assinatura do Convenio e repasse de recurso	29/09/2017

XIII - DO ACOMPANHAMENTO

1. O CMDCA realizará o acompanhamento sistemático das atividades desenvolvidas pelas organizações conveniadas, através do monitoramento e avaliação de relatórios, visitas em qualquer fase do desenvolvimento das atividades e reuniões com as organizações.

2. Os proponentes deverão encaminhar relatórios mensais, contendo a relação de crianças e adolescentes atendidos e as ações realizadas de acordo com as metas estabelecidas no projeto.

3. As pessoas físicas ou jurídicas que efetuarem doação ao Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente com o objetivo de apoiar um ou mais projetos aprovados nesta seleção pública, que passarão a fazer parte do Banco de Projetos do Conselho, poderão participar do monitoramento acima mencionado, na forma e condições estabelecidas pela Plenária do CMDCA, além de acompanharem a aplicação dos recursos, gozando, ainda, dos benefícios fiscais atribuídos aos doadores do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

4. Semestralmente o Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente fará um balanço dos projetos em curso, publicado na página eletrônica da Prefeitura Municipal, com relatório avaliativo acerca da qualidade, pertinência, densidade e coerência dos projetos sob o ponto de vista de seu objeto e de sua localização geográfica, tendo em vista os eixos prioritários de ação definidos pelo CMDCA, com vistas a orientar as políticas na área da infância e juventude.

XIV – DO FINANCIAMENTO

1. Os recursos doados diretamente a conta do FMDCA poderão ser repassados aos proponentes vencedores que não conseguirem captar valores suficientes para execução dos Projetos a qual seguirá os critérios estabelecidos em deliberação pelo CMDCA, após o levantamento do total arrecadado pelo fundo e das disponibilidades orçamentárias.

2. O apoio financeiro será formalizado por Convênio e a forma de repasse será a de Contribuição entre o Município, o CMDCA e os proponentes vencedores, na ordem decrescente da classificação final e de acordo com os recursos disponíveis para a respectiva linha de financiamento.

3. A formalização de convênios está sujeita às condições estabelecidas pela legislação e normas em vigor e pelas disposições contidas na Constituição Federal/88 (art.37), na Lei nº 4.320/64, no art. 116, da Lei nº 8.666/93.

4. A organização que tiver o projeto classificado nesta seleção deverá apresentar ao CMDCA a declaração do banco de abertura e/ou existência de conta bancária específica para depósito, em banco oficial, no prazo máximo de 03 dias úteis após o envio do ofício supracitado. A apresentação do referido documento é obrigatória à formalização do convênio.

5. Os recursos financeiros serão repassados do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente diretamente para a conta bancária específica indicada pela organização e em número de parcelas previstas no Convênio.

6. O financiamento dos projetos selecionados terá a duração de 04 (quatro) meses, podendo ser renovado pelo mesmo período, salvo hipóteses de relevante interesse público, casos em que poderá ser renovado por um prazo maior a ser definido pela Plenária do CMDCA.

7. O financiamento não cobrirá despesas com:

a) cerimonial (a exemplo de *coffee break*, coquetéis, ornamentação, mestre de cerimônia);

b) custos administrativos de manutenção e funcionamento da instituição proponente (luz, água, telefone, aluguel de imóvel, entre outros);

c) realização de despesas a título de taxa de administração, gerência ou similar;

d) gratificação, consultoria, assistência técnica, coordenação ou qualquer espécie de remuneração a servidores públicos estaduais e municipais integrantes da administração direta ou indireta;

e) pagamento de encargos bancárias, multas, juros ou correção monetária, inclusive aquelas decorrentes de pagamento ou recolhimento fora do prazo;

f) investimentos em aquisição, construção, reforma manutenção e/ou aluguel de imóveis públicos e/ou privados, ainda que de uso exclusivo da política da infância e da adolescência;

g) demais vedações legais.

XV – DAS PENALIDADES

a) O descumprimento, total ou parcial, das obrigações assumidas acarretará a aplicação, a juízo da Plenária do CMDCA, das seguintes sanções, independentemente da rescisão do Convênio, facultada a defesa prévia, no prazo de 05 (cinco) dias úteis:

I) Advertência;

II) Suspensão das parcelas;

III) Multa, na forma prevista no Convênio;

IV) Suspensão temporária do direito de apresentar projetos junto ao CMDCA;

V) Nos casos apurados de má utilização dos recursos ou de desvio de finalidade, será obrigatória a devolução dos valores liberados, sem prejuízos das sanções criminais, cíveis e administrativas;

VI) Demais penalidades previstas em lei.

XVI – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

1. Cabe à Plenária do CMDCA deliberar sobre as questões omissas neste Edital. 2. Este Edital passará a vigorar na data de sua publicação.

XVII – ANEXO AO EDITAL

1. Anexo I - Roteiro de Elaboração do Projeto e do Plano de Trabalho.

ANEXO I

1. APRESENTAÇÃO DO PROJETO

Resumo executivo (contracapa):

O que está sendo solicitado ao CMDCA?

Qual a linha de financiamento (Eixo de vinculação)?

Qual é o foco do projeto?

Qual será o público beneficiado pelo projeto?

Quantos serão atendidos?

Qual é a área geográfica de abrangência?

Qual o objetivo do projeto?

Quais são as principais ações previstas?

Que resultados você espera alcançar?

Em que tempo?

Qual o valor total do projeto?

Qual o valor a captar junto ao FMDCA?

Há outros apoiadores e parceiros? Quem são eles?

2. APRESENTAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

2.1. Responsável pelo projeto:

CPF:

Qualificação profissional:

Registro profissional:

E-mail:

Equipe técnica e respectiva qualificação profissional:

a)

b)

2.2 DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

I - Nome da Instituição		Nº Lei de Utilidade Pública		Ano de Fundação	
		CNPJ		Estatuto Registrado	
				Sim	Não
Endereço Completo		Bairro			
Município		UF	CEP	E-mail	
DDD/Fone/Fax	Agência	Conta Corrente	Banco		
Endereço da EXECUÇÃO DO PROJETO		CMDCA– Registro/Data		CMAS – Registro/Data	

II – IDENTIFICAÇÃO DO PRESIDENTE DA INSTITUIÇÃO	
Nome do Dirigente	CPF

Cargo ou Função	**Vigência do Mandato**	**Nº RG**	**Expedição/Data**	**Órgão Expedidor**
Endereço Residencial Completo				
Fone Residencial	**Município**		**CEP**	**UF**
III – IDENTIFICAÇÃO DO DIRETOR /COORDENADOR				
Nome do Dirigente/Coordenador da Instituição		**CPF**		
Cargo ou Função	**Vigência do Mandato**	**Nº RG**	**Expedição/Data**	**Órgão Expedidor**
Endereço Residencial Completo				
Fone Residencial	**Município**		**CEP**	**UF**

2.2 HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO

Descreva sucintamente como a instituição surgiu, as ações que desenvolve ou já desenvolveu

(MÁXIMO 30 LINHAS).

Caixa de texto: 3. APRESENTACAO DO PROJETO

Nome do Projeto:		
Valor a Conveniar:	**Período de Execução**	
Nº de parcelas:	**Inicio**	**Fim**
Valor das parcelas:		
BENEFICIÁRIO DIRETO: (faixa etária, principais vulnerabilidades, número de beneficiados e oriundos de qual região)		
BENEFICIÁRIOS INDIRETOS:		
Problema: Neste espaço a proponente deve apresentar a **situação problema**, através de questionamentos aos quais a proposta ira responder depois de implementada.		
Oportunidades: Neste espaço a proponente deve apresentar uma síntese do que o plano de trabalho vai impactar de melhoria a seu público alvo.		
Demanda Existente:		
Metas/Produtos/resultados esperados Indicar e quantificar metas, produtos e resultados esperados de modo a permitir a verificação de seu cumprimento, além da identificação dos beneficiários (direta e indiretamente) do projeto. As metas devem dar noção da abrangência da ação a ser realizada.		
Política de Atendimento: Neste espaço a proponente deve apresentar a forma de atendimento pretendido, bem como os dias de atendimento e horários ofertados ao público que será atendido.		

4. JUSTIFICATIVA DO PROJETO

Justifique a necessidade do Projeto junto ao público alvo e toda comunidade (máximo 40 linhas).

5. OBJETIVOS

Caixa de texto: 5.1 Objetivos Gerais Descreva de maneira clara e sucinta (máximo 10 linhas)

5.2 Objetivos específicos	**Ações**	**PRAZOS**
1.	**A.**	
	B.	
	C.	
2.		
3.		
Desmembre o objetivo geral em até 05 específicos. Cada ação do Projeto deverá ser relacionada com os objetivos específicos		

6. DESENVOLVIMENTO DO PROJETO

Descreva como a instituição desenvolverá o projeto aqui proposto de modo que alcance os objetivos acima citados. (máximo 30 linhas).

7. METODOLOGIA (Máximo 20 linhas)

8. COMO A COMUNIDADE IRÁ PARTICIPAR DO PROJETO?

9. COMO O PROJETO PRETENDE INTERAGIR COM POLÍTICAS PÚBLICAS?

10. - AVALIACÃO DO PROJETO (Avaliação de resultados)

Objetivos específicos	**Perguntas de avaliação**	**Indicadores**	**Formas de verificação**	**Periodicidade**
1.	01.			
2.	02.			

Obs. Utilizar quadro conforme objetivos específicos descritos no projeto.

11. CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

SETEMBRO	**OUTUBRO**	**NOVEMBRO**	**DEZEMBRO**

12. PLANO DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS

CÓDIGO	**NATUREZA DE GASTOS**	**VALORES**
	Folhas de pagamentos	
	Obrigações patronais CONFORME DESDOBRAMENTO (PIS, FGTS, INSS)	
	Material de consumo	

	DETALHAR CONFORME DESDOBRAMENTO (Material de expediente, material pedagógico, material didático, material educativo e esportivo), etc.	
	Material de distribuição gratuita	
	Serviços de terceiros pessoas físicas ou jurídicas DETALHAR CONFORME DESDOBRAMENTO	
	Material permanente (equipamento) DETALHAR CONFORME DESDOBRAMENTO	
	Total	

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TEREZINHA

EXTRATO DO CONTRATO Nº 37/2017

EXTRATO DO CONTRATO Nº 37/2017

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TEREZINHA-MT

CONTRATADA:**SV+ PRODUÇÕES ARTISTICAS E EDIÇÕES MUCICAIS EIRELI-ME ,**

CNPJ: sob o nº**19.962.538/0001-05**,

OBJETO: Este contrato tem por objeto a *contratação* serviços para realização de shows com artistas de conhecimento nacional e Regional para o XXVIII **FESTIVAL DE PRAIA "VERÃO VIVO 2017"** ser realizado no período de 14/07/2017 á 30/07/2017 na praia da gaivota no município de santa Terezinha.

Item	Descrição	Quant
01	Contratação de SHOW NACIONAL COM A DUPLA HUGO & GUILHERME (duração do show 2 horas)	01
02	Contratação de SHOW COM A DUPLA GUSTAVO MOURA E RAFAEL(duração do show uma hora e quarenta minutos)	01

de VIGÊNCIA:33 (trinta e três)dias, a parti da data de assinatura

Valor Total: R$ 33,000,00(trinta e três mil reais),

EXTRATO DO CONTRATO Nº 36/2017

EXTRATO DO CONTRATO Nº 36/2017

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TEREZINHA-MT

CONTRATADA: **SÓTREQ S/A ,**

CNPJ: sob o nº**34.151.100/0022-65**,

OBJETO: para Aquisição de peças de reposição e serviços de revisão na motoniveladora caterpila 120 k. onde será feita a revisão no pátio da secretaria municipal de viação e obras publicas.

de VIGÊNCIA:30 (trinta)dias, a parti da data de assinatura

Valor Total: R$ 23.678,71 (vinte e três mil e seiscentos e setenta e oito reais e setenta e um centavos).

DECRETO 1.280/2017 - PONTO FACULTATIVO JOGOS REGIONAIS

DECRETO Nº 1.280 /2017

DE 25 DE JULHO DE 2.017.

DISPÕE SOBRE A DETERMINAÇÃO DE PONTO FACULTATIVO PARA OS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE SANTA TEREZINHA-MT E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA TEREZINHA-MT, EUCLÉSIO JOSÉ FERRETTO, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO o XXIII Festival de Praia de Santa Terezinha – MT e;

CONSIDERANDO os XXVIII Jogos Regionais de Santa Terezinha – MT.

D E C R E T A R:

Artigo 1º- Fica decretado **PONTO FACULTATIVO** para os servidores públicos municipal nos dias 26, 27 e 28 de julho de 2.017.

Parágrafo Único. O disposto no caput, não se aplica às atividades de caráter essencial, tais como, saúde, coleta de lixo, manutenção de distribuição de água e vigilância.

REGISTRA-SE, PUBLIQUE-SE.

E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito, em 25 de Julho de 2.017.

EUCLÉSIO JOSÉ FERRETTO

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DE LEVERGER

RECURSOS HUMANO
PORTARIA N.º 161/GP/2017

PORTARIA N.º 161/GP/2017

*"Dispõe sobre a**revogação** da Portaria nº 159/GP/2016 de concessão do benefício **Aposentadoria por Tempo de contribuição,** à servidora **Sra. Marilza Ribeiro Galio**"*

O prefeito Municipal de Santo Antônio de Leverger, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e;

Resolve:

Art. 1º REVOGAR a Portaria nº 159/GP/2016, publicada em 15/12/2016 no Jornal Oficial Eletrônicos dos Municípios do Estado de Mato Grosso, edição nº 2.625, que concedeu o benefício de **aposentadoria por tempo de contribuição**, à servidora, **Sra. Marilza Ribeiro Galio**, portadora da cédula de identidade nº 082579-4 SSP/MT e CPF sob o nº. 043.687. 891-72, servidora efetiva no cargo de Pedagoga, Classe "C", Referência "09", lotado na Secretaria Municipal de Educação, devidamente matriculada sob nº 106, conforme processo administrativo do **PREVI-LEVERGER**, n.º **2016.04.00032P**, **considerando o retorno as atividades laborais a partir da data de 01 de julho de 2017**.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Santo Antônio de Leverger - MT, 19 de julho de 2017.

VALDIR PEREIRA DE CASTRO FILHO Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANO
PORTARIA Nº 163/GP/2017

PORTARIA Nº 163/GP/2017

O Prefeito Municipal de Santo Antonio de Leverger-MT, Sr. **VALDIR PEREIRA DE CASTRO FILHO**, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento no artigo 172 da Lei nº 432/90.

RESOLVE:

Artigo 1º - Suspender por 60 (sessenta) dias o prazo para conclusão da apuração dos fatos, constante no Processo nº 1639/2017, a Servidora efetiva **ELAINE CABRAL DE OLIVEIRA**, Enfermeira, no Hospital Municipal, lotada na Secretaria Municipal de saúde, sem prejuízo da remuneração.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

Registra-se,

Publica-se,

Cumpra-se.

Paço Municipal “Marechal Rondon”, Santo Antonio de Leverger-MT, 20 de Julho de 2017.

VALDIR PEREIRA DE CASTRO FILHO

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANO
PORTARIA Nº 162/GP/2017

PORTARIA Nº 162/GP/2017

“INSTAURA PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, DESIGNA SERVIDORES PARA COMPOREM A COMISSÃO PROCESSANTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**”**

O Prefeito Municipal de Santo Antonio de Leverger-MT, Sr. **VALDIR PEREIRA DE CASTRO FILHO**, no uso de suas atribuições legais,

Considerando o disposto nos artigos 173 e seguintes da Lei nº 432/90, de 17/12/1990 – Estatuto dos Servidores Públicos da Prefeitura Municipal de Santo Antônio de Leverger-MT;

Considerando o disposto da Portaria nº 108/GP/2015, de 16/12/2015 – Cria a Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar da Prefeitura Municipal de Santo Antônio de Leverger-MT;

RESOLVE:

Art. 1°. – Determinar a instauração de PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, para apuração de responsabilidades administrativas pelas supostas irregularidades constantes do Processo nº 1639/2017 atribuídas à servidora efetiva **ELAINE CABRAL DE OLIVEIRA**, ocupante do cargo de Enfermeira, no Hospital Municipal.

Art. 2°. – Para cumprimento ao disposto no artigo anterior, a Comissão Processante será composta pelos servidores, **JOSANEA APARECIDA DE SOUZA OLIVEIRA**, que a presidirá, **ERENILDES DE OLIVEIRA LIMA** e **CLAUDINEI DA SILVA**, todos servidores efetivos estáveis, integrantes da Portaria Nº 108/GP/2015, que Criou a Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar da Prefeitura Municipal de Santo Antônio de Leverger-MT, alterada a composição pela Portaria nº 18/GP/2016.

Art. 3°. – Para bem cumprir as suas atribuições, a Comissão terá acesso a toda documentação necessária à elucidação dos fatos, bem como deverá colher quaisquer depoimentos e demais provas que entender pertinentes.

Art. 4º - Determinar o início imediato dos trabalhos, sendo que a Comissão, ora constituída, terá o prazo de até 60 (sessenta) dias, a partir da data da publicação desta Portaria, admitida a sua prorrogação por igual prazo, quando as circunstâncias exigirem, para concluir a apuração dos fatos, em conformidade com o artigo 177, da Lei nº 432/90.

Art. 5°. – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Registra-se,

Publica-se,

Cumpra-se.

Paço Municipal “Marechal Rondon”, em Santo Antonio de Leverger-MT, 20 de julho de 2017.

VALDIR PEREIRA DE CASTRO FILHO

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANO
PORTARIA N.º 159/GP/2017

PORTARIA N.º 159/GP/2017

“Dispõe sobre a retificação da Portaria nº 084/GP/2013 de concessão do Benefício de ***Pensão por Morte*** *em favor do****Sr. Balduino Alves dos Santos,****em decorrência do falecimento da servidora* ***Sra****.****Conceição de Souza Santos.”***

O Prefeito do Município de Santo Antônio de Leverger, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e;

Resolve:

Art. 1º RETIFICAR a Portaria nº 084/GP/2013, publicada em 23/07/2013 no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, edição nº 1.768, onde foi concedido o benefício de **Pensão por Morte**, em decorrência do falecimento da **Sra**. **Conceição de Souza Santos**, brasileira, casada, portadora do RG n.º 183.929 - SSP/MT e do CPF n.º 346.701.731-20, aposentada por idade, devidamente matriculado sob o n.º 449, com proventos Integrais, o equivalente a 100% (cem por cento) em favor do **Sr. Balduino Alves dos Santos**, brasileiro, viúvo, portadora do RG n.º 118.290 – SSP/MT, e CPF n.º 047.938.701-04, residente e domiciliado no município de Santo Antônio do Leverger, esposo do *de cujos*, conforme processo administrativo do **PREVI-LEVERGER**, n.º **2013.07.00004P**.

ONDE SE LÊ: Considerando o Art. 40, § 7º, inciso I da Constituição Federal com redação dada pela Emenda Constitucional n.º 41/2003, combinado com Art. 29, inciso I da Lei Municipal n.º 876/2005, que dispõe sobre a reestruturação do Regime Próprio de Previdência Social do Município de Santo Antônio de Leverger/ MT e, dá outras providências, Lei 1.027/GP/2009 que dispõe sobre o plano de cargos, carreiras e salários dos servidores de Santo Antônio de Leverger e Decreto 19/GP/2012, que dispõe sobre recomposição salarial;

LEIA-SE: Considerando o Art. 40, § 7º, inciso I da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional n.º 41/2003 c/c Art. 7, inciso I, Art. 29, inciso I e Art. 30, inciso I da Lei Municipal n.º 876/2005, que dispõe sobre a reestruturação do Regime Próprio de Previdência Social do Município de Santo Antônio de Leverger/MT e, dá

outras providências; Lei 1.027/GP/2009 que dispõe sobre o plano de cargos, carreiras e salários dos servidores de Santo Antônio de Leverger e Decreto 19/GP/2012, que dispõe sobre recomposição salarial;

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de **13 de junho de 2013**, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

Santo Antônio de Leverger/MT, 18 de julho de 2017.

VALDIR PEREIRA DE CASTRO FILHO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA

AVISO DE CANCELAMENTO DE LICITAÇÃO

AVISO DE CANCELAMENTO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº0019/2017

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 029/2017

A Prefeitura Municipal de São Félix do Araguaia - MT, por intermédio da Comissão Permanente de Licitações, tornam público para conhecimento dos interessados, nos termos do art.49 da Lei nº. 8.666/93, que o processo de Licitação na modalidade de Pregão Presencial nº 019/2017, foi cancelado por interesse público decorrente de fato superveniente, a licitação em epígrafe, consoante decisão da Autoridade Competente.

São Félix do Araguaia/MT, 25 de julho de 2017.

MEUDRA PEREIRA DOS SANTOS

Pregoeira Oficial

Port.036/2017

DECRETO Nº 036/2017, DE 25 DE JULHO DE 2017.

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 007/2017.

OBJETO:

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA E CONSULTORIA ESPECIALIZADA PARA RECUPERAÇÃO DE RECEITAS DE ISSQN JUNTO ÀS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS E CARTÓRIOS.

FAVORECIDA: HIDASI E AIRES SOCIEDADES DE ADVOGADOS, inscrito no CNPJ 27.479.087/0001-88

VALOR GLOBAL: 1.050.000,00(um milhão e cinquenta mil reais)

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Artigo 25, II da Lei n.º 8.666/93 e suas atualizações. **JUSTIFICATIVA:** Anexa ao processo de Inexigibilidade de Licitação n. º 07/2017. Ratifico a Inexigibilidade de Licitação em consonância com a justificativa apresentada de acordo com o parecer constante dos autos do Processo de inexigibilidade n° 007/2017, nos termos do artigo 26 da Lei n° 8.666/93 e suas alterações posteriores.

São Félix do Araguaia - MT, 25 de Julho de 2017.

JANAILZATAVEIRA LEITE

PREFEITA MUNICIPAL.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 086/2017

– INEXIGIBILIDADE Nº 007/2017.

Amparo Legal Art. 25 Inciso II

Lei 8.666/93

HOMOLOGAÇÃO

OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA E CONSULTORIA ESPECIALIZADA PARA RECUPERAÇÃO DE RECEITAS DE ISSQN JUNTO ÀS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS E CARTÓRIOS.**

DATA: 25 DE JULHO DE 2017.

Vigência: 12(doze) meses.

FAVORECIDA:

HIDASI E AIRES SOCIEDADES DE ADVOGADOS, inscrito no CNPJ 27. 479.087/0001-88.

PRAZO DE EXECUÇÃO: 25/07/2017 a 25/07/2018.

VALOR GLOBAL: **1.050.000,00(um milhão e cinquenta mil reais)**

Dotação:33.90.39 Outros Serviços de Terceiros –Pessoa Jurídica.

São Félix do Araguaia – MT, 25 de julho de 2017.

JANAILZA TAVEIRA LEITE

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - MT

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL

DECRETO Nº 036/2017, DE 25 DE JULHO DE 2017.

Dispõe sobre a declaração de inexigibilidade de licitação para contratação de empresa especializada, para prestação de Serviços de Assessoria e Consultoria Especializada para Recuperação de Receitas de ISSQN junto às instituições financeiras e cartórios.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO a necessidade de contratação de prestação de serviços de assessoria e consultoria especializada para recuperação de receitas de ISSQN junto às instituições financeira e cartórios, amparados ainda pelo Código Tributário Municipal tem como necessário e urgente à implementação de arrecadação dos tributos municipais, em especial o ISSQN das instituições financeiras, tendo em vista a enorme gama de serviços que são prestados pelas instituições e o ínfimo valor recolhido aos cofres municipais. Desta forma, necessário e urgente à implementação de política fiscal visando o aumento das receitas locais para garantir o equilíbrio das contas públicas.

CONSIDERANDO a manifestação do Secretário de Finanças que apresenta todas as justificativas para a presente contratação;

CONSIDERANDO o Parecer Jurídico contido nos autos, o qual entende ser possível e revestido de legalidade a Declaração de Inexigibilidade de Licitação para serviços de assessoria e consultoria especializada para recuperação de receitas de ISSQN junto às instituições financeira e cartórios;

CONSIDERANDO o que dispõe o caput do Art. 25, II, da Lei n.º 8.666/93, o qual autoriza a contratação de serviços técnicos enumerados no art. 13 desta Lei, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização;

CONSIDERANDO que a empresa HIDASI E AIRES SOCIEDADES DE ADVOGADOS, inscrito no CNPJ 27.479.087/0001-88, localizado na Rua Desembargador do Amaral, nº 1745, sala 04/05, centro de Corrente-PI, CEP 64.980-000, na pessoa de seu sócio PEDRO LUSTOSA DO AMARAL HIDASI, inscrito na OAB/PI 8201-A, OAB/GO 29.479 e OAB/TO 4679-A; e LUCIANO HENRIQUE SOARES DE OLIVEIRA AIRES, inscrito na OAB/TO n° 11.663-A, OAB/PI 11.663-A, brasileiros, advogados, sócios de HIDASI e AIRES Sociedade de Advogados regularmente inscrito na OAB/PI sob o n° 43/2017, com escritório sito na Av. Desembargador Amaral, n° 1745, Sala 04/05, Corrente – PI CEP 64980-000, Fones: (89) 3573-3068 / 89 (999810597), (62) 98411-6442, (62) 98222-4149 endereço eletrônico: pedrohidasi@hotmail.com; lucianohenriqueaires@hotmail.com atendeu a todos os critérios relacionados à habilitação para contratação com Poder Público, em especial a qualificação técnica comprovada através de vários contratos com objeto similar firmados com empresas privadas e públicas:

D E C R E T A:

Art. 1º Fica declarada a inexigibilidade do procedimento licitatório para contratação de serviços prestação de serviços de assessoria e consultoria especializada para recuperação de receitas de ISSQN junto às instituições financeira e cartórios;

Art. 2º Fica, em consequência, autorizada a contratação direta da empresa HIDASI E AIRES SOCIEDADES DE ADVOGADOS, inscrito no CNPJ 27. 479.087/0001-88, para realização dos serviços acima, com preços e condições previstos no respectivo contrato.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se, Cientifique-se, Cumpra-se.

São Félix do Araguaia – MT em 25 de julho de 2017

Janailza Taveira Leite

PrefeitaMunicipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO CLARO

DEPARATAMENTO DE LICITAÇÃO
REVOGAÇÃO DO PREGÃO Nº 029/2017

O Município de São José do Rio Claro – MT, através da Pregoeira e Comissão de Apoio em vista de despacho do Sr. Prefeito Municipal Valdomiro Lachovicz, cujo inteiro teor encontra-se a disposição dos interessados, informa que a licitação acima indicada, cujo objeto é a **Contratação de empresa especializada na prestação de serviço terceirizado de mão de obra de coletor para coleta de lixo urbana no Município São José do Rio Claro - MT.,**foi **REVOGADA** com fundamento no art. 49 da lei 8.666/93 e súmula 473/STF, tendo em vista o surgimento de fato superveniente

após publicação do mesmo. Aos interessados fica aberto o prazo recursal nos termos do art. 109 do mesmo diploma legal. São José do Rio Claro – MT, 25 de julho de 2017. **VALDOMIRO LACHOVICZ** – Prefeito Municipal

DEPARATAMENTO DE LICITAÇÃO
PREGÃO Nº 024/2017 – RESULTADO DO JULGAMENTO

O Município de São José do Rio Claro – MT, através da Comissão Permanente de Licitação, torna público, para quem possa interessar, que o julgamento do certame supracitado resultou vencedora a Empresa: **WCOGEO ADMINISTRATORA E SERVIÇOS LTDA, CNPJ: N° 05.831.807/0001-90,** com o valor total de **R$ 140.000,00 (Cento e quarenta mil reais)** . São José do Rio Claro – MT., 25 de Julho de 2017. **Angela Rodrigues de Matos** – Pregoeira Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO XINGU

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

EDITAL Nº. 001/2017

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE INSCRIÇÕES PARA PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO, VISANDO A CONTRATAÇÃO DE SERVIDORES POR TEMPO DETERMINADO.

A Prefeitura Municipal de São José do Xingu, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, por meio da Comissão Organizadora do Processo Seletivo Simplificado, instituída através da Portaria nº 160/2017 de 13 de Julho de 2017 faz saber aos interessados que estarão abertas as inscrições para Processo Seletivo Simplificado de Provas e de Provas de Títulos para o ingresso temporário em seu quadro de pessoal, para os cargos constantes do presente edital, nos termos do que preceituam o art. 37, IX, da Constituição Federal, a Lei Orgânica do Município e lei municipal nº 707/2017 de 27 de Junho de 2017, de acordo com as disposições a seguir:

1. ENTIDADE EXECUTORA DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

1.1. A realização do processo seletivo simplificado é de responsabilidade da empresa ***E V SOARES ASSESSORIA E INFORMATICA – ME***

O presente Processo Seletivo será feito em obediência aos princípios da publicidade, impessoalidade, igualdade e economicidade.

As informações prestadas pelos candidatos terão caráter confidencial. Cumpre destacar que a constatação de informações inverídicas por parte do candidato o excluirá automaticamente de qualquer fase do processo seletivo.

1.2 Os cargos e vagas ofertadas no presente certame estão relacionados na tabela a seguir:

CARGO	CARGA HORARIA	LOTACAO	ESCOLARIDADE	REMUNERAÇÃO	VAGAS		
					Imediata	Reserva	TOT
Assistente Social	30	Sede do Município	Ensino Superior na área e Registro no Conselho	4.600,32	01	01	02
Psicólogo	40	Sede do Município	Ensino Superior na área e Registro no Conselho	4.600,32	01	02	03
Nutricionista	40	Sede do Município	Ensino Superior na área e Registro no Conselho	4.600,32	01		01
Enfermeiro	40	Sede do Município	Ensino Superior na área e Registro no Conselho	4.600,32		01	01
Enfermeiro	40	Distrito de Santo Antônio do Fontoura	Ensino Superior na área e Registro no Conselho	4.600,32		01	01
Fisioterapeuta	40	Sede do Município	Ensino Superior na área e Registro no Conselho	4.600,32		01	01
Farmacêutico / Bioquímico	40	Distrito de Santo Antônio do Fontoura	Ensino Superior na área e Registro no Conselho	4.600,32		01	01
Professor de Língua Estrangeira (inglês)	30	Sede do Município	Superior em Letras habilitação em Inglês	2.519,59	01		01
Professor	30	Sede do Município	Superior em Pedagogia	856,80		03	03
Professor	30	Distrito de Santo Antônio do Fontoura	Ensino Superior em Pedagogia	2.519,59		03	03
Orientador Social	40	Sede do Município	Ensino Médio Completo	1.663,25		01	01
Orientador Social	40	Distrito de Santo Antônio do Fontoura	Ensino Médio Completo	1.663,25		01	01
Entrevistador do Bolsa Família	40	Sede do Município	Ensino Médio Completo	1.013,46		01	01
Entrevistador do Bolsa Família	40	Distrito de Santo Antônio do Fontoura	Ensino Médio Completo	1.013,46		01	01
Apoio Educacional para Acompanhar Crianças em Sala de Aulas	40	Sede do Município	Ensino Médio Completo	1.043,73		06	06
Apoio Educacional para Acompanhar Crianças em Sala de Aulas	40	Distrito de Santo Antônio do Fontoura	Ensino Médio Completo	1.043,73	01	01	02
Técnico de Enfermagem	40	Sede do Município	Ensino Médio Completo e técnico de enfermagem com Registro no Orgão Competente	1.962,82		01	01
Técnico de Enfermagem	40	Distrito de Santo Antônio do Fontoura	Ensino Médio Ensino Médio Completo e técnico de enfermagem com Registro no Orgão Competente	1.962,82		01	01
Técnico de Laboratório	40	Sede do Município	Ensino Médio Completo e Técnico em Laboratório com Registro no Orgão Competente	1.962,82 ‘		01	01
Agente de Combate a Endemias	40	Sede do Município	Ensino Médio Completo	1.330,41		01	01
Agente de Combate a Endemias	40	Distrito de Santo Antônio do Fontoura	Ensino Médio Completo	1.330,41		01	01
Fiscal de Tributos	40	Sede do Município	Ensino Médio Completo	1.840,14	01		01

Fiscal de Tributos	40	Distrito de Santo Antônio do Fontoura	Ensino Médio Completo	1.840,14	01		01
Guarda noturno/diurno	40	Sede do Município	Ensino Fundamental Incompleto	1.043,73	04	01	05
Motorista CNH D	40	Sede do Município	Ensino Fundamental Incompleto	1.410,75	01	02	03
Motorista CNH D	40	Distrito de Santo Antônio do Fontoura	Ensino Fundamental Incompleto	1.410,75	01	02	03
Motorista CNH E	40	Sede do Município	Ensino Fundamental Incompleto	1.410,75		01	01
Auxiliar de Serviços Gerais; Cozinha/nutrição e limpeza.	40	Sede do Município	Ensino Fundamental Incompleto	1.043,73		03	03
Auxiliar de Serviços Gerais; Cozinha/nutrição e limpeza.	40	Distrito de Santo Antônio do Fontoura	Ensino Fundamental Incompleto	1.043,73	02	03	05
Coveiro	40	Distrito de Santo Antônio do Fontoura	Ensino Fundamental Incompleto	1.349,46		01	01

2 – DAS INSCRIÇÕES:

2.1. As inscrições podem ser feitas apenas via internet em data, horário e local informados no quadro abaixo:

Inscrições pela internet	**Início: das 08hs00 de 310/07/2017 - Término: 18hs00min de 11/08/2017 As inscrições serão isentas de taxas para todos os cargos. Endereço Eletrônico: *assepublica.listaeditais.com.br***
Os horários previstos neste edital seguem o horário de Brasília - DF	

1º Passo: Ler completamente o edital, fazer a opção pelo cargo e local para o qual pretende concorrer, tendo certeza que cumpre todos os requisitos de habilitação, sob pena de desclassificação;

2º Passo: Preencher total e corretamente o Formulário de Inscrição diretamente no site;

3º Passo: Conferir os dados informados, sob pena de o candidato ser impedido de realizar as provas caso as informações estejam incorretas;

4º Passo: efetivada a inscrição não serão aceitos pedidos para alteração de cargos;

5º Passo: em caso de troca de cargo, o candidato deverá efetuar nova inscrição, prevalecendo a última, ou seja, o candidato só será inscrito para concorrer a um único cargo.

2.2. Disposições gerais sobre as inscrições

2.2.1. A inscrição vale, para todo e qualquer efeito, como forma de expressa concordância, por parte do candidato, de todas as condições, normas e exigências constantes deste edital.

2.2.2. O candidato que prestar informações inverídicas, além da desclassificação, estará sujeito às penalidades previstas em lei.

2.2.3. Caso o candidato não apresente a documentação necessária no ato da contratação ou se constate qualquer falsificação nas informações prestadas no ato da inscrição será desclassificado, sendo convocado o candidato imediatamente posterior, segundo a ordem de classificação.

2.2.4. Todas as informações sobre as inscrições: (66) 3564-1457

2.3. Do Cartão de Identificação

2.3.1. No ato da inscrição o candidato receberá ou imprimirá o seu Cartão de Identificação, sendo de sua total responsabilidade as informações nele contidas, em especial os seguintes itens:

a) Nome;

b) Informar e-mail válido para contato;

c) Número do documento de identidade, sigla do órgão expedidor e Unidade da Federação emitente;

d) A categoria funcional a que irá concorrer.

2.3.2. Além dos dados acima, o candidato deverá tomar conhecimento de seu número de inscrição, do dia e horário da prova.

2.3.3. O local de realização da prova será divulgado em edital complementar específico para esse fim.

2.3.4. As informações complementares serão divulgadas no seguinte endereço eletrônico*:* **assepublica.listaeditais.com.br**

São José do Xingu/MT, em 24 de Julho de 2017.

Fernanda Alves Bezerra

Presidente da Comissão Organizadora

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

EDITAL Nº. 001/2017

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE INSCRIÇÕES PARA PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO, VISANDO A CONTRATAÇÃO DE SERVIDORES POR TEMPO DETERMINADO.

A Prefeitura Municipal de São José do Xingu, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, por meio da Comissão Organizadora do Processo Seletivo Simplificado, instituída através da Portaria nº 160/2017 de 13 de Julho de 2017 faz saber aos interessados que estarão abertas as

inscrições para Processo Seletivo Simplificado de Provas e de Provas de Títulos para o ingresso temporário em seu quadro de pessoal, para os cargos constantes do presente edital, nos termos do que preceituam o art. 37, IX, da Constituição Federal, a Lei Orgânica do Município e lei municipal nº 707/2017 de 27 de Junho de 2017, de acordo com as disposições a seguir:

1. ENTIDADE EXECUTORA DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

1.1. A realização do processo seletivo simplificado é de responsabilidade da empresa ***E V SOARES ASSESSORIA E INFORMATICA – ME***

O presente Processo Seletivo será feito em obediência aos princípios da publicidade, impessoalidade, igualdade e economicidade.

As informações prestadas pelos candidatos terão caráter confidencial. Cumpre destacar que a constatação de informações inverídicas por parte do candidato o excluirá automaticamente de qualquer fase do processo seletivo.

1.2 Os cargos e vagas ofertadas no presente certame estão relacionados na tabela a seguir:

CARGO	CARGA HORARIA	LOTACAO	ESCOLARIDADE	REMU	VAGAS		
					Imediata	Reserva	TOT
Assistente Social	30	Sede do Município	Ensino Superior na área e Registro no Conselho	4.600,32	01	01	02
Psicólogo	40	Sede do Município	Ensino Superior na área e Registro no Conselho	4.600,32	01	02	03
Nutricionista	40	Sede do Município	Ensino Superior na área e Registro no Conselho	4.600,32	01		01
Enfermeiro	40	Sede do Município	Ensino Superior na área e Registro no Conselho	4.600,32		01	01
Enfermeiro	40	Distrito de Santo Antônio do Fontoura	Ensino Superior na área e Registro no Conselho	4.600,32		01	01
Fisioterapeuta	40	Sede do Município	Ensino Superior na área e Registro no Conselho	4.600,32		01	01
Farmacêutico / Bioquímico	40	Distrito de Santo Antônio do Fontoura	Ensino Superior na área e Registro no Conselho	4.600,32		01	01
Professor de Língua Estrangeira (inglês)	30	Sede do Município	Superior em Letras habilitação em Inglês	2.519,59	01		01
Professor	30	Sede do Município	Superior em Pedagogia	856,80		03	03
Professor	30	Distrito de Santo Antônio do Fontoura	Ensino Superior em Pedagogia	2.519,59		03	03
Orientador Social	40	Sede do Município	Ensino Médio Completo	1.663,25		01	01
Orientador Social	40	Distrito de Santo Antônio do Fontoura	Ensino Médio Completo	1.663,25		01	01
Entrevistador do Bolsa Família	40	Sede do Município	Ensino Médio Completo	1.013,46		01	01
Entrevistador do Bolsa Família	40	Distrito de Santo Antônio do Fontoura	Ensino Médio Completo	1.013,46		01	01
Apoio Educacional para Acompanhar Crianças em Sala de Aulas	40	Sede do Município	Ensino Médio Completo	1.043,73		06	06
Apoio Educacional para Acompanhar Crianças em Sala de Aulas	40	Distrito de Santo Antônio do Fontoura	Ensino Médio Completo	1.043,73	01	01	02
Técnico de Enfermagem	40	Sede do Município	Ensino Médio Completo e técnico de enfermagem com Registro no Órgão Competente	1.962,82		01	01
Técnico de Enfermagem	40	Distrito de Santo Antônio do Fontoura	Ensino Médio Ensino Médio Completo e técnico de enfermagem com Registro no Órgão Competente	1.962,82		01	01
Técnico de Laboratório	40	Sede do Município	Ensino Médio Completo e Técnico em Laboratório com Registro no Órgão Competente	1.962,82		01	01
Agente de Combate a Endemias	40	Sede do Município	Ensino Médio Completo	1.330,41		01	01
Agente de Combate a Endemias	40	Distrito de Santo Antônio do Fontoura	Ensino Médio Completo	1.330,41		01	01
Fiscal de Tributos	40	Sede do Município	Ensino Médio Completo	1.840,14	01		01
Fiscal de Tributos	40	Distrito de Santo Antônio do Fontoura	Ensino Médio Completo	1.840,14	01		01
Guarda noturno/diurno	40	Sede do Município	Ensino Fundamental Incompleto	1.043,73	04	01	05
Motorista CNH D	40	Sede do Município	Ensino Fundamental Incompleto	1.410,75	01	02	03
Motorista CNH D	40	Distrito de Santo Antônio do Fontoura	Ensino Fundamental Incompleto	1.410,75	01	02	03
Motorista CNH E	40	Sede do Município	Ensino Fundamental Incompleto	1.410,75		01	01
Auxiliar de Serviços Gerais; Cozinha/nutrição e limpeza.	40	Sede do Município	Ensino Fundamental Incompleto	1.043,73		03	03
Auxiliar de Serviços Gerais; Cozinha/nutrição e limpeza.	40	Distrito de Santo Antônio do Fontoura	Ensino Fundamental Incompleto	1.043,73	02	03	05

Coveiro	40	Distrito de Santo Antônio do Fontoura	Ensino Fundamental Incompleto	1.349,46		01	01

2 – DAS INSCRIÇÕES:

2.1. As inscrições podem ser feitas apenas via internet em data, horário e local informados no quadro abaixo:

Inscrições pela internet	**Início: das 08hs00 de 310/07/2017 - Término: 18hs00min de 11/08/2017 As inscrições serão isentas de taxas para todos os cargos. Endereço Eletrônico: *assepublica.listaeditais.com.br***
Os horários previstos neste edital seguem o horário de Brasília - DF	

1º Passo: Ler completamente o edital, fazer a opção pelo cargo e local para o qual pretende concorrer, tendo certeza que cumpre todos os requisitos de habilitação, sob pena de desclassificação;

2º Passo: Preencher total e corretamente o Formulário de Inscrição diretamente no site;

3º Passo: Conferir os dados informados, sob pena de o candidato ser impedido de realizar as provas caso as informações estejam incorretas;

4º Passo: efetivada a inscrição não serão aceitos pedidos para alteração de cargos;

5º Passo: em caso de troca de cargo, o candidato deverá efetuar nova inscrição, prevalecendo a última, ou seja, o candidato só será inscrito para concorrer a um único cargo.

2.2. Disposições gerais sobre as inscrições

2.2.1. A inscrição vale, para todo e qualquer efeito, como forma de expressa concordância, por parte do candidato, de todas as condições, normas e exigências constantes deste edital.

2.2.2. O candidato que prestar informações inverídicas, além da desclassificação, estará sujeito às penalidades previstas em lei.

2.2.3. Caso o candidato não apresente a documentação necessária no ato da contratação ou se constate qualquer falsificação nas informações prestadas no ato da inscrição será desclassificado, sendo convocado o candidato imediatamente posterior, segundo a ordem de classificação.

2.2.4. Todas as informações sobre as inscrições: (66) 3564-1457

2.3. Do Cartão de Identificação

2.3.1. No ato da inscrição o candidato receberá ou imprimirá o seu Cartão de Identificação, sendo de sua total responsabilidade as informações nele contidas, em especial os seguintes itens:

a) Nome;

b) Informar e-mail válido para contato;

c) Número do documento de identidade, sigla do órgão expedidor e Unidade da Federação emitente;

d) A categoria funcional a que irá concorrer.

2.3.2. Além dos dados acima, o candidato deverá tomar conhecimento de seu número de inscrição, do dia e horário da prova.

2.3.3. O local de realização da prova será divulgado em edital complementar específico para esse fim.

2.3.4. As informações complementares serão divulgadas no seguinte endereço eletrônico*:* **assepublica.listaeditais.com.br**

São José do Xingu/MT, em 24 de Julho de 2017.

Fernanda Alves Bezerra

Presidente da Comissão Organizadora

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

GABINETE DO PREFEITO
RESOLUÇÃO Nº 004/2017

O presidente do Conselho Municipal de Saúde-CMS, de São José dos Quatro Marcos, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe confere o Inciso VI do Art. 6º da Lei Municipal nº 1036, de 17 de junho de 2004 e, por aprovação unânime dos conselheiros presentes na Reunião Ordinária de 20 de julho de 2017,

RESOLVE:

Art.1º *Aprovar a 1ª Conferência Municipal de Vigilância em Saúde – CMVS.*

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

São José dos Quatro Marcos-MT, 20 de Julho de 2017.

EMERSON SOUZA MILER

Presidente do Conselho Municipal de Saúde-CMS

PREVIQUAM
EXTRATO DO CONTRATO Nº 005/2017 CONTRATANTE: PREVIQUAM–FUNDO MUNICIPAL PREVIDENCIA SOCIAL DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS.

Previquam – Fundo Municipal Previdência Social de São José dos Quatro Marcos

EXTRATO DO CONTRATO Nº 005/2017
Contratante: PREVIQUAM–FUNDO MUNICIPAL PREVIDENCIA SOCIAL DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS.
Empresa Contratada: AGILI SOFTWARE BRASIL LTDA, CNPJ Nº 26.804.377/0004-30.
Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ENVIO E ACOMPANHAMENTO DE 14 (QUATORZE) CARGAS DO **APLIC TCE-MT 2017,** REFERENTE AS CARGAS: FEV A DEZ/2017, ORÇAMENTOS 2018, CARGAS INICIAL 2018 E JAN/2018, SE RESPONSABILIZANDO POR QUALQUER EVENTUAL MULTA QUE O ÓRGÃO VENHA SOFRER REFERENTE AOS ENVIOS CONTRATADOS.
Valor R$ 4.200,00 (QUATRO MIL E DUZENTOS REAIS), O PAGAMENTO SERÁ FEITO EM 14 (QUATORZE) PARCELAS CORRESPONDENTES A CADA VALIDAÇÃO DE CARGA MENSAL, O VALOR DE CADA PARCELA SERÁ DE **R$ 300,00** (TREZENTOS REAIS.) CADA PARCELA.
DATA DO CONTRATO: 20/04/2017.

PREVIQUAM
EXTRATO DO CONTRATO Nº 004/2017 CONTRATANTE: PREVIQUAM–FUNDO MUNICIPAL PREVIDENCIA SOCIAL DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS.

Previquam – Fundo Municipal Previdência Social de São José dos Quatro Marcos

EXTRATO DO CONTRATO Nº 004/2017
Contratante: PREVIQUAM–FUNDO MUNICIPAL PREVIDENCIA SOCIAL DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS.
Empresa Contratada: AGILI SOFTWARE BRASIL LTDA, CNPJ Nº 26.804.377/0004-30.
Objeto: O PRESENTE CONTRATO TEM POR OBJETO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LICENÇA DE SOFTWARES PARA A GESTÃO ADMINISTRATIVA DA CONTRATANTE CONTEMPLANDO OS SISTEMA INTEGRADOS DE GESTÃO PÚBLICA, CONFORME PROPOSTA.
Valor R$ 19.680,00 (DEZENOVE MIL, SEISCENTOS E OITENTA REAIS), O VALOR MENSAL DAS PARCELAS, RELATIVOS A LICENÇA E MANUTENÇÃO DOS SISTEMAS É DE **R$ 1.640,00** (HUM MIL, SEISCENTOS E QUARENTA REAIS.) CADA PARCELA.
INICIO: 20/04/2017 Á 20/04/2018, 12 MESES.

PREVIQUAM
EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 009/2015 CONTRATANTE: PREVIQUAM–FUNDO MUNICIPAL PREVIDENCIA SOCIAL DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS.

Previquam – Fundo Municipal Previdência Social de São José dos Quatro Marcos

EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 009/2015
Contratante: PREVIQUAM–FUNDO MUNICIPAL PREVIDENCIA SOCIAL DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS.
Empresa Contratada: JUSSEMAR REBULI PINTO-ME, CNPJ Nº 05.409.467/0001-3
Objeto: SERVIÇOS TÉCNICOS EM SOFTWARES DE SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO PESSOAL, JERENCIAMENTO DE RECURSOS HUMANOS E FOLHA DE PAGAMENTO, COMPRAS ALMOXARIFADO, CONTROLE DE PATRIMONIO, EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA E A CONTABILIDADE PUBLICA BEM COMO AQUISSIÇÃO DE LICENÇAS DE USO, MANUTENÇÃO E CONSULTORIA TÉCNICAS
Valor R$ 3.647,82 (TRES MIL SEISCENTOS E QUARENTA E SETE REAIS E OITENTA E DOIS CENTAVOS), QUE SERÃO PAGOS EM 02 (DOIS) PARCELAS MENSAIS NO VALOR DE R$ 1.823,91 (HUM MIL E OITOCENTOS E VINTE E TRÊS REAIS E NOVENTA E UM CENTAVOS) CADA PARCELA.
INICIO: 01/03/2017 Á 30/04/2017.

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

O Senhor **RONALDO FLOREANO DOS SANTOS**, Prefeito do Município de São José dos Quatro Marcos-MT, no uso de suas atribuições legais, e especificadamente nos termos do Artigo 24, Inciso X da Lei Federal nº. 8.666, de 21/06/1993, atualizada pelas Leis n.º 8.883/94 e 9.548/98, "**RATIFICA O PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 08/2017**", Objeto: **Aluguel de Imóvel**. Em favor da Pessoa Física: **MOACIR CARLOS OLIVO**, portador do CPF sob o nº 073.240.958-60**,** Imóvel localizado na Avenida Mato Grosso, nº 258, Jardim Santa Rosa. Tendo a Finalidade ao Funcionamento da Sede do Programa UDR (Unidade Descentralizada de Reabilitação). Valor Mensal de R$ 937,00 (Novecentos e Trinta E Sete Reais). Período 12 meses.

PREVIQUAM
EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 009/2015 - EXTRATO DO CONTRATO Nº 004/2017 - EXTRATO DO CONTRATO Nº 005/2017

Previquam – Fundo Municipal Previdência Social de São José dos Quatro Marcos

EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 009/2015
Contratante: PREVIQUAM–FUNDO MUNICIPAL PREVIDENCIA SOCIAL DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS.
Empresa Contratada: JUSSEMAR REBULI PINTO-ME, CNPJ Nº 05.409.467/0001-3
Objeto: SERVIÇOS TÉCNICOS EM SOFTWARES DE SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO PESSOAL, JERENCIAMENTO DE RECURSOS HUMANOS E FOLHA DE PAGAMENTO, COMPRAS ALMOXARIFADO, CONTROLE DE PATRIMONIO, EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA E A CONTABILIDADE PUBLICA BEM COMO AQUISSIÇÃO DE LICENÇAS DE USO, MANUTENÇÃO E CONSULTORIA TÉCNICAS
Valor R$ 3.647,82 (TRES MIL SEISCENTOS E QUARENTA E SETE REAIS E OITENTA E DOIS CENTAVOS), QUE SERÃO PAGOS EM 02 (DOIS) PARCELAS MENSAIS NO **VALOR DE R$ 1.823,91** (HUM MIL E OITOCENTOS E VINTE E TRÊS REAIS E NOVENTA E UM CENTAVOS) CADA PARCELA.
INICIO: 01/03/2017 Á 30/04/2017.

Previquam – Fundo Municipal Previdência Social de São José dos Quatro Marcos

EXTRATO DO CONTRATO Nº 004/2017
Contratante: PREVIQUAM–FUNDO MUNICIPAL PREVIDENCIA SOCIAL DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS.
Empresa Contratada: AGILI SOFTWARE BRASIL LTDA, CNPJ Nº 26.804.377/0004-30.
Objeto: O PRESENTE CONTRATO TEM POR OBJETO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LICENÇA DE SOFTWARES PARA A GESTÃO ADMINISTRATIVA DA CONTRATANTE CONTEMPLANDO OS SISTEMA INTEGRADOS DE GESTÃO PÚBLICA, CONFORME PROPOSTA.
Valor R$ 19.680,00 (DEZENOVE MIL, SEISCENTOS E OITENTA REAIS), O VALOR MENSAL DAS PARCELAS, RELATIVOS A LICENÇA E MANUTENÇÃO DOS SISTEMAS É DE **R$ 1.640,00** (HUM MIL, SEISCENTOS E QUARENTA REAIS.) CADA PARCELA.
INICIO: 20/04/2017 Á 20/04/2018, 12 MESES.

Previquam – Fundo Municipal Previdência Social de São José dos Quatro Marcos

EXTRATO DO CONTRATO Nº 005/2017
Contratante: PREVIQUAM–FUNDO MUNICIPAL PREVIDENCIA SOCIAL DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS.
Empresa Contratada: AGILI SOFTWARE BRASIL LTDA, CNPJ Nº 26.804.377/0004-30.
Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ENVIO E ACOMPANHAMENTO DE 14 (QUATORZE) CARGAS DO **APLIC TCE-MT 2017,** REFERENTE AS CARGAS: FEV A DEZ/2017, ORÇAMENTOS 2018, CARGAS INICIAL 2018 E JAN/2018, SE RESPONSABILIZANDO POR QUALQUER EVENTUAL MULTA QUE O ÓRGÃO VENHA SOFRER REFERENTE AOS ENVIOS CONTRATADOS.
Valor R$ 4.200,00 (QUATRO MIL E DUZENTOS REAIS), O PAGAMENTO SERÁ FEITO EM 14 (QUATORZE) PARCELAS CORRESPONDENTES À CADA VALIDAÇÃO DE CARGA MENSAL, O VALOR DE CADA PARCELA SERÁ DE **R$ 300,00** (TREZENTOS REAIS.) CADA PARCELA.
DATA DO CONTRATO: 20/04/2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA NOVA DOURADA

EDITAL COMPLEMENTAR Nº 01 DIVULGA RETIFICAÇÃO NO EDITAL DE ABERTURA Nº 001/2017

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA NOVA DOURADA

CNPJ: 04.204.945/0001-86

EDITAL COMPLEMENTAR Nº 01

DIVULGA RETIFICAÇÃO NO EDITAL DE ABERTURA Nº 001/2017

A Presidenta da Comissão Organizadora do Processo Seletivo Simplificado da Prefeitura Municipal de Serra Nova Dourada – MT, nos termos dos itens 9.7, 9.8 e 9.9 do Edital de Abertura nº 001/2017, visando atender os princípios da publicidade, da legalidade e da impessoalidade e,

Considerando a necessidade de adequação de alguns itens do Edital nº 001/2017, para melhor atender às finalidades da Administração,

RESOLVE:

I – Retificar o anexo I – Dos Cargos e das Vagas – Ensino Superior:

08	Professor de Letras	Licenciatura Plena em História	Prova Objetiva + Prova de Titulo	2.216,54	30h	01	-	-	01	Secretaria Educação

Leia-se:

08	Professor de Letras	Licenciatura Plena em Letras	Prova Objetiva + Prova de Titulo	2.216,54	30h	01	-	-	01	Secretaria Educação

Serra Nova Dourada – MT, 20 de Julho de 2017.

Kaya Marley Souza Ribeiro

Presidenta da Comissão Organizadora do Processo Seletivo Simplificado N.º 001/2017

EDITAL COMPLEMENTAR Nº 02 DIVULGA RETIFICAÇÃO NO EDITAL DE ABERTURA Nº 001/2017

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA NOVA DOURADA

CNPJ: 04.204.945/0001-86

EDITAL COMPLEMENTAR Nº 02

DIVULGA RETIFICAÇÃO NO EDITAL DE ABERTURA Nº 001/2017

A Presidenta da Comissão Organizadora do Processo Seletivo Simplificado da Prefeitura Municipal de Serra Nova Dourada – MT, nos termos dos itens 9.7, 9.8 e 9.9 do Edital de Abertura nº 001/2017, visando atender os princípios da publicidade, da legalidade e da impessoalidade e,

Considerando a necessidade de adequação de alguns itens do Edital nº 001/2017, para melhor atender às finalidades da Administração,

RESOLVE:

I – Retificar o anexo I – Dos Cargos e das Vagas – Ensino Superior:

06	Professor Pedagógico	Licenciatura Plena em Pedagogia	Prova Objetiva + Prova de Titulo	2.586,15	30h	01	-	-	01	Secretaria Educação

Leia-se:

06	Professor Pedagógico	Licenciatura Plena em Pedagogia	Prova Objetiva + Prova de Titulo	2.216,54	30h	01	-	-	01	Secretaria Educação

Serra Nova Dourada – MT, 25 de Julho de 2017.

Kaya Marley Souza Ribeiro

Presidenta da Comissão Organizadora do Processo Seletivo Simplificado N.º 001/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE TABAPORÃ

PORTARIA Nº. 480/2017

CONVOCAR O CANDIDATO APROVADO NO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO 001/2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SIRINEU MOLETA, Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas em Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º *- Convocar o candidato abaixo relacionado, aprovado no Processo seletivo Público 001/2017,realizado no período de 13/03/2017 a 22/05/2017, para comparecerem no prazo máximo de 30 (Trinta) dias, da publicação desta, na sede da Secretaria Municipal de Administração, anexo a Prefeitura de Tabaporã, sito a Avenida Comendador José Pedro Dias, 979-N, Centro, no horário das 07:00 ás 11:00 e das 13:00 as 17:00 hs., para comprovação dos requisitos exigidos no Edital de abertura do Processo seletivo Público 001/2017, apresentando o rol de documentos abaixo listados, e tomar posse de seu respectivo cargo.*

I - ORIGINAIS E CÓPIA:

1ª Fase - Habilitação para o cargo, apresentando os seguintes documentos:

a) Cópia autenticada em cartório da Carteira de Identidade;

b) Cópia autenticada em cartório do Título de Eleitor e comprovante de votação na última eleição, se à época já possuía 18 (dezoito) anos;

c) Cópia autenticada em cartório do CPF;

d) Cópia autenticada em cartório do Certificado de Reservista, ou documento equivalente, ou ainda dispensa de incorporação (se do sexo masculino);

e) Cópia autenticada em cartório da Certidão de nascimento ou casamento;

f) Cópia do Cartão de Cadastramento do PIS/PASEP;

g) Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social;

h) Duas fotografias tamanho 3x4 recente, colorida;

i) Fotocópia autenticada em cartório dos documentos que comprovem a escolaridade exigida para o cargo;

k) Declaração de horário de trabalho, se possuir outro vínculo empregatício, para demonstração de compatibilidade com o horário disponível e de interesse do Órgão Público;

l) Declaração de antecedentes criminais;

m) declaração de não-acumulação de cargos públicos, inclusive função, cargo ou emprego em autarquias, fundações públicas, empresas públicas, sociedades de economia mista da União, do Distrito Federal, dos Estados, dos Territórios e dos Municípios ou de acumulação lícita, nos termos do inciso XVII, art. 37 da CRFB/88;

o) RG e CPF do Cônjuge (esposo ou esposa);

p) Certidão de Nascimento dos filhos dependentes;

q) Carteira de Vacina dos filhos menores de 06 (seis) anos;

r) Declaração de matricula dos filhos até 14 anos.

s) Comprovante de residência;

t) Declaração de bens e valores (02 (duas) vias original);

u) Apresentar número de Conta Corrente ou Salário – "Cadastrada Junto ao Banco do Brasil" (para fins de pagamento em conta).

II - DOCUMENTOS SEGUNDA FASE

Somente se submeterão a fase de Apresentação de Atestado Médico, para a avaliação de capacidade física e mental, os candidatos convocados que apresentarem todos os documentos solicitados na 1ª Fase.

a) Os candidatos deverão providenciar, às suas expensas (por meios financeiros próprios), os exames a seguir especificados, emitidos em até 90 dias anteriores à sua apresentação:

?Hemograma Completo, com informação de tipo sanguíneo;

?Glicemia;

?Urina Tipo 1;

?Parasitológico de Fezes;

?VDRL;

?Hepatite B;

?Hepatite C;

?Perfil Lipidico;

?Avaliação Psicológica;

?RX de Tórax;

?RX de Coluna (Lombar+Toraxica+Cervical)

?Eletrocardiograma;

b) Após obterem todos os exames com respectivos **laudos**, os candidatos deverão se dirigir à Junta Médica Oficial do Município, para submeterem-se a Avaliação médica, no seguinte endereço:

- CRIDAC – Av. Doutor Carlos Vidotto (próximo ao Hospital Municipal)

CONVOCADOS:

INSCRIÇÃO	AGENTE COMUNITARIO DE SAÚDE Localidade: Área Urbana – Tabaporã
032	Maicon de Almeida Sanches Pio

Artigo 2º - O não comparecimento no prazo legal implicará na desistência dos aprovados e/ou classificados convocados, podendo a Prefeitura de Tabaporã, convocar o imediatamente posterior, obedecendo à ordem de classificação.

Artigo 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, revogando as disposições em contrário.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se;

Gabinete do Prefeito de Tabaporã/MT, em 25 de Julho de 2017.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº. 481/2017

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas em Lei,

"Dispõe sobre nomeação de preposto e dá outras providências".

RESOLVE:

Artigo 1º. - **NOMEAR** como preposto o Senhor **ADAIR JOSE SCHNEIDER**, brasileiro, capaz, solteiro, Secretário Municipal de Educação e Cultura, lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, portador da RG nº. 5.058.442.285 SSP/RS, inscrito no CPF/MF sob o nº. 899.383.990. 53, para representar o Município de Tabaporã - MT, nos autos da Ação Indenizatória *nº. 1001488-11.2016.8.11.0040*, onde é parte Requerente a senhora **GLADIS GARCIA ARRAES**e, Requerida a **FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL DE TABAPORÃ - MT**, em trâmite perante o **Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso – 6ª. Vara de Sorriso**, a quem confere os mais amplos gerais e ilimitados poderes, podendo a mesma defender os interesses da nomeante perante qualquer Juízo, instância ou Tribunal ou em qualquer Repartição Pública, Institutos e Autarquias, transigir, fazer acordos, negociações, firmar compromissos e praticar os demais atos em nome do Prefeito Municipal de Tabaporã - MT, para o bom andamento do processo.

Artigo 2º. - Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se, Cientifique-se e Cumpra-se.

Gabinete doPrefeito de Tabaporã - MT, 25 de Julho de 2017.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
PREGÃO PRESENCIAL Nº 036/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 036/2017. O MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA- MT, através do(a) Pregoeiro(a), nomeado(a) pela Portaria nº 730/GP/2016 de 29.12.2016, torna público para conhecimento dos interessados, que fará realizar no dia **09 DE AGOSTO DE 2017, às 08:00 horas,** na Sala de Licitações da Prefeitura, localizada na Avenida Brasil nº 2. 351- N, 2º Piso, Bairro Jardim Europa, Licitação, do Tipo Menor Preço por item. Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS,** para futura e eventual **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE CAÇAMBAS ESTACIONÁRIAS (TIRA ENTULHO), PARA ATENDER NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DESTE MUNICÍPIO,** conforme especificações constantes dos Anexos II e III, deste Edital. O edital completo estará disponível para acesso dos interessados a partir do **dia 27 de Julho de 2017**, através do site: http://www.tangaradaserra.mt.gov.br/Licitacoes/. Demais Informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Licitações, através do telefone 65-3311-4800. Tangará da Serra- MT, 25 de Julho de 2017. Marcio de Oliveira Lopes- Pregoeiro.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO/RECURSOS HUMANOS
EDITAL COMPLEMENTAR 070/2017 - PROCESSO SELETIVO 004/2016

EDITAL COMPLEMENTAR 070/2017

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 004/2016

O Município de Tangará da Serra/MT, através do Prefeito Municipal, Senhor **Prof. Fábio Martins Junqueira,** no uso de suas atribuições legais, **TORNA PÚBLICO** o presente Edital para convocar os candidatos aprovados no **Processo Seletivo nº 004/2016,** destinado ao preenchimento de vagas eformação de cadastro de reserva**,** para o exercício funcional temporário na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, Secretaria Municipal de Assistência Social e Secretaria Municipal de Administração.

1. Para que compareçam na Secretaria Municipal de Educação e Cultura no Departamento de Gestão de Pessoas e Processos, situada a Avenida Brasil nº 2350-E Jardim Europa, conforme abaixo relacionados para atribuição de aulas e/ou turmas e local de trabalho:

I – Dia 26/07/2017 às 14h00min para atribuição de aulas e local de trabalho para todos os cargos relacionados abaixo:

Cargo.:654 -PROFESSOR EDUCAÇÃO FISICA – ZONA URBANA							
Qtd.	**Insc. Nº**	**Nome**	**Data Nasc.**	**Prova Objetiva**	**Prova Títulos**	**TOTAL**	**Resultado**
16	4236	ALINE MICHELI GOMES SANTOS	27/12/1993	56	2,83	58,83	CLASSIFICADO

Cargo.:658 -PROFESSOR LINGUA PORTUG. E ESTRANGEIRA – ZONA URBANA E RURAL							
Qtd.	**Insc. Nº**	**Nome**	**Data Nasc.**	**Prova Objetiva**	**Prova Títulos**	**TOTAL**	**Resultado**
29	1410	JAQUELINE BERNARDI TRENTINI	24/06/1982	60	3,00	63,00	CLASSIFICADO
30	3897	PATRICIA DIAS RAMOS	07/05/1986	60	3,00	63,00	CLASSIFICADO

II. Os documentos abaixo relacionados deverão ser entregues na Secretaria Municipal de Administração no Departamento de Pessoal situada à Avenida Brasil nº 2350-E – Jardim Europa, nos dias **27/07/2017 e 28/07/2017 das 08:00 às 11:00 e das 13:00 às 16:00** munidos com **cópia e original**:

a) Comprovante de Escolaridade;

b) Atestado Pré-admissional (aptidão física e mental), expedido por uma Clínica de Medicina do Trabalho**;**

b.1) Nos casos de candidatos que se inscreveram para a vaga de cargo como Pessoas com Deficiência o atestado pré-admissional estará vinculado a perícia médica promovida pela Prefeitura Municipal, conforme o item 7.8 do edital.

c) Cédula de Identidade (RG) e Cadastro de Pessoa Física (CPF);

d) Título de Eleitor e Certidão de Quitação Eleitoral;

e) Certidão de Reservista, (quando do sexo-masculino);

f) Certidão de Casamento ou Nascimento (conforme o caso);

g) Carteira de registro profissional e certidão negativa do respectivo conselho de classe ao qual pertence, para os cargos de professor de educação física;

h) Comprovante de residência;

i) Cópia da Carteira de trabalho na página da foto e verso e Extrato do PIS/PASEP (emitido pela Caixa Econômica Federal ou Ministério do Trabalho);

j) Declarações: de não acúmulo de cargo público, de bens, de parentesco e de ficha limpa conforme modelo disponibilizado pelo site **www.tangaradaserra.mt.gov.br**;

k) Certidão de nascimento de filhos menores de 21 anos, (se dependente);

l) Atestado de Vacinação dos filhos menores de 05 anos, (se for o caso);

m) Frequência escolar dos filhos menores de 14 anos;

n) CPF dos filhos maiores de 14 anos, do pai, mãe e cônjuge;

o) Certidão Negativa fornecida pelo Cartório Distribuidor da comarca de Tangará da Serra-MT, relativo a existência ou inexistência de ações cíveis e criminais, (com trânsito em julgado);

p) Cópia do cartão Banco Bradesco ou cópia de documento que especifique número da conta naquela Instituição Financeira;

q) Declaração de Imposto de Renda (ano base 2016);

r) Certidão fornecida pela Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, relativo a existência ou inexistência de débitos municipais (Setor de Tributação);

s) Declaração emitida pela UPSPA – Unidade Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar, que não sofreu sanções disciplinares nos últimos 05 (cinco) anos, mediante processo administrativo devidamente instaurado, caso o mesmo já tenha servido ao Executivo Municipal em alguma função;

t) Para os cargos de motorista zona indígena, o candidato deverá apresentar uma autorização emitida pelas lideranças da Comunidade na qual pretende trabalhar, conforme descrito no item 2.1.2;

u) Carteira Nacional de Habilitação – CNH categoria D, para o cargo de motorista indígena.

2. O prazo de apresentação para atribuição de aulas e/ou turmas e local de trabalho segue no item I, deste edital, findo o qual será providenciada a convocação imediata do aprovado subseqüente, obedecida a ordem de classificação. Será considerado como desistente, o candidato que não se apresentar no prazo constante no item I deste edital.

3. Será desclassificado o candidato que:

a) – não comparecer na data estipulada no item I;

b) – não apresentar a documentação exigida no item II do presente Edital;

c) – for declarado inapto para exercer o cargo a que foi classificado, mediante atestado médico.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Tangará da Serra – MT, 25 de julho de 2017

Prof. Fábio Martins Junqueira

Prefeito Municipal

Maria das Graças Souto

Secretária Municipal de Administração

Prof. Adriano Alves Fernandes

Secretário Municipal de Educação e Cultura

SAMAE
AVISO DE RESULTADO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 017/2017/ SAMAE

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

O **SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Tangará da Serra**, Estado de Mato Grosso,através do Setor de Licitação, torna público para conhecimento dos interessados, que se sagraram como vencedoras no Procedimento Licitatório na Modalidade **PREGÃO Nº. 017/ 2017/SAMAE**, referente a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DIÁRIAS E HORAS MÁQUINAS PARA O SAMAE,** as empresas **RAIMUNDO IVENDO LEITE – ME, CNPJ: 11.508. 954/0001-26** para o item 02 e **M. NICOLLI - ME, CNPJ: 22.384.195/ 0001-53** para o item 03.

Tangará da Serra/MT, 25 de Julho de 2017.

Edinéia Gonçalves de Souza Vieira

Membro de Apoio/Licitação/SAMAE

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
PREGÃO PRESENCIAL Nº 037/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 037/2017. O MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA- MT, através do(a) Pregoeiro(a), nomeado(a) pela Portaria nº 730/ GP/2016 de 29.12.2016, torna público para conhecimento dos interessados, que fará realizar no dia **11 DE AGOSTO DE 2017, às 08:00 horas,** na Sala de Licitações da Prefeitura, localizada na Avenida Brasil nº 2.351- N, 2º Piso, Bairro Jardim Europa, Licitação, do Tipo Menor Preço Global. Objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE LICENCIAMENTO DE SOFTWARE DE SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO PÚBLICA, DESENVOLVIDO PARA TRABALHAR EM AMBIENTE MULTIUSUÁRIO EM PLATAFORMA WINDOWS OU WEB, COM CONVERSÃO DE BASE DE DADOS, IMPLANTAÇÃO, TREINAMENTO, MANUTENÇÃO E SUPORTE TÉCNICO, POR UM PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, PARA ATENDER A ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA,** conforme especificações contidas no Termo de Referência, Anexos II e III, parte Integrante do Edital. O edital completo estará disponível para acesso dos interessados a partir do **dia 31 de Julho de 2017**, através do site: http://www.tangaradaserra.mt.gov.br/Licitacoes/. Demais Informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Licitações, através do telefone 65-3311-4800. Tangará da Serra- MT, 25 de Julho de 2017. Marcio de Oliveira Lopes- Pregoeiro.

SAD/SETOR DE CONTRATOS
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO AO CONTRATO Nº067/ADM/2017

MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA-MT / **NATIVA - SOLUÇÃO PRESTADORA DE SERVIÇOS DE LIMPEZA LTDA - ME / CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE LIMPEZA, CONSERVAÇÃO E ASSEIO DE PRÉDIOS PÚBLICOS, PARA ATENDER NECESSIDADE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS.**
R$ 7.415,16 (sete mil quatrocentos e quinze reais e dezesseis centavos). Data de Assinatura: **11/07/2017.**

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
PREGÃO PRESENCIAL Nº 035/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 035/2017. O MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA- MT, através do(a) Pregoeiro(a), nomeado(a) pela Portaria nº 730/ GP/2016 de 29.12.2016, torna público para conhecimento dos interessados, que fará realizar no dia **08 DE AGOSTO DE 2017, às 08:00 horas,** na Sala de Licitações da Prefeitura, localizada na Avenida Brasil nº 2.351- N, 2º Piso, Bairro Jardim Europa, Licitação, do Tipo Menor Preço por item. Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS,** para futura e eventual **AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA KITS DE BEBÊS, PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO**,conforme especificações contidas no Termo de Referência, Anexo II e Anexo III, parte Integrante deste Edital. O edital completo estará disponível para acesso dos interessados a partir do **dia 26 de Julho de 2017**, através do site: http://www.tangaradaserra.mt.gov.br/Licitacoes/. Demais Informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Licitações, através do telefone 65-3311-4800. Tangará da Serra- MT, 25 de Julho de 2017. Marcio de Oliveira Lopes- Pregoeiro.

SAD/SETOR DE CONTRATOS
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO AO TERMO ADITIVO DE PRAZO Nº000800000080/ADM/2015

MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA-MT / **PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS /** Este 8º. Termo de Prorrogação tem por objeto prorrogar, por mais **12 (doze) meses** o prazo de vigência do **Contrato nº80/ADM/2015** (objeto: Contratação de Seguro para os Veículos que compõem a Frota Do Município De Tangará Da Serra – MT), passando a vigência inicial, 16.07.2015 a 16/07/2016 para **16/07/2015 a 16/07/2018. R$ 93.529,51 (noventa e três mil quinhentos e vinte e nove reais e cinquenta um centavos).** DATA DE ASSINATURA: **14/07/2017**.

SAMAE
AVISO DE ABERTURA - PREGÃO PRESENCIAL Nº 021/2017/SAMAE

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

O **SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Tangará da Serra - Mato Grosso,** através do Setor de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação na Modalidade **PREGÃO Nº. 021/2017/SAMAE,** para seleção da melhor proposta pelo **MENOR PREÇO POR ITEM ,** tendo como objeto a **AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA (MATERIAIS PERMANENTES) PARA OS DEPARTAMENTOS DO SAMAE**. A abertura do certame está prevista para as **08h00min do dia 08 de Agosto de 2017**.O horário de

funcionamento do SAMAE de Tangará da Serra/MT**,** na Avenida Brasil, nº 2350-N, Paço Municipal - Anexo, Jardim Europa é de segunda a sexta-feira, exceto feriados, das 07h00m às 11h00m e das 13h00m às 17h00m. O Edital completo poderá ser retirado no site: www.samaetga.com.br/publicacoes. Fone para contato: (65) 3311–6504 / 3311-6517.

Tangará da Serra/MT, 25 de Julho de 2017.

EDINÉIA G. DE SOUZA VIEIRA - Setor de Licitação - SAMAE

SAMAE
AVISO DE RESULTADO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 018/2017/ SAMAE

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

O SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, através do Setor de Licitação, torna público para conhecimento dos interessados, que se sagrou como vencedora no Procedimento Licitatório na Modalidade PREGÃO Nº. 018/2017/ SAMAE, referente a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE VIDROS E PORTAS INCLUINDO TODOS OS ACESSÓRIOS NECESSÁRIOS, INSTALAÇÃO, MONTAGEM E DESMONTAGEM PARA ATENDER NECESSIDADES DO SAMAE, a empresa VIDRAÇARIA TEMPER BOX LTDA-ME, CNPJ: 18.651.815/0001-04 para os itens: 01, 02 ,03, 04, 05 e 06.

Tangará da Serra/MT, 25 de Julho de 2017.

Edinéia G. de Souza Vieira - Setor de Licitação do SAMAE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO/RECURSOS HUMANOS
EDITAL COMPLEMENTAR 003/2017 LISTA DE PEDIDOS DE ISENÇÃO DE DOS CANDIDATOS INSCRITOS NO P.S 002/2017

EDITAL COMPLEMENTAR Nº. 003/2017 EDITAL DE PROCESSO SELETIVO N.º 002/2017

O Município de Tangará da Serra/MT, através do Prefeito Municipal, Senhor **Fábio Martins Junqueira,** no uso de suas atribuições legais, TORNA PÚBLICO **a lista dos Pedidos de Isenção de Taxa de Inscrições dos candidatos inscritos no Processo Seletivo nº. 002/2017**, visando o preenchimento de vagas e formação de cadastro de reserva, para o exercício funcional temporário na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, Secretaria Municipal de Assistência Social, Secretaria Municipal de Saúde e Secretaria Municipal de Infraestrutura.

1. Divulgação da relação dos candidatos que solicitaram a isenção da taxa de inscrição, sendo **DEFERIDOS** ou **INDEFERIDOS** conforme os termos do item 5 – DA ISENÇÃO DE TAXA DE INSCRIÇÃO do Edital de Abertura:

	Cargo.:	**381 -AJ. SERV. GERAIS - PSF**		**Edital:**	**20000000002/2017**	
Nº	**Insc. Nº**	**Nome**	**Data Nasc.**	**Nº Guia**	**RG / Órgão**	**Situação**
1	478	ALCENIRA LEONETE ZANELLA	27/11/1974	30027236	520963 SSP/MT	Indeferido - item 5.2 c e d
2	410	ANTONIA DE SOUZA S. DOS SANTOS	25/04/1962	30027169	08726655 SSPMT	Deferido - item 5.3 2 f
3	266	CLEIDE APARECIDA LEITE DE CASTRO	09/08/1975	30027025	285150005 SSSSP	Deferido - 5.3.2 b
4	481	DEDITA RODRIGUES DA SILVA	26/01/1988	30027239	266923920031 SJ/MA	Indeferido - item 5.3.2 f
5	355	HELUZ EDUARDO SOUSA COSTA	24/04/1997	30027114	04090511201O1 SSPMA	Deferido - 5.3.2 b
6	471	JAQUELINE DOS SANTOS BRITO	21/09/1985	30027229	17503531 SSP MT	Deferido - item 5.3 2 f
7	11	JULLYANA RODRIGUES DE OLIVEIRA	09/09/1986	30026771	34730290 SSP/AL	Indeferido - item 5.3.2 f
8	116	KASSILLA CRISTINA NUNES DOS SANTOS	18/02/1993	30026876	21827273 SSPMT	Indeferido - item 5.2 d
9	408	LEDA MARIA APARECIDA PEREIRA	26/08/1987	30027167	2212539-6 SSPMT	Deferido - item 5.3 2 f
10	36	LEIDIANE DA SILVA	26/11/1984	30026796	3032370-3 SSP-MT	Indeferido - item 5.2 c
11	267	LINDINALVA MEDEIROS CASTRO	13/10/1960	30027026	223446	Indeferido 5.2 c
12	441	MARIA JOSE DOS SANTOS	21/11/1986	30027200		Indeferido - item 5.3.2 f
13	338	MIRTES DA CONSOLAÇÃO MARQUES TIGRE	28/12/1969	30027097	m8967851 SSPMG	Indeferido 5.3.2 a
14	113	ROSANA PINTO RAMOS	06/11/1984	30026873	17406056 SSP	Deferido - item 5.3 f
15	300	SIRLEI APARECIDA PARO	08/04/1978	30027059	13400525 SSP	Deferido - 5.3.2 f
	Cargo.:	**450 -NUTRICIONISTA-PROGRAMA CTA/SAE**		**Edital:**	**20000000002/2017**	
Nº	**Insc. Nº**	**Nome**	**Data Nasc.**	**Nº Guia**	**RG / Órgão**	**Situação**
1	131	MARIA LUISA DE JESUS BARBOSA	03/11/1984	30026891	564471896 SSP	Deferido - item 5.3.2 f
2	472	NATALIA CRISTINA DE MORAES SOUZA	16/12/1998	30027230	000831257 SSP/RO	Deferido - item 5.3.2 f
	Cargo.:	**504 -MOTORISTA - SAMU**		**Edital:**	**20000000002/2017**	
Nº	**Insc. Nº**	**Nome**	**Data Nasc.**	**Nº Guia**	**RG / Órgão**	**Situação**
1	352	PEDRO RENILDO ANTON	16/12/1962	30027111	98002129273 SSP-CE	Indeferido - item 5.3.1
2	141	REINALDO PEREIRA DE SOUZA	20/12/1981	30026901	1282132-2 SSPMT	Indeferido - item 5.2 c

	Cargo.:	548 -ARTESÃO-PROG CAPS		Edital:	20000000002/2017	
Nº	Insc. Nº	Nome	Data Nasc.	Nº Guia	RG / Órgão	Situação
1	232	ANA PAULA DOS SANTOS	02/06/1991	30026991	22896201 SSP	Deferido - item 5.3.2 f
2	181	FABIOLA BARBOSA DOS SANTOS	17/01/1998	30026941	27719146 SSPMT	Deferido - item 5.3.1
3	502	FRANCISCO RODRIGUES DA CRUZ JUNIOR	08/09/1982	30027260	15056589 SSP/MT	Deferido - item 5.3.2 f
4	301	ROBERTA LUIZA DE JESUS	06/03/1986	30027060	18690971 SSPMT	Deferido - item 5.3.2 f
	Cargo.:	573 -MOTORISTA-ZONA RURAL LEI 126/07		Edital:	20000000002/2017	
Nº	Insc. Nº	Nome	Data Nasc.	Nº Guia	RG / Órgão	Situação
1	497	MARCELO DA SILVA MOURA	15/03/1988	30027255	20663030 SSP	Deferido - item 5.3.2 a e 5.3.1
	Cargo.:	622 -BIOMEDICO		Edital:	20000000002/2017	
Nº	Insc. Nº	Nome	Data Nasc.	Nº Guia	RG / Órgão	Situação
1	199	JAELISON BRUNO DO CARMO	28/11/1990	30026958	19268475 SSP/MT	Deferido - item 5.3.2 f
2	101	RAIANI FOGAÇA DA SILVA	13/03/1993	30026861	21331847 SSP/MT	Indeferido - item 5.3.2 f
	Cargo.:	702 -ATENDENTE DE FARMACIA - LEI 3340/2010		Edital:	20000000002/2017	
Nº	Insc. Nº	Nome	Data Nasc.	Nº Guia	RG / Órgão	Situação
1	435	ADAILTON DIAS DE ASSIS	09/02/1991	30027194	21964319 SSP MT	Deferido - item 5.3.2 f
2	185	ADRIANA DOS SANTOS AGUILAR	06/03/1985	30026945		Deferido -item 5.3.2 b
3	427	ADRIANA FERREIRA LIMA	28/11/1987	30027186	18678122 SESP	Deferido - item 5.3.2 f
4	324	ADRIANA LOPES BRANCO	07/04/1984	30027083	281536120 SSP	Deferido - item 5.3.2 f
5	325	ANGELA TERESA LOPES BRANCO	31/01/1980	30027084	281536004 SSP	Deferido - item 5.3.2 f
6	460	CARLA FERNANDA TOLOI FERREIRA	26/05/1977	30027219	0896136-0 SJ/MT	Deferido - item 5.3.2 b
7	409	CÍNTIA VIVIANE ALVES	02/11/1995	30027168	23531339 SEJSP	Indeferido - item 5.2
8	120	DÉUZA RODRIGUES MANFRIM	18/01/1984	30026880	15215911 SSP	Deferido - item 5.3.2f
9	76	EDEMAR REZENDE DE OLIVEIRA	26/09/1983	30026836	12651702 SSPMT	Deferido - item 5.3.2 g
10	298	EDIMAR JUNIOR RAMOS DE MELO	16/04/1993	30027057	23447290 SSP/MT	Deferido - item 5.3.2 f
11	50	ELIZABETE DA SILVA LEMES	19/11/1981	30026810	16410645 SJSP	Deferido - item 5.3.2 a
12	10	EMILI AMABILI PERUCELLO DE ARAUJO	26/08/1989	30026770		Deferido - item 5.3.2 f
13	65	EVILIN DAIANE DE MATTOS BOREAN	13/04/1991	30026825	23221615 SSP MT	Deferido - item 5.3.2 a
14	463	FERNANDO OLIVEIRA GUIMARAES	22/04/1992	30027222	22036393 SSP/MT	Deferido - item 5.3.2 f
15	161	FILIPE FILIPOVITZ VOLLMER	16/03/1994	30026921	22661816 SSP/MT	Deferido - item 5.3.2f
16	201	INGRID CAMARGO DE MOURA	05/06/1993	30026960	2352617-3 SSP	Deferido - item 5.3.2 f
17	280	IZABELA CRISTINA FRITZEN MARQUES	22/03/1997	30027039	23106751 SSP/MT	Deferido - item 5.3.2 f
18	407	JAQUELINI DOS SANTOS	23/10/1988	30027166	19652062 SSPMT	Deferido - item 5.3.2 b
19	420	JENNYFFER FERREIRA FORMENTÃO	24/05/1995	30027179	24721077 SSP/MT	Deferido - item 5.3.2 f
20	406	JESSICA REIS DA SILVA	25/01/1994	30027165	22039562 SSP MT	Deferido - item 5.3.2 f
21	228	JULIANA DE ANDRADE FERNANDES DE BARROS	10/09/1996	30026987	524808600 SSP/SP	Deferido - item 5.3.2 f
22	112	LUCIANA FERREIRA DA SILVA	07/06/1984	30026872	17113733 SSP/MT	Deferido -item 5.3.2 b
23	372	MARILZA GONCALVES DA COSTA	11/05/1973	30027131	882238 SSP/MT	Indeferido - item 5.2 c
24	378	NOEMI MESSA DE DEUS	19/05/1962	30027137	25149989 SSP/MT	Deferido - item 5.3.2 b
25	40	OLIVIA LOJOL RIBEIRO	16/06/1966	30026800	611219 SSP MT	Deferido - item 5.3.2 f
26	287	PAULA DOROTEIA AFFONSO	06/02/1978	30027046	14570726 SSP-MT	Deferido - item 5.3.1
27	278	PAULO HENRIQUE DA SILVA LINDER	06/05/1989	30027037	16678613 SSP-MT	Indeferido - item 5.3.2 b
28	104	RAFAELA LUIZA DA SILVA	28/12/1991	30026864	2258126-0 SSP/MT	Deferido - item 5.3.2 f

29	23	ROBSON SANTOS ROSSI	09/04/1991	30026783	21388202 SSP	Deferido - item 5.3.1
30	136	RODRIGO APARECIDO DE ALMEIDA	08/10/1991	30026896	22978518 SSP/MT	Indeferido - item 5.2 c
31	263	RODRIGO GARCIA DE LIMA	23/08/1985	30027022	001249834 SSP	Indeferido - item 5.3.1
32	105	ROSENETE FERNANDES DA SILVA	25/04/1985	30026865	18090117 SSP MT	Indeferido - item 5.3.2 c
33	27	SANDRA DOS SANTOS PIMENTA ELIAS DE OLIVEIRA	30/06/1973	30026787	641390 SSP	Deferido - item 5.3.2 f
34	285	SILVANI MARIA ANGELO DE SOUZA	17/09/1969	30027044	29408202 SSP MT	Deferido - item 5.3.2 f
35	28	SOLANGE MOREIRA DOS SANTOS	29/10/1981	30026788	15612139 SSPMT	Deferido - item 5.3.2 f
36	264	SUELI ROSA GRANADA	25/02/1979	30027023	12985686 SSP/MT	Indeferido - item 5.2 c
37	412	UAGNER FERREIRA DOS SANTOS	06/09/1992	30027171	22448586 SEJSP	Indeferido - item 5.3.2f
38	106	VANESSA GLEICIKKELLI TELKA SANTOS	05/09/1995	30026866	21236143 SSP	Indeferido - item 5.2 d
39	222	WILLIAN OLIVEIRA SIQUEIRA	19/11/1996	30026981	25618024 SEJUSP	Deferido - item 5.3.2b

	Cargo.:	**702 -ATENDENTE DE FARMACIA - LEI 3340/2010**		**Edital:**	**20000000002/2017**	
Nº	**Insc. Nº**	**Nome**	**Data Nasc.**	**Nº Guia**	**RG / Órgão**	**Situação**
1	464	CAMILA DE DEUS OLIVEIRA SILVA	06/11/1996	30027223	23443901 SSPMT	Deferido - item 5.3.2 f
2	489	JADHSSON NOGUEIRA DA SILVA	15/10/1995	30027247	18185126 SSP/MT	Deferido - item 5.3.2 f

	Cargo.:	**705 -COZINHEIRA - LEI 3340/2010**		**Edital:**	**20000000002/2017**	
Nº	**Insc. Nº**	**Nome**	**Data Nasc.**	**Nº Guia**	**RG / Órgão**	**Situação**
1	124	ARLETE ANGELA DE SOUZA	20/09/1966	30026884	0440882-9 MT	Deferido - item 5.3.2 f
2	121	ELIETE ANGELA DE SOUZA SANTOS	23/12/1972	30026881	12776076 MT	Deferido - item 5.3.2 f
3	21	IZA DE FATIMA RAMOS	01/01/1963	30026781	37004634 SSP/PR	Indeferido - item 5.2 c
4	140	MARINEIDE JOSE DA SILVA SORATI	20/06/1977	30026900	10943250 SSP	Deferido - item 5.3.2 g
5	498	NEUSA FERREIRA DOS SANTOS	12/12/1981	30027256	16045785 MT	Indeferido - item 5.3.2 f

	Cargo.:	**708 -ENFERMEIRO - SAMU**		**Edital:**	**20000000002/2017**	
Nº	**Insc. Nº**	**Nome**	**Data Nasc.**	**Nº Guia**	**RG / Órgão**	**Situação**
1	88	ADEMIR PEREIRA RAMOS	20/11/1979	30026848	09680080 SSPMT	Deferido 5.3.1
2	270	AMANDA DOS SANTOS BERNARDES	03/12/1991	30027029	22203109 SSP-MT	Deferido - item 5.3.2 f
3	85	ANDREIA SOARES DOS SANTOS	17/10/1981	30026845	12652814 SSP	Indeferido - item 5.1.b
4	202	CAMILA ALVES DE SOUZA	22/11/1994	30026961	23034823 SSP	Deferido - item 5.3.2 b
5	307	CLÁUDIO MENDES DOS SANTOS JUNIOR	09/06/1993	30027066	2191851-1 SSPMT	Indeferido - item 5.3.2 f
6	318	CRISTIANE ALVES CARVALHO	01/07/1985	30027077	99290420 SSPPR	Deferido - item 5.3.2 f
7	360	JAQUELINE DA SILVA ALMEIDA	15/11/1993	30027119	28400062 SSP MT	Deferido - item 5.3.2 f
8	102	JESSIKA SUELLEM DA SILVA	02/02/1991	30026862	19955723 SSP/MT	Indeferido - item 5.2 b
9	356	LEONARDO ALVES RODRIGUES DOS SANTOS	15/08/1993	30027115	18506844 SSP	Deferido - item 5.3.2 f
10	438	LEONIR EVANDRO ZENAZOKENAE	29/03/1989	30027197	19281005 SSP-MT	Deferido - item 5.3.2 f
11	456	MARIELLI SOUZA MARQUES	24/09/1992	30027215	18467750 SSP/MT	Deferido - item 5.3.2 f
12	37	MELISSA CRISTINA SOARES LOPES	02/03/1994	30026797	20295774 SSPMT	Deferido - item 5.3.2 f
13	453	NATHIELY ROCHA VALIGUSKI	15/09/1994	30027212	20033532 SSP/MT	Deferido - item 5.3.2 f
14	82	NEVAIR APARECIDA ALVES GUIA DE FREITAS	27/08/1970	30026842	09180702 SSP	Deferido - item 5.3.2 f
15	468	PAMELA NEVES DE OLIVEIRA	07/11/1991	30027226	19530960 SSP MT	Deferido - item 5.3.2 f
16	213	PATRICIA SANTANA DA SILVA	29/01/1993	30026972		Deferido - item 5.3.2 f
17	366	PAULA KATHLEEN DEMÉTRIO CORSINO	09/03/1992	30027125	1712968-0 SEJSP-MT	Deferido - item 5.3.2 f
18	234	RAIANE APARECIDA GONÇALVES	28/01/1994	30026993	23820756 SESP	Deferido - item 5.3.2 f
19	316	REGIANE COELHO MILHOMEM RODRIGUES	04/05/1987	30027075	460872 SSP TO	Deferido - item 5.3.2 f

20	172	SIMONE APARECIDA BEITUM	16/08/1986	30026932	16216920 SSPMT	Deferido - item 5.3.2 f
21	358	TALITHA DEL BEL	13/01/1994	30027117	2202238-8 SSP/MT	Deferido - item 5.3.2 f
	Cargo.:	**711 -TELEFONISTA AUX. REG. MÉDICA (TARMS)**		**Edital:**	**20000000002/2017**	
Nº	**Insc. Nº**	**Nome**	**Data Nasc.**	**Nº Guia**	**RG / Órgão**	**Situação**
1	328	CLEJIANE CARVALHO LOPES	13/09/1986	30027087	452659279 SSP	Deferido - item 5.3.2 f
2	147	DANIELA GOMES CAJAZEIRA DA SILVA	13/11/1988	30026907	1901766-9 SSP/MT	Deferido - item 5.3.2 f
3	368	DIVINA NATALICE FERNANDES MARTINS	04/06/1986	30027127	16917464 SSP MT	Deferido - item 5.3.2 b
4	423	ELIANE DOS SANTOS FERNANDES DA COSTA	05/10/1979	30027182	MG21737335 PCMG	Deferido - item 5.3.2 f
5	31	ERICK LEMES PEREIRA	05/03/1998	30026791	25974203 SSPMT	Deferido - item 5.3.2 f
6	68	ESLAYNE KARLA DE MATTOS	10/09/1997	30026828	26962039 SSP MT	Deferido - item 5.3.2 f
7	139	GENI DE JESUS PEREIRA DE OLIVEIRA	06/08/1975	30026899		Indeferido - item 5.3.2 f
8	83	IZABEL CRISTINA GOMES	08/07/1975	30026843	0978602-3 SSPMT	Indeferido - item 5.2 d e5.3.2 f
9	123	JANAINA DE OLIVEIRA FERREIRA	21/12/1977	30026883		Deferido - item 5.3.2 f
10	437	JOAO PEDRO CORREIA DA SILVA	29/06/1982	30027196	14967499 SSP	Deferido - item 5.3.1
11	286	JULIANO SIDINEI SZURLAN	25/04/1996	30027045	25205960 SSP	Indeferido - item 5.3.1
12	367	MARA LUCIANA ROCHA DE MELO	19/08/1984	30027126	4853412 SSPPA	Deferido - item 5.3.2 f
13	373	MARIA CLEUZA CARDOSO	05/07/1966	30027132	05673720 SSP/MT	Deferido - item 5.3.2 a
14	469	PAMELA BIANCA DA SILVA	24/03/1994	30027227	23081023 SSP MT	Deferido - item 5.3.2 f
15	130	ROSEMARI FATIMA PEREIRA DE SOUZA	25/01/1988	30026890	18252346 SSSPMT	Indeferido - item 5.3.2 f
16	326	SABRINA EMANUELY ROSA FERNANDES	28/06/2000	30027085	25326473 SSP/MT	Deferido - item 5.3.2 f
17	109	SAMILA STEFANIA DE SOUZA GONÇALVES	23/04/1995	30026869	26885875 SSP-MT	Indeferido - item 5.3.2 b
18	43	SAULO EDUARDO DIAS PIAU ARGENTINO	05/06/1988	30026803	20662637 SSPMT	Deferido - item 5.3.1
19	314	VANUSA FERREIRA GOMES	29/01/1987	30027073	1856588-3 SSPMT	Deferido - item 5.3.2 f
	Cargo.:	**773 -TECNICO DE ENFERMAGEM-SAMU**		**Edital:**	**20000000002/2017**	
Nº	**Insc. Nº**	**Nome**	**Data Nasc.**	**Nº Guia**	**RG / Órgão**	**Situação**
1	29	ANDREIA ROCHA TRINDADE	04/07/1984	30026789	17240450 SSP/MT	Indeferido - item 5.3.2 a
2	313	KAREN ROSELLA	20/01/1197	30027072	1050987-9 SSP MT	Indeferido - item 5.2
3	449	LILIAN DE OLIVEIRA NEVES	27/07/1994	30027208		Deferido - item 5.3.2 f
4	487	SIONE VICENTE DE JESUS	09/11/1986	30027245	19621531 SSP	Indeferido - item 5.3.2 a
5	174	SUELY GOMES DOS SANTOS	22/11/1985	30026934	mg 15261271 SSPMG	Indeferido - item 5.3.2 f
	Cargo.:	**786 -PROFESSOR SÉRIES INICIAIS E FINAIS DO EF INDÍGENA**		**Edital:**	**20000000002/2017**	
Nº	**Insc. Nº**	**Nome**	**Data Nasc.**	**Nº Guia**	**RG / Órgão**	**Situação**
1	429	ELISANGELA MARIA DOS SANTOS	03/02/1981	30027188	1366069-1 SSP	Deferido - item 5.3.2 f
2	39	JOCIMAURO SEBASTIÃO DA CRUZ	12/07/1985	30026799	19149492 SSP	Indeferido - item 5.2 b
3	35	LAIS GIOVANNA SOUZA DA FONSECA	20/11/1991	30026795	18290248 SSP	Deferido - item 5.3.2 f
4	18	LEANDRA DE AMORIM DA SILVA	19/03/1994	30026778	25861069 SSP	Indeferido - item 5.3.2 f
5	61	PATRICIA DA SILVA SANTOS	08/09/1986	30026821	18179690 SSP-MT	Indeferido - item 5.3.2 a
6	312	ROSINETE RAMOS DOS ANJOS	03/08/1976	30027071	21545065 SSP/MT	Indeferido - item 5.3.2 a
7	363	THAIS DE ARRUDA SAMPAIO	05/09/1997	30027122	21839123 SSP	Deferido - item 5.3.2 f
	Cargo.:	**932 -PROFESSOR DA SALA MULTIFUNCIONAL/ED. ESPECIAL**		**Edital:**	**20000000002/2017**	
Nº	**Insc. Nº**	**Nome**	**Data Nasc.**	**Nº Guia**	**RG / Órgão**	**Situação**
1	74	ALCIONE SANTANA DA SILVA	18/03/1989	30026834	20097433 SSPMT	Deferido - item 5.3.1

2	247	CELIA GONZAGA DE MELO SANTOS	19/08/1968	30027006	340898239 SSP - SP	Deferido - item 5.3.2 f
3	98	ELIZANGELA DA SILVA BRANDAO	20/05/1978	30026858	13122860 SSP	Deferido - item 5.3.2 f
4	80	LIOZETE ROMUALDO DA SILVA	26/05/1978	30026840	1084767-7 SSPMT	Deferido - item 5.3.2 f
5	145	MARIA SANTANA	16/02/1972	30026905	07819382 SSPMT	Indeferido - item 5.3.2 f
6	387	MARINEIDE FREITAS DE OLIVEIRA	18/01/1987	30027146	19944330 SSP/MT	Deferido - item 5.3.2 f
7	143	MERIAN SOARES DE SANTANA	09/03/1984	30026903	19414323 SSPMT	Deferido - item 5.3.2 f
8	33	ROSANE FERREIRA GOMES	16/10/1984	30026793	16951255 SSP/MT	Deferido - item 5.3.2 f
9	42	ROZANE CAMARGO	24/12/1976	30026802	13813129 SSP/MT	Deferido - item 5.3.2 f
10	25	ROZIANE RAMOS	05/11/1976	30026785	70784220 SESP/PR	Deferido - item 5.3.1
11	51	TIAGO FRANCISCO VIEIRA PEREIRA	07/11/1986	30026811	18885860 SSPMT	Deferido - item 5.3.1

	Cargo.:	**962 -PROFESSOR LINGUA PORTUG. E ESTRANGEIRA-ZONA URBANA E RURAL - LIBRAS**		**Edital:**	**20000000002/2017**	
Nº	**Insc. Nº**	**Nome**	**Data Nasc.**	**Nº Guia**	**RG / Órgão**	**Situação**
1	442	MIRIAN DA COSTA MORAES	30/07/1988	30027201	21447764 SESP/MT	Deferido - item 5.3.2 f
2	41	NOELY PAES RIBEIRO	07/03/1973	30026801	0876333-0 SSP/MT	Deferido - item 5.3.2 f
3	13	SUELY ALVES DE MIRANDA	07/01/1995	30026773	25463977 SJSP	Deferido - item 5.3.2 f

1.2 Os candidatos que tiveram sua inscrição INDEFERIDA poderão protocolar interposição de recurso, conforme o Anexo VIII do Edital de Abertura no Protocolo Geral da Sede Administrativa desta Municipalidade, Av. Brasil nº. 2350-N Jardim Europa - Tangará da Serra –MT, nos dias 26 e 27 de julho de 2017 das 08h00 as 11h00 e das 13h00 as 16h00, desde que tenha protocolado no período de 21 e 24 de Julho/2017 os documentos previsto no item 5 do Edital de Abertura do Processo Seletivo nº.002/2017.

Tangará da Serra – MT, 26 de julho de 2017.

Prof. Fábio Martins Junqueira

Prefeito Municipal

Maria das Graças Souto

Secretária Municipal de Administração

Prof. Adriano Alves Fernandes

Secretário Municipal de Educação e Cultura

Selton Jose Vieira

Secretário Municipal de Infraestrutura

Itamar Martins Bonfim

Secretário Municipal de Saúde

Aguinaldo Garrido

Secretário Municipal de Assistência

SERRAPREV
PORTARIA Nº. 16/2017

"Dispõe sobre averbação do Tempo de Contribuição, em favor da Sra. IVANETE GONÇALVES DE MELO RIBEIRO servidora pública deste município."

O Diretor Executivo do SERRAPREV - Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e considerando o Art. 6º incisos, I, II, III e IV da Constituição Federal com redação dada pela Emenda Constitucional n.º 41/2003**;**

RESOLVE:

Art.1º - Averbar os tempos de contribuições não concomitantes conforme Certidão de Tempo de Contribuição nº 10001090.1.00009/13-4- página: 01/02 emitida pelo INSS em 02/02/2017 em nome da Sra. ***Ivanete Gonçalves De Melo Ribeiro*** Anterior a sua posse na municipalidade.

Art. 2º - Fica averbado o tempo de contribuição equivalente há 1.382 dias líquidos, correspondente há 03 (Três) Anos, 09 (Nove) Meses e 05 (Cinco) Dias, prestados nos seguintes órgãos:

Período	Órgão	Dias Líquidos
10/05/1976 a 01/04/1977	ANTONIO FRANCO MOVEIS E DECORACOES LTDA	00 Ano(s), 10 Mes(es), 22 Dia(s)
01/09/1977 a 31/05/1978	ESCRITÓRIO CONTÁBIL CONTEC LTDA	00 Ano(s), 09 Mes(es), 00 Dia(s)
01/09/1978 a 30/08/1979	ESCRITORIO CESAR CONTABILIDADE E ADVOCACIA S C LTDA	01 Ano(s), 00 Mes(es), 00 Dia(s)
01/09/1979 a 20/02/1980	SANDY PEDRO DA SILVA	00 Ano(s), 05 Mes(es), 20 Dia(s)
01/09/1980 a 05/05/1981	R GROSSI CONTABIL SOCIEDADE CIVIL LTDA	00 Ano(s), 08 Mes(es), 05 Dia(s)

Art.3º - Compete ao **Diretor Executivo do SERRAPREV**, acompanhar e fazer cumprir o disposto nesta portaria.

Art.4º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando – se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se

Tangará da Serra - MT, 25/07/2017

HELITON LUIZ DE OLIVEIRA

Diretor Executivo do SERRAPREV

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 049/2017

DECRETO Nº049/2017

SÚMULA: "Cria Comissão para Estudos e implementação do SIM – Serviço de Inspeção Municipal de Terra Nova do Norte/MT, e dá outras providências."

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TERRA NOVA DO NORTE, Estado de Mato Grosso, **SR. VALTER KUHN**, no uso da atribuição que lhe confere a Lei Orgânica Municipal; e

Considerando a necessidade da realização de estudos técnicos para a implantação do Serviço de Inspeção Municipal – SIM;

***D E C R E T A*:**

Art. 1º - Cria a Comissão Municipal que dispõe sobre a realização de estudos para a implantação do Serviço de Inspeção Municipal – SIM no Município de Terra Nova do Norte/MT, com os seguintes representantes e integrantes:

I – Poder Executivo:

a) MAX ALEI GOULART; b) ALINE ALENCAR DE OLIVEIRA.

II – Poder Legislativo:

a) ADELAR MARCANTE; b) VILMA FELIPETTO.

III – Sociedade Civil:

a) DOMINGOS JARI VARGAS; b) RICARDO CEREZOLI.

Artigo 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Terra Nova do Norte, Estado de Mato Grosso, aos vinte e quatro dias do mês de julho do ano de dois mil e dezessete.

VALTER KUHN

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TESOURO

EXTRATO DE CONTRATO Nº 004/2017

EXTRATO DE CONTRATO

PROCESSO Nº: 150/2017

ESPÉCIE: Adesão de Ata Registro de Preço nº 068/2017-Prefeitura Municipal de Campo Verde-MT

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TESOURO – MT

CNPJ Nº 03.543.303/0001-49

CONTRATADA: PETERSON ZUFFO E CIA LTDA.

CNPJ Nº 08.710.383/0001-01

OBJETO: Registro de preço para futura e eventual contratação de Empresa especializada em serviços de gestão, execução e fornecimento de estrutura para realização de eventos institucionais e promocionais no município de Tesouro - MT.

VIGÊNCIA/ATA: ADESÃO SERÁ IMEDIATA A PARTIR DA PUBLICAÇÃO NO DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DE MATO GROSSO E VEICULOS CREDENCIADOS

AMPARO LEGAL: Lei 10.520 de 17/02/2002, decreto nº 3.555 de 08/08/2000, decreto nº 7.892/2013, lei complementar 123/2006 e subsidiariamente pela lei 8.666 de 21/06/1993.

VALOR: R$ 75.780,80(Setenta e Cinco Mi, Setecentos e Oitenta Reais e Oitenta Centavos)

Tesouro– MT, 25 de Julho de 2017

Arthur Jose Rego Lacerda

Presidente da CPL

AVISO DE RESULTADO PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE Nº002/2017

AVISO DE RESULTADO
PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE 002/2017

O Município de Tesouro, através de sua Comissão Permanente de Licitação, torna público, que após a análise e julgamento do Processo de Inexigibilidade 002/2017**, conforme** art. 25, III, da Lei 8.866/93, Objeto: Contratação Empresa PETERSON ZUFFO E CIA LTDA, CNPJ nº 08.710.383/0001-01, com o valor global de R$ 86.000,00 (Oitenta e Seis Mil Reais), para apresentação das Bandas COMUNICASOM E BANDA APK, nos dias 17,18,19 e 20 de Agosto de 2017, para realização do Evento denominado Festival de Praia da Cidade de Tesouro –MT,.

AFIXE-SE

PUBLIQUE-SE.

Tesouro– MT, 25 de julho 2017.

ANTONIO LEITE BARBOSA

PREFEITO MUNICIPAL

AVISO DE RESULTADO DISPENSA DE PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº002/2017

AVISO DE RESULTADO
DISPENSA DE PROCESSO DE LICITAÇÃO

Prefeitura Municipal de Tesouro, através de sua Comissão Permanente de Licitação, torna público, que após a análise e julgamento do Processo de Dispensa de Licitação 002/2017, Objeto: Contratação de Empresa especializada, na de prestação de serviços, para locação de Palco e Banheiros Químicos e Organização de Infra Estrutura para Realização do Festival de Praia da Cidade de Tesouro - MT, devidamente homologado pelo Senhor Prefeito Municipal, declara que sagrou-se vencedora do respectivo processo, a Empresa: PETERSON ZUFFO E CIA LTDA CNPJ 08.710.383/0001-01, com o valor global de R$ 20.000,00 (Vinte Mil reais).

AFIXE-SE

PUBLIQUE-SE.

Tesouro- MT 25 de julho 2017

ANTONIO LEITE BARBOSA

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE VALE DE SÃO DOMINGOS

EXTRATO DA ATA DO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO 18-2017

. O pregoeiro da Prefeitura Municipal de Vale de São Domingos-MT, Torna Publico que com referencia do Pregão Presencial Registro de Preço

18-2017 teve como vencedores, **as empresas: ALESSANDRO DEL MOURA GARCIA –MEI, inscrito no CNPJ: 27.045.714/0001-72, vencedora dos itens, 15721 e 16755, que perfaz um valor Global de R$ 125. 400,00, e a empresa P. E. M. MACHADO – ME, inscrito no CNPJ: 27. 755.616/0001-29, vencedora dos itens, 15722 e 15723**, **que perfaz um valor Global de R$ 111.000,00** Objeto **EVENTUAL E FUTURA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO DE VEÍCULOS, SEM CONDUTOR PARA USO PELA AS SECRETARIAS MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E GABINETE DO PREFEITO E SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, JUNTO AO MUNICÍPIO DE VALE DE SÃO DOMINGOS-MT.** Vale de São Domingos – MT, 25 de Julho de 2017. EDINALDO FERREIRA DE SANTANA pregoeiro.

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO 16/2017

A prefeitura municipal de Vale de São Domingos através do prefeito sr. Geraldo Martins da Silva, torna público aos interessados que homologou as seguintes licitação na modalidade **Pregão Presencial Registro de Preço nº 16/2017**, **objeto: Registro de Preços para Futura e Eventual Aquisição de Combustíveis, com fornecimento continuo e fracionado, conforme demanda, por um período de 12 (doze) meses, para atender as necessidades de diversas Secretarias Municipais do Município de Vale de São Domingos – MT.**, e sagrou vencedor a empresa PAULO SERGIO DIAS POSTO –EPP, inscrita no CNPJ: 09.136.878/0002-04. Vale de São Domingos-MT, 25 de Julho de 2017. Geraldo Martins da Silva – prefeito municipal.

EXTRATO DA ATA DO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO 16-2017.

O pregoeiro da Prefeitura Municipal de Vale de São Domingos-MT, Torna Publico que com referencia do Pregão Presencial Registro de Preço 16-2017 teve como vencedores, **a empresa: PAULO SERGIO DIAS POSTO –EPP, inscrito no CNPJ: 09.136.878/0002-04, vencedora de todos os itens, que perfaz um valor Global de R$ 75.025,00**, Objeto **Registro de Preços para Futura e Eventual Aquisição de Combustíveis, com fornecimento continuo e fracionado, conforme demanda, por um período de 12 (doze) meses, para atender as necessidades de diversas Secretarias Municipais do Município de Vale de São Domingos – MT.** Vale de São Domingos – MT, 25 de Julho de 2017. EDINALDO FERREIRA DE SANTANA pregoeiro.

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO 17/2017

A prefeitura municipal de Vale de São Domingos através do prefeito sr. Geraldo Martins da Silva, torna público aos interessados que homologou as seguintes licitação na modalidade **Pregão Presencial Registro de Preço nº 17/2017**, **objeto: PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DE PANIFICADORA PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ASSISTENCIA SOCIAL DO MUNICIPIO DE VALE DE SÃO DOMINGOS-MT.**, e sagrou vencedor a empresa HELENA MOREIRA RAMOS -MEI, inscrita no CNPJ: 15.159.532/0001-43. Vale de São Domingos-MT, 25 de Julho de 2017. Geraldo Martins da Silva – prefeito municipal.

EXTRATO DA ATA DO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO 17-2017

. O pregoeiro da Prefeitura Municipal de Vale de São Domingos-MT, Torna Publico que com referencia do Pregão Presencial Registro de Preço 17-2017 teve como vencedor, **a empresa: HELENA MOREIRA RAMOS –MEI, inscrito no CNPJ: 15.159.532/0001-43, vencedora de todos os itens, que perfaz um valor Global de R$ 7.482,00**, Objeto **PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DE PANIFICADORA PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ASSISTENCIA SOCIAL DO MUNICIPIO DE VALE DE SÃO DOMINGOS-MT.** Vale de São Domingos – MT, 25 de Julho de 2017. EDINALDO FERREIRA DE SANTANA pregoeiro.

EXTRATO DA ATA DO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO 15-2017

. O pregoeiro da Prefeitura Municipal de Vale de São Domingos-MT, Torna Publico que com referencia do Pregão Presencial Registro de Preço 15-2017 teve como vencedores, **as empresas: BIEL MAQUINAS COMERCIO DE PEÇAS PARA MAQUINAS LTDA, inscrito no CNPJ: 17. 274.687/0001-56, vencedora dos, lote 1 (%) de desconto 15%, lote 2 (%) de desconto 13%, lote 3 (%) de desconto 30,01%, lote 4 (%) de desconto 13%, lote 5 (%) de desconto 13,50%, lote 6 (%) de desconto 13,50%, lote 7 (%) de desconto 13,50%, lote 8 (%) de desconto 12,80%, lote 9 (%) de desconto 13,70%, lote 10 (%) de desconto 13,30%, lote 11 (%) de desconto 12,80%, lote 12 (%) de desconto 12,70%, lote 13 (%) de desconto 13,70%, lote 14 (%) de desconto 14%, lote 16 (%) de desconto 60%, lote 17 (%) de desconto 80%, lote 18 (%) de desconto 70%, lote 19 (%) de desconto 80%, lote 20 (%) de desconto 70%, lote 21 (%) de desconto 70%, lote 22 (%) de desconto 70%, lote 23 (%) de desconto 12,10% e lote 24 (%) de desconto 12,10%, e a empresa N E EQUIPAMENTOS PEÇAS E LOCAÇÃO MAQUINAS LTDA, inscrita no CNPJ 09.619.626/0001-55 vencedora do lote 15 (%) de desconto 61%**, Objeto **FORNECIMENTO DE PEÇAS MECÂNICAS, ELÉTRICAS E ACESSÓRIOS ORIGINAIS OU GENUÍNOS, PARA A FROTA DE VEÍCULOS E MAQUINAS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE VALE DE SÃO DOMINGOS/MT, POR MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTOS.** Vale de São Domingos – MT, 25 de Julho de 2017. EDINALDO FERREIRA DE SANTANA pregoeiro.

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO 15/2017

A prefeitura municipal de Vale de São Domingos através do prefeito sr. Geraldo Martins da Silva, torna público aos interessados que homologou as seguintes licitação na modalidade **Pregão Presencial Registro de Preço nº 15/2017**, **objeto: FORNECIMENTO DE PEÇAS MECÂNICAS, ELÉTRICAS E ACESSÓRIOS ORIGINAIS OU GENUÍNOS, PARA A FROTA DE VEÍCULOS E MAQUINAS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE VALE DE SÃO DOMINGOS/MT, POR MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTOS.**, e sagrou vencedores as empresas N E EQUIPAMENTOS PEÇAS E LOCAÇAO MAQUINAS LTDA, inscrita no CNPJ: 09.619.626/0001-55, e a empresa BIEL MAQUINAS COMERCIO DE PEÇAS PARA MAQUINAS LTDA, inscrita no CNPJ: 17.274.687/0001-56. Vale de São Domingos-MT, 25 de Julho de 2017. Geraldo Martins da Silva – prefeito municipal.

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO 18/2017

A prefeitura municipal de Vale de São Domingos através do prefeito sr. Geraldo Martins da Silva, torna público aos interessados que homologou as seguintes licitação na modalidade **Pregão Presencial Registro de Preço nº 18/2017**, **objeto: EVENTUAL E FUTURA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO DE VEÍCULOS, SEM CONDUTOR PARA USO PELA AS SECRETARIAS MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E GABINETE DO PREFEITO E SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, JUNTO AO MUNICÍPIO DE VALE DE SÃO DOMINGOS-MT.**, e sagrou vencedoras as empresas P. E. M. MACHADO - ME, inscrita no CNPJ: 27.755.616/0001-29, e a empresa ALESSANDRO DEL MOURA GARCIA

–MEI, inscrita no CNPJ: 27.045.714/0001-72. Vale de São Domingos-MT, 25 de Julho de 2017. Geraldo Martins da Silva – prefeito municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE

DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO DE VÁRZEA GRANDE ATO DE NOMEAÇÃO N.º 005/2017

ATO DE NOMEAÇÃO Nº 005/2017

Ricardo Azevedo Araújo, Diretor Presidente do DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO DE VÁRZEA GRANDE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei 1.733/1.998 e alterada pela Lei nº 1.866/1.998, **NOMEIA**, a partir de 25/07/2017, no cargo em comissão DGA, o servidor abaixo relacionado lotado no Departamento de Água e Esgoto de Várzea Grande.

DELCI BALEEIRO SOUZA JUNIOR	PROCURADOR CHEFE	DGA – 2

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Várzea Grande-MT, 25 de julho de 2017.

RICARDO AZEVEDO ARAÚJO

DIRETOR PRESIDENTE - DAE/VG

DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO DE VÁRZEA GRANDE ATO DE EXONERAÇÃO N.º 004/2017

ATO DE EXONERAÇÃO N.º 004/2017

Ricardo Azevedo Araújo, Diretor Presidente do DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO DE VÁRZEA GRANDE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei 1.733/1997 e alterada pela Lei nº 1.866/1.998, EXONERA, a partir de 25 de julho de 2017, no cargo em comissão DGA, o servidor abaixo relacionado lotado no Departamento de Água e Esgoto de Várzea Grande.

DELCI BALEEIRO SOUZA JUNIOR	PROCURADOR CHEFE	DGA – 3

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Várzea Grande, 25 de julho de 2.017

RICARDO AZEVEDO ARAÚJO DIRETOR PRESIDENTE – DAE/VG

AVISO DE SUSPENSÃO PREGÃO PRESENCIAL N. 04-2017

Processo 449461/2017: O Município de Várzea Grande, por intermédio de seu Pregoeiro Oficial designado pela portaria n.599/2017, faz saber aos interessados que o Pregão Presencial n. 04/2017 que tem como objeto **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA CAPACITADA NO RAMO DE EXTRAÇÃO E FORNECIMENTO DE CARGA DE CASCALHO DO CAMPO, MATERIAL DE JAZIDA, SOB DEMANDA, PARA REGULARIZAÇÃO DO LEITO CARROÇÁVEL DAS VIAS PÚBLICAS NÃO PAVIMENTADAS DE QUALQUER GÊNERO, ASSIM PROMOVENDO O CASCALHAMENTO DAS RUAS DESTA URBE, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE VIAÇÃO E OBRAS,** com previsão de realização de sua sessão **26 de Julho 2017, às 14h30min** (horário local) encontra-se **SUSPENSO**. Os motivos determinantes de sua suspensão se justifica através da CI nº724/2017/SMVO, onde acusa a necessidade de melhor estudo quanto a distancia máxima da jazida do pátio da prefeitura, no intuito de ampliar a participação de licitantes interessados. Logo que o motivo determinante for sanado, o Município de Várzea Grande estará divulgando nova data para a realização do certame. Várzea Grande-MT, 25 de julho de 2017.**Carlino Agostinho,** Pregoeiro.

PORTARIA 639/CPSPAD/SAD/2017

O Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº. 1.164/91 e Decreto nº 032/2012;

RESOLVE:

Art. 1º - Prorrogar por mais 60 (sessenta) dias, contados a partir do dia 03 de julho de 2017, o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão de Sindicância e Processos Administrativos Disciplinares, designada pela Portaria nº 102/2013, de 01 de março de 2017, da Secretária Municipal de Administração, publicada no Jornal Oficial dos Municípios, página 271, de 02 de março de 2016, objeto do Processo Administrativo Disciplinar nº. 009/2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Várzea Grande-MT, 03 de julho de 2017.

Pablo Gustavo Moraes Pereira

Secretário Municipal de Administração

ATO Nº 384/2017

A PREFEITA MUNICIPAL DE VÀRZEA GRANDE, *LUCIMAR SACRE DE CAMPOS*, brasileira, portadora do RG nº 0249873-1 SSP/SP e do CPF Nº 078.334.311-68, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica do Município e pela Lei Municipal n°. 1.164/1991- Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Várzea Grande, e;

Considerando o contido no Processo Administrativo Disciplinar N° 036/2016, instaurado pela Portaria nº 226/CPSPAD/SAD/2017, de 03/04/2017, publicada no Diário Oficial dos Municípios - AMM, na data de 06/04/2017, página 310, cujo julgamento final se deu no dia 29/12/2016;

RESOLVE:

ACOLHER, em todos os seus termos, o relatório proferido pela Comissão Permanente de Sindicância e Processos Administrativos Disciplinares por estar o mesmo de acordo com as provas dos autos, e JULGAR que o servidor ROBERTO HILÁRIO DA CRUZ, matricula nº 87194, Técnico de Suporte Administrativo Educacional – Perfil Agente de Segurança e Manutenção, incorreu na infração estatutária de Acúmulo Ilegal de Cargos, tipificada nos artigos 128 c/c 142, XII da Lei Complementar Municipal n° 1.164/91, para APLICAR-LHE A PENA DISCIPLINAR DE DEMISSÃO.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes.

Várzea Grande-MT, 18 de julho de 2017.

Lucimar Sacre de Campos

Prefeita Municipal

JULGAMENTO SINDICÂNCIA Nº. 018/2017

(GM SONGIR)

O Corregedor Geral da Secretaria Municipal de Defesa Social e da Guarda Municipal, no uso de suas atribuições legais e.

Considerando o término dos trabalhos realizados pelo membro da Comissão de Procedimentos Administrativos Disciplinares, nomeado pela Portaria GAB/PREF/PMVG nº. 08/2017, designado pela Portaria nº. 044/CG/2017;

Considerando os autos da Apuração Sumária nº. 018/2017, instaurada para apurar possíveis responsabilidades sobre os atos e fatos narrados na Parte nº. 001/C.O/GMVG/2017 (fls. 07), encaminhada à Corregedoria através da C.I nº. 275/GMVG/2017, de 13/04/2017, (fls. 06);

Considerando que durante o Inquérito Administrativo foram realizadas diligências, apresentação de defesa escrita pelo servidor GM SONGIR (fls. 17), obedecendo ao princípio do contraditório e assegurando aos servidores a ampla defesa, com todos os meios legais admitidos;

Considerando as provas contidas nos autos, o Membro da Comissão **CONCLUIU** pelo **NÃO INDICIAMENTO,** por considerar que o servidor agiu amparado pela **Causa de Justificação** tipificada no Art. 108, incs. IV, da Lei n. 4.180/2016 (Código de Ética e Conduta da GMVG);

Considerando o que consta do Relatório Final do Membro da Comissão encarregado de apurar os fatos, (fls.28-32), e tudo mais que dos autos consta;

DECIDO:

1 – **ACATAR** o Relatório Final do Membro da Comissão de Procedimentos Administrativos Disciplinares, com fulcro no Art. 103 da Lei nº. 4.180/2016 c/c Art. 177 da LC nº. 1.164/91;

2 – **RECONHECER** a **Causa de Justificação** tipificada no Art. 108, incs. IV, da Lei n. 4.180/2016 c/c Art. 100, inc. V, *alínea* d, do Decreto n. 80/2015, com a consequente **ABSOLVIÇÃO** do servidor, **GM SONGIR**, nos termos do Art. 108, parágrafo único, da Lei n. 4.180/2016;

3 – **EXTINGUE-SE** a presente **Apuração Sumária nº. 018/2017**, com Julgamento de Mérito, nos termos do Art. 94, inc. II, do Decreto n. 80/2015;

Publique-se no Diário Oficial e no Boletim Interno da GMVG;

Registre-se nos assentamentos funcionais do servidor;

Intime-se o servidor fornecendo-lhe cópia do Julgamento,

Cumpra-se.

Várzea Grande/MT, 21 de Julho de 2017.

_____

Éber Milton da Silva Soares

Corregedor Geral – SMDS/GMVG

AVISO DE PRORROGAÇÃO DE LICITAÇÃO CHAMADA PÚBLICA N. 006/2017

Processo: 451718/2017. O Município de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, por meio da Comissão Permanente de Licitação – CPL, designada pela Portaria n. 598/2017, comunica aos interessados, que a licitação da **CHAMADA PÚBLICA N. 006/2017**, sob o regime de execução indireta de empreitada por "MENOR PREÇO UNITÁRIO", cujo objeto: **Aquisição exclusiva de gêneros alimentícios de Grupos Formais e Informais da Agricultura Familiar e Empreendedores Familiares Rurais e suas organizações, interessados em apresentar proposta para fornecimento de gêneros alimentícios da agricultura familiar, destinados à elaboração de merenda para os alunos da rede básica de ensino do município de Várzea Grande – MT em atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, conforme Art. 14 da Lei nº 11.947/2009 e Resolução FNDE nº 26, de 17 de junho de 2013, alterada pela Resolução nº 04, de 02 de abril de 2015, conforme Edital e seus anexos**. Abertura prevista para dia 01 de Agosto de 2017, às 08h30min (horário de Mato Grosso), Foi **PRORROGADA** para dia 1**0/08/2017** às **08h30min** (horário de Mato Grosso).Várzea Grande - MT, 25 de Julho de 2017.**SILVIO APARECIDO FIDELIS,**Secretário Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

.

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
ATO DE EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N. 057/2016

PARTES INTERESSADAS: Secretaria Municipal de Saúde - Fundo Municipal de Saúde CNPJ nº 11.364.895/0001-60 e a empresa PRESTO SERVIÇOS TERCERIZADOS LTDA-ME, inscrita no CNPJ n°. 15.291.135/0001-20. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Encontra fundamentação na Lei nº. 8.666/93 no artigo 57 incisos e parágrafos e nas demais alterações da Lei, e nos demais documentos acostados no PROCESSO GESPRO Nº. 458437/2017. OBJETO: Tem por objeto aditar (prorrogação de prazo e valor) na "CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA", A "CLÁUSULA SEXTA – DO VALOR E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA" A "CLÁUSULA NONA - DA FISCALIZAÇÃO" e a "CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO REALINHAMENTO DE PREÇOS", referente à prestação de serviços de limpeza e desinfecção hospitalar, conservação predial, higiene, jardinagem, desintetização e desratização (controle de pragas), coleta de lixo (comum/hospitalar), com a disponibilização de mão-de-obra qualificada, produtos saneantes domissanitários, materiais e equipamentos adequados à execução dos serviços, para atender as necessidades da Unidade de Pronto Atendimento UPA/IPASE. VALOR GLOBAL: Fica o valor global de R$ 592.073,40 (quinhentos e noventa e dois mil setenta e três reais e quarenta centavos). UO: SECRETARIA DE SAÚDE DO: 09.02.10.122.0015. P/A: 2.269. ND: 3.3.90.39.00.00.00 – OST PJ. FONTE: 0204. DO: 09.02.10.122.0015. P/A: 2.269. ND: 3.3.90.39.00.00.00 – OST PJ. FONTE: 0304. DO: 3.3.90.39.00.00.00 - OST UO: 09.02.10.301.0004. P/A: 2.274. ND: 3.3.90.39.00.00.00 – OST PJ FONTE: 0304 DO: 09.02.10.301.0004. P/A: 2.274. ND: 3.3.90.39.00.00.00 – OST PJ FONTE: 0204 DO: 09.02.10.302.0011 P/A: 2.277. ND: 3.3.90.39.00.00.00 – OST PJ FONTE: 0204. DO: 09.02.10.302.0011 P/A: 2.277. ND: 3.3.90.39.00.00.00 – OST PJ FONTE: 0304. FISCAL DO CONTRATO: Fica designada pela Secretaria Municipal de Saúde para este ato, a servidora CRISTINA PATRICIA SOUZA DAMBROS, portadora da cédula de identidade RG n°. 0876215-5 SSP/MT, inscrita no CPF n°. 943.816.741-20, Matrícula nº 9446. VIGÊNCIA: Fica prorrogado pelo período de 12 (doze) meses o prazo da vigência do Contrato principal, produzindo seus efeitos a partir do seu vencimento.

DATA DE ASSINATURA: 18.07.2017.

DIÓGENES MARCONDES

Secretário Municipal de Saúde – PMVG/MT

PRESTO SERVIÇOS TERCERIZADOS LTDA-ME

Contratada

PORTARIA Nº 663/SAD/2017

O Secretário Municipal de Administração de Várzea Grande, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal 1.164/1991e Decreto nº 032/2010;

RESOLVE:

DESIGNAR aSra. MAYARA MARIA DA SILVA, matrícula nº 111411, Assessor Jurídico, da Secretaria Municipal de Administração, em conformidade com o artigo 173, § 2° da Lei Complementar n° 1.164/91 alterado pela Lei 3.495/2010, para acompanhar o processo n° 005/2017, na fase em que se encontra e, no prazo legal apresentar a competente defesa escrita, tendo em vista que a indiciada foi declarada revel.

Várzea Grande, 25 de julho de 2017.

Pablo Gustavo Moraes Pereira

Secretário Municipal de Administração

EXTRATO CONTRATO N. 069/2017

PARTES INTERESSADAS: Prefeitura Municipal de Várzea Grande-MT e a Empresa S M GIUSTTI DE ARRUDA & CIA LTDA - EPP, devidamente inscrita no CNPJ sob o n°. 08.711.005/0001-34. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Encontra vinculado aos termos e condições da Lei nº. 8.666/93, decorrente da Adesão na Ata de Registro de Preços nº. 100/2016, oriundo do Pregão Presencial nº. 053/2016 da Prefeitura de Tapurah/MT, nos termos do art. 22 do Decreto Federal nº. 7.892/2013 e Decreto nº. 61/2014, acréscimo ao parágrafo 3º do art. 53 do Decreto nº. 09/2010 conforme descrito no Edital e seus anexos, bem como na proposta da contratada, no Processo Administrativo nº. 107/2017, no Termo de Referência nº. 04/2017 da Secretaria de Assistência Social, bem como nos demais documentos acostados no PROCESSO GESPRO Nº. 453625/2017. OBJETO: Tem por objeto aquisição de rouparia, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Assistência Social de Várzea Grande - MT. VALOR GLOBAL: Atribui-se o valor global estimado de R$ 18.080,000 (dezoito mil, oitenta reais). UO: SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA sOCIAL DO: 11.01.08.122.0002. P/A: 2.214. ND: 3.3.90.30.00.00.00 – MAT. DE CONSUMO. FONTE: 0999. DO: 11.01.08.243.0042. P/A: 2.146. ND: 3.3.90.30.00.00.00 – MAT. DE CONSUMO. FONTE: 0302. DO: 11.01.08.243.0042. P/A: 2.146. ND: 3.3.90.30.00.00.00 – MAT. DE CONSUMO. FONTE: 9440. DO: 11.01.08.243.0042. P/A: 2.113. ND: 3.3.90.30.00.00.00 – MAT. DE CONSUMO. FONTE: 0302. DO: 11.01.08.243.0042. P/A: 2.113. ND: 3.3.90.30.00.00.00 – MAT. DE CONSUMO. FONTE: 9440. DO: 11.01.08.243.0042. P/A: 1.402. ND: 3.3.90.30.00.00.00 – MAT. DE CONSUMO. FONTE: 0302. DO: 11.01.08.243.0042. P/A: 1.402. ND: 3.3.90.30.00.00.00 – MAT. DE CONSUMO. FONTE: 9440. VIGÊNCIA: Terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da sua assinatura. VIGÊNCIA: Terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura. FISCAL DO CONTRATO: Fica designada pela Secretaria Municipal de Assistência Social para este ato, a servidora ROSANA GOMES DA SILVA NOGUEIRA, portadora da cédula de identidade RG n°. 1799663-5 SSP/MT, inscrita no CPF sob n°. 026.806.541-10, Matrícula nº. 119708.

DATA DE ASSINATURA: 21.07.2017.

KATHE MARIA KOHLHASE MARTINS

S M GIUSTTI DE ARRUDA & CIA LTDA - EPP

Contratada

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO N. 037/2017, REGISTRO DE PREÇOS

(EXCLUSIVO ME – EPP)

Processo n. 463538/2017. O Município de Várzea Grande, por meio do Pregoeiro Oficial, designado pela portaria n. 599/2017**,** torna público para conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação na modalidade de PREGÃO na forma **ELETRÔNICA**, do tipo menor preço, tendo como critério de julgamento o menor preço por **ITEM,** cujo objeto**: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO: AÇÚCAR CRISTAL, ÁGUA MINERAL EM COPO, CAFÉ, CHÁ DE ERVA MATE TOSTADO, COADOR PARA CAFÉ DE PANO, COPO DESCARTÁVEL 180 ML, COPO DESCARTÁVEL 50 ML, FILTRO PARA CAFÉ DESCARTÁVEL, FÓSFORO, GARRAFÃO VAZIO E SUPORTE EM PLÁSTICO PARA FILTRO DE CAFÉ PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE/MT, CONFORME EDITAL E ANEXOS**. A realização está prevista para o dia **10** de **Agosto** de 2017, às **10hs** (horário Brasília - DF). O Edital completo está à disposição dos interessados, na Prefeitura Municipal de Várzea Grande – Superintendência de Licitação, nos dias úteis das 08h00min às 12h00min e das 14h00min as 18h00min, sito à avenida Castelo Branco, 2500 – Várzea Grande/MT, mediante recolhimento da taxa de R$ 0,13 (treze) centavos por impressão - não restituível e gratuitamente, no sitio: www.bllcompras.org.br. Várzea Grande-MT, 25 de julho de 2017. **Pablo Gustavo Moraes Pereira,**Secretário Municipal de Administração.

.

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
ATO DE EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO N. 019/2016

PARTES INTERESSADAS: Secretaria Municipal de Saúde - Fundo Municipal de Saúde CNPJ nº 11.364.895/0001-60 e o CENTRO DE ESTUDOS DR. CERVANTES CAPOROSSI LTDA, inscrita no CNPJ n°. 06.941.337/0001-80. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Encontra fundamentação na Lei nº. 8.666/93, na Constituição Federal, em especial os artigos 196 a 200, do Decreto Municipal nº 65/2011, para participação de forma complementar do SUS, Lei Federal nº 8.080/90 e Lei Federal nº 8.142/90, bem como no Termo de Convênio nº. 19/2016, nos demais documentos acostados no PROCESSO GESPRO Nº. 462315/2017. OBJETO: Tem por objeto aditar (prorrogação de prazo e valor) na "CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA", DA "CLÁUSULA SÉTIMA – DA FISCALIZAÇÃO" e a "CLÁUSULA OITAVA – DA VIGÊNCIA", referente à prestação de serviços no programa de intensificação de cirurgias eletivas (incluindo equipe cirúrgica composta de cirurgião, auxiliar e anestesia), para suprir as necessidades da Rede Municipal de Saúde do Município de Várzea Grande/MT. VALOR GLOBAL: Fica o valor global de R$ 1.639.928,64 (um milhão seiscentos e trinta e nove mil e novecentos e vinte e oito reais e sessenta e quatro centavos). UO: SECRETARIA DE SAÚDE DO: 09.02.10.122.0015. P/A: 2.269. ND: 3.3.90.39.00.00.00 – OST PJ. FONTE: 0204. DO: 09.02.10.122.0015. P/A: 2.269. ND: 3.3.90.39.00.00.00 – OST PJ. FONTE: 0304. DO: 3.3.90.39.00.00.00 - OST UO: 09.02.10.302.0011. P/A: 2.277. ND: 3.3.90.39.00.00.00 – OST PJ FONTE: 0204 DO: 09.02.10.302.0011 P/A: 2.277. ND: 3.3.90.39.00.00.00 – OST PJ FONTE: 0304. FISCAL DO CONTRATO: Fica designado pela Secretaria Municipal de Saúde para este ato, o servidor WELLYNGTON ALESSANDRO DOLCE, portador da cédula de identidade RG n°. 924.741-3 SSP/MT, inscrito no CPF n°. 603.794.131-91, Matrícula nº 109102. VIGÊNCIA: Fica prorrogado pelo período de 12 (doze) meses o prazo da vigência do Contrato principal, produzindo seus efeitos a partir do seu vencimento.

DATA DE ASSINATURA: 07.07.2017.

DIÓGENES MARCONDES

Secretário Municipal de Saúde – PMVG/MT

CENTRO DE ESTUDOS DR. CERVANTES CAPOROSSI LTDA

Conveniada

EXTRATO TERMO DE CESSÃO DE USO

PARTES INTERESSADAS: Prefeitura Municipal de Várzea Grande-MT, através da Secretaria Municipal de Administração, Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural Sustentável, e a Empresa DEPL – DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA, devidamente inscrita no CNPJ sob o n°. 15.619.564/0001-84. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: A cedente celebram entre si o presente TERMO DE CESSÃO, a título precário e gratuito , vinculado ao Processo GESPRO nº. 455615/2017. OBJETO: O presente TERMO DE CESSÃO DE USO, com o objetivo de cessão do Direito de Uso do Licenciamento do APLICATIVO PARA UTILIZAÇÃO EM DISPOSITIVO TELEMÁTICO MÓVEL VOLTADO PARA EDUCAÇÃO AMBIENTAL, descrito e caracterizado no descritivo funcional que a este termo vai em anexo, sendo parte integrante e indissociável do mesmo, doravante denominado simplesmente Descritivo. VIGÊNCIA: O prazo de vigência do presente termo é de 36 (trinta e seis) meses, a partir da data de assinatura.

DATA DE ASSINATURA: 17.07.2017.

HELEN FARIAS FERREIRA

Secretária Municipal de Meio Ambiente – PMVG/MT

DEPL – DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA

CEDENTE

ATO Nº 389/CPSPAD/SAD/2017

A PREFEITA MUNICIPAL DE VÀRZEA GRANDE, *LUCIMAR SACRE DE CAMPOS*, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica do Município e pela Lei Municipal n°. 1.164/1991- Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Várzea Grande, e;

Considerando o contido no Processo Administrativo Disciplinar N° 090/2014, instaurado pela Portaria nº 158/CPSPAD/SAD/2015, de 30/03/2015, publicada no Diário Oficial dos Municípios - AMM, em 09/04/2015, cujo julgamento final se deu no dia 12/07/2017;

Considerando ainda, que a penalidade contida no Parágrafo Único do Artigo 147 da Lei Municipal 1.164/1991- Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, aplicável quando há infração ao inciso X do Art. 142, tem caráter "ad eternum" sendo desproporcional ao caso ora analisado contrariando o Ar. 5º XLVII alínea "b" da Constituição Federal, esta Autoridade baseada também nas jurisprudências suscita o Art. 147 como atenuante da penalidade e,

RESOLVE:

Acolher, em todos os seus termos, o Relatório proferido pela Comissão Permanente de Sindicância e Processos Administrativos Disciplinares, por estar de acordo com as provas dos Autos, e JULGAR que o ex-servidor KLEYLER ADMIR DOERL**,** matricula nº 26362, Coordenador– DGA 4, comissionado, da Secretaria Municipal de Saúde, incorreu na prática de conduta tipificada no artigo 142, X e XIII da Lei Municipal nº 1.164/91, e procedeu de forma desidiosa tipificada no artigo 127, XIV do mesmo diploma legal, e convertendo a exoneração concedida através do Ato nº 2620/2012 em DESTITUIÇÃO DO CARGO EM COMISSÃO, conforme Art. 137, inciso V da Lei Municipal 1.164/1991 e declarar o ex-servidor incompatibilizado para nova investidura em cargo público municipal pelo período mínimo de 05 (cinco) anos, conforme Art. 147 e seu Parágrafo Único da Lei Municipal nº 1.164/91. **Registre-se, publique-se, cumpra-se.**

Várzea Grande, 18 de julho de 2017.

Lucimar Sacre de Campos

Prefeita Municipal

AVISO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO TOMADA DE PREÇO N. 06/2017

Processo n. 432836/2017. O Município de Várzea Grande-MT por meio da secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, torna público a quem possa interessarque o processo licitatório Tomada de Preço n. 06/2017cujo objeto: **Contratação de Empresa Capacitada em serviços na área de Engenharia/Arquitetura, com base nos projetos elaborados, para execução de obra de Reforma e Ampliação da Biblioteca Pública Professora Laurinda Coelho,localizada na rua Ministro Mário Machado, esquina com a rua Mário Abrão Nassarden, n.º 200, loteamento Domingos Sávio, Bairro Cristo Rei, na cidade de Várzea Grande- Mato Grosso, incluindo fornecimento de materiais e mão de obra, em atendimento à Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, conforme especificações contidas neste Projeto e seus Anexos,** foi HOMOLOGADO e ADJUDICADO pela Autoridade Competente em 25/07/2017, sagrando – se vencedora, à empresa **MONTE MORIA CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA EPP**, CNPJ: 19.762.865/0001-13,no valor global de **R$ 126.200,50** (Cento e vinte e seis mil e duzentos Reais e cinquenta centavos), na forma do inciso VI do artigo 43 da lei 8666/93**.** Dê-se publicidade e cumpra-se **.** Empenhem-se os recursos necessários. Várzea Grande – MT, 25 de Julho de 2017. **SILVIO APARECIDO FIDELIS,**SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE

DECRETO N. 067/2017

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA, prefeito municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade,Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, em especial as consignadas no artigo 63, incisos I e XXIV, da Lei Orgânica do Município, e

Considerando os princípios que regem a fiscalização contábil, orçamentária, financeira e patrimonial dos recursos públicos.

Considerando que o ordenador de despesa é responsável pelos atos praticados com os recursos públicos e, portanto, tem o dever de prestar contas.

Considerando a distribuição e o escalonamento das funções nos órgãos públicos municipais e as atribuições dos gestores públicos.

DECRETA:

Art. 1º. Fica delegada a competência de Ordenador de Despesas da Prefeitura Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade/MT à Secretária Municipal de Administração e Fazenda, Sra. **MARTA MEIRE DA COSTA LIMA**, brasileira, casada, residente e domiciliada a Rua Conde Azambuja, n. 586, Centro, município de Vila Bela da Ssª Trindade – MT, portadora da Cédula de Identidade nº 55.296 SSP/RR CPF nº 199.820.892-34, ficando autorizada a assinar empenhos e ordens de pagamento, encaminhar documentos, responder diligências e demais solicitações dos Tribunais de Contas do Estado e da União.

Parágrafo único. Na ausência do Chefe do Poder Executivo, fica autorizada a Ordenadora de Despesa, Secretária Municipal de Administração e Fazenda, a movimentar as contas bancárias por meio de cheques ou emissão de ordens bancárias eletrônicas em conjunto com o Tesoureiro Municipal.

Art. 2°. O Ordenador de Despesa exercerá as atividades sem prejuízo das demais atribuições do seu cargo ou função.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE/MT, AOS 24 DE JULHO DE 2017.

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA PREFEITO

ADJUDICAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL N. 064/2017

O Pregoeiro Municipal de **Vila Bela da Santíssima Trindade - MT**, levando em consideração a legalidade do procedimento, julgamento, habilitação e resultado relativo ao **Pregão Presencial n. 064/2017**, tendo por objeto o registro de preços para futura e eventual contratação de empresas para prestação de serviços de comunicação para divulgação de assuntos de interesse público, mediante canal de televisão, resolve **adjudicar** o objeto da licitação, a empresa: **SISTEMA VILA BELA DE COMUNICAÇÃO LTDA** com proposta no valor global de **R$ 23.400,00** (vinte e três mil e quatrocentos reais).

Vila Bela da Santíssima Trindade - MT, 25 de julho de 2017.

ALESSANDRO SANTANA DE SOUZA

Pregoeiro

DECRETO N. 068/2017, DE 25 DE JULHO DE 2017.

"DISPÕE SOBRE A CONVOCAÇÃO DE CANDIDATO APROVADO NO PROCESSO SELETIVO N. 001/2017 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SS. TRINDADE - MT".

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Vila Bela da Ss Trindade – MT, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município e considerando o interesse público e a necessidade da Administração.

Considerando ainda o item 17, subitem 17.7 do Edital **de Teste Seletivo Nº 001/2017 – A e Edital de Teste Seletivo Nº 001/2017 – F;**

Considerando a urgência na convocação dos aprovados no processo seletivo n. 001/2017.

DECRETA:

Art. 1°. Ficam convocados para contratação os candidatos aos cargos elencados no anexo I deste Decreto, obedecido à ordem de classificação.

Art.2º. Os candidatos a ser contratados deverão atender os seguintes procedimentos:

I - comparecer na sede da Prefeitura Municipal de Vila Bela da Ss. Trindade – MT, Rua Dr. Mario Correa nº 205, Centro Vila Bela da Ss. Trindade - MT, **no período das 07:30 hs as 11:30 h, na data de 26 de julho de 2017 a 03 de agosto de 2017**, nos dias úteis, para apresentarem documentações para a contratação.

II - Para a contratação o candidato deverá apresentar documentação original e fotocópia autenticada em cartório, que comprove o que segue abaixo:

a) Cédula de Identidade comprovando a idade igual ou superior a 18 (dezoito) anos;

b) Ser brasileiro ou estrangeiro nos termos da lei (arts. 12 e 37, I, da CF/88);

c) Certidão de Casamento ou Nascimento;

d) Certidão de Nascimento dos filhos menores de 14 anos (se for o caso); e CPF

e) Carteira de Vacinação dos filhos menores de 05 anos (se for o caso);

f) Cartão de Identificação do Contribuinte (CPF);

g) Cartão do PIS/PASEP;

h) Comprovante de votação nas duas últimas eleições que antecederem à contratação;

i) Título de Eleitor;

j) Certidão Negativa fornecida pelo Cartório Distribuidor da Comarca do domicílio ou expedida por meio do site: http://www.tjmt.jus.br/paginas/servicos/CertidaoNe... relativa à existência ou inexistência de ações cíveis e criminais (com trânsito em julgado);

k) Certidão Negativa de Débitos para com o município de contratação;

l) Atestado de Saúde Física e Mental (Pré-Admissional) expedido por médico do trabalho;

m) 02 (duas) fotos 3x4, coloridas e recentes;

n) Registro no conselho da respectiva categoria quando se tratar de profissão regulamentada, incluindo-se comprovante de quitação de anuidade e certidão de regularidade;

o) Certidão de Reservista (quando do sexo masculino);

p) Comprovante de Escolaridade, através de histórico escolar, diploma, conforme exigência do cargo ao qual concorre, devidamente registrado pelo MEC;

q) Declaração contendo endereço residencial;

r) Declaração negativa de acúmulo de cargo público;

s) Declaração de Bens e valores;

t) Declaração de disponibilidade para cumprimento da carga horária do cargo em que exercerá sua função.

u) Número de Conta Corrente.

Art. 3º. . A nomeação dos candidatos aprovados será feita exclusivamente no Regime Jurídico Administrativo Contratual, instituído pela Lei Municipal Nº 1.156/2014, de 23 de dezembro de 2014, sendo vinculados ao Regime Geral de Previdência Social.

Parágrafo único. A jornada de trabalho é aquela definida no referido Edital.

Art. 4º - A critério da Administração, poderá ser prorrogado antes do término do prazo final deste ato, o prazo para apresentação da documentação dos candidatos aprovados.

Art. 5º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SS. TRINDADE - MT, AOS VINTE E CINCO DIAS DO MÊS DE JULHO DO ANO DE DOIS MIL E DEZESSETE.

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA

PREFEITO

ANEXO I

DECRETO N. 068/2017

ZELADOR - ZONA URBANA

INSCRIÇÃO	NOME	DATA DE NASCIMENTO	L.P.	MAT.	C.G.	NOTA PROVA OBJETIVA	RESULTADO
258217	DARCY CARNEIRO GERALDES	15/01/1960	30,0	10,0	20,0	60,0	10

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS VINTE E CINCO DIAS do mês de JULHO DO ANO DE dois mil E DEZESSETE.

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA

PREFEITO

ADJUDICAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL N. 065/2017

O Pregoeiro Municipal de **Vila Bela da Santíssima Trindade - MT**, levando em consideração a legalidade do procedimento, julgamento, habilitação e resultado relativo ao **Pregão Presencial n. 065/2017**, tendo por objeto o registro de preços para futura e eventual contratação de empresas para prestação de serviços de torno e soldas elétricas e oxigênio, resolve **adjudicar** o objeto da licitação, as empresas: **MANOEL APOLINARIO DE ALMEIDA 86843664172** com proposta no valor global de **R$ 27.900,00** (vinte e sete mil e novecentos reais), **MULTISOLDAS - SERVIÇOS DE TORNO E SOLDA LTDA – ME** com proposta no valor global de **R$ 27. 900,00** (vinte e sete mil e novecentos reais), **JOCIEIDE FERNANDES SOARES 53558812115** com proposta no valor global de **R$ 176.850,00** (cento e setenta e seis mil oitocentos e cinquenta reais), **LUCIMAR BARBOSA DO NASCIMENTO 46910123115** com proposta no valor global de **R$ 122. 850,00** (cento e vinte e dois mil oitocentos e cinquenta reais), **VANDERLEIA DOS SANTOS RODRIGUES 01497854105** com proposta no valor global de **R$ 50.850,00** (cinquenta mil oitocentos e cinquenta reais), **ROBERTO CESAR DA SILVA – MEI** com proposta no valor global de **R$ 23. 850,00** (vinte e três mil oitocentos e cinquenta reais)**.**

Vila Bela da Santíssima Trindade - MT, 25 de julho de 2017.

ALESSANDRO SANTANA DE SOUZA

Pregoeiro

DESPACHO DE HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL N. 065/ 2017.

O Prefeito Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade/MT, depois de analisado o parecer jurídico e, considerando a legalidade do procedimento, julgamento, habilitação e resultado relativo ao **Pregão Presencial n. 065/2017**, tendo por objeto o registro de preços para futura e eventual contratação de empresas para prestação de serviços de torno e soldas elétricas e oxigênio, resolve **HOMOLOGAR** o objeto da licitação, as empresas: **MANOEL APOLINÁRIO DE ALMEIDA 86843664172** com proposta no valor global de **R$ 27.900,00** (vinte e sete mil e novecentos reais), **MULTISOLDAS - SERVIÇOS DE TORNO E SOLDA LTDA – ME** com proposta no valor global de **R$ 27.900,00** (vinte e sete mil e novecentos reais), **JOCIEIDE FERNANDES SOARES 53558812115** com proposta no valor global de **R$ 176.850,00** (cento e setenta e seis mil oitocentos e cinquenta reais), **LUCIMAR BARBOSA DO NASCIMENTO 46910123115** com proposta no valor global de **R$ 122.850,00** (cento e vinte e dois mil oitocentos e cinquenta reais), **VANDERLEIA DOS SANTOS RODRIGUES 01497854105** com proposta no valor global de **R$ 50.850,00** (cinquenta mil oitocentos e cinquenta reais), **ROBERTO CESAR DA SILVA – MEI** com proposta no valor global de **R$ 23.850,00** (vinte e três mil oitocentos e cinquenta reais)**.**

Vila Bela da Santíssima Trindade - MT, 25 de julho de 2017.

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

DESPACHO DE HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL N. 064/ 2017.

O Prefeito Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade/MT, depois de analisado o parecer jurídico e, considerando a legalidade do procedimento, julgamento, habilitação e resultado relativo ao **Pregão Presencial n. 064/2017**, tendo por objeto o registro de preços para futura e eventual contratação de empresas para prestação de serviços de comunicação para divulgação de assuntos de interesse público, mediante canal de televisão, resolvem **HOMOLOGAR** o objeto da licitação, a empresa: **SISTEMA VILA BELA DE COMUNICAÇÃO LTDA** com proposta no valor global de **R$ 23. 400,00** (vinte e três mil e quatrocentos reais).

Vila Bela da Santíssima Trindade - MT, 25 de julho de 2017.

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

DECRETO N. 064/2017

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA, prefeito municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade,Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e em consonância com a Emenda Constitucional n. 094/2016, de 15 de dezembro de 2016,

DECRETA:

Art. 1º. Fica instituído o regime especial de pagamento de precatórios judiciais no Município de Vila Bela da SS. Trindade, nos termos da Emenda Constitucional n. 094/2016, de 15 de dezembro de 2016.

Art. 2°. O Município de Vila Bela da Santíssima Trindade/MT, opta pelo pagamento dos precatórios vencidos, relativos às suas administrações direta e indireta, e os emitidos durante o período de vigência do regime especial, mediante depósito mensal, em conta especial criada para tal fim, de 1/ 12 (um doze avos) do valor correspondente a 1% (um por cento) da receita corrente líquida apurada no segundo mês anterior ao mês do depósito, na forma do inciso I do § 1º e §2º do artigo 97 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias.

Parágrafo único. Os depósitos serão efetuados até o último dia útil do mês de competência na conta especial de que trata o inciso I, do § 1º, do art. 97, ADCT, pelo Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso.

Art. 3º. A Secretaria Municipal de Administração e Fazenda divulgará, mensalmente, o valor da receita corrente líquida calculada, nos termos do § 3º, art. 97, ADCT.

Art. 4º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, vigorando enquanto o valor dos precatórios devidos for superior ao valor dos recursos destinados ao seu pagamento.

GABINETE DO PREFEITO DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE/ MT, AOS 21 DE JULHO DE 2017.

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA PREFEITO

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA RICA

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N.º 222/2017

PORTARIA N.º 222/2017

De 05 de Junho de 2017.

ABMAEL BORGES DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Vila Rica, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE a servidora IRACI DE CASTRO FERNANDES, matrícula nº 1111 lotada na Secretaria de Educação cargo de PISICOLOGO, conforme processo de solicitação a partir de 10/07/2017 a 07/09/2017, e em conformidade com o exposto no Capítulo I Seção IV Subseção II Art. 78 da lei n. º 747/08.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos retroagem a 10/07/2017.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

C U M P R A – S E

Gabinete do Prefeito Municipal.

ABMAEL BORGES DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

ERRATA

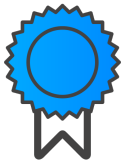
FOI PUBLICADO NO DIA 25 DE JULHO DE 2017, NO JORNAL OFICIAL DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DE MATO GROSSO, PAG. 376 O DECRETO DE Nº 082/2017 DE 21 DE JULHO DE 2017,

ONDE SE LÊ: Art. 1º ....., no dia 24 e 25 de Agosto

LEIA-SE: Art. 1º....., nos dias 23, 24 e 25 de Agosto

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Esse documento foi assinado por

	**Signatário**	CN=ASSOCIACAO MATOGROSSENSE DOS MUNICIPIOS:00234260000121, OU=Certificado PJ A1, OU=AC SOLUTI Multipla, OU=AC SOLUTI, OU=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v2, O=ICP-Brasil, C=BR
	Data/Hora	Tue Jul 25 22:32:49 UTC 2017
	Emissor do Certificado	CN=AC SOLUTI Multipla, OU=AC SOLUTI, OU=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v2, O=ICP-Brasil, C=BR
	Número Serial.	1170115676103352402
	Método	urn:adobe.com:Adobe.PPKLite:adbe.pkcs7.sha1 (Adobe Signature)